

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

**RELATÓRIO
E CONTAS
2014**

ÍNDICE

Órgãos Sociais	03
Relatório e Contas Consolidado	
Relatório do Conselho de Administração	04-25
Demonstrações Financeiras Consolidadas	26-35
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	36-273
Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros e Outros Anexos Consolidados	274-317
Relatório e Contas Individual	
Relatório do Conselho de Administração	318-343
Demonstrações Financeiras Individuais	344-351
Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	352-577
Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros e Outros Anexos Individuais	578-615
Relatório de Governo Societário	616-648
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas	649-653

ÓRGÃOS SOCIAIS

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. (TRIÉNIO 2014 - 2016)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Nuno Azevedo Neves
Secretário	Paula Rodrigues Morais

Conselho de Administração

Presidente	Guangchang GUO
Vice-Presidente	João Nuno de Oliveira Jorge Palma
Vice-Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vogais	Qunbin WANG
	Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz
	Guoqi DING
	Michael LEE
	Yao XU
	José Manuel Alvarez Quintero
	António Manuel Marques de Sousa Noronha
	Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
	Wai Lam William MAK
	José Pedro Cabral dos Santos
	Lan KANG

Comissão Executiva

Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vogais	António Manuel Marques de Sousa Noronha
	José Manuel Alvarez Quintero
	Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
	Wai Lam William Mak

Conselho Fiscal

Presidente	Pedro Antunes de Almeida
Vogais	José António da Costa Figueiredo
	Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha
Suplente	Jorge Manuel dos Santos Pereira Pichel

Sociedade de Revisores

Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.,
representada por
Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC

01

RELATÓRIO
DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das exigências legais e estatutárias de prestação de informação, vem o Conselho de Administração da Fidelidade apresentar o Relatório e Contas relativo às contas consolidadas do exercício de 2014.

A satisfação dessas exigências constitui também uma oportunidade para, precedendo a análise da evolução dos vários segmentos do negócio e a apresentação das demonstrações financeiras, expôr, em traços gerais, os aspetos de maior relevância para a caracterização da empresa, bem como as principais linhas de orientação no desenvolvimento da sua atividade.

1. Síntese de Indicadores

(Milhões de Euros)

	2014	2013
FIDELIDADE (Contas Consolidadas)		
Ativo Líquido	14 100,8	12 793,6
Capitais Próprios	1 296,6	1 180,6
Interesses Minoritários	41,4	17,6
Passivo	12 762,9	11 595,5
Rácio de Solvência *	147,2%	173,8%
Resultado Líquido	178,2	107,9
ATIVIDADE SEGURADORA		
Prémios Brutos Emitidos (milhões de euros)	4 177,9	3 664,5
Ramos Vida	282,0	240,4
Contratos de Investimento (Instrumentos Financeiros)	2 805,6	2 352,1
Ramos Não Vida	1 090,4	1 072,0
Quotas de Mercado (Atividade em Portugal)	28,0%	26,9%
Ramos Vida (incluindo Contratos de Investimento)	28,9%	27,2%
Ramos Não Vida	25,5%	26,0%

* O rácio de solvência decresce em 2014, refletindo o Goodwill na aquisição de participadas

2. Sumário Executivo

O ano de 2014 fica marcado pela mudança de controlo acionista da Fidelidade, consubstanciado na aquisição de 80% do capital por parte do Grupo Fosun, em consequência do cumprimento ao acordado pelo Estado Português no âmbito do Programa de Assistência Económica Financeira.

Essa mudança de controlo acionista, conduziu a uma reflexão estratégica e ao reposicionamento da empresa em diversas vertentes, com particular ênfase na política de investimentos e de participações.

Relativamente a estas últimas, há que destacar a aquisição de participações maioritárias na Garantia (Cabo Verde) e na Luz Saúde, que permitem, respetivamente, uma maior internacionalização e um maior nível de integração e sinergias dentro do Grupo.

No que respeita à atividade no mercado segurador, manter-se-á a postura inovadora e de confiança que a Fidelidade e respetivas participadas sempre apresentaram, a par de um maior foco na vertente internacional.

A Fidelidade obteve um resultado consolidado de 178,2 milhões de euros, um acréscimo de 70,3 milhões de euros face ao ano anterior, tendo atingido, em 2014, um volume de prémios brutos emitidos (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 4.178 milhões de euros face a 3.665 milhões de euros em 2013.

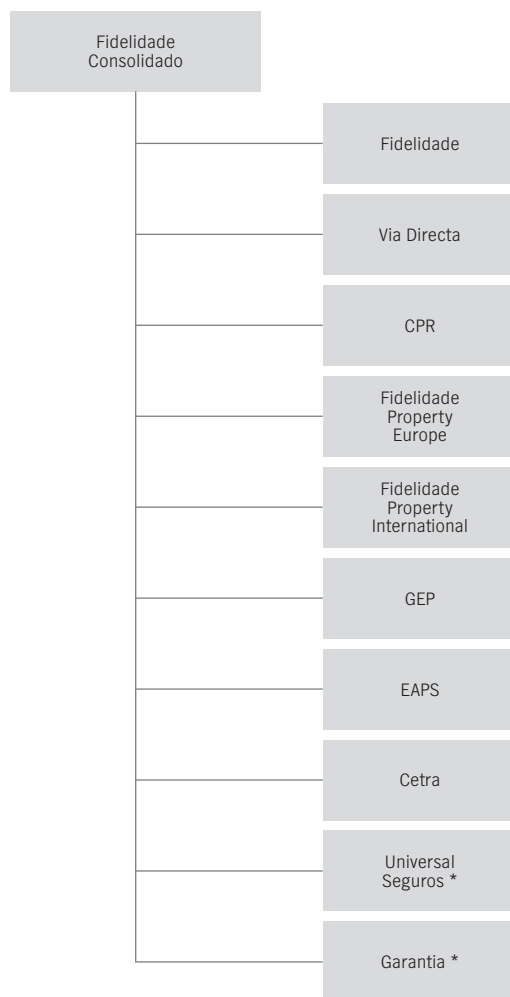
A atividade em Portugal, responsável pela maioria da produção (95,8%), atingiu um volume de prémios de seguro direto de 4.003 milhões de euros, correspondente a um aumento de 13,7% face a 2013, superior ao ocorrido no mercado (+9,1%).

O Grupo Fidelidade assegurou assim a manutenção da liderança do mercado segurador nacional, com uma quota de mercado total de 28,0% (+1,1pp face a 2013), ocupando, de forma destacada, o lugar de topo, quer no conjunto da atividade Vida, quer no conjunto da atividade Não Vida, bem como em todos os seus principais ramos.

O Ativo Líquido consolidado situou-se em 14,1 mil milhões de euros, tendo por sua vez os Capitais Próprios, incluindo Interesses Minoritários, ascendido a 1,3 mil milhões de euros.

3. Apresentação do Grupo Fidelidade (Área Seguradora)

As empresas detidas pela Fidelidade operam no mercado segurador nacional através de diversas marcas suportadas pela maior e mais diversificada rede de distribuição do mercado de seguros em Portugal, estando igualmente presentes em diversos países, quer através de sucursais da Fidelidade, quer através de participadas (nomeadamente, a Universal Seguros e Garantia, em Angola e Cabo Verde, respetivamente).



*Participada consolidada pelo método integral, mas não detida a 100%

3.1. Dimensão/Posicionamento da Área Seguradora do Grupo Fidelidade

A área seguradora do Grupo Fidelidade atua globalmente no mercado segurador português, comercializando produtos de todos os ramos de seguros, no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores ligados; agentes; corretores; agências bancárias CGD; balcões CTT; internet e canal telefónico.

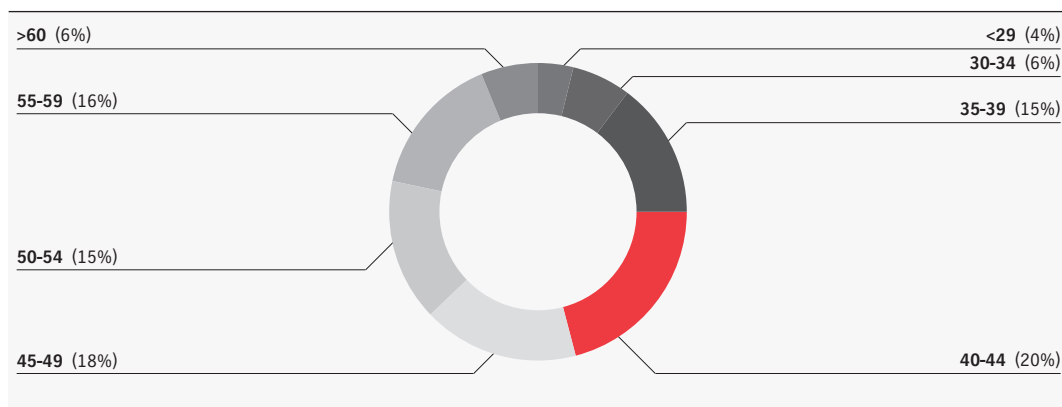
No que respeita à atividade internacional, a área seguradora da Fidelidade está presente em sete países, distribuídos por três continentes (Espanha, França, Luxemburgo, Macau, Angola, Cabo Verde e Moçambique).

3.2. Recursos Humanos

Em 2014, existiam 3.221 trabalhadores em serviço no conjunto das empresas integradas na área seguradora do Grupo Fidelidade.

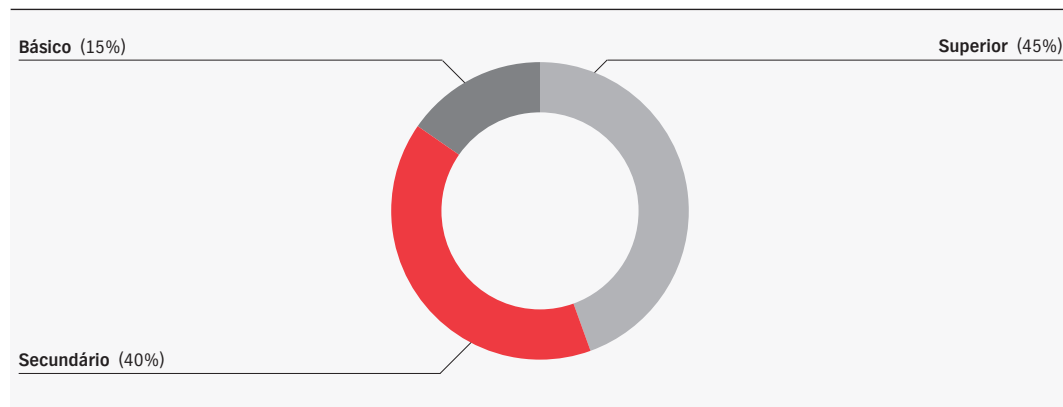
O efetivo permanente apresentou uma idade média de 45,9 anos e uma antiguidade média de 19,2 anos.

Estrutura Etária



Em termos de formação académica, continuou a verificar-se uma tendência de aumento do nível de escolaridade, sendo que os colaboradores com formação superior representam 45% do total.

Nível de Habilitação



3.3. Responsabilidade Social

Num contexto de crise como o que se tem verificado nos últimos anos, a atividade seguradora assume um papel ainda mais importante, na medida em que a proteção de pessoas e bens ganha uma importância acrescida.

De facto, a aplicação sistemática da regra da adequação das responsabilidades, atuais e futuras, às respetivas disponibilidades, permite às seguradoras integrarem na sua matriz identificadora um princípio essencial da própria sustentabilidade, com evidentes impactos positivos também na sociedade em geral.

Ao abrigo do seu Programa de Responsabilidade Social as seguradoras do Grupo Fidelidade adotaram uma estratégia que assenta prioritariamente no desenvolvimento de soluções que, além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a questões de interesse nacional e a situações que podem provocar grandes desigualdades sociais.

Exemplos concretos da aplicação desta estratégia são o desenvolvimento de produtos para facilitar o acesso à poupança e sensibilizar para as questões relacionadas com a poupança e a reforma; a oferta mais integrada ao nível da saúde.

A nível ambiental, a companhia disponibiliza um seguro decorrente da nova Diretiva de Responsabilidade Ambiental, sendo de referir o seguro de incêndios florestais, num trabalho conjunto com um grupo empresarial nacional, que garante o pagamento da reflorestação depois de um sinistro de incêndio.

Tenciona-se, por isso, prosseguir o esforço de adaptação dos produtos às necessidades dos clientes, continuando a inovar nas respostas às solicitações mais recentemente pressentidas. Entre estas avultam a substituição, ainda que parcial, das garantias públicas em risco de retrocesso: reforma/poupança de longo prazo; financiamento dos cuidados de saúde e da educação; e apoio em situação de dependência.

4. Enquadramento Macroeconómico e Competitivo

4.1. Enquadramento Macroeconómico

No que respeita à economia nacional, o ano de 2014 fica marcado pelo fim do Programa de Assistência Económica e Financeira e pela recuperação da capacidade de financiamento junto dos mercados internacionais.

Para tal foi necessária a conjugação de diversos fatores externos e internos, sendo de destacar o aumento da integração institucional a nível europeu, a diminuição da perceção de risco associada à economia portuguesa, o processo de consolidação orçamental, a melhoria das contas externas e a desalavancagem dos setores financeiro e não financeiro.

Em consequência, e apesar de alguns desequilíbrios estruturais que continua a evidenciar, tem vindo a verificar-se uma gradual recuperação da economia portuguesa que, em 2014, terá registado um aumento do PIB (cerca de 1%) pela primeira vez nesta década, suportado na evolução do consumo privado e do investimento.

Por outro lado, e apesar da relativa estagnação económica dos principais parceiros comerciais, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento próximo de 3%, em particular ao nível dos bens energéticos refinados e do turismo, o que, para além do efeito na balança com o exterior, evidencia o aumento relativo dos recursos afetos aos setores de bens e serviços transacionáveis.

De referir, contudo, que, em 2014, as importações registaram um crescimento de 6%, superior ao das exportações, o que conduziu a uma deterioração do saldo da balança de bens e serviços que, ainda assim, manteve um valor positivo em torno de 1,6% do PIB.

A inflação, em 2014, deverá ter registado um valor sensivelmente nulo, claramente inferior ao objetivo de longo prazo de 2%, beneficiando da moderação salarial, decorrente das condições existentes no mercado de trabalho, e da descida dos preços das matérias-primas, em particular do petróleo.

Relativamente ao mercado de trabalho, verificou-se uma tendência de redução da taxa de desemprego, que registou um valor médio anual próximo de 14%, refletindo quer a melhoria da atividade económica, quer a redução da população ativa, com especial incidência nos segmentos mais jovens onde a emigração se tem feito sentir de forma mais vincada.

A política orçamental manteve-se restritiva em 2014, com a manutenção de diversas medidas de austeridade, nomeadamente redução de vencimentos de funcionários públicos e pensões e aumento da carga fiscal, sendo expectável o cumprimento do objetivo para o défice orçamental de 4% do PIB, excluindo o efeito não recorrente do financiamento às empresas públicas de transportes.

Apesar da melhoria verificada ao longo do ano de 2014, as condições de financiamento mantiveram-se restritivas, o que, aliado ao elevado nível de endividamento, continuará a ser um fator limitador do crescimento futuro da economia portuguesa.

Em 2015, a economia nacional deverá registar um crescimento próximo de 1,5%, que, embora reduzido, representa uma aceleração face ao esperado para 2014 e consolida a inversão do ciclo recessivo iniciado em 2011.

Esta evolução deverá continuar a assentar no comportamento do consumo privado, investimento e exportações, pelo que é suscetível de ser impactada por fatores que afetem a procura externa dirigida à economia portuguesa, bem como pelas condições de financiamento futuras.

4.2. Enquadramento Competitivo da Área Seguradora

Em 2014, o mercado segurador nacional voltou a refletir as condicionantes de uma conjuntura económica desfavorável, tendo, contudo, apresentado um crescimento de 9,1% no montante de prémios, para 14,3 mil milhões de euros (equivalente a cerca de 8% do PIB), beneficiando da recuperação do montante de prémios do ramo Vida.

Neste sentido, a atividade Vida conheceu um aumento do montante de prémios em 12,9%, para 10,4 mil milhões de euros, beneficiando da alteração das políticas de captação de recursos por parte dos principais grupos financeiros nacionais e da maior procura por PPR's, produto que reflete os receios relativamente à redução futura do nível de pensões asseguradas pelo Estado.

Por outro lado, a atividade Não Vida apresentou um decréscimo de 0,1%, tendo o montante de prémios atingido 3,9 mil milhões de euros. Esta evolução, apesar de traduzir uma melhoria face a anos anteriores, continua a refletir a fragilidade da economia nacional, com particular impacto nos ramos Automóvel e Transportes.

De referir, por outro lado, o aumento do montante de prémios no ramo Doença, que reflete a crescente preocupação com as restrições orçamentais do Serviço Nacional de Saúde, e ainda a inversão da tendência de decréscimo que se vinha verificando no ramo Acidentes de Trabalho, refletindo a melhoria do mercado de trabalho e uma política tarifária mais equilibrada.

De uma forma geral, o mercado segurador apresenta uma diminuição dos níveis de concentração, tendo-se verificado um aumento de quota por parte das seguradoras de menor dimensão.

4.3. Enquadramento Competitivo da Área Saúde

O Setor da Saúde em Portugal constitui, tradicionalmente, uma área de intervenção privilegiada de entidades públicas, sobretudo no que diz respeito aos grandes sistemas de saúde, complementada pela clínica privada e por instituições com carácter associativo ou de solidariedade social.

Na última década, os gastos em saúde cresceram a um ritmo superior ao do PIB, levando a que Portugal seja um dos países da UE com maiores gastos em saúde (superior a 10% do PIB).

Nos últimos anos tem-se vindo igualmente a assistir ao aparecimento e à expansão de grandes projetos privados, pois a dinâmica das sociedades modernas modifica os paradigmas dos sistemas de saúde, por via do acesso generalizado à informação – o qual amplia as expectativas e exigências dos cidadãos no que diz respeito à escolha e acesso a cuidados de saúde.

As unidades de saúde privadas têm vindo a concentrar o esforço na disponibilização de oferta de serviços de excelência, com profissionais altamente qualificados nas respetivas áreas e na utilização dos mais modernos equipamentos, respondendo a uma procura crescente e seletiva, potenciada por uma adesão crescente aos seguros de saúde.

Os indicadores disponíveis apontam para uma dimensão já significativa e rapidamente crescente do setor privado de saúde, estimando-se que o volume de negócios seja aproximadamente 1.500 milhões de euros.

5. Análise da Atividade

5.1. Posicionamento da Área Seguradora

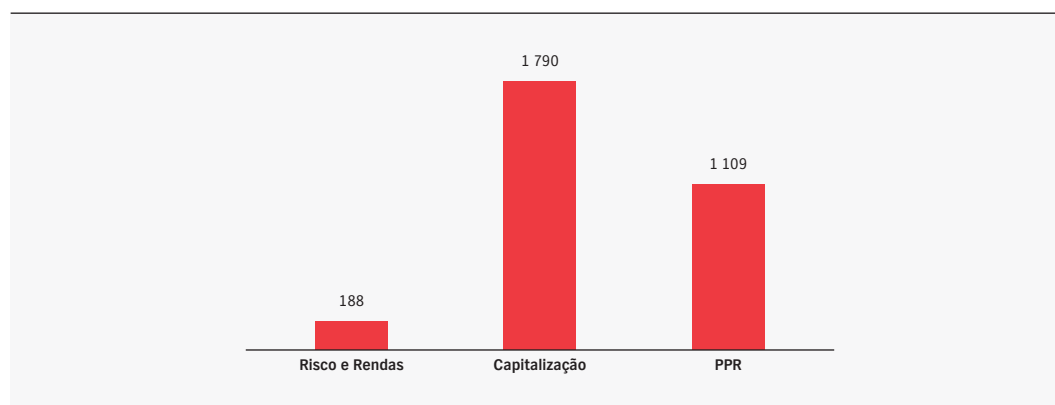
O Grupo Fidelidade manteve, em 2014, a liderança destacada do setor segurador nacional, detendo uma quota global de 28,0%, correspondente a um volume de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento) de 4.003 milhões de euros, representando um acréscimo de 13,7% face ao ano anterior.

A atividade Vida, em Portugal, contabilizou 3.022 milhões de euros de prémios de seguro direto (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), tendo registado um acréscimo de 20,0% face a 2013, por via dos produtos de poupança reforma, o que permitiu a manutenção da liderança do mercado, alcançando uma quota de 28,9% (+1,7pp face a 2013).

A atividade internacional registou um montante de prémios na atividade Vida de 66 milhões de euros.

Prémios de Seguro Direto Ramo Vida

Atividade Total (2014)

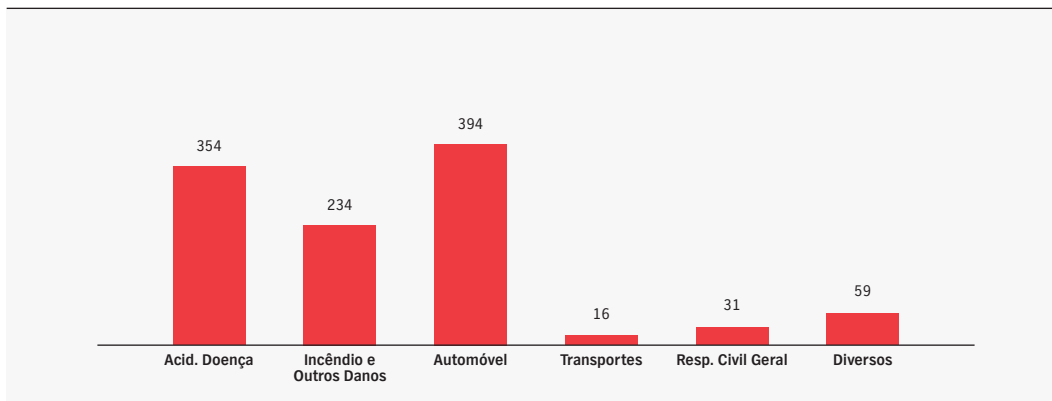


A atividade Não Vida, em Portugal, registou prémios de seguro direto num montante de 981 milhões de euros, apresentando uma diminuição de 2,2% face ao ano anterior, comum à generalidade dos ramos (sendo exceção os ramos Doença e Responsabilidade Civil).

Por sua vez, a atividade no estrangeiro registou prémios Não Vida num montante de 107 milhões de euros.

Prémios de Seguro Direto Ramo Não Vida

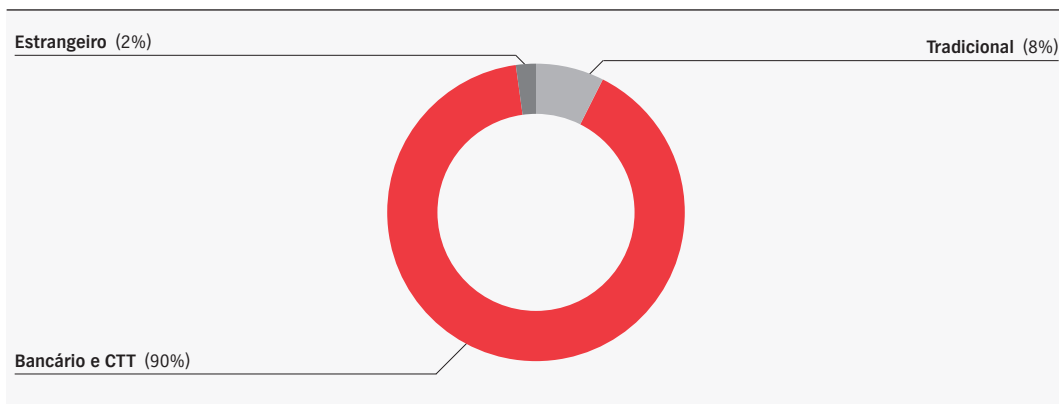
Atividade Total (2014)



Em 2014, a quota de mercado nos ramos Não Vida foi de 25,5%, assegurando a manutenção da liderança do mercado (mais do que duplicando o valor registado pelos concorrentes mais próximos).

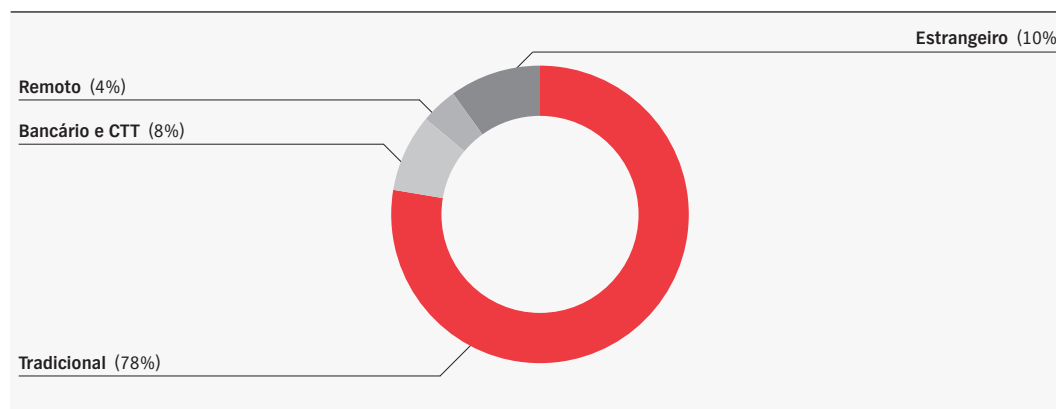
Numa análise por canais de distribuição em 2014, verifica-se que, ao nível do ramo Vida, o canal bancário apresentou um acréscimo do peso em 2,4pp face a 2013, passando a representar 90% no total de captação de prémios.

Produção Vida por Canais de Distribuição (2014)



Por outro lado, nos ramos Não Vida, verificou-se, face a 2013, uma redução de 4,2pp no peso do canal tradicional por contrapartida do aumento do peso da produção efetuada no estrangeiro.

Produção Não Vida por Canais de Distribuição



5.2. Posicionamento da Área Hospitalar

A Luz Saúde é um dos maiores grupos de prestação de cuidados de saúde no mercado português, prestando serviços através de 18 unidades (oito hospitais privados, um hospital do SNS em regime de Parceira Público-Privada (PPP), sete clínicas privadas a operar em regime de ambulatório e duas residências sénior) e está presente nas regiões Norte, Centro e Centro-Sul de Portugal.

Em 2014, a Luz Saúde aumentou os seus rendimentos operacionais consolidados em 7,5% face a 2013, atingindo 401,7 milhões de euros, refletindo o crescimento da atividade do segmento de cuidados de saúde privados (+6,7%) e do Hospital Beatriz Ângelo no segmento de cuidados de saúde públicos (crescimento de 10,2%).

5.3. Síntese da Atividade das Participadas

Fidelidade

O ano de 2014 fica marcado pela consolidação da nova marca Fidelidade, que possibilitou um aumento da notoriedade da Companhia e teve um impacto particular na rede comercial, decorrente da mudança de imagem dos espaços de atendimento e do reforço comunicacional permitido pela unificação da marca.

As principais linhas de atuação da companhia continuaram centradas no aprofundamento da relação com as redes comerciais, na conceção de produtos adaptados às necessidades dos clientes, na constante atenção ao equilíbrio da exploração técnica e no aumento da eficiência organizacional, a que acresce, ainda, a prossecução do Programa de Responsabilidade Social.

De salientar ainda a implementação de um programa de ação estratégica, denominado Projeto Compass, assente no fortalecimento do negócio doméstico, expansão internacional, melhoria na gestão de investimentos e transformação organizacional.

De referir igualmente o início da atividade em Moçambique, através da abertura de duas novas sucursais, alargando o número de países nos quais a Fidelidade marca presença.

Em 2014, a Fidelidade manteve a liderança destacada do setor segurador com uma quota de mercado de 27,7% (+1,2pp. que em 2013), tendo registado um montante de prémios na atividade em Portugal de 3.960 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), correspondendo a um acréscimo de 13,8% face ao ano anterior, decorrente essencialmente do comportamento favorável do Ramo Vida (20,0% face a 2013).

Esta liderança verificou-se quer nos ramos Vida, com uma quota de mercado de 28,9% (27,2% em 2013), quer nos ramos Não Vida com 24,4% (24,9% em 2013).

A atividade no estrangeiro evidenciou uma produção de 115 milhões de euros (incluindo recursos captados ao abrigo de contratos de investimento), registando assim um acréscimo de 50,0% face a 2013.

Em 2014 a Companhia alcançou um Resultado Líquido de 159,1 milhões de euros.

Via Directa

Fundada em 1998, a Via Directa é a Companhia de Seguros que integra o Grupo Fidelidade vocacionada para a comercialização de seguros através da internet, sendo a líder destacada no segmento de mercado das seguradoras que distribuem os seus produtos através de canais diretos.

Dispõe de três Lounges, dois em Lisboa e um no Porto, que garantem o atendimento presencial nestas duas cidades, contribuindo assim para a diferenciação da presença da OKI no mercado português.

Como resultado do seu foco na inovação e na tecnologia, foi pioneira na disponibilização da simulação do preço do seguro automóvel e na sua venda através da internet, tendo, a partir de 2012, alargado a sua oferta, passando a integrar na sua carteira, para além do Seguro Automóvel, os Seguros de Multiriscos Habitação, Acidentes Pessoais e Saúde.

Foi também neste ano que a OKI teleseguros passou a ter um novo site, adaptado aos novos dispositivos (desktop, tablets e smartphones), com simulação e emissão de apólice disponíveis em praticamente todos os seus produtos.

O volume de prémios brutos emitidos foi de 42 milhões de euros, registando-se um crescimento superior a 2% face a 2013, o que permitiu à Via Directa incrementar a sua quota de mercado Não Vida, principalmente no segmento das “seguradoras diretas”.

Em 2015, e com o objetivo de tornar o seguro um produto simples, acessível e inovador, suportado nas novas tecnologias, a OKI teleseguros continuará a desenvolver ferramentas de acesso em multiplataformas e soluções inovadoras, de modo a permitir uma maior comodidade, simplicidade e autonomia no acesso a todos os seus serviços.

Companhia Portuguesa de Resseguros

A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR) tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos não vida em Portugal bem como no estrangeiro de modo a participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

Os dois eixos da atividade da Companhia centram-se, nomeadamente: na gestão da carteira de negócios que subscreveu enquanto ressegurador ativo e que se encontra em extinção (“run-off”) desde o final de 2003 e na consolidação do reposicionamento estratégico assumido em 2011, no sentido de desenvolver o negócio de resseguro aceite às seguradoras do Grupo Fidelidade.

Em 2014, a Companhia prosseguiu a sua política de extinção do seu passivo técnico, através da celebração de acordos com as cedentes titulares de negócios já findos, mas ainda com responsabilidades em suspenso, tendo encerrado mais um negócio pendente com a consequente extinção das responsabilidades.

A subscrição de riscos em 2014 manteve-se circunscrita às empresas do Grupo, nomeadamente com a participação nos Tratados de Excesso de Perdas da Fidelidade.

Em 2014 o resultado líquido foi de 438 mil euros, o que representa uma redução 90 mil euros (-17%) face ao ano anterior.

Universal Seguros

Desde 2011, a Fidelidade marca presença em Angola através da seguradora angolana Universal Seguros, na qual detém uma participação maioritária no capital social.

A Universal Seguros define-se como uma seguradora generalista para o mercado angolano que disponibiliza, através de uma rede multicanal, uma vasta gama de produtos e soluções para particulares e empresas. De destacar ainda a sua vocação para apoiar a internacionalização das empresas lusófonas e para complementar o negócio bancário do grupo em Angola.

A Universal Seguros é líder reconhecida na inovação da oferta de seguros em Angola, tendo atualmente mais de 50.000 clientes, do segmento de particulares e empresas, e serve uma comunidade de 100.000 pessoas seguras.

Os canais de distribuição têm-se afirmado como principal pilar do desenvolvimento comercial, sendo que a Universal Seguros opera via duas agências próprias, canal bancário, corretores, agentes exclusivos, acordos com distribuidores, grandes clientes e canal telefónico.

A Universal Seguros obteve em 2014 um crescimento substancial dos prémios, alcançando um volume de prémios de 52 milhões de euros (+183% face ao ano anterior), com origem sobretudo no segmento Não Vida.

Em termos de peso relativo, o Automóvel continua a afirmar-se como o ramo que maior contributo teve para o volume total de negócios, com 43% do volume total de prémios, seguido pelo ramo Doença, que passou a representar 26% do total da carteira.

O resultado líquido de exploração foi de 1,3 milhões de euros.

A Universal Seguros continuará a privilegiar a inovação como fator diferenciador do seu posicionamento no mercado de seguros Angolano. Nesse sentido, para o ano de 2015, continuará a ser uma preocupação da Universal Seguros a melhoria da qualidade dos canais de distribuição; a eficiência operacional e a qualidade do serviço prestado aos Clientes, a par com o contínuo desenvolvimento dos seus colaboradores.

Garantia Seguros

A Garantia é líder no mercado segurador cabo-verdiano e dedica-se à exploração dos seguros dos ramos vida e não vida, apresentando um diversificado leque de soluções de proteção destinados a particulares, empresas e profissionais liberais. Há 5 anos que tem sido distinguida como a marca em que os cabo-verdianos mais confiam.

No ano de 2014, a Companhia foi penalizada pelo abrandamento da atividade económica e pelo aumento da competitividade.

Muito embora o decréscimo no volume de negócios da Companhia, o resultado líquido apresentou um importante aumento de 111% (para 1,5 milhões de euros), resultante de Rendimentos e Ganhos de Investimento.

Este ano de 2014 foi marcado, essencialmente, pela implementação/consolidação de projetos que tiveram origem em anos anteriores:

- Afirmação do produto “Vida Proteção Garantida”, como mais uma alternativa em seguros de vida;
- Lançamento do Produto PPR/E – Plano Poupança Reforma Educação;
- Implementação efetiva de Garantia Mobile (um aplicativo que possibilita aos nossos clientes o acesso rápido à gestão da sua carteira de seguros a partir do seu smartphone ou tablet);
- Disponibilização, aos clientes, da possibilidade de pagamentos de prémios via e-mail.

No âmbito da sua responsabilidade social o ano foi marcado, sobretudo, pelo apoio às vítimas da erupção vulcânica da Ilha do Fogo.

Perspetiva-se, para 2015, um aumento do peso do ramo Vida com dinamização da comercialização dos produtos Plano Poupança Reforma, bem como a consolidação da sua quota de mercado sem descurar a rentabilidade técnica dos ramos Vida e Não Vida.

CETRA

A CETRA – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. tem como principal objeto de atividade o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis.

Em 2014, o volume de negócios da CETRA ascendeu a 3,1 milhões de euros, proveniente das 3.560 reparações que efetuou durante o exercício em apreço, ficando 5,4% acima das reparações efetuadas no ano transato, tendo o resultado líquido atingido 43 mil euros.

Para 2015 a Cetra irá adotar um novo modelo de gestão operacional, tendo para o efeito celebrado um contrato de prestação de serviços para subcontratação de trabalhos de chapa e de pintura.

A Cetra prevê igualmente alargar a sua atividade criando mais duas unidades na zona Ocidental de Lisboa e na zona industrial do Porto, estando também previsto o apoio à internacionalização da Fidelidade em África (Angola e Cabo Verde).

EAPS

A EAPS, operando sob a marca Safemode, desenvolve e presta serviços de Análise de Risco, de Segurança e Saúde no trabalho, de Medicina no Trabalho e Medidas de Autoproteção.

A EAPS alcançou um volume de negócios de 2,3 milhões de euros e um resultado líquido de 39 mil euros.

Na qualidade de empresa pertencente à Fidelidade, deu continuidade aos serviços de suporte técnico prestados à atividade desenvolvida pela Seguradora, contribuindo de forma substantiva para o reforço da competitividade dos produtos oferecidos por aquela entidade, bem como para a fidelização da sua carteira de clientes.

Na restante atividade, não relacionada com a seguradora, e apesar da situação de crise económica existente, a Safemode conseguiu dilatar, face a 2013, a posição deste segmento, tendo passado a representar 41% da faturação total.

Em 2014, a empresa manteve todas as creditações e certificações, atribuídas pelos organismos competentes. Este ano fica também marcado pelo início da operação de Medicina no Trabalho.

Quanto às principais linhas de orientação estratégica para o próximo ano, a EAPS pretende apostar no crescimento e desenvolvimento das áreas de negócio da empresa que apresentam maior potencial, nomeadamente a Medicina no Trabalho e a HST, os Equipamentos e Sistemas de Segurança, e o Software de Gestão.

Fidelidade Imobiliário

As empresas Fidelidade Property Europe e Fidelidade Property International têm como objeto principal a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

No âmbito da prestação de serviços, cabe a gestão dos ativos imobiliários da Fidelidade - Companhia Seguros, compostos por imóveis afetos à exploração e imóveis de investimento, bem como a participação em fundos imobiliários e participações societárias de natureza imobiliária.

Em 2014, a Fidelidade Property Europe apresentou um resultado líquido do exercício de 1,3 milhões de euros. Por seu lado, a Fidelidade Property International, que iniciou a sua atividade no segundo semestre de 2014, apresentou um resultado líquido de 66 mil euros.

GEP

A Gep - Gestão de Peritagens, S. A. é a empresa responsável pelas peritagens das seguradoras da Fidelidade.

Em 2014 manteve-se o investimento na formação técnica e comportamental dos seus colaboradores e prestadores de serviços, o que permitiu desenvolver a atividade dentro dos elevados parâmetros de rigor, da transparência e da independência técnica, o que constitui um claro fator de diferenciação relativamente às habituais práticas do mercado segurador.

Em paralelo, e com o foco na melhoria contínua dos seus serviços e na satisfação dos seus clientes, as seguradoras do Grupo Fidelidade e, indiretamente, os mediadores e clientes destas, a Gep tem apostado em várias certificações, das quais se destacam a certificação pela norma ISO no referencial 9001 desde 2008, a certificação dos peritos de automóvel pelo Centro de Zaragoza desde 2008, e da certificação dos peritos patrimoniais, em danos em edificações pelo CICCOPN - Centro de Formação da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte, desde 2010.

Durante o ano de 2014, a Gep efetuou um total de 223.531 peritagens e averiguações, o que se traduz num decréscimo de 3,3% na sua atividade, evolução que decorreu da menor sinistralidade rodoviária (ramo Automóvel) e da ausência de eventos climatéricos extremos (ramos Patrimoniais).

Foram ainda desenvolvidas ferramentas que constituem mais um marco na criação de valor, das quais destacamos o GepExpert – ferramenta de gestão de peritagens automóveis –, o GePoP – ferramenta de cálculo de reparação de danos em edificações – e ainda o SCAPA – sistema de controlo automático de peritagens automóveis. Foram ainda desenvolvidos serviços inovadores, dos quais se destaca o LDI – liquidação direta e imediata –, na área de peritagens patrimoniais.

No ano 2015, para além da imprescindível continuação da aposta na qualidade dos serviços prestados, na eficiência operacional e na criação de serviços diferenciadores a Gep irá procurar investir na internacionalização dos seus serviços, nomeadamente em África, tendo como objetivo principal a prestação de serviços às seguradoras do grupo que aí operam.

Luz Saúde

A Luz Saúde é um dos maiores grupos de prestação de cuidados de saúde no mercado português, prestando os seus serviços através de 18 unidades (oito hospitais privados, um hospital do SNS em regime de Parceira Público-Privada (PPP), sete clínicas privadas a operar em regime de ambulatório e duas residências sénior) e está presente nas regiões Norte, Centro e Centro-Sul de Portugal.

A estrutura da Luz Saúde permite-lhe garantir a complementaridade e a gestão integrada das suas unidades de saúde, através da referenciação de pacientes entre as várias unidades, da partilha de know-how e da facilidade de acesso às instalações de algumas das melhores unidades de prestação de cuidados hospitalares agudos do país.

Em 2014, a Luz Saúde aumentou os seus rendimentos operacionais consolidados em 7,5% face a 2013, atingindo 402 milhões de euros, impulsionados pelo crescimento da atividade do segmento de cuidados de saúde privados (+6,7%) e do Hospital Beatriz Ângelo no segmento de cuidados de saúde públicos (crescimento de 10,2%).

O EBITDA atingiu 56,6 milhões de euros, um decréscimo de -3,9% em relação ao período homólogo justificado, sobretudo, pelo aumento dos custos de estrutura associados ao facto de a Luz Saúde se ter tornado uma sociedade cotada e custos extraordinários decorrentes do processo de venda da empresa através de oferta pública de aquisição.

Ainda de referir o decréscimo da margem EBITDA no segmento de cuidados de saúde privados (de 20,3% para 19,4%), devido a rendimentos não recorrentes em 2013 e custos de marketing extraordinários em 2014.

O Hospital Beatriz Ângelo (PPP), evoluiu de um EBITDA de 1,1 milhões de euros em 2013 para 1,5 milhões de euros em 2014, atingindo uma margem EBITDA de 1,7%, continuando a aguardar a decisão do Estado relativamente ao financiamento das prestações de saúde adicionais realizadas no âmbito dos cuidados em regime de ambulatório aos doentes VIH/SIDA, à semelhança do que acontece nos restantes hospitais do SNS, incluindo PPPs.

O resultado líquido atribuível aos acionistas atingiu os 17,8 milhões de euros, representando um aumento de 26,8% face a 2013, impulsionado pelos resultados operacionais, bem como pela melhoria dos resultados financeiros, como consequência da redução do montante em dívida e do custo associado.

Em 2014, a Luz Saúde apresentou igualmente níveis significativos de investimento associados à sua estratégia de crescimento, nomeadamente através da aquisição dos terrenos para a expansão do Hospital da Luz e do Hospital da Luz – Clínica de Oeiras.

Durante o período entre 19 de agosto e 14 de outubro, a Luz Saúde foi alvo de várias ofertas públicas concorrentes para a aquisição do seu capital social, realizadas por três grupos económicos e que culminaram na aquisição da Sociedade pela Fidelidade – Companhia de Seguros S.A.

Em 2015, a Luz Saúde irá manter o enfoque em alavancar a elevada procura que se verifica pelos seus serviços no segmento privado de cuidados de saúde, com o objetivo de continuar a melhorar a utilização da capacidade instalada e, em consequência, a rentabilidade global.

Em simultâneo, a empresa prosseguirá com os planos de expansão da sua capacidade instalada, nomeadamente no Hospital da Luz, no Hospital da Luz - Clínica de Oeiras e na região do Porto. Continuará, ainda, a desenvolver as atividades de planeamento inicial e desenho do projeto de um novo hospital privado em Luanda.

6. Notas Finais

Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando particularmente:

- As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a Entidade Reguladora da Saúde, pelo trabalho de supervisão e regulação que têm levado a efeito;
- A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade;
- As redes de distribuição de seguros e os resseguradores, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados na comercialização dos nossos produtos;
- Os colaboradores de todas as empresas integradas no Grupo Fidelidade, que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- Os clientes pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guangchang GUO – Presidente

João Nuno de Oliveira Jorge Palma – Vice-Presidente

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia – Vice-Presidente

Qunbin WANG

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Michael LEE

Yao XU

José Manuel Alvarez Quintero

António Manuel Marques de Sousa Noronha

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

Wai Lam William MAK

José Pedro Cabral dos Santos

Lan KANG

Xiaoyong WU

02

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores em Euros)

ATIVO	Notas	2014			2013
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 e 12	357 289 525	-	357 289 525	170 987 715
Investimentos em associadas e empreend. conjuntos	5 e 12 (l)	124 421 079	-	124 421 079	1 507 633
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 12	863 235 679	-	863 235 679	913 455 115
Ativos disponíveis para venda	8 e 12 (l)	9 259 865 258	-	9 259 865 258	6 211 825 143
Empréstimos e contas a receber	12	1 309 548 743	-	1 309 548 743	1 360 556 126
Depósitos junto de empresas cedentes	9	968 804	-	968 804	951 346
Outros depósitos	9	1 302 408 870	-	1 302 408 870	1 356 543 720
Empréstimos concedidos	9	5 770 870	-	5 770 870	2 654 976
Outros	9	400 199	-	400 199	406 084
Investimentos a deter até à maturidade	10	-	-	-	2 877 576 151
Terrenos e edifícios	12	1 158 796 805	(125 843 301)	1 032 953 504	562 352 703
Terrenos e edifícios de uso próprio	11	505 787 195	(122 646 959)	383 140 236	119 025 041
Terrenos e edifícios de rendimento	11	653 009 610	(3 196 342)	649 813 268	443 327 662
Outros ativos tangíveis	12 e 13	268 152 846	(218 813 843)	49 339 003	12 308 130
Inventários	14	8 489 902	(3 507)	8 486 395	705 630
Goodwill	15	472 412 514	(94 481 383)	377 931 131	2 207 444
Outros ativos intangíveis	16	170 300 385	(149 349 768)	20 950 617	21 345 914
Provisões técnicas de resseguro cedido		237 178 255	-	237 178 255	266 218 229
Provisão para prémios não adquiridos	17	72 820 118	-	72 820 118	75 158 616
Provisão matemática do ramo vida	17	10 463 963	-	10 463 963	12 903 425
Provisão para sinistros	17	153 623 584	-	153 623 584	178 119 943
Provisão para participação nos resultados	17	270 590	-	270 590	36 245
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	35	9 603 031	-	9 603 031	5 030 757
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		343 384 063	(94 704 358)	248 679 705	186 830 098
Contas a receber por operações de seguro direto	18	167 695 698	(42 065 700)	125 629 998	146 259 000
Contas a receber por outras operações de resseguro	18	21 279 489	(11 815 466)	9 464 023	15 394 342
Contas a receber por outras operações	18	154 408 876	(40 823 192)	113 585 684	25 176 756
Ativos por impostos		141 882 168	-	141 882 168	170 734 605
Ativos por impostos correntes	19	367 771	-	367 771	4 035 933
Ativos por impostos diferidos	19	141 514 397	-	141 514 397	166 698 672
Acréscimos e diferimentos	20	59 470 744	-	59 470 744	29 992 023
TOTAL ATIVO		14 784 030 997	(683 196 160)	14 100 834 837	12 793 633 416

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores em Euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2014	2013
PASSIVO			
Provisões técnicas		3 906 337 207	4 003 821 017
Provisão para prémios não adquiridos	21	271 170 842	268 161 520
Provisão matemática do ramo vida	21	1 667 380 282	1 756 642 234
Provisão para sinistros		1 746 889 038	1 781 954 195
De vida	21	123 816 191	108 459 953
De acidentes de trabalho	21	786 160 945	780 175 136
De outros ramos	21	836 911 902	893 319 106
Provisão para participação nos resultados	21	109 188 316	106 541 655
Provisão para compromissos de taxa	21	7 454 750	6 505 548
Provisão para estabilização de carteira	21	24 502 158	23 545 774
Provisão para desvios de sinistralidade	21	20 994 212	19 458 757
Provisão para riscos em curso	21	58 757 609	41 011 334
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	22	7 692 230 036	7 026 611 568
Outros passivos financeiros		470 836 687	145 714 281
Depósitos recebidos de resseguradores	23	109 306 980	110 807 066
Outros	23	361 529 707	34 907 215
Outros credores por operações de seguros e outras operações		171 434 120	134 696 111
Contas a pagar por operações de seguro direto	24	75 711 022	67 060 724
Contas a pagar por outras operações de resseguro	24	38 741 478	35 139 315
Contas a pagar por outras operações	24	56 981 620	32 496 072
Passivos por impostos		199 311 631	81 892 825
Passivos por impostos correntes	19	60 590 827	29 982 978
Passivos por impostos diferidos	19	138 720 804	51 909 847
Acréscimos e diferimentos	25	112 411 165	59 158 168
Outras provisões	26	210 354 124	143 582 134
TOTAL PASSIVO		12 762 914 970	11 595 476 104
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	27	381 150 000	381 150 000
Reservas de reavaliação		534 274 990	143 938 231
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	28	433 965 774	116 843 015
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	28	70 139 464	26 687 766
De diferenças de câmbio	28	30 169 752	407 450
Reserva por impostos diferidos	28	(137 032 339)	(22 792 067)
Outras reservas	28	235 246 911	479 123 750
Resultados transitados	28	104 680 449	91 275 945
Resultado do exercício	28	178 232 205	107 887 173
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1 296 552 216	1 180 583 032
Interesses Minoritários	29	41 367 651	17 574 280
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS		1 337 919 867	1 198 157 312
TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO		14 100 834 837	12 793 633 416

Demonstração de Resultados Consolidada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	2014			Total
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		272 639 780	712 179 052	-	984 818 832
Prémios brutos emitidos	30 e (IV)	281 951 786	1 090 375 987	-	1 372 327 773
Prémios de resseguro cedido	30 e (IV)	(9 419 595)	(372 296 985)	-	(381 716 580)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	21 e (IV)	(14 030)	(2 406 489)	-	(2 420 519)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	17 e (IV)	121 619	(3 493 461)	-	(3 371 842)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	31	2 055 164	-	-	2 055 164
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(329 602 501)	(505 355 885)	-	(834 958 386)
Montantes pagos		(311 317 631)	(535 735 087)	-	(847 052 718)
Montantes brutos	32 and 33 (III and IV)	(318 405 142)	(738 856 034)	-	(1 057 261 176)
Parte dos resseguradores	32 (IV)	7 087 511	203 120 947	-	210 208 458
Provisão para sinistros (variação)		(18 284 870)	30 379 202	-	12 094 332
Montante bruto	32 (III e IV)	(15 333 206)	54 819 812	-	39 486 606
Parte dos resseguradores	32 (IV)	(2 951 664)	(24 440 610)	-	(27 392 274)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	32	(1 905 586)	(19 281 729)	-	(21 187 315)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		90 612 556	-	-	90 612 556
Montante bruto	21 e 32	93 129 360	-	-	93 129 360
Parte dos resseguradores	32	(2 516 804)	-	-	(2 516 804)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	32	(15 963 524)	(38 443)	-	(16 001 967)
Custos e gastos de exploração líquidos		(75 670 894)	(241 031 472)	-	(316 702 366)
Custos de aquisição	33 (IV)	(58 239 602)	(215 377 350)	-	(273 616 952)
Custos de aquisição diferidos (variação)	21 (IV)	25 964	451 808	-	477 772
Gastos administrativos	33 (IV)	(20 152 580)	(71 728 712)	-	(91 881 292)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(IV)	2 695 324	45 622 782	-	48 318 106
Rendimentos		273 599 714	56 148 614	36 310 731	366 059 059
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	36	243 901 756	37 489 230	21 576 552	302 967 538
Outros	36	29 697 958	18 659 384	14 734 179	63 091 521
Gastos financeiros		(21 017 828)	(5 461 555)	(1 345 067)	(27 824 450)
Outros	33 e 37	(21 017 828)	(5 461 555)	(1 345 067)	(27 824 450)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas		55 482 369	72 662 143	2 689 429	130 833 941
De ativos disponíveis para venda	38	241 393 560	72 662 143	2 689 429	316 745 132
De investimentos a deter até à maturidade	38	-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	22 e 38	(185 911 191)	-	-	(185 911 191)
De outros	38	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas		(25 516 471)	4 094 512	105 460	(21 316 499)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	39	(3 764 466)	-	(86 391)	(3 850 857)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	39	(21 752 005)	4 094 512	191 851	(17 465 642)
Diferenças de câmbio	40	7 185 636	8 326 516	(332 619)	15 179 533
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	41	2 024	206 966	1 832 431	2 041 421

(Continuação)

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	2014			Total
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		(34 559 317)	(22 977 045)	(38 184 737)	(95 721 099)
De ativos disponíveis para venda	42	(34 560 185)	(22 517 204)	(940 249)	(58 017 638)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	39	-	(479 167)	(2 109 887)	(2 589 054)
De outros	42	868	19 326	(35 134 601)	(35 114 407)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	43	410 849	2 232 602	-	2 643 451
Outros rendimentos/gastos	44	-	-	(3 505 515)	(3 505 515)
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	8 668 157	8 668 157
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	45	-	-	467 085	467 085
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS		197 751 971	61 704 276	6 705 355	266 161 602
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	19	-	-	(89 299 517)	(89 299 517)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	19	-	-	3 671 205	3 671 205
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		197 751 971	61 704 276	(78 922 957)	180 533 290
Interesses minoritários	29	-	-	(2 301 084)	(2 301 084)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28	197 751 971	61 704 276	(81 224 041)	178 232 206

(Continuação)

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	2013			2013
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		220 153 441	714 973 292	-	935 126 733
Prémios brutos emitidos	30 e (IV)	240 395 597	1 072 049 185	-	1 312 444 782
Prémios de resseguro cedido	30 e (IV)	(20 360 477)	(366 840 829)	-	(387 201 306)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	21 e (IV)	118 321	11 479 075	-	11 597 396
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	17 e (IV)	-	(1 714 139)	-	(1 714 139)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	31	2 045 747	-	-	2 045 747
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(322 353 105)	(513 413 673)	-	(835 766 778)
Montantes pagos		(329 083 810)	(549 606 280)	-	(878 690 090)
Montantes brutos	32 e 33 (III e IV)	(339 966 763)	(776 778 775)	-	(1 116 745 538)
Parte dos resseguradores	32 (IV)	10 882 953	227 172 495	-	238 055 448
Provisão para sinistros (variação)		6 730 705	36 192 607	-	42 923 312
Montante bruto	32 (III e IV)	8 001 859	46 363 372	-	54 365 231
Parte dos resseguradores	32 (IV)	(1 271 154)	(10 170 765)	-	(11 441 919)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	32	3 253 772	(26 035 537)	-	(22 781 765)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		148 648 528	-	-	148 648 528
Montante bruto	21 e 32	145 155 265	-	-	145 155 265
Parte dos resseguradores	32	3 493 263	-	-	3 493 263
Participação nos resultados, líquida de resseguro	32	(168 345)	(94 090)	-	(262 435)
Custos e gastos de exploração líquidos		(64 177 000)	(235 141 123)	-	(299 318 123)
Custos de aquisição	33 (IV)	(59 607 964)	(211 048 351)	-	(270 656 315)
Custos de aquisição diferidos (variação)	21 (IV)	(27 962)	(1 308 904)	-	(1 336 866)
Gastos administrativos	33 (IV)	(20 531 675)	(67 115 992)	-	(87 647 667)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(IV)	15 990 601	44 332 124	-	60 322 725
Rendimentos		366 756 523	66 534 264	26 582 300	459 873 087
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	36	327 810 198	48 332 076	12 335 387	388 477 661
Outros	36	38 946 325	18 202 188	14 246 913	71 395 426
Gastos financeiros		(3 809 263)	(4 340 786)	(1 234 494)	(9 384 543)
Outros	33 e 37	(3 809 263)	(4 340 786)	(1 234 494)	(9 384 543)

(Continuação)

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	2013			2013
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas		(152 001 573)	9 090 814	1 092 746	(141 818 013)
De ativos disponíveis para venda	38	18 548 320	9 090 814	1 133 309	28 772 443
De investimentos a deter até à maturidade	38	89	-	-	89
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	22 e 38	(170 549 982)	-	-	(170 549 982)
De outros	38	-	-	(40 563)	(40 563)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas		(29 486 010)	2 832 680	148 935	(26 504 395)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	39	(683 049)	-	-	(683 049)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	39	(28 802 961)	2 832 680	148 935	(25 821 346)
Diferenças de câmbio	40	(505 381)	(416 542)	798 544	(123 379)
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	41	-	(9 288 578)	(2 691 346)	(11 979 924)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		(14 471 663)	(14 423 651)	(24 830 438)	(53 725 752)
De ativos disponíveis para venda	42	(14 471 663)	(12 385 623)	(2 248 742)	(29 106 028)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	39	-	-	-	-
De outros	42	-	(2 038 028)	(22 581 696)	(24 619 724)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	43	4 629 532	3 359 639	-	7 989 171
Outros rendimentos/gastos	44	-	-	(5 569 733)	(5 569 733)
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	45	-	-	473 790	473 790
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS		158 515 203	(6 363 291)	(5 229 696)	146 922 216
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	19	-	-	(59 058 734)	(59 058 734)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	19	-	-	19 451 477	19 451 477
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO APÓS IMPOSTOS					
E ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		158 515 203	(6 363 291)	(44 836 953)	107 314 959
Interesses minoritários	29	-	-	572 214	572 214
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28	158 515 203	(6 363 291)	(44 264 739)	107 887 173

Demonstração das Variações no Capital Próprio Consolidado nos Exercícios de 2014 e 2013

(Valores em Euros)

	Capital Social	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Reserva legal	Outras Reservas	
					Prêmios de emissão	Outras reservas
Saldos em 1 de janeiro de 2013	605 000 000	92 305 112	(10 542 454)	85 032 009	115 103 280	251 199 285
Aplicação do resultado	-	-	-	11 920 708	-	20 838 456
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	(223 850 000)	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor						
de ativos financeiros disponíveis para venda	-	54 211 060	(15 561 037)	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(2 569 055)	547 525	-	-	-
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(8 886)	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	2 763 899	-	-	(4 969 988)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	381 150 000	143 938 231	(22 792 067)	96 952 717	115 103 280	267 067 753
Aplicação do resultado	-	-	-	9 346 664	-	(65 403)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(226 723 568)
Entradas no perímetro de consolidação	-	58 450 948	(27 475 238)	-	-	(30 975 710)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor						
de ativos financeiros disponíveis para venda	-	332 624 112	(86 096 574)	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(736 100)	(768 531)	-	-	-
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(2 201)	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	100 071	-	-	(317 901)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	-	31 848	-	4 312 046
Outros	-	-	-	72 209	-	442 976
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	381 150 000	534 274 990	(137 032 339)	106 403 438	115 103 280	13 740 193

(Continuação)

(Valores em Euros)

	Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub-Total	Interesses Minoritários	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2013	114 341 536	94 684 687	1 347 123 455	18 146 494	1 365 269 949
Aplicação do resultado	61 925 523	(94 684 687)	-	-	-
Distribuição de dividendos	(85 000 000)	-	(85 000 000)	-	(85 000 000)
Redução de capital	-	-	(223 850 000)	-	(223 850 000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor					
de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	38 650 023	-	38 650 023
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	(2 021 530)	-	(2 021 530)
Alienação de imóveis de uso próprio	8 886	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(2 206 089)	-	(2 206 089)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	-	(572 214)	(572 214)
Resultado líquido do exercício	-	107 887 173	107 887 173	-	107 887 173
Saldos em 31 de dezembro de 2013	91 275 945	107 887 173	1 180 583 032	17 574 280	1 198 157 312
Aplicação do resultado	98 605 912	(107 887 173)	-	-	-
Distribuição de dividendos	(82 978 206)	-	(309 701 774)	-	(309 701 774)
Entradas no perímetro de consolidação	-	-	-	24 346 861	24 346 861
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor					
de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	246 527 538	-	246 527 538
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	(1 504 631)	-	(1 504 631)
Alienação de imóveis de uso próprio	2 201	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(217 830)	-	(217 830)
Reconhecimento de interesses minoritários	(1 503 314)	-	2 840 580	(553 490)	2 287 090
Outros	(722 089)	-	(206 904)	-	(206 904)
Resultado líquido do exercício	-	178 232 205	178 232 205	-	178 232 205
Saldos em 31 de dezembro de 2014	104 680 449	178 232 205	1 296 552 216	41 367 651	1 337 919 867

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores em Euros)

	2014	2013
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	178 232 205	107 887 173
Items que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de ativos financeiros:		
Valor bruto	300 972 965	27 246 555
Participação dos segurados - vida com participação	6 399 576	27 002 058
Diferenças cambiais		
Valor bruto	25 154 648	(37 553)
Participação dos segurados - vida com participação	96 923	-
Imposto diferido	(85 681 584)	(11 749 175)
Imposto corrente - produtos vida com participação nos resultados	(414 990)	(3 811 862)
Items que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de imóveis de uso próprio:		
Valor bruto	(736 100)	(2 569 055)
Imposto diferido	(768 531)	547 525
Desvios atuariais		
Valor bruto	(317 901)	(4 969 988)
Imposto corrente	353 087	1 192 886
Imposto diferido	(253 016)	1 571 013
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	244 805 077	34 422 404
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	423 037 282	142 309 577

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores em Euros)

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos:		
Prêmios recebidos líquidos de resseguro	990 611 193	925 243 476
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(743 445 956)	(776 751 618)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(97 443 018)	(84 311 732)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(16 290 567)	7 585 026
Pagamentos a fornecedores	(127 720 895)	(127 465 634)
Pagamentos a empregados	(139 521 563)	(142 370 508)
Contribuições para fundos e pensões	(11 654 803)	(11 650 000)
Outros	(4 494 923)	(14 303 836)
	(149 960 532)	(224 024 827)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	20 755 400	22 767 612
Devedores por outras operações	(31 756 296)	10 137 330
Outros ativos	10 674 961	(3 918 100)
	(325 934)	28 986 842
(Aumentos) / diminuições nos passivos operacionais		
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	479 981 950	106 595 114
Depósitos recebidos de resseguradores	(4 301 423)	1 927 552
Credores por operações de seguro direto e resseguro	10 216 157	(18 799 425)
Credores por outras operações	(31 261 857)	11 205 406
Outros passivos	(3 469 878)	(71 560 565)
	451 164 949	29 368 083
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	300 878 483	(165 669 902)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(56 080 546)	(88 298 172)
Caixa líquida das atividades operacionais	244 797 937	(253 968 074)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	86 575 862	299 339 580
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 546 037 167	1 943 957 918
Ativos financeiros a deter até à maturidade	151 065 827	263 732 950
Empréstimos e contas a receber	12 526 448 530	5 118 152 103
Propriedades de investimento	-	1 071 185
Ativos tangíveis e intangíveis	-	499 590
Rendimentos de ativos financeiros	235 143 883	443 699 455
Outros recebimentos	626 194	12 704 503
	18 545 897 463	8 083 157 285
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(223 162 763)	(127 572 232)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(5 016 131 784)	(1 863 115 071)
Empréstimos e contas a receber	(12 428 028 843)	(5 865 475 606)
Propriedades de investimento	-	(7 905 066)
Ativos tangíveis e intangíveis	-	(22 769 376)
Outros	(17 181 111)	(8 921 162)
	(17 684 504 501)	(7 895 758 512)
Concentrações de atividades empresariais:		
Aquisição de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(665 806 554)	-
Caixa líquida das atividades de investimento	195 586 408	187 398 772
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Juros de passivos subordinados	-	(82 321)
Emissões de passivos subordinados, líquidas de reembolsos	-	(76 600 000)
Outros empréstimos obtidos	14 318 826	2 500 000
Outros juros suportados	(420 963)	(120)
Aumentos de capital	-	(223 850 000)
Distribuição de Dividendos	(309 701 774)	(85 000 000)
Caixa líquida das atividades de financiamento	(295 803 911)	(383 032 441)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	144 580 434	(449 601 742)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	170 987 715	620 589 457
Entrada no perímetro de consolidação	41 721 376	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	357 289 525	170 987 715

03

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

1. Nota Introdutória

A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade" ou "Sociedade") é uma sociedade anónima resultante da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros Português (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou "ASF" antes Instituto de Seguros de Portugal ou "ISP") através da resolução do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012.

A Sociedade tem como objeto social o exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos, nos termos do respetivo estatuto que rege a sua atividade.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Sociedade dispõe de Filiais em Angola e Cabo Verde, de Sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias e associadas, que juntas formam o Grupo Fidelidade.

As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade incluem a Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. ("Via Directa"), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. ("CPR"), Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. ("Garantia") e Universal Seguros, S.A. ("Universal").

Em 7 de fevereiro de 2014 foi celebrado um "Acordo de Venda Direta de Referência", tendo como entidades vendedoras, a Caixa Geral de Depósitos, S.A., ("CGD") e Caixa Seguros e Saúde, S.G.P.S., S.A., ("CSS") e, como entidades adquirentes, a Fosun International Limited ("FIL") e a Millennium Gain Limited ("MGL").

Sujeita à verificação das condições estabelecidas no referido acordo, as adquirentes ficaram investidas na titularidade de:

- 80% (oitenta por cento) do capital social e dos direitos de voto da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., ("Fidelidade"), participação esta que pode aumentar até 85% (oitenta e cinco por cento) do mesmo;
- 80% (oitenta por cento) do capital social e dos direitos de voto da Multicare - Seguros de Saúde, S.A., ("Multicare") e,
- 80% (oitenta por cento) do capital social e dos direitos de voto da Cares - Companhia de Seguros, S.A., ("Cares").

Em 15 de maio de 2014, encontrando-se verificadas as condições estabelecidas no “Acordo de Venda Direta de Referência”, foi subscrito o Certificado de Conclusão da Venda Direta de Referência, tendo a Longrun Portugal, SGPS, S.A., Sociedade entretanto constituída ao abrigo da lei portuguesa, e integralmente detida pela MGL, adquirido as ações representativas de 80% (oitenta por cento) do capital social de Fidelidade, de 80% (oitenta por cento) do capital social da Multicare e de 80% (oitenta por cento) do capital social da Cares, tendo, assim, estas empresas de seguros, passado a integrar o Grupo Fosun.

Entre 29 de setembro de 2014 e as 15:00 horas do dia 10 de outubro de 2014, decorreu o período da Oferta Pública de Venda (“OPV”) de Ações da Fidelidade, reservada a trabalhadores, no âmbito do processo de privatização do setor segurador da CGD, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, e nos termos previstos no anexo II da Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013, de 30 de agosto, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 9 de dezembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 56-A/2014, de 25 de setembro.

No quadro desta OPV foram adquiridas por colaboradores 16.860 ações da Fidelidade, correspondentes a 0.0139% do capital social da Companhia.

Após a realização desta OPV, a Longrun Portugal, SGPS, S.A., continuou a deter 96.800.000 ações da Fidelidade, representativas de uma participação de 80,00%. A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., por seu turno reduziu a sua participação passando a deter 24.183.140 ações representativas de 19,9861% do capital social da Companhia.

No presente relatório será apresentada informação financeira consolidada resultante da consolidação da Fidelidade e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo, em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras da Fidelidade em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2015. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação e Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pelas Normas nº 20/2007-R, de 31 de dezembro e nº 22/2010-R, de 16 de dezembro, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2014 o Grupo Fidelidade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 38. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo Fidelidade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o PCES 07 requer que o Grupo Fidelidade efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas seguidamente.

No exercício de 2014 as empresas do grupo alteraram a política contábilística de registo da imparidade de ativos financeiros resultantes do critério utilizado pela Fosun Financial Holding Ltd. Até 31 de dezembro de 2013, era considerada evidência objetiva de imparidade a ocorrência de situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantinha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses e ainda a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se mantivessem por mais de nove meses. Em 2014, passou-se a considerar evidência objetiva de imparidade situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantinha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses e ainda a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% que se mantinham por mais de nove meses.

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 são apresentadas considerando a alteração desta política contábilística.

2.1.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo Fidelidade, bem como os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contábilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo Fidelidade passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contábilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contábilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

A consolidação das contas das subsidiárias que integram o Grupo Fidelidade foi efetuada pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contábilísticos do Grupo Fidelidade.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e das entidades subsidiárias, após harmonização das respetivas políticas contabilísticas, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos, de operações de resseguro e de mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3).

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo Fidelidade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades e deixam de o ser quando o Grupo deixa de ter o respetivo controlo.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa subsidiária, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

2.3. Concentrações de atividades empresariais e “goodwill”

As aquisições de subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” são registados pelo respetivo justo valor.

O “goodwill” corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma subsidiária e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O “goodwill” é registado como um ativo e não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na conta de ganhos e perdas do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o “goodwill” é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos “cash-flows” futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao “goodwill” são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas anteriores, o “goodwill” era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das subsidiárias. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o “goodwill” gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.4. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo Fidelidade numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da Sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Fidelidade.

O "goodwill", correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo Fidelidade nas entidades em questão.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis à Fidelidade iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se a Fidelidade tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

2.5. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registrados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registradas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registrados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registrados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registrados nas rubricas “Gastos de investimentos diretos” e em “Comissões por operações de títulos e investimentos”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“Fair Value Option”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que o Grupo Fidelidade tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros, a seguir indicados, são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na “Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos”, quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão do Grupo Fidelidade independente da função de negociação, com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos;

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

v) Transferências entre categorias de ativos financeiros

O IASB emitiu, em outubro de 2008, a revisão à norma IAS 39 – Reclassificação de Instrumentos Financeiros. Com esta revisão desde que os ativos financeiros obedecem às características de cada categoria podem ocorrer transferências de ativos financeiros detidos para negociação para ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou ativos detidos até à maturidade. A transferência de ativos disponíveis para venda também passou a ser permitida para as categorias de empréstimos e contas a receber e de ativos financeiros detidos até à maturidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo Fidelidade consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo Fidelidade a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto.

Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Grupo não utilizou contabilidade de cobertura.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de micro-coberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Rendimentos”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Outros passivos financeiros”, respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na “Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.7. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

O Grupo Fidelidade não tem ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar.

2.8. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

2.9. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica “Outros ativos tangíveis” e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica “Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.10. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Grupo como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em gastos do exercício. O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.11. Locação financeira

Locações Operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações Financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.12. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.13. Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo sediadas em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as empresas sediadas no estrangeiro encontram-se igualmente sujeito ao mesmo tipo de imposto (CIT) nos termos vigentes nesses países. Ao IRC e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2013 e 2014 é respetivamente de 26,5% e 24,5% acrescida da respetiva

Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 7% que exceda este valor. Em 2013, a Derrama Estadual correspondia à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, e de 5% sobre a parte do lucro que exceda este valor.

Dado que a Fidelidade, Multicare e Cares foram alvo de um processo de alinação no decorrer do ano de 2014, tendo a Longrun Portugal, SGPS, S.A adquirido 80% das partes de capital destas companhias, não se encontram reunidas as condições necessárias para constituir um regime especial de tributação de grupos de sociedade. Assim a Companhia em 2014 será tributada na sua esfera individual.

As contas das sucursais da Companhia são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91.^o do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

O artigo 92.^o do Código do IRC, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo não usufruísse de:

- Benefícios fiscais, conforme previstos no n.^o 2 do artigo 92.^o;
- Dedução de prejuízos fiscais transmitidos por sociedades fundidas.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são

registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a imparidades e provisões temporariamente não aceites fiscalmente e a mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e em terrenos e edifícios.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Em 31 de dezembro de 2013, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, relativa à reforma do Código de IRC, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2014 passará a ser de 24,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.14. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo Fidelidade.

2.15. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Grupo Fidelidade correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e os benefícios de saúde.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, o Grupo assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas aos trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam reformados ou pré-reformados, bem como aos colaboradores que não aderiram ao atual CCT.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 35). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Gastos com pessoal”. O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica “Outras provisões”(Nota 26).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Gastos com pessoal”.

Outros benefícios de longo prazo

As responsabilidades relativas ao prêmio de permanência, decorrentes do n.º 2 da cláusula 41ª do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor, são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.16. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 – “Contratos de seguro”, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método "Pró-rata temporis" aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões homologadas - pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Pensões definidas - estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;
- Pensões presumíveis - estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	4%
Encargos de gestão	2,40%	4%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. A companhia efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2013 e 2014, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada - diz respeito a despesas de carácter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- Provisão para assistência vitalícia presumível - despesas de carácter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

	INE 2010_2012 por género
Tábua de mortalidade	
Taxa de desconto	4%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada pelo atuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efetuada para os principais ramos/grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica "Participação nos resultados a atribuir", da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhes corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

i) Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas da Companhia, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pelo Grupo desde 2011;

ii) Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;

iii) Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados do Grupo Fidelidade pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados do Grupo Fidelidade até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite – risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos “Unit-linked”

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pela Companhia em que o risco é suportado pelo tomador (produtos “Unit-linked”) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica “Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

As carteiras de investimentos afetas a produtos “Unit-linked” são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4 e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos do IAS 39 e registadas na rubrica “Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

2.17. Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para a Empresa e que possam ser avaliados com fiabilidade.

(i) Comissões com instrumentos financeiros

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

(ii) Prestação de serviços segmento hospitalar

O rédito da prestação de serviços é reconhecido quando a transação que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimada. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

No caso da atividade desenvolvida pelas unidades que prestam cuidados de saúde privada, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, devidamente valorizada pelas tabelas de preços associadas a cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação pública (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, valorizada pela tabela contratada com a Entidade pública contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em Outras contas a pagar ou a receber de acordo com o princípio da especialização.

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências seniores os réditos são reconhecidos com base nos Direitos de Utilização Vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- Nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em Rendimentos Diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no Clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;

- Nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à permissão da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período da amortização do imobilizado correspondente.

(iii) Comissões por outros serviços prestados

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.18. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e a caixa e disponibilidades em instituições de crédito e que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.19. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Fidelidade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Fidelidade incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

O Grupo Fidelidade considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo Fidelidade valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.6.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.6., de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.15., as responsabilidades do Grupo Fidelidade por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo Fidelidade e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imparidade do goodwill

Conforme referido na Nota 2.3., o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo Fidelidade na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades do Grupo Fidelidade por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.16.. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo Fidelidade, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros e resseguros refletidos nas contas consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas pelo Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e das empresas do Grupo Fidelidade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.20. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

No decorrer do exercício de 2014 o Grupo Fidelidade adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. As alterações com relevância para o Grupo Fidelidade foram as seguintes:

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

Data de emissão: 12-05-2011

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação - entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A IFRS 10 não altera os procedimentos de consolidação mas estabelece um novo conceito de controle que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. Assim, um investidor controla uma investida se e apenas se tiver, cumulativamente:

- (a) poder sobre a investida;
- (b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- (c) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

As mudanças introduzidas pela IFRS 10 requerem que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e conseqüentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.

IFRS 11 – Acordos Conjuntos

Data de emissão: 12-05-2011

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

Substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores.

Altera o conceito de controle conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial. O controle conjunto consiste na partilha contratualmente acordada do controle sobre um acordo, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

Define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registrar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.

IFRS 12 – Divulgação de Interesses Noutras Entidades

Data de emissão: 12-05-2011

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

O objetivo desta Norma é exigir que uma entidade divulgue informação nas suas demonstrações financeiras que permita que os utentes avaliem:

- (a) a natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades; e
- (b) os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Para isso, uma entidade deve divulgar:

- (a) os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou para determinar a natureza do seu interesse noutra entidade ou acordo e para determinar o tipo de acordo conjunto no qual tem um interesse; e
- (b) informação sobre os seus interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas; e entidades estruturadas que não sejam controladas pela entidade.

Para efeitos desta Norma, um interesse noutra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não-contratual que expõe uma entidade a uma variabilidade do retorno em função do desempenho da outra entidade. Um interesse noutra entidade pode ser evidenciado, entre outros, pela propriedade de ações ou de instrumentos de dívida, bem como por outras formas de envolvimento como o fornecimento de financiamento, de assistência à liquidez, de aumentos de crédito e de garantias. Isso inclui os meios pelos quais uma entidade tem controlo, controlo conjunto ou influência significativa sobre outra entidade. Uma entidade não tem necessariamente um interesse noutra entidade apenas por via de uma normal relação de cliente-fornecedor.

IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)

Data de emissão: 12-05-2011

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (2011)

Data de emissão: 12-05-2011

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às joint ventures à semelhança do que já acontecia com as associadas.

IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (Emendas) – Orientações de Transição

Data de emissão: 28-06-2012

Regulamento da Comissão Europeia: 313/2013

Data de Adoção pela CE: 04-04-2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

Estas emendas permitem a adoção de procedimentos menos exigentes na transição para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 como por exemplo a reexpressão de comparativos que fica limitada ao período imediatamente anterior à transição.

Emenda às normas: IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades

Data de emissão: 31-10-2012

Regulamento da Comissão Europeia: 1174/2013

Data de Adoção pela CE: 20-11-2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

As entidades de investimento que incluem os Fundos de capital de risco devem satisfazer três elementos da definição e quatro características típicas para que possam ser consideradas como entidades de investimento a quem se aplicam as novas disposições. Para o efeito, devem ser considerados todos os factos e circunstâncias incluindo o fim a que se destinam e a sua conceção. Estas entidades estão isentas de consolidar as suas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, as quais devem ser valorizadas ao justo valor através de resultados nos termos da IFRS 9 (ou IAS 39 conforme aplicável), com exceção daquelas que prestem serviço exclusivo à entidade de investimento relacionados com as atividades de investimento, as quais devem ser consolidadas (investimentos em subsidiárias) ou contabilizadas usando o método da equivalência patrimonial (investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos). Também devem ser valorizadas ao justo valor os investimentos em outras entidades de investimento sobre as quais exista controlo. Uma entidade mãe de uma entidade de investimento que não seja, ela própria, uma entidade de investimento não pode usar nas suas contas o modelo de justo valor aplicado pela sua subsidiária às respetivas participadas. Organizações de capital de risco, fundos de investimento e outras entidades que não satisfaçam as condições para serem consideradas entidades de investimento nos termos agora definidos, mantêm a possibilidade de poder mensurar os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos ao justo valor através de resultados nos termos da opção prevista na IAS 28.

Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros emenda à norma IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação

Data de emissão: 16-12-2011

Regulamento da Comissão Europeia: 1256/2012

Data de Adoção pela CE: 13-12-2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Divulgação sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros emenda à norma IAS 36 – Imparidade

Data de emissão: 29-05-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 1374/2013

Data de Adoção pela CE: 19-12-2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

A emenda elimina a obrigatoriedade de divulgação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa que incluam ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou goodwill, desde que não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade, com o objetivo de eliminar a consequência não intencional existente na norma que obrigava à divulgação de informação comercial sensível. Passa a ser obrigatório divulgar: (i) informação adicional sobre o justo valor dos ativos em imparidade quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custo de vender e (ii) informação sobre as taxas de desconto usadas quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custos de vender que use uma técnica de valorização ao valor atual

Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura emenda à norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros:

Reconhecimento e Mensuração

Data de emissão: 27-06-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 1375/2013

Data de Adoção pela CE: 19-12-2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

As emendas visam permitir uma exceção à necessidade de descontinuar a contabilidade de cobertura em certas circunstâncias nas quais existe uma alteração da contraparte num instrumento de cobertura de forma a garantir a participação numa câmara de compensação para esse instrumento. A emenda cobre as novações:

- que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos;
- nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes;

- que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado para além das alterações diretamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação.

Todas as condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta exceção.

A emenda cobre novações efetuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários.

Para as novações que não cumpram os critérios da exceção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado

Data de emissão: 20-05-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 634/2014

Data de Adoção pela CE: 13-06-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 17-06-2014

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a atividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante (ii) deve ser efetuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a atividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e (iii) se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo, devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um ativo ou um gasto.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

QUE IRÃO ENTRAR EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)

Data de emissão: 12-12-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 1361/2014

Data de Adoção pela CE: 18-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2015

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Atualiza a exceção de aplicação da norma a "Acordos Conjuntos" clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)

Data de emissão: 12-12-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 2015/28

Data de Adoção pela CE: 17-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-02-2015

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensurado ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados

Data de emissão: 21-11-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 2015/29

Data de Adoção pela CE: 17-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-02-2015

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Data de emissão: 24-07-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2018

Esta norma foi finalmente completada em 24 de julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem

fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. A restante alteração no justo valor deve ser apresentada no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para a IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) a instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.

- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

Data de emissão: 28-05-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2017

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 - Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade.

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato, (iii) determinar o preço de transação, (iv) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho no contrato e (v) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais de obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas

Data de emissão: 06-05-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

Data de emissão: 12-05-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que o rendimento reflete um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e não o de que os benefícios económicos são consumidos através do uso do ativo. Como resultado, a proporção da receita gerada em relação à receita total prevista para ser gerada não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

Data de emissão: 11-09-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

As alterações à IFRS 10 definem os critérios para reconhecimentos dos ganhos e perdas quando uma mãe perde o controlo de uma subsidiária a qual não contenha um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios, em resultado de uma transação que envolva uma associada ou joint venture que seja contabilizada pela equivalência patrimonial. O lucro ou perda da transação é incluído na demonstração de resultados do investidor apenas na extensão que não esteja relacionada com o investimento na associada ou joint venture. A parte restante é deduzida ao valor contabilístico do investimento na associada ou joint venture. No caso de a mãe continuar a manter um investimento na antiga subsidiária e esta se tiver tornado uma associada ou joint venture contabilizada pela equivalência patrimonial, a mãe reconhece o ganho ou perda da remensuração para o justo valor na demonstração de resultados apenas na extensão que não esteja relacionada com o novo investimento na associada ou joint venture. A parte restante é deduzida ao valor contabilístico do investimento retido na anterior subsidiária. Se o investimento na anterior subsidiária passar a ser mensurado pelo justo valor, então o ganho ou perda da remensuração é reconhecido na totalidade na demonstração de resultados do investidor.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospetiva.

IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

Data de emissão: 12-08-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

O objetivo destas alterações é restaurar a opção de usar o método da equivalência patrimonial na valorização de subsidiárias e associadas em contas separadas cujas opções de valorização passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos. A consequente alteração também foi feita na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem

adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa usufruir da isenção de combinações de negócios passadas em relação à aquisição do investimento.

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: aplicação da exceção de consolidação

Data de emissão: 18-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se: (i) a sua mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados; ou se (ii) as suas subsidiárias estiverem mensuradas ao justo valor através de resultados (todas as subsidiárias, exceto aquelas que não sejam entidades de investimentos e cujo propósito e atividades sejam prestar serviços relacionados com as atividades de investimento das entidades de investimento que as detêm).

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade não necessita de aplicar o método da equivalência patrimonial numa associada ou joint venture se: (i) a mãe puder usufruir da isenção de consolidação definida na IFRS 10 ou se (ii) entre todas as condições das IAS 28 necessárias para tal, a sua mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados. Uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento podem manter a valorização das subsidiárias destas entidades de investimento ao justo valor através de resultados.

As consequentes alterações à IFRS 12 exigem que uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras em que todas as suas subsidiárias são mensuradas ao justo valor através de resultados apresente as divulgações exigidas pela IFRS 12 no que respeita a entidades de investimento.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro

Data de emissão: 18-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um “resumo” das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro

Data de emissão: 18-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de setembro de 2014)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que as reclassificações diretas de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes de detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo.

Aplicação prospetiva.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras de interim.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito a um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta títulos de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex: Eurozone) e não os existentes em cada país.

Esta melhoria aplica-se a partir dos saldos de abertura mais antigos apresentados nos comparativos das demonstrações nas quais a alteração seja aplicada pela primeira vez.

IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras de interim ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex: Relatório de gestão ou relatório de risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de interim estão incompletas se os respetivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3. Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Período

A estrutura do Grupo Fidelidade ao nível das principais empresas subsidiárias, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2014 e 2013, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2014						
	Sede	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador							
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	74 680 937	47 636 519	27 044 418	539 822	40 468 429
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Lisboa	100,00%	15 663 986	5 215 925	10 448 061	438 394	820 164
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	Cabo Verde	55,89%	25 046 309	15 744 759	9 301 550	1 549 873	9 050 642
Universal Seguros, S.A. (b)	Angola	67,00%	55 019 300	50 647 254	4 372 045	1 278 139	34 454 979
Saúde							
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	Lisboa	98,22%	512 988 012	330 274 581	182 713 431	17 787 096	402 191 524
Imobiliário							
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Lisboa	100,00%	81 695 430	15 228 665	66 466 765	1 325 165	5 581 160
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	Lisboa	100,00%	59 467 534	21 652	59 445 882	66 461	96 218
Fundo de Investimento Imobiliário							
Fechado SaudeInvest (d)	Lisboa	81,94%	134 329 512	31 741 207	102 588 305	9 517 264	14 759 262
Fundo de Investimento Imobiliário							
Fechado Bonança 1 (d)	Lisboa	100,00%	15 265 808	201 439	15 064 369	447 313	773 538
FPI (UK) 1 LIMITED (c)	Reino Unido	100,00%	1	1	1	-	-
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (c)	Austrália	100,00%	3 911 256	3 815 031	96 225	-	96 224
GK Kita Aoyoma Support 2 (c)	Japão	100,00%	27 260 204	6 479	27 253 725	(6 483)	-
Higashi Shinagawa Two TMK (c)	Japão	96,46%	199 715 998	109 772 131	89 943 867	31 649 094	272 451
Outros setores							
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Lisboa	100,00%	5 310 893	937 146	4 373 747	43 330	3 424 406
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.							
	Lisboa	100,00%	973 896	786 976	186 920	38 752	2 318 446
FCM Beteiligungs GmbH	Áustria	51,00%	23 780 625	16 422	23 764 203	(282 869)	-
FID I (HK) LIMITED (c)	Hong Kong	100,00%	108 088 869	104 890 602	3 198 267	3 198 267	-
FID II (HK) LIMITED (c)	Hong Kong	100,00%	14 458 993	14 461 824	(2 831)	(2 832)	-
FID III (HK) LIMITED (c)	Hong Kong	100,00%	-	2 832	(2 832)	(2 832)	-
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Lisboa	100,00%	3 130 978	2 831 373	299 606	35 283	19 196 080

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 125,11 Euro/Kwanza para as rubricas de Balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 129,988 Eur/Kwanzas para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 1 Euro/0,7789 Libra, 1 Euro/1,4829 Dólar Australiano, 1 Euro/9,417 dólar de Hong Kong e 1 Euro/145,23 Iene Japonês para as rubricas de Balanço e de Ganhos e Perdas.

(d) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2013						Total dos proveitos
	Sede	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	
Segurador							
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100,00%	76 959 213	46 386 572	30 572 641	420 775	39 414 036
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Lisboa	100,00%	15 957 718	5 373 021	10 584 697	528 973	761 454
Universal Seguros, S.A. (b)	Lisboa	100,00%	20 545 460	17 715 812	2 829 648	(106 011)	11 516 534
Imobiliário							
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Lisboa	100,00%	71 185 191	26 795 112	44 390 079	(1 198 820)	6 765 677
Fundo de Investimento Imobiliário							
Fechado SaudelInvest (c)	Lisboa	81,94%	127 393 322	34 322 281	93 071 041	(2 980 114)	8 211 838
Fundo de Investimento Imobiliário							
Fechado Bonança 1 (c)	Lisboa	100,00%	14 804 223	187 167	14 617 056	(27 121)	509 309
Outros setores							
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Lisboa	100,00%	5 266 970	902 855	4 221 034	143 081	2 992 258
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Lisboa	100,00%	749 588	585 420	164 168	17 918	2 079 003
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Lisboa	100,00%	3 142 568	2 815 244	327 323	70 875	20 616 293

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício

(b) Valores expressos em Euros, considerando uma taxa de câmbio de 126,97 Euro/Kwanza.

(c) Valores em Euros, considerando uma taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2013 de 134,592 Euro/Kwanza para as rubricas de Balanço e uma taxa câmbio média mensal de 133,368 Euro/Kwaza para as rubricas de ganhos e perdas

(c) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2014 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

As empresas filiais e associadas, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SEGUROS

A Via Directa - Companhia de Seguros, S.A., com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 - 2º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A., com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz nº 30, foi constituída em 13 de janeiro de 1983 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A Universal Seguros, S.A., com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

IMOBILIÁRIO

A Fidelidade - Property Europe, S.A., designação atribuída no decorrer de 2014, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexas. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade - Investimentos Imobiliários, S.A.. A fusão produziu efeitos contabilísticos a 1 de janeiro de 2004.

A Fidelidade - Property International, S.A. com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexas.

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários.

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários.

A FPI (AU) 1 PTY LIMITED, com sede em 'Grosvenor Place' Level 18, 225 George Street, Sydney, NSW 2000, Austrália e tem como objeto social a compra de propriedades.

A FPI (UK) 1 LIMITED, com sede em Legalinx Limited, One Fetter Lane, London, EC4A 1BR e tem como objeto social a compra de propriedades.

A GK Kita Aoyoma Support 2, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1 Marunouchi, Chiyoda-ku, Tokyo, Japan e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

A Higashi Shinagawa Two TMK, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office, 3-1-1 Marunouchi, Chiyoda-ku, Tokyo e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

SAÚDE

A Espírito Santo Saúde - SGPS, S.A, Sociedade Aberta, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais", ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, que tem como objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Está vocacionada para operar como holding no desenvolvimento e na participação em negócios na área da Saúde. A denominação social foi alterada em 9 fevereiro de 2015 para Luz Saúde, S.A. em Assembleia Geral.

OUTROS SETORES

A Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, nº 1 - B, foi constituída em 1988 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.

A E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, nº 15, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A., com sede em Lisboa, na Avenida 5 de outubro N.º35 8º Piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A FCM Beteiligungs GmbH, com sede em St. Pölten na Áustria, na rua Hollausg. 12, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionadas, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas

Os principais movimentos nas empresas filiais e associadas do Grupo durante o exercício de 2014 e 2013, foram os seguintes:

Em 31 de maio de 2013, a Fidelidade procedeu à dissolução e liquidação da EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, S.A., da qual era único acionista e titular de cem mil ações com valor nominal de cinco Euros. Desta operação resultou a transmissão global de todo o património, ativo e passivo, para a Companhia, tendo gerado uma menos-valia de 17.185 Euros (Nota 34).

Em 5 de dezembro de 2013, a Companhia transmitiu o lote de 7.500 ações ordinárias, de valor nominal de 1.000 Patacas e representativas de 0.357% do capital social do Banco Nacional Ultramarino, S.A., à Parbanca, S.G.P.S., S.A.. Esta alienação, pelo montante de 19.636.800 Patacas, correspondentes a 2.618 Patacas por ação, representou uma mais-valia de 912.483 Euros.

Em 30 de abril de 2014, a Companhia adquiriu 111.789 ações da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A., representativas de 55,89% do capital social pelo montante de 690.279.189 Escudos Cabo Verdianos, equivalente a 6.260.184 Euros. O capital próprio adquirido, após ajustes de justo valor ascendia 652.534.245 Escudos Cabo Verdianos, equivalente a 5.917.873 Euros.

Em 31 de julho de 2014, a Companhia adquiriu 26.020 ações da FCM Beteiligungs GmbH, representativas de 51% do capital social pelo montante de 9.134.871 Euros.

Em 31 de outubro de 2014, no âmbito da OPA sobre a Espírito Santo e Saúde, SGPS, a Companhia adquiriu 93.838.829 ações da Luz Saúde, S.A., representativas de 96,08% do capital social pelo montante de 473.924.677 Euros. Posteriormente, Fidelidade aumentou o seu investimento no montante de 140.451 Euros, representando 2,13%, essencialmente por conta do exercício do direito de alienação potestativa legalmente previsto no período de 3 meses subsequente à operação, ficando com uma participação total de 98,22%. O capital próprio adquirido, após ajustes de justo valor ascendia a 98.683.752 Euros.

Em 5 de novembro de 2014, a Companhia constituiu 1.800.000 ações da Fidelidade – Property International, S.A., representativas de 100% do capital social pelo montante de 9.000.000 Euros.

FID I (HKD), FID II (HKD) e a FID III (HKD) são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong constituídos em 4 de novembro de 2014.

A Sociedade Fidelidade Property Internacional, constituiu em 17 de dezembro de 2014 a sociedade FPI (AU) 1 PTY LIMITED sediada na Austrália e em 18 de dezembro de 2014 a FPI (AU) 1 PTY LIMITED sinalizou com o pagamento de 5.800.000 AUD (dólares australianos), correspondente a 3.815.031 Euros, a aquisição de 95% de uma propriedade a adquirir em regime de co-propriedade, localizada em 73 Miller Street, Norte de Sidney, Austrália.

Este investimento da FPI (AU) 1 PTY LIMITED será concretizado durante o primeiro trimestre de 2015 e ascenderá a cerca de 212 milhões de AUD.

4. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Caixa e seus equivalentes:		
Sede	4 055 507	2 198 042
Delegações	2 100 016	1 765 947
	6 155 523	3 963 989
Depósitos à ordem:		
Em moeda nacional		
Afetos	247 967 475	92 401 574
Não afetos	69 340 449	36 875 638
Em moeda estrangeira		
Afetos	12 858 336	2 786 047
Não afetos	20 967 742	34 960 467
	351 134 002	167 023 726
	357 289 525	170 987 715

5. Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014				2013			
	Participação efetiva (%)	Valor bruto	Imparidade (Nota 42)	Valor de Balanço	Participação efetiva (%)	Valor bruto	Imparidade (Nota 42)	Valor de Balanço
Valorizadas ao custo:								
Associadas								
ACE-GP a)	50,00%	14 562 472	-	14 562 472	-	-	-	-
Nanxiang Holding Ltd. a)	20,00%	108 088 875	-	108 088 875	-	-	-	-
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	14 400	-	14 400	-	-	-	-
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial:								
Associadas:								
Audatex Portugal - Peritagens Informat.								
Derivadas de Acidentes, S.A. c)	33,67%	1 514 260	-	1 514 260	33,67%	1 507 633	-	1 507 633
HIGHGROVE - Invest. Part. SGPS, S.A. b)	25,00%	-	-	-	25,00%	-	-	-
GENOMED - Diagnósticos de Medicina Molecular, SA	37,50%	241 072	-	241 072	-	-	-	-
		124 421 079	-	124 421 079		1 507 633	-	1 507 633

a) Associada registada ao custo dado não estarem disponíveis os dados financeiros de dezembro de 2014

b) Associada apresenta em dezembro Capitais Próprios negativos.

c) Valores de junho de 2014 (período contabilístico de junho de 2013 a junho de 2014)

Os dados financeiros das empresas associadas valorizadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2014					
	Sede	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido
Saúde						
GENOMED – Diagnósticos de Medicina Molecular, SA	Lisboa	38%	1 125 641	682 963	442 678	17 805
HME – Gestão de Hospitalar, SA	Lisboa	50,00%	2 744 058	12 739 652	(9 995 593)	(205 154)
Outros setores						
ACE - GP	Ilhas Caimão	50%	n.a	n.a	n.a	n.a
Audatex Portugal - Peritagens Informat. Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	Lisboa	33,67%	6 515 983	208 530	4 497 453	1 784 232
HIGHGROVE - Invest. Part. SGPS, S.A.	Meladas; Mozelos	25,00%	2 262 201	2 331 208	(69 007)	(161 503)
HL - Sociedade Gestora do Edifício, SA (c)	Lisboa	10,00%	94 617 609	92 400 147	2 217 462	1 930 497
Nanxiang Holding Lta.	Hong Kong	20,00%	1 772 163	1 195 047	577 116	32 729

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de junho de 2014 (período contabilístico junho/13 a junho/14).

(c) Valores provenientes de uma versão draft

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2013						
	Sede	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Outros setores							
Audatex Portugal - Peritagens Informat. Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	Lisboa	33,67%	6 435 811	1 899 656	4 536 155	1 822 934	7 587 381
HIGHGROVE - Invest. Part. SGPS, S.A.	Meladas; Mozelos	25,00%	3 587 884	7 561 150	(3 973 266)	(144 294)	53 457

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de junho de 2013 (período contabilístico junho/12 a junho/13).

As empresas associadas, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SAÚDE

A Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular SA foi constituída em 4 de novembro de 2004 com sede em Lisboa, Avenida Egas Moniz 1600-190 Lisboa, tendo como objeto social prestar serviços de apoio ao diagnóstico, prevenção e terapêutica de doenças humanas através da constante implementação das metodologias mais inovadoras; b) Promover atividades de diagnóstico, de investigação e desenvolvimento na área da Medicina Molecular.

OUTROS SETORES

A Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 - 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A sociedade poderá igualmente explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de companhias seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A HIGHGROVE - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A Nanxiang Holding Limited é um veículo especial de investimento constituído em 7 de janeiro de 2014, com sede em Osiris International Cayman Limited, Suite #4-210, Governors Square, 23 Lime Tree Bay Avenue, PO Box 32311, Grand Cayman KY1-1209, Cayman Islands.

A HL – Sociedade Gestora do Edifício, SA foi constituída em 21 de dezembro de 2009 com sede em Linda-a-Velha, Rua Mário Dionísio, nº 2, tendo como objeto social exclusivo o exercício das atividades de conceção, projeto, construção e manutenção das infraestruturas do Hospital de Loures, incluindo o exercício de todas as demais atividades, a título principal ou acessório, nos termos do disposto no Contrato de Gestão celebrado no âmbito do “Concurso para a celebração do Contrato de Gestão para conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração do Hospital de Loures”.

6. Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
	Ao justo valor através de resultados	Ao justo valor através de resultados
Investimentos relativos a contratos "Unit linked"	627 586 250	865 832 411
Instrumentos de dívida		
- De outros emissores:		
. Obrigações e outros títulos:		
De residentes	1 359 626	1 382 138
De não residentes	230 689 415	42 680 864
	232 049 041	44 063 002
Outros instrumentos financeiros		
- Unidades de participação		
Residentes	3 600 388	3 559 702
	3 600 388	3 559 702
	863 235 679	913 455 115

Os investimentos relativos a contratos "unit-linked" correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo Fidelidade cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento", do passivo.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os investimentos registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:		
Instrumentos de dívida		
De empresas do Grupo	70 440 511	331 176 097
De dívida pública		
De emissores nacionais	487 733 595	456 253 367
De emissores estrangeiros		
Alemanha	509 341	964 666
Áustria	300 398	276 897
Bélgica	1 306 429	1 749 824
Espanha	3 503 914	1 960 680
França	2 716 609	1 898 467
Holanda	998 344	1 459 914
Itália	4 021 684	2 438 245
De outros emissores		
De emissores nacionais	2 868 909	4 092 673
De emissores estrangeiros	33 364 513	44 613 182
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	15 786 691	15 399 653
De emissores estrangeiros	5 921 824	5 968 905
Contas a receber	15	8 304
Transações a liquidar	(1 886 528)	(2 428 463)
	627 586 249	865 832 411
Outros ativos:		
Depósitos à ordem	84 080 963	122 321 693
Total (Nota 19)	711 667 212	988 154 104

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 231.850.442 Euros e 43.888.042 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Grupo reconheceu ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 6.486.467 Euros e de 5.621.187 Euros, respetivamente.

7. Derivados

O Grupo Fidelidade realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações de taxas de juro e de cotações.

O Grupo Fidelidade controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6.c). Nestas datas, o seu montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	(Valores em Euros)	
	2014	
	Montante Nominal	Valor de Balanço
	Derivados de Negociação	Passivos Financeiros (Nota 23)
Swaps		
Swaps de Taxa de juro	40 668 155	(8 609 482)
	40 668 155	(8 609 482)

(Valores em Euros)

	2013	
	Montante Nocial	Valor de Balanço
	Derivados de Negociação	Passivos Financeiros (Nota 23)
Swaps		
Swaps de Taxa de juro	40 000 000	(4 406 403)
	40 000 000	(4 406 403)

Os interest rate swaps contratados pelo Grupo destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos unit-linked, são valorizados ao custo amortizado (Nota 22).

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo Fidelidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014	2013
	> 5 anos	> 5 anos
Swaps		
Swaps de Taxa de juro	40 668 155	40 000 000
	40 668 155	40 000 000

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo Fidelidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014		2013	
	Valor Nocial	Valor de Balanço	Valor Nocial	Valor de Balanço
Swaps				
Swaps de Taxa de Juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	40 668 155	(8 609 482)	40 000 000	(4 406 403)
	40 668 155	(8 609 482)	40 000 000	(4 406 403)

8. Ativos Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 42)	Valor líquido	Diferenças de Câmbio	Reserva de justo valor (Nota 25)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	2 053 387 309	72 408 965	2 125 796 273	-	2 125 796 273	-	159 440 205	2 285 236 479
De emissores estrangeiros								
Itália	927 226 714	11 063 604	938 290 318	-	938 290 318	-	63 251 133	1 001 541 451
Espanha	650 561 194	10 616 742	661 177 936	-	661 177 936	-	46 094 406	707 272 342
Alemanha	28 619 706	537 714	29 157 420	-	29 157 420	-	2 660 040	31 817 460
França	41 772 349	4 455 802	46 228 150	-	46 228 150	-	8 065 728	54 293 878
Holanda	5 213 784	62 488	5 276 272	-	5 276 272	-	435 031	5 711 303
Áustria	30 633	770	31 403	-	31 403	-	1 122	32 525
Bélgica	31 839 871	19 910 687	51 750 558	-	51 750 558	-	1 394 729	53 145 287
De outros emissores públicos								
De emissores estrangeiros	3 394 910	24 741	3 419 651	-	3 419 651	-	489 148	3 908 799
De organismos financeiros internacionais	13 095 531	139 767	13 235 298	-	13 235 298	-	5 656 097	18 891 395
De outros emissores								
De emissores nacionais	470 685 475	10 119 796	480 805 271	(47 929 367)	432 875 904	-	7 809 626	440 685 530
De emissores estrangeiros	1 321 371 459	30 940 873	1 352 312 332	(1 523)	1 352 310 809	-	54 378 435	1 406 689 244
De empresas do Grupo	1 674 336 738	44 365 460	1 718 702 198	-	1 718 702 198	-	4 842 027	1 723 544 225
	7 221 535 671	204 647 408	7 426 183 079	(47 930 890)	7 378 252 189	-	354 517 727	7 732 769 916
Instrumentos de capital								
Valorizados ao justo valor								
De emissores nacionais	117 989 341	-	117 989 341	(12 929 671)	105 059 670		(5 345 010)	99 714 660
De emissores estrangeiros	994 920 220	-	994 920 220	(42 191 820)	952 728 400	25 114 164	118 903 293	1 096 745 857
	1 112 909 561	-	1 112 909 561	(55 121 491)	1 057 788 070	25 114 164	113 558 283	1 196 460 517
Outros instrumentos								
Títulos de participação								
De residentes	27 434	30	27 464	-	27 464	-	(10 770)	16 694
Unidades de participação								
De residentes	331 395 716	-	331 395 716	(63 780 640)	267 615 076	-	32 630 596	300 245 672
De não residentes	33 063 012	-	33 063 012	(7 766 780)	25 296 232	2 107	5 088 480	30 386 819
	364 471 380	452	364 471 832	(71 547 420)	292 924 412	2 107	37 708 306	330 634 825
	8 698 916 612	204 647 860	8 903 564 472	(174 599 801)	8 728 964 671	25 116 271	505 784 316	9 259 865 258

(Valores em Euros)

	2013							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 42)	Valor líquido	Diferenças de Câmbio	Reserva de justo valor (Nota 28)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	1 375 608 549	46 084 398	1 421 692 947	-	1 421 692 947	-	25 518 781	1 447 211 728
De emissores estrangeiros								
Itália	338 734 937	6 697 739	345 432 676	-	345 432 676	-	4 330 675	349 763 351
Espanha	118 213 398	4 020 924	122 234 322	-	122 234 322	-	1 211 513	123 445 835
Irlanda	-	-	-	-	-	-	-	-
Alemanha	45 844 160	651 407	46 495 567	-	46 495 567	-	650 875	47 146 443
França	81 089 662	9 562 555	90 652 216	-	90 652 216	-	2 687 858	93 340 074
Holanda	5 174 950	62 488	5 237 438	-	5 237 438	-	334 185	5 571 622
Áustria	553 437	4 522	557 959	-	557 959	-	11 934	569 893
Bélgica	85 218 368	38 478 568	123 696 936	-	123 696 936	-	3 923 362	127 620 298
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
De emissores estrangeiros	3 394 133	24 741	3 418 874	-	3 418 874	-	125 479	3 544 353
De organismos financeiros internacionais	20 501 290	308 077	20 809 367	-	20 809 367	-	2 115 861	22 925 228
De outros emissores								
De emissores nacionais	396 110 507	8 874 015	404 984 522	(2 949 545)	402 034 977	-	4 583 206	406 618 183
De emissores estrangeiros	2 103 070 016	43 131 209	2 146 201 225	(1 523)	2 146 199 702	-	62 296 260	2 208 495 962
De empresas do Grupo	473 127 359	7 553 258	480 680 617	-	480 680 617	-	10 726 639	491 407 256
	5 046 640 766	165 453 901	5 212 094 666	(2 951 068)	5 209 143 598	-	118 516 628	5 327 660 226
Instrumentos de capital								
Valorizados ao justo valor								
De emissores nacionais	45 899 572	-	45 899 572	(27 894 988)	18 004 584	-	5 200 222	23 204 806
De emissores estrangeiros	308 767 631	-	308 767 631	(59 848 130)	248 919 501	(37 486)	64 469 014	313 388 515
Valorizados ao custo histórico								
De emissores nacionais	-	-	-	-	-	-	-	-
De emissores estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
	354 667 203	-	354 667 203	(87 743 118)	266 924 085	(37 486)	69 669 236	336 593 321
Outros instrumentos								
Títulos de participação								
De residentes	27 434	36	27 470	-	27 470	-	-	27 470
De não residentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidades de participação								
De residentes	485 050 413	-	485 050 413	(72 085 258)	412 965 155	-	49 669 772	462 634 927
De não residentes	94 648 071	-	94 648 071	(17 701 324)	76 946 747	(67)	7 962 452	84 909 199
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	579 725 918	36	579 725 954	(89 786 582)	489 939 372	(67)	57 632 224	547 571 596
	5 981 033 887	165 453 937	6 146 487 823	(180 480 768)	5 966 007 055	(37 553)	245 818 088	6 211 825 143

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros instrumentos” inclui unidades de participação de fundos de investimento geridos por entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos nos montantes de 305.375.296 Euros e 456.428.214 Euros, respetivamente, apresentando a seguinte composição de acordo com o tipo de fundo:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Fundos Mobiliários		
Fundos de ações	5 869 106	5 395 191
Fundos de obrigações	3 637 060	112 922 309
Fundos de tesouraria	3 055 930	56 214 378
Fundos de Fundos	69 980 896	65 777 826
Outros	7 276 400	10 541 359
	89 819 392	250 851 063
Fundos imobiliários	116 549 542	118 048 014
	206 368 934	368 899 077

A exposição do Grupo Fidelidade a instrumentos de Dívida Pública, de acordo com os respetivos prazos residuais, é apresentada na Nota 48.

Na sequência da finalização da operação de venda da seguradora, a Companhia decidiu reclassificar a totalidade da carteira reconhecida em “Investimentos a deter até à maturidade” para “Ativos disponíveis para venda”, por forma a garantir um tratamento consistente com as opções do Grupo Fosun.

Esta operação de reclassificação foi feita com referência à data da transmissão da titularidade da Companhia sendo que o valor contabilístico do conjunto de instrumentos de dívida afetado ascendia a 2.719.370.448 Euros tendo sido valorizado com base no justo valor em 2.886.739.652 Euros.

As reservas de justo valor relativas aos títulos reclassificados, correspondentes às valias potenciais geradas antes das reclassificações, permanecem registadas em capitais próprios.

(Valores em Euros)

	Nominal	Valor do Investimento devido até à Maturidade	Valor Disponível para Venda	Juro corrido
Instrumentos de dívida				
de dívida pública				
de emissores nacionais	2 068 177 006	2 036 428 339	2 180 514 275	45 299 254
de emissores estrangeiros	48 050 000	47 293 281	48 006 299	-
de outros emissores				
de emissores nacionais	82 249 750	82 128 126	78 029 125	379 966
de emissores estrangeiros	151 400 000	150 386 651	154 301 315	2 396 976
de empresas do grupo	405 059 945	403 134 050	425 888 639	15 715 930
	2 754 936 701	2 719 370 448	2 886 739 652	63 792 127

9. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Depósitos junto de empresas cedentes	968 804	951 346
Outros depósitos:		
Depósitos a prazo	1 302 408 870	1 356 543 720
Empréstimos concedidos:		
Empréstimos hipotecários	529 272	708 456
Empréstimos sobre apólices	1 458 001	1 612 526
Outros	3 783 597	333 994
	5 770 870	2 654 976
Outros	400 199	406 084
	1 309 548 743	1 360 556 126

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Outros depósitos”, apresenta a seguinte composição, por prazo residual de vencimento:

(Valores em Euros)

	2014					Total
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Superior a 12 meses	
Outros depósitos:						
BCP Macau	23 309 986	-	416 020	267 365	1 081 375	25 074 746
BNU Macau, S.A.	251 753	575 121	718 692	1 164 253	3 071 808	5 781 627
Banco Comercial Portugues, S.A.	-	100 003 889	-	-	-	100 003 889
Banco Caixa Geral Totta Angola	-	125 176	-	825 152	5 038 468	5 988 796
Banco Caixa Geral, S.A.	-	-	-	-	12 063 896	12 063 896
Novo Banco, S.A	-	200 083 333	-	-	-	200 083 333
Société General	-	-	200 003 333	-	-	200 003 333
Bank of China	-	250 083 333	-	-	-	250 083 333
Industrial and Comercial Bank of China	-	-	1 046 502	-	-	1 046 502
Banco Santander, S.A	1	100 041 667	-	-	-	100 041 668
Caixa Geral De Depositos, S.A.	72 849 004	101 675 898	1 001 533	3 971 393	2 361 949	181 859 777
Credit Lyonnais	1 030 293	605 307	-	-	-	1 635 600
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	200 020 000	-	-	-	200 020 000
Banco Comercial Atlantico	-	499 375	949 953	1 868 227	-	3 317 555
Banco Inter Atlantico	-	848 211	136 484	941 140	-	1 925 835
Banco Angolano Investimentos CV	-	36 813	-	-	-	36 813
Banco BPC	-	352 037	526 033	-	-	878 070
Banco Millenium Angola	-	484 418	2 509 589	2 259 166	4 269 952	9 523 125
Banco SOL	-	-	121 432	543 182	414 876	1 079 490
Bankinter,SA	-	-	150 000	-	-	150 000
Banco FNB	-	-	406 050	-	1 280 863	1 686 913
Banco Caboverdiano de Negocios	-	115 426	-	9 143	-	124 569
	97 441 037	955 550 004	207 985 621	11 849 021	29 583 187	1 302 408 870

(Valores em Euros)

	2013					Total
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Superior a 12 meses	
Outros depósitos:						
BCP Macau	493 065	539 968	1 305 733	2 701 597	4 928 025	9 968 388
BNU Macau, S.A.	514 118	886 819	586 891	6 612 222	-	8 600 050
Banco Comercial Português, S.A.	21 991 509	-	1 017 833	-	-	23 009 342
Banco Espírito Santo, S.A.	190 076 389	-	-	-	-	190 076 389
Banco Caixa Geral, S.A.	-	-	-	12 166 685	-	12 166 685
Caixa Económica Montepio Geral	138 130 466	-	-	-	-	138 130 466
Banco BPI, S.A.	-	-	-	1 001 528	-	1 001 528
Banco Santander, S.A.	245 135 834	-	-	-	-	245 135 834
Caixa Geral De Depositos, S.A.	95 762 155	510 381 111	45 438 382	2 994 093	72 849 004	727 424 745
Credit Lyonnais	-	-	-	-	1 030 293	1 030 293
	692 103 536	511 807 898	48 348 839	25 476 125	78 807 322	1 356 543 720

Os depósitos em vigor em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são remunerados à taxa média anual de 0,78% e 3,03%, respetivamente.

10. Investimentos a Deter até à Maturidade

Em 31 de dezembro de 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013						
	Valor nominal	Custo amortizado	Juros a receber	Valor de balanço	Reservas de Justo valor (Nota 25)	Valor de mercado (1)	Valias potenciais não reconhecidas
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	2 066 390 225	1 990 641 116	42 137 318	2 032 778 434	(41 506 318)	2 120 858 164	88 079 730
De emissores estrangeiros							
Itália	48 050 000	31 270 093	15 504 289	46 774 382	75 316	47 579 520	805 138
De outros emissores							
De emissores nacionais	86 149 750	84 863 449	1 228 020	86 091 469	(1 144 868)	83 270 675	(2 820 794)
De emissores estrangeiros	221 986 000	220 099 073	7 017 193	227 116 266	(695 048)	229 476 063	2 359 797
De empresas do Grupo	481 639 772	474 107 713	10 707 887	484 815 600	(7 912 391)	503 265 120	18 449 520
	2 904 215 747	2 800 981 444	76 594 707	2 877 576 151	(51 183 309)	2 984 449 542	106 873 391

Como referido na nota 8, a Companhia decidiu reclassificar a totalidade da carteira reconhecida em “Investimentos a deter até à maturidade” para “Ativos disponíveis para venda”, por forma a garantir um tratamento consistente com as opções do Grupo Fosun.

Esta operação de reclassificação foi feita com referência à data da transmissão da titularidade da Companhia sendo que o valor contabilístico do conjunto de instrumentos de dívida afetado ascendia a 2.719.370.448 Euros tendo sido valorizado com base no justo valor em 2.886.739.652 Euros.

As reservas de justo valor relativas aos títulos reclassificados, correspondentes às valias potenciais geradas antes das reclassificações, permanecem registadas em capitais próprios.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor de balanço dos ativos detidos até à maturidade ascendia a 2.877.576.151 Euros. Se os ativos não tivessem sido reclassificados, o valor de balanço nesta data ascenderia a 2.984.449.542 Euros, e os capitais próprios da Companhia teriam um impacto positivo no montante de 106.873.391 Euros.

11. Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nas rubricas de “Terrenos e edifícios” foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	De uso próprio	De rendimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012:			
Valor Bruto	155 707 140	455 596 935	611 304 075
Amortizações e imparidade acumuladas	(29 814 932)	(418 431)	(36 920 141)
	125 892 208	448 491 726	574 383 934
Adições:			
Por aquisições realizadas no período	488 528	4 420 932	4 909 460
Por dispêndios subsequentes	-	10 167 571	10 167 571
Revalorização:			
Por contrapartida de resultados (Nota 41)	-	(10 452 016)	(10 452 016)
Por contrapartida de capitais próprios	(2 365 791)	(2 437 793)	(4 803 584)
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 42)	(2 304 701)	(6 686 778)	(2 304 701)
Amortizações do exercício	(2 403 769)	-	(2 403 769)
Alienações e abates líquidos	(100 644)	(6 862 758)	(6 963 402)
Outros movimentos	(180 789)	-	(180 789)

(continuação)

(Valores em Euros)

	De uso próprio	De rendimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013:			
Valor Bruto	153 153 282	450 432 871	603 586 153
Amortizações e imparidade acumuladas	(34 128 241)	(7 105 209)	(41 233 450)
	119 025 041	443 327 662	562 352 703
Entradas/(saídas) do perímetro			
Valor Bruto	336 869 481	180 636 534	517 506 015
Amortizações e imparidade acumuladas	(83 483 745)	-	(83 483 745)
Adições:			
Por aquisições realizadas no período	16 858 071	14 621 121	31 479 192
Por dispêndios subsequentes	-	4 440 848	4 440 848
Revalorização:			
Por contrapartida de resultados	-	488 062	488 062
Por contrapartida de capitais próprios	(736 100)	1 551 335	815 235
Reforços/reversões de Imparidade no exercício (Nota 42)	18 576	4 147 693	4 166 269
Amortizações do exercício	(5 072 664)	-	(5 072 664)
Alienações e abates líquidos	(3 211)	-	(3 211)
Outros movimentos	(335 213)	600 013	264 800
Saldos em 31 de dezembro de 2014:			
Valor Bruto	505 787 195	653 009 610	1 158 796 805
Amortizações e imparidade acumuladas	(122 646 959)	(3 196 342)	(125 843 301)
	383 140 236	649 813 268	1 032 953 504

Conforme referido na Nota 2.9. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados sempre que considerado adequado ou com uma periodicidade máxima de dois anos, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. A Companhia considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respectivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”, desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do Presumível Valor de Transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são:

- a) Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário.
- b) Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados.
- c) Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 70.139.464,13 Euros e 26.687.765,55 Euros, respetivamente (Nota 28).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013,, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação, é o seguinte:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
2014	286 600 247	-
2013	94 601 550	95 288 003
2012	-	23 737 038
2011	1 728 839	-
2010	-	-
2009	-	-
2008	209 600	-
	383 140 236	119 025 041

Terrenos e edifícios de rendimento

Nos exercícios de 2014 e 2013, os rendimentos e gastos operacionais reconhecidos na conta de ganhos e perdas relativos a terrenos e edifícios de rendimento apresentaram a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Rendas cobradas	11 498 241	10 452 673
Custos incorridos com manutenção e reparação		
Em propriedades arrendadas	(1 469 462)	(1 570 139)
Em propriedades devolutas	(359 240)	(34 121)
	9 669 539	8 848 413

12. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a afetação dos investimentos e outros ativos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2014					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	74 874 579	2 120 396	147 881 839	34 790 009	97 622 702	357 289 525
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	-	124 435 480	124 435 480
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11 634 575	547 381	705 222 918	138 009 732	7 821 073	863 235 679
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 063 236 369	153 511 638	6 686 791 818	1 141 029 194	215 296 239	9 259 865 258
Empréstimos concedidos e contas a receber	623 783 961	36 042 525	475 624 547	152 168 512	21 929 198	1 309 548 743
Terrenos e edifícios	-	60 068	-	511 773 456	521 119 980	1 032 953 504
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	49 339 003	49 339 003
	1 773 529 484	192 282 008	8 015 521 122	1 977 770 903	1 037 563 675	12 996 667 192

(Valores em Euros)

	2013					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	23 682 517	2 137 374	47 038 956	22 328 773	75 800 095	170 987 715
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	-	1 507 633	1 507 633
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	10 681 292	492 503	866 557 779	30 173 556	5 549 985	913 455 115
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 632 384 845	113 875 304	3 436 438 762	883 721 291	145 404 941	6 211 825 143
Empréstimos concedidos e contas a receber	223 660 830	38 100 889	695 599 064	271 556 150	131 639 193	1 360 556 126
Investimentos a deter até à maturidade	-	39 313 448	2 218 924 107	383 184 156	236 154 440	2 877 576 151
Terrenos e edifícios	-	-	-	329 415 250	232 937 453	562 352 703
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	12 308 130	12 308 130
	1 890 409 484	193 919 518	7 264 558 668	1 920 379 176	841 301 870	12 110 568 716

13. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014													
	Saldos iniciais		Entradas do perímetro			Transferências e Regularizações				Alienações e abates líquidos		Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças cambiais	Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Equipamento														
Equipamento administrativo	19 187 420	(18 696 884)	6 679 695	(5 612 822)	392 558	(150 019)	(530 158)	129 737	(148 051)	145 783	26 133 551	(24 736 292)	1 397 259	
Máquinas e ferramentas	13 907 124	(12 591 329)	1 595	(1 296)	163 614	344	(570 367)	398	(523 859)	520 326	13 570 606	(12 664 056)	906 550	
Equipamento informático	14 119 295	(11 973 522)	5 459 210	(4 707 075)	1 271 279	(53 443)	(1 860 245)	-	(122 942)	105 770	20 795 814	(18 557 487)	2 238 327	
Instalações interiores	22 650 380	(18 233 520)	191 652	-	1 284 020	13 774	(849 201)	15 340	(63 088)	53 066	24 127 182	(19 064 859)	5 062 323	
Material de transporte	451 227	(240 995)	1 133 635	(1 006 656)	1 140 849	8 260	(219 709)	85 882	(107 002)	107 175	2 670 197	(1 317 531)	1 352 666	
Equipamento hospitalar	6 542	(5 819)	126 636 988	(96 229 912)	671 879	867 818	(3 941 150)	-	(833 006)	856 491	127 086 630	(99 056 799)	28 029 831	
Outro equipamento	4 674 383	(2 529 034)	29 842 569	(26 422 997)	1 889 764	(1 302 358)	118 500	(71 347)	300 315	142 178	36 721 688	(29 809 715)	6 911 973	
Património artístico	1 565 523	-	38 776	-	7 699	-	-	-	-	-	1 611 998	-	1 611 998	
Equipamento em locação financeira	9 353 530	(9 337 013)	-	-	33 999	-	(21 640)	-	-	-	9 387 529	(9 358 653)	28 876	
Outros ativos tangíveis	24 844	(24 022)	4 678 789	(3 636 085)	16 184	(357 219)	(326 988)	-	(6 937)	8 309	4 625 326	(4 248 451)	376 875	
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	-	1 422 325	-	-	-	-	-	1 422 325	-	1 422 325	
	85 940 268	(73 632 138)	174 662 909	(137 616 843)	13 427 956	(790 348)	(8 200 958)	159 691	(6 550 632)	1 939 098	268 152 846	(218 813 843)	49 339 003	

(Valores em Euros)

	2013										
	SalDOS iniciais			Alienações e abates líquidos				SalDOS finais			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças cambiais	Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento											
Equipamento administrativo	18 861 704	(18 322 284)	340 777	380	(382 196)	(7 114)	(33 838)	33 107	19 187 420	(18 696 884)	490 536
Máquinas e ferramentas	16 713 331	(14 838 845)	146 099	-	(702 869)	(952)	(2 895 330)	2 894 361	13 907 124	(12 591 329)	1 315 795
Equipamento informático	11 370 957	(10 661 341)	2 902 275	(381)	(1 455 382)	(2 956)	(235 834)	228 435	14 119 295	(11 973 522)	2 145 773
Instalações interiores	28 798 526	(23 871 258)	368 399	15 631	(867 052)	(4 945)	(6 510 663)	6 488 222	22 650 380	(18 233 520)	4 416 860
Material de transporte	292 048	(153 930)	170 932	-	(95 338)	(3 480)	-	-	451 227	(240 995)	210 232
Equipamento hospitalar	6 560	(5 260)	-	-	(577)	-	(18)	18	6 542	(5 819)	723
Outro equipamento	4 116 318	(3 293 177)	1 783 725	-	(408 986)	1 315	(1 225 421)	1 171 575	4 674 383	(2 529 034)	2 145 349
Património artístico	1 565 523	-	-	-	-	-	-	-	1 565 523	-	1 565 523
Equipamento em locação financeira	9 420 020	(9 241 873)	-	-	(161 630)	-	-	-	9 353 530	(9 337 013)	16 517
Outros ativos tangíveis	28 290	(10 359)	263	(15 631)	-	(1 741)	(50)	50	24 844	(24 022)	822
Ativos tangíveis em curso	-	-	-	(16 471 482)	-	-	-	-	-	-	-
	91 173 277	(80 398 327)	5 712 470	(16 471 483)	(4 074 030)	(19 873)	(10 901 154)	10 815 768	85 940 268	(73 632 138)	12 308 130

14. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Imóveis	539 648	539 648
Mercadorias	7 760 753	10 265
Produtos e trabalhos em curso	64 940	26 264
Salvados	12 353	-
Outros inventários	112 208	132 960
	8 489 902	709 137
Imparidade de mercadorias (Nota 42)	(3 507)	(3 507)
	8 486 395	705 630

15. Goodwill

O Goodwill registado do Grupo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Valor Bruto	Perda por imparidade (Nota 42)	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda por imparidade (Nota 42)	Valor Líquido
Goodwill reconhecido em goodwill						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	8 664	-	8 664	8 664	-	8 664
Universal Seguros, S.A.	2 198 780	-	2 198 780	2 198 780	-	2 198 780
GARANTIA - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	342 311	-	342 311	-	-	-
Luz Saúde	469 862 759	(94 481 383)	375 381 376	-	-	-
	472 412 514	(94 481 383)	377 931 131	2 207 444	-	2 207 444
Goodwill reconhecido em investimentos						
Nanxiang	5 277 007	-	5 277 007	-	-	-
Highgrove - Invest. Part. SGPS, S.A.	957 001	(957 001)	-	957 001	(957 001)	-
	6 234 008	(957 001)	5 277 007	957 001	(957 001)	-
	478 646 522	(95 438 384)	383 208 138	3 164 445	(957 001)	2 207 444

No exercício de 2014 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(Valores em Euros)

Goodwill (reconhecido em Goodwill 31 de dezembro de 2012 e 2013)	2 207 444
Compra de 55,89% da Garantia	342 311
Compra de 98,21% da Luz Saúde	375 381 376
Compra de 20% da Nanxiang	5 277 007
Goodwill (reconhecido em goodwill) a 31 de dezembro de 2014	383 208 138

A determinação do goodwill das diversas empresas pode ser demonstrada da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Goodwill (reconhecido em goodwill)	
Compra de 55,89% da Garantia	6 260 184
Capital próprio da empresa adquirida (55,89%)	(5 917 873)
Goodwill a 30 abril 2014	342 311
Goodwill (reconhecido em goodwill)	
Compra de 98,21% da Luz Saúde	474 065 128
Capital Próprio e ajustes de justo valor da empresa adquirida (98,21%) setembro 2014	98 683 752
	375 381 376
Goodwill (reconhecido em investimentos)	
Compra de 20% da Nanxiang	104 887 770
Capital Próprio da empresa adquirida (20%) setembro 2014	99 610 763
	5 277 007

Em 15 de maio de 2014, encontrando-se verificadas as condições estabelecidas no “Acordo de Venda Direta de Referência” foi concretizada a operação de alienação de 80% do Grupo Segurador constituído pela Fidelidade, Multicare e Cares à LongRun Portugal, S.G.P.S.A. (Notas 1 e 27).

Durante o ano de 2014, a Fidelidade adquiriu participações financeiras relevantes na Garantia-Companhia de Seguros de Cabo Verde (55,89%), na Luz Saúde (ex BES Saúde) (98,21%), na Nanxiang (20%) e na Higashi(96,56%), tendo estas participações sido submetidas a avaliações prévias. O desenvolvimento das atividades nestas empresas, no pós aquisição, não indicia quaisquer sintomas de imparidade, pelo que se mantêm válidas as avaliações efetuadas para determinação do valor recuperável em 31 de dezembro de 2014.

Durante o exercício de 2011 foi adquirida uma participação de 70% do capital social da Universal Seguros que deu origem ao reconhecimento de um goodwill de 2.198.780 Euros, apurado da seguinte forma:

(Valores em Euros)

Goodwill(reconhecido em goodwill)	
Custo de aquisição de 68% da Universal Seguros	6 059 590
Capital próprio da empresa adquirida (68%)	3 860 810
Goodwill	2 198 780

Com referência a 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram efetuados testes de imparidade ao goodwill na Universal Seguros com base em avaliações independentes efetuadas para o efeito. O valor recuperável obtido na avaliação referida, efetuada em 2013, foi tomado como referência no valor do contrato de venda de participações sociais celebrado com a Fosun International Limited.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

As avaliações efetuadas incorporaram a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado em todos os testes que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização destas avaliações são descritos em seguida:

Para a elaboração da análise do valor de uso da companhia de seguros seguiu-se o método normalmente aplicado na avaliação de empresas do setor que resulta no apuramento dos seguintes valores:

- Valor Patrimonial Líquido - Consiste no valor total dos capitais da empresa, constituindo o ativo líquido do corpo acionista. Este valor tem em conta: Capital acionista e lucros retidos; Prémios de emissão; Reservas de reavaliação; Eventuais valorizações a preços de mercado não refletidas na contabilidade; Outras reservas;
- Valor Intrínseco dos Negócios em Carteira - Considerado como o valor atualizado dos cash flows futuros resultantes do volume de negócios que a empresa detém atualmente em carteira;
- Embedded Value = Valor Patrimonial Líquido + Valor Intrínseco dos Negócios em Carteira;
- Goodwill dos Negócios Futuros - Valor atualizado de cash flows provenientes de negócios futuros;
- Total Appraisal Value = Embedded Value + Goodwill dos negócios futuros.

A avaliação da carteira vida é, regra geral, efetuada com base em estudos desenvolvidos por atuários, baseando-se a valorização da carteira não vida na elaboração de avaliações na ótica do rendimento.

Avaliação na Ótica do Rendimento

Esta metodologia assenta no pressuposto de que a avaliação económico-financeira de uma empresa deve ter por base a atualização dos seus rendimentos futuros esperados (Cash Flows Descontados). De acordo com esta metodologia de avaliação, o Valor da Empresa é estimado através da atualização dos rendimentos futuros esperados - os cash flows - resultantes da sua atividade, a uma taxa de atualização adequada ao risco associado à empresa.

No caso da avaliação económico-financeira de uma seguradora, e tendo em consideração a especificidade da atividade em questão, tendo as seguradoras que cumprir rácios regulamentares de Fundos Próprios, é usual proceder-se a avaliações na ótica do rendimento tendo como base os cash flows disponíveis para o acionista.

Valor Residual

O valor residual foi calculado, considerando a aplicação da fórmula $VR = Cft / (KCpt - g)$, em que:

VR = Valor Residual

Cft = Cash flow no ano t (ano de cruzeiro)

g = Taxa de crescimento nominal da perpetuidade

KCpt = Remuneração requerida pelos capitais próprios.

Valor dos Capitais Próprios

Com base nas projeções económico-financeiras elaboradas, relativas aos próximos anos, calcularam-se os respetivos rendimentos futuros esperados (cash flows), os quais foram atualizados para a data de reporte da avaliação.

Prémios Brutos

Historicamente existe uma forte correlação entre a evolução do mercado segurador no segmento não vida e a evolução da economia. Neste sentido, indexou-se a evolução dos prémios brutos emitidos ao crescimento nominal do PIB estimado para o período de projeção, assumindo-se contudo um desconto face a esse crescimento.

No que diz respeito às provisões para prémios não adquiridos, assumiram-se valores em percentagem dos prémios brutos emitidos em linha com as médias observadas nos últimos anos.

Custos com Sinistros

Nas projeções efetuadas assumiram-se taxas de sinistralidade para cada um dos ramos em linha com a média observada nos últimos anos.

Custos de Aquisição e Custos Administrativos

Considerou-se para os custos de aquisição relacionados com a produção de prémios (ex. comissões), um valor em percentagem dos prémios brutos adquiridos em linha com o verificado nos últimos anos, tendo-se assumido para os restantes custos de aquisição um crescimento indexado à taxa de inflação estimada.

No que diz respeito aos custos administrativos, considerou-se a indexação dos custos administrativos diretamente relacionados com a produção de prémios (ex. remunerações de mediadores) ao crescimento projetado dos prémios brutos adquiridos. Relativamente aos demais custos administrativos, foram projetados por indexação à taxa de inflação estimada.

AVALIAÇÃO UNIVERSAL SEGUROS EM 2013**Período de Projeção**

A Universal Seguros foi constituída em 2009 e adquirida pela Fidelidade Mundial em 7 de abril de 2011. Com a aquisição os esforços no primeiro ano concentraram-se na implementação operacional da empresa, dotando-a de uma operativa que lhe permitisse responder aos desafios do mercado local. Deste modo, só em 2012 foi possível ter um ano completo de atividade efetiva.

Com efeito, trata-se de uma aquisição recente, com apenas dois anos de atividade, pelo que consideramos adequado considerar um período de avaliação que vai até 2023 acrescido de um valor residual.

Pressupostos Macroeconómicos

Os principais pressupostos macroeconómicos considerados nas projeções foram os seguintes:

Pressupostos Macroeconómicos	2014P	2015P	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P
Taxa de inflação	8.00%	7.50%	7.00%	7.00%	7.00%	5.50%	4.00%	4.00%	4.00%	4.00%
Crescimento Real do PIB	6.27%	6.38%	6.47%	3.61%	6.70%	6.20%	6.20%	5.70%	5.20%	4.00%
Taxa de Imposto	35.00%	35.00%	35.00%	35.00%	35.00%	35.00%	35.00%	35.00%	35.00%	35.00%

Taxa de Desconto

A taxa de atualização dos cash flows corresponde ao custo de capital do acionista, apurado com base no modelo Capital Asset Pricing Model ("CAPM"), tendo sido aplicadas as seguintes taxas de desconto:

	2014P	2015P	2016P	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P
Custos dos Capitais Próprios	13.6%	13.6%	13.6%	13.6%	13.6%	13.6%	13.6%	13.6%	13.6%	13.6%

Pressupostos:

- Taxa de juro sem risco: a taxa de juro sem risco considerada (7,6%) reflete a estimativa de risco país associada a Angola.
- Prémio de risco de mercado: assumiu-se uma taxa de 5,5%.
- Beta: a aproximação ao valor do beta foi efetuada através de uma análise de empresas cotadas tendo em consideração a atividade desenvolvida pela Universal. Considerou-se assim um beta de 1,08.
- Perpetuidade: foi utilizada uma taxa de crescimento nominal da perpetuidade de 2,50%.

TESTE DE IMPARIDADE

O goodwill adquirido na concentração de atividades empresariais representa um pagamento feito por uma adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da Norma IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o “goodwill” é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos cash-flows futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao “goodwill” são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

A quantia recuperável do ativo corresponde ao valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

16. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014													
	Saldos iniciais		Entradas do perímetro			Transferências de ativos intangíveis em curso	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos		Diferenças de cambio		Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Aquisições			Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	147 437 412	(134 088 080)	8 494 708	(8 083 668)	2 264 968	7 055 870	(7 611 646)	(722 222)	722 222	39 684	(18 957)	164 570 420	(149 080 129)	15 490 291
Outros ativos intangíveis	240 582	(240 583)	86 549	(19 493)	8 473	-	(9 563)	-	-	-	-	335 604	(269 639)	65 965
Ativos intangíveis em curso	7 996 581	-	854 385	-	3 599 264	(7 055 870)	-	-	-	-	-	5 394 360	-	5 394 360
	155 674 575	(134 328 663)			5 872 705	-	(7 621 209)	(722 222)	722 222	39 684	(18 957)	170 300 384	(149 349 768)	20 950 616

(Valores em Euros)

	2013											
	Saldos iniciais		Aquisições	Transferências de ativos intangíveis em curso	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos		Diferenças de cambio		Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada				Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Saldo Bruto	Amortizações e imparidades	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	142 123 140	(128 296 117)	964 668	4 678 893	(6 104 026)	(303 779)	303 779	(25 510)	8 284	147 437 412	(134 088 080)	13 349 332
Outros ativos intangíveis	314 020	(309 476)	8 440	-	(21 104)	(81 878)	81 878	-	8 119	240 582	(240 583)	-
Ativos intangíveis em curso	8 553 077	-	4 122 398	(4 678 893)	-	-	-	-	-	7 996 582	-	7 996 582
	150 990 237	(128 605 593)	5 765 892	-	(4 496 592)	(598 274)	598 274	(598 274)	598 274	155 674 576	(134 328 663)	21 345 914

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Ativos intangíveis em curso”, refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (software).

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Companhia reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 21.289.285 Euros e 21.461.948 Euros, respetivamente.

17. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	-	72 820 118	72 820 118	-	75 158 616	75 158 616
Provisão matemática	10 463 963	-	10 463 963	12 903 425	-	12 903 425
Provisão para sinistros:						
Sinistros declarados	7 359 607	136 576 128	143 935 735	9 018 956	157 320 960	166 339 916
Sinistros não declarados (IBNR)	1 438 026	8 249 823	9 687 849	2 689 530	9 090 497	11 780 027
	8 797 633	144 825 951	153 623 584	11 708 486	166 411 457	178 119 943
	19 532 186	217 646 069	237 178 255	24 648 156	241 570 073	266 218 229

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida:	121 619	-	121 619	-	-	-
Seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	96 933	-	96 933	89 093	-	89 093
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3 048 877	(1 266 897)	1 781 980	3 628 722	(1 563 083)	2 065 639
Doença	24 979 237	(35 631)	24 943 606	25 638 462	(6 486)	25 631 976
Incêndio e outros danos	26 783 498	(4 162 092)	22 621 406	27 075 702	(4 101 881)	22 973 821
Automóvel	598 617	(563 864)	34 753	1 394 065	(224 148)	1 169 917
Marítimo, aéreo e transportes	1 940 137	(207 551)	1 732 586	1 897 778	(246 280)	1 651 498
Responsabilidade civil geral	2 326 841	(207 369)	2 119 472	2 607 894	(184 627)	2 423 267
Crédito e cauções	187 167	(5 568)	181 599	218 118	(7 084)	211 034
Proteção jurídica	1 857 634	(84)	1 857 550	1 817 321	(44)	1 817 277
Assistência	14 305 140	(1 396)	14 303 744	14 661 182	(1 327)	14 659 855
Diversos	3 895 742	(870 872)	3 024 870	3 245 521	(780 282)	2 465 239
	80 019 823	(7 321 324)	72 820 118	82 273 858	(7 115 242)	75 158 616

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014				
	Saldo inicial	Entrada no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo Final
Seguros vida					
Provisão para prémios não adquiridos:	-	-	121 619	-	121 619
Seguros não vida:					
Provisão para prémios não adquiridos:					
Acidentes de trabalho	89 093	405	7 435	()	96 933
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3 628 722	62 617	(573 943)	(68 519)	3 048 877
Doença	25 638 462	-	(813 219)	153 994	24 979 237
Incêndio e outros danos	27 075 702	213 186	(190 093)	(315 297)	26 783 498
Automóvel	1 394 065	463 073	(1 930 696)	672 175	598 617
Marítimo, aéreo e transportes	1 897 778	31 550	1 517	9 292	1 940 137
Responsabilidade civil geral	2 607 894	25 377	(300 705)	(5 725)	2 326 841
Crédito e cauções	218 118	-	(30 937)	(14)	187 167
Proteção jurídica	1 817 321	-	43 418	(3 105)	1 857 634
Assistência	14 661 182	5 428	(356 459)	(5 011)	14 305 140
Diversos	3 245 521	-	650 219	2	3 895 742
	82 273 858	801 636	(3 493 463)	437 792	80 019 823
Custos de aquisição diferidos:					
Acidentes de trabalho	-	-	-	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 563 083)	-	296 340	(154)	(1 266 897)
Doença	(6 486)	-	(27 828)	(1 317)	(35 631)
Incêndio e outros danos	(4 101 881)	-	(41 546)	(18 665)	(4 162 092)
Automóvel	(224 148)	-	(310 622)	(29 094)	(563 864)
Marítimo, aéreo e transportes	(246 280)	-	39 033	(304)	(207 551)
Responsabilidade civil geral	(184 627)	-	(20 017)	(2 725)	(207 369)
Crédito e cauções	(7 084)	-	1 519	(3)	(5 568)
Proteção jurídica	(44)	-	(40)	-	(84)
Assistência	(1 328)	-	(69)	1	(1 396)
Diversos	(780 282)	-	(90 590)	-	(870 872)
	(7 115 243)	-	(153 820)	(52 261)	(7 321 324)
	75 158 616	801 636	(3 647 283)	385 530	72 820 118

(Valores em Euros)

	2013			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo Final
Seguros não vida:				
Provisão para prémios não adquiridos:				
Acidentes de trabalho	79 027	10 066	-	89 093
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	5 451 474	(1 818 365)	(4 387)	3 628 722
Doença	24 746 595	949 792	(57 925)	25 638 462
Incêndio e outros danos	27 329 610	(113 614)	(140 294)	27 075 702
Automóvel	778 404	709 094	(93 433)	1 394 065
Marítimo, aéreo e transportes	2 152 318	(252 720)	(1 820)	1 897 778
Responsabilidade civil geral	3 016 847	(404 111)	(4 842)	2 607 894
Crédito e cauções	227 546	(9 428)	-	218 118
Proteção jurídica	1 803 007	14 314	-	1 817 321
Assistência	14 726 226	(65 044)	-	14 661 182
Diversos	3 979 646	(734 125)	-	3 245 521
	84 290 700	(1 714 141)	(302 701)	82 273 858
Custos de aquisição diferidos:				
Acidentes de trabalho	(1 589)	1 589	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(2 535 081)	971 998	-	(1 563 083)
Doença	(32 411)	25 925	-	(6 486)
Incêndio e outros danos	(4 055 487)	(46 394)	-	(4 101 881)
Automóvel	(129 604)	(94 544)	-	(224 148)
Marítimo, aéreo e transportes	(253 170)	6 890	-	(246 280)
Responsabilidade civil geral	(190 467)	5 840	-	(184 627)
Crédito e cauções	(7 392)	308	-	(7 084)
Proteção jurídica	(48)	4	-	(44)
Assistência	(673)	(655)	-	(1 328)
Diversos	(1 159 214)	378 932	-	(780 282)
	(8 365 136)	1 249 894	-	(7 115 243)
	75 925 564	(464 247)	(302 701)	75 158 616

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros de vida:	7 359 607	1 438 026	8 797 633	9 018 956	2 689 530	11 708 486
Seguros não vida:	136 576 128	8 249 823	144 825 951	157 320 960	9 090 497	166 411 457
Acidentes de trabalho	934 544	920	935 464	11 550	538	12 088
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 194 075	36 248	7 230 323	7 291 879	41 877	7 333 756
Doença	43 710 036	3 511 526	47 221 562	39 834 333	2 965 655	42 799 988
Incêndio e outros danos	42 828 819	3 454 856	46 283 675	60 798 335	4 702 482	65 500 817
Automóvel	6 459 596	1 210	6 460 806	13 107 936	34 189	13 142 125
Marítimo, aéreo e transportes	8 375 967	237 901	8 613 868	7 592 651	274 741	7 867 392
Responsabilidade civil geral	21 778 548	42 240	21 820 788	22 305 154	67 478	22 372 632
Crédito e cauções	472	27 441	27 913	2 822	19 716	22 538
Outros	5 294 071	937 481	6 231 552	6 376 300	983 821	7 360 121
	143 935 735	9 687 849	153 623 584	166 339 916	11 780 027	178 119 943

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014					
	Saldo inicial	Entrada no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros de vida:	11 708 486	40 811	4 620 386	(7 531 239)	-	8 797 633
Seguros não vida:	166 411 458	4 338 355	192 601 787	(214 402 389)	215 095	144 825 951
Acidentes de trabalho	12 088	996 255	1 326 504	(413 410)	10 282	935 464
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 333 756	34 385	404 759	(500 702)	(7 490)	7 230 323
Doença	42 799 988		157 637 334	(153 333 349)	117 589	47 221 562
Incêndio e outros danos	65 500 817	89 921	22 885 204	(42 146 944)	44 598	46 283 675
Automóvel	13 142 125	2 943 860	735 202	(7 464 730)	48 209	6 460 806
Marítimo, aéreo e transportes	7 867 392	250 276	4 749 560	(4 003 835)	751	8 613 868
Responsabilidade civil geral	22 372 632	25 257	1 375 545	(1 928 545)	1 156	21 820 788
Crédito e cauções	22 539	-	152 276	(146 902)	-	27 913
Diversos	7 360 121	(1 599)	3 335 403	(4 463 972)	-	6 231 552
	178 119 943	4 379 166	197 222 174	(221 933 628)	215 095	153 623 584

(Valores em Euros)

	2013				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros de vida:	12 979 640	9 760 604	(11 031 758)	-	11 708 486
Seguros não vida:	175 130 419	228 378 080	(237 011 262)	(85 779)	166 411 458
Acidentes de trabalho	324 893	(308 276)	(4 507)	(22)	12 088
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 360 071	745 329	(771 643)	(1)	7 333 756
Doença	39 164 744	152 206 147	(148 535 251)	(35 652)	42 799 988
Incêndio e outros danos	60 283 181	63 237 001	(58 017 867)	(1 498)	65 500 817
Automóvel	14 482 757	1 856 604	(3 148 734)	(48 502)	13 142 125
Marítimo, aéreo e transportes	10 233 612	7 958 857	(10 325 077)	-	7 867 392
Responsabilidade civil geral	30 096 991	(1 614 385)	(6 109 870)	(104)	22 372 632
Crédito e cauções	18 227	143 995	(139 683)	-	22 539
Outros	13 165 943	4 152 808	(9 958 630)	-	7 360 121
	188 110 059	238 138 684	(248 043 020)	(85 779)	178 119 943

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

18. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
(Valores em Euros)		
Contas a receber por operações de seguro direto:		
Recibos por cobrar:		
Ramo automóvel	28 411 689	22 960 895
Ramo acidentes de trabalho	7 385 254	6 704 460
Outros ramos	47 141 746	41 250 775
	82 938 689	70 916 130
Reembolsos de sinistros:		
Ramo automóvel - IDS credor	3 005 987	3 180 331
Ramo automóvel - Outros reembolsos	5 958 208	5 636 499
Reembolsos de pensões de acidentes de trabalho	7 577 848	6 702 903
Reembolsos emitidos de outros ramos	3 368 805	5 739 502
	19 910 848	21 259 235
Mediadores:		
Contas correntes	32 496 665	37 977 197
Outros saldos	1 299 362	1 337 750
Cosseguradores:		
Contas correntes	7 858 753	21 386 085
Outros saldos	6 228 098	5 102 663
Outros:		
IFAP	12 996 745	20 193 140
Fundo de Acidentes de Trabalho	2 234 402	3 294 973
Outros	1 732 136	2 168 453
	167 695 698	183 635 626
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 42)	(13 272 359)	(12 278 884)
(Ajustamentos IFAP - Note 42)	(650 826)	(4 529 028)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 42)	(28 142 515)	(20 568 714)
	125 629 998	146 259 000

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Contas a receber por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	20 718 717	22 783 002
Contas correntes de ressegurados	560 772	559 211
	21 279 489	23 342 213
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 42)	(11 815 466)	(7 947 871)
	9 464 023	15 394 342
Contas a receber por outras operações:		
Empresas do Grupo	10 161	1 042 693
Empresas associadas	1 074 071	1 955 164
Restantes acionistas	1 256 484	1 747 504
Pessoal	1 266 038	2 712 373
Clientes - contas correntes	91 169 256	3 046 802
IFAP	8 509 412	15 563 057
Devedores e credores por valores em depósito	-	187 341
Contas de regularização interna	9 737 351	345 902
Transações a liquidar	17 894 526	-
Arrendamentos imobiliários	3 118 230	3 215 422
Outros Fornecedores e Serviços Prestados	4 738 944	820 741
Outros	15 634 403	16 591 324
	154 408 876	47 228 323
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 42)	(40 823 192)	(22 051 567)
	113 585 684	25 176 756
	248 679 705	186 830 098

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os recibos por cobrar apresentam a seguinte composição de acordo com a respetiva antiguidade:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Até 30 dias	41 270 532	45 383 099
Entre 30 e 90 dias	16 133 214	13 169 335
Entre 91 e 180 dias	10 361 637	4 372 686
Entre 181 e 365 dias	10 357 957	2 965 457
Mais de 365 dias	4 815 349	5 025 553
	82 938 689	70 916 130

A rubrica “Transações a liquidar” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2007 a 2014.

19. Imposto sobre o Rendimento

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	3 231 701
Outros	367 771	804 231
	367 771	4 035 933
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(26 445 098)	-
Outros		
Imposto do selo	(8 205 090)	(8 806 390)
Fundo Garantia Automóvel	(2 283 164)	(2 176 236)
Fundo Acidentes de Trabalho	(4 205 335)	(4 200 928)
Taxa Autoridade Nacional para Proteção Civil	(1 717 059)	(1 780 652)
Taxa para o Instituto de Seguros de Portugal	(1 958 743)	(1 788 791)
Instituto Nacional de Emergência Médica	(2 029 025)	(2 108 346)
Segurança Social	(5 200 694)	(1 983 508)
Retenções	(7 034 018)	(5 288 423)
Outros	(1 512 601)	(1 849 704)
	(60 590 827)	(29 982 978)
Ativos por impostos diferidos	141 514 397	166 698 672
Passivos por impostos diferidos	(138 720 804)	(51 909 847)
	2 793 593	114 788 826
Total	(57 429 463)	88 841 780

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(90 480 199)	(59 243 783)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	(317 095)	(2 229 911)
Retenções na fonte	8 268 403	5 314 438
Pagamentos por conta	59 318 802	58 302 307
Outros	(3 235 010)	1 088 649
	(26 445 098)	3 231 701

Em 2014 e 2013, a rubrica “Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados” corresponde ao montante da estimativa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) acrescido da derrama, do valor da tributação autónoma e da Derrama Estadual apurada nos termos da Lei nº66-B/2012, de 31 de dezembro e da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, respetivamente.

Em 2014 e 2013, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	(Valores em Euros)					
	2014					
	Saldos iniciais	Entrada perímetro	Variação em		Outros	Saldos finais
			Capital Próprio	Resultados		
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(25 399 029)	(874 548)	(85 357 019)	88 937	(64 816)	(111 606 475)
Valorização de ativos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-		-	-	-	-
Terrenos e edifícios:						
- De uso próprio	10 746 978	(26 625 435)	(766 624)	(4 414 089)	3 810 455	(17 248 716)
- De rendimento	39 955 454	(11 827 246)	-	(2 238 545)	-	25 889 663
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	77 348 809	13 496 054	(253 016)	8 921 488	659 675	100 173 010
Benefícios dos trabalhadores	11 043 517	-	-	(192 137)	268	10 851 647
Prejuízos fiscais reportáveis	1 057 439	99 736	-	(1 442 702)	-	(285 527)
Outros	35 657	(7 070 101)	-	2 948 253	(893 822)	(4 980 012)
	114 788 825	(32 801 540)	(86 376 659)	3 671 205	3 511 760	2 793 591

(Valores em Euros)

	2013				
	Saldos iniciais	Variação em		Outros	Saldos finais
		Capital Próprio	Resultados		
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(11 845 954)	(13 553 075)	-	-	(25 399 029)
Valorização de ativos financeiros classificados no reconhecimento					
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios:					
- De uso próprio	9 984 834	547 525	907 602	(692 983)	10 746 978
- De rendimento	35 051 787	-	4 903 667	-	39 955 454
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	61 563 813	1 192 885	14 592 111	-	77 348 809
Benefícios dos trabalhadores	11 878 499	-	(423 929)	(411 053)	11 043 517
Prejuízos fiscais reportáveis	1 493 592	-	(555 722)	119 569	1 057 439
Outros	7 909	-	27 748	-	35 657
	108 134 480	(11 812 665)	19 451 477	(984 467)	114 788 825

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Impostos correntes		
Estimativa de imposto sobre o rendimento	69 432 167	49 090 470
Derrama estadual	19 565 698	9 361 697
Tributação Autónoma	1 037 114	749 060
	90 034 979	59 201 227
Outros	(735 462)	(142 493)
	89 299 517	59 058 734
Impostos diferidos	(3 671 205)	(19 451 477)
Total de impostos em resultados	85 628 312	56 446 541
Lucro consolidado antes de impostos e interesses minoritários	266 161 601	146 922 216
Carga fiscal	32,17%	0,00%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2014		2013	
	Taxas	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		266 161 601		146 922 216
Imposto apurado com base na taxa nominal	31,16%	82 945 903	31,36%	46 080 498
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital	(1,21%)	(3 217 556)	(2,27%)	(3 329 403)
Mais e menos-valias fiscais não dedutíveis	0,00%		(2,05%)	(3 011 146)
Restit. impostos não ded. e excesso estim. impostos	(0,44%)	(1 160 854)	(1,35%)	(1 980 489)
Outras	(1,93%)	(5 131 513)	0,00%	
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Realizações sociais não dedutíveis	0,00%		0,18%	265 428
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,53%	1 397 510	0,25%	365 892
Menos-valias líquidas e imparidades não dedutíveis	0,02%	41 834	0,00%	
Outras	0,00%		1,13%	186 864

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014		2013	
	Taxas	Imposto	Taxa	Imposto
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,04%)	(116 567)	(0,11%)	(155 855)
Outros	(0,07%)	(173 845)	(0,10%)	(148 938)
Tributação autónoma	0,39%	1 037 114	0,51%	749 060
	28,41%	75 622 026	26,56%	39 021 911

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Fidelidade, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais do exercício de 2014 são reportáveis durante um período de 12 anos, após a sua ocorrência nos exercícios de 2013 e 2012 são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência, (sendo esse prazo de quatro anos para prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2011 e 2010 e de seis anos para exercícios anteriores) e são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. No âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades, os prejuízos fiscais gerados na esfera individual de cada sociedade antes do início da aplicação do regime apenas podem ser deduzidos aos lucros tributáveis gerados pelas sociedades em que foram apurados.

20. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Acréscimos de rendimentos	40 342 299	11 392 073
Gastos diferidos:		
Comissões de emissão de produtos financeiros	9 763 550	6 094 780
Seguros	848 607	3 801 391
Rendas e alugueres	2 335 701	891 672
Assistência equipamento informático	1 348 491	1 265 980
Publicidade	346 450	424
Quotizações APS	294 293	338 730
Licenças de software	930 486	760 937
Comissões	923	4 013
Outros	3 259 944	5 442 024
	59 470 744	29 992 023

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros Acréscimos de rendimentos” inclui a estimativa das profit commissions a receber de resseguradores do ramo Vida, nos montantes de 5.594.467 Euros e 10.452.125 Euros, relativas aos exercícios de 2014 e 2013, respetivamente.

A rubrica “Acréscimos de rendimentos” teve um aumento significativo pelo impacto positivo de prestação de serviços de saúde com origem nas contas individuais da Luz Saúde, S.A num montante que ascende a 33.530.085 Euros.

A rubrica “Gastos diferidos - comissões de emissão de produtos financeiros” corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Gastos diferidos - Seguros”, corresponde essencialmente aos custos diferidos relativos ao seguro de doença do pessoal da Companhia pelos períodos compreendidos entre novembro de 2013/outubro de 2014.

21. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	1 515 796	269 655 046	271 170 842	1 501 766	266 659 754	268 161 520
Provisão matemática do ramo vida	1 667 380 282	-	1 667 380 282	1 756 642 234	-	1 756 642 234
Provisão para sinistros:						
Sinistros declarados	97 964 418	1 538 549 371	1 636 513 789	92 451 557	1 595 225 835	1 687 677 392
Sinistros não declarados (IBNR)	25 851 773	84 523 477	110 375 250	16 008 396	78 268 407	94 276 803
	123 816 191	1 623 072 848	1 746 889 039	108 459 953	1 673 494 242	1 781 954 195
Provisão para participação nos resultados	109 128 835	59 481	109 188 316	102 173 345	93 871	102 267 216
Provisão para compromissos de taxa	7 454 750	-	7 454 750	6 505 548	-	6 505 548
Provisão para estabilização de carteira	24 502 158	-	24 502 158	23 545 774	-	23 545 774
Provisão para desvios de sinistralidade	-	20 994 212	20 994 212	-	19 458 757	19 458 757
Provisão para riscos em curso	-	58 757 609	58 757 609	-	41 011 334	41 011 334
	141 085 743	79 811 302	220 897 045	132 224 667	60 563 962	192 788 629
	1 933 798 012	1 972 539 196	3 906 337 208	1 998 828 620	2 000 717 958	3 999 546 578

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros de vida:	1 515 796	-	1 515 796	1 501 766	-	1 501 766
Seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	13 345 392	(2 304 492)	11 040 900	13 937 093	(2 327 295)	11 609 798
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 036 245	(1 366 041)	5 670 204	8 824 034	(1 746 592)	7 077 442
Doença	25 874 826	(2 882 523)	22 992 303	26 048 868	(2 552 481)	23 496 387
Incêndio e outros danos	91 907 877	(15 660 706)	76 247 171	91 836 151	(15 782 875)	76 053 276
Automóvel	154 767 285	(30 127 098)	124 640 187	149 484 120	(29 548 355)	119 935 765
Marítimo, aéreo e transportes	2 870 575	(306 893)	2 563 682	2 998 009	(344 603)	2 653 406
Responsabilidade civil geral	9 542 956	(1 509 460)	8 033 496	9 214 658	(1 534 179)	7 680 479
Crédito e cauções	345 451	(23 398)	322 053	416 330	(57 367)	358 963

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Proteção jurídica	2 446 658	(488 459)	1 958 199	2 542 647	(364 300)	2 178 347
Assistência	11 431 840	(2 271 938)	9 159 902	11 534 703	(1 691 060)	9 843 643
Diversos	8 697 796	(1 670 847)	7 026 949	6 902 054	(1 129 806)	5 772 248
	328 266 901	(58 611 855)	269 655 046	323 738 667	(57 078 913)	266 659 754
	329 782 697	(58 611 855)	271 170 842	325 240 433	(57 078 913)	268 161 520

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014				
	Saldo inicial	Entrada no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos:					
Seguros de vida:	1 501 766	-	(14 030)	28 060	1 515 796
Provisão para prémios não adquiridos:					
Seguros não vida:					
Acidentes de trabalho	13 937 093	11 795	(602 883)	(613)	13 345 392
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	8 824 034	30 521	(1 820 126)	1 816	7 036 245
Doença	26 048 868	-	(366 256)	192 214	25 874 826
Incêndio e outros danos	91 836 151	412 980	(538 477)	197 223	91 907 877
Automóvel	149 484 120	1 002 144	4 184 146	96 875	154 767 285
Marítimo, aéreo e transportes	2 998 009	44 759	(182 993)	10 800	2 870 575
Responsabilidade civil geral	9 214 658	35 028	255 442	37 828	9 542 956
Crédito e cauções	416 330	51 298	(119 839)	(2 338)	345 451
Proteção jurídica	2 542 647	-	(94 550)	(1 439)	2 446 658
Assistência	11 534 703	649	(103 717)	205	11 431 840
Diversos	6 902 054	-	1 795 742	-	8 697 796
	323 738 667	1 589 174	2 406 489	532 571	328 266 901

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014				
	Saldo inicial	Entrada no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo Final
Custos de aquisição diferidos:					
Seguros não vida:					
Acidentes de trabalho	(2 327 295)	-	31 492	(8 689)	(2 304 492)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 746 592)	-	380 167	384	(1 366 041)
Doença	(2 552 481)	-	(322 578)	(7 464)	(2 882 523)
Incêndio e outros danos	(15 782 875)	-	99 411	22 758	(15 660 706)
Automóvel	(29 548 355)	-	122 735	(701 478)	(30 127 098)
Marítimo, aéreo e transportes	(344 603)	-	37 917	(207)	(306 893)
Responsabilidade civil geral	(1 534 179)	-	26 465	(1 746)	(1 509 460)
Crédito e cauções	(57 367)	-	33 970	(1)	(23 398)
Proteção jurídica	(364 300)	-	(124 132)	(27)	(488 459)
Assistência	(1 691 060)	-	(580 864)	(14)	(2 271 938)
Diversos	(1 129 806)	-	(156 391)	(384 650)	(1 670 847)
	(57 078 913)	-	(451 808)	(1 081 134)	(58 611 855)
	266 659 754	1 589 174	1 954 681	(548 563)	269 655 046

(Valores em Euros)

	2013			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo Final
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros de vida:	1 620 087	(118 321)	-	1 501 766
Provisão para prémios não adquiridos:				
Seguros não vida:				
Acidentes de trabalho	14 602 950	(665 851)	(6)	13 937 093
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	11 352 424	(2 519 741)	(8 649)	8 824 034
Doença	24 983 295	1 144 307	(78 734)	26 048 868
Incêndio e outros danos	93 100 425	(1 113 149)	(151 125)	91 836 151
Automóvel	155 404 555	(5 647 393)	(273 042)	149 484 120
Marítimo, aéreo e transportes	3 214 147	(214 108)	(2 030)	2 998 009
Responsabilidade civil geral	10 635 639	(1 409 546)	(11 435)	9 214 658
Crédito e cauções	419 424	(3 094)	-	416 330
Proteção jurídica	2 636 998	(94 351)	-	2 542 647
Assistência	11 623 185	(88 482)	-	11 534 703
Diversos	7 769 721	(867 667)	-	6 902 054
	335 742 763	(11 479 076)	(525 021)	323 738 667

(continuação)

(Valores em Euros)

	2013			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo Final
Custos de aquisição diferidos:				
Seguros não vida:				
Acidentes de trabalho	(2 343 615)	16 081	239	(2 327 295)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(2 258 832)	511 546	694	(1 746 592)
Doença	(2 384 993)	(179 008)	11 520	(2 552 481)
Incêndio e outros danos	(15 886 855)	104 226	(246)	(15 782 875)
Automóvel	(30 390 426)	896 248	(54 177)	(29 548 355)
Marítimo, aéreo e transportes	(315 058)	(29 588)	43	(344 603)
Responsabilidade civil geral	(1 481 244)	(53 488)	553	(1 534 179)
Crédito e cauções	(54 689)	(2 678)	-	(57 367)
Proteção jurídica	(364 106)	(194)	-	(364 300)
Assistência	(1 565 719)	(125 341)	-	(1 691 060)
Diversos	(1 300 907)	171 101	-	(1 129 806)
	(58 346 444)	1 308 904	(41 374)	(57 078 913)
	277 396 320	(10 170 171)	(566 395)	266 659 754

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros de vida:	97 964 418	25 851 773	123 816 191	92 451 557	16 008 396	108 459 953
Seguros não vida:	1 538 549 371	84 523 477	1 623 072 848	1 595 225 835	78 268 407	1 673 494 242
Acidentes de trabalho:	773 425 662	12 735 284	786 160 946	775 664 874	4 510 262	780 175 136
Provisão matemática	558 239 893	1 014 861	559 254 754	529 321 476	1 021 477	530 342 953
Provisão para assistência vitalícia	160 168 426	7 949 314	168 117 740	159 524 398	221 457	159 745 855
Provisão para assistência temporária	55 017 343	3 771 109	58 788 452	86 819 000	3 267 328	90 086 328
Outros seguros:	765 123 709	71 788 193	836 911 902	819 560 961	73 758 145	893 319 106
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15 041 798	428 765	15 470 563	14 963 661	444 510	15 408 171
Doença	41 753 695	3 739 732	45 493 427	37 650 872	3 174 099	40 824 971
Incêndio e outros danos	109 426 077	13 515 666	122 941 743	124 322 038	14 961 530	139 283 568
Automóvel	471 160 977	46 079 521	517 240 498	515 828 120	47 217 052	563 045 172
Marítimo, aéreo e transportes	13 442 332	975 988	14 418 320	11 686 759	983 307	12 670 066
Responsabilidade civil geral	106 472 259	5 036 413	111 508 672	106 673 261	4 897 428	111 570 689
Crédito e cauções	781 303	76 572	857 875	385 489	69 518	455 007

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Proteção jurídica	64 009	13 451	77 460	4 653	1 115	5 768
Assistência	157 209	51 132	208 341	194	423	617
Diversos	6 824 050	1 870 953	8 695 003	8 045 914	2 009 163	10 055 077
	1 636 513 789	110 375 250	1 746 889 039	1 687 677 392	94 276 803	1 781 954 195

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014					
	Saldo inicial	Entrada no perímetro de consolidação	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros de vida:	108 459 953	56 901	330 032 380	(314 733 043)	-	123 816 191
Seguros não vida:	1 673 494 242	7 778 343	725 691 524	(780 013 637)	202 282	1 627 152 754
Acidentes de trabalho	780 175 136	1 766 682	152 806 924	(143 570 559)	(2 665 693)	788 512 490
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15 408 171	1 099 274	5 876 260	(7 969 418)	1 057 158	15 471 445
Doença	40 824 971	(915)	159 286 763	(156 348 164)	1 731 074	45 493 729
Incêndio e outros danos	139 283 568	119 624	97 152 115	(114 418 068)	(661 908)	121 475 331
Automóvel	563 045 172	4 214 971	282 430 917	(329 428 321)	(1 075 597)	519 187 142
Marítimo, aéreo e transportes	12 670 066	404 823	7 219 103	(5 728 513)	199 467	14 764 946
Responsabilidade civil geral	111 570 689	41 193	11 949 565	(12 620 026)	1 467 571	112 408 992
Crédito e cauções	455 007	132 691	318 402	(164 486)	116 261	857 875
Proteção jurídica	5 768	-	74 419	(2 727)	-	77 460
Assistência	617	-	212 978	(5 254)	-	208 341
Diversos	10 055 077	-	8 364 078	(9 758 101)	33 949	8 695 003
	1 781 954 195	7 835 244	1 055 723 904	(1 094 746 680)	202 282	1 750 968 945

(Valores em Euros)

	2013				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros de vida:	116 525 666	326 409 854	(334 475 567)	-	108 459 953
Seguros não vida:	1 717 779 327	739 169 256	(783 613 910)	159 569	1 673 494 242
Acidentes de trabalho	774 172 490	138 506 445	(132 579 823)	76 024	780 175 136
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	16 476 545	8 859 796	(9 928 340)	170	15 408 171
Doença	37 077 594	153 656 868	(149 952 712)	43 221	40 824 971
Incêndio e outros danos	123 335 006	154 792 634	(138 844 672)	600	139 283 568
Automóvel	612 476 435	253 501 752	(302 972 471)	39 456	563 045 172
Marítimo, aéreo e transportes	16 024 916	8 916 318	(12 271 180)	12	12 670 066
Responsabilidade civil geral	121 303 204	12 392 341	(22 124 942)	86	111 570 689
Crédito e cauções	504 703	770 664	(820 360)	-	455 007
Proteção jurídica	1 714	9 312	(5 258)	-	5 768
Assistência	2 662	11 823	(13 868)	-	617
Diversos	16 404 058	7 751 303	(14 100 284)	-	10 055 077
	1 834 304 993	1 065 579 110	(1 118 089 477)	159 569	1 781 954 195

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Seguros não vida:		
Acidentes de trabalho	23 277 225	14 164 542
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	252 441	32 741
Doença	3 428 386	2 812 806
Incêndio e outros danos	5 174 504	8 781 827
Automóvel	19 452 738	14 404 460
Marítimo, aéreo e transportes	4 909	48 067
Responsabilidade civil geral	577 070	490 189
Crédito e cauções	3 082	174 721
Proteção jurídica	306	-
Assistência	6 586 948	101 981
	58 757 609	41 011 334

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida:			
Acidentes de trabalho	14 164 542	9 112 683	23 277 225
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	32 741	219 700	252 441
Doença	2 812 806	615 580	3 428 386
Incêndio e outros danos	8 781 827	(3 607 323)	5 174 504
Automóvel	14 404 460	5 048 278	19 452 738
Marítimo, aéreo e transportes	48 067	(43 158)	4 909
Responsabilidade civil geral	490 189	86 881	577 070
Crédito e cauções	174 721	(171 639)	3 082
Proteção jurídica	-	306	306
Assistência	101 981	6 484 967	6 586 948
	41 011 334	17 746 275	58 757 609

(Valores em Euros)

	2013		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida:			
Acidentes de trabalho	2 283 539	11 881 003	14 164 542
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	82 135	(49 394)	32 741
Doença	664 551	2 148 255	2 812 806
Incêndio e outros danos	1 847 127	6 934 700	8 781 827
Automóvel	10 359 295	4 045 165	14 404 460
Marítimo, aéreo e transportes	-	48 067	48 067
Responsabilidade civil geral	726 305	(236 116)	490 189
Crédito e cauções	25 837	148 884	174 721
Assistência	534 124	(432 143)	101 981
	16 522 913	24 488 421	41 011 334

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:					
Vida Risco Individual	45 769 214	(2 961)	45 766 253	14 912 243	60 678 496
Vida Risco Grupo	162 170 197	-	162 170 197	16 134 452	178 304 649
	207 939 411	(2 961)	207 936 450	31 046 695	238 983 145
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:					
Vida Capitalização Individual	335 918 251	(67 711)	335 850 540	26 171 721	362 022 261
Vida Capitalização Grupo	274 071 020	-	274 071 020	6 398 546	280 469 566
Vida PPR Individual	849 568 155	(45 883)	849 522 272	45 511 880	895 034 152
	1 459 557 426	(113 594)	1 459 443 832	78 082 147	1 537 525 979
	1 667 496 837	(116 555)	1 667 380 282	109 128 842	1 776 509 124

(Valores em Euros)

	2013				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:					
Vida Risco Individual	45 938 845	(2 325)	45 936 520	14 343 921	60 280 441
Vida Risco Grupo	172 851 460	-	172 851 460	15 272 014	188 123 474
	218 790 305	(2 325)	218 787 980	29 615 935	248 403 915
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:					
Vida Capitalização Individual	384 965 375	(31 617)	384 933 758	23 312 992	408 246 750
Vida Capitalização Grupo	271 376 880	-	271 376 880	4 297 638	275 674 518
Vida PPR Individual	881 600 265	(56 649)	881 543 616	49 221 219	930 764 835
	1 537 942 520	(88 266)	1 537 854 254	76 831 849	1 614 686 103
	1 756 732 825	(90 591)	1 756 642 234	106 447 784	1 863 090 018

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014						Saldo final
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	
Seguro direto e resseguro aceite:							
Provisão matemática:							
- De contratos de seguro	218 787 980	(11 336 065)	-	(635)	-	485 170	207 936 450
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 537 854 254	(81 793 295)	-	(25 329)	274 673	3 133 529	1 459 443 832
	1 756 642 234	(93 129 360)	-	(25 964)	274 673	3 618 699	1 667 380 282
Provisão para participação nos resultados:							
- De contratos de seguro	29 615 935	6 727 433	(1 604 310)	-	-	(3 692 363)	31 046 695
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	76 831 849	9 276 008	(4 892 189)	-	-	(3 133 521)	78 082 147
	106 447 784	16 003 441	(6 496 499)	-	-	(6 825 884)	109 128 842
	1 863 090 018	(77 125 919)	(6 496 499)	(25 964)	274 673	(3 207 185)	1 776 509 124

(Valores em Euros)

	2013						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite:							
Provisão matemática:							
- De contratos de seguro	221 139 207	(2 612 823)	-	(682)	-	262 278	218 787 980
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 679 706 557	(142 542 442)	-	28 644	(353 395)	1 014 890	1 537 854 254
	1 900 845 764	(145 155 265)	-	27 962	(353 395)	1 277 168	1 756 642 234
Provisão para participação nos resultados:							
- De contratos de seguro	28 114 182	2 667 891	2 027 026	-	-	(3 193 164)	29 615 935
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	55 334 643	(2 462 938)	24 975 032	-	-	(1 014 888)	76 831 849
	83 448 825	204 953	27 002 058	-	-	(4 208 052)	106 447 784
	1 984 294 589	(144 950 312)	27 002 058	27 962	(353 395)	(2 930 884)	1 863 090 018

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.16.f).

No decorrer de 2014 a Companhia reconheceu um ganho em resultados no montante de 2.982.083 Euros (13.548.527 em 2013) relativo à parcela das mais-valias líquidas imputadas aos segurados.

22. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao Justo Valor						
Contratos Unit linked						
Unit Linked Capitalização Ind.	944 342 992	2 629 724	(341 344 074)	63 019 998	-	668 648 640
Unit Linked Capitalização grupo	773 711	-	(52 466)	(52 463)	-	668 782
Unit Linked PPR	43 037 400	257 625	(1 921 899)	1 081 596	(107 857)	42 346 865
	988 154 103	2 887 349	(343 318 439)	64 049 131	(107 857)	711 664 287
Valorizados ao Custo Amortizado						
Outros Contratos de Investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	2 807 307 190	1 059 496 575	(227 624 822)	89 215 446	(166 817)	3 728 227 572
Vida Taxa Fixa individual	3 224 707 568	1 743 243 052	(1. 817.677.766)	96 636 046	-	3 246 908 900
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	6 442 707	-	(1 073 128)	59 699	-	5 429 278
	6 038 457 465	2 802 739 627	(228 697 950)	185 911 191	(166 817)	6 980 565 750
	7 026 611 568	2 805 626 976	(572 016 389)	249 960 322	(274 674)	7 692 230 037

(Valores em Euros)

	2013					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao Justo Valor						
Contratos Unit linked						
Unit Linked Capitalização Ind.	1 096 598 699	(2 179 210)	(202 648 154)	52 571 658	-	944 342 993
Unit Linked Capitalização grupo	773 708	-	3	-	-	773 711
Unit Linked PPR	50 852 473	293 871	(9 546 402)	1 517 587	(80 129)	43 037 400
	1 148 224 880	(1 885 339)	(212 194 553)	54 089 245	(80 129)	988 154 104
Valorizados ao Custo Amortizado						
Outros Contratos de Investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	2 726 990 043	469 373 275	(470 060 796)	80 571 147	433 524	2 807 307 193
Vida Taxa Fixa individual	2 867 118 511	1 838 019 247	(1. 570.338.387)	89 908 197	-	3 224 707 568
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	6 779 645	-	(407 577)	70 638	-	6 442 706
	5 600 888 199	2 307 392 522	(470 468 373)	170 549 982	433 524	6 038 457 467
	6 749 113 079	2 305 507 183	(682 662 926)	224 639 227	353 395	7 026 611 571

Os “Outros contratos de investimento” correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado. Uma parte significativa destas responsabilidades encontra-se coberta através de investimentos em títulos da dívida pública Portuguesa, registados como ativos disponíveis para venda (Nota 8), os quais foram adquiridos com taxas de rentabilidade efetivas superiores às taxas garantidas aos segurados. As mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda são reconhecidas em reservas de reavaliação.

23. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	4 286 850	5 890 300
Não Vida	105 020 130	104 916 767
	109 306 980	110 807 067
Outros:		
Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)		
Interest rate swaps	8 609 482	4 406 403
	8 609 482	4 406 403
Passivos Financ ao Custo Amortiz		
Empréstimos obtidos	164 751 507	30 500 811
Locações Financeiras	28 480 208	
Outros	159 688 510	-
	361 529 707	34 907 214
	470 836 687	145 714 281

A rubrica “empréstimos obtidos junto a instituições financeiras de crédito em 31 de dezembro de 2014” inclui empréstimos obtidos por empresas do perímetro de consolidação do Grupo Fidelidade, sobre a qual incidem juros a uma taxa média anual de 2,041% foi paga.

24. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Contas a pagar por operações de seguro direto:		
Mediadores:		
Conta corrente	29 167 738	27 999 129
Comissões a pagar	7 362 576	5 098 713
Tomadores de seguro:		
Estornos a pagar	8 673 162	7 983 090
Prémios recebidos antecipadamente	16 843 504	13 081 890
Cosseguradoras:		
Conta corrente	5 691 789	7 145 038
Prémios a pagar	2 103 210	738 084
Sinistros a pagar	5 729 585	4 823 862
Outros	139 458	190 918
	75 711 022	67 060 724
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	35 517 832	32 713 286
Contas correntes de ressegurados	3 223 646	2 426 029
	38 741 478	35 139 315
Contas a pagar por outras operações:		
Empresas do grupo	(2 269 894)	753 032
Fornecedores de ativos tangíveis	1 098 068	322 164
Fornecedores conta corrente	35 826 054	10 921 986
Pessoal	80 194	4 109
Consultores, assessores e intermediários	1 078 931	1 152 396
Fundos de pensões	384 093	326 576
Contas de regularização interna	1 716 390	7 641 018
Clientes conta corrente	5 504 370	16 868

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Devedores e credores diversos:		
Companhias de seguros	588 358	632 685
Arrendamentos imobiliários	277 837	363 340
Outros devedores e credores diversos	12 664 539	10 333 278
Outros	32 680	28 620
	56 981 620	32 496 072
	171 434 120	134 696 111

A rubrica “Contas de regularização interna” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

25. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Rendimentos diferidos:		
Rendas e alugueres	6 460 374	1 845 819
Empréstimos	37 761	-
Outros	658 703	1 196
	7 156 838	1 847 015
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	479 824	728 285
Férias e subsídio de férias a pagar	28 787 853	15 695 617
Seguros	672 173	58 624
Remunerações variáveis a pagar ao pessoal	15 211 597	7 777 314
Prémio de permanência	1 010 549	809 940
Outros custos com pessoal	1 147 233	1 042 811
Provisão para prémios de angariação	1 225 138	610 979
Comissões a pagar	20 725 209	20 260 138
Pagamentos diferidos - Marketing	3 766 104	3 530 681
Imposto municipal de imóveis	1 574 886	1 068 083

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Auditoria	704 118	406 466
Publicidade	167 536	6 118
Eletricidade	253 705	116 923
Faturas em conferência	-	1 557 053
Outros	29 528 402	3 642 121
	105 254 327	57 311 153
	112 411 165	59 158 168

26.Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014					Saldos finais
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Desvios atuariais por Capital Próprio	
Outras provisões:						
Provisões para impostos	10 828 216	2 260 671	-	5 983 716	-	19 072 603
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34):						
Benefícios de saúde	22 993 574	-	(363 663)	-	(608 803)	22 021 108
Encargos com pensões	2 273 949	154 600	-	-	475 408	2 903 957
Provisão para o FAT	43 785 382	1 450 920	-	-	-	45 236 302
Provisão para reestruturação	32 077 525	27 299 163	-	(7 038 236)	-	52 338 452
Outras	31 623 488	14 155 049	(5 115 112)	28 118 277	-	68 781 702
	143 582 134	45 320 403	(5 478 775)	27 063 757	(133 395)	210 354 124

(Valores em Euros)

	2013					Saldo finals
	Saldo iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Desvios atuariais por Capital Próprio	
Outras provisões:						
Provisões para impostos	11 793 321	-	(714 108)	(250 997)	-	10 828 216
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34):						
Benefícios de saúde	23 374 874	-	(376 460)	-	(4 840)	22 993 574
Encargos com pensões	-	430 828	-	1 860 289	(17 168)	2 273 949
Provisão para o FAT	41 992 921	1 792 461	-	-	-	43 785 382
Provisão para reestruturação	5 124 525	26 953 000	-	-	-	32 077 525
Outras	40 592 035	(6 971 049)	-	(1 997 498)	-	31 623 488
	122 877 676	22 205 240	(1 090 568)	(388 206)	(22 008)	143 582 134

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica "Outras" incluía uma provisão no montante de 31.893.000 Euros para um programa de reestruturação que se consubstanciaria na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma, nos casos em que fosse reconhecida a sua dispensabilidade para o grupo. Neste sentido, o plano decidido seria concretizado nos anos de 2014 e 2015, abrangendo os colaboradores que se encontrassem nas condições indicadas abaixo, e desde que a respetiva saída não implicasse a sua substituição no respetivo posto de trabalho ou, alternativamente, se fizesse sem recurso a recrutamento externo.

A abrangência deste plano era a seguinte:

- Em 2014: 153 saídas, sendo 100 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 53 com mais de 60 anos.
- Em 2015: 110 saídas, sendo 75 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 35 com mais de 60 anos.

Em 2014 o Grupo Fidelidade reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo, assumindo que poderá vir a dispensar, entre os anos de 2015 e 2018, cerca de 500 colaboradores, mantendo as mesmas condições de dispensabilidade divulgadas em 2013. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 27.299.163,79 Euros.

No desenvolvimento deste plano em 2014 saíram 86 colaboradores, o que originou uma utilização de 7.038.236,07 Euros.

Em 31 de dezembro para 2014, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 52.153.927,12 Euros.

No cálculo da provisão considerou-se o custo efetivo de saídas negociadas de colaboradores ocorridas recentemente, incrementado por um valor que reflete o gasto adicional decorrente do aumento da idade legal de reforma para os 66 anos.

Os outros montantes registados na rubrica “Outras provisões – Outros” destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade da Companhia.

Em 2014 e 2013, os reforços das rubricas “Provisão para reestruturação” e “Outras provisões” incluem 22.283.265 Euros e 20.272.532 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica “Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)”.

A rubrica “Outras provisões – benefícios de saúde” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica “Outras provisões – Encargos com pensões” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pela Companhia para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 35).

No quadro abaixo apresenta-se a evolução da provisão destinada à cobertura da assistência médica nos exercícios de 2014 e 2013:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Responsabilidades em 1 de janeiro	22 993 574	23 374 874
Gasto do ano	(363 663)	(376 460)
Desvio atuarial do ano	(608 802)	(4 840)
Responsabilidade em 31 de dezembro	22 021 108	22 993 574
Desvios Atuarais reconhecidos no Capital Próprio		
Saldo em 1 de janeiro	(4 043 679)	(4 048 518)
Desvio atuarial do ano	608 802	4 840
Desvio atuarial em 31 de dezembro	(3 434 876)	(4 043 679)

27. Capital

O capital social é constituído por 121 milhões de ações com o valor nominal unitário de 3,15 Euros e encontra-se integralmente realizado.

A estrutura acionista da Companhia em 31 de dezembro de 2014 tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)		
Acionistas	Número de Ações	% de Participação
LongRun Portugal, S.G.P.S., S.A.	96 800 000	80,0000%
Caixa Seguros e Saúde, S.G.P.S., S.A.	24 183 140	19,9861%
Colaboradores e antigos colaboradores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	16 860	0,01390%
	121 000 000	100%

Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição de 80% do capital social da Fidelidade, a Companhia passou a integrar o Grupo Fosun.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. era integralmente detido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A..

Em julho de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas uma redução de capital no valor de 223.850.000 Euros, mediante a redução do valor nominal unitário das ações de 5 Euros para 3,15 Euros, mantendo-se o capital representado pelo mesmo número de ações.

Os resultados dos exercícios de 2014 e de 2013 foram aplicados conforme indicado:

(Valores em Euros)		
	2013	2012
Aplicação de resultados do exercício:		
Reserva Legal	9 346 664	11 920 708
Reservas Livres	(65 403)	20 838 456
Resultados transitados	15 627 706	(23 074 477)
Dividendos	82 978 206	85 000 000
	107 887 173	94 684 687

28. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda		
Valias brutas (Nota 8)	505 784 316	246 011 437
Montante atribuível aos segurados	(73 751 555)	(80 151 131)
	432 032 761	165 860 306
- De ativos a deter até à maturidade (Nota 10)	-	(51 183 309)
- De outros ativos financeiros	1 933 013	2 166 018
	433 965 774	116 843 015
- Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 11)	70 139 464	26 687 766
	504 105 238	143 530 781
Diferenças de câmbio		
Valias brutas (Nota 8)	30 072 829	407 450
Montante atribuível aos segurados	96 923	
	534 274 990	143 938 231
Reserva por impostos diferidos:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda	(111 588 462)	(25 310 089)
- De terrenos e edifícios de uso próprio	(26 155 252)	1 238 714
- Desvios atuariais		
Pensões de reforma	12 899 366	12 607 863
Benefícios de saúde	2 023 719	1 275 279
- Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	(14 211 710)	(13 796 720)
- Outros	-	1 192 886
	(137 032 339)	(22 792 067)
Reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos	384 740 485	121 146 164

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Outras reservas:		
- Reserva legal	106 403 439	96 952 717
- Prémios de emissão	115 103 280	115 103 280
- Desvios atuariais: Pensões de reforma	(42 345 099)	(41 418 396)
- Desvios atuariais: Benefícios de saúde	(3 434 877)	(4 043 679)
- Outras reservas	59 520 168	312 529 828
	235 246 911	479 123 750
Resultados transitados	104 680 449	91 275 945
Resultado do exercício	178 232 205	107 887 173
	902 900 050	799 433 032

As "Reservas de reavaliação" refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros e em terrenos e edifícios de uso próprio.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% ou a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, consoante se trate de uma empresa de seguros ou de outra empresa, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital ou até que atinja 20% do capital, respetivamente. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

O resultado consolidado dos exercícios de 2014 e 2013 foi determinado da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Contributo para o Lucro Consolidado		
Seguros		
Fidelidade	159 108 030	109 580 154
Via Directa	539 822	420 775
Companhia Portuguesa de Resseguros	438 394	528 974
Universal Seguros	1 278 139	(106 011)
Garantia	472 192	

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Imobiliário		
FISA Fidelidade - Property Europe, S.A.	1 325 165	(1 883 004)
Fidelidade - Property International, S.A.	66 461	-
Fundo SaudelInveste	9 517 264	(2 980 114)
Fundo Bonança I	447 313	(27 121)
GK Kita Aoyoma Support 2	(6 483)	
Outros setores		
GEP	35 283	70 875
Safemode (EAPS)	38 752	17 918
Cetra	12 591	135 790
FCM	(279 669)	-
Luz Saúde	3 571 210	-
FID I (HK) LIMITED	3 198 267	-
FID II (HK) LIMITED	(2 832)	-
FID III (HK) LIMITED	100 655	-
Highgrove (Equity accounting method)	(40 376)	(36 073)
Audatex (Equity accounting method)	600 751	613 721
Eliminação de dividendos	(4 903 067)	(888 721)
Outros ajustamentos de consolidação		
Interesses minoritários (Nota 29)	(2 262 980)	572 214
Anulação de perdas por imparidade líquidas de reversões	454 483	1 713 501
Ajustamentos em imobiliário	(47 057)	40 131
Correção de resultados de anos anteriores	(109 195)	65 545
Transição IAS - Correção RT e RL 2009		
Outros	4 679 092	48 619
	178 232 205	107 887 173

29. Interesses Minoritários

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Fundo SaudeInveste	18 530 274	16 811 194
Garantia	4 102 496	-
Universal Seguros	1 399 054	763 086
FCM Beteiligungs GmbH	11 644 553	-
Luz Saúde	3 396 661	-
Higashi Shinagawa Teo TMK	2 294 613	-
	41 367 651	17 574 280

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2014 e 2013 apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Fundo SaudeInveste	1 719 080	538 290
Garantia	208 263	-
Universal Seguros	409 004	33 924
FCM Beteiligungs GmbH	(137 038)	-
Luz Saúde	101 775	-
	2 301 084	572 214

30. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos:						
Ramo vida	281 951 786	(9 419 595)	272 532 191	240 395 597	(20 360 477)	220 035 120
Ramo não vida:						
Acidentes de trabalho	128 813 743	(5 211 861)	(123 601 882)	126 485 051	(4 995 291)	121 489 760
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	24 238 803	(7 655 916)	16 582 887	25 421 429	(6 920 062)	18 501 367
Doença	201 595 766	(197 498 762)	4 097 004	188 083 642	(185 932 329)	2 151 313
Incêndio e outros danos	234 698 092	(97 043 529)	137 654 563	239 077 966	(100 349 614)	138 728 352
Automóvel	394 387 613	(1 813 682)	392 573 931	387 222 788	(6 414 406)	380 808 382
Marítimo, aéreo e transportes	16 283 797	(11 816 320)	4 467 477	19 024 857	(15 405 909)	3 618 948
Responsabilidade civil geral	31 580 685	(9 189 063)	22 391 622	30 555 544	(9 762 073)	20 793 471
Crédito e cauções	942 808	(658 544)	284 264	1 181 193	(736 588)	444 605
Proteção jurídica	5 687 516	(3 758 615)	1 928 901	5 907 213	(3 678 060)	2 229 153
Assistência	27 541 281	(29 557 236)	(2 015 955)	27 593 404	(25 350 549)	2 242 855
Diversos	24 605 882	(8 093 457)	16 512 425	21 496 098	(7 295 948)	14 200 150
	1 090 375 986	(372 296 985)	718 079 001	1 072 049 185	(366 840 829)	705 208 356
	1 372 327 772	(381 716 580)	990 611 192	1 312 444 782	(387 201 306)	925 243 476
Variação da provisão para prémios não adquiridos:						
Ramo vida	(14 030)	121 619	107 589	118 321	-	118 321
Ramo não vida:						
Acidentes de trabalho	602 883	7 435	610 318	665 851	10 066	675 917
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	1 820 126	(573 943)	1 246 183	2 519 741	(1 818 364)	701 377
Doença	366 256	(813 219)	(446 963)	(1 144 308)	949 792	(194 516)
Incêndio e outros danos	538 477	(190 093)	348 384	1 113 149	(113 614)	999 535
Automóvel	(4 184 146)	(1 930 696)	(6 114 842)	5 647 395	709 094	6 356 489
Marítimo, aéreo e transportes	182 993	1 519	184 512	214 108	(252 719)	(38 611)
Responsabilidade civil geral	(255 442)	(300 705)	(556 147)	1 409 547	(404 111)	1 005 436
Crédito e cauções	119 839	(30 937)	88 902	3 093	(9 428)	(6 335)
Proteção jurídica	94 550	43 418	137 968	94 351	21 088	115 439
Assistência	103 717	(356 459)	(252 742)	88 481	(71 818)	16 663
Diversos	(1 795 742)	650 219	(1 145 523)	867 667	(734 125)	133 542
	(2 406 489)	(3 493 461)	(5 899 950)	11 479 075	(1 714 139)	9 764 936
	(2 420 519)	(3 371 842)	(5 792 361)	11 597 396	(1 714 139)	9 883 257

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios adquiridos:						
Ramo vida	281 937 756	(9 297 976)	272 639 780	240 513 918	(20 360 477)	220 153 441
Ramo não vida:						
Acidentes de trabalho	129 416 626	(5 204 426)	(124 212 200)	127 150 902	(4 985 225)	122 165 677
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	26 058 929	(8 229 859)	17 829 070	27 941 170	(8 738 426)	19 202 744
Doença	201 962 022	(198 311 981)	3 650 041	186 939 334	(184 982 537)	1 956 797
Incêndio e outros danos	235 236 569	(97 233 622)	138 002 947	240 191 115	(100 463 228)	139 727 887
Automóvel	390 203 467	(3 744 378)	386 459 089	392 870 183	(5 705 312)	387 164 871
Marítimo, aéreo e transportes	16 466 790	(11 814 801)	4 651 989	19 238 965	(15 658 628)	3 580 337
Responsabilidade civil geral	31 325 243	(9 489 768)	21 835 475	31 965 091	(10 166 184)	21 798 907
Crédito e cauções	1 062 647	(689 481)	373 166	1 184 286	(746 016)	438 270
Proteção jurídica	5 782 066	(3 715 197)	2 066 869	6 001 564	(3 656 972)	2 344 592
Assistência	27 644 998	(29 913 695)	(2 268 697)	27 681 885	(25 422 367)	2 259 518
Diversos	22 810 140	(7 443 238)	15 366 902	22 363 765	(8 030 073)	14 333 692
	1 087 969 497	(375 790 446)	712 179 051	1 083 528 260	(368 554 968)	714 973 292
	1 369 907 253	(385 088 422)	984 818 831	1 324 042 178	(388 915 445)	935 126 733

Nos exercícios de 2014 e 2013, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Prémios brutos emitidos de seguro direto	281 849 491	240 362 868
Relativos a contratos individuais	90 405 653	55 867 883
Relativos a contratos de grupo	191 443 838	184 494 985
	281 849 491	240 362 868
Periódicos	232 282 399	223 076 335
Não periódicos	49 567 092	17 286 533
	281 849 491	240 362 868
De contratos sem participação nos resultados	151 729 768	153 814 742
De contratos com participação nos resultados	130 119 723	86 548 126
	281 849 491	240 362 868
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	102 295	32 729
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	281 951 786	240 395 597
Saldo de resseguro	(4 983 609)	8 773 664

31. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2014 e 2013, as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 2.055.164 Euros e 2.045.747 Euros, respetivamente.

32. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Ramo vida:						
Seguro direto e resseguro aceite	318 405 142	15 333 206	333 738 348	339 966 763	(8 001 859)	331 964 904
Resseguro cedido	(7 087 511)	2 951 664	(4 135 847)	(10 882 953)	1 271 154	(9 611 799)
	311 317 631	18 284 870	329 602 501	329 083 810	(6 730 705)	322 353 105
Ramo não vida:						
Seguro direto e resseguro aceite:						
Acidentes de trabalho	129 351 144	4 987 197	134 338 341	136 115 702	5 161 800	141 277 502
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9 495 107	(169 683)	9 325 424	10 774 002	(1 061 637)	9 712 365
Doença	151 933 878	6 401 307	158 335 185	146 707 465	2 284 187	148 991 652
Incêndio e outros danos	119 033 175	(17 124 941)	101 908 234	144 684 060	14 727 847	159 411 907
Automóvel	300 904 584	(50 844 639)	250 059 945	294 972 434	(47 830 837)	247 141 597
Marítimo, aéreo e transportes	5 897 133	1 529 039	7 426 172	12 549 251	(3 346 955)	9 202 296
Responsabilidade civil geral	11 300 585	1 374 003	12 674 588	16 095 489	(9 873 677)	6 221 812
Crédito e cauções	266 674	74 611	341 285	867 761	(45 680)	822 081
Protecção Jurídica	132 678	71 694	204 372	5 190	4 190	9 380
Assistência	504 347	207 724	712 071	18 218	(2 043)	16 175
Diversos	10 036 731	(1 326 124)	8 710 607	13 989 203	(6 380 567)	7 608 636
	738 856 036	(54 819 812)	684 036 224	776 778 775	(46 363 372)	730 415 403

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Resseguro cedido:						
Acidentes de trabalho	(413 410)	83 161	(330 249)	46 494	312 782	359 276
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(486 082)	129 479	(356 603)	(540 985)	26 314	(514 671)
Doença	(148 099 441)	(5 746 127)	(153 845 568)	(145 018 642)	(2 167 917)	(147 186 559)
Incêndio e outros danos	(38 090 905)	19 331 174	(18 759 731)	(54 812 353)	(5 228 533)	(60 040 886)
Automóvel	(6 376 366)	9 916 427	3 540 061	(3 130 507)	1 298 039	(1 832 468)
Marítimo, aéreo e transportes	(3 679 920)	(905 155)	(4 585 075)	(9 517 933)	2 360 599	(7 157 334)
Responsabilidade civil geral	(1 405 758)	542 630	(863 128)	(4 950 249)	7 736 021	2 785 772
Crédito e cauções	(145 614)	(5 376)	(150 990)	(138 463)	(4 936)	(143 399)
Diversos	(4 423 450)	1 094 396	(3 329 054)	(9 109 857)	5 838 396	(3 271 461)
	(203 120 946)	24 440 609	(178 680 337)	(227 172 495)	10 170 765	(217 001 730)
	535 735 090	(30 379 203)	505 355 887	549 606 280	(36 192 607)	513 413 673
	847 052 721	(12 094 333)	834 958 388	878 690 090	(42 923 312)	835 766 778

Em resultado das atividades relacionadas com a revisão e posterior encerramento de processos pendentes com antiguidade igual ou superior a dois anos, os custos com sinistros do ramo vida - variação da provisão, nos exercícios de 2014 e 2013, refletem o efeito da anulação de provisões para sinistros nos montantes de aproximadamente 18.179.441 Euros e 11.416.177 Euros, respetivamente.

No exercício de 2014, os custos com sinistros - variação da provisão para sinistros, do ramo acidentes de trabalho encontram-se influenciados pelos efeitos da alteração do pressuposto de mortalidade utilizado no cálculo da provisão matemática de acidentes de trabalho, no montante de aproximadamente 9.550.000 Euros e da variação da provisão destinada ao reforço das bases técnicas utilizadas no cálculo desta provisão, no montante de 23.000.000 Euros (Nota 21).

O desenvolvimento dos custos com sinistros registados pela Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. para os ramos de negócio em que existem incertezas significativas sobre o montante e o momento dos pagamentos a efetuar e quando essa incerteza não é normalmente eliminada no prazo de um ano é o que se apresenta nos quadros seguintes:

Ramo: Acidentes de Trabalho

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	176 190 491	-	-	-	-	-	-	-	-	176 190 491
2007	191 213 483	177 349 291	-	-	-	-	-	-	-	368 562 774
2008	193 905 355	178 954 783	186 689 308	-	-	-	-	-	-	559 549 446
2009	195 042 890	173 906 090	172 994 681	149 704 562	-	-	-	-	-	691 648 223
2010	199 172 358	178 315 507	173 814 297	140 844 323	137 556 544	-	-	-	-	829 703 029
2011	202 217 697	179 368 039	176 182 831	141 388 182	130 524 735	116 138 424	-	-	-	945 819 908
2012	207 162 252	183 344 130	180 690 311	148 623 231	134 729 234	118 157 742	107 133 256	-	-	1 079 840 156
2013	204 296 231	183 791 831	181 190 222	151 024 431	136 644 123	121 778 064	113 442 448	104 269 909	-	1 196 437 259
2014	203 126 897	180 074 101	177 547 092	153 490 332	136 129 424	125 932 393	117 949 980	108 389 841	111 534 380	1 314 174 440

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	117 737 181
- Sinistros de anos anteriores a 2006	2 174 823
- Custos imputados à regularização de sinistros	13 352 067
- Custos com sinistros de resseguro aceite	416 594
	133 680 665

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	34 205 314	34 298 977	34 012 249	44 147 033	38 684 741	37 057 345	40 514 930	45 944 315	75 076 271	383 941 175
	Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006									395 084 076
	Total de seguro direto									779 025 251
	Provisão para sinistros de resseguro aceite									859 214
	Total do ramo									779 884 465

Ramo: Incêndio e Outros Danos em Coisas

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	105 012 503	-	-	-	-	-	-	-	-	105 012 503
2007	109 469 320	85 026 447	-	-	-	-	-	-	-	194 495 767
2008	103 821 107	86 438 921	131 357 405	-	-	-	-	-	-	321 617 433
2009	102 400 770	85 154 875	130 743 392	154 665 094	-	-	-	-	-	472 964 131
2010	103 206 904	85 658 531	128 060 709	159 206 978	126 078 379	-	-	-	-	602 211 501
2011	104 679 493	85 697 958	127 616 286	166 069 986	126 952 108	122 605 880	-	-	-	733 621 711
2012	101 029 054	84 220 578	125 492 545	168 567 606	125 464 375	112 432 664	91 597 848	-	-	808 804 670
2013	101 162 185	84 459 630	123 350 086	170 952 560	126 215 051	112 154 715	107 991 708	16 393 860	133 438 302	976 118 097
2014	100 677 076	84 273 786	123 249 098	169 624 640	125 183 080	106 497 467	104 684 348	14 922 450	235 986 814	1 065 098 759

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	88 980 662
- Sinistros de anos anteriores a 2006	115 357
- Custos imputados à regularização de sinistros	8 087 683
- Custos com sinistros de resseguro aceite	1 192 682
	98 376 384

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	1 427 137	1 917 494	1 575 800	10 923 854	6 556 551	6 796 300	8 886 463	17 767 569	47 376 903	103 228 071
										10 286 554
										113 514 625
										6 563 421
										120 078 046

Ramo: Automóvel

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	437 107 503	-	-	-	-	-	-	-	-	437 107 503
2007	430 397 467	400 099 059	-	-	-	-	-	-	-	830 496 526
2008	424 124 583	396 008 332	372 257 010	-	-	-	-	-	-	1 192 389 925
2009	437 320 594	412 637 283	372 969 725	347 599 847	-	-	-	-	-	1 570 527 449
2010	425 659 251	408 752 742	373 166 802	346 790 372	319 684 516	-	-	-	-	1 874 053 683
2011	428 242 183	405 151 091	370 794 584	348 491 358	319 177 270	295 207 592	-	-	-	2 167 064 078
2012	419 049 657	397 981 248	364 668 581	347 994 159	321 518 277	284 668 767	269 165 328	-	-	2 405 046 017
2013	416 379 462	392 313 307	357 273 671	334 085 131	319 726 721	283 035 836	265 061 668	(4 103 660)	250 231 412	2 614 003 548
2014	407 527 334	377 270 703	344 149 002	326 167 120	306 376 387	284 919 349	267 935 175	(6 113 697)	505 280 109	2 813 511 482

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	199 507 934
- Sinistros de anos anteriores a 2006	(9 768 675)
- Custos imputados à regularização de sinistros	24 982 343
- Custos com sinistros de resseguro aceite	1 640 091
	216 361 693

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	12 325 618	19 595 873	30 491 110	34 850 603	41 241 682	55 571 254	57 620 947	58 897 898	118 473 223	429 068 208
										54 988 817
										484 057 025
										2 144 036
										486 201 061

Ramo: Marítimo e Transportes

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	2 328 537	-	-	-	-	-	-	-	-	2 328 537
2007	2 658 182	3 654 145	-	-	-	-	-	-	-	6 312 327
2008	2 488 621	3 821 319	2 113 473	-	-	-	-	-	-	8 423 413
2009	2 489 662	3 765 057	2 050 533	1 630 390	-	-	-	-	-	9 935 642
2010	2 567 545	3 555 700	1 911 216	1 941 901	861 683	-	-	-	-	10 838 045
2011	2 547 333	3 519 096	2 195 191	2 857 755	906 490	879 290	-	-	-	12 905 155
2012	2 529 122	3 417 402	2 266 465	2 746 185	887 111	1 002 179	1 140 753	-	-	13 989 217
2013	2 529 122	3 396 421	2 260 936	2 730 548	977 249	1 047 049	1 264 639	123 886	894 586	15 224 436
2014	2 558 108	3 382 599	2 260 936	2 750 810	1 033 687	1 333 904	1 315 846	368 099	1 351 339	16 355 328

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	1 130 892
- Sinistros de anos anteriores a 2006	(52 823)
- Custos imputados à regularização de sinistros	28 932
- Custos com sinistros de resseguro aceite	250 575
	1 357 576

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	277 337	43 208	500 291	21 476	153 137	37 242	434 872	188 150	105 599	1 761 312
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006										186 785
Total de seguro direto										1 948 097
Provisão para sinistros de resseguro aceite										834 403
Total do ramo										2 782 500

Ramo: Aéreo

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	882 655	-	-	-	-	-	-	-	-	882 655
2007	985 448	454 388	-	-	-	-	-	-	-	1 439 836
2008	1 031 668	435 546	450 216	-	-	-	-	-	-	1 917 430
2009	1 031 668	463 218	556 875	893 950	-	-	-	-	-	2 945 711
2010	555 387	788 359	941 773	2 005 149	305 359	-	-	-	-	4 596 027
2011	1 111 355	1 231 107	1 293 226	1 963 193	791 827	536 094	-	-	-	6 926 802
2012	1 066 421	1 202 191	1 267 524	1 746 750	800 426	531 251	774 653	-	-	7 389 216
2013	984 552	1 154 411	1 342 535	1 721 109	865 553	435 224	649 744	(124 909)	460 228	7 488 447
2014	983 852	1 141 786	1 326 596	1 706 098	842 969	405 370	627 222	(137 744)	837 380	7 733 529

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	245 082
- Sinistros de anos anteriores a 2006	191 617
- Custos imputados à regularização de sinistros	77 568
- Custos com sinistros de resseguro aceite	(135 630)
	378 637

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	103	14 313	139 813	43 076	248 839	85 745	38 297	233 066	173 838	977 090
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006										1 638 824
Total de seguro direto										2 615 914
Provisão para sinistros de resseguro aceite										593 668
Total do ramo										3 209 582

Ramo: Mercadorias Transportadas

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	3 978 852	-	-	-	-	-	-	-	-	3 978 852
2007	4 597 435	5 643 430	-	-	-	-	-	-	-	10 240 865
2008	4 869 425	5 410 429	4 484 057	-	-	-	-	-	-	14 763 911
2009	5 175 426	5 730 097	5 045 922	5 994 434	-	-	-	-	-	21 945 879
2010	4 852 720	5 682 974	4 576 686	5 065 317	2 393 325	-	-	-	-	22 571 022
2011	4 435 304	5 460 795	4 388 359	4 772 240	3 355 315	2 813 404	-	-	-	25 225 417
2012	4 543 168	5 543 967	4 356 639	4 859 026	3 052 294	2 877 977	2 490 636	-	-	27 723 707
2013	4 442 155	5 491 727	4 315 346	4 823 292	2 907 092	2 811 244	2 993 045	502 409	4 252 218	32 538 528
2014	4 375 573	5 390 228	4 298 220	4 812 518	2 861 019	2 749 773	2 996 743	1 354 814	8 522 345	37 361 233

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	4 822 705
- Sinistros de anos anteriores a 2006	(37 960)
- Custos imputados à regularização de sinistros	267 364
- Custos com sinistros de resseguro aceite	153 285
	5 205 394

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	17 030	260 282	133 803	115 658	352 963	104 082	830 149	2 423 455	3 394 395	7 631 817
										210 066
										7 841 883
										258 921
										8 100 804

Ramo: Responsabilidade Civil

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	13 612 641	-	-	-	-	-	-	-	-	13 612 641
2007	16 350 386	9 614 994	-	-	-	-	-	-	-	25 965 380
2008	17 728 178	13 961 733	10 602 481	-	-	-	-	-	-	42 292 392
2009	18 791 935	15 570 337	13 360 133	14 793 409	-	-	-	-	-	62 515 814
2010	24 659 115	15 917 190	13 480 977	19 846 931	16 987 985	-	-	-	-	90 892 198
2011	21 635 916	19 376 684	14 398 011	19 462 989	17 849 924	14 746 708	-	-	-	107 470 232
2012	22 008 138	20 156 760	14 775 272	21 483 344	20 360 755	14 845 672	10 092 897	-	-	123 722 838
2013	22 162 341	19 815 178	14 250 803	20 360 547	18 866 589	14 382 154	10 544 747	451 850	8 482 500	129 316 709
2014	22 138 297	20 065 204	14 583 069	18 928 582	18 850 705	15 510 648	10 734 101	(53 209)	19 348 468	140 105 865

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	10 789 156
- Sinistros de anos anteriores a 2006	(1 835 503)
- Custos imputados à regularização de sinistros	1 782 313
- Custos com sinistros de resseguro aceite	1 911 409
	12 647 375

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	2 956 691	8 559 977	4 817 851	8 791 283	8 937 010	8 164 998	5 652 860	3 424 799	8 818 960	60 124 429
			Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006							26 511 581
			Total de seguro direto							86 636 010
			Provisão para sinistros de resseguro aceite							25 217 943
			Total do ramo							111 853 953

Ramo: Perdas Pecuniárias Diversas

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	5 078 842	-	-	-	-	-	-	-	-	5 078 842
2007	6 005 263	8 953 107	-	-	-	-	-	-	-	14 958 370
2008	6 191 498	9 743 578	32 347 667	-	-	-	-	-	-	48 282 743
2009	5 485 318	9 801 845	34 003 134	7 501 694	-	-	-	-	-	56 791 991
2010	5 443 536	9 686 169	34 435 437	14 970 401	13 514 655	-	-	-	-	78 050 198
2011	5 467 115	9 682 571	34 382 207	14 611 746	16 118 820	11 118 721	-	-	-	91 381 180
2012	5 407 414	9 574 989	33 774 638	14 804 098	18 631 421	13 867 586	7 696 802	-	-	103 756 948
2013	5 435 410	9 559 107	32 706 720	14 514 538	15 441 306	14 196 065	8 442 097	745 295	10 766 237	111 806 775
2014	5 437 952	9 559 439	32 706 023	14 603 334	14 894 206	14 150 828	8 297 153	(583 261)	20 908 419	119 974 093

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	8 167 318
- Sinistros de anos anteriores a 2006	(281)
- Custos imputados à regularização de sinistros	544 218
- Custos com sinistros de resseguro aceite	(630)
	8 710 625

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2013	1 427	28 805	793 799	89 922	32 777	727 297	307 056	1 574 619	5 059 332	8 615 034
										31 455
										8 646 489
										45 897
										8 692 386

A variação da provisão para sinistros, da rubrica custos com sinistros líquidos de resseguro, da conta de ganhos e perdas, tem principalmente por contrapartida a provisão para sinistros, da rubrica provisões técnicas, do passivo. Contudo, algumas operações são reconhecidas noutros elementos do balanço, nomeadamente por via dos reembolsos de sinistros refletidos em outros devedores por operações de seguro direto, pelo que as variações das provisões para sinistros do balanço e da conta de ganhos e perdas não são coincidentes.

Nos exercícios de 2014 e 2013, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo vida apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014						
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite:							
- De contratos de seguro	95 204 856	16 596 679	111 801 535	956 384	(11 336 065)	6 727 433	108 149 287
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	223 200 286	(1 263 473)	221 936 813	949 202	(81 793 294)	9 276 008	150 368 729
	318 405 142	15 333 206	333 738 348	1 905 586	(93 129 359)	16 003 441	258 518 016
Resseguro cedido:							
- De contratos de seguro	(7 087 511)	2 951 664	(4 135 847)	-	2 516 803	(39 917)	(1 658 961)
	(7 087 511)	2 951 664	(4 135 847)	-	2 516 803	(39 917)	(1 658 961)
Líquido:							
- De contratos de seguro	88 117 345	19 548 343	107 665 688	956 384	(8 819 262)	6 687 516	106 490 326
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	223 200 286	(1 263 473)	221 936 813	949 202	(81 793 294)	9 276 008	150 368 729
	311 317 631	18 284 870	329 602 501	1 905 586	(90 612 556)	15 963 524	256 859 055

(Valores em Euros)

	2013						
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite:							
- De contratos de seguro	96 248 445	(5 329 880)	90 918 565	1 254 854	(2 612 823)	2 667 889	92 228 485
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	243 703 940	(2 657 601)	241 046 339	(4 508 626)	(142 542 442)	(2 462 936)	91 532 335
	339 952 385	(7 987 481)	331 964 904	(3 253 772)	(145 155 265)	204 953	183 760 820
Resseguro cedido:							
- De contratos de seguro	(10 882 953)	1 271 154	(9 611 799)	-	(3 493 264)	(36 607)	(13 141 670)
	(10 882 953)	1 271 154	(9 611 799)	-	(3 493 264)	(36 607)	(13 141 670)
Líquido:							
- De contratos de seguro	85 365 492	(4 058 726)	81 306 766	1 254 854	(6 106 087)	2 631 282	79 086 815
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	243 703 940	(2 657 601)	241 046 339	(4 508 626)	(142 542 442)	(2 462 936)	91 532 335
	329 069 432	(6 716 327)	322 353 105	(3 253 772)	(148 648 529)	168 346	170 619 150

Nos exercícios de 2014 e 2013, a variação das outras provisões técnicas inclui custos com a dotação da provisão para estabilização de carteira, nos montantes de 956.384 Euros e 1.254.854 Euros, respetivamente. Nestes exercícios, esta rubrica inclui ainda os montantes de 949.202 Euros e 4.508.626 Euros, respetivamente, correspondentes à variação da provisão para compromissos de taxa.

No exercício de 2013, a variação da provisão para sinistros inclui o impacto decorrente da revisão da metodologia utilizada na estimação dos encargos com sinistros com recibos emitidos com antiguidade superior a três anos relativos a produtos do ramo vida classificados como contratos de seguro, no montante de 18.756.020 Euros (Nota 21).

Nos exercícios de 2014 e de 2013 os ganhos registados na rubrica “Participação nos resultados” incluem proveitos de 410.612 Euros e 26.298.967 Euros, respetivamente, resultantes da utilização dos saldos das valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados transitados do anterior normativo contabilístico e registados na rubrica provisão para participação nos resultados a atribuir, os quais passaram a ser utilizados para a cobertura dos prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos (Nota 21).

33. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2014 e 2013, os custos de exploração incorridos pelo Grupo apresentam a seguinte composição por natureza:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Custos com pessoal (Nota 34)	172 363 246	141 303 279
Fornecimentos e serviços externos		
Eletricidade	3 676 875	2 177 076
Combustível	1 252 524	817 758
Água	417 402	176 378
Impressos	571 977	693 870
Material de escritório	529 743	485 609
Conservação e reparação	7 395 574	5 017 892
Rendas e alugueres	19 908 860	18 602 579
Despesas de representação	1 353 732	1 196 084
Comunicação	9 484 445	8 560 082

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Travel and accommodation	4 827 546	4 234 747
Seguros	1 114 524	853 116
Gastos com trabalho independente	16 190 335	2 308 678
Publicidade e propaganda	12 725 621	12 232 041
Legal and notarial	290 712	259 102
Vigilância e segurança	2 018 944	1 286 429
Trabalhos especializados	58 596 748	55 144 153
Quotizações	1 194 940	1 134 786
Limpeza, higiene e conforto	1 823 330	1 775 857
Gastos com cobrança de prémios	5 658 430	5 683 099
Licenças de software	4 911 747	5 148 940
Outros	27 239 225	3 509 599
	181 183 234	131 297 875
Impostos e taxas	14 803 963	15 926 653
Depreciações e amortizações do exercício (Nota 11 13 e 16)	20 873 814	12 679 950
Outras provisões	17 558 363	842 140
Comissões	6 125 933	6 620 225
Juros suportados	4 511 685	1 836 700
	417 420 238	310 506 822

Em 2014 foi revisto o programa de repartição de custos, por forma a melhorar a alocação de custos entre produtos.

Na demonstração de ganhos e perdas, estes custos foram imputados da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2014			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos de aquisição:				
- Custos imputados	28 395 905	106 643 947	-	135 039 852
- Comissões de mediação	29 648 075	111 238 217	-	140 886 292
- Outros	230 993	1 132 466	-	1 363 459
	58 274 973	219 014 630	-	277 289 603
Gastos administrativos:				
- Custos imputados	20 184 059	65 438 202	-	85 622 261
- Remunerações de mediação	69 279	8 598 051	-	8 667 330
- Outros	584	49 976	-	50 560
	20 253 922	74 086 229	-	94 340 151
Gastos financeiros (Nota 37):				
- Custos imputados	16 743 685	5 197 098	1 345 969	23 286 752
- Securities repo transactions	4 274 439	-	-	4 274 439
	21 018 124	5 197 098	1 345 969	27 561 191
Custos com sinistros - Montantes pagos:				
- Custos imputados	7 284 595	70 027 301	-	77 311 896
- Custos técnicos	311 122 529	708 109 762	-	1 019 232 291
	318 407 124	778 137 063	-	1 096 544 187
Outros custos (Nota 44)	-	-	96 159 474	96 159 474
Total dos custos de exploração imputados	72 608 244	247 306 548	97 505 443	417 420 235

(Valores em Euros)

	2013			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos de aquisição:				
- Custos imputados	27 530 499	105 464 819	-	132 995 318
- Comissões de mediação	31 571 106	104 759 741	-	136 330 847
- Outros	506 359	823 791	-	1 330 150
	59 607 964	211 048 351	-	270 656 315
Gastos administrativos:				
- Custos imputados	20 429 412	59 993 727	-	80 423 139
- Remunerações de mediação	102 263	7 120 812	-	7 223 075
- Outros	4	1 452	-	1 456
	20 531 679	67 115 991	-	87 647 670
Gastos financeiros (Nota 37):				
- Custos imputados	3 527 105	4 340 786	1 234 494	9 102 385
- Securities repo transactions	282 157	-	-	282 157
	3 809 262	4 340 786	1 234 494	9 384 542
Custos com sinistros - Montantes pagos:				
- Custos imputados	7 671 430	73 244 619	-	80 916 049
- Custos técnicos	332 295 333	703 534 156	-	1 035 829 489
	339 966 763	776 778 775	-	1 116 745 538
Outros custos (Nota 44)	-	-	7 069 931	7 069 931
Total dos custos de exploração imputados	59 158 446	243 043 951	1 234 494	310 506 822

34. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Remunerações:		
Órgãos sociais	4 184 533	1 973 935
Pessoal	120 853 229	95 443 064
Encargos sobre remunerações	26 950 843	23 087 635
Benefício pós-emprego:		
Benefício definido	6 180 421	7 906 105
Contribuição definida	925 051	559 046
Benefícios de cessação de emprego	1 473 805	1 605 912
Seguros obrigatórios	2 021 599	1 401 498
Gastos de ação social	7 850 136	8 510 967
Outros gastos com pessoal	1 922 879	815 117
	172 362 496	141 303 279

Nos exercícios de 2014 e 2013, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Benefícios pós-emprego:		
Plano de benefício definido (Nota 35)	6 087 665	7 932 294
Plano individual de reforma	933 731	567 730
Cedência de pessoal	(579)	(247 544)
Outros encargos	84 655	212 671
	7 105 472	8 465 151

Em 2014 e 2013, a rubrica "Gastos com pessoal - benefícios pós-emprego - cedência de pessoal" corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores da Companhia que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2014 e 2013, o número de trabalhadores ao serviço, por categorias, é o seguinte:

	2014	2013
Dirigentes	74	74
Gestores	204	199
Técnicos	1 466	1 429
Operacionais	1 410	1 454
Apoio	67	68
	3 221	3 224

Durante os exercícios de 2014 e 2013 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos órgãos sociais:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Conselho de Administração:		
Remunerações	4 032 671	1 806 977
Encargos sociais	519 853	307 984
Conselho fiscal		
Remunerações	151 862	166 958
Encargos sociais	41 634	32 213
	4 746 020	2 314 132

Em 23 de dezembro de 2011 foi celebrado um novo contrato coletivo de trabalho (CCT) para a atividade seguradora, o qual foi publicado no Boletim do Trabalho nº 2 de 15 de janeiro de 2012.

No exercício de 2014 e 2013, a Companhia registou um reforço da estimativa para prémios de permanência nos montantes de 441.008 Euros e 793.942 Euros, respetivamente.

De acordo com o novo CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções beneficiarão de um Plano Individual de Reforma (PIR), o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior CCT (Nota 35).

35. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador, o Grupo concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social.

Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões.

Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com “níveis salariais internos XVIII”, oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por este CCT, têm direito a um plano individual de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelo contrato coletivo para a atividade seguradora assinado em 23 de dezembro de 2011, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

Em conformidade com as regras previstas no novo CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo Fidelidade para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V do CCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado base anual do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	Contribuição PIR
2012	1.00%
2013	2.25%
2014	2.50%
2015	3.25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto na cláusula 49.^a, n.º 1, do CCT, a primeira contribuição anual do Grupo Fidelidade para o PIR verificar-se-á:

- No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- No ano seguinte aquele em que completarem dois anos de prestação de serviço efetivo no Grupo, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)		
	2014	2013
Plano de benefício definido	10 550 136	5 434 293
Plano de contribuição definida	(947 105)	(403 536)
	9 603 031	5 030 757

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo da rubrica “Plano de contribuição definida” inclui 19.968 Euros respeitantes à contribuição para o PIR relativa ao mês de dezembro de 2014, que foi liquidada pela Companhia em janeiro de 2015. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da rubrica “Plano de contribuição definida” inclui 17.593 Euros respeitantes à contribuição para o PIR relativa ao mês de dezembro de 2013, que foi liquidada pela Companhia em janeiro de 2014.

O Plano de contribuição definida evoluiu de 2013 para 2014 de acordo com a demonstração abaixo.:

(Valores em Euros)		
	Responsabilidades	Ativos
Em 1 janeiro de 2014	17 123 449	15 717 006
Gastos do Ano	958 337	-
Contribuições feitas ao fundo	-	371 273
Posição em 31.dez.2014	18 081 786	17 088 279
A reconhecer em 2015 relativo a 2014		
Contribuição extraordinária, a título de rentabilidade, por pagamento diferido	2 568 675	2 568 675
Valorização do Fundo	468 082	468 082
Pensões, capital e prémios únicos vencidos	(621 616)	(621 616)
Contribuições por transferência	25 114	25 114
a regularizar por resultados	(175 555)	213 466
Contribuição a efetuar em janeiro/2015	-	604 486
	20 346 487	20 346 487

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2014	2013
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade		
. Homens	TV 7377(-2)	TV 73/77 (-2)
. Mulheres	TV 8890(-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	2.50%	3.50%
Taxa de crescimento dos salários	2.00%	2.00%
Taxa de crescimento das pensões	0.75%	0.75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1.25%	1.25%
Tabela de saídas	n/a	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2014 e 2013 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2014		2013	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2.00%	0.16%	2.00%	0.69%
Taxa de crescimento das pensões	0.75%	0.00%	0.75%	0.00%

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades com serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(Valores em Euros)

	2014					2013		
	Fidelidade	CPR	FISA	Outros	Total	Fidelidade	Outros	2013
Responsabilidades por serviços passados:								
Ativos	6 088 826	-	36 895	36 895	6 125 721	8 653 553	28 063	8 681 616
Reformados e pré-reformados	187 345 661	218 366	33 786	252 152	187 597 813	192 999 248	308 973	193 308 221
	193 434 487	218 366	70 681	289 047	193 723 534	201 652 801	337 036	201 989 837
Fundos de pensões autónomos	149 530 103	481 106	151 434	632 540	150 162 643	149 443 044	656 297	150 099 341
Provisões matemáticas	54 111 027	-	-	-	54 111 027	57 324 789	-	57 324 789
	203 641 130	481 106	151 434	632 540	204 273 670	206 767 833	656 297	207 424 130
Diferencial	10 206 643	262 740	80 753	343 493	10 550 136	5 115 032	319 261	5 434 293
Nível de financiamento	105.28%	220.32%	214.25%	218.84%	105.45%	102.54%	194.73%	102.69%

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- b) o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões do Grupo.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano.

Os fundos de pensões de benefício definido do Grupo apresentam as seguintes durações médias:

Fundo de Pensões da Fidelidade	9 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	8 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	10 anos
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros	6 anos
Fundo de Pensões da Fidelidade Property Europe S.A	18 anos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de beneficiários era o seguinte:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Ativos	1 225	1 409
Reformados e pré-reformados	2 091	2 092
Rendeiros	621	613
	3 937	4 114

No exercício de 2014, o aumento no número de beneficiários ativos decorre da entrada em vigor da Portaria nº 134/2013, de 28 de março, que veio definir a exclusão dos colaboradores no ativo filiados no sindicato SINAPSA dos termos previstos no novo CCT, uma vez que este sindicato não aderiu ao referido CCT, pelo que o Grupo voltou a incluir estes colaboradores, com efeitos retroativos, no plano de benefício definido, do qual haviam sido retirados e transferidos para o plano de contribuição definida na sequência da entrada em vigor do novo CCT em 2012.

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	Fidelidade	CPR	FISA	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	207 103 534	527 267	139 905	667 172	207 770 706
Contribuições	2 360 154	-	-	-	2 360 154
Varição nas provisões matemáticas	11 650 000	-	-	-	11 650 000
Pensões pagas	(2 898 460)	(46 093)	(2 461)	(48 554)	(2 947 014)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(16 943 009)	-	-	-	(16 943 009)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	(681 435)	28 425	9 254	37 679	(643 756)
Valor transferido para o PIR	6 177 049	-	-	-	6 177 049
Saldos em 31 de dezembro de 2013	206 767 833	509 599	146 698	656 297	207 424 130
Contribuições	11 654 803	-	-	-	11 654 803
Varição nas provisões matemáticas	(3 213 760)	-	-	-	(3 213 760)
Pensões pagas	(17 193 015)	(51 259)	(2 460)	(53 719)	(17 246 734)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(822 445)	-	-	-	(822 445)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	6 447 715	22 767	7 195	29 962	6 477 677
Saldos em 31 de dezembro de 2014	203 641 130	481 106	151 434	632 540	204 273 670

No exercício de 2014, a rubrica "Transferência de responsabilidades - colaboradores SINAPSA" reflete a entrada em vigor da Portaria nº 134/2013, de 28 de março, que veio definir a exclusão dos colaboradores no ativo filiados no sindicato SINAPSA dos termos previstos no novo CCT. Desta forma, os ativos do fundo de pensões que haviam sido transferidos para o PIR na sequência da entrada em vigor do novo CCT em 1 de janeiro de 2012 foram devolvidos ao fundo de pensões em 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os Fundos de Pensões das empresas do Grupo são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

(Valores em Euros)

	2014								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	39 912 071	98 892	40 010 963	-	-	-	39 912 071	98 892	40 010 963
Instrumentos de capital	1 071 421	-	1 071 421	-	-	-	1 071 421	-	1 071 421
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	20 126 366	-	20 126 366	-	-	-	20 126 366	-	20 126 366
De outros emissores	52 467 191	-	52 467 191	-	-	-	52 467 191	-	52 467 191
	72 593 557	-	72 593 557	-	-	-	72 593 557	-	72 593 557
Imóveis	-	-	-	10 814 101	-	10 814 101	10 814 101	-	10 814 101
Fundos de investimento									
Ações Europeias	1 686 372	58 631	1 745 003	-	-	-	1 686 372	58 631	1 745 003
Imóveis	3 932 217	28 084	3 960 301	-	14 177	14 177	3 932 217	42 261	3 974 478
Obrigações									
De dívida pública	13 874 597	105 728	13 980 325	-	-	-	13 874 597	105 728	13 980 325
De outros emissores	4 039 072	175 789	4 214 861	-	-	-	4 039 072	175 789	4 214 861
Tesouraria	1 606 695	-	1 606 695	-	-	-	1 606 695	-	1 606 695
	25 138 953	368 232	25 507 185	-	14 177	14 177	25 138 953	382 409	25 521 362
Outros	-	151 434	151 434	-	(195)	(195)	-	151 239	151 239
	138 716 002	618 558	139 334 560	10 814 101	13 982	10 828 083	149 530 103	632 540	150 162 643

(Valores em Euros)

	2013								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	23 625 846	121 967	23 747 813	-	-	-	23 625 846	121 967	23 747 813
Instrumentos de capital	6 183 766	-	6 183 766	-	-	-	6 183 766	-	6 183 766
Dívida estruturada	1 248 121	-	1 248 121	-	-	-	1 248 121	-	1 248 121
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	18 470 216	-	18 470 216	-	-	-	18 470 216	-	18 470 216
De outros emissores	57 605 262	-	57 605 262	-	-	-	57 605 262	-	57 605 262
	76 075 478	-	76 075 478	-	-	-	76 075 478	-	76 075 478
Imóveis	-	-	-	11 734 103	-	11 734 103	11 734 103	-	11 734 103
Fundos de investimento									
Ações Europeias	8 261 856	50 389	8 312 245	-	-	-	8 261 856	50 389	8 312 245
Imóveis	1 777 703	29 910	1 807 613	2 082 715	13 899	2 096 614	3 860 418	43 809	3 904 227
Obrigações									
De dívida pública	13 705 214	106 328	13 811 542	-	-	-	13 705 214	106 328	13 811 542
De outros emissores	3 157 888	174 706	3 332 594	-	-	-	3 157 888	174 706	3 332 594
Tesouraria	602 965	12 944	615 909	-	-	-	602 965	12 944	615 909
	27 505 626	374 277	27 879 903	2 082 715	13 899	2 096 614	29 588 341	388 176	29 976 517
Outros	987 389	146 154	1 133 543	-	-	-	987 389	146 154	1 133 543
	135 626 226	642 398	136 268 624	13 816 818	13 899	13 830 717	149 443 044	656 297	150 099 341

Nestas datas, as carteiras dos fundos de pensões continham os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	39 912 071	98 892	40 010 963	23 625 846	121 967	23 747 813
Instrumentos de dívida	10 744 926	-	10 744 926	7 662 806	-	7 662 806
Fundos de investimento						
Imóveis	2 082 715	14 175	2 096 890	2 082 715	13 899	2 096 614
Obrigações						
De outros emissores	-	112 392	112 392	-	174 706	174 706
Tesouraria	1 606 695	-	1 606 695	602 965	12 944	615 909
	3 689 410	126 567	3 815 977	2 685 680	201 549	2 887 229
	54 346 407	225 459	54 571 866	33 974 332	323 516	34 297 848

(continuação)

(Valores em Euros)

	Responsabilidades			Coberturas			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Situação em 31 de dezembro de 2013	201 652 801	337 036	201 989 837	206 767 833	656 297	207 424 130	5 115 032	319 261	5 434 293
Impacto da alteração da idade de reforma	(8 512 881)	284	(8 512 597)	-	-	-	8 512 881	(284)	8 512 597
Custo do serviço corrente	93 687	896	94 583	-	-	-	(93 687)	(896)	(94 583)
Juro líquido de benefício definido	4 452 652	11 160	4 463 812	4 929 629	22 759	4 952 388	476 977	11 599	488 576
Custo do exercício	4 546 339	12 056	4 558 395	4 929 629	22 759	4 952 388	383 290	10 703	393 993
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	5 659 214	-	5 659 214	-	-	-	(5 659 214)	-	(5 659 214)
Outras variações em resultados	-	-	-	(822 444)	-	(822 444)	(822 444)	-	(822 444)
Variações com impacto em resultados (Nota 30)	10 205 553	12 056	10 217 609	4 107 185	22 759	4 129 944	(6 098 368)	10 703	(6 087 665)
Retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	-	-	1 518 085	7 205	1 525 290	1 518 085	7 205	1 525 290
Ganhos e perdas atuariais: resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	10 895 718	21 585	10 917 303	-	-	-	(10 895 718)	(21 585)	(10 917 303)
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(399 929)	(28 801)	(428 730)	-	-	-	399 929	28 801	428 730
Variações com impacto em capitais próprios	10 495 789	(7 216)	10 488 573	1 518 085	7 205	1 525 290	(8 977 704)	14 421	(8 963 283)
Contribuições para o plano: efetuadas pela Companhia	-	-	-	11 654 802	-	11 654 802	11 654 802	-	11 654 802
efetuadas pelos participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Varição das provisões matemáticas	(3 213 760)	-	(3 213 760)	(3 213 760)	-	(3 213 760)	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo plano: pensões pagas	(17 193 015)	(53 113)	(17 246 128)	(17 193 015)	(53 721)	(17 246 736)	-	(608)	(608)
transferências para o PIR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Situação em 31 de dezembro de 2014	193 434 487	289 047	193 723 534	203 641 130	632 540	204 273 670	10 206 643	343 493	10 550 136

Em 2013, efetuaram-se as avaliações de responsabilidades considerando os efeitos da mudança da idade normal de reforma dos 65 para os 66 anos. Como resultado desta alteração foi reconhecido no Capital Próprio um desvio atuarial de 7.618.563 Euros como perda atuarial por alteração nos pressupostos demográficos.

Assistência médica

O Grupo comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação após maio de 1998, benefícios com assistência médica vitalícia. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas responsabilidades ascendem a 22.021.108 Euros e 22.993.574 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 26).

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2014, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pelo Grupo, face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2014	A	B	C	D	E	F
Pressupostos Financeiros							
Taxa de Desconto	2.50%	2.00%	3.00%	2.50%	0.00%	0.00%	0.00%
Taxa de Crescimento Salarial	2.00%	2.00%	2.00%	2.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Taxa de Crescimento Salarial							
Pré-Reformados	1.25%	1.25%	1.25%	1.25%	0.00%	0.00%	0.00%
Taxa de Crescimento de Pensões	0.75%	0.75%	0.75%	0.75%	0.00%	0.00%	0.00%
Pressupostos Demográficos							
Tábua de Mortalidade							
> Mulheres	TV 8890(-2)	TV 8890(-2)	TV 8890(-2)	TV 8890(-2)	-	-	-
> Homens	TV 7377(-2)	TV 7377(-2)	TV 7377(-2)	TV 8890(-2)	-	-	-
Idade de Reforma	DL 167/2013	DL 167/2013	DL 167/2013	DL 167/2013	-	-	-

(Valores em Euros)

Responsabilidades em 31-12-2014		2014	A	B	C	D	E	F
Cenários								
Reformados	Velhice	58 872 714	61 358 060	56 559 281	63 938 262	-	-	-
	Antecipação	16 569 862	17 393 194	15 808 115	17 732 772	-	-	-
	Invalidez	16 962 166	18 086 977	15 945 250	17 783 090	-	-	-
Pensionistas	Viuvez	4 237 366	4 430 889	4 058 789	4 257 696	-	-	-
	Orfandade	150 852	164 202	139 224	151 725	-	-	-
Pré-Reformados	Pensão até INR	28 364 220	28 712 192	28 024 473	28 445 085	-	-	-
	Encargos até INR	4 200 367	4 256 384	4 145 735	4 213 253	-	-	-
	Pensão após INR							
	> Plano CCT	3 674 494	3 939 171	3 433 635	3 901 424	-	-	-
	> Plano Complementar	202 594	219 755	187 218	211 489	-	-	-
Ativos	Plano CCT	3 014 626	3 350 355	2 720 334	3 238 882	-	-	-
	Plano Complementar	3 074 199	3 522 887	2 691 164	3 256 691	-	-	-
Totais		139 323 460	145 434 066	133 713 218	147 130 369	0	0	0

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização.

36. Rendimentos

Nos exercícios de 2014 e 2013, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014				2013			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:								
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	12 405	-	-	12 405	19 879	-	-	19 879
Ativos financeiros disponíveis para venda	41 391 333	12 210 439	-	53 601 772	56 910 856	12 238 041	-	69 148 897
Empréstimos concedidos e contas a receber	3 589 833	-	-	3 589 833	4 192 559	-	-	4 192 559
Investimentos a deter até à maturidade	366 078	-	-	366 078	1 811 108	-	-	1 811 108
Depósitos à ordem em instituições de crédito	15 163	-	-	15 163	(94)	-	-	(94)
	45 376 830	12 217 289	3 211	57 597 330	62 934 308	12 238 041	-	75 172 349
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:								
Ativos financeiros detidos para negociação	(439 241)	-	-	(439 241)	1 430 989	-	-	1 430 989
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	29 939 632	173 084	-	30 112 716	37 254 639	240 818	-	37 495 457
Ativos financeiros disponíveis para venda	147 397 093	2 044 612	-	149 441 705	122 080 843	1 797 255	-	123 878 098
Empréstimos concedidos e contas a receber	8 043 811	-	-	8 043 811	13 369 889	-	-	13 369 889
Investimentos a deter até à maturidade	28 655 864	-	-	28 655 864	115 213 271	-	-	115 213 271
Depósitos à ordem em instituições de crédito	187 529	-	-	187 529	196 469	-	-	196 469
	213 784 688	2 217 696	-	216 002 384	289 546 100	2 038 073	-	291 584 173
	259 161 518	14 434 985	3 211	273 599 714	352 485 972	14 277 714	7 422	366 771 108

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014				2013			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida:								
Terrenos e edifícios	-	-	18 152 336	18 152 338	-	-	18 178 762	18 178 762
Ativos financeiros detidos para negociação	-	6 850	-	6 850	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	500 198	-	-	500 198	23 427	-	-	23 427
Ativos financeiros disponíveis para venda	22 078 438	7 210 637	-	29 289 075	19 569 781	6 122 232	-	25 692 013
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 776 453	-	-	2 776 453	3 520 095	-	-	3 520 095
Investimentos a deter até à maturidade	5 101 156	-	-	5 101 156	19 119 872	-	-	19 119 872
Depósitos à ordem em instituições de crédito	322 546	-	-	322 546	95	-	-	95
	30 778 791	7 217 487	18 152 336	56 148 616	42 233 270	6 122 232	18 178 762	66 534 264
Investimentos não afetos:								
Terrenos e edifícios	-	-	14 689 459	14 689 459	-	-	14 122 034	14 122 034
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	58 805	-	58 805
Ativos financeiros detidos para negociação	(39 728)	-	-	(39 728)	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	79 241	5 207	-	84 448	66 075	-	-	66 075
Ativos financeiros disponíveis para venda	15 163 377	2 128 262	-	17 291 639	3 214 365	1 393 804	-	4 608 169
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 072 566	-	-	1 072 566	1 736 822	-	-	1 736 822
Investimentos a deter até à maturidade	3 115 700	-	-	3 115 700	5 989 778	-	-	5 989 778
Depósitos à ordem em instituições de crédito	96 647	-	-	96 647	618	-	-	618
	19 487 803	2 133 469	14 689 459	36 310 731	11 007 658	1 452 609	14 122 034	26 582 301
	309 428 112	23 785 941	32 845 006	366 059 059	405 721 336	21 850 955	32 398 399	459 873 087

37. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2014 e 2013, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014				2013			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos (Nota 33):								
Custos imputados	16 743 389	5 461 555	1 345 067	23 550 011	3 527 106	4 340 786	1 234 494	9 102 386
Outros gastos de investimentos	4 274 439	-	-	4 274 439	282 157	-	-	282 157
	21 017 828	5 461 555	1 345 067	27 824 450	3 809 263	4 340 786	1 234 494	9 384 543

38. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	50 208 957	(1 782 022)	48 426 935	18 881 785	(3 606 661)	15 275 124
	50 208 957	(1 782 022)	48 426 935	18 881 785	(3 606 661)	15 275 124
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	193 252 857	(286 232)	192 966 625	3 536 885	(263 689)	3 273 196
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	89	-	89
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	41 444	(185 952 635)	(185 911 191)	104 429	(170 654 411)	(170 549 982)
	193 294 301	(186 238 867)	7 055 434	3 641 403	(170 918 100)	(167 276 697)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	73 905 085	(1 242 942)	72 662 143	10 310 246	1 219 432	9 090 814
	73 905 085	(1 242 942)	72 662 143	10 310 246	(1 219 432)	9 090 814
Investimentos não afetos:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 788 943	(99 514)	2 689 429	1 335 986	(202 677)	1 133 309
	2 788 943	(99 514)	2 689 429	1 335 986	(243 240)	1 092 746
	320 197 286	(189 363 345)	130 833 941	34 169 420	(175 987 433)	(141 818 013)

No exercício de 2013, as perdas em partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos correspondem à menos-valia realizada com a liquidação da participação na EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, S.A (Nota 5).

39. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas realizados	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(17 775)	(17 775)	311 088	-	311 088
	-	(17 775)	(17 775)	311 088	-	311 088
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	444 791 771	(445 178 618)	(386 847)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 200 623	(2 976 567)	(1 775 944)	6 981 697	(3 113 128)	3 868 569
	1 200 623	(2 976 567)	(1 775 944)	451 773 468	(448 291 746)	3 481 722
	1 200 623	(2 994 342)	(1 793 719)	452 084 556	(448 291 746)	3 792 810
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(61 757)	(61 757)	203 058	(318 273)	(115 215)
	-	(61 757)	(61 757)	203 058	(318 273)	(115 215)
Investimentos não afetos:						
Ativos financeiros detidos para negociação	1 966	(26 149)	(24 183)			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(862)	(862)	123 443	-	123 443
	1 966	(27 011)	(25 045)	123 443	-	123 443
	1 202 589	(3 083 110)	(1 880 521)	452 411 057	(448 610 019)	3 801 038

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 316 441	(52 300)	1 264 141	2 308 373	(2 150)	2 306 223
	1 316 441	(52 300)	1 264 141	2 308 373	(2 150)	2 306 223
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros detidos para negociação	751 600	(4 516 066)	(3 764 466)	2 970 862	(3 267 064)	(296 202)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	44 014 292	(65 236 719)	(21 222 427)	24 109 262	(59 398 103)	(35 288 841)
	44 765 892	(69 752 785)	(24 986 893)	27 080 124	(62 665 167)	(35 585 043)
	46 082 333	(69 805 085)	(23 722 752)	29 388 497	(62 667 317)	(33 278 820)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	4 845 829	(689 560)	4 156 269	2 955 087	(7 192)	2 947 895
	4 845 829	(689 560)	4 156 269	2 955 087	(7 192)	2 947 895
Investimentos não afetos:						
Ativos financeiros detidos para negociação	22 651 705	(22 713 913)	(62 208)			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	228 065	(35 352)	192 713	148 847	(123 355)	25 492
	22 879 770	(22 749 265)	130 505	148 847	(123 355)	25 492
	73 807 932	(93 243 910)	(19 435 978)	32 492 431	(62 797 864)	(30 305 433)

(Valores em Euros)

Total	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 316 441	(70 075)	1 246 366	2 619 461	(2 150)	2 617 311
	1 316 441	(70 075)	1 246 366	2 619 461	(2 150)	2 617 311
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros detidos para negociação	751 600	(4 516 066)	(3 764 466)	447 762 633	(448 445 682)	(683 049)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	45 214 915	(68 213 286)	(22 998 371)	31 090 959	(62 511 231)	(31 420 272)
	45 966 515	(72 729 352)	(26 762 837)	478 853 592	(510 956 913)	(32 103 321)
	47 282 956	(72 799 427)	(25 516 471)	481 473 053	(510 959 063)	(29 486 010)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	4 845 829	(751 317)	4 094 512	3 158 145	(325 465)	2 832 680
	4 845 829	(751 317)	4 094 512	3 158 145	(325 465)	2 832 680
Investimentos não afetos:						
Ativos financeiros detidos para negociação	22 653 671	(22 740 062)	(86 391)			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	228 065	(36 214)	191 851	272 290	(123 355)	148 935
	22 881 736	(22 776 276)	105 460	272 290	(123 355)	148 935
	75 010 521	(96 327 020)	(21 316 499)	484 903 488	(511 407 883)	(26 504 395)

40. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	354 309	(15 302)
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 315 823	(463 831)
Depósitos à ordem em instituições de crédito	376 531	(93 439)
Outros	2 245	39 923
	3 048 908	(532 649)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1 964 153	(12 565)
Ativos financeiros disponíveis para venda	391 287	(3 328)
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1 781 270	36 088
Outros	18	7 073
	4 136 728	27 268
	7 185 636	(505 381)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 999 808	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	795 648	3 053
Investimentos detidos até à maturidade	(256)	(724)
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(1 019 696)	(61 496)
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 550 709	(364 304)
Outros	303	6 929
	8 326 516	(416 542)
Investimentos não afetos:		
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	917 313
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	72 779	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 726	(158)
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(401 216)	(118 857)
Outros	5	246
	(325 706)	798 544
	15 186 446	(123 379)

41. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas realizados	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	4 751	-	4 751
Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	61 554	-	61 554
	-	-	-	66 305	-	66 305
Investimentos não afetos:						
Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-	(2 500)	(2 500)
	-	-	-	-	(2 500)	(2 500)
	-	-	-	66 305	(2 500)	63 805

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 11)	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 11)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida:						
Terrenos e edifícios de uso próprio						
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	2 024	-	2 024	-	-	-
	2 024	-	2 024	-	-	-
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Terrenos e edifícios de uso próprio						
Terrenos e edifícios de rendimento	8 475 429	(8 268 463)	206 966	25 509 879	(34 864 762)	(9 354 883)
	8 475 429	(8 268 463)	206 966	25 509 879	(34 864 762)	(9 354 883)
Investimentos não afetos:						
Terrenos e edifícios de uso próprio						
Terrenos e edifícios de rendimento	6 252 739	(4 420 308)	1 832 431	3 547 763	(6 236 609)	(2 688 846)
	6 252 739	(4 420 308)	1 832 431	3 547 763	(6 236 609)	(2 688 846)
	14 730 192	(12 688 771)	2 041 421	29 057 642	(41 101 371)	(12 043 729)

42. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014						Saldos finais
	Saldos iniciais	Entradas no Perímetro de Consolidação	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8):							
Instrumentos de dívida	2 951 068		44 979 822	-	-	-	47 930 890
Instrumentos de capital	87 936 467		6 063 671	-	(38 878 647)	-	55 121 491
Outros Instrumentos	89 786 582		6 974 145	-	(25 213 304)	-	71 547 423
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	-		2 589 054				2 589 054
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 11)	13 809 861	2 068 839	310 591	(329 167)	(4 025 748)	-	11 834 376
Imparidade de imóveis de rendimento em curso (Nota 11)	7 105 209	-	25 768	(4 173 461)	-	238 826	3 196 342
Imparidade de Inventários (Nota 14)	3 507	-	-	-	-	-	3 507
Imparidade no goodwill (Nota 15)	957 001	94 481 383	-	-	-	-	95 438 384
Imparidade de ativos intangíveis (Nota 16)	-	8 103 161	-	-	-		8 103 161
Ajustamentos para recibos por cobrar (Nota 15)	12 278 884		336 965	-	0	656 510	13 272 359
Ajustamentos- IFAP (Nota 18)	4 529 028			(3 878 202)	-	-	650 826
Ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa (Nota 18)	50 568 152	10 366 831	20 538 648	-		9 674 373	80 781 173
	269 925 759	115 020 214	81 818 664	(8 380 830)	(68 117 699)	10 569 709	390 468 986

(Valores em Euros)

	2013				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8):					
Instrumentos de dívida	2 951 068	-	-	-	2 951 068
Instrumentos de capital	86 177 841	9 312 250	-	(7 553 624)	87 936 467
Outros Instrumentos	74 257 301	19 793 778	-	(4 264 497)	89 786 582
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 11)	11 548 099	2 677 120	(372 419)	(42 939)	13 809 861
Imparidade de imóveis de rendimento em curso (Nota 11)	418 431	6 686 778			7 105 209
Imparidade em Inventários	-	3 507	-	-	3 507
Imparidade no goodwill (Nota 15)	957 001	-	-	-	957 001
Ajustamentos para recibos por cobrar (Nota 15)	16 583 824	-	(4 256 287)	(48 653)	12 278 884
Ajustamentos- IFAP (Nota 18)	5 933 839	-	(1 404 811)	-	4 529 028
Ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa (Nota 18)	49 604 739	1 013 304	-	(49 891)	50 568 152
	248 432 143	39 486 737	(6 033 517)	(11 959 604)	269 925 759

Nos exercícios de 2014 e 2013, a rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” inclui custos por dotações de “Outras provisões” (Nota 26), nos montantes de 22.283.265 Euros e 20.272.532 Euros, respetivamente.

43. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida:						
- Comissões de gestão de cosseguro	19 662	(11 536)	8 126	35 177	(31 047)	4 130
- Comissões de gestão de fundos de pensões	397 553	-	397 553	347 213	-	347 213
- Outros	17 461	(12 291)	5 170	4 485	(737)	3 748
	434 676	(23 827)	410 849	386 875	(31 784)	355 091
Relativos aos ramos não vida:						
- Comissões de gestão de cosseguro	795 977	(131 493)	664 484	998 032	(238 190)	759 842
- Outros	1 569 835	(1 717)	1 568 118	2 654 216	(54 417)	2 599 799
	2 365 812	(133 210)	2 232 602	3 652 248	(292 607)	3 359 641
	2 800 488	(157 037)	2 643 451	4 039 123	(324 391)	3 714 732

44. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	900 101	6 379 241
Outros	48 713	288 039
	948 814	6 667 280
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	1 094 149	1 180 458
Diferenças de câmbio favoráveis	8 521 038	7 766 466
Descontos de pronto pagamento	221 726	186 599
Outros rendimentos e ganhos financeiros	242 229	312 147
	10 079 142	9 445 670
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	21 684	151
	21 684	151
Ganhos com benefícios pós-emprego		
Ganhos atuariais	13 469	11 803
Outros ganhos	55 283	-
	68 752	11 803
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	844 869	1 143 080
Prestação de serviços	106 909 211	1 606 718
	107 754 080	2 749 798
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(148 131)	168 394
Mecenato	(533 829)	(696 941)
Ofertas a clientes	(3 780)	(2 875)
Multas e penalidades	89 034	(19 119)
Quotizações diversas	(80 032)	(16 600)

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Outros gastos:		
Insuficiência estimativa impostos	(161 303)	(20 860)
Correções a exercícios anteriores	(11 824)	(6 017)
Dívidas incobráveis	(2 456 165)	(2 570 365)
Regularização de saldos	(574 990)	(2 958 432)
Outros	(952 215)	(257 372)
	(4 833 235)	(6 380 187)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(261 947)	(674 041)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(5 138 946)	(9 106 789)
Serviços Bancários	(137 688)	(247 552)
Outros gastos e perdas financeiras	386 214	(20 717)
	(5 152 367)	(10 049 099)
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos tangíveis	(11 499)	(29 732)
	(11 499)	(29 732)
Outros Gastos não técnicos		
Alocação de Gastos não Técnicos (Nota 33):		
Custos com Pessoal	(29 009 549)	(749 768)
Fornecimento de Serviços Externos	(52 476 727)	(1 549 113)
Amortizações do Exercício	(6 248 348)	(88 872)
Juros	(3 382 763)	(1 404 295)
Outros	(4 998 265)	(3 277 883)
	(96 115 652)	(7 069 931)
Custo das mercadorias vendidas	(16 265 234)	(915 487)
	(112 380 886)	(7 985 418)
	(3 505 515)	(5 569 734)

45. Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Audatex	620 410	613 721
Highgrove	(149 572)	(134 109)
Outros	(3 753)	(5 822)
	467 085	473 790

46. Relato por Segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmentos de negócio, o Grupo designou os segmentos "Saúde" e "Segurador". No segmento segurador elegeu os seguintes sub-segmentos:

Sub-segmento:	Ramos do sub-segmento:
Vida	Risco
	Capitalização com participação nos resultados
	Contratos de Investimento
Acidentes de Trabalho	Acidentes de Trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos
	Crédito
	Caução
	Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas
	Veículos terrestres
	Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
	Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel
	Proteção jurídica automóvel
	Assistência automóvel
Mercadorias Transportadas	Mercadorias transportadas
	Marítimo e transportes
	Aéreo
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil
Diversos	Acidentes pessoais
	Proteção jurídica - outras
	Assistência - outras
	Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, o Grupo elegeu os seguintes:

Portugal

Resto da União Europeia

Resto do Mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2014 e 2013 é a seguinte:

2014

dez-14

(Valores em Euros)

	Segmento Seguradoras			Total
	Vida	Não Vida	Não Afetos	
Prémios Brutos Seguro Direto	281 849 491	1 088 052 054	-	1 369 901 545
Prémios Adquiridos Seguro Direto	281 835 460	1 085 442 372	-	1 367 277 832
Sinistralidade Seguro Direto	(326 444 851)	(609 975 860)	-	(936 420 711)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(27 803 445)	(108 899 419)	-	(136 702 864)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	75 587 287	(25 279 585)	-	50 307 702
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(4 872 739)	(153 383 314)	-	(158 256 053)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	509 240 572	129 866 227	39 010 493	678 117 292
Valias Não Realizadas e Imparidade	10 962 055	(11 070 845)	(35 269 740)	(35 378 530)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(249 960 322)	-	-	(249 960 322)
Custos por Natureza	(72 469 312)	(248 768 662)	(93 353 621)	(414 591 595)
Outros Custos e Provedos Não Técnicos	(142 425)	6 190 856	93 419 336	99 467 767
Imposto sobre Rendimento	(34 924 502)	(36 099 856)	(14 603 954)	(85 628 312)
Resultado	161 007 778	28 021 914	(10 797 486)	178 232 206
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	1 888 816 517	1 942 980 894	890 587 569	4 722 384 980
Ativos Financeiros afetos a contratos "Unit Linked"	683 905 528	-	-	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	7 183 733 755	-	-	7 183 733 755
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	19 532 186	217 646 069	-	237 178 255
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	25 917 822	99 783 436	-	125 701 258
Ressegurados e Resseguradores	667 285	8 809 739	33 615	9 510 639
Outros Devedores e Credores	313 079 883	29 764 914	111 371 370	454 216 167
Impostos Correntes	1 848 651	11 725	3 778 923	5 639 299
Impostos Diferidos	72 509 605	81 397 195	(12 392 403)	141 514 397
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	6 635 393	26 115 129	46 025 493	78 776 015
Goodwill	-	-	377 931 131	377 931 131
Acréscimos e Diferimentos	10 351 834	2 806 169	46 312 741	59 470 744
Disponibilidades	263 070 795	51 965 667	42 253 063	357 289 525
Total do Ativo	10 470 069 254	2 461 280 937	1 505 901 502	14 437 251 693
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	1 515 796	269 655 046	-	271 170 842
Provisão Matemática	1 667 380 282	-	-	1 667 380 282
Provisão para Participação Resultados	109 128 842	59 474	-	109 188 316
Provisão para Sinistros	123 816 191	1 623 072 847	-	1 746 889 038
Outras Provisões Técnicas	31 956 908	79 751 821	-	111 708 729
Passivos Financeiros de contratos "Unit Linked"	711 664 289	-	-	711 664 289
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 980 565 747	-	-	6 980 565 747
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	26 050 160	49 732 122	-	75 782 282
Ressegurados e Resseguradores	995 751	37 792 343	-	38 788 094
Outros Devedores e Credores	73 202 561	67 058 600	247 747 910	388 009 071
Impostos Correntes	18 414 613	36 980 296	10 467 446	65 862 355
Impostos Diferidos	55 676 079	57 327 971	25 716 754	138 720 804
Outros Passivos Financeiros	12 886 945	105 316 705	352 633 037	470 836 687
Outras provisões	-	65 769 415	144 584 709	210 354 124
Acréscimos e diferimentos	15 086 521	42 555 147	54 769 497	112 411 165
Total do Passivo	9 828 340 685	2 435 071 787	835 919 353	13 099 331 825
Total Segmentos				1 159 687 662
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos				1 159 687 662

dez-14

(Valores em Euros)

	Vida			
	Vida Risco	Vida Capitalização com participação nos resultados	Vida Passivos Financeiros	Total Vida
Prémios Brutos Seguro Direto	188 212 791	93 617 474	19 226	281 849 491
Prémios Adquiridos Seguro Direto	188 194 796	93 621 438	19 226	281 835 460
Sinistralidade Seguro Direto	(107 550 998)	(218 893 853)	-	(326 444 851)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(13 518 940)	(2 056 394)	(12 228 111)	(27 803 445)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	3 989 082	71 593 725	4 480	75 587 287
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(4 871 442)	(1 297)	-	(4 872 739)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	20 843 131	80 833 711	407 563 730	509 240 572
Valias Não Realizadas e Imparidade	(1 053 585)	(3 405 091)	15 420 731	10 962 055
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	-	-	(249 960 322)	(249 960 322)
Custos por Natureza	(23 195 548)	(12 928 099)	(36 345 665)	(72 469 312)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	(2 210)	(140 143)	(72)	(142 425)
Imposto sobre Rendimento	(10 732 546)	(2 371 368)	(21 820 588)	(34 924 502)
Resultado	52 101 740	6 252 629	102 653 409	161 007 778
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	340 270 401	1 548 545 655	461	1 888 816 517
Ativos Financeiros afetos a contratos "Unit Linked"	-	-	683 905 528	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	-	-	7 183 733 755	7 183 733 755
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	19 532 186	-	-	19 532 186
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	1 818 539	2 553 952	21 545 331	25 917 822
Ressegurados e Resseguradores	667 285	-	-	667 285
Outros Devedores e Credores	1 777 065	34 305 741	276 997 077	313 079 883
Impostos Correntes	16 109	1 832 542	-	1 848 651
Impostos Diferidos	22 120 283	5 658 631	44 730 691	72 509 605
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	2 616 452	1 078 591	2 940 350	6 635 393
Acréscimos e Diferimentos	246 599	227 462	9 877 773	10 351 834
Disponibilidades	35833785	53381156	173855854	263 070 795
Total do Ativo	424 898 704	1 647 583 730	8 397 586 820	10 470 069 254
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	1 462 948	52 848	-	1 515 796
Provisão Matemática	207 936 450	1 459 443 832	-	1 667 380 282
Provisão para Participação Resultados	31 046 695	78 082 147	-	109 128 842
Provisão para Sinistros	103 744 726	20 071 465	-	123 816 191
Outras Provisões Técnicas	24 502 158	7 454 750	-	31 956 908
Passivos Financeiros de contratos "Unit Linked"	-	-	711 664 289	711 664 289
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	-	-	6 980 565 747	6 980 565 747
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	4 979 879	2 645 419	18 424 862	26 050 160
Ressegurados e Resseguradores	995 698	53	-	995 751
Outros Devedores e Credores	16 392 694	13 913 916	42 895 951	73 202 561
Impostos Correntes	5 192 921	2 216 658	11 005 034	18 414 613
Impostos Diferidos	17 859 642	4 644 167	33 172 270	55 676 079
Outros Passivos Financeiros	4 283 730	-	8 603 215	12 886 945
Acréscimos e diferimentos	3 929 088	2 336 832	8 820 601	15 086 521
Total do Passivo	422 326 629	1 590 862 087	7 815 151 969	9 828 340 685

dez-14

(Valores em Euros)

	Não Vida							
	Acidentes Trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade Civil	Diversos	Total
Prémios Brutos Seguro Direto	128 751 735	200 964 261	252 488 843	433 897 599	16 585 102	31 287 992	24 076 522	1 088 052 054
Prémios Adquiridos Seguro Direto	129 120 198	201 429 118	251 049 018	430 282 694	16 740 098	31 043 848	25 777 398	1 085 442 372
Sinistralidade Seguro Direto	(118 835 372)	(156 065 913)	(97 966 228)	(213 451 694)	(7 036 782)	(9 018 134)	(7 601 737)	(609 975 860)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(12 398 039)	(15 881 163)	(28 903 251)	(44 827 807)	(1 087 299)	(2 834 453)	(2 967 407)	(108 899 419)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	(10 671 494)	(913 899)	2 660 458	(15 209 785)	(87 597)	(385 865)	(671 403)	(25 279 585)
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(4 988 273)	(22 315 552)	(67 554 505)	(38 236 763)	(5 801 198)	(9 489 644)	(4 997 379)	(153 383 314)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	52 815 373	5 415 159	15 370 690	49 186 116	1 235 859	8 066 454	(2 223 424)	129 866 227
Valias Não Realizadas e Imparidade	1 950 701	(959 277)	(1 182 922)	(9 369 866)	(262 991)	(1 488 594)	242 104	(11 070 845)
Custos por Natureza	(32 712 014)	(17 221 477)	(56 869 214)	(121 814 321)	(1 835 109)	(9 228 761)	(9 087 766)	(248 768 662)
Outros Custos e Projeitos Não Técnicos	(905 996)	7 381	653 377	6 399 551	5 667	10 290	20 586	6 190 856
Imposto sobre Rendimento	(4 196 532)	(1 364 955)	(9 127 939)	(17 624 310)	(476 947)	(2 020 259)	(1 288 914)	(36 099 856)
Resultado	(821 448)	(7 870 578)	8 129 484	25 333 815	1 393 701	4 654 882	(2 797 942)	28 021 914
Ativos								
Investimentos afetos a provisões técnicas	894 557 829	63 675 069	204 310 768	656 049 131	17 196 478	90 894 420	16 297 199	1 942 980 894
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	1 032 397	72 066 484	78 263 335	22 995 786	10 341 038	23 940 261	9 006 768	217 646 069
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	17 505 320	14 481 639	33 101 374	29 485 199	1 472 649	2 800 595	936 660	99 783 436
Ressegurados e Resseguradores	307 666	(2 388 485)	5 477 492	2 073 383	520 722	611 430	2 207 531	8 809 739
Outros Devedores e Credores	16 000 895	675 749	2 708 978	9 113 693	135 386	1 000 950	129 263	29 764 914
Impostos Correntes	-	-	541	-	204	6 976	4 004	11 725
Impostos Diferidos	16 318 798	2 832 072	18 697 149	35 730 735	953 999	4 130 139	2 734 303	81 397 195
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	2 882 743	2 270 274	6 137 090	12 311 402	122 994	1 060 680	1 329 946	26 115 129
Acréscimos e Diferimentos	388 793	355 080	515 704	1 351 043	12 080	72 871	110 598	2 806 169
Disponibilidades	20 351 560	1 499 622	5 799 707	21 833 406	279 984	1 622 587	578 801	51 965 667
Total do Ativo	969 346 001	155 467 504	355 012 138	790 943 778	31 035 534	12 6140 909	33 335 073	2 461 280 937
Passivos								
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	11 040 900	22 972 832	81 407 502	138 133 566	2 595 825	8 033 496	5 470 925	269 655 046
Provisão para Participação Resultados	-	-	-	-	-	-	59 474	59 474
Provisão para Sinistros	786 160 945	45 419 151	130 903 496	519 840 263	14 419 661	111 508 673	14 820 658	1 623 072 847
Outras Provisões Técnicas	23 277 225	3 428 386	25 876 520	26 367 008	4 909	636 992	160 781	79 751 821
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	6 622 330	9 256 114	17 473 056	11 313 425	1 089 311	2 628 734	1 349 152	49 732 122
Ressegurados e Resseguradores	1 181 866	6 769 358	14 806 383	7 481 439	1 395 702	1 740 690	4 416 905	37 792 343
Outros Devedores e Credores	63 348 699	-	251 210	3 458 691	-	-	-	67 058 600
Impostos Correntes	6 183 096	2 200 547	9 165 710	17 082 200	392 604	1 100 673	855 466	36 980 296
Impostos Diferidos	6 963 513	2 124 877	14 840 790	27 251 026	708 357	3 291 363	2 148 045	57 327 971
Outros Passivos Financeiros	-	71 329 207	18 956 036	2 817 316	2 207 072	1 814 755	8 192 319	105 316 705
Outras provisões	65 497 316	-	-	272 099	-	-	-	65 769 415
Acréscimos e diferimentos	6 204 781	4 694 439	10 216 843	18 263 861	400 801	1 558 751	1 215 671	42 555 147
Total do Passivo	976 480 671	168 194 911	323 897 546	772 280 894	23 214 242	132 314 127	38 689 396	2 435 071 787

2013

dez-13

(Valores em Euros)

	Segmento Seguradoras			Total
	Vida	Não Vida	Não Afetos	
Prémios Brutos Seguro Direto	240 357 079	1 069 473 998	-	1 309 831 077
Prémios Adquiridos Seguro Direto	240 475 400	1 081 687 847	-	1 322 163 247
Sinistralidade Seguro Direto	(323 455 585)	(657 626 894)	-	(981 082 479)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(30 031 283)	(105 117 435)	-	(135 148 718)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	151 835 607	(30 686 866)	-	121 148 741
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	8 822 188	(105 887 399)	-	(97 065 211)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	389 156 053	75 772 765	28 453 598	493 382 416
Valias Não Realizadas e Imparidade	5 278 753	(22 179 834)	(26 246 265)	(43 147 346)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(224 639 223)	-	-	(224 639 223)
Custos por Natureza	(59 157 376)	(243 561 842)	(7 787 604)	(310 506 822)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	82 190	953 366	1 354 269	2 389 825
Imposto sobre Rendimento	(18 255 355)	(18 243 728)	(3 108 174)	(39 607 257)
Resultado	140 111 369	(24 890 020)	(7 334 176)	107 887 173
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	2 058 509 110	1 898 050 403	753 193 645	4 709 753 158
Ativos Financeiros afetos a contratos "Unit Linked"	956 117 841	-	-	956 117 841
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	6 261 401 872	-	-	6 261 401 872
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	24 621 029	241 597 200	-	266 218 229
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	103 703 776	188 038 143	-	291 741 919
Ressegurados e Resseguradores	(1 794 940)	17 314 727	-	15 519 787
Outros Devedores e Credores	100 307 757	4 302 655	51 677 238	156 287 650
Impostos Correntes	3 335 165	1 319 724	804 231	5 459 120
Impostos Diferidos	81 561 336	77 360 639	7 776 697	166 698 672
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	5 248 517	28 191 245	919 912	34 359 674
Goodwill	-	-	2 207 444	2 207 444
Acréscimos e Diferimentos	8 686 307	6 466 802	14 838 914	29 992 023
Disponibilidades	106 603 812	61 523 499	2 860 404	170 987 715
Total do Ativo	9 708 301 582	2 524 165 037	834 278 485	13 066 745 104
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	1 501 765	266 659 755	-	268 161 520
Provisão Matemática	1 756 642 234	-	-	1 756 642 234
Provisão para Participação Resultados	106 447 784	93 871	-	106 541 655
Provisão para Sinistros	108 246 169	1 673 708 026	-	1 781 954 195
Outras Provisões Técnicas	30 051 322	60 470 091	-	90 521 413
Passivos Financeiros de contratos "Unit Linked"	988 154 104	-	-	988 154 104
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 038 457 464	-	-	6 038 457 464
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	122 866 969	89 676 674	-	212 543 643
Ressegurados e Resseguradores	(2 005 595)	37 270 355	-	35 264 760
Outros Devedores e Credores	14 969 102	23 068 019	120 539 088	158 576 209
Impostos Correntes	3 479 431	21 256 950	6 669 784	31 406 165
Impostos Diferidos	23 149 004	22 658 982	6 101 861	51 909 847
Outros Passivos Financeiros	10 296 703	104 194 613	31 222 965	145 714 281
Outras provisões	-	44 123 254	99 458 880	143 582 134
Acréscimos e diferimentos	15 249 030	37 885 068	6 024 070	59 158 168
Total do Passivo	9 217 505 486	2 381 065 658	270 016 648	11 868 587 792
				1 090 270 139
				1 090 270 139

dez-13

(Valores em Euros)

	Vida			
	Vida Risco	Vida Capitalização com participação nos resultados	Vida Passivos Financeiros	Total Vida
Prémios Brutos Seguro Direto	193 834 341	46 522 738	-	240 357 079
Prémios Adquiridos Seguro Direto	193 949 107	46 526 293	-	240 475 400
Sinistralidade Seguro Direto	(86 116 384)	(237 339 201)	-	(323 455 585)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(13 627 711)	(2 108 236)	(14 295 336)	(30 031 283)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	(1 077 075)	152 912 682	-	151 835 607
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	8 823 086	(898)	-	8 822 188
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	13 547 860	74 826 159	300 782 034	389 156 053
Valias Não Realizadas e Imparidade	1 798 879	(10 569 159)	14 049 033	5 278 753
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	-	-	(224 639 223)	(224 639 223)
Custos por Natureza	(24 073 800)	(10 661 044)	(24 422 532)	(59 157 376)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	9 839	72 343	8	82 190
Imposto sobre Rendimento	(9 581 254)	(2 033 113)	(6 640 988)	(18 255 355)
Resultado	83 652 547	11 625 826	44 832 996	140 111 369
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	368 305 958	1 690 203 152	-	2 058 509 110
Ativos Financeiros afetos a contratos "Unit Linked"	-	-	956 117 841	956 117 841
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	-	-	6 261 401 872	6 261 401 872
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	24 621 029	-	-	24 621 029
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	8 505 698	2 347 908	92 850 170	103 703 776
Ressegurados e Resseguradores	(1 794 940)	-	-	(1 794 940)
Outros Devedores e Credores	5 955 423	(7 854 904)	102 207 238	100 307 757
Impostos Correntes	642 003	2 015 048	678 114	3 335 165
Impostos Diferidos	42 622 420	9 792 045	29 146 871	81 561 336
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	737 978	1 594 473	2 916 066	5 248 517
Goodwill	-	-	-	-
Acréscimos e Diferimentos	606 456	402 949	7 676 902	8 686 307
Disponibilidades	9 151 690	50 413 166	47 038 956	106 603 812
Total do Ativo	459 353 715	1 748 913 837	7 500 034 030	9 708 301 582
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	1 444 953	56 812	-	1 501 765
Provisão Matemática	218 787 980	1 537 854 254	-	1 756 642 234
Provisão para Participação Resultados	29 615 935	76 831 849	-	106 447 784
Provisão para Sinistros	86 952 290	21 293 879	-	108 246 169
Outras Provisões Técnicas	23 545 774	6 505 548	-	30 051 322
Passivos Financeiros de contratos "Unit Linked"	-	-	988 154 104	988 154 104
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	-	-	6 038 457 464	6 038 457 464
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	5 663 882	96 368 172	20 834 915	122 866 969
Ressegurados e Resseguradores	(2 005 667)	72	-	(2 005 595)
Outros Devedores e Credores	2 205 540	6 309 228	6 454 334	14 969 102
Impostos Correntes	446 194	2 441 696	591 541	3 479 431
Impostos Diferidos	12 034 130	3 455 019	7 659 855	23 149 004
Outros Passivos Financeiros	5 890 300	-	4 406 403	10 296 703
Outras provisões	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	3 858 535	2 193 451	9 197 044	15 249 030
Total do Passivo	388 439 846	1 753 309 980	7 075 755 660	9 217 505 486

dez-13

(Valores em Euros)

	Não Vida							
	Acidentes Trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade Civil	Diversos	Total
Prémios Brutos Seguro Direto	126 255 220	187 828 664	254 433 398	426 544 513	18 900 349	30 241 521	25 270 333	1 069 473 998
Prémios Adquiridos Seguro Direto	126 540 867	186 657 290	257 383 111	432 620 837	19 125 176	31 661 151	27 699 415	1 081 687 847
Sinistralidade Seguro Direto	(126 611 863)	(148 165 445)	(155 138 978)	(206 713 803)	(8 790 013)	(3 760 318)	(8 446 474)	(657 626 894)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(12 599 746)	(13 299 173)	(27 380 319)	(44 552 153)	(1 108 280)	(2 887 437)	(3 290 327)	(105 117 435)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	(12 671 359)	(2 444 663)	(7 235 261)	(7 347 101)	(114 783)	(245 724)	(627 975)	(30 686 866)
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(5 151 966)	(15 723 919)	(28 630 310)	(32 198 045)	(6 194 190)	(12 045 533)	(5 943 436)	(105 887 399)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	25 561 188	2 939 744	9 696 626	30 603 980	878 268	5 248 222	844 737	75 772 765
Valias Não Realizadas e Imparidade	(4 470 361)	(899 030)	(3 847 232)	(10 459 576)	(340 573)	(1 892 598)	(270 464)	(22 179 834)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos por Natureza	(31 849 733)	(14 208 246)	(63 967 232)	(112 022 384)	(2 120 623)	(9 882 308)	(9 511 316)	(243 561 842)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	4 923	9 403	431 206	501 438	2 679	12 387	(8 670)	953 366
Imposto sobre Rendimento	(10 632)	(566 674)	(3 665 583)	(11 622 673)	(275 891)	(1 303 922)	(798 353)	(18 243 728)
Resultado	(41 258 682)	(5 700 713)	(22 353 972)	38 810 520	1 061 770	4 903 920	(352 863)	(24 890 020)
Ativos								
Investimentos afetos a provisões técnicas	715 578 064	68 486 943	255 812 403	720 365 609	14 796 629	102 694 969	20 315 786	1 898 050 403
Ativos Financeiros afetos a contratos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	101 071	68 341 522	98 435 598	31 019 030	9 511 294	24 768 610	9 420 075	241 597 200
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras Ressegurados e Resseguradores	23 869 632	(714 324)	107 091 645	38 146 273	4 789 699	12 009 809	2 845 409	188 038 143
Outros Devedores e Credores	1 315 183	(2 145 263)	7 049 341	7 260 137	980 585	850 092	2 004 652	17 314 727
Impostos Correntes	(4 482 393)	459 612	2 134 815	5 385 860	96 695	616 789	91 277	4 302 655
Impostos Diferidos	445 568	53 147	311 285	411 466	13 952	54 129	30 177	1 319 724
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	190 285	2 490 508	14 644 060	49 579 194	1 187 209	5 677 436	3 591 947	77 360 639
Goodwill	3 297 623	2 307 591	7 282 544	11 999 283	168 662	1 205 875	1 929 667	28 191 245
Acréscimos e Diferimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades	919 476	493 660	1 769 273	2 665 349	63 540	286 387	269 117	6 466 802
Total do Ativo	762 055 890	142 630 174	503 083 423	892 734 620	31 980 387	150 651 951	41 028 592	2 524 165 037
Passivos								
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	11 609 798	23 485 883	79 962 039	134 386 208	2 657 364	7 680 478	6 877 985	266 659 755
Provisão Matemática	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para Participação Resultados	13 694	4 790	10 426	3 202	-	4 384	57 375	93 871
Provisão para Sinistros	781 825 868	40 742 491	147 867 400	564 275 015	12 646 773	111 350 774	14 999 705	1 673 708 026
Outras Provisões Técnicas	14 164 542	2 774 700	28 108 585	14 791 283	79 811	538 832	12 338	60 470 091
Passivos Financeiros de contratos "Unit Linked"	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras Ressegurados e Resseguradores	9 179 749	17 325 089	37 767 568	14 739 546	2 354 648	7 048 741	1 261 333	89 676 674
Outros Devedores e Credores	1 313 916	9 601 895	5 833 525	8 674 758	1 017 548	1 306 073	9 522 640	37 270 355
Impostos Correntes	20 049 154	63 038	182 736	2 646 782	13 484	100 468	12 357	23 068 019
Impostos Diferidos	4 980 945	1 601 436	4 804 166	9 120 822	237 901	241 512	270 168	21 256 950
Outros Passivos Financeiros	241 850	660 242	5 100 832	13 570 238	313 211	1 680 681	1 091 928	22 658 982
Outras provisões	-	66 476 119	22 774 163	3 236 618	2 774 493	1 427 288	7 505 932	104 194 613
Acréscimos e diferimentos	43 785 382	-	-	337 872	-	-	-	44 123 254
Total do Passivo	892 657 925	165 624 427	342 863 041	781 544 469	22 567 113	133 017 448	42 791 235	2 381 065 658

Mercados geográficos

2014

dez-14

(Valores em Euros)

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	Total
Prémios Brutos Seguro Direto	1 218 405 044	70 816 681	80 679 820	1 369 901 545
Prémios Adquiridos Seguro Direto	1 226 096 870	70 211 451	70 969 511	1 367 277 832
Sinistralidade Seguro Direto	(844 565 307)	(49 177 306)	(42 678 098)	(936 420 711)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(123 257 972)	(10 979 062)	(2 465 830)	(136 702 864)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	65 020 721	(3 168 814)	(11 544 205)	50 307 702
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(149 808 919)	(8 552 369)	105 235	(158 256 053)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	656 906 432	17 543 590	3 667 270	678 117 292
Valias Não Realizadas e Imparidade	(38 326 690)	(788 783)	3 736 943	(35 378 530)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(249 256 402)	(703 920)	-	(249 960 322)
Custos por Natureza	(383 042 362)	(16 748 304)	(14 800 929)	(414 591 595)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	94 212 166	(264 844)	5 520 445	99 467 767
Imposto sobre Rendimento	(85 188 040)	(104 155)	(336 117)	(85 628 312)
Resultado	168 790 497	(2 732 516)	12 174 225	178 232 206
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	3 947 966 697	383 556 313	390 861 970	4 722 384 980
Ativos Financeiros afetos a contratos "Unit Linked"	681 059 591	2 845 937	-	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	7 146 886 023	36 847 732	-	7 183 733 755
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	177 790 480	34 030 077	25 357 698	237 178 255
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	99 437 277	8 217 258	18 046 723	125 701 258
Ressegurados e Resseguradores	4 688 512	4 394 818	427 309	9 510 639
Outros Devedores e Credores	436 149 454	1 363 653	16 703 060	454 216 167
Impostos Correntes	(1 089 801)	644 750	6 084 350	5 639 299
Impostos Diferidos	133 678 854	549 070	7 286 473	141 514 397
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	73 712 113	1 918 037	3 145 865	78 776 015
Goodwill	375 390 041	-	2 541 090	377 931 131
Acréscimos e Diferimentos	56 024 994	992 439	2 453 311	59 470 744
Disponibilidades	325 813 364	16 510 847	14 965 314	357 289 525
Total do Ativo	13 457 507 599	491 870 931	487 873 163	14 437 251 693
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	238 445 742	10 197 007	22 528 093	271 170 842
Provisão Matemática	1 349 305 857	299 694 452	18 379 973	1 667 380 282
Provisão para Participação Resultados	105 172 180	3 947 406	68 730	109 188 316
Provisão para Sinistros	1 669 121 829	39 386 409	38 380 800	1 746 889 038
Outras Provisões Técnicas	109 895 332	1 664 810	148 587	111 708 729
Passivos Financeiros de contratos "Unit Linked"	708 104 450	3 559 839	-	711 664 289
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 954 844 932	25 720 815	-	6 980 565 747
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	64 092 348	6 282 811	5 407 123	75 782 282
Ressegurados e Resseguradores	28 108 372	8 327 098	2 352 624	38 788 094
Outros Devedores e Credores	378 212 676	1 071 721	8 724 674	388 009 071
Impostos Correntes	63 165 867	1 579 708	1 116 780	65 862 355
Impostos Diferidos	122 858 690	3 475 241	12 386 873	138 720 804
Outros Passivos Financeiros	349 698 009	10 427 440	110 711 238	470 836 687
Outras provisões	188 356 202	344 903	21 653 019	210 354 124
Acréscimos e diferimentos	108 685 887	907 961	2 817 317	112 411 165
Total do Passivo	12 438 068 373	416 587 621	244 675 831	13 099 331 825
Total Segmentos				1 159 687 662
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos				1 159 687 662

2013

dez-13

(Valores em Euros)

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	Total
Prémios Brutos Seguro Direto	1 215 177 090	63 887 076	30 766 911	1 309 831 077
Prémios Adquiridos Seguro Direto	1 232 474 391	62 426 235	27 262 621	1 322 163 247
Sinistralidade Seguro Direto	(930 829 362)	(40 566 335)	(9 686 782)	(981 082 479)
Comissões e Remunerações de Aquisição Seguro Direto	(123 060 393)	(10 320 721)	(1 767 604)	(135 148 718)
Prov Técn Part Result e Out Cust e Prov Técnicos Seguro Direto	126 024 397	(3 414 519)	(1 461 137)	121 148 741
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(86 879 642)	(4 510 990)	(5 674 579)	(97 065 211)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	479 256 024	13 610 434	515 958	493 382 416
Valias Não Realizadas e Imparidade	(40 178 964)	(1 478 487)	(1 489 895)	(43 147 346)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(224 337 489)	(301 734)	-	(224 639 223)
Custos por Natureza	(287 061 652)	(15 909 611)	(7 535 559)	(310 506 822)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	1 801 046	337 621	251 159	2 389 825
Imposto sobre Rendimento	(39 663 847)	128 286	(71 696)	(39 607 257)
Resultado	107 544 509	178	342 486	107 887 173
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	4 333 390 905	357 793 815	18 568 439	4 709 753 158
Ativos Financeiros afetos a contratos "Unit Linked"	954 088 164	2 029 677	-	956 117 841
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	6 254 657 194	6 744 678	-	6 261 401 872
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	220 256 434	34 747 967	11 213 828	266 218 229
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	278 933 807	7 202 706	5 605 406	291 741 919
Ressegurados e Resseguradores	12 552 004	1 471 571	1 496 212	15 519 787
Outros Devedores e Credores	152 369 013	802 834	3 115 804	156 287 650
Impostos Correntes	4 417 198	1 041 922	-	5 459 120
Impostos Diferidos	166 039 720	658 952	-	166 698 672
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	30 500 985	2 646 335	1 212 354	34 359 674
Goodwill	2 207 444	-	-	2 207 444
Acréscimos e Diferimentos	28 278 739	878 613	834 671	29 992 023
Disponibilidades	153 334 629	9 335 392	8 317 695	170 987 715
Total do Ativo	12 591 026 235	425 354 461	50 364 408	13 066 745 104
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	246 993 672	9 748 863	11 418 986	268 161 520
Provisão Matemática	1 449 256 548	298 026 365	9 359 321	1 756 642 234
Provisão para Participação Resultados	104 206 148	2 294 253	41 254	106 541 655
Provisão para Sinistros	1 733 928 151	37 358 766	10 667 278	1 781 954 195
Outras Provisões Técnicas	88 625 508	1 841 267	54 637	90 521 413
Passivos Financeiros de contratos "Unit Linked"	986 022 441	2 131 663	-	988 154 104
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 031 566 942	6 890 522	-	6 038 457 464
Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras	208 908 865	2 355 665	1 279 113	212 543 643
Ressegurados e Resseguradores	25 969 760	5 844 513	3 450 488	35 264 760
Outros Devedores e Credores	154 854 892	3 313 024	408 293	158 576 209
Impostos Correntes	30 077 623	1 121 104	207 438	31 406 165
Impostos Diferidos	50 114 956	1 794 891	-	51 909 847
Outros Passivos Financeiros	134 072 769	9 726 054	1 915 459	145 714 281
Outras provisões	143 147 884	359 357	74 893	143 582 134
Acréscimos e diferimentos	57 231 781	1 365 494	560 893	59 158 168
Total do Passivo	11 444 977 939	384 171 802	39 438 051	11 868 587 792
Total Segmentos				1 090 270 139
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos				1 090 270 139

47. Entidades Relacionadas

Em 2014 são consideradas entidades relacionadas do Grupo Fidelidade os órgãos de gestão, as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Fosun e em 2013 os órgãos de gestão, as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as demonstrações financeiras da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

2014

(Valores em Euros)

	CARES	CGD	Multicare - Seguros Saúde, SA	Xingtao Assets Limited	TOM TAILOR
Ativo					
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	742 060 612	-	977 475 000	48 137 421
Ativos financeiros detidos para negociação	-	4 540 641	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	70 440 528	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	15 130 255	-	21 767 201	-	-
Provisão para sinistros	-	-	44 147 221	-	-
Mediadores	-	827 016	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	71 185	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	-
Devedores Diversos	7 920	19 489	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	18 910	-	-	-
Outros depósitos	-	173 320 710	-	-	-
Depósito à ordem moeda nacional	-	307 348 158	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	16 777 873	-	-	-
Passivo					
Acionistas - Empresas do grupo	-	10 948	461 353	-	-
Mediadores	-	4 054 926	281 404	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	2 733 413	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	1 008 996	-	-
Outros passivos financeiros	-	13 150 123	65 721 124	-	-
Fornecedores c/c	-	13 304	-	-	-
Outros credores	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	22 115	6 550 785	46 996	-	-

(continuação)

(Valores em Euros)

	CARES	CGD	Multicare - Seguros Saúde, SA	Xingtao Assets Limited	TOM TAILOR
Perdas					
Custos com sinistros	-	-	(1 680 242)	-	-
Variação provisões técnicas resseguro cedido	(441 238)	-	(2 873 655)	-	-
Prémios resseguro cedido	(36 192 304)	-	(185 854 031)	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	(6 989 058)	-	-	-
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	(32 169 644)	-	-	-
Gastos com pessoal	118 868	(253 600)	3 582 664	-	-
Fornecimentos e Serviços Externos	(2 797)	(2 088 562)	28 150	-	-
Juros Suportados	-	(261 034)	(358 881)	-	-
Comissões	-	(2 971 490)	-	-	-
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	(43 279)	(34 099)	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	(22 740 409)	-	-	-
Perdas por Diferenças Cambiais	-	(2 267 994)	-	-	-
Outros gastos não Técnicos	-	(4 919)	-	-	-
Ganhos					
Prémios de resseguro aceite	-	-	324 284	-	-
Comissões de resseguro cedido	3 425 714	-	23 914 011	-	-
Parte resseguradores nos custos com sinistros	-	-	146 353 087	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	18 925 647	-	4 096 967	-
Rendimentos de Investimentos	253 310	35 838 317	562 106	319 320	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	22 718 047	-	-	-
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	2 964 091	-	-	-
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	2 785 420	-	-	-
Rendimentos não técnicos	-	25 396	-	-	-

(Valores em Euros)

	Bona Film Group Ltd	FCM Beteiligungs GmbH	Outros	TOTAL
Ativo				
Investimentos em filiais associadas e empreend. conjuntos	-	14 093 820	-	14 093 820
Ativos disponíveis para venda	48 746 185	-	-	1 816 419 218
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	4 540 641
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	70 440 528
Empréstimos e contas a receber	-	-	30 100	30 100
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	36 897 456
Provisão para sinistros	-	-	-	44 147 221
Mediadores	-	-	-	827 016
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	71 185
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	261 206	261 206
Devedores Diversos	-	-	208 875	236 284
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	18 910
Outros depósitos	-	-	-	173 320 710
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	307 348 158
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	16 777 873
Passivo				
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	472 301
Mediadores	-	-	-	4 336 330
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	290 296	3 023 709
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	1 008 996
Outros passivos financeiros	-	-	-	78 871 247
Fornecedores c/c	-	-	359 717	373 021
Outros credores	-	-	1	1
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	6 619 896
Perdas				
Custos com sinistros	-	-	-	(1 680 242)
Variação provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	(3 314 893)
Prémios resseguro cedido	-	-	(642 826)	(222 689 161)
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	(6 989 058)
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	-	-	(32 169 644)
Gastos com pessoal	-	-	1 768 977	5 216 909
Fornecimentos e Serviços Externos	-	-	(3 037 861)	(5 101 070)
Juros Suportados	-	-	-	(619 915)
Comissões	-	-	-	(2 971 490)
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	(77 378)
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	-	-	(22 740 409)
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	(2 267 994)
Outros gastos não Técnicos	-	-	-	(4 919)
Ganhos				
Prémios de resseguro aceite	-	-	-	324 284
Comissões de resseguro cedido	-	-	19 987	27 359 712
Parte resseguradores nos custos com sinistros	-	-	-	146 353 087
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	23 022 614
Rendimentos de Investimentos	-	-	11 201	36 984 254
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	22 718 047
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	2 964 091
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	2 785 420
Rendimentos não técnicos	-	-	-	25 396

2013

(Valores em Euros)

	CARES	CGD	Multicare - Seguros Saúde, SA	Cares RH - Comp Ass Rep Seg, SA	Cares Multiassistance, SA
Ativo					
Ativos disponíveis para venda	-	483 314 848	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	331 184 402	-	-	-
Investimentos a deter até à Maturidade	-	484 815 600	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	17 699 675	-	25 627 614	-	-
Provisão para sinistros	-	-	42 418 155	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	82 327	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	641	170 556	-	-	-
Devedores Diversos	6 179	-	62 573	8 070	-
Acréscimos e diferimentos	-	35 395	-	-	-
Outros depósitos	-	727 424 745	-	-	-
Depósito à ordem moeda nacional	-	117 864 938	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	2 919 877	-	-	-
Passivo					
Acionistas - Empresas do grupo	-	16 928	324 755	168 268	-
Provisão para sinistros	-	-	3 324	6 802	566 793
Mediadores	-	3 749 989	1 526 964	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	1 487 203	-	4 585 643	-	-
Outros passivos financeiros	-	4 406 403	66 374 848	-	-
Fornecedores c/c	-	67 269	21 797	-	-
Outros credores	-	30 388 171	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	19 226	4 170 889	46 535	2 875	-
Perdas					
Custos com sinistros	-	-	(352 955)	(363 974)	(7 876 914)
Prémios resseguro cedido	(40 926 574)	-	(185 754 979)	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	(446 164 204)	-	-	-
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	(26 711 203)	-	-	-
Gastos com pessoal	83 468	(267 302)	3 564 826	35 846	-
Fornecimentos e Serviços Externos	(2 657)	(2 084 783)	7 315	(246)	-
Juros Suportados	-	(1 418 945)	(390 553)	-	-
Comissões	-	(3 021 747)	(66)	-	-
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	(15)	(69 886)	(282)	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	(784 836)	-	-	-
Perdas por Diferenças Cambiais	-	(482 538)	-	-	-
Outros gastos não Técnicos	(1 859)	(7 148)	18 474	-	-
Ganhos					
Prémios de resseguro aceite	-	-	82 327	-	-
Comissões de resseguro cedido	2 843 006	-	20 465 756	-	-
Parte resseguradores nos custos com sinistros	-	-	146 985 089	-	-
Variação provisões técnicas resseguro cedido	18 980	-	931 735	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	506 925 859	-	-	-
Rendimentos de Investimentos	226 690	9 908 173	552 369	33 239	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	106 841	-	-	-
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	238 287	-	-	-
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	7 351 606	-	-	-
Rendimentos não técnicos	3 364	48 482	1 907	1 648	588

(Valores em Euros)

	Sogrupos-Serv Admn	Sogrupos-SI	Sogrupos IV - Gestao Imoveis	Xsource, ACE	TOTAL
Ativo					
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	966 629 696
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	662 368 804
Investimentos a deter até à Maturidade	-	-	-	-	969 631 200
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	43 327 289
Provisão para sinistros	-	-	-	-	42 418 155
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	82 327
Acionistas - Empresas do grupo	666 221	-	25 000	-	1 032 974
Devedores Diversos	76 265	85 246	-	99 709	338 042
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	70 790
Outros depósitos	-	-	-	-	1 454 849 490
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	235 729 877
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	5 839 754
Passivo					
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	39	526 918
Provisão para sinistros	-	-	-	-	576 919
Mediadores	-	-	-	-	9 026 942
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	6 072 846
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	75 187 654
Fornecedores c/c	74 894	216 282	39 265	-	486 776
Outros credores	-	-	-	-	60 776 342
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	8 410 414
Perdas					
Custos com sinistros	-	-	-	-	(8 593 843)
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	(226 681 553)
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	-	(892 328 408)
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	-	-	-	(53 422 406)
Gastos com pessoal	336 551	1 173 960	198 320	540 661	5 399 028
Fornecimentos e Serviços Externos	(749 035)	(2 793 011)	(696 743)	-	(8 403 943)
Juros Suportados	-	-	-	-	(3 228 443)
Comissões	-	-	-	-	(6 043 560)
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	-	(140 069)
Perdas de ativos e passivos financeiros	(223 266)	-	-	-	(1 792 938)
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	(965 076)
Outros gastos não Técnicos	-	-	-	-	2 319
Ganhos					
Prémios de resseguro aceite	-	-	-	-	82 327
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	-	23 308 762
Parte resseguradores nos custos com sinistros	-	-	-	-	146 985 089
Varição provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	-	950 715
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	-	1 013 851 718
Rendimentos de Investimentos	658 971	-	-	-	21 287 615
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	213 682
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	476 574
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	14 703 212
Rendimentos não técnicos	-	-	-	-	104 471

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

A remuneração dos administradores executivos, contempla a remuneração fixa anual e, reflete as reduções salariais previstas na Lei 12-A/2010, de 30 de junho e na Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante os anos de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	REMUNERAÇÃO				OUTROS BENEFÍCIOS		ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS			
	Remuneração fixa		Remuneração variável		Subsídio de refeição		Seguros de saúde		Seguros de vida	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Conselho de Administração										
Presidente										
Jorge Manuel Baptista										
Magalhães Correia	289 065	188 528	-	-	2 034	1 863	935	935	135	188
Vogais										
António Manuel Marques										
de Sousa Noronha	245 887	173 565	-	-	2 349	2 322	831	831	107	149
Eugénio Manuel dos Santos Ramos (2)	67 773	173 565	-	-	-	-	475	1 095	780	1 560
Francisco Xavier da Conceição										
Cordeiro (2)	80 180	173 565	-	-	936	2 259	289	692	108	238
José Manuel Alvarez Quintero	245 887	173 565	-	-	2 322	2 277	1 592	1 714	52	78
Rogério Miguel Antunes										
Campos Henriques	241 158	162 562	-	5 636	2 034	2 115	1 420	1 420	49	69
Vasco Maria de Portugal e Castro										
de Orey (2)	67 773	173 565	-	-	-	-	-	-	-	-
Wai Lam William Mak (1)	151 491	-	-	-	1 188	-	202	-	1 521	-
Conselho Fiscal										
Presidente										
Pedro Antunes de Almeida	42 000	42 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogais										
José António da Costa Figueiredo	30 800	30 800	-	-	-	-	-	-	-	-
Luís Manuel Machado Vilhena										
da Cunha	30 800	30 800	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) - Iniciou mandato em 05/06/2014

(2) - Terminou mandato em 14/05/2014

Os honorários pagos à Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Sociedade, relativos ao exercício de 2014, ascendem a 442.800 Euros, dos quais 418.200 Euros relativos à Revisão Oficial de Contas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A, 24.600 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

Em 2013 os valores faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia ascenderam a 446.450 Euros, dos quais 332.500 Euros relativos à Revisão Oficial de Contas, 111.598 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade e 2.352 Euros relativos a outros serviços.

48. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	(Valores em Euros)		
	2014		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	357 289 525	357 289 525
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	863 235 679	-	863 235 679
Ativos disponíveis para venda	9 128 582 427	131 282 830	9 259 865 257
Empréstimos e contas a receber	-	1 309 548 743	1 309 548 743
Outros devedores	-	118 781 564	118 781 564
	9 991 818 106	2 041 323 741	12 033 141 847
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1 439 409 242	1 439 409 242
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	711 664 289	6 980 565 747	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	109 306 980	109 306 980
Outros passivos financeiros	8 610 084	352 919 623	361 529 707
Outros credores	-	114 452 500	114 452 500
	720 274 373	8 996 654 092	9 716 928 465

(Valores em Euros)

	2013		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	170 987 715	170 987 715
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	1 507 633	1 507 633
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	913 455 115	-	913 455 115
Ativos disponíveis para venda	6 210 559 291	1 265 852	6 211 825 143
Empréstimos e contas a receber	-	1 360 556 126	1 360 556 126
Investimentos a deter até à maturidade	-	2 877 576 151	2 877 576 151
Outros devedores	-	140 525 800	140 525 800
	7 124 014 406	4 552 419 277	11 676 433 683
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1 526 997 236	1 526 997 236
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	988 154 104	6 038 457 464	7 026 611 568
Depósitos recebidos de resseguradores	-	110 807 066	110 807 066
Outros passivos financeiros	4 406 403	30 500 812	34 907 215
Outros credores	-	102 200 039	102 200 039
	992 560 507	7 808 962 617	8 801 523 124

O montante relativo a instrumentos financeiros registados na rubrica “Provisão matemática do ramo vida” corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de “Outros devedores e “Outros credores” corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores e agentes e de outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	82 294 300	-	82 294 300	46 056 318	-	46 056 318
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(217 425 016)	-	(217 425 016)	(240 902 778)	-	(240 902 778)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	91 023 517	-	91 023 517	142 765 444	-	142 765 444
Rendimentos de instrumentos financeiros:						
de ativos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas	30 709 767	-	30 709 767	37 604 838	-	37 604 838
de ativos detidos para negociação	(463 251)	-	(463 251)	1 430 989	-	1 430 989
de ativos financeiros disponíveis para venda	249 624 191	-	249 624 191	223 327 177	-	223 327 177
de empréstimos e contas a receber	15 482 663	-	15 482 663	22 819 365	-	22 819 365
de investimentos a deter até à maturidade	37 238 798	-	37 238 798	142 134 029	-	142 134 029
de depósitos à ordem	621 885	-	621 885	197 088	-	197 088
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	130 833 941	328 188 003	459 021 944	(141 818 013)	54 211 060	(87 606 953)
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	89	-	89
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(185 911 191)	-	(185 911 191)	(170 549 982)	-	(170 549 982)
Outros	-	-	-	(40 563)	-	(40 563)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(3 850 857)	-	(3 850 857)	(683 049)	-	(683 049)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(17 465 642)	-	(17 465 642)	(25 821 346)	-	(25 821 346)
Diferenças de câmbio	15 179 533	-	15 179 533	(123 379)	-	(123 379)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão):						
de ativos financeiros disponíveis para venda	(58 017 638)	-	(58 017 638)	(29 106 028)	-	(29 106 028)
Juros de passivos subordinados	-	-	-	(48 415)	-	(48 415)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(1 077 834)	-	(1 077 834)	147 029	-	147 029
	168 797 166	328 188 003	496 985 169	7 388 813	54 211 060	61 599 873

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Ativo		
Ativos disponíveis para venda	226 030 241	201 775 845
Empréstimos e contas a receber	15 482 663	22 819 365
Investimentos a deter até à maturidade	37 238 798	142 134 029
Depósitos à ordem em instituições de crédito	621 885	197 088
	279 373 587	366 926 327
Passivo		
Provisão matemática do ramo vida	(35 680 554)	(41 563 749)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos		
de seguros e de contratos de investimento	(185 911 191)	(170 549 982)
Depósitos recebidos de resseguradores	1 077 834	344 560
	(220 513 911)	(211 686 850)

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras do Grupo, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	2014				Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	357 289 525	357 289 525
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	124 412 079	124 412 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	21 658 907	812 809 582	28 767 190	-	863 235 679
Ativos disponíveis para venda	990 534 026	7 291 603 618	846 444 783	131 282 830	9 259 865 257
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 309 548 743	1 309 548 743
Outros devedores	-	-	-	118 781 564	118 781 564
	1 012 192 933	8 104 413 200	875 211 973	2 041 323 741	12 033 141 847
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1 439 409 242	1 439 409 242
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	-	711 664 289	-	6 980 565 747	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	109 306 980	109 306 980
Outros passivos financeiros	-	8 610 084	-	352 919 623	361 529 707
Outros credores	-	-	-	114 452 500	114 452 500
	-	720 274 373	-	8 996 654 092	9 716 928 465
	1 012 192 933	7 384 138 827	875 211 973	(6 955 330 351)	2 316 213 382

(Valores em Euros)

	2013			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	170 987 715	170 987 715
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1 507 633	1 507 633
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	21 315 542	827 241 437	64 898 136	-	913 455 115
Ativos disponíveis para venda	588 984 496	4 974 594 844	646 979 951	1 265 852	6 211 825 143
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 360 556 126	1 360 556 126
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	2 877 576 151	2 877 576 151
Outros devedores	-	-	-	140 525 800	140 525 800
	610 300 038	5 801 836 281	711 878 087	4 552 419 277	11 676 433 683
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1 526 997 236	1 526 997 236
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	-	988 154 104	-	6 038 457 464	7 026 611 568
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	110 807 066	110 807 066
Outros passivos financeiros	-	4 406 403	-	30 500 812	34 907 215
Outros credores	-	-	-	102 200 039	102 200 039
	-	992 560 507	-	7 808 962 617	8 801 523 124
	610 300 038	4 809 275 774	711 878 087	(3 256 543 340)	2 874 910 559

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor, dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido em 31 de dezembro de 2014 e 2013, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros passivos financeiros
Saldo em 31 de dezembro de 2012	554 490 391	73 917 941	563 915	(105 181)
Aquisições	119 385 219	174 492	-	-
Revalorizações				
- por contrapartida de resultados	(3 566 377)	1 126 250	-	-
- por contrapartida de capitais próprios	9 477 905	-	-	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(21 933 084)	-	-	-
Alienações	(10 874 103)	(10 320 547)	(563 915)	105 181
Saldo em 31 de dezembro de 2013	646 979 951	64 898 136	-	-
Aquisições	4 734 448	-	-	-
Revalorizações				
- por contrapartida de resultados	42 167 643	(1 128 519)	-	-
- por contrapartida de capitais próprios	24 956 510	-	-	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(7 495 881)	-	-	-
Transferências de Investimentos a deter até à maturidade	232 830 048			
Entrada no perímetro de consolidação	730 286	-	-	-
Alienações	(98 458 222)	(35 002 427)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	846 444 783	28 767 190	-	-

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não ocorreram reclassificações de ativos financeiros entre os níveis da hierarquia de justo valor.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	357 289 525	357 289 525	-
Ativos disponíveis para venda	131 282 830	131 282 830	-
Empréstimos e contas a receber	1 309 548 743	1 309 548 743	-
Outros devedores	118 781 564	118 781 564	-
	1 916 902 662	1 916 902 662	-

(Valores em Euros)

	2013		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	170 987 715	170 987 715	-
Ativos disponíveis para venda	1 265 852	1 265 852	-
Empréstimos e contas a receber	1 360 556 126	1 360 556 126	-
Investimentos a deter até à maturidade	2 877 576 151	2 984 449 542	106 873 391
Outros devedores	140 525 800	140 525 800	-
	4 550 911 644	4 657 785 035	106 873 391

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.

- A rubrica “Empréstimos e contas a receber” inclui:

i) Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;

ii) Empréstimos hipotecários – não foi calculado o justo valor atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

- O valor de mercado dos investimentos a deter até à maturidade é apurado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.6, enquadrando-se no nível 2 da hierarquia do justo valor.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à Atividade da Fidelidade

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da Política de Investimentos definida com base em orientações do Conselho de Administração. Esta é atualizada regularmente e revista obrigatoriamente de três em três anos.

A Política de Investimentos define os princípios orientadores para a gestão de investimentos e apoia a totalidade do processo de investimento da Companhia, desde o processo de gestão de ativos e passivos (ALM), alocação estratégica de ativos (SAA), alocação tática de ativos (TAA), gestão dinâmica do portfólio de investimento bem como as atividades de controlo e reporte da atividade de investimento. A Política de Investimentos visa assegurar um alinhamento com os objetivos e respetiva estratégia de investimento, bem como potenciar um eficaz processo de acompanhamento e supervisão da atividade.

O processo de investimento a seguir pela Companhia tem por base as melhores práticas de governance de forma a potenciar decisões racionais e sustentadas na seleção dos ativos uma relação adequada entre risco e retorno.

A atividade de investimento da Companhia deverá seguir um processo estruturado contendo 5 passos fundamentais:

- **Identificação da oportunidade:** identificação de oportunidades de investimento pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, que se enquadrem na Política de Investimentos, nas orientações aprovadas pelo Comité ALM, e que apresentem uma relação entre rendibilidade e risco adequada para a Companhia;
- **Avaliação da oportunidade:** a avaliação da oportunidade deverá ser realizada ainda pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, tendo em conta tanto aspetos qualitativos (e.g. tendência esperada para determinada classe de ativo, indústria ou geografia), como aspetos quantitativos (e.g. retorno esperado, risco de crédito);

- **Proposta de investimento:** a proposta redigida pela equipa ou entidade gestora dos ativos deverá ser submetida a apreciação do responsável pela respetiva tomada de decisão (de acordo com a delegação de competências), de acordo com as seguintes orientações:

- a. Para investimentos em ativos financeiros, e até ao limite de autonomia do Diretor da DIV (de acordo com a delegação de competências em vigor), as operações terão de ser documentadas e validadas pelo responsável pela aprovação da operação, num formato simples (referindo a operação, o montante, a data e a assinatura do responsável pela aprovação). Tanto quanto possível, e para não gerar complexidade adicional ao processo de investimento, este processo deve estar informatizado;

- b. Para investimentos em ativos financeiros que superem o limite de autonomia do Diretor da DIV de acordo com a delegação de competências em vigor, deverá ser redigida uma proposta de investimento;

- c. Para todos os investimentos ou desinvestimentos em ativos imobiliários deverá ser preenchida a proposta de investimento.

- **Execução da transação:** caso a proposta de investimento recolha parecer positivo, o órgão de estrutura responsável pelo seu acompanhamento deverá autorizar e verificar a concretização da operação, incluindo a execução e liquidação da mesma, através das entidades responsáveis pelo processo;

- **Controlo:** o controlo eficaz do investimento deverá ser assegurado pela Direção de Risco, garantindo que se encontra em cumprimento das normas vigentes e coerente com os níveis de risco e retorno definidos pela Companhia.

No quadro do desenvolvimento da atividade de investimento da Companhia são ainda determinantes:

1. Definição do objetivo da carteira

O objetivo primário da carteira de investimentos é geração de rendimento para a Companhia tendo por restrição os riscos e demais constrangimentos definidos no âmbito dos Comités Estratégicos e Táticos de Gestão de Ativos e Passivos.

Do ponto de vista operacional, o principal objetivo da atividade traduz-se na criação de valor através da seleção de ativos com melhor perfil de risco vs. retorno. Especificamente, a atividade de gestão de ativos da Companhia pretende:

- Apoiar a geração de rendimento financeiro para a Companhia;

- Garantir a competitividade da oferta seguradora da Companhia;
- Assegurar a mitigação do risco da atividade seguradora;
- Cumprir com os regulamentos em vigor na Companhia e no ISP em relação à atividade.

2. Definição das classes de ativos e respetivo universo de investimento

As classes de ativos elegíveis para investimento por parte da Fidelidade, bem como os respetivos universos de investimento.

- Tesouraria: instrumentos essencialmente orientados à gestão de liquidez no curto prazo;
- Rendimento Fixo: instrumentos de dívida de médio ou longo prazo;
- Rendimento variável: instrumentos que proporcionam ganhos variáveis e que devem estar cotados numa bolsa de valores sujeita a regulação e supervisão;
- Imobiliário: categoria de investimentos associado ao mercado imobiliário;
- Investimentos alternativos;
- Private Equity: categoria de investimento de fundos de capital de risco privado;
- Infraestruturas: categoria de investimento exclusivamente destinada a fundos com foco no investimento em infraestruturas;
- Hedge Funds: categoria de investimento em fundos de cobertura;
- Commodities: investimento em ativos ligados à evolução do valor de mercadorias comuns como por exemplo, metais preciosos ou cereais;
- Fundos não alocáveis a uma classe única de ativos: incluem-se nesta categorias fundos de fundos e fundos que abarquem várias classes de ativos e para os quais não existe um “look through” mensal do fundo;
- Outros instrumentos equivalentes aprovados pelo Conselho de Administração.

3. Definição de limites de exposição no quadro da gestão do risco dos ativos

A carteira de investimento de ativos financeiros e imobiliários deverá estabelecer uma equilibrada exposição às diferentes classes de ativos, considerando sempre o binómio de retorno vs risco. Para assegurar uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada, é essencial a definição de limites máximos de exposição da carteira, bem como dos mecanismos que permitam um controlo e gestão adequados dos níveis de risco e de perdas potenciais. Neste âmbito importa recordar a importância de assegurar o cumprimento com o normativo legal aplicável do Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

Como tal, foram definidos limites máximos de exposição para a carteira da Fidelidade, em qualquer ponto do tempo, com base em 5 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Nível de rating;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição.

4. Definição do processo de controlo e gestão de risco

Gestão do risco dos ativos

Estão definidos limites quanto à exposição às diferentes classes de ativos, considerando o binómio risco vs. retorno, que permitem uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada. Encontram-se também estabelecidos mecanismos que permitem um controlo e gestão dos níveis de risco e de perdas potenciais.

Processo de controlo e gestão do risco

O acompanhamento dos limites de exposição às diferentes classes de ativos é efetuado pela Direção de Gestão de Risco, através da produção de relatórios de monitorização da atividade. Neste contexto, são identificadas situações de incumprimento efetivo ou de incumprimento potencial. Enquanto as primeiras decorrem da violação do limite fixado, as segundas resultam da aproximação da observação relevante da carteira de ativos ao limite máximo que lhe está definido. Para qualquer das tipologias de incumprimento, está estabelecido o processo de identificação, aprovação e aplicação de medidas corretivas.

Mecanismos de controlo de perdas nos ativos

Encontram-se instituídos mecanismos de controlo das perdas na atividade de investimento da Companhia em resultado de variações de condições de mercado, de forma a desencadear ações tendentes à sua limitação. Neste sentido, quando é atingido o limite de perda, são desencadeados procedimentos semelhantes aos previstos para o incumprimento dos limites de exposição. Foram também determinados limites de perda que restringem o impacto da atividade de investimento no rácio de Solvência, medido num ambiente Solvência II. O controlo dos limites de perda é efetuado regularmente pela Direção de Gestão de Risco, de forma a permitir uma reação preventiva a flutuações.

Reporte e monitorização da atividade de investimento

Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis da Companhia envolvidos na atividade de gestão de ativos, de forma a permitir um adequado acompanhamento da atividade de investimento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o destinatário, o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição a risco de crédito do Grupo Fidelidade apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Valor contabilístico bruto	imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	351 134 002	-	351 134 002	167 023 726	-	167 023 726
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	769 372 777	-	769 372 777	890 947 014	-	890 947 014
Ativos disponíveis para venda	7 780 717 468	(47 930 890)	7 732 786 578	5 333 084 639	(2 951 068)	5 330 133 571
Empréstimos e contas a receber	1 309 548 743	-	1 309 548 743	1 360 556 126	-	1 360 556 126
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	2 877 576 151	-	2 877 576 151
Outros devedores	172 011 904	(53 230 340)	118 781 564	181 321 269	(40 795 469)	140 525 800
Exposição máxima a risco de crédito	10 382 784 894	(101 161 230)	10 281 623 664	10 810 508 925	(43 746 537)	10 766 762 388

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2014			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	250 858 639	3 237 560	-	254 096 199
BBB- até BBB+	200 049 216	9 847	-	200 059 063
BB- até BB+	554 618 793	261 259 315	6 369 954	822 248 062
B- até B+	315 584 803	151 830	25 160 433	340 897 066
Sem rating	2 422 330	4 209 797	29 610 355	36 242 482
	1 323 533 781	268 868 349	61 140 742	1 653 542 872
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	968 804	-	-	968 804
	968 804	-	-	968 804
Total	1 324 502 585	268 868 349	61 140 742	1 654 511 676

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2013			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	-	1 328 895	-	1 328 895
BBB- até BBB+	224	-	-	224
BB- até BB+	1 264 294 309	16 084 613	-	1 280 378 922
B- até B+	227 067 662	-	-	227 067 662
Sem rating	1 815 999	2 722 673	10 253 071	14 791 743
	1 493 178 194	20 136 181	10 253 071	1 523 567 446
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	913 593	37 753	-	951 346
	913 593	37 753	-	951 346
Total	1 494 091 787	20 173 934	10 253 071	1 524 518 792

Na rubrica “Depósitos em Instituições de Crédito” estão a ser incluídos outros depósitos que constam da rubrica “Empréstimos e contas a receber” no valor de 1.302.408.870 Euros e 1.356.543.720 Euros, em 2014 e 2013, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor’s, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2014				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AAA					
AA- até AA+	-	2 793 415	801 285	-	3 594 700
A- até A+	-	1 815 374	202 338	-	2 017 712
BBB- até BBB+	1 980 924	1 307 714	-	-	3 288 638
BB- até BB+	-	2 168 937	-	-	2 168 937
Sem rating	-	-	-	183 408 867	183 408 867
	1 980 924	8 085 440	1 003 623	183 408 867	194 478 854
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	1 507 684	-	-	1 507 684
AA- até AA+	-	4 323 436	-	-	4 323 436
BBB- até BBB+	-	7 525 598	-	-	7 525 598
BB- até BB+	487 434 372	-	-	-	487 434 372
Sem rating	299 224	-	-	-	299 224
	487 733 596	13 356 718	-	-	501 090 314
Instituições Financeiras					
AAA	-	225 321	-	-	225 321
AA- até AA+	-	331 658	292 266	343 398	967 322
A- até A+	-	29 312 791	95 686	119 268	29 527 745
BBB- até BBB+	2 506 089	1 473 148	913 701	-	4 892 938
BB- até BB+	60 618 982	8 078 229	-	-	68 697 211
	63 125 071	39 421 147	1 301 653	462 666	104 310 537
Outros emitentes					
A- até A+	-	38 446 548	-	-	38 446 548
BBB- até BBB+	125 196	-	-	-	125 196
BB- até BB+	1 359 626	-	-	-	1 359 626
Sem rating	-	2 213	-	-	2 213
	1 484 822	38 448 761	-	-	39 933 583
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	554 324 413	99 312 066	2 305 276	183 871 533	839 813 288

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2014				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	-	-	-	7 274 789
A- até A+	-	-	-	-	127 744 315
BBB- até BBB+	-	6 132 021	1 142 768	-	113 196 343
BB- até BB+	-	96 262 846	26 198 065	5 283 404	379 545 123
B- até B+	159 507	113 036 836	-	-	29 457 548
Sem rating	71 706 862	307 838 261	-	-	1 131 628 786
	71 866 369	523 269 964	27 340 833	5 283 404	1 788 846 904
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	-	-	-	37 528 763
AA- até AA+	-	-	-	-	107 471 690
BBB- até BBB+	-	107 471 690	-	-	1 712 722 592
BB- até BB+	-	-	-	-	2 285 236 479
	-	145 000 453	-	-	4 142 959 524
Instituições Financeiras					
AAA	-	23 711 486	-	14 138 300	37 849 786
AA- até AA+	-	14 940 414	-	26 206 272	41 146 686
A- até A+	-	322 217 688	35 651 684	-	357 869 372
BBB- até BBB+	164 858 066	198 891 730	81 904 778	-	445 654 574
BB- até BB+	587 083 605	61 983 024	-	-	649 066 629
B- até B+	148 733 822	30 108 118	-	-	178 841 940
Menor que B-	8 706 535	-	-	28 778 146	37 484 681
Sem rating	5 000 000	-	-	2 528 285	7 528 285
	914 382 028	651 852 460	117 556 462	71 651 003	1 755 441 953
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17 912 147	17 912 147
AA- até AA+	-	-	-	979 249	979 249
BBB- até BBB+	18 654 213	-	-	-	18 654 213
BB- até BB+	-	7 992 621	-	-	7 992 621
	18 654 213	7 992 621	-	18 891 396	45 538 230
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	1 004 902 610	1 328 115 498	144 897 295	95 825 803	7 732 786 611

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2013				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	2 802 330	809 926	-	3 612 256
A- até A+	-	4 803 836	-	-	4 803 836
BBB- até BBB+	-	2 292 620	-	-	2 292 620
BB- até BB+	2 016 764	2 188 633	-	-	4 205 397
	2 016 764	12 087 419	809 926	-	14 914 109
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2 424 579	-	-	2 424 579
AA- até AA+	-	3 925 187	-	-	3 925 187
BBB- até BBB+	-	4 398 926	-	-	4 398 926
BB- até BB+	456 253 368	-	-	-	456 253 368
	456 253 368	10 748 692	-	-	467 002 060
Instituições Financeiras					
AAA	-	199 246	-	-	199 246
AA- até AA+	-	1 372 462	257 685	509 981	2 140 128
A- até A+	-	31 804 909	442 953	114 557	32 362 419
BBB- até BBB+	2 836 587	5 056 036	608 053	-	8 500 676
BB- até BB+	286 663 190	43 733 640	-	-	330 396 830
	289 499 777	82 166 293	1 308 691	624 538	373 599 299
Outros emitentes					
A- até A+	-	33 870 861	-	-	33 870 861
BBB- até BBB+	174 897	-	-	-	174 897
B- até B+	1 382 138	-	-	-	1 382 138
Sem rating	-	3 650	-	-	3 650
	1 557 035	33 874 511	-	-	35 431 546
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	749 326 944	138 876 915	2 118 617	624 538	890 947 014

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2013				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	24 399 587	11 636 864	-	36 036 451
A- até A+	-	230 768 531	34 933 316	5 156 804	270 858 651
BBB- até BBB+	-	201 474 741	-	-	201 474 741
BB- até BB+	66 096 000	169 240 457	-	-	235 336 457
B- até B+	205 702	2 677 655	-	-	2 883 357
Sem rating	99 001 432	-	-	-	99 001 432
	165 303 134	628 560 971	46 570 180	5 156 804	845 591 089
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	52 718 066	-	-	52 718 066
AA- até AA+	-	221 530 265	-	-	221 530 265
BBB- até BBB+	-	476 753 538	-	-	476 753 538
BB- até BB+	1 447 211 728	-	-	-	1 447 211 728
	1 447 211 728	751 001 869	-	-	2 198 213 597
Instituições Financeiras					
AAA	-	77 201 974	-	25 406 139	102 608 113
AA- até AA+	-	156 261 297	-	99 133 724	255 395 021
A- até A+	-	536 795 025	66 268 396	14 657 510	617 720 931
BBB- até BBB+	159 573 920	399 017 317	72 814 740	-	631 405 977
BB- até BB+	514 943 709	44 156 545	-	-	559 100 254
B- até B+	7 668 802	30 941 542	-	-	38 610 344
Menor que B-	5 242 655	-	-	-	5 242 655
Sem rating	-	16 722 383	-	-	16 722 383
	687 429 086	1 261 096 083	139 083 136	139 197 373	2 226 805 678
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	22 925 227	22 925 227
BBB- até BBB+	26 059 692	-	-	-	26 059 692
BB- até BB+	-	8 092 412	-	-	8 092 412
	26 059 692	8 092 412	-	22 925 227	57 077 331
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	2 326 003 640	2 648 751 335	185 653 316	167 279 404	5 327 687 695

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2013				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Investimentos a deter até à maturidade					
Corporate					
A- até A+	-	24 794 089	-	-	24 794 089
BB- até BB+	-	112 627 423	-	-	112 627 423
	-	137 421 512	-	-	137 421 512
Governos e outras autoridades locais					
BBB- até BBB+	-	46 774 382	-	-	46 774 382
BB- até BB+	2 032 778 434	-	-	-	2 032 778 434
	2 032 778 434	46 774 382	-	-	2 079 552 816
Instituições Financeiras					
A- até A+	-	53 061 435	-	-	53 061 435
BBB- até BBB+	43 970 141	-	31 612 935	-	75 583 076
BB- até BB+	412 989 754	51 837 606	-	-	464 827 360
B- até B+	59 107 352	-	-	-	59 107 352
Menor que B-	3 002 216	-	-	-	3 002 216
Sem rating	-	-	-	5 020 384	5 020 384
	519 069 463	104 899 041	31 612 935	5 020 384	660 601 823
Total Investimentos a deter até à maturidade	2 551 847 897	289 094 935	31 612 935	5 020 384	2 877 576 151

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição do Grupo à dívida soberana tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Dívida soberana	2014			
	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Portugal				
. Vencimento até 2015	6 598 818	258 959	59 661	6 917 438
. Vencimento entre 2016 e 2018	472 427 930	57 612 826	16 320 638	546 361 394
. Vencimento entre 2019 e 2022	278 188 674	35 056 657	7 193 606	320 438 937
. Vencimento após 2022	1 296 171 886	66 511 762	48 835 060	1 411 518 708
	2 053 387 308	159 440 204	72 408 965	2 285 236 477
Espanha				
. Vencimento até 2015	3 308 697	30 745	66 593	3 406 035
. Vencimento entre 2016 e 2018	342 787 730	11 309 662	5 103 137	359 200 529
. Vencimento entre 2019 e 2022	297 934 596	33 211 277	5 314 112	336 459 985
. Vencimento após 2022	6 530 172	1 542 721	132 901	8 205 794
	650 561 195	46 094 405	10 616 743	707 272 343
Itália				
. Vencimento até 2015	47 443 490	357 602	2 973 715	50 774 807
. Vencimento entre 2016 e 2018	420 661 273	13 422 731	2 133 083	436 217 087
. Vencimento entre 2019 e 2022	456 339 346	49 084 367	5 927 325	511 351 038
. Vencimento após 2022	2 782 604	386 433	29 481	3 198 518
	927 226 713	63 251 133	11 063 604	1 001 541 450
Alemanha				
. Vencimento até 2015	5 551 109	(11 931)	205 844	5 745 022
. Vencimento entre 2016 e 2018	3 492 743	149 724	124 708	3 767 175
. Vencimento entre 2019 e 2022	18 456 616	1 863 583	166 585	20 486 784
. Vencimento após 2022	1 119 238	658 665	40 576	1 818 479
	28 619 706	2 660 041	537 713	31 817 460
França				
. Vencimento até 2015	12 324 438	143 471	1 292 967	13 760 876
. Vencimento entre 2016 e 2018	553 381	43 846	2 848	600 075
. Vencimento entre 2019 e 2022	4 206 869	798 499	840 413	5 845 781
. Vencimento após 2022	24 687 660	7 079 912	2 319 574	34 087 146
	41 772 348	8 065 728	4 455 802	54 293 878

(continuação)

(Valores em Euros)

Divida soberana	2014			
	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Bélgica				
. Vencimento até 2015	7 656 621	265 193	19 836 789	27 758 603
. Vencimento entre 2016 e 2018	20 135 772	241 250	38 656	20 415 678
. Vencimento entre 2019 e 2022	3 084 743	388 453	-	3 473 196
. Vencimento após 2022	962 736	499 834	35 242	1 497 812
	31 839 872	1 394 730	19 910 687	53 145 289
Outros	5 244 417	436 153	63 258	5 743 828
Total	3 738 651 559	281 342 394	119 056 772	4 139 050 725

(Valores em Euros)

Divida Soberana	2014	
	Ativos financeiros ao justo valor via ganhos e perdas	
	Juros a receber	Valor de balanço
Portugal		
. Vencimento até 2015	687 329	100 527 951
. Vencimento entre 2016 e 2018	5 111 703	385 834 837
. Vencimento entre 2019 e 2022	3 817	157 959
. Vencimento após 2022	15 289	1 212 848
	5 818 138	487 733 595
Espanha		
. Vencimento até 2015	1 529	424 420
. Vencimento entre 2016 e 2018	37 972	1 551 948
. Vencimento entre 2019 e 2022	16 952	878 799
. Vencimento após 2022	12 377	648 748
	68 830	3 503 915
Itália		
. Vencimento até 2015	3 074	1 311 036
. Vencimento entre 2016 e 2018	10 111	772 391
. Vencimento entre 2019 e 2022	6 411	481 627
. Vencimento após 2022	16 104	1 456 629
	35 700	4 021 683

(continuação)

(Valores em Euros)

Divida Soberana	2014	
	Juros a receber	Valor de balanço
Ativos financeiros ao justo valor via ganhos e perdas		
Alemanha		
. Vencimento entre 2016 e 2018	69	2 138
. Vencimento entre 2019 e 2022	1 491	187 327
. Vencimento após 2022	3 210	319 876
	4 770	509 341
França		
. Vencimento entre 2016 e 2018	46	306 370
. Vencimento entre 2019 e 2022	681	985 475
. Vencimento após 2022	2 045	1 424 764
	2 772	2 716 609
Bélgica		
. Vencimento entre 2016 e 2018	35 654	1 306 429
	35 654	1 306 429
Outros	20 880	1 298 742
Total	5 986 744	501 090 314

(Valores em Euros)

Divida soberana	2013			
	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Portugal				
. Vencimento entre 2015 e 2017	522 427 005	22 846 268	23 215 649	568 488 922
. Vencimento entre 2018 e 2021	846 831 680	567 162	22 600 986	869 999 828
. Vencimento após 2021	6 349 864	2 105 351	267 763	8 722 978
	1 375 608 549	25 518 781	46 084 398	1 447 211 728
Espanha				
. Vencimento até 2014	7 078 044	174 663	3 414 886	10 667 593
. Vencimento entre 2015 e 2017	19 698 235	749 052	454 287	20 901 574
. Vencimento entre 2018 e 2021	85 036 628	682 907	28 266	85 747 801
. Vencimento após 2021	6 400 491	(395 109)	123 485	6 128 867
	118 213 398	1 211 513	4 020 924	123 445 835
Itália				
. Vencimento até 2014	16 496 478	(2 166 537)	3 189 365	17 519 306
. Vencimento entre 2015 e 2017	60 772 910	580 837	354 626	61 708 373
. Vencimento entre 2018 e 2021	241 201 581	5 043 445	2 810 173	249 055 199
. Vencimento após 2021	20 263 968	872 930	343 575	21 480 473
	338 734 937	4 330 675	6 697 739	349 763 351
Alemanha				
. Vencimento até 2014	1 334 370	(370)	56 074	1 390 074
. Vencimento entre 2015 e 2017	24 895 334	255 664	386 906	25 537 904
. Vencimento entre 2018 e 2021	2 641 409	271 091	90 747	3 003 247
. Vencimento após 2021	16 973 047	124 491	117 680	17 215 218
	45 844 160	650 876	651 407	47 146 443
França				
. Vencimento até 2014	8 516 356	592 239	3 962 383	13 070 978
. Vencimento entre 2015 e 2017	39 609 397	226 189	2 280 782	42 116 368
. Vencimento entre 2018 e 2021	9 084 826	588 218	833 077	10 506 121
. Vencimento após 2021	23 879 083	1 281 212	2 486 313	27 646 608
	81 089 662	2 687 858	9 562 555	93 340 075

(continuação)

(Valores em Euros)

Dívida soberana	2013			
	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Bélgica				
. Vencimento até 2014	39 889 519	2 160 449	20 499 654	62 549 622
. Vencimento entre 2015 e 2017	28 827 671	1 487 598	17 861 151	48 176 420
. Vencimento entre 2018 e 2021	15 543 358	34 353	82 521	15 660 232
. Vencimento após 2021	957 820	240 962	35 242	1 234 024
	85 218 368	3 923 362	38 478 568	127 620 298
Outros	5 728 387	346 119	67 010	6 141 516
Total	2 050 437 461	38 669 184	105 562 601	2 194 669 246

(Valores em Euros)

Dívida soberana	2013					
	Ativos financeiros a deter até à maturidade					
	Custo amortizado	Juros a receber	Valor de balanço	Reserva de justo valor	Valor de mercado	Valias potenciais não reconhecidas
Portugal						
. Vencimento até 2014	202 364 342	2 478 296	204 842 638	(1 672 928)	209 101 200	4 258 562
. Vencimento entre 2015 e 2017	1 418 685 474	29 852 989	1 448 538 463	(20 032 815)	1 512 825 683	64 287 220
. Vencimento entre 2018 e 2021	366 554 742	9 774 231	376 328 973	(19 649 004)	395 698 029	19 369 056
. Vencimento após 2021	3 036 558	31 802	3 068 360	(151 571)	3 233 252	164 892
	1 990 641 116	42 137 318	2 032 778 434	(41 506 318)	2 120 858 164	88 079 730
Itália						
. Vencimento até 2014	15 513 513	8 087 362	23 600 875	52 584	23 861 987	261 112
. Vencimento entre 2015 e 2017	15 756 580	7 416 927	23 173 507	22 732	23 717 533	544 026
	31 270 093	15 504 289	46 774 382	75 316	47 579 520	805 138
Total	2 021 911 209	57 641 607	2 079 552 816	(41 431 002)	2 168 437 684	88 884 868

(Valores em Euros)

Divida Soberana	2013	
	Ativos financeiros ao justo valor via ganhos e perdas	
	Juros a receber	Valor de balanço
Portugal		
. Vencimento entre 2015 e 2017	4 236 681	390 499 202
. Vencimento entre 2018 e 2021	1 593 453	65 754 165
	5 830 134	456 253 367
Espanha		
. Vencimento até 2014	542	100 306
. Vencimento entre 2015 e 2017	36 910	1 180 756
. Vencimento entre 2018 e 2021	17 344	610 733
. Vencimento após 2021	2 768	68 885
	57 564	1 960 680
Itália		
. Vencimento até 2014	325	45 178
. Vencimento entre 2015 e 2017	13 358	1 528 558
. Vencimento entre 2018 e 2021	2 861	217 657
. Vencimento após 2021	10 369	646 852
	26 913	2 438 245
Alemanha		
. Vencimento entre 2015 e 2017	11 644	369 593
. Vencimento entre 2018 e 2021	64	2 303
. Vencimento após 2021	7 383	592 770
	19 091	964 666
França		
. Vencimento entre 2015 e 2017	18 271	1 488 269
. Vencimento após 2021	5 629	410 198
	23 900	1 898 467
Bélgica		
. Vencimento até 2014	30	1 039
. Vencimento entre 2015 e 2017	42 494	1 748 785
	42 524	1 749 824
Outros	30 789	1 736 811
Total	6 030 915	467 002 060

Periodicamente, o Grupo efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 42). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014						
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
Ramo vida:							
Produtos de capitalização	3 398 650	157 995	91 424	48 517	333 982	(27 533)	4 003 035
Produtos vida risco	133 005	602 754	755 292	1 210 535	1 625 478	(2 462 438)	1 864 626
Ramo não vida:							
Automóvel	13 286 186	5 463 583	5 711 628	3 028 230	922 062	(5 407 159)	23 004 530
Acidentes de trabalho	3 636 587	1 343 536	718 170	1 398 152	288 809	(1 451 588)	5 933 666
Doença	5 523 286	2 770 679	1 650 392	2 727 432	223 143	(1 383 031)	11 511 901
Incêndio e outros danos	9 034 666	2 311 866	593 262	1 170 310	616 341	(1 377 588)	12 348 857
Transportes	1 424 146	435 240	348 867	300 206	608 807	(304 023)	2 813 243
Responsabilidade civil	1 076 959	393 571	80 510	42 130	44 241	(53 361)	1 584 050
Outros (inclui Acidentes pessoais)	3 757 047	2 653 990	412 092	432 445	152 486	(805 638)	6 602 422
	41 270 532	16 133 214	10 361 637	10 357 957	4 815 349	(13 272 359)	69 666 330

(Valores em Euros)

	2013						
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
Ramo vida:							
Produtos de capitalização	1 165 992	167 300	65 824	124 469	348 160	(5 803)	1 865 942
Produtos vida risco	2 330 682	535 729	251 685	425 237	1 267 359	(1 159 912)	3 650 780
Ramo não vida:							
Acidentes de trabalho	3 638 201	1 807 705	663 411	81 148	513 995	(2 175 994)	4 528 466
Doença	5 309 919	1 699 123	325 912	472 735	641 548	(1 408 573)	7 040 664
Incêndio e outros danos	7 317 074	3 181 241	923 397	713 507	580 854	(1 613 490)	11 102 583
Transportes	1 670 194	267 831	279 071	135 454	317 313	(266 864)	2 402 999
Responsabilidade civil	1 347 653	345 882	44 791	54 462	140 258	(332 957)	1 600 089
Outros (inclui Acidentes pessoais)	5 431 449	1 660 482	743 979	345 468	618 741	(943 207)	7 856 912
	45 383 099	13 169 335	4 372 686	2 965 457	5 025 553	(12 278 884)	58 637 246

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	357 289 525	-	-	-	-	-	-	-	-	357 289 525
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	382 729	1 778 438	4 850 775	179 217 896	408 189 046	246 841 406	30 811 463	1 141 638	25 308 904	898 522 295
Ativos disponíveis para venda	171 766 853	400 554 431	122 146 802	371 486 009	2 923 433 055	2 134 003 983	2 186 753 466	14 832 592	1 527 078 647	9 852 055 838
Empréstimos e contas a receber	956 525 128	208 400 466	18 600 526	42 995 868	94 540 938	31 702 688	3 769 687	188 560	3 034 483	1 359 758 344
Outros devedores	118 781 564	-	-	-	-	-	-	-	-	118 781 564
	1 604 745 799	610 733 335	145 598 103	593 699 773	3 426 163 039	2 412 548 077	2 221 334 616	16 162 790	1 679 843 113	12 710 828 645
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	24 095 166	21 769 350	24 807 359	110 758 743	334 726 184	258 468 835	350 416 987	298 776 932	25 002 076	1 448 821 632
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	869 666 579	266 617 959	421 273 014	792 995 146	1 965 288 142	2 036 421 972	1 544 172 106	418 156 262	2 849 791	8 317 440 971
Depósitos recebidos de resseguradores	29 604	59 208	88 812	109 484 604	-	-	-	-	-	109 662 228
Outros passivos financeiros	5 171 650	16 341 603	44 978 604	11 030 896	52 550 614	151 447 995	112 924 697	-	-	294 446 059
Outros credores	114 452 500	-	-	-	-	-	-	-	-	114 452 500
	1 013 415 499	304 788 120	491 147 789	1 024 269 389	2 352 564 940	2 446 338 802	2 007 513 790	716 933 194	27 851 867	10 384 823 390

(Valores em Euros)

	2013									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	170 987 715	-	-	-	-	-	-	-	-	170 987 715
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	1 507 632	1 507 632
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	559 687	1 722 241	33 330 097	237 478 947	266 394 934	404 628 707	5 107 368	302 795	24 928 260	974 453 036
Ativos disponíveis para venda	183 218 281	290 360 394	379 163 771	458 605 600	1 992 085 861	1 664 588 184	845 581 904	70 780 715	884 137 445	6 768 522 155
Empréstimos e contas a receber	692 005 250	513 191 694	50 474 921	25 053 838	30 384 690	90 545 396	4 166 253	203 951	406 187	1 406 432 180
Investimentos a deter até à maturidade	56 908 234	176 321 624	128 606 910	317 919 865	2 069 032 852	377 912 477	92 536 494	-	-	3 219 238 456
Outros devedores	140 525 800	-	-	-	-	-	-	-	-	140 525 800
	1 244 204 967	981 595 953	591 575 699	1 039 058 250	4 357 898 337	2 537 674 764	947 392 019	71 287 461	910 979 524	12 681 666 974
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	24 220 362	21 723 308	38 543 771	129 527 445	359 977 564	310 925 258	424 380 105	366 549 665	23 428 630	1 699 276 108
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	1 111 923 765	280 241 020	503 047 006	594 275 340	2 473 645 293	1 578 618 857	817 564 630	390 891 671	1 422 167	7 751 629 749
Passivos subordinados										
Depósitos recebidos de resseguradores	50 446	100 892	151 339	107 647 144	-	-	-	-	-	107 949 821
Outros passivos financeiros	-	431 200	30 500 000	431 200	1 724 800	1 724 800	2 587 200	-	-	37 399 200
Outros credores	102 200 039	-	-	-	-	-	-	-	-	102 200 039
	1 238 394 612	302 496 420	572 242 116	831 881 129	2 835 347 657	1 891 268 915	1 244 531 935	757 441 336	24 850 797	9 698 454 917

Os valores apresentados acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos dado incluírem fluxos de caixa projetados e não se encontrarem descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Fidelidade na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos no "Até 1 mês";

- O valor de “Empréstimos e contas a receber”, classificado com maturidade “Indeterminado”, diz respeito a operações com empresas do grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade;
- Os passivos subordinados, dado que não têm prazo de reembolso definido foram classificados como maturidade “Indeterminado”;
- Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- No apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - i) o valor de balanço dos contratos “Unit Linked” foram considerados com maturidade “à vista”;
 - ii) no cálculo dos cash-flow's não foram considerados resgates antecipados.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(Valores em Euros)

	2014			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	351 134 002	6 155 523	357 289 525
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	124 421 079	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	704 260 996	133 665 779	25 308 904	863 235 679
Ativos disponíveis para venda	7 223 999 660	508 786 950	1 527 078 647	9 259 865 257
Empréstimos e contas a receber	-	1 309 148 544	400 199	1 309 548 743
Outros devedores	-	-	118 781 564	118 781 564
	7 928 260 656	2 302 735 275	1 802 145 916	12 033 141 847
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1 439 409 242	-	1 439 409 242
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	6 980 565 747	711 664 289	-	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	109 306 980	-	109 306 980
Outros passivos financeiros	13 299 635	348 230 072	-	361 529 707
Outros credores	-	-	114 452 500	114 452 500
	6 993 865 382	2 608 610 583	114 452 500	9 716 928 465

(Valores em Euros)

	2013			
	Exposição a			Total
	Taxa fixa	Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	167 023 726	3 963 989	170 987 715
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1 507 633	1 507 633
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	725 496 265	163 030 590	24 928 260	913 455 115
Ativos disponíveis para venda	4 494 795 076	832 892 622	884 137 445	6 211 825 143
Empréstimos e contas a receber	-	1 360 150 042	406 084	1 360 556 126
Investimentos a deter até à maturidade	2 700 079 642	177 496 509	-	2 877 576 151
Outros devedores	-	-	140 525 800	140 525 800
	7 920 370 983	2 700 593 489	1 055 469 211	11 676 433 683
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1 526 997 236	-	1 526 997 236
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	6 038 457 464	988 154 104	-	7 026 611 568
Depósitos recebidos de resseguradores	-	110 807 066	-	110 807 066
Outros passivos financeiros	12 564 312	22 342 903	-	34 907 215
Outros credores	-	-	102 200 039	102 200 039
	6 051 021 776	2 648 301 309	102 200 039	8 801 523 124

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(Valores em Euros)

	2014					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(13 380 474)	(6 850 085)	(3 466 218)	3 460 600	6 727 352	9 305 001
Ativos disponíveis para venda	(614 319 212)	(319 153 747)	(162 759 340)	167 410 929	329 534 413	607 298 426
Empréstimos e contas a receber	(3 551 646)	(1 802 493)	(908 082)	780 937	1 310 080	1 481 772
	(631 251 332)	(327 806 325)	(167 133 640)	171 652 466	337 571 845	618 085 199
Passivo						
Provisão matemática do ramo vida	(73 087 585)	(45 387 811)	(25 288 830)	27 052 648	55 494 613	111 834 487
Passivos financeiros da componente de depósito de						
contratos de seguros e de contratos de investimento	(309 882 574)	(149 458 661)	(73 498 981)	75 745 340	144 187 141	228 828 770
Outros passivos financeiros	(2 161)	(1 087)	(545)	340	340	340
	(382 972 320)	(194 847 559)	(98 788 356)	102 798 328	199 682 094	340 663 597

(Valores em Euros)

	2013					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(2 939 011)	(1 507 757)	(194 144)	197 172	1 589 223	3 265 218
Ativos disponíveis para venda	(265 489 164)	(136 277 744)	(63 045 067)	64 774 435	143 956 282	295 122 615
Empréstimos e contas a receber	(4 238 010)	(2 152 286)	(1 084 690)	1 102 261	2 222 585	4 069 954
Investimentos a deter até à maturidade	(111 511 569)	(56 750 723)	(26 727 648)	27 205 112	58 843 625	119 431 968
	(351 642 777)	(179 972 761)	(91 061 830)	93 293 139	188 902 579	385 231 169
Passivo						
Provisão matemática do ramo vida	(41 245 847)	(23 391 735)	(12 070 932)	12 727 828	26 329 776	56 128 748
Passivos financeiros da componente de depósito de						
contratos de seguros e de contratos de investimento	(289 700 468)	(149 633 956)	(75 607 396)	75 912 027	150 580 969	297 508 990
Outros passivos financeiros	354 388	182 178	206 904	(213 040)	(192 881)	(397 264)
	(330 591 927)	(172 843 513)	(87 471 424)	88 426 815	176 717 864	353 240 474

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros e passivos técnicos foi efetuado considerando os cash-flows futuros descontados à curva de taxa de juro da dívida pública Portuguesa de 31 de dezembro de 2014, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bp's, nas respetivas curvas de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(Valores em Euros)

	2014		
	Euros	Outras moedas	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	312 586 434	44 703 091	357 289 525
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 769 737	122 651 342	124 421 079
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	679 327 470	183 908 209	863 235 679
Ativos disponíveis para venda	8 553 087 169	706 778 088	9 259 865 257
Empréstimos e contas a receber	1 248 020 779	61 527 964	1 309 548 743
Outros devedores	97,594,962	40,530,683	138,125,645
	10,892,386,551	1,160,099,377	12,052,485,928
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	1 421 486 910	17 922 332	1 439 409 242
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	7 692 230 036	-	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	103 687 372	5 619 608	109 306 980
Outros passivos financeiros	258 244 660	103 285 047	361 529 707
Outros credores	102,999,307	30,797,274	133,796,581
	9,578,648,285	157,624,261	9,736,272,546

(Valores em Euros)

	2013		
	Euros	Outras moedas	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	133 241 201	37 746 514	170 987 715
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1 507 632	-	1 507 632
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	913 035 337	419 778	913 455 115
Ativos disponíveis para venda	6 200 332 138	11 493 005	6 211 825 143
Empréstimos e contas a receber	1 360 556 126	-	1 360 556 126
Investimentos a deter até à maturidade	2 873 151 609	4 424 542	2 877 576 151
Outros devedores	138 659 414	1 866 386	140 525 800
	11 620 483 457	55 950 225	11 676 433 682
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	1 517 689 692	9 307 544	1 526 997 236
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	7 026 611 568	-	7 026 611 568
Depósitos recebidos de resseguradores	110 807 066	-	110 807 066
Outros passivos financeiros	34 907 215	-	34 907 215
Outros credores	100 923 006	1 277 033	102 200 039
	8 790 938 547	10 584 577	8 801 523 124

49. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

49.1. Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogêneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado, identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

49.2. Gestão Técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulo de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

49.3. Instrumentos de Gestão para Controlo do Risco

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos Produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e Saneamento da Carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/ /responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira não vida – seguro direto**Seguro Direto (Fidelidade) – Atividade em Portugal**

(Valores em Euros)

Ramos	2014			2013		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.
Acidentes	139 832 342	1,34	1,33	144 130 240	1,36	1,35
Doença	188 737 694	0,92	0,9	183 628 182	0,95	0,93
Incêndio e Outros Danos	211 095 058	0,67	0,66	221 142 046	1,02	1,01
Automóvel	327 523 641	0,91	0,9	344 587 882	0,87	0,85
Marítimo	3 350 877	0,47	0,46	4 887 471	0,33	0,31
Aéreo	5 439 501	0,14	0,12	6 877 103	0,6	0,59
Mercadorias Transportadas	6 467 655	1	0,98	6 981 565	0,86	0,85
Responsabilidade Civil Geral	27 760 210	0,7	0,69	29 004 259	0,5	0,49
Outros Ramos (Crédito e Caução + Diversos)	35 658 174	0,59	0,57	36 629 355	0,17	0,16

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2014 e 2013.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Os grupos de ramos Aéreo, Incêndio e Outros Danos, Doença e Acidentes registaram um desagramento do rácio em 78,7%, 34,8%, 3,1% e 1,2% respetivamente.

Nos grupos de ramos Outros Ramos (Crédito e Caução + Diversos), Marítimo, Responsabilidade Civil, Mercadorias Transportadas e Automóvel a tendência é no sentido do agravamento do rácio, atingindo 260,1%, 48,1%, 40,9%, 16,2% e 5,1% respetivamente.

Da análise do quadro anterior, constata-se que analisando os últimos 12 meses os prémios dos ramos Acidentes e Mercadorias Transportadas não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade Portugal os resultados técnicos não-vida antes de impostos, em dezembro de 2014, foram positivos em cerca de 62 milhões de Euros.

Suficiência dos prémios e Constituição de Provisão para riscos em curso

Seguro Direto

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não-vida, para o ramo Acidentes, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 24,8% nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada nestes ramos. Esta insuficiência deve-se ao ramo Acidentes de Trabalho.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Nos ramos não-vida, nos últimos 12 meses, o resultado operacional de seguro direto foi globalmente suficiente para satisfazer as responsabilidades associadas à sua exploração.

Líquido de Resseguro

À exceção dos ramos Marítimo, Aéreo e Mercadorias Transportadas os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2014, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração da generalidade dos ramos.

Consequentemente foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta um ligeiro aumento face à provisão constituída no período homólogo de 2013.

Provisão Para Prémios Não Adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF (anteriormente designado por ISP) que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pela Seguradora.

Provisão para Sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas, metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos cash flows futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 91,7% dos Prémios Brutos Adquiridos e 95,6% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a seguradora possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o rating dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2014.

Rating	% dos Resseguradores	
	2014	2013
A-	13,9%	13,5%
A	25,0%	21,6%
A+	36,1%	37,8%
AA-	16,7%	18,9%
AA	2,8%	5,4%
AA+	2,8%	-
Sem Rating	2,8%	2,7%

Existe um tratado específico do tipo "Excess of Loss" para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 100.000.000 Euros e capacidade de 750.000.000 Euros.

Na Fidelidade, 61,5% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Análises de sensibilidade

A Seguradora efetua análises de sensibilidade no âmbito dos habituais trabalhos atuariais, nomeadamente para aferir a adequabilidade dos níveis de prémios e de provisionamento e respetivos impactos ao nível da solvência.

Em dezembro 2014 a taxa de cobertura de solvência da Fidelidade ascendia a 200,01%. Caso os custos com sinistros dos ramos não vida sofressem um acréscimo de 20%, a margem de cobertura recuará para 177,70%.

É calculado anualmente, no âmbito do “Quantitative Impact Study”, o capital económico da empresa para os diversos riscos de subscrição dos ramos não vida.

Comparação dos Sinistros Estimados e Efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 1.611 milhões de Euros. Durante o exercício de 2014, para sinistros ocorridos em 2013 e anos anteriores, foram pagos 270.098.963€.

Em dezembro de 2014 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1.341.005.285€. No entanto assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 83 milhões de Euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2014, no valor de 1.258.001.353€.

Para os ramos de Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Aéreo, Responsabilidade Civil, Crédito e Caução e Diversos ocorreram reajustes negativos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que ultrapassou os 70 milhões de Euros.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

(Valores em Euros)

Rubricas	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2013 (1)	Montantes Pagos no Exercício * (2)	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2014* (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	823 804 574	111 846 914	715 711 818	3 754 158
Incêndio e Outros Danos	129 552 441	47 562 017	67 655 945	(14 334 479)
Automóvel	534 316 002	99 388 124	364 332 936	(70 594 942)
Marítimo e Transportes	3 167 305	1 351 773	2 673 289	857 757
Aéreo	3 545 243	421 664	3 035 744	(87 835)
Mercadorias transportadas	5 950 666	1 910 545	4 568 529	528 408
Responsabilidade Civil Geral	106 705 501	6 441 741	98 487 339	(1 771 421)
Crédito e Cauções	450 957	(55 190)	451 790	(54 357)
Proteção Jurídica	5 767	906	38 079	33 218
Assistência	383	1 730	59 263	60 610
Diversos	3 605 409	1 223 739	986 621	(1 395 049)
Total	1 611 104 248	270 098 963	1 258 001 353	(83 003 932)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

49.4. Políticas de Resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

A Companhia tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção de proteção de Resseguro adequada aos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Aviação, o Grupo opera com Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira da Companhia, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

No que se refere a ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil, os riscos são cobertos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas em consequência dos diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os “Cúmulos de Risco” das Retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da “Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza”, de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços e a constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de Rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de “rating” atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de Rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O “rating” mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de “A-”.

49.5. Ramo Vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de Risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte significativa dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Porcentagem dos Rendimentos} - \text{Rendimentos Técnicos} - \text{Encargos de Gestão} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Porcentagem dos Rendimentos – Rendimentos Técnicos – Encargos de Gestão – Eventual Saldo Negativo do exercício anterior) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

(Valores em Euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2015	145.023.174	90.733.141	0	15.514.162	24.094.433	187.177.271
2016	126.744.939	78.186.426	0	14.600.452	21.229.927	174.332.064
2017	118.476.344	73.311.158	0	13.865.766	18.444.534	176.033.419

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes cash inflows e outflows, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

(Valores em Euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2015	141.606.895	88.714.580	0	15.514.162	23.467.305	239.905.532
2016	117.024.830	72.278.274	0	14.600.452	19.606.485	209.606.847
2017	103.539.014	64.099.820	0	13.865.766	16.156.060	194.422.906

50. Gestão de Capital

Os objetivos de gestão do capital no Grupo Fidelidade obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que o Grupo Fidelidade está obrigado pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pela ASF;
- Gerar uma rentabilidade adequada para o Grupo, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Grupo está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objetivos descritos, o Grupo Fidelidade efetua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao auto financiamento.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de outubro, e das Normas da ASF, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de abril, com as alterações decorrentes das Normas Regulamentares nº 12/2009-R, de 30 de outubro, nº 21/2010-R, de 16 de dezembro e nº 4/2011-R de 2 de junho, salientando-se:

- Obrigatoriedade da manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das atividades da Companhia. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares da ASF.
- Obrigatoriedade da manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.
- Caso a ASF verifique a insuficiência, mesmo circunstancial ou previsivelmente temporária, da margem de solvência de uma empresa de seguros, esta deve, no prazo que lhe vier a ser fixado pela Autoridade, submeter à sua aprovação um plano de recuperação com vista ao restabelecimento da sua situação financeira.

- Obrigatoriedade de as provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por ativos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pela ASF. Os ativos representativos das provisões técnicas constituem um património que garante especialmente os créditos emergentes dos contratos de seguro, não podendo ser penhorados ou arrestados, salvo para pagamento desses mesmos créditos. Em caso de liquidação, estes créditos gozam de um privilégio mobiliário especial sobre os bens móveis ou imóveis que representem as provisões técnicas, sendo graduados em primeiro lugar.

Para o efeito, as empresas de seguros devem, no prazo máximo de 15 dias após o final de cada trimestre, ter disponível para consulta e para reporte à ASF o respetivo apuramento da situação da margem de solvência.

O plano de representação das provisões técnicas é comunicado à ASF no prazo de 20 dias após o final de cada trimestre.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que as companhias de seguros estão sujeitas, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os acionistas, segurados e restantes credores.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeita, a Fidelidade dispõe de diversos órgãos que desempenham funções-chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC);
- c. Direção de Auditoria (DAU);
- d. Comité de Risco;
- e. Comité de Gestão de Ativos e Passivos;
- f. Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição.

Direção de Gestão de Riscos

A Direção de Gestão de Riscos (DGR) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva da Companhia. A sua missão assenta na definição, implementação e manutenção de um sistema de gestão de riscos que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, incluindo os riscos não considerados no requisito de capital de solvência, permitindo à Comissão Executiva e às várias Direções envolvidas incorporar este conhecimento na sua tomada de decisão.

A DGR tem como principais funções:

a. Assegurar e controlar a adequacidade da informação de suporte à tomada de decisões;

b. Gerir os Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- Avaliar e monitorizar a situação de solvência, corrente e prospetiva, bem como os instrumentos de mitigação de risco;
- Monitorizar o cumprimento do grau de liquidez e de cobertura dos pagamentos estimados pelos recebimentos estimados, face ao definido;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de mercado e de crédito de contraparte, os riscos de subscrição e de crédito dos respetivos instrumentos de mitigação e preparar informação que suporte a tomada de decisões;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de natureza operacional incorridos, identificando e caracterizando adicionalmente os dispositivos de controlo existentes;
- Elaborar, propor e rever as Políticas de Provisionamento, bem como a Política de Gestão de Capital, incluindo o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e os respetivos Planos de Contingência;
- Colaborar na elaboração e revisão das Políticas de Investimento e de Liquidez, assim como das Políticas de Subscrição e de Resseguro;

c. Proceder à avaliação atuarial das carteiras Vida e Não Vida.

Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance

A Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva, cuja principal missão é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem da Companhia e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

A DIC tem como principais funções:

a. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Assegurar a prevenção e a deteção de atividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, garantindo a execução dos procedimentos internos nesta matéria através dos seguintes processos e controlos:

- Implementação de um Programa de Identificação de Clientes (Customer Identification Program);
- Filtragem de Clientes;
- Monitorização de transações e reporte às autoridades judiciárias e policiais;
- Implementação de um Programa de Formação em Prevenção do Branqueamento de Capitais.

b. Compliance

Assegurar a coordenação da função compliance nos termos previstos no Manual de Compliance das seguradoras do grupo, através dos seguintes processos e controlos:

- Manutenção e divulgação do Manual de Compliance, incluindo o código de Conduta Ética e Profissional;
- Implementação de Programa de Visitas aos órgãos de estrutura, de forma a intensificar a apreensão da Cultura de Compliance;
- Criação e manutenção de um Espaço Compliance na Intranet;
- Análise Regulamentar;
- Implementação de Programas de Compliance visando a identificação, monitorização e minimização de pontos críticos nos macro-processos da empresa;
- Implementação e promoção de uma cultura "Tratar os Clientes com Lealdade (Treat Your Customers Fairly)";
- Aprovação de novos produtos;
- Elaboração de Planos anuais e Relatórios trimestrais de atividades de compliance e prevenção de branqueamento de capitais;
- Desenvolvimento de Formação em compliance.

Direção de Auditoria

A Direção de Auditoria (DAU) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva da Companhia. A sua missão passa por garantir a avaliação e monitorização dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor. Tem, assim, como finalidade geral, contribuir para a criação de valor e melhoria de circuitos e procedimentos, visando o aumento de eficácia e eficiência das operações, salvaguarda dos ativos, confiança no relato financeiro e compliance legal e regulamentar.

Enquanto função-chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAU desempenha as seguintes funções:

- a. Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno.
- b. Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia.
- c. Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade.
- d. Elaborar e apresentar à Comissão Executiva e aos Órgãos de Fiscalização um relatório, de periodicidade pelo menos anual, sobre Questões de Auditoria, com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria e que identifique as recomendações que foram seguidas.

Comité de Risco

Cabe ao Comité de Risco, pronunciar-se sobre assuntos de Gestão de Risco e de Controlo Interno que lhe sejam submetidos pela Comissão Executiva, apoiando-o na definição da estratégia de risco a ser seguida pelas Companhias. Neste contexto, o Comité de Risco propõe à Comissão Executiva políticas de risco e objetivos globais a serem considerados na Gestão de Risco e no Controlo Interno das Companhias.

Comité de Gestão de Ativos e Passivos

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos tem como principais objetivos a definição da estratégia a seguir para a gestão de ativos e passivos, da estratégia de riscos a ser seguida, de políticas de risco e objetivos globais de rentabilidade e de alocação objetivo da carteira global de ativos.

Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição

O Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição tem como principais funções a aceitação de riscos que ultrapassem as competências das Direções Técnicas, o acompanhamento de processos de cotação que careçam da sua intervenção e a análise de índices de competitividade e rentabilidade de diversos ramos e segmentos.

A margem de solvência consolidada do Grupo Fidelidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013, medida em função da cobertura das responsabilidades decorrentes da atividade desenvolvida pelas companhias de seguros do Grupo Fidelidade, por elementos patrimoniais elegíveis para este efeito, apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Margem de solvência disponível:		
Capital Social Realizado	381 150 000	381 150 000
Reservas		
Reservas de Reavaliação	534 274 990	143 938 231
Reservas por Impostos Diferidos	(137 032 339)	(22 792 067)
Reserva Legal	106 403 438	96 952 717
Outras Reservas	13 740 193	267 067 753
Prémios de Emissão	115 103 280	115 103 280
Resultado de Ganhos e Perdas, deduzido de distribuições		
Resultados transitados	104 680 449	91 275 945
Resultado líquido do exercício	178 232 205	107 887 173
Distribuição de dividendos proposta	-	(83 220 372)
	1 296 552 216	1 097 362 660
Ações preferenciais e empréstimos subordinados,		
Interesses minoritários	41 367 651	17 574 280
	1 337 919 867	1 114 936 940

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Deduções prudenciais		
Imobilizações incorpóreas	(404 158 755)	(23 553 358)
	(404 158 755)	(23 553 358)
Total dos elementos constitutivos da margem de solvência	933 761 112	1 091 383 582
Requisitos de solvência:		
Ramo vida	413 669 187	379 702 398
Ramos não-vida	219 525 091	248 326 218
Total da Margem de Solvência a constituir	633 194 278	628 028 616
Soma do excesso na margem de solvência individual de cada		
uma das participadas que corresponde aos interesses minoritários	1 927 053	-
Excedente de cobertura	298 639 781	463 354 966
Taxa de cobertura	147%	174%

Nestas datas, as companhias de seguros pertencentes ao perímetro de consolidação da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., cumpriam individualmente com os imperativos legais de solvência a que cada uma estava sujeita.

51. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Sucursal de Macau, da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., tem sob gestão efetiva sete fundos de pensões. Nestas datas, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

(Valores em Euros)

	2014						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Euros							
Caixa e Depósitos	2 660 027	2 353 301	1 491 193	4 217	10 496	13 226	12 654
Instrumentos de dívida	10 754 585	26 675 583	-	218 926	172 303	310 315	212 150
Instrumentos de capital	1 324 479	12 817 798	-	73 502	262 068	460 702	391 667
Derivados	(2 891)	-	-	-	-	-	-
Outros	(8 656)	(21 684)	(10 087)	(2 598)	(3 720)	(6 659)	(5 495)
	14 327 544	41 824 997	1 481 106	294 046	441 147	777 583	610 977
Valores expressos em Patacas							
Caixa e Depósitos	25 553 188	26 090 423	15 977 646	45 131	113 196	143 224	138 057
Instrumentos de dívida	121 597 613	295 745 158	-	2 343 032	1 858 167	3 360 475	2 314 549
Instrumentos de capital	14 975 328	142 107 554	-	786 645	2 826 225	4 989 051	4 273 086
Derivados	(32 685)	-	-	-	-	-	-
Outros	(97 872)	(240 408)	(108 084)	(27 809)	(40 112)	(72 116)	(59 946)
	161 995 572	463 702 726	15 869 562	3 147 000	4 757 475	8 420 635	6 665 746

(Valores em Euros)

	2013						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Euros							
Caixa e Depósitos	2 660 170	1 682 739	1 031 930	8 523	8 918	12 096	11 986
Instrumentos de dívida	10 381 206	22 870 735	-	145 545	110 383	227 937	166 025
Instrumentos de capital	1 297 265	10 887 374	-	50 710	172 644	347 626	310 574
Derivados	(14 484)	-	-	-	-	-	-
Outros	(4 163)	(63 614)	(7 100)	(2 000)	(2 783)	(5 538)	(4 784)
	14 319 994	35 377 234	1 024 830	202 778	289 162	582 121	483 801
Valores expressos em Patacas							
Caixa e Depósitos	30 135 626	18 870 426	11 155 350	92 033	97 066	131 893	130 765
Instrumentos de dívida	117 603 052	256 475 054	-	1 571 655	1 201 372	2 485 297	1 811 368
Instrumentos de capital	14 696 014	122 092 264	-	547 588	1 879 012	3 790 321	3 388 435
Derivados	(164 077)	-	-	-	-	-	-
Outros	(47 162)	(713 377)	(76 752)	(21 599)	(30 292)	(60 384)	(52 199)
	162 223 453	396 724 367	11 078 598	2 189 677	3 147 158	6 347 127	5 278 369

52. Eventos Subsequentes

Em 8 de janeiro de 2015, a LongRun Portugal, SGPS, S.A., adquiriu à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A, nos termos estabelecidos no “Acordo de Venda Direta de Referência” como referido na Nota 1 acima, um lote de 6.033.140 ações representativas de 4,98607% do capital social da Fidelidade, correspondente às ações não transacionadas no âmbito da Oferta Pública de Aquisição destinada aos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, em conformidade com o artigo 5º do Decreto-Lei nº 80/2013.

Após esta aquisição, a Longrun Portugal, SGPS, S.A., passou a deter 102.833.140 ações da Fidelidade, representativas de uma participação de 84,9861%. A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., por seu turno, é titular de 18.150.000 ações representativas de 15% do capital social da Companhia.

Em 18 de dezembro de 2014 foi constituída a FPI (UK) 1 LIMITED detida integralmente pela Fidelidade Property International, S.A. e em 19 de dezembro de 2014 foi constituída a FPI (US) 1 LLC detida integralmente pela FPI (UK) 1 LIMITED.

No início de janeiro de 2015 a Fidelidade Property International, S.A. dotou a FPI (UK) 1 LIMITED com o montante de 61.115.516 USD destinados à realização do capital.

A operação inglesa, FPI (UK), para efeitos de investimento no projeto Madison, investiu na sua subsidiária FPI (US) 1 LLC este montante, sendo 48.664.0000 USD para realização do capital e 12.451.516 USD como empréstimo.

A Fidelidade Property International, S.A. constituiu em 17 de dezembro de 2014 a sociedade FPI (AU) 1 PTY LIMITED sediada na Austrália. Em 18 de dezembro de 2014 a FPI (AU) 1 PTY LIMITED sinalizou com o pagamento de 5.800.000 AUD (dólares australianos), correspondente a 3.815.031 Euros, a aquisição de 95% de uma propriedade a adquirir em regime de co-propriedade, localizada em 73 Miller Street, Norte de Sidney, Austrália.

Este investimento da FPI (AU) 1 PTY LIMITED será concretizado durante o primeiro trimestre de 2015 e ascenderá a cerca de 212 milhões de AUD.

04

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OUTROS ANEXOS CONSOLIDADOS

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
1 - SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
AUDATEX PORTUGAL	2 490			193,34	481 415	554,05	1 379 584
AUDATEX Portugal (Cautelas 98)	540			249,40	134 675	249,40	134 675
GENOMED - Diagnósticos de Medicina Molecular, SA	1			241 071,94	241 072	241 071,94	241 071,94
HIGHGROVE-INVEST.PART.SGPS,SA-PTE	65 461			26,79	1 753 541	0,00	-
HL - Sociedade Gestora do Edifício, SA - ações	1			14 400,00	14 400	14 400,00	14 400,00
sub-total	68 493				2 625 103		1 769 731
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
LATINA	3 222			3,10	9 986	0,00	-
sub-total	3 222				9 986		0
1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
CGD (Ren Energy Managed15), EQLNK, 18/09/2015, EST)		2 500 000	100,00		2 500 000	121,21	3 030 194
CGD (Ren Energy Vanilla), EQLNK, 18/09/2015, EST)		2 500 000	100,00		2 500 000	106,90	2 672 444
CGD Series 727, 4.669%, 10/09/2015, CORP		34 402 000	97,31		33 476 203	98,98	34 050 598
CGD Series 757, FRN, 17/12/2017, CORP, CALL)		9 000 000	97,72		8 794 777	96,74	8 706 533
CGD Series 884, 3.71% STEP UP, 03/11/2017, CORP		62 500 000	98,11		61 320 843	105,75	66 091 615
CGD Series 918, 4.5%, 19/01/2016, CORP		60 000 000	100,00		60 000 000	112,16	67 297 636
CGD Series 920, 4.75%, 14/02/2016, CORP		50 000 000	100,00		50 000 000	112,60	56 299 913
CGD Series 933, 4.75%, 14/03/2016, CORP		50 000 000	100,00		50 000 000	112,43	56 217 447
CGD Series 934, 5.05%, 26/04/2016, CORP		50 000 000	100,00		50 000 000	113,03	56 516 428
CGD Series 936, 5.09%, 08/06/2016, CORP		40 000 000	100,00		40 000 000	113,17	45 266 859
CGD Series 938, 5.165%, 08/07/2016, CORP		36 000 000	100,00		36 000 000	112,66	40 557 146
CGD Series 940, 4.57%, 12/08/2016, CORP		20 700 000	100,00		20 700 000	110,87	22 949 084
CGD Series 941, 4.85%, 14/09/2016, CORP		48 350 000	100,00		48 350 000	111,49	53 904 189
CGD Series 944, 4.9%, 13/10/2016, CORP		21 000 000	100,00		21 000 000	110,49	23 203 797
CGD Series 946, 5.12%, 03/11/2016, CORP		39 000 000	100,00		39 000 000	111,24	43 383 405
CGD, 3.75%, 18/01/2018, CORP		75 100 000	100,61		75 561 742	112,83	84 736 952
CGD, 3.875%, 06/12/2016, CORP		64 500 000	97,75		63 046 105	106,18	68 487 655
CGD, 5.625%, 04/12/2015, CORP		39 000 000	103,81		40 485 222	104,44	40 732 807
CGD, 8%, 28/09/2015, CORP		2 800 000	108,02		3 024 493	107,12	2 999 256
sub-total		707 352 000			705 759 385		777 103 958
sub-total	71 715	707 352 000			708 394 474		778 873 690
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
FID I (HK) LIMITED, HKD	1			0,00	-	0,00	-
FID II (HK) LIMITED, HKD	1			0,00	-	0,00	-
FID III (HK) LIMITED, HKD	1			0,00	-	0,00	-
Nanxiang Holding Ltd.	11 200			9 179,63	102 811 862	9 650,79	108 088 869
sub-total							
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos	11 203				102 811 862		108 088 869
ACE - GP	3			4 854 157,67	14 562 473	4 854 157,67	14 562 473
sub-total	3				14 562 473		14 562 473
1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
CGD Suc Paris, FRN, 31/05/2016, CORP, EST)		40 000 000	98,82		39 527 195	98,51	39 405 778
NOSTRUM 2003 1A, FRN, 15/06/2046, MTGE		8 343 135	99,87		8 332 188	95,80	7 992 621
sub-total		48 343 135			47 859 383		47 398 399
sub-total	11 206	48 343 135			165 233 718		170 049 741
total	82 921	755 695 135			873 628 192		948 923 431

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
AÇORTUR	6 838			4,99	34 122	0,00	-
AIR COLUMBUS	24 000			0,08	2 040	0,00	-
ALTRI SGPS, PL	3 213			2,14	6 884	2,48	7 971
ARGOGEST GEST INV EMP TUR	2 100			0,00	10	0,00	-
ARGOGEST GEST INV EMP TUR 2	7 000			0,00	35	0,00	-
B.S.V. - MÁQUINAS E AUTOMATISMOS	5 264			4,99	26 257	0,00	-
BANIF, PL	222 796			0,01	2 842	0,01	1 270
BCA	76 322			9,07	692 173	28,94	2 208 854
BCP, PL	3 566 370			0,63	2 231 345	0,07	234 311
BEIRA VOUGA INV IMOB COM IND	42 790			3,88	165 887	0,00	-
BES, PL	1 563 158			1,02	1 592 993	0,00	-
BORGES & IRMÃO COMERCIAL	10			4,99	50	0,00	-
BPI, PL	17 115			1,40	24 013	1,02	17 516
C. P. COBRE SGPS	38 240			0,00	191	0,00	-
C.N.B./CAMAC-C.NAC BORRACHA	5 000			12,40	61 976	0,00	-
CERAMICA ESTACO PORT	13 600			18,46	250 995	0,00	-
CIPAN	38 666			0,52	20 200	0,09	3 480
COMP AGRIC VINHAS ALTO DOURO	17 500			2,22	38 799	2,22	38 799
COMUNDO - CONS.MUND.EXPORT.IMPORT.	15 850			0,97	15 391	0,00	-
CONSTRUÇÕES MITCHELL	648			4,99	3 232	0,00	-
CORTICEIRA AMORIM, PL	9 163			2,10	19 224	3,00	27 532
COTEL - CAT. A	3 000			4,99	14 964	0,00	-
CTT, PL	1 556 828			7,90	12 297 379	7,99	12 431 388
CVC	2 637			75,55	199 229	61,18	161 335
EDP, PL	5 305 560			3,11	16 479 047	3,22	17 073 292
EMP.JORNAL DO COMÉRCIO	3 000			3,66	10 992	0,00	-
ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP, PL	1 077			5,18	5 584	1,21	1 298
FIAÇÃO TEC. TORRES NOVAS	1 380			18,79	25 929	0,00	-
FIMOVE	320			0,86	274,86	0,00	-
FNACINVEST - SGPS	141 000			5,95	838 432	0,00	-
FUNFRAP - FUNDIÇÃO PORTUGUESA	30 000			4,99	149 639	4,99	149 639
G.A.P. - SGPS	38 665			4,94	190 932	0,00	-
GALERIA NASONI	15 000			9,78	146 647	0,00	-
GALP, PL	137 885			14,28	1 969 061	8,41	1 159 593
GRUPO DIMENSAO-ACT IND COM EDIT	8 550			9,98	85 337	0,00	-
Hiperpeças	3 775			13,69	51 697	0,00	-
HÓTEL	1 868			6,98	13 045	0,00	-
IMPERMARKETING - S.P.E.MERC.	1			0,00	0	0,00	-
IMPRESA, PL	832			1,68	1 400	0,79	656
INCAL PORTUGAL	220			1,03	227	0,00	-
JERÓNIMO MARTINS, PL	142 847			13,48	1 925 083	8,33	1 189 804
LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS	7			24,95	175	24,95	175
MACHITUR	100			4,99	499	0,00	-
MATUR	223			12,21	2 723	0,00	-
MATUR PORT	575			8,55	4 914	0,00	-
MOTA ENGLIL, PL	3 469			3,10	10 770	2,66	9 229
NIT-NEG. INOV. TECNOLOGIA	1 000			0,00	5	0,00	-

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
NORVALOR-INV. GESTAO VALORES (FP)	1 650			12,34	20 357	12,34	20 357
NOS, PL	8 404			4,05	34 011	5,22	43 908
NOVABASE SGPS SA	1 188			2,99	3 547	2,21	2 630
PORTUCEL, PL	130 084			2,44	317 361	3,07	399 494
PORTUGAL TELECOM, PL	21 382			3,00	64 237	0,86	18 449
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE	1 029 590			1,00	1 029 590	0,58	596 060
PRESTAMISTA - Cª PREST.PORTUGUESA	91			4,85	441	0,00	-
PromoLeasing					27 207		27 207
Promotora	50 000			9,01	450 378	7,21	360 314
PUBLICCULTURA	1 000			4,99	4 988	0,00	-
REN, PL	26 291 791			2,67	70 130 783	2,41	63 231 760
SAG, PL	148			0,47	70	0,20	30
SALVOR	1 001			11,19	11 202	0,00	-
SEGE	1 200			4,99	5 986	0,00	-
SEMAPA, PL	473			5,97	2 825	9,98	4 721
SERVIBANCA EMP PRESTAÇÃO SERV ACE	2 250			1,00	2 250		2 250
SGS INDUSTRIA MADEIRA	20 000			4,99	99 760		-
SOC.IND.RAIONE	100			4,99	499		-
Sociedade Tabacos C.Verde	2 417			58,18	140 612		141 077
SODIMUL -SOC.COMÉRCIO E TURISMO	104			3,07	319		-
SONAE CAPITAL, PL	97			0,22	21		25
SONAE, PL	30 954			0,98	30 216		31 673
SONAGI	3 100			0,11	338		3 565
SONAGI - PORTADOR	3 700			0,11	393		4 255
SONAREPE (PETROLEO)	2 262			3,89	8 805		-
SOTIMA	8 494			52,99	450 096		-
TEIXEIRA DUARTE, PL	1 040			1,14	1 188		739
TELGECOM	72 023			19,90	1 433 466		-
TÊXTEIS ATMA	5			20,08	100		-
TÊXTIL LOPES DA COSTA	15 000			10,08	151 154		-
UNIFA-UNIAO F FARMACEUTICA	841			0,50	419		-
UNITED INVESTMENTS (PORTUGAL)	270 000			10,53	2 843 148		537 078
UNITENIS - SOC EMPR TENIS	1			7 980,77	7 981		-
URBIPOR-S.PORT.URB.RAC.	69			5,33	368		-
VILATEXTIL SOC IND TEXTIL PREF S/ VOTO	7 440			0,01	48		-
sub-total	41 053 361				116 886 805		100 141 735
2.1.1.2 - Títulos de participação							
BFN, FRN, 1987, TP		14 964	100,00		14 964	58,18	8 706
BFN, FRN, 1987-2ª EMISSÃO, TP		12 470	100,00		12 470	64,06	7 989
sub-total		27 434			27 434		16 694
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
7 COLINAS, FII	376 437			47,52	17 889 720	27,35	10 293 858
AF PORTFÓLIO IMOBILIÁRIO, FII	995 742			6,33	6 307 125	8,75	8 708 560
ALVES RIBEIRO-MÉDIAS EMPRESAS(FIM)	15 000			49,88	748 197	45,51	682 719
CAIXA ARRENDAMENTO, FIIAH	13 500			1 007,44	13 600 388	1 027,43	13 870 276
CAIXA FUNDO MONETÁRIO, FEI	480 309			5,43	2 606 681	5,56	2 671 672
CAIXAGEST AÇÕES EMERGENTES, (FIM)	754 350			8,24	6 213 382	7,91	5 969 237
CAIXAGEST AÇÕES EUROPA, FIM	155 006			8,59	1 332 239	8,37	1 296 843
CAIXAGEST AÇÕES PORTUGAL, FIM	35 105			10,45	366 689	9,97	349 842
CAIXAGEST ATIVOS CURTO PRAZO, FIM	0			14,29	0	14,29	0
CAIXAGEST IMOBILIÁRIO INTERNACIONAL, FII	19 156 913			4,04	77 333 605	3,36	64 426 614

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
CAIXAGEST INFRAESTRUTURAS, FEI	7 295 129			4,35	31 740 045	4,93	35 972 281
CAIXAGEST LIQUIDEZ, FIM	72 350			5,00	361 678	5,31	384 258
CAIXAGEST MATERIAS PRIMAS, FEI	2 000 000			5,00	10 000 000	3,64	7 276 400
CAIXAGEST OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO, FIM	477 051			8,98	4 285 335	11,54	5 506 600
CAIXAGEST OBRIGAÇÕES MAIS, FIM	1 092 720			4,79	5 232 069	5,82	6 360 096
CAIXAGEST OBRIGAÇÕES, FIM	1 216 947			3,79	4 610 518	4,34	5 283 150
CAIXAGEST PRIVATE EQUITY, FEI	6 784 761			4,37	29 673 443	5,01	34 008 615
EUROFUNDO (FII)	8 000			3 049,74	24 397 946	2 369,31	18 954 485
EXPLORER III (FCR)	160			24 928,45	3 996 906	21 056,94	3 376 168
FUNDICAPITAL(FII)	2 024			987,86	1 999 437	869,36	1 759 583
FUNDIESTAMO I, FII	4 000			1 000,00	4 000 000	1 001,22	4 004 895
FUNDIMO (FII)	1 492 394			7,44	11 109 005	7,30	10 893 432
FUNDO ALBUQUERQUE (FIQ)	710			7 566,54	5 374 849	10 331,63	7 339 011
Fundo de Compensação do Trabalho	45 422			1,01	45 828	1,01	45 828
IBÉRIA, FII	1 700 000			4,93	8 382 909	0,00	170
IMOPROMOÇÃO, FII	5 693			1 004,55	5 718 926	661,84	3 767 855
IMORECUPERAÇÃO, FII	120 000			50,00	6 000 000	46,16	5 539 620
IMOSAÚDE, FII	490 000			10,10	4 950 470	11,20	5 488 882
IMOSOCIAL (FII)	4 764 251			4,75	22 626 177	5,19	24 726 463
LUSIMOVEST, FII	262 096			53,46	14 011 197	54,96	14 405 556
LUSO CARBON FUND (FEIF)	100			49 618,30	4 961 830	22 894,78	2 289 478
MAXIRENT, FII	254 557			7,86	2 000 003	9,53	2 426 259
NEW ENERGY FUND, FEIF	150			38 119,26	5 717 890	11 344,32	1 701 648
VIP, FII	133 945			8,30	1 111 582	9,41	1 260 543
VISION ESCRITÓRIOS (FII)	2 328 177			3,83	8 913 500	3,39	7 902 997
sub-total	52 533 000				347 619 569		318 943 894
2.1.1.4 - Outros							
CONCENTRA - CONCENTRADOS SUMOS DE FRUTA	1			329 206,61	329 207	0,00	-
FÁB.LANIFÍCIOS LORDELO	1			249,40	249	0,00	-
sub-total	2				329 456		0
sub-total	93 586 363	27 434			464 863 264		419 102 323
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT, CZ, 20/11/2015, GOVT		300 000	99,69		299 082	99,74	299 224
CONSOLIDADO, 2,75%, 1943 PERP, GOVT		54 748	85,67		46 902	57,11	31 269
CONSOLIDADO, 3%, 1942 PERP, GOVT		75 518	78,89		59 579	67,49	50 968
CONSOLIDADO, 3,5%, 1941 PERP, GOVT		37 879	83,18		31 508	50,28	19 046
CONSOLIDADO, 4%, 1940 PERP, GOVT		101 805	82,93		84 422	89,99	91 613
PGB (ME), 3,5%, 25/03/2015, GOVT, USD		5 353 760	94,84		5 077 659	101,39	5 428 156
PGB, 3,35%, 15/10/2015, GOVT		98 700 994	93,96		92 738 127	103,06	101 718 009
PGB, 3,85%, 15/04/2021, GOVT		29 045 900	99,30		28 843 197	113,60	32 996 911
PGB, 3,875%, 15/02/2030, GOVT		139 000	105,11		146 100	106,15	147 552
PGB, 4,1%, 15/04/2037, GOVT		8 000 000	50,50		4 040 000	108,95	8 716 044
PGB, 4,2%, 15/10/2016, GOVT		55 354 064	98,45		54 497 005	107,56	59 539 400
PGB, 4,35%, 16/10/2017, GOVT		225 557 278	87,86		198 175 039	110,17	248 486 875
PGB, 4,45%, 15/06/2018, GOVT		378 418 684	94,81		358 790 242	113,43	429 225 799
PGB, 4,75%, 14/06/2019, GOVT		193 728 000	101,84		197 287 084	116,67	226 027 766
PGB, 4,8%, 15/06/2020, GOVT		51 915 000	102,79		53 364 547	118,60	61 572 221
PGB, 4,95%, 25/10/2023, GOVT		143 970 500	108,91		156 801 012	119,25	171 690 099
PGB, 5,65%, 15/02/2024, GOVT		957 975 700	119,02		1 140 139 806	128,60	1 231 984 965
PGB, 6,4%, 15/02/2016, GOVT		173 736 752	99,59		173 021 510	112,21	194 944 158

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
sub-total		2 322 465 582			2 463 442 821		2 772 970 074
2.1.2.3 - De outros emissores							
AGERG, 24/08/1999, CORP, INCUMP)		24 940	100,00		24 940	0,00	-
ALTRI, FRN, 06/11/2018, CORP		20 000 000	100,00		20 000 000	107,86	21 571 950
BANCO BPI, 3.25%, 15/01/2015, CORP		13 500 000	97,88		13 213 200	103,18	13 929 498
BANCO SANTANDER TOTTA, 1.625%, 11/06/2019, CORP		200 000	104,10		208 200	105,02	210 049
BCP, 3.375%, 27/02/2017, CORP		1 900 000	102,14		1 940 733	104,07	1 977 362
BCP, 3.75%, 08/10/2016, CORP		2 000 000	100,05		2 000 940	105,60	2 112 060
BCP, 4.75%, 22/06/2017, CORP		4 800 000	100,56		4 826 791	111,30	5 342 574
BES, FRN, 27/05/2018, CORP, CALL)		50 000 000	99,77		49 886 282	10,00	5 000 000
BPSM - TOPS, FRN, PERP, CORP		2 669 963	97,01		2 590 131	32,08	856 471
BRISA, 4.5%, 05/12/2016, CORP		2 000 000	95,11		1 902 132	107,02	2 140 431
C MOÇAMBIQUE, 5%, 1953 emiss, CORP, INCUMP)		863	100,00		863	0,00	-
FAB NAC MARGARINA, 02/01/1996, CORP, INCUMP)		174 579	98,50		171 961	0,00	-
FRAPEC, 22/01/1999, CORP, INCUMP)		124 699	100,00		124 699	0,00	-
GALP ENERGIA, 4.125%, 25/01/2019, CORP		17 800 000	102,26		18 201 674	107,79	19 185 813
GALP ENERGIA, FRN, 18/02/2018, CORP		88 000 000	101,00		88 880 000	103,47	91 051 026
MATRENA, 02/11/1999, CORP, INCUMP)		249 399	99,00		246 905	0,00	-
MOTA ENGIL, 5.5%, 22/04/2019, CORP		18 000 000	100,00		18 000 000	104,07	18 732 500
NOVO BANCO, 3.375%, 17/02/2015, CORP		24 300 000	94,51		22 966 362	103,12	25 058 443
NOVO BANCO, 3.875%, 21/01/2015, CORP		35 450 000	100,29		35 553 405	103,50	36 691 479
NOVO BANCO, 4%, 21/01/2019, CORP		100 000	103,12		103 116	100,71	100 714
NOVO BANCO, 4.75%, 15/01/2018, CORP		82 400 000	99,81		82 239 661	103,15	84 997 079
NOVO BANCO, 5.875%, 09/11/2015, CORP		23 700 000	101,37		24 025 225	101,73	24 110 718
OLIVEIRA & FERREIRINHAS 1998, CORP, INCUMP)		49 880	97,67		48 719	0,00	-
PARPUBLICA, 5.25%, 28/09/2017, CONV		1 250 000	100,00		1 250 000	108,77	1 359 626
PORTUCEL, 5.375%, 15/05/2020, CORP, CALL)		10 700 000	100,84		10 790 000	107,78	11 532 982
REFER, 4%, 16/03/2015, CORP		200 000	100,10		200 200	103,22	206 448
REGISCONTA, FRN, 18/05/1998, CORP, INCUMP)		252 329	0,10		249	0,00	-
REN, 4.125%, 31/01/2018, CORP		53 500 000	100,97		54 016 315	112,09	59 967 432
SOMECE, FRN, 1994 emiss, CORP, INCUMP)		2 094 951	99,47		2 083 895	0,00	-
T.LUÍS CORREIA, 1997, CORP, INCUMP)		24 940	0,10		25	0,00	-
TUROPA, 15/04/1999, CORP, INCUMP)		249 399	99,50		248 152	0,00	-
VOLTA, 4.172%, 16/02/2017, MTGE		18 278 177	100,00		18 278 176	102,74	18 779 409
sub-total		473 994 119			474 022 950		444 914 064
sub-total		2 796 459 701			2 937 465 771		3 217 884 138
total	93 586 363	2 796 459 701			2 937 465 771		3 217 884 138
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
21VIANET ADR, US, USD	100			12,72	1 272	12,73	1 273
AEGON, NA	7 892			6,69	52 761	6,26	49 382
AFRICADOS-AFRICA SUP	500			4,99	2 494	0,00	-
AGEAS, BB	34 400			29,01	997 853	29,50	1 014 800
AGRAN - AGRO QUIMICA ANGOLA	500			2,49	1 247	0,00	-
AIR LIQUIDE, FP	25 114			90,26	2 266 844	102,80	2 581 723
AIRBUS GROUP, FP	1 094			43,94	48 075	41,33	45 220
AKZO NOBEL, NA	101 983			44,59	4 547 312	57,54	5 868 102
ALAR - MATERIAL AERONÁUTICO	1 000			9,93	9 926	0,00	-
ALAR-EMP. ANGOLANA MAT. AERONAUTICO	200			4,99	998	0,00	-
ALLIANZ, GY	70 602			104,94	7 408 712	138,05	9 746 442

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
ANGOL (Exp. Petroleo)	7 653			1,08	8 230	0,00	-
ANGOL (EXPL.PETRÓLEO)	555			4,99	2 768	0,00	-
ANHEUSER-BUSCH INBEV, BB	127 535			65,99	8 415 605	93,55	11 931 114
ARPEM - (ARM.PESCAS)	1 000			5,09	5 089	0,00	-
ASSOCIATED BRITISH FOODS, LN, GBP	591			34,61	20 454	40,48	23 924
ATLANTIA, IM	3 271			18,06	59 072	19,33	63 228
AXA, FP	240 739			16,05	3 862 786	19,21	4 623 393
BANCA INTESA, IM	2 289 314			1,67	3 812 088	2,42	5 544 719
BANCO COMERCIAL ANGOLA	10 848			4,40	47 767	0,00	-
BANCO CRED. COM. INDUS.	12 943			5,21	67 443	0,00	-
BANCO SANTANDER, SM	1 098 557			6,79	7 463 029,69	7,00	7 685 505
BANCO STANDART TOTTA	1 491			2,63	3 917	0,00	-
BARCLAYS, LN, GBP	551 089			3,00	1 650 587	3,13	1 722 816
BASF, GY	166 844			69,30	11 562 720	70,08	11 692 245
BAYER, GY	68 609			80,90	5 550 545	113,45	7 783 448
BBVA, SM	533 492			7,58	4 043 796	7,85	4 190 046
BELGACOM, BB	177 754			22,26	3 956 841	30,06	5 342 397
BMW, GY	954			86,37	82 396	89,81	85 675
BNP PARIBAS, FP	203 315			52,52	10 677 439	49,21	10 004 174
BONA ADR, US, USD	39 116			4,35	170 103	5,82	227 782
BONA, US, USD	4 165 926			8,66	36 073 917	11,65	48 518 403
BRITISH TELECOM, LN, GBP	5 019			5,19	26 035	5,15	25 871
C. CERVEJAS REF. MAC. MAHON	14 955			2,91	43 584	0,00	-
C. CIMENTOS MOÇAMBIQUE	2			399,04	798	0,00	-
C. SEGUROS ANGOLA	1 650			6,51	10 743	0,00	-
C.A.D.A (AGRICULTURA)	500			21,43	10 714	0,00	-
C.BOROR - NOMINATIVAS	1 500			1,83	2 738	0,00	-
C.BOROR - PORTADOR	500			2,49	1 245	0,00	-
C.BOROR COMERCIAL	1 500			0,10	150	0,00	-
C.CABINDA	2 600			0,50	1 297	0,00	-
C.RESSEGURO MOÇAMBIQUE	500			4,99	2 494	0,00	-
C.S. MUND. CONF. MOÇAMBIQUE	6 978			11,18	77 987	0,00	-
C.SEGUROS LUSITANA	100			1,50	150	0,00	-
C.TEXTIL PUNGUE	1 735			4,98	8 644	0,00	-
C ⁴ SEGUROS NAUTICUS	155 275			0,59	91 763	0,00	-
C ⁴ SEGUROS NAUTICUS ANGOLA	3 000			0,00	0	0,00	-
CAP GEMINI, FP	741			53,21	39 427	59,45	44 051
CARREFOUR, FP	106 125			25,32	2 687 560	25,28	2 682 316
CHINA HUARONG ASSET MANAGEMENT, CH, CNY	500 000 000			0,26	130 456 172	0,26	130 456 172
CHINA YUCHAI, US, USD	582 662			14,53	8 463 994	15,64	9 113 542
CICOMO (CORDOARIAS)	6 302			4,48	28 216	0,00	-
COMMERZBANK, GY	4 568			11,28	51 515	10,98	50 157
COMP GERAL ANGOLA	41			7,37	302	0,00	-
COMP. AGRÍCOLA NEVES	400			1,95	781	0,00	-
COMP. ILHA DO PRÍNCIPE	700			4,48	3 139	0,00	-
COMP. SEG. UNIVERSAL ANGOLA	103 628			1,16	120 250	0,00	-
COMP. VIDREIRA MOÇAMBIQUE	420			3,80	1 596	0,00	-
COMP. ZAMBEZIA	10 000			0,64	6 399	0,00	-
COMP.AÇÚCAR DE ANGOLA	670			13,16	8 819	0,00	-
COMP.BUZI	2 000			1,32	2 640	0,00	-
COMP.CELULOSE U.PORT.	9 461			4,99	47 191	0,00	-

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
COMP.SEGUROS FIDELIDADE ATLÂNTICA	2 060			12,25	25 239	0,00	-
COMP ³ DE MOÇAMBIQUE	4 018			1,42	5 718	0,00	-
CONFABRIL-C.FABRIL	4 000			2,49	9 976	0,00	-
CONTINENTAL S.A. S.A.	750			6,03	4 519	0,00	-
CONTINENTAL S.A. S.B	1 250			1,21	1 506	0,00	-
CREDIT SUISSE GROUP, VX, CHF	2 600			21,49	55 872	20,85	54 218
DAIICHI SANKYO, JP, JPY	29 800			11,85	353 045	11,62	346 261
DAIMLER, GY	17 460			61,15	1 067 745	69,20	1 208 256
DANONE, FP	177 120			48,04	8 509 081	54,35	9 626 472
DASSAULT, FP	482			47,57	22 930	50,48	24 331
DEUTSCHE BANK, GY	267 506			39,80	10 647 169	25,06	6 703 700
DEUTSCHE POST, GY	1 122			26,86	30 138	27,08	30 389
DEUTSCHE TELEKOM, GY	6 428			12,05	77 464	13,28	85 364
DIA, SM	240 025			4,66	1 118 546	5,63	1 350 621
DIAMANG	7 600			2,73	20 758	0,00	-
DNB, NO, NOK	2 493			14,88	37 091	12,24	30 521
E.ON, GY	172 204			25,18	4 335 285	14,25	2 453 046
EDF, FP	950 365			23,13	21 982 425	22,83	21 692 081
EDP RENOVAVEIS, PL	10 607			4,68	49 680	5,40	57 305
ENAGAS, SM	68 163			15,31	1 043 693	26,13	1 780 759
ENEL, IM	683 811			3,79	2 588 925	3,70	2 527 365
ENI SPA, IM	621 400			17,12	10 636 486	14,51	9 016 514
FERROVIAL, SM	2 023			16,12	32 620	16,42	33 210
FINMECCANICA, IM	7 129			7,05	50 279	7,73	55 122
FOMENTO PREDIAL DE MOÇAMBIQUE	635			4,27	2 708	0,00	-
FRESENIUS MEDICARE, GY	20 468			49,78	1 018 978	61,74	1 263 694
FRESENIUS, GY	582			38,34	22 314	43,14	25 107
GDF (EX. SUEZ), FP	93 600			36,68	3 433 351	19,43	1 818 648
HENNES & MAURITZ, SS, SEK	1 038			33,77	35 057	34,66	35 981
HERMES, FP	3			0,00	0	294,80	884
HIDRO ELECT. A. CATUMBELA	8 991			4,99	44 847	0,00	-
HIDRO ELECTRICA REVUE	127			4,61	586	0,00	-
HOSPITAL CORACAO CAUT 90	50			49,88	2 494	0,00	-
HUABAO INTERNATIONAL, HK, HKD	25 086 000			0,59	14 890 446	0,67	16 862 523
HUGO BOSS, GY	398			102,25	40 695	101,79	40 512
IBERDROLA, SM	10 931			4,92	53 834	5,60	61 181
ICBC 6% PREFERED SHARES, HK	99 000 000			1,00	99 000 000	1,03	101 625 480
ILIAD, FP	14 944			117,54	1 756 481	198,40	2 964 890
INDITEX, SM	2 995			23,51	70 400	23,71	70 996
INDIVIOR, LN, GBP	216			1,49	322	1,92	414
INFINEON, GY	4 132			7,98	32 987	8,83	36 483
ING Groep, NA	640 743			8,64	5 536 158	10,83	6 939 247
INST INVESTIGATION REPARACION DE VEHICULOS	11			2 957,45	32 532	2 957,45	32 532
IRISH BANK RESOLUTION, ID	446			15,21	6 784	0,00	-
JAZZTEL, SM	1 771			10,31	18 268	12,55	22 226
JIMMY CHOO, LN, GBP	181 218			1,76	318 925	2,21	400 639
K+S, GY	2 512			23,34	58 639	22,92	57 570
KAZMUNAIGAS GDR, LI, USD	2 240			12,04	26 977	11,49	25 738
KBC GROUPE, BB	1 327			42,57	56 490	46,46	61 647
L' OREAL, FP	296			122,43	36 241	139,15	41 190
LIBERBANK, SM	75 536			0,72	54 046	0,67	50 971

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
LVMH, FP	20 373			130,70	2 662 815	132,15	2 692 299
MABOR (M.ANG.BORRACHA)	145			4,99	723	0,00	-
MABOR MOÇAMBIQUE	1 000			5,02	5 023	0,00	-
MARINE HARVEST, NO, NOK	522 224			10,05	5 248 707	11,37	5 937 251
METALURGIA CASAL	64			3,77	241	0,00	-
MINDRAY MEDICAL ADR, US, USD	173 373			24,22	4 198 978	21,74	3 768 482
MOELLER MAERSK, DC, DKK	37			1 703,90	63 044	1 605,04	59 386
MOTA ENGL AFRICA, NA	53			0,00	0	7,10	376
MUNCHENER RUCK, GY	23 878			135,50	3 235 570	166,05	3 964 870
NATIXIS, FP	6 780			5,55	37 598	5,48	37 184
NESTE OIL, FH	1 333			19,91	26 538	20,06	26 740
NEW CHINA LIFE INSURANCE, HK, HKD	39 907 100			2,88	114 749 542	4,13	164 849 335
NEW ORIENTAL EDUCATION ADR, US, USD	490 797			14,30	7 015 997	16,81	8 250 693
NIKKISO, JP, JPY	1 346 500			8,91	11 997 424	7,71	10 384 080
NOKIA, FH	197 819			7,72	1 526 690	6,56	1 297 693
NORSK HYDRO, NO, NOK	12 398			4,66	57 741	4,69	58 192
NOVARTIS, VX, CHF	532			56,97	30 308	76,78	40 847
NOVINVEST (SOC.N.INVEST)	500			10,49	5 245	0,00	-
OCADO, LN, GBP	2 351			4,11	9 674	5,13	12 068
ONIAGUAS EMP.A.M.MAÇÃO	1 500			0,17	249	0,00	-
PADDY POWER, ID	654			62,53	40 898	68,42	44 747
PANDORA, DC, DKK	737			50,13	36 945	67,68	49 881
PERFECT WORLD ADR, US, USD	520 614			16,04	8 349 609	12,98	6 757 991
PETRANGOL (PETROLEOS ANGOLA)	44			2,49	110	0,00	-
PHILIPS, NA	77 440			24,87	1 925 805	24,15	1 870 176
PING AN INSURANCE, HK, HKD	12 506 818			6,44	80 515 713	8,39	104 920 741
PLANTACAO CUEMBA	190			0,00	0	0,00	-
PLAYTECH, LN, GBP	4 525			8,37	37 880	8,82	39 923
POOL ESP. RIESGOS AMBIENTAL	1			29 780,73	29 781	0,00	-
POOL ESPANOL GRANDES RIESGOS	1			137 935,99	137 936	0,00	-
PRODIS	34			0,25	9	0,00	-
QIHOO 360 TECHNOLOGY ADR, US USD	573 577			52,10	29 883 324	47,14	27 037 157
RECKITT BENCKISER, LN, GBP	543			65,30	35 456	66,89	36 321
RED ELECTRICA, SM	415			61,05	25 338	73,21	30 382
RENAULT, FP	38 740			44,44	1 721 592	60,53	2 344 932
REPSOL, SM	100 874			19,14	1 930 593	15,54	1 567 582
RHJ, BB	2 683 246			3,90	10 469 152	4,61	12 369 764
RYANAIR, ID	6 171			9,54	58 845	9,79	60 421
SAFRAN, FP	1 146			48,36	55 418	51,17	58 643
SALVATORE FERRAGAMO, IM	1 281			21,46	27 486	20,39	26 122
SANAD (C. ASSURANCE)	423			5,06	2 142	0,00	-
SANOFI-SYNTHELABO, FP	173 696			68,86	11 960 940	75,50	13 114 105
SAP, GY	176 958			57,98	10 260 905	58,31	10 318 397
SAUL (SOC.ADM.URD.M.)	1 147			2,10	2 405	0,00	-
SHIRE, LN, GBP	816			57,02	46 528	58,20	47 489
SHUI ON DEVELOPMENT PERPETUAL, USD	5 000 000			0,83	4 153 361	0,82	4 087 390
SIEMENS, GY	162 769			86,87	14 140 484	93,95	15 292 092
SINA, US, USD	1 598 654			34,74	55 529 874	30,80	49 232 908
SOC. ALGODOEIRA DO AMBRIZ- NOM.	111			0,50	56	0,00	-
SOC.AGRÍCOLA DO CASSEQUEL	8 260			4,35	35 971	0,00	-
SOC.AGRÍCOLA DO INCOMATI	100			8,73	873	0,00	-

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
SOCAJU-SOC.COM.IND.CAJU	66 000			0,50	32 921	0,00	-
SOCIETE GENERALE, FP	82 507			37,07	3 058 202	34,99	2 886 920
SOGERE SOC.G.SERV.REF.	100			5,01	501	0,00	-
SONEFE - NOMINATIVAS	5 371			1,83	9 823	0,00	-
SONEFE -PORTADOR	282			1,60	451	0,00	-
SOUFUN ADR, US, USD	5 047 165			7,44	37 558 243	6,08	30 679 580
ST.GOBAIN, FP	54 342			34,27	1 862 442	35,23	1 914 469
SUEZ ENVIRONNEMENT, FP	2 105			11,51	24 221	14,43	30 379
SUNCOKE ENERGY PARTNERS, US, USD	119 049			21,74	2 588 365	22,26	2 649 456
TCMF	22 222			9,07	201 535	9,45	210 087
TELEFONICA, SM	437 996			18,96	8 302 916	11,90	5 212 217
TOM TAILOR, GY	6 028 050			9,95	60 000 004	11,93	71 884 496
TOTAL FINA, FP	422 351			44,03	18 594 535	42,52	17 956 257
TRANSPORT INFRASTRUCTURE INVESTMENT COMPANY	1 281 000			5,00	6 403 813	5,60	7 173 600
UNICREDIT, IM	340 873			8,09	2 757 515	5,34	1 818 558
UNILEVER, NA	152 409			28,09	4 281 025	32,64	4 973 878
UNIONE DI BANCHE ITALIANE, IM	30			11,92	358	5,96	179
UPM KYMMENE, FH	4 230			13,68	57 877	13,61	57 587
URALKALI GDR, LI, USD	349 659			9,79	3 424 027	9,64	3 369 583
VALEO, FP	50 201			55,24	2 773 071	103,60	5 200 824
VERIZON COMMUNICATIONS, US, USD	11			23,11	254	38,84	427
VINCI, FP	135 780			41,10	5 580 343	45,51	6 179 348
VIVENDI, FP	114 690			17,57	2 015 429	20,69	2 372 363
VODAFONE, LN, GBP	233			2,31	539	2,86	666
VOLKSWAGEN PFD, GY	42 188			171,38	7 230 233	184,90	7 800 561
YOUKU ADR, US, USD	500 902			14,02	7 022 119	14,66	7 343 757
sub-total	721 008 627				1 000 395 475		1 101 033 859
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
AXA EUROPE ACTIONS C, FIM	46			84,30	3 878	120,61	5 548
BCP GLOBAL SICAV INSTITUTIONAL EURO EQUITIES - I, FIM	25 600			57,64	1 475 499	91,12	2 332 672
CAAM OBL. INTL. (EUR) I SI, FIM	46			307,85	14 161	547,59	25 189
DB X-TRACKERS EURO STOXX 50 ETF - 1C, FIM	8 543			29,04	248 101	39,65	338 730
DB X-TRACKERS II EUROPE 5Y ETF, FIM	5 961			106,11	632 507	116,56	694 814
DB X-TRACKERS SOV. EUROZONE ETF, FIM	597			166,88	99 629	219,31	130 928
GREFF, FII	26 242			78,98	2 072 534	91,94	2 412 688
HYPO DOW DJ EURO STOXX 50 ETF, FIM	34 163			30,27	1 034 177	31,74	1 084 334
INVESCO ABSOLUTE RETURN BOND FUND E, FIM	11 142			2,20	24 484	2,82	31 420
INVESCO ACTIONS EUROPE SI., FIM	13 345			42,01	560 634	54,28	724 380
INVESCO FUNDS GREATER CHINA EQUITY FD A, FIM	484			33,13	16 033	38,35	18 561
INVESCO MULTI PATRIMOINE A, FIM	3 787			9,11	34 494	9,98	37 794
INVESCO MULTI PATRIMOINE E, FIM	21 921			20,41	447 467	22,90	501 993
INVESCO MULTI STRATEGIE E, FIM	1 229			22,71	27 915	29,00	35 641
INVESCO NIPPON SMALL / MID CAP EQUITY A, FIM	1 362			12,28	16 731	7,08	9 641
ISHARES EURO CORPORATE (FIM)	5 041			123,30	621 578	134,85	679 779
ISHARES IBOXX EUR LIQUID SOVEREIGNS (FIM)	3 199			113,88	364 298	122,00	390 278
LYXOR ETF, FIM	711			109,87	78 115	101,93	72 472
MAGNUM CAPITAL, FIM	9 563 253			1,00	9 533 285	0,78	7 418 200
MARGUERITE FUND, FEI	1 957 500			1,00	1 957 500	1,12	2 183 406
PALATINE MONETAIRE-D, FIM	3			522,78	1 336	477,13	1 219
SIMBAD ACTIONS EUROPE C FCP 5DEC, FIM	58			200,91	11 676	231,72	13 467
TISHMAN SPEYER ESOF SCOTS FEEDER (FII)	5 848 861			0,96	5 634 050	0,91	5 310 415

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
TISHMAN SPEYER EUROPEAN CORE FUND (FI)	1 067 189			9,18	9 791 814	7,34	7 828 853
sub-total	18 600 284				34 701 896		32 282 422
sub-total	739 608 911				1 035 097 371		1 133 316 282
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB, 3.25%, 28/09/2016, GOVT		1 850 000	104,58		1 934 799	106,51	1 970 472
BGB, 4%, 28/03/2017, GOVT		1 441 276	105,80		1 524 911	111,63	1 608 919
BGB, 5.5%, 28/03/2028, GOVT		841 300	98,13		825 595	156,47	1 316 416
BGB, FRN, 15/02/2016, GOVT		18 000 000	99,66		17 938 800	100,79	18 142 716
BOTS, CZ, 13/11/2015, GOVT		340 000	99,68		338 914	99,69	338 952
BTPS IL, 2.1% INFL, 15/09/2017, GOVT		488 000	105,71		515 874	121,32	592 039
BTPS IL, 2.35% INFL, 15/09/2019, GOVT		807 000	101,78		821 396	120,18	969 836
BTPS, 3%, 01/11/2015, GOVT		599 000	99,29		594 754	102,55	614 246
BTPS, 3%, 15/06/2015, GOVT		59 000	102,49		60 471	101,25	59 735
BTPS, 3.5%, 01/06/2018, GOVT		297 022 000	107,06		318 001 653	109,09	324 014 383
BTPS, 3.5%, 01/11/2017, GOVT		1 900 000	107,56		2 043 602	108,10	2 053 812
BTPS, 3.75%, 01/03/2021, GOVT		116 570 000	106,59		124 251 307	115,72	134 892 648
BTPS, 3.75%, 01/08/2016, GOVT		596 000	104,23		621 186	106,29	633 514
BTPS, 3.75%, 01/08/2021, GOVT		17 858 000	98,26		17 546 414	116,04	20 723 122
BTPS, 3.75%, 15/04/2016, GOVT		4 150 000	96,43		4 001 679	104,62	4 341 658
BTPS, 4%, 01/02/2017, GOVT		6 075 000	104,66		6 357 949	108,48	6 589 988
BTPS, 4%, 01/09/2020, GOVT		8 600 000	108,61		9 340 374	117,01	10 062 518
BTPS, 4.25%, 01/09/2019, GOVT		998 000	109,88		1 096 583	116,06	1 158 311
BTPS, 4.5%, 01/03/2019, GOVT		119 350 000	108,36		129 326 237	115,99	138 439 011
BTPS, 4.5%, 01/03/2024, GOVT		182 000	118,40		215 492	124,38	226 379
BTPS, 4.5%, 01/05/2023, GOVT		502 000	112,01		562 307,30	122,14	613 161
BTPS, 4.5%, 01/08/2018, GOVT		2 344 000	105,71		2 477 885	114,62	2 686 662
BTPS, 4.75%, 01/08/2023, GOVT		670 000	108,42		726 393	125,90	843 514
BTPS, 4.75%, 01/09/2021, GOVT		49 971 000	100,02		49 978 595,31	122,72	61 324 240
BTPS, 4.75%, 15/09/2016, GOVT		11 402 000	108,76		12 400 446	108,09	12 324 133
BTPS, 5%, 01/03/2022, GOVT		34 100 000	116,41		39 694 105	125,35	42 743 509
BTPS, 5.25%, 01/08/2017, GOVT		40 726 000	111,74		45 508 998	113,61	46 268 189
BTPS, 5.5%, 01/09/2022, GOVT		46 199 000	112,21		51 838 698	130,07	60 089 828
BTPS, 9%, 01/11/2023, GOVT		1 754 000	145,01		2 543 546	160,66	2 818 054
BTPS, CZ, 01/08/2016, GOVT		30 000	92,35		27 705	99,01	29 702
BTPS, CZ, 01/11/2017, GOVT		30 000	87,01		26 103	97,98	29 395
BTPSH, CZ, 01/08/2018, GOVT		20 041 000	88,44		17 724 807	96,84	19 408 306
BTPSH, CZ, 01/08/2021, GOVT		27 532 000	76,29		21 003 671	90,64	24 955 831
BTPSH, CZ, 01/11/2015, GOVT		146 565	96,73		141 777	99,65	146 056
BTPSH, CZ, 01/11/2022, GOVT		16 945 000	75,16		12 735 361	87,32	14 795 696
BTPSH, CZ, 01/11/2023, GOVT		5 380	66,12		3 557	84,38	4 540
BTPSH, CZ, 01/11/2027, GOVT		111 000	53,14		58 984	70,89	78 691
BTPSH, CZ, 01/11/2029, GOVT		108 400	48,10		52 136	65,32	70 807
BTPSR, 4.25%, CZ, PD, 01/02/2015, GOVT		8 483 624	66,43		5 635 346	99,99	8 482 776
BTPSS, CZ, 01/02/2016, GOVT		2 089 100	95,74		2 000 043	99,48	2 078 153
BTPSS, CZ, 01/05/2015, GOVT		362 920	99,14		359 792	99,87	362 437
BTPSS, CZ, 01/05/2021, GOVT		1 850 000	76,68		1 418 594	90,71	1 678 117
BTPSS, CZ, 01/11/2018, GOVT		16 500 000	82,83		13 666 959	95,97	15 835 380
CCTS, FRN, 01/11/2018, GOVT		100 000	104,08		104 083	104,16	104 165
CCTS, FRN, 15/12/2015, GOVT		41 900 000	100,26		42 009 977	100,43	42 081 641
DBR, 1.5%, 04/09/2022, GOVT		15 900 000	99,70		15 852 936	109,77	17 454 214

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
DBR, 1.5%, 15/05/2023, GOVT		214 000	104,60		223 839	110,39	236 243
DBR, 1.75%, 04/07/2022, GOVT		165 000	103,29		170 425	112,08	184 938
DBR, 1.75%, 15/02/2024, GOVT		74 000	108,52		80 306	113,02	83 633
DBR, 3.25%, 04/01/2020, GOVT		995 000	101,57		1 010 608	119,41	1 188 173
DBR, 3.5%, 04/01/2016, GOVT		778 000	105,82		823 271	106,90	831 695
DBR, 3.75%, 04/01/2015, GOVT		5 550 000	106,29		5 898 908	103,51	5 745 022
DBR, 3.75%, 04/01/2017, GOVT		2 604 000	107,03		2 787 092	111,38	2 900 437
DBR, 3.75%, 04/01/2019, GOVT		1 552 000	105,01		1 629 799	118,99	1 846 785
DBR, 4%, 04/01/2018, GOVT		32 000	101,92		32 614	116,19	37 181
DBR, 4.75%, 04/07/2028, GOVT		554 000	94,65		524 380	151,69	840 376
DBR, 6%, 20/06/2016, GOVT		0	121,18		0	112,52	0
DBR, 6.25%, 04/01/2030, GOVT		368 130	105,58		388 680	180,97	666 210
DBR, 6.5%, 04/07/2027, GOVT		150 250	109,99		165 261	171,47	257 639
DBR, CZ, 04/07/2038, GOVT		30 000	51,71		15 513	70,26	21 078
DBR, CZ, 04/07/2039, GOVT		30 100	51,81		15 595	70,12	21 107
DBR, CZ, 04/07/2040, GOVT		17 560	50,59		8 884	68,73	12 069
FRTR, 1.75%, 25/05/2023, GOVT		15 800 000	95,43		15 077 150	110,10	17 396 558
FRTR, 3%, 25/04/2022, GOVT		33 000	114,26		37 705	119,89	39 565
FRTR, 3.5%, 25/04/2015, GOVT		1 400 000	107,35		1 502 891	103,45	1 448 332
FRTR, 3.5%, 25/04/2026, GOVT		300 000	104,25		312 750	128,34	385 012
FRTR, 4.25%, 25/04/2019, GOVT		2 366 000	107,32		2 539 153	120,22	2 844 428
FRTR, 4.25%, 25/10/2018, GOVT		365 000	107,30		391 634	116,27	424 386
FRTR, 4.25%, 25/10/2023, GOVT		561 000	116,20		651 882	131,63	738 419
FRTR, 5%, 25/10/2016, GOVT		5 000	111,47		5 574	110,01	5 501
FRTR, 5.5%, 25/04/2029, GOVT		931 570	100,49		936 137	158,48	1 476 325
FRTR, 5.53% CZ, CP05/02/01 25/10/2019, GOVT		1 742 935	36,45		635 279	99,11	1 727 458
FRTR, 5.576% CZ, CP05/02/01 25/04/2029, GOVT		7 272 250	21,61		1 571 366	81,15	5 901 576
FRTR, 5.75%, 25/10/2032, GOVT		67 000	111,57		74 751	167,06	111 927
FRTR, 6%, 25/10/2025, GOVT		250 000	131,97		329 915	152,75	381 866
FRTR, 8.5%, 25/10/2019, GOVT		0	150,81		1	142,11	0
FRTR, CZ, 25/04/2030, GOVT		51 720	60,15		31 111	78,52	40 611
FRTR, CZ, 25/04/2038, GOVT		14 197	43,81		6 220	62,95	8 937
FRTR, CZ, 25/04/2042, GOVT		203 697	38,32		78 054	56,99	116 095
FRTR, CZ, 25/04/2043, GOVT		195 738	37,10		72 612	55,72	109 059
FRTR, CZ, 25/04/2044, GOVT		177 793	35,97		63 950	54,40	96 712
FRTR, CZ, 25/04/2045, GOVT		173 524	34,70		60 210	53,27	92 433
FRTR, CZ, 25/04/2046, GOVT		160 505	33,61		53 940	51,99	83 442
FRTR, CZ, 25/04/2047, GOVT		150 733	32,63		49 186	50,73	76 465
FRTR, CZ, 25/04/2048, GOVT		145 501	31,54		45 888	49,48	71 998
FRTR, CZ, 25/04/2049, GOVT		139 421	30,51		42 542	48,19	67 183
FRTR, CZ, 25/04/2050, GOVT		134 175	29,42		39 469	47,06	63 145
FRTR, CZ, 25/04/2051, GOVT		129 541	28,46		36 868	45,88	59 432
FRTR, CZ, 25/04/2052, GOVT		125 426	27,48		34 469	44,71	56 080
FRTR, CZ, 25/04/2053, GOVT		120 926	26,64		32 211	43,57	52 687
FRTR, CZ, 25/04/2054, GOVT		110 000	25,87		28 460	42,37	46 609
FRTR, CZ, 25/04/2055, GOVT		89 380	23,04		20 589	41,80	37 359
FRTR, CZ, 25/04/2056, GOVT		86 399	21,99		18 997	40,13	34 668
FRTR, CZ, 25/04/2057, GOVT		82 154	21,22		17 434	39,09	32 111
FRTR, CZ, 25/04/2058, GOVT		78 689	20,41		16 064	37,93	29 846
FRTR, CZ, 25/04/2059, GOVT		75 555	19,71		14 890	36,91	27 885
FRTR, CZ, 25/04/2060, GOVT		758 969	19,32		146 656	36,29	275 430

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
FRTR, CZ, 25/10/2015, GOVT		30 000	99,05		29 716	100,00	30 001
FRTR, CZ, 25/10/2019, GOVT		492 362	93,88		462 234	99,17	488 251
FRTR, CZ, 25/10/2020, GOVT		380 986	91,29		347 813	98,25	374 300
FRTR, CZ, 25/10/2021, GOVT		364 966	88,11		321 582	97,06	354 236
FRTR, CZ, 25/10/2022, GOVT		343 865	84,79		291 554	95,62	328 800
FRTR, CZ, 25/10/2023, GOVT		307 294	81,18		249 462	93,98	288 786
FRTR, CZ, 25/10/2024, GOVT		414 858	77,85		322 962	91,42	379 280
FRTR, CZ, 25/10/2025, GOVT		325 015	74,14		240 951	88,86	288 795
FRTR, CZ, 25/10/2026, GOVT		260 349	71,82		186 985	86,48	225 142
FRTR, CZ, 25/10/2027, GOVT		322 577	69,11		222 918	84,71	273 239
FRTR, CZ, 25/10/2028, GOVT		297 642	65,99		196 409	81,82	243 534
FRTR, CZ, 25/10/2029, GOVT		244 564	63,47		155 215	79,59	194 639
FRTR, CZ, 25/10/2030, GOVT		294 231	59,40		174 783	77,45	227 894
FRTR, CZ, 25/10/2031, GOVT		317 179	57,61		182 737	75,27	238 750
FRTR, CZ, 25/10/2032, GOVT		345 490	55,18		190 638	73,25	253 075
FRTR, CZ, 25/10/2033, GOVT		278 111	52,98		147 335	71,20	198 018
FRTR, CZ, 25/10/2034, GOVT		367 896	51,28		188 641	69,45	255 507
FRTR, CZ, 25/10/2035, GOVT		260 043	49,15		127 816	67,59	175 766
FRTR, CZ, 25/10/2036, GOVT		278 684	47,07		131 171	65,76	183 271
FRTR, CZ, 25/10/2037, GOVT		139 828	46,70		65 298	64,00	89 497
FRTRD, CZ, 25/04/2016, GOVT		476 591	99,23		472 923	99,99	476 558
FRTRD, CZ, 25/04/2039, GOVT		210 034	43,59		91 554	61,40	128 965
FRTRD, CZ, 25/04/2040, GOVT		180 562	41,67		75 244	60,04	108 413
FRTRD, CZ, 25/04/2041, GOVT		159 583	40,09		63 969	58,80	93 835
FRTRD, CZ, 25/10/2038, GOVT		185 181	44,14		81 737	62,49	115 712
NETHER, 7.5%, 15/01/2023, GOVT		661 120	115,37		762 750	162,35	1 073 340
NETHERLANDS, 3.5%, 15/07/2020, GOVT		9 000	111,52		10 037	119,95	10 795
NETHERLANDS, 3.75%, 15/01/2023, GOVT		13 000	113,72		14 784	129,41	16 823
NETHERLANDS, 4%, 15/07/2019, GOVT		509 000	103,70		527 839	119,67	609 105
NETHERLANDS, 4.5%, 15/07/2017, GOVT		1 115 557	110,73		1 235 254	113,48	1 265 974
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2026, GOVT		52 262	75,09		39 245	89,76	46 913
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2028, GOVT		20 850	70,41		14 681	85,68	17 864
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2031, GOVT		51 542	64,62		33 309	80,80	41 645
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2035, GOVT		50 819	57,40		29 168	74,23	37 725
NETHERLANDS, CZ, 15/07/2015, GOVT		3 590 000	94,56		3 394 841	99,99	3 589 462
OAT IL, 1.6% INFL, 25/07/2015, GOVT		10 150 000	107,23		10 883 769	121,01	12 282 544
OAT IL, 2.25% INFL, 25/07/2020, GOVT		480 000	115,64		555 084	140,46	674 218
OAT IL, 3.4% INFL, 25/07/2029, GOVT		1 948 000	144,96		2 823 749	188,91	3 679 921
OLOD, CZ, 28/03/2021, GOVT		5 140	86,92		4 468	97,26	4 999
OLOD, CZ, 28/03/2029, GOVT		51 974	62,09		32 270	80,65	41 919
OLOD, CZ, 28/03/2033, GOVT		30 650	52,16		15 986	72,35	22 174
OLOD, CZ, 28/03/2038, GOVT		38 005	42,72		16 237	63,31	24 061
OLOD, CZ, 28/03/2039, GOVT		51 827	41,34		21 426	61,68	31 968
OLOD, CZ, 28/03/2040, GOVT		51 735	39,86		20 622	59,93	31 007
OLOD, CZ, 28/03/2041, GOVT		51 482	38,84		19 995	58,79	30 267
OLOD, CZ, 28/09/2021, GOVT		3 580 000	83,68		2 995 799	96,88	3 468 197
OLOR, 8% CZ, PD 28/03/2015, GOVT		27 750 000	40,19		11 152 573	100,03	27 758 603
RAGB, 3.5%, 15/07/2015, GOVT		21 000	103,52		21 740	103,47	21 728
RAGB, 3.5%, 15/09/2021, GOVT		245 000	108,51		265 848	122,19	299 363
RAGB, 4.65%, 15/01/2018, GOVT		10 000	110,40		11 040	118,31	11 831
SGLT, CZ, 20/11/2015, GOVT		332 000	99,69		330 966	99,72	331 083

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
SPGB, 3%, 30/04/2015, GOVT		3 310 000	98,92		3 274 330	102,84	3 404 126
SPGB, 3.15%, 31/01/2016, GOVT		174 000	97,27		169 251	105,84	184 157
SPGB, 3.8%, 30/04/2024, GOVT		20 000	108,11		21 621	122,25	24 450
SPGB, 3.8%, 31/01/2017, GOVT		9 228 000	99,98		9 226 110	109,89	10 140 858
SPGB, 4%, 30/07/2015, GOVT		87 000	103,75		90 263	103,74	90 252
SPGB, 4.10%, 30/07/2018, GOVT		258 442 000	109,95		284 168 825	113,35	292 943 653
SPGB, 4.2%, 31/01/2037, GOVT		117 000	98,18		114 866	129,21	151 174
SPGB, 4.25%, 31/10/2016, GOVT		31 436 000	107,42		33 768 190	107,68	33 848 799
SPGB, 4.3%, 31/10/2019, GOVT		36 373 000	110,03		40 019 744	116,83	42 494 078
SPGB, 4.4%, 31/10/2023, GOVT		261 000	113,19		295 422	124,81	325 759
SPGB, 4.6%, 30/07/2019, GOVT		56 060 000	111,53		62 521 116	118,49	66 424 653
SPGB, 4.8%, 31/01/2024, GOVT		338 000	108,63		367 157	132,10	446 482
SPGB, 5.5%, 30/04/2021, GOVT		107 851 000	117,76		127 010 261	130,35	140 585 699
SPGB, 5.50%, 30/07/2017, GOVT		5 224 000	110,44		5 769 436	114,57	5 985 263
SPGB, 5.75%, 30/07/2032, GOVT		5 090 000	122,19		6 219 548	149,72	7 620 800
SPGBR, CZ, 30/04/2021, GOVT		33 500 000	76,43		25 602 627	93,15	31 204 915
SPGBR, CZ, 30/07/2018, GOVT		16 100 000	85,68		13 794 123	97,46	15 691 382
SPGBS, CZ, 30/04/2015, GOVT		5 000	98,42		4 921	99,88	4 994
SPGBS, CZ, 30/07/2017, GOVT		207 761	91,33		189 749	98,38	204 389
SPGBS, CZ, 30/07/2018, GOVT		510 385	91,43		466 657	97,20	496 099
SPGBS, CZ, 30/07/2019, GOVT		64 262	84,85		54 526	95,97	61 675
SPGBS, CZ, 30/07/2020, GOVT		63 438	79,76		50 596	94,26	59 797
SPGBS, CZ, 30/07/2021, GOVT		60 800 000	70,25		42 712 102	92,26	56 096 512
SPGBS, CZ, 30/07/2025, GOVT		5 593	59,36		3 320	81,19	4 541
SPGBS, CZ, 31/01/2016, GOVT		1 226 200	95,68		1 173 180	99,52	1 220 253
SPGBS, CZ, 31/01/2022, GOVT		451 527	77,62		350 457	91,13	411 454
SPGBS, CZ, 31/01/2024, GOVT		5 472	64,72		3 542	85,94	4 703
SPGBS, CZ, 31/01/2025, GOVT		120 375	60,93		73 348	82,68	99 530
SPGBS, CZ, 31/01/2026, GOVT		119 306	57,31		68 369	78,99	94 241
SPGBS, CZ, 31/01/2028, GOVT		116 700	49,33		57 563	71,00	82 862
SPGBS, CZ, 31/10/2016, GOVT		38 000	98,17		37 305	99,01	37 623
sub-total		1 670 434 277			1 712 595 627		1 867 170 963
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
BASQUE GOVT, 4.15%, 28/10/2019, GOVT		3 400 000	99,75		3 391 602	114,96	3 908 799
sub-total		3 400 000			3 391 602		3 908 799
2.2.2.3 - De outros emissores							
21VIANET, 6.875%, 26/06/2017, CORP, CNY		3 715 598	92,95		3 453 603	97,23	3 612 496
ABBNEY NATIONAL, 1.75%, 15/01/2018, CORP		6 300 000	99,77		6 285 628	105,18	6 626 156
ABBNEY NATIONAL, 3.375%, 08/06/2015, CORP		900 000	104,58		941 220	103,19	928 753
ABBNEY NATIONAL, 3.375%, 20/10/2015, CORP		2 250 000	99,09		2 229 570	102,88	2 314 749
ABBNEY NATIONAL, 3.625%, 05/10/2017, CORP		1 000 000	105,49		1 054 900	110,15	1 101 470
ABBNEY NATIONAL, 3.625%, 14/10/2016, CORP		10 000 000	101,31		10 131 244	106,30	10 629 766
ABENGOA FINANCE, 8.875%, 05/02/2018, CORP		175 000	108,00		189 000	98,68	172 693
ABENGOA, 8.5%, 31/03/2016, CORP		200 000	109,30		218 608	101,52	203 045
ABN AMRO, 3.625%, 06/10/2017, CORP		2 278 000	107,11		2 440 031	109,66	2 497 943
ABN AMRO, CMS, 10/06/2019, CORP, FLOOR 4.7%, EST)		5 000 000	99,10		4 955 211	106,25	5 312 311
ABN AMRO, FRN, 05/12/2017, CORP		100 000	100,19		100 191	101,01	101 007
ABN AMRO, FRN, 06/03/2019, CORP		100 000	100,20		100 195	101,98	101 979
ANHEUSER-BUSCH INBEV, 1.25%, 24/03/2017, CORP		1 230 000	99,67		1 225 916	103,02	1 267 118
ANHEUSER-BUSCH INBEV, FRN, 29/03/2018, CORP		100 000	100,00		100 000	100,28	100 281
ANZ BANK, 5.125%, 10/09/2019, CORP		100 000	100,15		100 155	119,27	119 268

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
AT&T, 1.45%, 01/06/2022, CORP, CALL)		100 000	99,71		99 714	102,21	102 205
AT&T, FRN, 04/06/2019, CORP		100 000	100,00		100 000	100,13	100 133
AUTOROUTES PARIS, FRN, 31/03/2019, CORP		100 000	100,47		100 473	100,72	100 725
BANCA CARIGE, 3.75%, 25/11/2016, CORP		8 000 000	100,59		8 047 114	105,53	8 442 789
BANCA INTESA, FRN, 27/10/2015, CORP		350 000	94,40		330 388	99,81	349 331
BANCAJA FIN CAVALE, 4,375%, 14/02/2017, CORP		1 800 000	92,97		1 673 395	110,56	1 990 073
BANCO FINANTIA, FRN, 04/05/2015, CORP, CALL)		5 000 000	99,99		4 999 563	50,57	2 528 285
BANCO POPULAR ESPANHOL, 3,5%, 11/09/2017, CORP		100 000	99,78		99 776	108,82	108 824
BANCO POPULAR ESPANHOL, 3,75%, 22/01/2019, CORP		2 400 000	99,45		2 386 848	115,60	2 774 447
BANCO POPULAR ESPANHOL, 4%, 18/10/2016, CORP		1 500 000	101,68		1 525 249	106,96	1 604 339
BANCO SABADELL, 3,375%, 23/01/2018, CORP		4 500 000	100,70		4 531 500	111,82	5 032 005
BANCO SABADELL, 3,625%, 16/02/2015, CORP		5 000 000	99,10		4 954 850	103,34	5 167 161
BANCO SABADELL, 4,25%, 24/01/2017, CORP		1 900 000	102,54		1 948 264	111,50	2 118 510
BANCO SABADELL, 6,25%, 26/04/2020, CORP		23 950 000	107,00		25 627 648	117,40	28 118 045
BANCO SANTANDER, 3,125%, 28/01/2015, CORP		2 100 000	100,50		2 110 500	103,00	2 163 006
BANCO SANTANDER, 3,125%, 28/09/2015, CORP		2 500 000	93,65		2 341 236	102,85	2 571 370
BANCO SANTANDER, 4,125%, 09/01/2017, CORP		1 600 000	100,90		1 614 460	111,71	1 787 333
BANKINTER, 2,75%, 26/07/2016, CORP		500 000	99,65		498 240	104,40	521 995
BANKINTER, 3,875%, 30/10/2015, CORP		200 000	99,69		199 372	103,34	206 673
BANKINTER, 4,125%, 22/03/2017, CORP		50 000	99,72		49 861	111,34	55 668
BARCLAYS, 4%, 20/01/2017, CORP		11 650 000	108,08		12 591 682	111,28	12 964 449
BARCLAYS, FRN, 02/11/2015, TRANCHE A, CORP, EST)		32 000 000	97,30		31 135 168	109,27	34 965 333
BARCLAYS, FRN, 02/11/2015, TRANCHE B, CORP, EST)		2 000 000	99,73		1 994 507	109,27	2 185 333
BASF, 5,125%, 09/06/2015, CORP		250 000	105,06		262 655	104,97	262 416
BBVA SENIOR FINANCE, 3,25%, 23/04/2015, CORP		18 250 000	99,15		18 094 148	102,64	18 732 135
BBVA SENIOR FINANCE, 3,75%, 17/01/2018, CORP		10 900 000	102,55		11 178 102	112,74	12 288 915
BBVA SENIOR FINANCE, 3,875%, 06/08/2015, CORP		6 550 000	99,90		6 543 620	103,55	6 782 500
BBVA, 3,5%, 24/01/2021, CORP		2 600 000	100,03		2 600 780	120,40	3 130 396
BBVA, 3,625%, 18/01/2017, CORP		5 250 000	99,61		5 229 338	110,24	5 787 402
BBVA, 4,25%, 30/03/2015, CORP		500 000	102,97		514 850	104,12	520 578
BBVSM (HIPOTECARIAS), 3,5%, 25/02/2015, CORP		5 500 000	96,92		5 330 379	103,38	5 686 066
BEI, 4%, 15/10/2037, CORP		11 210 000	99,30		11 130 984	150,26	16 844 576
BEI, 4,625%, 15/04/2020, CORP		100 000	104,29		104 290	126,46	126 465
BEI, 8%, 11/10/2016, CORP		819 525	112,77		924 176	114,84	941 106
BELFIUS BANK, 1,125%, 22/05/2017, CORP		100 000	99,97		99 968	101,80	101 798
BFCM, FRN, 20/03/2019, CORP		100 000	99,85		99 852	101,11	101 112
BMW FINANCE, 2,125%, 13/01/2015, CORP		1 730 000	99,83		1 726 973	102,09	1 766 128
BNP PARIBAS, 2,875%, 13/07/2015, CORP		2 055 000	101,15		2 078 617	102,70	2 110 504
BNP PARIBAS, 2,875%, 24/10/2022, CORP		2 500 000	99,83		2 495 700	114,86	2 871 515
BNP PARIBAS, 2,875%, 27/11/2017, CORP		4 000 000	99,70		3 987 960	107,40	4 296 112
BNP PARIBAS, 3%, 24/02/2017, CORP		1 000 000	101,71		1 017 100	108,25	1 082 469
BNP PARIBAS, 3,75%, 25/11/2020, CORP		5 337 000	99,78		5 325 268	117,53	6 272 676
BNP PARIBAS, 4,125%, 14/01/2022, CORP		230 000	106,14		244 127	125,90	289 579
BP, 2,177%, 16/02/2016, CORP		2 880 000	100,00		2 880 000	103,98	2 994 643
BPCE, 1,75%, 14/03/2016, CORP		2 500 000	99,57		2 489 275	103,09	2 577 350
BPCE, 2%, 24/04/2018, CORP		1 600 000	101,49		1 623 840	106,25	1 700 005
BPCE, 2,75%, 16/02/2017, CORP		1 500 000	99,95		1 499 310	107,90	1 618 528
BPCE, 2,875%, 22/09/2015, CORP		650 000	101,88		662 220	102,63	667 119
BPCE, 3,75%, 21/07/2017, CORP		8 850 000	108,52		9 603 589	110,11	9 744 705
BPCE, FRN, 28/05/2018, CORP		100 000	99,88		99 880	100,88	100 879
BPE FINANCIACIONES, 2,5%, 01/02/2017, CORP		1 600 000	100,25		1 603 970	104,48	1 671 735

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
BPE FINANCIACIONES, 2.875%, 19/05/2016, CORP		1 800 000	101,78		1 832 040	103,94	1 870 976
BULGARIAN ENERGY, 4.25%, 07/11/2018, CORP		200 000	98,20		196 400	97,69	195 376
CAISSE CC IMMOB, 3.75%, 22/01/2015, CORP		6 740 000	101,58		6 846 365	103,66	6 986 480
CAIXABANK, 4%, 16/02/2017, CORP		2 000 000	99,53		1 990 600	111,13	2 222 699
CAIXABANK, 4.625%, 04/06/2019, CORP		150 000	117,15		175 725	120,65	180 969
CAJAMM, 3.625%, 05/10/2016, CORP		3 050 000	98,30		2 998 080	106,50	3 248 373
CAJAMM, 4.375%, 30/11/2015, CORP		3 900 000	99,12		3 865 740	103,57	4 039 253
CBA, 2.625%, 12/01/2017, CORP		4 250 000	99,64		4 234 870	107,45	4 566 825
CBA, 4.25%, 06/04/2018, CORP		700 000	110,82		775 726	115,40	807 808
CBA, 4.25%, 10/11/2016, CORP		50 000	103,01		51 505	107,99	53 994
CBA, 4.375%, 25/02/2020, CORP		3 500 000	100,34		3 511 740	123,44	4 320 456
CBA, FRN, 17/09/2017, CORP		200 000	99,85		199 698	100,19	200 377
CITIGROUP, 3.5%, 05/08/2015, CORP		5 000 000	94,29		4 714 502	103,28	5 163 759
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL		27 950 000	98,29		27 473 167	98,88	27 637 799
COMPAGNIE DES AUTOROUTES, 5%, 24/05/2021, CORP		50 000	123,61		61 803	127,02	63 512
CORSAIR, CMS, 16/01/2017, CORP, CAP 4.78%, EST		15 000 000	98,17		14 725 427	110,00	16 500 383
CREDIT AGRICOLE, 1.75%, 12/03/2018, CORP		100 000	99,95		99 953	105,50	105 500
CREDIT AGRICOLE, 3%, 20/07/2015, CORP		5 350 000	99,83		5 340 989	102,81	5 500 439
CREDIT AGRICOLE, 4.5%, 29/01/2016, CORP		1 000 000	107,80		1 078 000	108,80	1 088 025
DAIMLER, 2%, 05/05/2017, CORP		3 040 000	99,35		3 020 262	105,23	3 198 842
DAIMLER, 2.125%, 27/06/2018, CORP		1 660 000	99,53		1 652 277	107,12	1 778 270
DAIMLER, 4.125%, 19/01/2017, CORP		340 000	110,79		376 686	111,69	379 744
DAIMLER, 6.125%, 08/09/2015, CORP		150 000	99,50		149 243	105,90	158 856
DANSKE BANK, 2.5%, 09/07/2015, CORP		1 455 000	100,68		1 464 867	102,34	1 489 071
DANSKE BANK, 3.875%, 18/05/2016, CORP		3 600 000	99,47		3 581 075	107,34	3 864 346
DANSKE BANK, 3.875%, 28/02/2017, CORP		510 000	101,55		517 885	110,86	565 374
DANSKE BANK, 4.1%, 16/03/2018, CORP, CALL		119 000	86,58		103 027	103,65	123 344
DB (Silver Creek), CZ HF, 30/09/2016, CORP, EST		10 000 000	99,43		9 942 740	88,34	8 834 000
DEUTSCH BAHN FIN, 4.75%, 14/03/2018, CORP		1 019 000	109,76		1 118 410	117,93	1 201 704
DEXIA MUN AGNCY, 4.5%, 13/11/2017, CORP		360 000	106,08		381 902	112,95	406 608
DIAGEO FINANCE, 1.125%, 20/05/2019, CORP, CALL		150 000	99,80		149 703	103,47	155 206
DNBNOR, 2.75%, 20/04/2015, CORP		80 000	102,04		81 632	102,24	81 791
DONG, 4%, 16/12/2016, CORP		2 210 000	107,41		2 373 695	106,54	2 354 631
E.ON, 5.25%, 08/09/2015, CORP		1 501 000	99,93		1 499 892	105,01	1 576 241
E.ON, 5.5%, 19/01/2016, CORP		1 290 000	99,70		1 286 187	110,51	1 425 614
EADS FINANCE, 4.625%, 12/08/2016, CORP		5 100 000	109,22		5 570 400	108,24	5 520 069
EDF, 3.875%, 18/01/2022, CORP		4 800 000	98,99		4 751 328	124,59	5 980 219
EDF, 5.125%, 23/01/2015, CORP		2 100 000	109,64		2 302 377	105,04	2 205 799
EDF, 5.5%, 25/10/2016, CORP		2 000 000	112,47		2 249 340	109,95	2 199 072
EDF, 6.25%, 25/01/2021, CORP		4 250 000	112,07		4 762 898	137,97	5 863 849
EDP FINANCE, 2.625%, 15/04/2019, CORP		20 200 000	99,30		20 057 696	105,28	21 267 561
EDP FINANCE, 3.25%, 16/03/2015, CORP		92 500 000	96,31		89 091 069	102,96	95 239 103
EDP FINANCE, 3.75%, 22/06/2015, CORP		13 674 000	97,52		13 334 497	103,06	14 091 960
EDP FINANCE, 4.625%, 13/06/2016, CORP		15 459 000	104,47		16 149 353	107,19	16 570 798
EDP FINANCE, 4.75%, 26/09/2016, CORP		43 612 000	101,30		44 180 966	107,10	46 710 425
EDP FINANCE, 4.875%, 14/09/2020, CORP		1 900 000	110,23		2 094 370	115,94	2 202 793
EDP FINANCE, 5.75%, 21/09/2017, CORP		28 672 000	104,49		29 958 145	112,95	32 384 478
EDP FINANCE, 5.875%, 01/02/2016, CORP		16 225 000	107,48		17 437 908	110,37	17 907 035
E-HOUSE, 2.75%, 15/12/2018, CORP, USD, CONV		1 647 311	90,16		1 485 192	88,51	1 457 989
ENBW, 4.25%, 19/10/2016, CORP		2 000 000	108,41		2 168 240	107,33	2 146 500
ENEL FINANCE INTL, 4%, 14/09/2016, CORP		918 000	98,58		905 001	106,61	978 713

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
ENEL FINANCE INTL, 4.625%, 24/06/2015, CORP		1 282 000	99,81		1 279 500	104,37	1 337 979
ENEL, 3.5%, 26/02/2016, CORP		2 500 000	103,38		2 584 375	106,26	2 656 461
ENEL, 4.875%, 20/02/2018, CORP		8 760 000	108,72		9 523 807	116,44	10 199 764
ENEL, 5.25%, 14/01/2015, CORP		15 457 000	105,46		16 301 521	105,17	16 255 761
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		9 665 000	101,43		9 803 660	114,18	11 035 440
ENEL, FRN, 20/02/2018, CORP		45 000	108,24		48 708	108,96	49 033
ENI, 4.75%, 14/11/2017, CORP		17 800 000	110,76		19 714 465	112,55	20 034 727
ENI, 4.875%, 11/10/2017, CORP		2 200 000	108,78		2 393 250	112,69	2 479 243
ENI, 5%, 28/01/2016, CORP		100 000	109,30		109 300	109,41	109 405
ENI, FRN, 11/10/2017, CORP		140 000	108,22		151 510	107,24	150 137
ENI, FRN, 29/06/2015, CORP		12 840 000	102,14		13 114 148	100,30	12 878 894
EUROPEAN COMMUNITY, 3.125%, 27/01/2015, CORP		950 000	100,87		958 272	103,08	979 249
FGA CAPITAL IRELAND, 2.875%, 26/01/2018, CORP		800 000	101,33		810 650	106,25	850 011
FORTIS BANK, 4%, 03/02/2015, CORP		6 250 000	102,71		6 419 515	103,93	6 495 833
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL)		9 020 000	95,12		8 579 558	106,50	9 606 048
GAS NATURAL, 5%, 13/02/2018, CORP		1 800 000	113,85		2 049 352	117,77	2 119 883
GDF SUEZ, 5%, 23/02/2015, CORP		8 920 000	106,52		9 501 983	104,90	9 357 104
GDF SUEZ, 6.375%, 18/01/2021, CORP		2 861 000	100,60		2 878 247	139,49	3 990 693
GE CAPITAL FNDNG, 2.875%, 18/06/2019, CORP		295 000	100,00		294 989	111,95	330 246
GE CAPITAL FNDNG, 4.125%, 27/10/2016, CORP		13 250 000	104,33		13 823 665	107,15	14 197 983
GE CAPITAL FNDNG, 4.25%, 01/03/2017, CORP		330 000	101,13		333 738	111,96	369 479
GE CAPITAL FNDNG, 5.375%, 16/01/2018, CORP		945 000	111,55		1 054 114	119,91	1 133 172
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 22/02/2016, CORP		15 262 000	98,70		15 064 224	100,10	15 277 070
GIE SUEZ ALLIANCE, 5.75%, 24/06/2023, CORP		57 000	99,32		56 613	141,15	80 457
GLOBAL SHIP, 10%, 01/10/2019, CORP, USD		8 236 554	100,72		8 295 445	106,50	8 771 930
GLORIOUS PROPERTY, 13%, 25/10/2015, CORP, USD		14 413 969	82,31		11 864 434	93,99	13 548 170
GOLDMAN SACHS, CMS, 06/02/2018, CORP, EST)		25 000 000	96,75		24 186 520	114,54	28 635 366
GRAN MORTGAGES 2003-3 2A, FRN, 20/01/2044, MTGE		2 217	92,85		2 059	99,79	2 213
HIDRO E. REVUE, 5%, 1955, CORP, INCUMP)		90	97,66		88	0,00	-
HIDRO E. REVUE, 5%, 1957, CORP, INCUMP)		75	98,36		74	0,00	-
HIDRO E. REVUE, 5%, 1959, CORP, INCUMP)		269	92,72		250	0,00	-
HOME INNS, 2%, 15/12/2015, CORP, USD, CONV		40 359 114	92,74		37 429 880	98,34	39 688 704
HOPSON, 11.75%, 21/01/2016, CORP, USD, CALL)		14 413 969	93,82		13 523 828	105,66	15 229 976
HSBC, 3.375%, 20/01/2017, CORP, COV		550 000	100,60		553 285	109,91	604 478
HSBC, 3.875%, 24/10/2018, CORP		2 500 000	99,30		2 482 450	113,90	2 847 573
HSBC, 4%, 15/01/2021, CORP		1 950 000	99,48		1 939 782	123,78	2 413 722
HSBC, 4.875%, 30/05/2017, CORP		8 200 000	90,61		7 429 699	113,24	9 285 481
HSBC, FRN, 30/09/2020, CORP, CALL)		100 000	94,44		94 440	99,19	99 190
IBERDROLA, 3.5%, 01/02/2021, CORP		300 000	101,24		303 723	117,67	353 013
IBERDROLA, 3.5%, 13/10/2016, CORP		2 600 000	96,41		2 506 670	105,76	2 749 826
ING BANK, 1.25%, 13/12/2019, CORP		100 000	99,75		99 750	103,25	103 254
ING BANK, 3.375%, 03/03/2015, CORP		4 950 000	103,34		5 115 163	103,07	5 101 951
ING BANK, 4.25%, 13/01/2017, CORP		590 000	106,79		630 045	111,92	660 326
ING BANK, 4.75%, 31/05/2017, CORP		14 365 000	112,11		16 104 819	113,00	16 232 153
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		8 480 000	97,17		8 239 845	100,05	8 484 398
INTESA SANPAOLO, 3%, 28/01/2019, CORP		200 000	99,71		199 428	110,27	220 532
INTESA SANPAOLO, 3.375%, 19/01/2015, CORP		3 400 000	100,12		3 404 052	103,33	3 513 163
INTESA SANPAOLO, 3.375%, 24/01/2025, CORP		500 000	99,42		497 090	124,17	620 840
INTESA SANPAOLO, 3.625%, 05/12/2022, CORP		200 000	99,03		198 060	121,17	242 343
INTESA SANPAOLO, 3,75%, 23/11/2016, CORP		24 700 000	87,75		21 674 250	105,43	26 040 076
INTESA SANPAOLO, 3.875%, 01/04/2015, CORP		3 300 000	101,54		3 350 820	103,74	3 423 516

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
INTESA SANPAOLO, 4%, 09/11/2017, CORP		7 276 000	106,36		7 738 978	109,10	7 938 252
INTESA SANPAOLO, 4.125%, 19/09/2016, CORP		7 900 000	106,26		8 394 910	106,97	8 450 317
INTESA SANPAOLO, 4.75%, 15/06/2017, CORP		9 950 000	98,53		9 803 970	111,97	11 140 590
INTESA SANPAOLO, 4.875%, 10/07/2015, CORP		5 900 000	105,11		6 201 630	104,46	6 163 315
INTESA SANPAOLO, FRN, 11/01/2016, CORP		100 000	99,79		99 793	100,93	100 927
INTESA SANPAOLO, FRN, 18/05/2017, CORP		1 000 000	98,85		988 522	98,70	987 004
INTESA SANPAOLO, FRN, 30/03/2015, CORP		100 000	99,93		99 925	100,22	100 222
ITALCEMENTI FINANCE, 6.125%, 21/02/2018, CORP		170 000	108,39		184 255	116,42	197 911
JPM, 3.75%, 15/06/2016, CORP		3 530 000	100,80		3 558 410	106,96	3 775 565
JPM, 5.25%, 14/01/2015, CORP		2 850 000	105,84		3 016 303	105,17	2 997 277
JPM, FRN, 02/03/2015, CORP		13 600 000	93,33		12 693 206	100,06	13 608 125
JPM, FRN, 31/03/2018, CORP, CALL)		100 000	98,00		98 000	99,89	99 888
KBC, 2%, 31/01/2023, CORP		200 000	99,24		198 480	112,66	225 321
KBC, 4.375%, 26/10/2015, CORP		600 000	105,11		630 660	103,89	623 311
KBC, 4.5%, 27/03/2017, CORP		2 000 000	111,00		2 220 000	112,52	2 250 315
KPN, 4.75%, 17/01/2017, CORP		980 000	108,89		1 067 079	112,77	1 105 193
LA CAIXA, 4.25%, 26/01/2017, CORP		1 800 000	102,99		1 853 871	111,91	2 014 421
LAFARGE, 5.375%, 26/06/2017, CORP		1 800 000	110,78		1 994 030	113,43	2 041 667
LAFARGE, 5.375%, 29/11/2018, CORP		1 047 000	116,20		1 216 591	117,13	1 226 349
LAFARGE, 7.625%, 24/11/2016, CORP		1 528 000	118,70		1 813 736	115,05	1 757 948
LLOYDS, 3.375%, 17/03/2015, CORP		600 000	105,35		632 100	103,01	618 044
LLOYDS, 3.375%, 20/04/2015, CORP		1 330 000	104,06		1 383 988	103,25	1 373 197
LLOYDS, 3.75%, 07/09/2015, CORP		4 500 000	98,87		4 449 104	103,52	4 658 243
LLOYDS, 4.625%, 02/02/2017, CORP		10 583 000	109,46		11 584 220	112,97	11 955 599
LLOYDS, 6.375%, 17/06/2016, CORP		720 000	104,30		750 965	112,01	806 485
LLOYDS, FRN, 10/09/2019, CORP		100 000	99,85		99 850	99,98	99 983
MAN AG, 1%, 21/09/2015, CORP		750 000	99,75		748 125	100,64	754 783
MAN AG, 2.125%, 13/03/2017, CORP		3 300 000	99,68		3 289 341	105,70	3 488 127
MEDIOBANCA, 6.5%, 12/02/2018, CORP, EST)		300 000	99,02		297 064	118,02	354 069
MET LIFE, 2.375%, 11/01/2023, CORP		260 000	96,53		250 975	112,41	292 266
METRO FINANCE, 4.25%, 22/02/2017, CORP		172 000	108,91		187 323	111,28	191 405
MORGAN STANLEY, 2.375%, 31/03/2021, CORP		335 000	99,62		333 720	109,15	365 653
MORGAN STANLEY, CMS, 04/02/2018, CORP, EST)		10 000 000	96,21		9 621 150	113,80	11 380 139
MORGAN STANLEY, FRN, 13/04/2016, CORP		150 000	97,14		145 710	100,23	150 347
MORGAN STANLEY, FRN, 19/11/2019, CORP		100 000	99,98		99 975	100,05	100 047
NAB, 2.625%, 13/01/2017, CORP		4 250 000	100,05		4 251 935	107,52	4 569 664
NAB, 2.75%, 08/08/2022, CORP		185 000	106,00		196 095	115,08	212 906
NAB, 3.5%, 23/01/2015, CORP		13 095 000	100,64		13 179 355	103,44	13 545 134
NAB, 4.75%, 15/07/2016, CORP		270 000	104,77		282 881	109,05	294 443
NAB, 5.5%, 20/05/2015, CORP		160 000	99,57		159 308	105,34	168 548
NATIONWIDE BLDG, 3.125%, 03/04/2017, CORP		7 310 000	106,73		7 801 808	108,36	7 921 245
NEDERLANDSE GAS, 5.125%, 31/03/2017, CORP		4 900 000	101,43		4 970 218	114,47	5 609 241
NORDEA BANK, 3.5%, 18/01/2017, CORP		2 000 000	99,76		1 995 272	110,21	2 204 268
NORDEA BANK, 3.75%, 24/02/2017, CORP		6 940 000	100,86		6 999 943	110,50	7 668 487
NORDEA BANK, 4%, 29/06/2020, CORP		50 000	110,67		55 335	120,49	60 247
PEUGEOT, 7.375%, 06/03/2018, CORP		160 000	112,00		179 200	121,33	194 124
PFIZER, 4.55%, 15/05/2017, CORP		5 000 000	104,46		5 223 108	112,63	5 631 506
PFIZER, 4.75%, 03/06/2016, CORP		1 700 000	106,10		1 803 706	109,03	1 853 542
PFIZER, 5.75%, 03/06/2021, CORP		5 550 000	112,21		6 227 421	133,76	7 423 900
POHJOLA BANK, 3%, 08/09/2017, CORP		2 550 000			2 538 951		2 757 213
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 4.375%, 24/03/2017, CORP		5 732 000			5 677 473		6 113 186

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 4.625%, 08/05/2020, CORP		1 100 000			1 165 934		1 147 312
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 5.625%, 08/02/2016, CORP		36 226 000			38 666 226		39 303 751
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 5.875%, 17/04/2018, CORP		8 600 000			9 226 892		9 602 480
PROCTER & GAMBLE, 5.125%, 24/10/2017, CORP		1 696 000			1 897 135		1 944 053
QIHOO, 0.5%, 15/08/2020, CORP, USD, CONV		22 650 523			19 196 005		19 704 684
RABOBANK, 3.5%, 17/10/2018, CORP		4 640 000			4 606 128		5 201 216
RABOBANK, 3.75%, 09/11/2020, CORP		200 000			193 768		224 596
RABOBANK, 4%, 11/01/2022, CORP		4 800 000			4 756 272		6 037 606
RABOBANK, 4.125%, 14/01/2020, CORP		8 260 000			8 227 920		10 021 344
RABOBANK, 4.25%, 16/01/2017, CORP		18 050 000			18 043 332		20 216 848
RABOBANK, 4.375%, 05/05/2016, CORP		1 000 000			997 305		1 083 387
RABOBANK, 4.75%, 06/06/2022, CORP		39 000			47 014		50 698
RABOBANK, 4.75%, 15/01/2018, CORP		1 987 000			2 135 187		2 337 403
RED ELECTRICA FIN, 3.5%, 07/10/2016, CORP		8 750 000			8 735 055		9 239 218
RED ELECTRICA FIN, 4.75%, 16/02/2018, CORP		5 900 000			5 646 300		6 892 637
REN FINANCE, 4.75%, 16/10/2020, CORP		1 950 000			2 080 405		2 244 977
RENAULT CREDIT BANQUE, 5.625%, 13/03/2015, CORP		500 000			536 280		525 937
RENAULT CREDIT BANQUE, FRN, 13/06/2017, CORP		50 000			50 163		50 249
REPSOL INTL FINANCE, 4.25%, 12/02/2016, CORP		1 900 000			1 893 198		2 047 997
REPSOL INTL FINANCE, 4.875%, 19/02/2019, CORP		100 000			115 867		119 442
ROBERT BOSCH, 4.375%, 19/05/2016, CORP		50 000			51 795		54 159
ROBERT BOSCH, 5.125%, 12/06/2017, CORP		1 100 000			1 216 298		1 261 461
ROCHE, 5.625%, 04/03/2016, CORP		239 000			264 141		265 018
ROCHE, 6.5%, 04/03/2021, CORP		7 830 000			9 338 560		11 024 098
ROYAL BANK SCOTLAND, 4.375%, 10/02/2015, CORP		1 150 000			1 157 929		1 198 398
ROYAL BANK SCOTLAND, 4.875%, 20/01/2017, CORP		10 429 000			11 476 894		11 838 466
ROYAL MAIL, 2.375%, 29/07/2024, CORP, CALL)		100 000			99 482		106 824
RWE FINANCE, 5%, 10/02/2015, CORP		11 991 000			12 758 630		12 579 201
SAMPO HOUSING 2.75%, 19/10/2016, CORP		3 850 000			3 843 609		4 050 701
SANOFI-AVENTIS, 4.125%, 11/10/2019, CORP		277 000			281 428		328 398
SANOFI-AVENTIS, 4.5%, 18/05/2016, CORP		1 000 000			1 056 025		1 085 446
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP		1 740 000			1 707 825		1 691 420
SANTANDER INTL DEBT, 3.5%, 10/03/2015, CORP		6 650 000			6 650 000		6 858 435
SANTANDER INTL DEBT, 4.625%, 21/03/2016, CORP		3 400 000			3 536 000		3 690 098
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL)		17 400 000			16 981 661		16 916 908
SCHNEIDER ELECTRIC, 5.375%, 08/01/2015, CORP		2 600 000			2 713 421		2 737 779
SHELL INT FIN, 4.375%, 14/05/2018, CORP		4 483 000			4 676 840		5 208 163
SHELL INT FIN, 4.5%, 09/02/2016, CORP		1 000 000			1 056 917		1 086 898
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		100 000			97 776		113 051
SINA, 1%, 01/12/2018, CORP, USD, CONV		90 602 092			77 933 013		83 882 437
SKANDINAV ENSKIL, 1.875%, 14/11/2019, CORP		900 000			893 425		962 068
SKANDINAV ENSKIL, 3.75%, 19/05/2016, CORP		3 250 000			3 274 375		3 480 715
SKANDINAV ENSKIL, 3.875%, 12/04/2017, CORP		2 050 000			2 152 500		2 272 694
SNAM, FRN, 17/10/2016, CORP		100 000			99 910		100 818
SOCIETE GENERAL, 2.375%, 13/07/2015, CORP		3 000 000			2 997 780		3 065 872
SOCIETE GENERAL, 3%, 31/03/2015, CORP		3 200 000			3 234 914		3 281 801
SOCIETE GENERAL, 4%, 20/04/2016, CORP		800 000			835 624		860 620
SOCIETE GENERAL, 5%, 27/03/2019, CORP		700 000			818 811		867 453
SODEXO, 1.75%, 24/01/2022, CORP, CALL)		150 000			149 921		159 603
SONEFE, 5%, 1960 emis, CORP, INCUMP)		499			249		-
SOUFUN, 2%, 15/12/2018, CORP, USD, CONV		41 182 769			35 469 780		36 771 637

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
STANDARD CHARTERED, 1.625%, 20/11/2018, CORP		100 000			99 506		103 587
STANDARD CHARTERED, 1.75%, 29/10/2017, CORP		2 000 000			1 997 540		2 073 141
STANDARD CHARTERED, 3.875%, 20/10/2016, CORP		2 300 000			2 291 283		2 459 031
SVENSKA HANDELSBANKEN, 4.375%, 20/10/2021, CORP		1 500 000			1 498 095		1 875 435
TELEFONICA, 3.661%, 18/09/2017, CORP		50 000			54 185		54 598
TELEFONICA, 4.375%, 02/02/2016, CORP		900 000			946 016		973 273
TELEFONICA, 4.797%, 21/02/2018, CORP		8 100 000			8 938 838		9 475 428
TELEFONICA, 5.496%, 01/04/2016, CORP		5 900 000			6 306 481		6 506 801
TELEFONICA, FRN, 02/06/2015, CORP		4 850 000			4 970 765		4 885 678
TELEFONICA, FRN, 26/03/2016, CORP		100 000			99 900		100 161
TELENOR ASA, 1.75%, 15/01/2018, CORP		5 000 000			4 955 050		5 283 404
TERNA, 2.875%, 16/02/2018, CORP		6 410 000			6 680 346		7 007 527
TERNA, 4.125%, 17/02/2017, CORP		2 150 000			2 166 813		2 390 983
TOYOTA, 2.375%, 01/02/2023, CORP		40 000			39 650		45 626
TOYOTA, 6.625%, 03/02/2016, CORP		1 922 000			2 186 760		2 169 993
TWINKLE PIZZA, 6.625%, 01/08/2021, CORP, GBP, CALL		19 257 928			19 083 820		20 115 756
UBS AG LONDON, 3.875%, 02/12/2019, CORP		100 000			105 632		117 208
UNICREDITO ITALIANO, 1.875%, 31/01/2019, CORP		1 300 000			1 294 072		1 397 666
UNICREDITO ITALIANO, 3.25%, 14/01/2021, CORP		125 000			124 285		140 503
UNICREDITO ITALIANO, 3.375%, 11/01/2018, CORP		5 980 000			5 978 699		6 584 356
UNICREDITO ITALIANO, 4%, 31/01/2018, CORP		2 000 000			2 186 000		2 291 265
UNICREDITO ITALIANO, CMS, 04/12/2017, CORP		10 000 000			9 550 267		10 618 322
UNICREDITO ITALIANO, FRN, 18/02/2015, CORP		10 870 000			10 531 520		10 871 667
UNICREDITO ITALIANO, FRN, 22/01/2016, CORP		200 000			199 759		202 419
UNICREDITO ITALIANO, FRN, 31/07/2015, CORP		6 100 000			5 923 960		6 085 073
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 11 (127), FRN, 24/10/2018, CORP		873 163			597 536		1 001 922
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 12 (131), FRN, 24/10/2018, CORP		214 409			175 748		242 151
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 13 (137), FRN, 24/10/2018, CORP		32 639 105			40 512 832		37 444 625
VINCI, 3.375%, 30/03/2020, CORP		100 000			112 251		115 766
VOLKSWAGEN FIN, 2.125%, 19/01/2015, CORP		400 000			407 672		408 302
VOLKSWAGEN FIN, 3.5%, 02/02/2015, CORP		930 000			970 883		961 951
VOLKSWAGEN FIN, FRN, 15/04/2019, CORP		100 000			100 000		101 224
VOLKSWAGEN LEASING, 2.625%, 15/01/2024, CORP		30 000			32 332		34 688
VOLKSWAGEN LEASING, 2.75%, 13/07/2015, CORP		2 200 000			2 188 832		2 257 010
VOLKSWAGEN LEASING, 3.375%, 03/06/2016, CORP		4 600 000			4 594 689		4 889 433
VOLVO, FRN, 16/05/2016, CORP		100 000			100 000		100 770
WELLS FARGO, 4.125%, 03/11/2016, CORP		1 200 000			1 202 976		1 285 590
WELLS FARGO, FRN, 23/03/2016, CORP		11 850 000			11 343 154		11 865 193
WESTPAC SECURITIES, FRN, 10/03/2017, CORP		130 000			129 805		130 492
WESTPAC, 2.125%, 09/07/2019, CORP		2 500 000			2 494 375		2 721 546
WESTPAC, 2.125%, 16/02/2016, CORP		2 000 000			1 997 560		2 081 267
WESTPAC, 3.875%, 20/03/2017, CORP		6 100 000			6 284 921		6 761 479
WESTPAC, 4.25%, 22/09/2016, CORP		50 000			49 869		54 032
XINGTAO ASSETS, 3.3%, 09/10/2022, CORP		1 000 000 000			1 000 000 000		977 475 000
YY, 2.25%, 01/04/2019, CORP, USD, CONV		2 059 138			1 845 175		1 903 416
sub-total		2 584 518 317			2 580 961 787		2 659 116 946
sub-total		4 258 352 593			4 296 949 017		4 530 196 708
total	833 195 273	4 258 352 593			5 332 046 388		5 663 512 990
2.4 - Derivados de cobertura							
SWAP 5753307 PA CGD LONDRES 2021		40 000 000	0,00		-	17,13	4 540 640
SWAP 5753307 PP CGD LONDRES 2021		-40 000 000	0,00				(13 147 198)

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
SWAP S578 PA CGD LONDRES 2023		668 155	0,00				149 513
SWAP S578 PP CGD LONDRES 2023		(668 155)	0,00		-	31,98	(152 437)
sub-total		0,00					(8 609 482)
2.5 - Repo e Reverse Repo							
3 - TOTAL GERAL	833 278 194	7 810 534 863			9 489 599 469		10 117 311 901

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Anexo 2
(Valores em Euros)

Rubricas	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2013 (1)	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2013 (Entrada no perímetro de consolidação) (2)	Custos com Sinistros Montantes Pagos no Exercício * (3)	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2014* (4)	Reajustamentos (4)+(3)-[(2)+(1)]
Vida	108 459 953	56 901	48 917 359	70 030 476	10 430 981
Não vida					
Acidentes e doença					
Acidentes de trabalho	780 175 136	1 766 682	79 454 320	708 225 857	5 738 359
Acidentes pessoais	15 408 171	1 099 274	5 090 717	13 066 801	1 650 073
Doença	40 824 971	(915)	29 980 220	7 911 445	(2 932 391)
Incêndio e outros danos	139 283 568	119 624	51 237 234	74 650 996	(13 514 962)
Automóvel		4 214 971			
Responsabilidade civil	522 594 475	404 823	93 539 576	367 577 638	(61 882 084)
Outros	40 450 697	41 193	3 499 441	16 767 203	(20 225 246)
Marítimo e transportes	3 167 304	132 691	1 603 764	2 415 031	718 800
Aviação	3 545 243	-	421 664	3 044 498	(79 081)
Mercadorias transportadas	5 957 519	-	1 920 437	4 572 626	535 544
Responsabilidade civil	111 570 689	-	6 954 099	102 609 442	(2 007 148)
Crédito e cauções	455 007	-	97 145	704 214	346 352
Proteção Jurídica	5 768	-	906	38 079	33 217
Assistência	617	-	2 159	59 494	61 036
Outros	10 055 077	-	4 404 686	3 635 671	(2 014 720)
	1 673 494 242	7 778 343	278 206 368	1 305 278 995	(93 572 251)
Total	1 781 954 195	7 835 244	327 123 727	1 375 309 471	(83 141 270)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Discriminação dos Custos com Sinistros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Anexo 3
(Valores em Euros)

Rubricas	Montantes Pagos Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Varição da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros * (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e doença				
Acidentes de trabalho	114 208 702	32 658 678	4 626 671	151 494 051
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 827 678	1 667 307	(175 375)	9 319 610
Doença	149 900 441	816 876	6 401 307	157 118 624
Incêndio e outros danos	110 502 778	8 094 192	(17 382 074)	101 214 896
Automóvel				
Responsabilidade civil	189 914 850	21 342 636	(51 849 446)	159 408 040
Outras coberturas	70 280 412	19 171 542	1 036 570	90 488 524
Marítimo e transportes	1 936 719	29 622	(611 321)	1 355 020
Aviação	537 290	77 557	(100 592)	514 255
Mercadorias transportadas	2 907 059	272 324	2 365 081	5 544 464
Responsabilidade civil	8 581 652	1 791 419	436 481	10 809 552
Crédito e cauções	101 660	171 850	74 882	348 392
Proteção jurídica	2 727	129 950	71 694	204 371
Assistência	5 254	499 093	207 724	712 071
Diversos	9 492 146	544 022	(1 325 110)	8 711 058
Total de seguro direto	666 199 368	87 267 068	(56 223 508)	697 242 928
Resseguro Aceite	2 779 408	258 141	1 403 696	4 441 245
Total	668 978 776	87 525 209	(54 819 812)	701 684 173

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Discriminação de Alguns Valores por Ramos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Anexo 4
(Valores em Euros)

Rubricas	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos*	Custos de Exploração Brutos*	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e doença					
Acidentes de trabalho	128 751 735	129 120 198	133 854 366	33 425 508	4 734 938
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	24 192 607	25 972 986	9 319 610	12 178 046	6 186 733
Doença	201 271 482	201 725 062	157 118 624	32 425 846	20 988 276
Incêndio e outros danos	233 682 758	233 749 257	101 214 895	69 124 554	60 859 851
Automóvel					
Responsabilidade civil	260 574 951	259 805 277	159 399 776	73 941 280	8 241 068
Outras coberturas	133 298 581	130 317 522	90 488 524	33 088 205	(1 071 993)
Marítimo e transportes	3 438 475	3 513 956	1 355 020	567 423	1 689 286
Aviação	5 669 250	5 574 864	514 256	173 876	4 881 231
Mercadorias transportadas	7 113 623	7 316 419	5 544 464	1 783 238	(1 046 308)
Responsabilidade civil geral	31 287 992	31 043 848	10 809 553	10 067 760	7 732 557
Crédito e cauções	942 479	1 062 319	348 392	187 342	495 613
Proteção jurídica	5 687 516	5 782 065	204 371	3 199 985	(28 804)
Assistência	27 541 281	27 644 996	712 071	6 854 979	31 182 885
Diversos	24 599 325	22 813 604	8 711 058	9 572 495	3 333 224
Total seguro direto	1 088 052 055	1 085 442 373	679 594 980	286 590 537	148 178 557
Resseguro aceite	2 323 932	2 527 125	4 441 246	63 717	3 308 772
Total	1 090 375 987	1 087 969 498	684 036 226	286 654 254	151 487 329

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
R. Major Neutel Abreu, 9 B r/c loja Fr. B	Lisboa	2013	439 047	419 332	-	(85 565)	333 767
L. do Calhariz, 22 a 25	Lisboa	2013	14 372 874	19 813 759	(130 000)	(3 773 292)	15 910 467
L. do Calhariz, 26 a 34	Lisboa	2013	21 145 485	32 549 779	(378 700)	(6 287 120)	25 883 959
L. do Calhariz, 26 a 34 (Elevadores)	Lisboa	2013	157 464	157 464	-	(94 478)	62 986
Av. da Igreja, 65 r/c loja Fr. B	Lisboa	2013	416 903	684 817	(56 250)	(129 691)	498 876
R. Gonçalo Sampaio, 379	Porto	2014	2 325 080	2 323 154	-	(484 588)	1 838 566
R. do Vilar, 235 2ª cave Fr. GW	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. GX	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. GY	Porto	2013	9 812	12 947	(3 300)	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. GZ	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HA	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HB	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HC	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HD	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HE	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HF	Porto	2013	9 812	9 633	-	(837)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HG	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HH	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HI	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HJ	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HK	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HL	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HM	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HN	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HO	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HP	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HQ	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HR	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HS	Porto	2013	8 992	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HT	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HU	Porto	2013	9 812	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HV	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HW	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HX	Porto	2013	9 812	12 992	(150)	(1 114)	11 728
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HY	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HZ	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IA	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IB	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IC	Porto	2013	9 812	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. ID	Porto	2013	101 514	160 784	-	(14 189)	146 595
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IE	Porto	2013	275 961	272 476	(4 500)	(23 651)	244 324
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IF	Porto	2013	318 889	313 880	(3 000)	(27 464)	283 416
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IG	Porto	2013	39 861	69 689	-	(6 165)	63 524
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IH	Porto	2013	404 701	390 424	(4 500)	(34 097)	351 827
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JA	Porto	2013	93 214	112 065	(4 667)	(23 950)	83 448
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JB	Porto	2013	70 523	85 147	(3 585)	(18 122)	63 440
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JC	Porto	2013	74 816	88 569	(4 139)	(18 550)	65 880
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JD	Porto	2013	208 504	205 902	(120 028)	(22 434)	63 440
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JE	Porto	2013	24 530	29 665	(1 267)	(6 438)	21 960
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JF	Porto	2013	30 662	36 080	(1 756)	(7 484)	26 840

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. do Vilar, 235 1º Fr. JG	Porto	2013	38 021	44 230	(2 281)	(9 252)	32 696
R. do Vilar, 235 1º Fr. JH	Porto	2013	31 276	37 424	(1 599)	(8 009)	27 816
R. do Vilar, 235 1º Fr. JI	Porto	2013	24 530	28 535	(1 516)	(6 035)	20 984
R. do Vilar, 235 1º Fr. JJ	Porto	2013	17 171	21 439	(640)	(4 695)	16 104
R. do Vilar, 235 1º Fr. JK	Porto	2013	17 171	21 439	(640)	(4 695)	16 104
R. do Vilar, 235 1º Fr. JL	Porto	2013	24 530	28 535	(1 516)	(6 035)	20 984
R. do Vilar, 235 1º Fr. JM	Porto	2013	31 276	47 798	-	(10 222)	37 576
R. do Vilar, 235 1º Fr. JN	Porto	2013	38 021	44 230	(2 281)	(9 252)	32 696
R. do Vilar, 235 1º Fr. JO	Porto	2013	30 662	36 889	(1 456)	(7 617)	27 816
R. do Vilar, 235 1º Fr. JP	Porto	2013	24 530	29 639	(1 267)	(6 412)	21 960
R. do Vilar, 235 1º Fr. JQ	Porto	2013	208 504	205 902	(97 928)	(44 535)	63 440
R. do Vilar, 235 1º Fr. JR	Porto	2013	74 816	88 569	(4 139)	(18 550)	65 880
R. do Vilar, 235 1º Fr. JS	Porto	2013	70 523	85 147	(3 585)	(18 122)	63 440
R. do Vilar, 235 1º Fr. JT	Porto	2013	91 907	107 797	(679)	(24 159)	82 960
Av. Cidade de Orense, Lote 1 r/c Fr. AC	Vila Real	2013	312 636	414 877	(34 375)	(87 872)	292 631
R. D. João IV, 1	Abrantes	2013	225 899	264 118	-	(53 952)	210 167
Av. Dr. Eugénio Ribeiro, 75 A r/c Fr. A	Águeda	2013	165 596	310 087	(12 302)	(63 452)	234 333
Av. D. Nuno Álvares Pereira, Lote 4 B r/c esq Fr. B	Almada	2013	92 755	451 836	-	(89 503)	362 333
R. Elias Garcia, 229 1º esq Fr. O	Amadora	2013	50 958	90 000	(14 176)	(17 224)	58 600
R. Herculano Carvalho, 5 2º sub cave Fr. A	Amadora	2013	92 292	393 136	(22 150)	(88 652)	282 333
R. Herculano Carvalho, 3 cave Fr. A	Amadora	2013	64 751	284 929	(32 150)	(62 265)	190 513
R. Herculano de Carvalho, 17 1º e 2º subcave Fr. A	Amadora	2013	58 186	242 297	(6 770)	(53 260)	182 267
R. Ary dos Santos, 19 A r/c Fr. A	Amadora	2013	52 575	272 459	(15 800)	(61 993)	194 667
R. Elias Garcia, 229 1º dto Fr. V	Amadora	2013	21 995	246 193	-	(50 859)	195 333
R. Elias Garcia, 229 r/c esq fte Fr. B	Amadora	2013	88 866	265 084	(24 402)	(45 349)	195 333
R. Elias Garcia, 229 1º centro fte Fr. X	Amadora	2013	96 501	217 000	(45 354)	(33 025)	138 621
R. 5 de outubro, 22	Amarante	2014	248 266	356 067	(2 923)	(88 743)	264 401
R. Stara Zagora, 4 a 8 r/c esq e cave Fr. B	Barreiro	2013	254 672	233 065	-	(47 065)	186 000
P. da República, 40	Beja	2013	143 324	225 539	-	(20 144)	205 395
Av. Nuno Álvares, 2 B r/c dto Fr. A	C. Branco	2013	121 293	146 373	(33 310)	(30 397)	82 667
Av. Fernão Magalhães, 465 B Fr. B	Coimbra	2013	127 653	445 243	-	(93 410)	351 833
Av. Fernão Magalhães, 439 a 451 r/c e cave Fr. B	Coimbra	2013	589 263	1 301 512	(31 172)	(293 006)	977 333
R. da Cadeia, 34 D r/c Fr. D	Elvas	2013	138 239	161 511	(49 886)	(30 617)	81 008
R. da Cadeia, 34 C 1º dto Fr. H	Elvas	2013	81 047	17 109	(7 268)	(3 187)	6 654
R. da Cadeia, 34 C 1º dto Fr. I	Elvas	2013	136 696	100 707	(39 753)	(18 688)	42 266
P. D. Francisco Gomes, 7 a 9	Faro	2014	357 123	524 608	(29 519)	(89 701)	405 388
R. do Aljube, 59 a 63	Funchal	2013	290 443	2 146 360	(3 710)	(367 453)	1 775 197
Rossio da Trindade, Bloco E Lote 11 1º esq	Lagos	2014	1 908	101 781	-	(21 943)	79 838
Rossio da Trindade, Bloco E Lote 11 1º dto	Lagos	2014	1 908	101 674	-	(21 836)	79 838
Rossio da Trindade, Bloco E Lote 10 1º esq	Lagos	2014	1 908	103 232	-	(20 383)	82 849
R. da República, 96	Loures	2013	736 141	813 831	(190 933)	(136 264)	486 633
Av. Vitor Gallo, 36 r/c Lj. 14 Fr. U	Marinha Grande	2013	111 088	160 000	(29 312)	(13 179)	117 509
Av. Vitor Gallo, 36 r/c Lj. 13 Fr. T	Marinha Grande	2013	73 041	75 000	(31 229)	(4 602)	39 170
R. José Joaquim Marques, 103 r/c Fr. B	Montijo	2013	190 352	247 732	(71 097)	(41 001)	135 633
R. Prof. António R. G. Vasconcelos, 33 r/c Fr. V	Oliveira do Hospital	2014	297 792	273 574	(46 676)	(57 291)	169 607
R. Prof. António R. G. Vasconcelos, 33 gar. Fr. A	Oliveira do Hospital	2014	8 354	9 890	(4 007)	(1 643)	4 240
R. Prof. António R. G. Vasconcelos, 33 gar. Fr. B	Oliveira do Hospital	2014	11 139	13 055	(5 155)	(2 164)	5 736
R. José Falcão, 26 C r/c esq Fr. A	Oeiras	2013	257 183	324 762	(46 783)	(57 146)	220 833
R. Agostinho José Taveira, C. Ibérico r/c Fr. AC	Ponte de Lima	2013	166 042	244 411	(105 833)	(11 303)	127 276
R. Direita, 84 r/c Fr. A	Portimão	2014	195 213	316 862	(63 199)	(72 969)	180 694
Av. Mouzinho Albuquerque, 48 a 52 r/c Fr. AL	Povoa do Varzim	2013	402 430	519 677	-	(109 510)	410 167

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Serpa Pinto, 79	Santarém	2013	274 199	452 909	(110 233)	(88 342)	254 333
Av. Afonso Costa, 8 A cave fte Fr. AT	Queluz	2014	59 670	450 818	(62 450)	(103 062)	285 306
Av. Afonso Costa, 8 B cave fte Fr. AU	Queluz	2014	59 670	426 219	(55 215)	(98 667)	272 337
R. S. João de Deus, 118 r/c Fr. C	V.N.Famalicão	2013	150 518	159 532	(8 906)	(33 626)	117 000
R. Dr. Azeredo Perdigão-B. Serrado, 6 r/c Fr. A	Viseu	2013	155 344	534 563	(19 474)	(125 256)	389 833
R. de Santa Luzia, 76 r/c esq Fr. B	Pombal	2013	180 263	281 582	-	(66 916)	214 667
Av. Dr. Renato Araújo, 291 r/c e cave Fr. A	São João Madeira	2013	221 603	306 229	(3 713)	(68 682)	233 833
Rossio Marquês de Pombal, 33	Estremoz	2013	530 971	287 728	-	(58 062)	229 667
R. Mouzinho de Albuquerque, 10 r/c dto Fr. B	Guarda	2013	55 728	229 447	(82 272)	(40 008)	107 167
R. Joaquim José Delgado, Post. Caldas, cave Fr. A	Chaves	2013	171 564	235 029	(734)	(54 105)	180 190
R. Joaquim José Delgado, Postigo Caldas, r/c Fr. B	Chaves	2013	202 194	292 145	(8 244)	(64 751)	219 150
Av. Guerra Junqueiro, 15 r/c Loja Fr. B	Lisboa	2013	158 516	481 404	(18 048)	(90 956)	372 400
R. Oliveira ao Carmo, 1 e 3	Lisboa	2013	1 764 932	5 307 019	(427 188)	(626 680)	4 253 150
R. da Imprensa Nacional, 67 e 69	Lisboa	2013	438 345	2 383 133	(141 772)	(425 894)	1 815 467
Trav. do Noronha, 23	Lisboa	2013	149 185	1 753 402	(54 524)	(291 138)	1 407 741
Av. da Boavista, 253 a 267	Porto	2014	2 209 318	11 814 594	(1 217 898)	(2 111 980)	8 484 716
P. Guilherme Gomes Fernandes, 2 a 18	Porto	2013	3 125 527	5 226 855	-	(1 021 680)	4 205 175
R. Eng. Ferreira Dias, 860 a 896 r/c Fr. A	Porto	2014	261 587	1 301 225	(93 970)	(258 976)	948 278
Vielas da Carvalhosa, 184 B	Porto	2013	2 196	90 501	(38 501)	(2 251)	49 750
Trav. Símplicio Sousa, 10 r/c Fr. I	Barcelos	2013	175 983	131 953	-	(29 578)	102 375
Trav. Símplicio Sousa, 10 r/c Fr. H	Barcelos	2013	45 000	66 762	(3 250)	(19 662)	43 849
R. Dr. Justino Cruz, 78 1º Fr. M	Braga	2013	70 984	244 326	(66 994)	(41 082)	136 250
Av. Fernão Magalhães, 485 r/c e cave Fr. C	Coimbra	2013	399 606	887 599	-	(204 564)	683 036
R. Manuel Belmarço, 30 r/c Fr. A	Faro	2013	245 091	261 871	-	(15 763)	246 108
Av. de Londres, 433 r/c dto sul Fr. N	Guimarães	2014	390 329	543 524	-	(119 397)	424 127
Av. Eng. José Costa Mealha, 129 r/c dto Fr. A	Loulé	2014	518 718	482 402	(119 742)	(88 061)	274 599
Av. Visconde Barreiros, 73 r/c Fr. B	Maia	2013	362 833	344 171	(83 563)	(52 153)	208 455
R. Brito Capelo, 685 r/c Fr. A	Matosinhos	2014	258 629	357 033	-	(67 578)	289 455
R. da República, 199 r/c esq cave dto Fr. B	Mirandela	2013	71 243	280 860	(20 039)	(66 487)	194 333
R. 5 de outubro, 71 a 77	Montemor-o-Novo	2013	361 079	833 533	-	(187 503)	646 030
R. Dr. Manuel Arriaga, 3 e 5 r/c e cave Fr. A	Algés	2014	387 975	324 559	(30 381)	(64 582)	229 596
Av. Sacadura Cabral, 88 r/c Fr. AB	Penafiel	2013	312 176	182 409	(36 324)	(33 769)	112 317
Av. Sacadura Cabral, 88 r/c Fr. AC	Penafiel	2013	112 818	178 243	(32 420)	(33 506)	112 317
R. das Flores, 4 A r/c esq Fr. A	Seixal	2013	204 956	138 889	(25 639)	(24 846)	88 404
Av. 22 de dezembro, 21 r/c dto Fr. A	Setúbal	2014	178 343	385 039	(59 350)	(21 124)	304 565
R. 5 de outubro, 35 r/c Fr. A	Silves	2013	185 888	189 540	-	(37 706)	151 833
R. da Alegria, 2 r/c esq Fr. A	Sines	2013	263 812	428 819	(168 870)	(53 737)	206 212
R. Ulisses Alves, 9 r/c esq Fr. A	Sintra	2013	258 843	516 791	(121 303)	(75 355)	320 133
R. 25 de abril, 15 a 21 r/c dto Fr. H	Torres Novas	2013	166 404	224 459	(23 841)	(44 452)	156 167
R. Manuel Afonso de Carvalho, 22 r/c fte Fr. I	V. F. Xira	2013	261 373	161 386	(3 000)	(13 726)	144 659
Av. da República, 628 a 634 r/c esq Fr. B	Vila Nova de Gaia	2013	213 581	364 069	(76 110)	(57 959)	230 000
R. Sousa Prado, 16 A r/c Fr. A	Odemira	2013	142 703	172 085	(56 400)	(22 503)	93 182
R. de Santarém, Edif. Jardim r/c Fr. S	Coruche	2013	241 794	214 000	(37 171)	(37 329)	139 500
R. Dr. Caetano de Andrade, 5 r/c dto Fr. J	Ponta Delgada	2013	332 588	324 102	(41 660)	(67 275)	215 167
P. da República, 51 a 53 r/c Fr. A	Montijo	2014	51 573	154 732	(40 118)	(8 816)	105 798
Trav. do Noronha, 25	Lisboa	2013	209 639	2 613 344	-	(423 196)	2 190 148
R. António Barbudo, 16 r/c Fr. A	Portimão	2014	19 874	71 953	-	(17 050)	54 903
R. Dr. Justino Cruz, 78 r/c Fr. L	Braga	2013	4 542	15 633	(9 809)	(1 931)	3 893
R. Dr. Justino Cruz, 78 2º Fr. N	Braga	2013	70 984	244 326	(66 808)	(41 268)	136 250
R. das Flores, 4 B r/c dto Fr. B	Seixal	2013	179 361	128 034	(8 822)	(21 282)	97 930
R. Prof. Mira Fernandes, Lt 17 Fr. L	Lisboa	2014	7 926 243	6 658 331	(281 875)	(383 577)	5 992 879

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. dos Clerigos, 3 a 7 - R. de Trás, 8	Porto	2013	1 692 726	2 149 655	-	(325 224)	1 824 432
R. Luis de Queiroz, 8 a 8 A Fr. A	Almada	2013	293 013	214 999	(47 969)	(18 429)	148 602
R. Luis de Queiroz, 8 a 8 A Fr. B	Almada	2013	293 013	214 999	(47 969)	(18 429)	148 602
R. Brito Capelo, 385	Matosinhos	2013	468 503	545 526	(131 827)	(73 924)	339 775
R. Mértola, 68 a 74 Fr. A	Beja	2013	82 503	260 139	(20 000)	(13 101)	227 039
R. Mértola, 68 a 74 Fr. D	Beja	2013	18 191	45 000	(3 207)	(2 385)	39 408
R. Mértola, 68 a 74 Fr. E	Beja	2013	12 538	33 386	(2 000)	(1 824)	29 562
Av. Independência Nacional, 6 Lj Esq. Fr. M	Caldas da Rainha	2013	385 499	274 852	(6 401)	(36 490)	231 961
R. Sr ^a . Piedade, Lt. 4 Fr. L	Castelo Branco	2013	446 228	293 104	(19 887)	(51 679)	221 538
Rua Santa Luzia, 60 r/c esq Fr. B	Pombal	2013	185 433	173 115	(1 826)	(33 675)	137 614
R. Fanares, 7 Fr. P	Sintra	2013	267 179	250 159	(36 592)	(34 086)	179 481
R. Paiva Andrade, 619 4 Fr. A	Torres Vedras	2014	665 532	416 225	-	(66 572)	349 654
Av. Dr. Manuel G. Lemos, cv Fr. A	Figueira da Foz	2014	3 835	6 198	(861)	(1 342)	3 994
Av. Dr. Manuel G. Lemos, 1 ^o Fr. D	Figueira da Foz	2014	55 921	101 666	-	(16 768)	84 898
Av. Dr. Manuel G. Lemos, 1 ^o Fr. E	Figueira da Foz	2014	94 962	71 164	(5 411)	(9 820)	55 933
Av. Dr. Manuel G. Lemos, Fr. C	Figueira da Foz	2014	239 168	159 485	(7 534)	(22 102)	129 850
Av. Eng. Arantes e Oliveira , 1041 Lj. 3 Fr. C	S. João da Madeira	2013	432 929	508 684	(339 680)	(53 642)	115 362
Av. Eng. Arantes e Oliveira , 1041 Lj. 4 Fr. D	S. João da Madeira	2013	197 565	131 637	-	(20 188)	111 449
Av. Eng. Arantes e Oliveira , 1041 Lj. 9 Fr. I	S. João da Madeira	2013	281 521	194 531	(72 915)	(20 277)	101 340
Av. Eng. Arantes e Oliveira , 1041 Lj. 10 Fr. J	S. João da Madeira	2013	290 750	134 676	(50 337)	(14 067)	70 272
R. Açoreano Oriental, 41	Ponta Delgada	2013	1 516 612	1 185 501	(362 502)	(140 979)	682 019
Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, 19 r/c Fr. A	Tavira	2014	263 281	234 435	(82 446)	(23 111)	128 878
R. Comendador Cupertino de Miranda, 35 r/c Fr. D	V. N. Famalicão	2013	918 455	600 894	(118 544)	(78 091)	404 259
R. Batalha Reis, 6 cave estacionamento Fr. A	Guarda	2013	22 659	47 052	(22 653)	(18 483)	5 917
R. Batalha Reis, 6 r/c Fr. B	Guarda	2013	652 787	404 185	(168 751)	(38 180)	197 254
R. Fernando Magalhães, Ed. Barrocas sub cave Fr. B	Barcelos	2014	11 088	9 278	(1 277)	(1 509)	6 493
R. Fernando Magalhães, Ed. Barrocas r/c Fr. T	Barcelos	2014	562 499	500 152	-	(77 130)	423 022
Av. José Júlio, Fr. F	Penafiel	2013	154 255	57 128	(14 546)	(8 037)	34 546
Av. José Júlio, Fr. O	Penafiel	2013	381 769	213 554	(11 869)	(28 954)	172 731
R. Sapateiros, 21 r/c Fr. B	Elvas	2013	129 725	409 559	(92 652)	(50 180)	266 727
R. Comb. Grande Guerra, 168 Fr. BH	Gondomar	2013	461 496	294 242	(6 975)	(40 660)	246 607
R. Comb. Grande Guerra, 168 Fr. CA	Gondomar	2013	5 567	15 801	(1 395)	(2 076)	12 330
R. Comb. Grande Guerra, 168 Fr. CB	Gondomar	2013	5 567	15 801	(1 395)	(2 076)	12 330
Av. 1 ^o dezembro de 1640, 529 r/c esq Fr. A	Seixal	2013	234 693	288 013	(125 124)	(23 327)	139 561
Av. 1 ^o dezembro de 1640, 529 r/c dto Fr. B	Seixal	2013	234 654	288 014	(135 686)	(22 591)	129 737
Terr. D. João V, 11 r/c Fr. A	Mafra	2013	513 793	457 100	(150 690)	(49 238)	257 172
Av. 5 outubro, 7 r/c Fr. B (Av.D.Nuno A.Perr., 43 45)	Santiago do Cacém	2013	472 500	389 999	(181 741)	(40 068)	168 190
Av. da República, 2122 r/c Fr. B	V. N. Gaia	2013	498 331	224 276	-	(26 627)	197 649
Av. da República, 2122 estacionamento Fr. BF	V. N. Gaia	2013	11 120	26 652	(15 374)	(1 396)	9 882
Av. da República, 2130 r/c Fr. A	V. N. Gaia	2013	384 622	372 599	(127 874)	(32 166)	212 558
R. Romão Ramalho, 26 A r/c Fr. A	Évora	2013	639 385	349 059	(28 325)	(48 996)	271 737
R. Romão Ramalho, 26 A 1 ^o Fr. E	Évora	2013	116 361	151 356	(13 000)	(17 783)	120 553
R. Romão Ramalho, 26 A 1 ^o e 2 ^o Fr. F	Évora	2013	71 548	152 721	(30 375)	(15 628)	106 719
R. 5 de outubro, 14 a 18 r/c esq Fr. A	Portalegre	2013	154 130	81 802	(24 557)	(7 922)	49 322
R. 5 de outubro, 14 a 18 r/c dto Fr. B	Portalegre	2013	231 245	93 892	(13 499)	(11 342)	69 051
R. Dr. Alfredo Pimenta, 82 r/c Fr. A	Guimarães	2013	717 078	656 659	-	(88 863)	567 797
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. C	Leiria	2013	342 561	258 751	(85 073)	(25 509)	148 169
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. D	Leiria	2013	342 561	266 251	(92 116)	(25 966)	148 169
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AC	Leiria	2013	42 980	33 118	(12 159)	(3 178)	17 780
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AD	Leiria	2013	42 980	33 120	(12 159)	(3 181)	17 780
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AE	Leiria	2013	42 980	33 120	(12 159)	(3 181)	17 780

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AF	Leiria	2013	42 980	51 859	(18 822)	(5 378)	27 658
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AG	Leiria	2013	42 980	51 856	(18 822)	(5 375)	27 658
R. Simão Bolivar, 241 Fr. AQ	Maia	2013	455 194	320 623	(36 469)	(37 120)	247 034
R. Simão Bolivar, 241 Fr. P	Maia	2013	13 044	20 878	(11 888)	(1 579)	7 411
Av. Dr. Cândido Madureira, 40 a 42 Fr. A	Tomar	2014	546 363	414 007	(36 366)	(52 923)	324 717
R. Serpa Pinto, 1 a 5	V. Franca de Xira	2014	697 390	423 979	(31 754)	(52 591)	339 634
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 r/c esq Fr. A	Aveiro	2013	176 197	780 351	-	(386 046)	394 306
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 1º esq Fr. F	Aveiro	2013	9 247	55 323	-	(27 723)	27 600
R. João Dias, 12 a 19 / R. 1º dezembro, 30 cave Fr. B	Faro	2013	267 243	542 683	-	(129 494)	413 189
R. João Dias, 12 a 19 / R. 1º dezembro, 30 1º Fr. C	Faro	2013	229 721	588 981	-	(121 684)	467 297
R. Salgado Zenha, 18 Fr. BQ (Est.Ext.Circunv.3876)	Gondomar	2013	10 004	9 842	(465)	(1 501)	7 876
R. Salgado Zenha, 18 Fr. BR (Est.Ext.Circunv.3876)	Gondomar	2013	10 004	9 842	(465)	(1 501)	7 876
R. Salgado Zenha, 18 (Est.Exterior Circunvalação, 3872) Fr. ED	Gondomar	2013	470 733	288 305	(27 060)	(38 740)	222 505
R. D. Manuel I, Ed. Império, Bl. B, Lj. 4 Fr. E	Mirandela	2013	386 413	315 365	-	(49 400)	265 965
R. Mouzinho de Albuquerque, 10 B r/c e cave Fr. B	Portimão	2013	126 056	282 063	-	(45 670)	236 392
R. Combatentes G. Guerra, 22 r/c esq Fr. B	Odivelas	2013	111 314	99 760	(18 099)	(12 589)	69 071
Av. Central, 102 a 104 r/c e 1º (S/Lj.) Fr. A	Braga	2013	1 161 312	1 018 105	(18 736)	(130 824)	868 545
P. do Brasil, Bl. 2 r/c Lj. 4 Fr. CJ	Chaves	2013	327 504	254 620	(23 650)	(38 516)	192 455
R. Francisco Lemos, 11 a 17 r/c Fr. B	Condeixa-a-Nova	2013	63 920	64 800	(19 467)	(7 792)	37 541
R. Serpa Pinto, 129 Lj. 21 Fr. V	Paredes	2013	310 000	270 258	(63 603)	(28 712)	177 943
R. Serpa Pinto, 129 Lj. 22 Fr. X	Paredes	2013	175 656	154 177	(33 651)	(16 726)	103 800
Av. Maria da Conceição, 49 e 49 B Fr. B	Carcavelos	2013	47 700	318 933	-	(63 548)	255 385
R. Martim Velho / L. Almas, 17 a 23 Lj.27 r/c Fr.H	Viana do Castelo	2013	223 360	253 193	-	(31 988)	221 206
Rua Vasco da Gama, 23 r/c esq - Fr. A	Loures	2013	359 773	359 773	(142 915)	(18 600)	198 258
R. do Loreto, 112 2º dto Fr. O	Bragança	2013	269 547	297 734	(27 387)	(24 954)	245 393
R. Mário Azevedo Gomes, 6 r/c dto Fr. B	Lisboa	2013	752 095	1 199 071	(323 131)	(5 748)	870 192
R. Dr. Silvestre Falcão, 15 r/c dto Fr. C	Tavira	2013	146 579	185 217	-	(18 838)	166 379
Trav. dos Remédios, 8 r/c Fr. A	Peniche	2013	358 077	329 143	(67 546)	(20 956)	240 641
R. das Gáies, Lote 4.43.01 Lj 52 E Fr. BD	Lisboa	2013	244 094	253 262	(17 624)	(16 968)	218 670
R. das Gáies, Lote 4.43.01 Lj 55 E Fr. BG	Lisboa	2013	361 230	407 685	-	(29 107)	378 578
L. da Estação, 2 r/c Fr. B	Valença	2013	177 219	214 871	-	(18 446)	196 425
R. Dr. Justino Pinto de Oliveira, 7 r/c Fr. E	Lamego	2013	456 361	437 201	(142 018)	(25 064)	270 119
Av. Rainha D. Amélia, 22 e 24 r/c Fr. D	Guarda	2013	375 866	367 634	(179 790)	(15 751)	172 093
P. da Concórdia, 54 r/c esq Fr. A	Montijo	2013	121 014	119 176	(3 095)	(9 298)	106 783
P. da Concórdia, 54 r/c fte Fr. C	Montijo	2013	147 731	140 045	-	(14 192)	125 853
R. Dr. Anibal Bettencourt, 242 piso 1 Fr. N	Angra do Heroísmo	2013	93 413	144 201	-	(11 710)	132 491
R. Dr. Anibal Bettencourt, 242 piso 1 Fr. O	Angra do Heroísmo	2013	143 211	140 961	(15 513)	(10 758)	114 690
Urbanização dos Plátanos, 3 1º C Fr. E	Abrantes	2013	214 973	212 280	(13 743)	(16 833)	181 704
R do Lagedo, 53 e 55 Fr. K	Ponta Delgada	2013	203 996	226 158	(15 999)	(18 795)	191 364
Estrada do Fidalgo Loteamento dos Cedros, bloco A r/c Fr. H	Santiago do Cacém	2013	118 284	206 607	(115 743)	(7 924)	82 940
Estrada do Fidalgo Loteamento dos Cedros, bloco A r/c Fr. G	Santiago do Cacém	2013	118 284	120 267	(11 145)	(8 822)	100 300
R. Cidade de Bolama	Olivais	2013	138 176	4 909 546	-	(1 814 917)	3 094 629
Na Sede-Praia	Santiago	2013	239 122	239 122	-	(24 010)	215 112
Edifício da Sede Chã d'Areia	Santiago	2011	2 165 931	1 911 137	-	(187 469)	1 723 668
Armazém A.Grande	Santiago	2013	136 320	215 517	-	(21 640)	193 878
Edifício na Filial S.Vte	S.Vicente	2013	457 772	552 843	-	(55 510)	497 333
Espaço Comercial p/Escritório-Boavista	Boa Vista	0	122 269	172 351	-	(17 165)	155 186
Edifício Para Agência - Palmarejo	Santiago	2013	151 453	157 666	-	(15 831)	141 835
Espaço Garantia Sta Maria - Sal	Sal	2013	46 185	68 906	-	(6 906)	62 000
Delegação do Sal - Espargos	Sal	2013	508	78 629	-	-	78 629
Assomada	Santiago	2008	15 684	54 414	-	-	54 414

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
S.Filipe	Fogo	0	5 171	5 171	-	-	5 171
Palha Sé - AGF - Praia	Santiago	0	57 916	57 916	-	-	57 916
Hospital do MarRua dos Girassóis Lote: 381	Bobadela	2014	10 708 072	14 113 613	-	(3 504 888)	10 608 724
CLUBE DE REPOUSO CASA DOS LEÕES R.Monte Flor, nº 35	Carnaxide	2014	7 853 731	11 402 791	-	(3 553 163)	7 849 628
HOSPITAL DA ARRÁBIDAS. Pedro Afurada, Praceta Henriques Moreira, nº 150	Vila Nova de Gaia	2014	20 311 917	31 479 925	-	(11 711 743)	19 768 182
Tivoli - PortoRamalde, Gaveto da R Afonso Lopes Vieira N.ºs 46/154 com a R Fernando Pessoa N.ºs 50/72 - Fração C	Porto	2014	5 800 000	5 874 061	-	-	5 874 061
CLÍNICA PARQUE DOS POETASRua Coro de Santo Amaro de Oeiras, nº 12	Oeiras	2014	8 904 788	12 144 341	-	(3 352 726)	8 791 615
CENTRO CLÍNICO DA AMADORAPraça Ernesto Melo Antunes nº 1, com traseiras para a Rua Machado Santos nº 5, Venteira	Amadora	2014	5 802 468	7 061 961	-	(1 324 219)	5 737 742
HOSPITAL PRIVADO DE AVEIRO Setor H da Urbanização Forca Vouga, Rua do Brasil, nº21, Lote nº16	Aveiro	2014	7 906 711	13 013 304	-	(5 278 759)	7 734 545
CENTRO MÉDICO DE ÁGUEDA Av Calouste Gulbenkian Nº: 14	Águeda	2014	266 042	489 887	-	(229 100)	260 787
CENTRO MÉDICO DE OIÃOIã, Rua Dr. Angélio Graça	Oiã	2014	3 554 511	5 116 908	-	(1 600 305)	3 516 603
CLIPÓVOA - HOSPITAL PRIVADO Lugar de Penouce	Póvoa do Varzim	2014	18 148 241	29 306 686	-	(11 444 165)	17 862 522
CLIPÓVOA - CLÍNICA DO FOCO Rua Beato Inácio de Azevedo, Nº 61	Porto	2014	2 839 924	4 178 540	-	(1 360 572)	2 817 969
CLIPÓVOA - CLÍNICA DE AMARANTE Avenida General Vitorino Laranjeira - Bloco B	Amarante	2014	1 346 767	2 266 073	-	(927 669)	1 338 404
HOSPITAL DE SANTIAGO Estrada Nacional 10, km 37, Casal do Brejo	Setúbal	2014	20 650 655	26 678 459	-	(6 103 937)	20 574 522
INSTALAÇÕES DOS BOMBEIROS - SAPADORES - 3ª COMPANHIA AVENIDA LUSIADA QUARTEL RSB R/C,	Lisboa	-	-	15 070 797	-	-	15 070 797
LOTE DE TERRENO Av. Marechal Teixeira Rebelo, Lote 27, Carnide	Lisboa	2014	1 930 448	4 230 771	(2 068 839)	-	2 161 932
HOSPITAL DA LUZAv. Lusitana Nº: 100 (Hospital) - Direito de superfície por 100 anos	Lisboa	2014	102 022 018	131 435 820	-	(28 941 154)	102 494 666
CASAS DA CIDADEAv. Lusitana Nº: 100 (Residências) - Direito de superfície por 100 anos	Lisboa	2014	31 381 177	35 072 555	-	(3 867 196)	31 205 359
Obras realizadas em edifícios de terceiros	VN Cerveira	-	131 861	205 299	-	(74 039)	131 260
Obras realizadas em edifícios de terceiros	Lisboa	-	5 278	393 403	-	(391 146)	2 257
Estudos e projetos	Oeiras	-	50 848	115 970	-	-	115 970
Total de Serviço Próprio			352 912 102	505 787 195	(11 834 376)	(110 812 583)	383 140 236
IMÓVEIS DE RENDIMENTO							
Av. 5 de outubro, 17	Lisboa	2013	1 671 544	5 198 611	-	-	5 198 611
Av. 5 de outubro, 214	Lisboa	2013	1 911 301	3 978 062	-	-	3 978 062
Av. D. Carlos I, 1 a 25	Lisboa	2013	560 131	4 908 731	-	-	4 908 731
Av. João XXI, 47	Lisboa	2013	128 171	1 600 110	-	-	1 600 110
Av. da Liberdade, 227	Lisboa	2013	143 473	3 453 281	-	-	3 453 281
Av. Manuel da Maia, 50	Lisboa	2013	504 972	3 615 188	-	-	3 615 188
R. Luis Manuel Noronha, 10 a 10 C cave Fr. C	Algés	2013	4 415	98 512	-	-	98 512
P. Duque de Terceira, 14 a 19	Lisboa	2013	243 329	1 873 592	-	-	1 873 592
P. da Figueira, 18	Lisboa	2013	125 519	2 925 900	-	-	2 925 900
P. Francisco Morais, 2	Lisboa	2013	124 618	1 014 589	-	-	1 014 589
P. Francisco Sá Carneiro, 6	Lisboa	2013	260 563	2 271 857	-	-	2 271 857
R. Almeida e Sousa, 34	Lisboa	2013	155 808	833 359	-	-	833 359
R. António Pereira Carrilho, 3	Lisboa	2013	90 363	1 022 833	-	-	1 022 833
R. Augusta, 98 a 104	Lisboa	2013	14 696	598 790	-	-	598 790
R. Augusto dos Santos, 2	Lisboa	2013	180 786	1 183 663	-	-	1 183 663
R. Azedo Gneco, 47	Lisboa	2013	191 679	1 371 864	-	-	1 371 864
R. D. Domingos Jardim, 8	Lisboa	2013	53 267	543 441	-	-	543 441
R. D. Fuas Roupinho, 52	Lisboa	2013	85 630	384 143	-	-	384 143
R. da Bempostinha, 35	Lisboa	2013	149 204	640 651	-	-	640 651
R. da Beneficência, 99	Lisboa	2013	23 112	741 882	-	-	741 882
R. da Prata, 233 a 241	Lisboa	2013	220 335	1 157 058	-	-	1 157 058
R. das Picoas, 4	Lisboa	2013	386 289	2 133 244	-	-	2 133 244

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. das Trinas, 2 a 10	Lisboa	2013	167 032	1 031 464	-	-	1 031 464
R. do Século, 68 a 84	Lisboa	2013	95 355	628 111	-	-	628 111
R. Ferreira Borges, 193	Lisboa	2013	176 952	2 470 119	-	-	2 470 119
R. Infanteria 16, 77	Lisboa	2013	205 273	1 261 460	-	-	1 261 460
R. Jau, 23	Lisboa	2013	191 271	1 139 797	-	-	1 139 797
R. José Estevão, 31	Lisboa	2013	442 865	2 859 812	-	-	2 859 812
R. Luis Derouet, 9	Lisboa	2013	173 038	627 385	-	-	627 385
R. Martins Barata, 3	Lisboa	2013	495 306	2 502 536	-	-	2 502 536
R. Nova do Almada, 1 a 15	Lisboa	2013	197 235	3 299 111	-	-	3 299 111
R. Oliveira Martins, 11	Lisboa	2013	143 480	440 650	-	-	440 650
R. das Pedras Negras, 34 a 36	Lisboa	2013	199 985	974 059	-	-	974 059
R. Pinheiro Chagas, 99	Lisboa	2013	142 019	1 243 609	-	-	1 243 609
R. do Possolo, 61 a 67	Lisboa	2013	44 543	320 187	-	-	320 187
R. de São Marçal, 41	Lisboa	2013	67 311	449 778	-	-	449 778
R. Sampaio Bruno, 29	Lisboa	2013	149 877	643 084	-	-	643 084
R. Santana a Lapa, 157	Lisboa	2013	97 990	591 915	-	-	591 915
R. Saraiva de Carvalho, 5	Lisboa	2013	55 291	1 033 468	-	-	1 033 468
R. do Telhal, 70	Lisboa	2013	511 169	1 866 973	-	-	1 866 973
R. Tenente Ferreira Durão, 39	Lisboa	2013	133 377	748 589	-	-	748 589
R. Aliança Operária, 112 B Fr. B	Lisboa	2013	6 743	157 837	-	-	157 837
Av. José Malhoa, 13	Lisboa	2014	12 004 953	9 081 034	-	-	9 081 034
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 7 Fr. G	Porto	2013	90 861	245 921	-	-	245 921
Prcta. da Árvore, 3 cave Fr. A	Amadora	2013	14 925	78 000	-	-	78 000
R. José Gomes Ferreira, 10 sub cave Fr. A	Amadora	2013	14 794	165 670	-	-	165 670
R. José Gomes Ferreira, 7 cave G Fr. G	Amadora	2013	16 954	124 300	-	-	124 300
R. Herculano Carvalho, 7 cave F Fr. I	Amadora	2013	12 960	68 558	-	-	68 558
R. Herculano Carvalho, 7 cave A Fr. D	Amadora	2013	2 834	12 000	-	-	12 000
Av. D. José I, Lote 79	Amadora	2013	92 044	1 816 000	-	-	1 816 000
Av. António Sérgio, 14 cave H fte esq Fr. I	Amadora	2013	3 953	40 000	-	-	40 000
P. D. João I, 4 ex-lote 155	Amadora	2013	51 036	453 904	-	-	453 904
R. Carlos Amaro Matos, 36	Amadora	2013	11 509	360 186	-	-	360 186
R. Elias Garcia, 229 cave e sub cave Fr. A	Amadora	2013	143 365	715 480	-	-	715 480
R. Elias Garcia, 229 1º esq fte Fr. N	Amadora	2013	26 975	163 880	-	-	163 880
R. Elias Garcia, 229 r/c Fr. C	Amadora	2013	3 148	52 000	-	-	52 000
R. Elias Garcia, 229 1º esq Fr. P	Amadora	2013	6 743	62 000	-	-	62 000
R. Nossa Senhora da Lapa, 7	Amadora	2013	3 263	200 429	-	-	200 429
Pcta. Nascente à R. Prof. J. Vic. França, Letra CC	Verderena	2013	14 674	145 614	-	-	145 614
P. da República, 38 e 39	Beja	2013	88 048	100 000	-	-	100 000
R. José Veríssimo Duarte, 9 a 13	Bombarral	2013	188 165	884 401	-	-	884 401
R. José Veríssimo Duarte, 1 a 7	Bombarral	2013	499 138	1 215 251	-	-	1 215 251
R. Justino Cruz, 90 1º Esc. 13 Fr. D	Braga	2013	36 460	69 201	-	-	69 201
R. Justino Cruz, 90 1º Esc. 12 Fr. C	Braga	2013	36 460	57 337	-	-	57 337
R. Justino Cruz, 90 1º Esc. 14 Fr. E	Braga	2013	49 136	93 915	-	-	93 915
R. Justino Cruz, 90 1º Esc. 11 Fr. B	Braga	2013	36 460	66 234	-	-	66 234
R. Combatentes Grande Guerra, 203 e 205	Bragança	2014	127 779	222 000	-	-	222 000
Lugar Campo de Bico - Refojos, r/c dto Fr. C	Sabeciras de Bastr	2013	99 083	67 200	-	-	67 200
P. da República, 63 e 65	Caldas da Rainha	2013	526 552	400 000	-	-	400 000
Av. das Comunidades Europeias, 415 10º Fr. BA	Cascais	2013	5 583	63 366	-	-	63 366
Av. das Comunidades Europeias, Torre 3 1º Fr. C	Cascais	2013	4 064	63 000	-	-	63 000
P. Município Centro Cívico	Covilhã	2013	510 723	900 000	-	-	900 000
R. Vasco da Gama, 47 e 49	Faro	2014	46 264	339 454	-	-	339 454

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. da Alfândega, 44 a 46	Funchal	2013	637 943	1 498 227	-	-	1 498 227
R. do Estanco Velho, 2 a 10	Funchal	2013	35 592	993 329	-	-	993 329
R. Capitão Mouzinho Albuquerque, 94	Leiria	2013	392 400	1 464 423	-	-	1 464 423
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 10º D Fr. J2	Sto Antº Cavaleiros	2013	2 764	37 564	-	-	37 564
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 1º D Fr. A4	Sto Antº Cavaleiros	2013	2 764	37 564	-	-	37 564
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 6º D Fr. F4	Sto Antº Cavaleiros	2013	2 764	37 564	-	-	37 564
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 8º A Fr. H1	Sto Antº Cavaleiros	2013	2 556	31 412	-	-	31 412
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 8º C Fr. H3	Sto Antº Cavaleiros	2013	2 556	31 412	-	-	31 412
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 8º D Fr. H4	Sto Antº Cavaleiros	2013	2 764	34 679	-	-	34 679
R. Artur Ferreira da Silva, 2	Moscavide	2013	152 997	628 513	-	-	628 513
R. José Rodrigues Silva Júnior, 393 r/c Fr. A	Maia	2013	268 886	225 000	-	-	225 000
R. de São Tiago, 23 r/c e cave eq. Fr. A	Mirandela	2014	78 252	87 000	-	-	87 000
L. Brito Paes, 7	Odemira	2014	57 405	82 713	-	-	82 713
Av. Ivens, 56	Dafundo	2013	29 939	451 970	-	-	451 970
Av. Ivens, 54	Dafundo	2013	47 798	380 292	-	-	380 292
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 29 Fr. L	Paço d'Arcos	2013	16 547	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 30 Fr. J	Paço d'Arcos	2013	16 547	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 28 Fr. M	Paço d'Arcos	2013	16 547	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 49 Fr. X	Paço d'Arcos	2013	17 729	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 50 Fr. V	Paço d'Arcos	2013	18 320	5 000	-	-	5 000
R. Adelino Amaro da Costa, 13 cave fte Fr. B	Paço d'Arcos	2013	12 724	62 614	-	-	62 614
R. 1º de maio, 25	Dafundo	2013	151 552	1 055 686	-	-	1 055 686
R. Lino de Assunção, 20 r/c e cave Fr. A	Paço d'Arcos	2013	25 683	285 000	-	-	285 000
R. Policarpo Anjos, 29	Dafundo	2013	62 649	429 402	-	-	429 402
R. Policarpo Anjos, 29 A	Dafundo	2013	84 647	488 845	-	-	488 845
Av. da Liberdade, 13 e 15	Portalegre	2013	778 316	1 025 800	-	-	1 025 800
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 22 Fr. AL	Praia da Rocha	2014	45 605	144 000	-	-	144 000
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 23 Fr. AM	Praia da Rocha	2014	35 297	121 714	-	-	121 714
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 32 Fr. AV	Praia da Rocha	2014	31 056	92 946	-	-	92 946
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 33 Fr. AX	Praia da Rocha	2014	29 844	75 426	-	-	75 426
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 34 Fr. AZ	Praia da Rocha	2014	28 758	92 996	-	-	92 996
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 35 Fr. BA	Praia da Rocha	2014	23 616	44 880	-	-	44 880
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 36 Fr. BB	Praia da Rocha	2014	21 303	46 492	-	-	46 492
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 37 Fr. BC	Praia da Rocha	2014	24 335	104 000	-	-	104 000
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 27 Fr. AQ	Praia da Rocha	2014	165 222	457 143	-	-	457 143
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 29 Fr. AS	Praia da Rocha	2014	39 767	118 207	-	-	118 207
Av João Paulo II, 64 - Cotovia	Sesimbra	2014	19 279	251 307	-	-	251 307
R. de Santiago, 3 r/c dto Fr. C	Setúbal	2014	1 474	34 444	-	-	34 444
R. de Santiago, 3 1º dto Fr. E	Setúbal	2014	1 312	34 293	-	-	34 293
R. de Santiago, 3 2º dto Fr. G	Setúbal	2014	1 312	33 434	-	-	33 434
L. dos Pescadores, 3 r/c dto Fr. B	Setúbal	2014	1 053	31 418	-	-	31 418
L. dos Pescadores, 3 2º dto Fr. E	Setúbal	2014	1 050	41 190	-	-	41 190
L. dos Pescadores, 3 3º dto Fr. G	Setúbal	2014	1 050	41 182	-	-	41 182
L. dos Pescadores, 3 3º eq Fr. H	Setúbal	2014	1 299	32 601	-	-	32 601
L. dos Pescadores, 3 r/c eq Fr. A	Setúbal	2014	1 125	32 225	-	-	32 225
L. dos Pescadores, 3 1º eq Fr. D	Setúbal	2014	1 299	32 218	-	-	32 218
R. de Santiago, 3 cave Fr. A	Setúbal	2014	1 251	62 000	-	-	62 000
R. Cap. Mário A. Soares Pimentel, 17 r/c eq Fr. B	Sintra	2014	200 364	311 000	-	-	311 000
R. das Camélias, 5	Massamá	2014	33 961	358 452	-	-	358 452
Av. 5 de outubro, 9	Torres Vedras	2013	1 045 854	1 772 234	-	-	1 772 234
Banda 17, Lote B r/c eq Fr. B	Vialonga	2013	18 421	42 000	-	-	42 000

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Banda 17, Lote B r/c dto Fr. A	Vialonga	2013	12 693	28 000	-	-	28 000
P. da Liberdade, Torre 13 r/c 1 Fr. C	Vialonga	2013	58 763	73 937	-	-	73 937
P. da Liberdade, Torre 13 r/c 2 Fr. D	Vialonga	2013	25 828	48 912	-	-	48 912
P. da Liberdade, Torre 6 r/c A2 Fr. B	Vialonga	2013	24 225	37 000	-	-	37 000
P. da Liberdade, Torre 6 r/c A1 Fr. A	Vialonga	2013	24 225	43 000	-	-	43 000
Av. da República, 313 a 337	Vila Nova de Gaia	2013	1 620 403	6 570 061	-	-	6 570 061
R. de Angola, 28 a 40 r/c esq Fr. A	Vila Nova de Gaia	2013	530 195	328 000	-	-	328 000
Av. Beato Nuno, 20 r/c Fr. F	Fátima	2013	426 853	437 000	-	-	437 000
R. General Humberto Delgado, 49	Grandola	2013	192 225	106 188	-	-	106 188
Av. 5 de outubro, 259	Lisboa	2013	117 213	2 167 090	-	-	2 167 090
Av. 5 de outubro, 35	Lisboa	2013	1 730 376	11 148 981	-	-	11 148 981
Av. Almirante Reis, 89	Lisboa	2014	161 294	2 016 192	-	-	2 016 192
Av. Visconde Valmor, 66	Lisboa	2013	1 209 375	2 807 028	-	-	2 807 028
Av. Leopoldo de Almeida, 9 Fr. Q	Lisboa	2013	1 000 000	452 286	-	-	452 286
Calçada da Ajuda, 72	Lisboa	2013	181 018	1 313 512	-	-	1 313 512
R. Almirante Barroso, 13	Lisboa	2014	332 922	1 868 107	-	-	1 868 107
R. António Enes, 10	Lisboa	2013	79 417	1 426 157	-	-	1 426 157
Av. António Serpa, 11 a 15	Lisboa	2013	3 097 953	7 911 398	-	-	7 911 398
R. Augusta, 226 a 236	Lisboa	2013	20 715	1 557 550	-	-	1 557 550
R. D. Francisco Manuel de Melo, 3	Lisboa	2013	138 660	2 231 105	-	-	2 231 105
R. D. Francisco Manuel de Melo, 5	Lisboa	2014	125 119	3 569 000	-	-	3 569 000
R. da Emenda, 52 a 58	Lisboa	2013	210 710	1 198 361	-	-	1 198 361
R. da Lapa, 106	Lisboa	2013	550 156	1 768 959	-	-	1 768 959
R. da Madalena, 166 a 180	Lisboa	2013	259 029	1 289 326	-	-	1 289 326
R. da Prata, 273 a 283	Lisboa	2013	20 528	938 135	-	-	938 135
R. Forno do Tijolo, 50	Lisboa	2013	226 188	1 432 186	-	-	1 432 186
R. Forno do Tijolo, 40 e 42	Lisboa	2013	12 535	1 232 031	-	-	1 232 031
R. da Imprensa Nacional, 39 e 41	Lisboa	2013	115 698	1 724 387	-	-	1 724 387
R. Latino Coelho, 49 a 59	Lisboa	2013	514 958	2 363 129	-	-	2 363 129
R. Nova da Trindade, 15	Lisboa	2013	216 629	1 527 335	-	-	1 527 335
R. Rodrigues Sampaio, 15	Lisboa	2013	466 207	2 093 270	-	-	2 093 270
R. de S. Bernardo, 106 e 108	Lisboa	2013	122 147	823 405	-	-	823 405
R. S. Julião, 142 e 144	Lisboa	2013	395 221	686 735	-	-	686 735
R. S. Julião, 146 e 148	Lisboa	2013	448 887	760 125	-	-	760 125
R. dos Correiros, 79 a 85	Lisboa	2013	1 194 326	1 237 624	-	-	1 237 624
Av. General Roçadas, 62 A r/c Fr. A	Lisboa	2013	4 370	207 835	-	-	207 835
Av. General Roçadas, 62 B r/c Fr. B	Lisboa	2013	4 671	310 536	-	-	310 536
Av. General Roçadas, 62 2ª fte Fr. I	Lisboa	2013	1 055	42 968	-	-	42 968
Av. General Roçadas, 62 3ª fte Fr. M	Lisboa	2013	1 055	46 279	-	-	46 279
Av. General Roçadas, 62 4ª fte Fr. P	Lisboa	2013	1 055	45 466	-	-	45 466
Av. General Roçadas, 62 5ª esq Fr. Q	Lisboa	2013	1 055	67 040	-	-	67 040
Av. General Roçadas, 62 5ª dto Fr. R	Lisboa	2013	1 055	48 565	-	-	48 565
Av. General Roçadas, 62 5ª fte Fr. S	Lisboa	2013	1 055	38 338	-	-	38 338
Av. General Roçadas, 62 6ª esq Fr. T	Lisboa	2013	1 055	50 895	-	-	50 895
Av. General Roçadas, 62 6ª fte Fr. V	Lisboa	2013	1 055	45 459	-	-	45 459
Av. General Roçadas, 62 7ª esq Fr. X	Lisboa	2013	1 055	63 931	-	-	63 931
Av. Elias Garcia, 105 r/c e cave Fr. A	Lisboa	2013	12 292	616 656	-	-	616 656
Av. Elias Garcia, 105 1ª esq Fr. B	Lisboa	2013	6 868	141 428	-	-	141 428
Av. Elias Garcia, 105 1ª dto Fr. C	Lisboa	2013	7 799	247 924	-	-	247 924
Av. Elias Garcia, 105 2ª esq Fr. D	Lisboa	2013	6 899	105 664	-	-	105 664
Av. Elias Garcia, 105 2ª dto Fr. E	Lisboa	2013	68 143	244 000	-	-	244 000

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Av. Elias Garcia, 105 3º esq Fr. F	Lisboa	2013	7 048	111 153	-	-	111 153
Av. Elias Garcia, 105 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	7 035	121 728	-	-	121 728
Av. Elias Garcia, 105 4º esq Fr. H	Lisboa	2013	6 905	105 088	-	-	105 088
Av. Elias Garcia, 105 4º dto Fr. I	Lisboa	2013	33 140	238 000	-	-	238 000
Av. Elias Garcia, 105 5º esq Fr. J	Lisboa	2013	17 995	216 400	-	-	216 400
Av. Elias Garcia, 105 5º dto Fr. L	Lisboa	2013	7 035	244 000	-	-	244 000
Av. Elias Garcia, 105 6º esq Fr. M	Lisboa	2013	6 871	83 499	-	-	83 499
Av. Elias Garcia, 105 6º dto Fr. N	Lisboa	2013	37 549	243 600	-	-	243 600
R. Filipe Folque, 7 A r/c Fr. A	Lisboa	2014	6 945	58 882	-	-	58 882
R. Filipe Folque, 7 B e 7 C r/c Fr. B	Lisboa	2014	17 784	130 220	-	-	130 220
R. Filipe Folque, 7 E e 7 F r/c Fr. C	Lisboa	2014	18 628	325 514	-	-	325 514
R. Filipe Folque, 7 1º dto Arrec. F e Fr. D	Lisboa	2014	40 903	253 060	-	-	253 060
R. Filipe Folque, 7 1º esq Arrec. E e Fr. E	Lisboa	2014	64 071	202 834	-	-	202 834
R. Filipe Folque, 7 2º dto Arrec. D e Fr. F	Lisboa	2014	25 703	320 556	-	-	320 556
R. Filipe Folque, 7 2º esq Arrec. C e Fr. G	Lisboa	2014	57 270	244 895	-	-	244 895
R. Filipe Folque, 7 3º dto Arrec. B e Fr. H	Lisboa	2014	29 831	280 533	-	-	280 533
R. Filipe Folque, 7 3º esq Arrec. A e Fr. I	Lisboa	2014	57 839	211 357	-	-	211 357
R. Filipe Folque, 7 4º dto Fr. J	Lisboa	2014	19 796	275 067	-	-	275 067
R. Filipe Folque, 7 4º esq Fr. K	Lisboa	2014	10 320	224 795	-	-	224 795
Av. Defensores de Chaves, 27 A r/c Fr. A	Lisboa	2013	590	19 787	-	-	19 787
Av. Defensores de Chaves, 27 B r/c Fr. B	Lisboa	2013	492	12 477	-	-	12 477
Av. Defensores de Chaves, 27 C r/c Fr. C	Lisboa	2013	644	29 192	-	-	29 192
Av. Defensores de Chaves, 27 D r/c Fr. D	Lisboa	2013	458	15 365	-	-	15 365
Av. Defensores de Chaves, 27 1º esq Fr. E	Lisboa	2013	135 861	287 856	-	-	287 856
Av. Defensores de Chaves, 27 1º dto Fr. F	Lisboa	2013	74 501	136 532	-	-	136 532
Av. Defensores de Chaves, 27 2º esq Fr. G	Lisboa	2013	76 372	276 197	-	-	276 197
Av. Defensores de Chaves, 27 2º dto Fr. H	Lisboa	2013	140 674	356 001	-	-	356 001
Av. Defensores de Chaves, 27 3º esq Fr. I	Lisboa	2013	35 250	271 656	-	-	271 656
Av. Defensores de Chaves, 27 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	75 024	175 512	-	-	175 512
Av. Defensores de Chaves, 27 4º esq Fr. L	Lisboa	2013	85 933	333 260	-	-	333 260
Av. Defensores de Chaves, 27 4º dto Fr. M	Lisboa	2013	77 109	330 992	-	-	330 992
R. Tomás Anunciação, 38 A e 38 B r/c Fr. A	Lisboa	2013	899	99 000	-	-	99 000
R. Tomás Anunciação, 38 D r/c Fr. B	Lisboa	2013	566	49 123	-	-	49 123
R. Coelho da Rocha, 85 A r/c Fr. C	Lisboa	2013	550	90 769	-	-	90 769
R. Coelho da Rocha, 85 r/c Fr. D	Lisboa	2013	466	182 000	-	-	182 000
R. Tomás Anunciação, 38 C r/c Fr. E	Lisboa	2013	633	90 013	-	-	90 013
R. Tomás Anunciação, 38 1º dto Fr. F	Lisboa	2013	1 765	88 013	-	-	88 013
R. Tomás Anunciação, 38 1º esq Fr. G	Lisboa	2013	2 748	32 989	-	-	32 989
R. Tomás Anunciação, 38 2º dto Fr. H	Lisboa	2013	1 765	42 665	-	-	42 665
R. Tomás Anunciação, 38 2º esq Fr. I	Lisboa	2013	2 748	61 367	-	-	61 367
R. Tomás Anunciação, 38 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	1 765	126 920	-	-	126 920
R. Tomás Anunciação, 38 3º esq Fr. L	Lisboa	2013	2 748	141 608	-	-	141 608
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 1 Fr. A	Porto	2013	24 406	39 136	-	-	39 136
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 3 Fr. C	Porto	2013	25 156	43 263	-	-	43 263
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 135 Fr. JD	Porto	2013	1 612	4 126	-	-	4 126
R. de Cedofeita, 442 a 450	Porto	2013	73 111	735 383	-	-	735 383
R. de Cedofeita, 452 a 460	Porto	2013	19 393	295 250	-	-	295 250
R. de Cedofeita, 475 a 477	Porto	2013	3 232	193 832	-	-	193 832
R. Sá da Bandeira, 68 e 70	Porto	2013	24 272	486 764	-	-	486 764
Vieira da Carvalhosa, 184 C4	Porto	2013	97	5 000	-	-	5 000
Vieira da Carvalhosa, 184 C1	Porto	2013	108	5 000	-	-	5 000

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Viela da Carvalhosa, 184 C2	Porto	2013	108	5 000	-	-	5 000
Viela da Carvalhosa, 184 C3	Porto	2013	108	5 000	-	-	5 000
R. Julio Dinis, 820 r/c Fr. C	Porto	2013	1 147 702	1 000 000	-	-	1 000 000
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 r/c e cave Fr. A	Porto	2013	34 339	21 491	-	-	21 491
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 r/c Fr. B	Porto	2013	20 891	20 000	-	-	20 000
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 sobreloja Fr. C	Porto	2013	80 504	91 428	-	-	91 428
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 1ª Fr. D	Porto	2013	80 504	91 428	-	-	91 428
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 2ª Fr. E	Porto	2013	75 200	91 428	-	-	91 428
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 3ª Fr. F	Porto	2013	76 448	137 143	-	-	137 143
L. Avelar Machado, 11 e 12	Abrantes	2014	60 625	49 832	-	-	49 832
L. Avelar Machado, 9 e 10	Abrantes	2014	18 664	80 000	-	-	80 000
P. Gil Vicente, 2 Loja Fr. A	Almada	2013	344 815	160 000	-	-	160 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 146 Fr. BM	Aveiro	2014	37 034	160 000	-	-	160 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 83 a 87 r/c Fr. D	C. Branco	2014	166 920	108 000	-	-	108 000
R. da Sofia, 133 e 135	Coimbra	2013	45 428	647 042	-	-	647 042
Arco do Relógio, 4 r/c esq Fr. A	Élvos	2013	37 039	157 000	-	-	157 000
L. Chão das Covas, 24 e 25	Évora	2013	14 324	135 570	-	-	135 570
L. Dr. Alves Branco, 6 e 8 / R. Fria, 2	Évora	2013	337 161	563 844	-	-	563 844
P. do Giraldo, 24 e 25	Évora	2013	11 544	305 162	-	-	305 162
P. do Giraldo, 26 a 28	Évora	2013	8 401	270 124	-	-	270 124
P. do Giraldo, 86 a 92 / R. Serpa Pinto, 1 a 17	Évora	2013	92 018	693 576	-	-	693 576
P. do Giraldo, 18 a 20	Évora	2013	246	226 297	-	-	226 297
P. do Sertório, 1 a 5 / Trav. do Sertório, 6 a 14	Évora	2013	499	652 865	-	-	652 865
R. da República, 141 a 145	Évora	2014	85 263	3 980 000	-	-	3 980 000
R. Dr. Joaquim Henrique da Fonseca, 3	Évora	2013	1 189 355	1 468 116	-	-	1 468 116
R. Mendo Estevens, 28 e 30	Évora	2013	2 253	315 859	-	-	315 859
R. dos Nobres, 23 e 25	Évora	2014	42 650	222 137	-	-	222 137
R. Calvário, 9	Évora	2014	675	76 667	-	-	76 667
R. Eborim, 16 e 18 / R. do Cicioso, 14	Évora	2013	3 001 485	3 850 000	-	-	3 850 000
R. Eborim, 2 a 14	Évora	2014	324 590	1 704 035	-	-	1 704 035
R. João de Deus, 1 a 7	Évora	2014	215 316	600 020	-	-	600 020
R. José Elias Garcia, 17 a 23/R. da Cancela, 2 a 8	Évora	2013	91 115	293 955	-	-	293 955
R. Serpa Pinto, 135	Évora	2014	92	52 240	-	-	52 240
R. Serpa Pinto, 78 a 82	Évora	2014	301 259	953 165	-	-	953 165
Trav. Lagares, 25 / Trav. das Anjinhas, 13	Évora	2014	14 886	68 686	-	-	68 686
Trav. Lagares, 17 / Trav. do Sabugueiro, 15	Évora	2014	42 988	64 311	-	-	64 311
Trav. Paulo Ramalho, 2	Évora	2014	801	94 473	-	-	94 473
R. de João Gago, 6 a 12	Funchal	2013	74 488	2 071 046	-	-	2 071 046
P. da República, 51 a 53 r/c Fr. B	Montijo	2014	92 787	127 000	-	-	127 000
L. 1ª de dezembro, 27 a 29 r/c Loja Fr. B	Portimão	2013	83 590	93 200	-	-	93 200
R. Serpa Pinto, 116 a 120	Santarém	2013	393 147	495 995	-	-	495 995
R. Gonçalo Braga, 7 A r/c Fr. A	Moscavide	2013	215 447	96 347	-	-	96 347
R. Afonso Albuquerque, 32 3ª fte Fr. J	Alhandra	2013	17 140	74 000	-	-	74 000
R. Adriano Pinto Basto, 224 r/c Lj. 1 Fr. B	V.N.Famalicão	2013	63 546	174 264	-	-	174 264
Av. Sacadura Cabral, 171	Vila do Conde	2013	1 240	127 748	-	-	127 748
Av. Sacadura Cabral, 173	Vila do Conde	2013	1 240	122 325	-	-	122 325
Av. Infante D. Henrique, 58	Évora	2013	765	55 709	-	-	55 709
P. da República, 51 a 53 1ª dto Fr. C	Montijo	2014	24 978	70 000	-	-	70 000
P. da República, 51 a 53 1ª fte Fr. D	Montijo	2014	20 528	51 108	-	-	51 108
P. da República, 51 a 53 1ª esq Fr. E	Montijo	2014	25 079	71 000	-	-	71 000
P. da República, 51 a 53 2ª dto Fr. F	Montijo	2014	21 236	68 000	-	-	68 000

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
P. da República, 51 a 53 2º fte Fr. G	Montijo	2014	15 978	58 000	-	-	58 000
P. da República, 51 a 53 2º esq Fr. H	Montijo	2014	28 323	59 410	-	-	59 410
P. da República, 51 a 53 3º dto Fr. I	Montijo	2014	19 517	66 790	-	-	66 790
P. da República, 51 a 53 3º fte Fr. J	Montijo	2014	16 888	58 000	-	-	58 000
P. da República, 51 a 53 3º esq Fr. L	Montijo	2014	19 618	69 000	-	-	69 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 cave dta Fr. A	C. Branco	2014	546	7 250	-	-	7 250
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 cave esq Fr. B	C. Branco	2014	546	12 200	-	-	12 200
Av. Gen. Humberto Delgado, 81 r/c Fr. C	C. Branco	2014	1 092	29 000	-	-	29 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 91 r/c Fr. E	C. Branco	2014	819	18 571	-	-	18 571
Av. Gen. Humberto Delgado, 93 r/c Fr. F	C. Branco	2014	1 366	24 950	-	-	24 950
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 r/c Fr. G	C. Branco	2014	683	25 309	-	-	25 309
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 1º dto Fr. H	C. Branco	2014	2 731	52 500	-	-	52 500
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 1º fte Fr. I	C. Branco	2014	2 321	30 889	-	-	30 889
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 1º esq Fr. J	C. Branco	2014	2 458	37 405	-	-	37 405
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 2º dto Fr. L	C. Branco	2014	3 414	71 500	-	-	71 500
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 2º esq Fr. M	C. Branco	2014	3 687	71 500	-	-	71 500
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 3º dto Fr. N	C. Branco	2014	2 321	67 000	-	-	67 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 3º esq Fr. O	C. Branco	2014	2 595	31 700	-	-	31 700
R. José Régio, Banda 5 Lote B 3º dto Fr. G	Vialonga	2014	499	48 000	-	-	48 000
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 140 Fr. JI	Porto	2013	1 608	4 918	-	-	4 918
R. Joaquim da Silva Simplício, 4 3º Fr. C	Barreiro	2014	106 225	21 987	-	-	21 987
R. Joaquim da Silva Simplício, 4 r/c Fr. A	Barreiro	2014	50 776	33 000	-	-	33 000
Calçada do Tojal, 49/49A cave Fr. A	Lisboa	2013	133 103	41 491	-	-	41 491
Calçada do Tojal, 49/49A loja Fr. B	Lisboa	2013	152 425	55 049	-	-	55 049
Calçada do Tojal, 49/49A r/c dto Fr. C	Lisboa	2013	91 240	38 244	-	-	38 244
Calçada do Tojal, 49/49A r/c esq Fr. D	Lisboa	2013	121 296	47 233	-	-	47 233
Calçada do Tojal, 49/49A 1º dto Fr. E	Lisboa	2013	138 470	54 621	-	-	54 621
Calçada do Tojal, 49/49A 1º esq Fr. F	Lisboa	2013	138 470	54 746	-	-	54 746
Calçada do Tojal, 49/49A 2º dto Fr. G	Lisboa	2013	138 470	59 665	-	-	59 665
Calçada do Tojal, 49/49A 2º esq Fr. H	Lisboa	2013	138 470	54 621	-	-	54 621
Calçada do Tojal, 49/49A 3º dto Fr. I	Lisboa	2013	138 470	50 598	-	-	50 598
Calçada do Tojal, 49/49A 3º esq Fr. J	Lisboa	2013	138 470	58 621	-	-	58 621
Calçada do Tojal, 49/49A 4º dto Fr. K	Lisboa	2013	163 583	116 000	-	-	116 000
Calçada do Tojal, 49/49A 4º esq Fr. L	Lisboa	2013	138 470	54 621	-	-	54 621
Calçada do Tojal, 49/49A 5º dto Fr. M	Lisboa	2013	156 469	102 400	-	-	102 400
Calçada do Tojal, 49/49A 5º esq Fr. N	Lisboa	2013	138 470	58 621	-	-	58 621
Calçada do Tojal, 49/49A desvão cob. Fr. O	Lisboa	2013	36 496	50 800	-	-	50 800
R. Ten. Ferreira Durão, 57 loja (42 Al.S) Fr. A	Lisboa	2013	78 016	57 000	-	-	57 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 loja (42A Al.S) Fr. B	Lisboa	2013	118 537	44 531	-	-	44 531
R. Ten. Ferreira Durão, 57 r/c esq Fr. C	Lisboa	2013	139 275	80 000	-	-	80 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 1º dto Fr. D	Lisboa	2013	132 490	90 000	-	-	90 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 1º esq Fr. E	Lisboa	2013	105 195	39 758	-	-	39 758
R. Ten. Ferreira Durão, 57 1º frente Fr. F	Lisboa	2013	116 465	95 000	-	-	95 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 2º dto Fr. G	Lisboa	2013	118 290	41 258	-	-	41 258
R. Ten. Ferreira Durão, 57 2º esq Fr. H	Lisboa	2013	105 195	42 366	-	-	42 366
R. Ten. Ferreira Durão, 57 2º frente Fr. I	Lisboa	2013	116 465	80 229	-	-	80 229
R. Ten. Ferreira Durão, 57 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	118 290	41 258	-	-	41 258
R. Ten. Ferreira Durão, 57 3º esq Fr. K	Lisboa	2013	105 195	46 366	-	-	46 366
R. Ten. Ferreira Durão, 57 3º frente Fr. L	Lisboa	2013	116 465	57 537	-	-	57 537
R. Ten. Ferreira Durão, 57 4º dto Fr. M	Lisboa	2013	144 059	90 000	-	-	90 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 4º esq Fr. N	Lisboa	2013	105 195	39 758	-	-	39 758

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Ten. Ferreira Durão, 57 4º frente Fr. O	Lisboa	2013	141 945	95 000	-	-	95 000
R. Buenos Aires, 5/5C cave - Sala A Fr. A	Lisboa	2013	45 624	44 514	-	-	44 514
R. Buenos Aires, 5/5C cave - Sala C Fr. B	Lisboa	2013	50 038	45 714	-	-	45 714
R. Buenos Aires, 5/5C cave - Sala B Fr. C	Lisboa	2013	57 925	46 114	-	-	46 114
R. Buenos Aires, 5/5C r/c esq Fr. D	Lisboa	2013	592 642	371 320	-	-	371 320
R. Buenos Aires, 5/5C r/c dto Fr. E	Lisboa	2013	71 728	68 954	-	-	68 954
R. Buenos Aires, 5/5C 1º dto Fr. F	Lisboa	2013	280 463	189 600	-	-	189 600
R. Buenos Aires, 5/5C 1º esq Fr. G	Lisboa	2013	230 022	112 789	-	-	112 789
R. Buenos Aires, 5/5C 2º dto Fr. H	Lisboa	2013	310 147	144 507	-	-	144 507
R. Buenos Aires, 5/5C 2º esq Fr. I	Lisboa	2013	235 309	80 409	-	-	80 409
R. Buenos Aires, 5/5C 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	278 393	106 789	-	-	106 789
R. Buenos Aires, 5/5C 3º esq Fr. L	Lisboa	2013	257 879	179 068	-	-	179 068
R. Buenos Aires, 5/5C 4º esq Fr. N	Lisboa	2013	209 414	87 602	-	-	87 602
R. Buenos Aires, 12 A, B loja / cave Fr. A	Lisboa	2013	1 404 610	788 610	-	-	788 610
R. Buenos Aires, 12 A, B 1º Fr. B	Lisboa	2013	428 367	180 374	-	-	180 374
R. Buenos Aires, 12 A, B 2º Fr. C	Lisboa	2013	387 986	176 579	-	-	176 579
R. Buenos Aires, 12 A, B 3º Fr. D	Lisboa	2013	386 895	163 574	-	-	163 574
R. Carvalho Araújo, 93 AB A loja Fr. A	Lisboa	2013	445 184	191 253	-	-	191 253
R. Carvalho Araújo, 93 AB B loja Fr. B	Lisboa	2013	442 577	243 872	-	-	243 872
R. Carvalho Araújo, 93 AB 1º dto Fr. C	Lisboa	2013	127 670	130 000	-	-	130 000
R. Carvalho Araújo, 93 AB 1º esq Fr. D	Lisboa	2013	178 477	71 820	-	-	71 820
R. Carvalho Araújo, 93 AB 2º dto Fr. E	Lisboa	2013	127 670	126 419	-	-	126 419
R. Carvalho Araújo, 93 AB 2º esq Fr. F	Lisboa	2013	181 103	97 779	-	-	97 779
R. Carvalho Araújo, 93 AB 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	187 844	130 000	-	-	130 000
R. Carvalho Araújo, 93 AB 3º esq Fr. H	Lisboa	2013	157 239	143 091	-	-	143 091
R. Carvalho Araújo, 93 AB 4º Fr. I	Lisboa	2013	82 243	33 881	-	-	33 881
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 cave dto Fr. A	Lisboa	2013	168 619	120 000	-	-	120 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 cave esq Fr. B	Lisboa	2013	149 638	118 857	-	-	118 857
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 r/c dto. Fr. C	Lisboa	2013	162 818	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 r/c esq Fr. D	Lisboa	2013	136 642	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 1º dto Fr. E	Lisboa	2013	164 160	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 2º dto Fr. G	Lisboa	2013	164 160	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 2º esq Fr. H	Lisboa	2013	132 030	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 3º dto Fr. I	Lisboa	2013	136 642	64 511	-	-	64 511
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 3º esq Fr. J	Lisboa	2013	136 642	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 4º dto Fr. K	Lisboa	2013	136 642	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 4º esq Fr. L	Lisboa	2013	136 642	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 5º dto Fr. M	Lisboa	2013	157 295	134 543	-	-	134 543
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 5º esq Fr. N	Lisboa	2013	164 031	123 000	-	-	123 000
R. João Frederico Ludovice, 4 A B A loja Fr. A	Lisboa	2013	229 422	92 584	-	-	92 584
R. João Frederico Ludovice, 4 A B B loja Fr. B	Lisboa	2013	270 036	84 349	-	-	84 349
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 1º dto Fr. C	Lisboa	2013	131 725	86 451	-	-	86 451
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 1º esq Fr. D	Lisboa	2013	148 191	75 573	-	-	75 573
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 2º dto Fr. E	Lisboa	2013	131 725	55 600	-	-	55 600
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 2º esq Fr. F	Lisboa	2013	148 191	59 775	-	-	59 775
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	131 725	58 880	-	-	58 880
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 3º esq Fr. H	Lisboa	2013	148 191	56 794	-	-	56 794
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 4º dto Fr. I	Lisboa	2013	131 725	55 600	-	-	55 600
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 4º esq Fr. J	Lisboa	2013	148 191	56 794	-	-	56 794
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 5º dto Fr. K	Lisboa	2013	131 725	58 880	-	-	58 880
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 5º esq Fr. L	Lisboa	2013	165 573	117 120	-	-	117 120

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Maria Andrade, 48 A Loja C cave Fr. A	Lisboa	2013	820 569	367 118	-	-	367 118
R. Maria Andrade, 48 1º eq Fr. B	Lisboa	2013	249 227	112 118	-	-	112 118
R. Maria Andrade, 48 1º dto Fr. C	Lisboa	2013	60 315	54 000	-	-	54 000
R. Maria Andrade, 48 2º eq Fr. D	Lisboa	2013	173 330	84 295	-	-	84 295
R. Maria Andrade, 48 2º dto Fr. E	Lisboa	2013	179 293	130 400	-	-	130 400
R. Maria Andrade, 48 3º eq Fr. F	Lisboa	2013	178 868	118 000	-	-	118 000
R. Maria Andrade, 48 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	154 521	67 711	-	-	67 711
R. Maria Andrade, 48 4º eq Fr. H	Lisboa	2013	175 637	152 146	-	-	152 146
R. Maria Andrade, 48 4º dto Fr. I	Lisboa	2013	154 521	61 477	-	-	61 477
R. Rodrigo Reinel, 3 A B A loja Fr. A	Lisboa	2013	148 189	94 000	-	-	94 000
R. Rodrigo Reinel, 3 A B r/c dto Fr. B	Lisboa	2013	169 780	75 352	-	-	75 352
R. Rodrigo Reinel, 3 A B r/c eq Fr. C	Lisboa	2013	169 780	69 390	-	-	69 390
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 1º dto Fr. D	Lisboa	2013	192 856	86 779	-	-	86 779
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 1º eq Fr. E	Lisboa	2013	221 113	113 545	-	-	113 545
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 2º dto Fr. F	Lisboa	2013	229 966	165 024	-	-	165 024
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 2º eq Fr. G	Lisboa	2013	192 856	84 842	-	-	84 842
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 3º dto Fr. H	Lisboa	2013	192 856	87 375	-	-	87 375
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 3º eq Fr. I	Lisboa	2013	192 856	80 071	-	-	80 071
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 4º dto Fr. J	Lisboa	2013	192 856	85 737	-	-	85 737
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 4º eq Fr. K	Lisboa	2013	192 856	77 836	-	-	77 836
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 5º dto Fr. L	Lisboa	2013	192 856	85 737	-	-	85 737
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 5º eq Fr. M	Lisboa	2013	192 856	87 375	-	-	87 375
R. S. Marçal, 186/188 Cave Fr. A	Lisboa	2013	44 016	40 000	-	-	40 000
R. S. Marçal, 186/188 Cave Fr. B	Lisboa	2013	146 525	96 413	-	-	96 413
R. S. Marçal, 186/188 r/c Fr. C	Lisboa	2013	271 791	140 821	-	-	140 821
R. S. Marçal, 186/188 1º Fr. D	Lisboa	2013	317 511	222 000	-	-	222 000
R. S. Marçal, 186/188 2º Fr. E	Lisboa	2013	280 499	146 216	-	-	146 216
R. S. Marçal, 186/188 3º Fr. F	Lisboa	2013	151 956	68 606	-	-	68 606
R. S. Marçal, 190 r/c Fr. A	Lisboa	2013	165 325	67 246	-	-	67 246
R. S. Marçal, 190 1º Fr. B	Lisboa	2013	185 691	79 404	-	-	79 404
R. S. Marçal, 190 2º Fr. C	Lisboa	2013	185 691	71 179	-	-	71 179
R. Marechal Saldanha, 5	Lisboa	2014	3 000 443	2 276 275	-	-	2 276 275
R. Conceição, 121 a 129	Lisboa	2013	634 457	911 930	-	-	911 930
R. Prata, 75 a 85	Lisboa	2014	426 911	1 342 789	-	-	1 342 789
R. Prata, 149 a 159	Lisboa	2014	190 541	1 519 253	-	-	1 519 253
R. Prata, 174 a 178	Lisboa	2014	4 362	542 585	-	-	542 585
R. Arroios, 263 a 273	Lisboa	2014	115 021	1 177 398	-	-	1 177 398
R. S. Julião, 48 a 50	Lisboa	2014	4 349	718 082	-	-	718 082
R. Dr. António Granjo, 11 e 11 A r/c Dto. Fr. A	Lisboa	2014	559 103	425 000	-	-	425 000
R. Dr. António Martins, 23 e 23 A r/c Esq. Fr. A	Lisboa	2014	563 872	534 000	-	-	534 000
R. Buenos Aires, 7 e 7 C Fr. B	Lisboa	2013	510	45 000	-	-	45 000
R. Buenos Aires, 7 e 7 C Fr. E	Lisboa	2013	1 489	70 558	-	-	70 558
Estrada da Luz, 114 e 114 C Fr. I	Lisboa	2013	7 127	70 592	-	-	70 592
R. S. Sebastião, 122	Lisboa	2013	799 526	3 803 335	-	-	3 803 335
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. C	Lisboa	2013	7 631	78 301	-	-	78 301
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. E	Lisboa	2013	8 171	84 432	-	-	84 432
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. I	Lisboa	2013	7 444	78 301	-	-	78 301
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. J	Lisboa	2013	4 217	46 051	-	-	46 051
R. Jacinta Marto, 2 Fr. D (R. Passos Manuel, 1)	Lisboa	2013	25 256	89 111	-	-	89 111
R. Jacinta Marto, 2 Fr. C (R. Passos Manuel, 1)	Lisboa	2013	11 248	290 000	-	-	290 000
R. Jacinta Marto, 2 Fr. G (R. Passos Manuel, 1)	Lisboa	2013	3 475	43 056	-	-	43 056

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. 4 Infanteria, 1 e 1 B Fr. C(R. Coelho da Rocha, 72 A Lj.)	Lisboa	2014	893	34 928	-	-	34 928
R. D. José Mascarenhas, 71	Almada	2013	129 272	452 883	-	-	452 883
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. E	Braga	2013	9 150	60 000	-	-	60 000
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. F	Braga	2013	7 208	60 000	-	-	60 000
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. G	Braga	2013	4 990	43 000	-	-	43 000
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. H	Braga	2013	3 327	25 000	-	-	25 000
R. Almirante Candido dos Reis, 96 e 96 A	Montijo	2013	300 978	235 000	-	-	235 000
Av. República Guiné - Bissau, 17 Lj. 1 Fr. A	Setúbal	2013	608 588	250 704	-	-	250 704
R. S. Pedro, Lt. 33 Fr. B	Guarda	2013	53 629	55 000	-	-	55 000
Av. 25 de abril, Edifício São João r/c Dto Fr. AF	Abrantes	2014	247 425	89 703	-	-	89 703
Av. 25 de abril, Edifício São João r/c Dto Fr. AG	Abrantes	2014	247 425	54 068	-	-	54 068
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. G	Aveiro	2013	7 902	36 000	-	-	36 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. H	Aveiro	2013	5 716	26 000	-	-	26 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. L	Aveiro	2013	22 487	67 534	-	-	67 534
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. P	Aveiro	2013	31 944	115 000	-	-	115 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. R	Aveiro	2013	2 774	64 457	-	-	64 457
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. S	Aveiro	2013	2 648	83 000	-	-	83 000
R. João Dias, 13 a 19 3º Dto. Fr. G	Faro	2013	37 507	120 000	-	-	120 000
R. das Cinco Vilas, s/n r/c Fr. A	Ansião	2014	66 592	68 624	-	-	68 624
R. das Cinco Vilas, s/n Garagem 6 Fr. L	Ansião	2014	5 549	4 572	-	-	4 572
R. Infante de Sagres, 15 r/c Lj. D Fr. R	Lagos	2013	98 495	115 745	-	-	115 745
Av. Heliodoro Salgado, 58 r/c dto Fr. C	Sintra	2013	94 978	138 896	-	-	138 896
R. Heróis do Ultramar, Lt. 6 Fr. BD	Arruda dos Vinhos	2013	79 846	102 735	-	-	102 735
Av. Bombeiros Voluntários, 49 A Fr. A	Algés	2013	132 430	128 664	-	-	128 664
R. Jacinta Marto, 64 r/c E Fr. A	Fátima	2013	103 403	150 000	-	-	150 000
Av. da Liberdade, 1 a 7 (R. da Quinta, 81 a 85)	Fundão	2013	71 019	99 249	-	-	99 249
R. Manuel Pontes Horta, Bloco 8 r/c Fr. B	Quarteira	2013	29 464	116 722	-	-	116 722
R. Pinho Leal, 1 e 1 A r/c loja Arrecad. 6 Fr. B	Amora	2013	385 247	175 000	-	-	175 000
Av. 5 de outubro, 1 a 3 - A Lj. r/c Dto. Fr. A	Setúbal	2013	796 130	360 000	-	-	360 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 86 Fr. CR	V. N. Famalicão	2013	18 017	8 000	-	-	8 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 87 Fr. CS	V. N. Famalicão	2013	11 323	5 000	-	-	5 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 88 Fr. CT	V. N. Famalicão	2013	8 772	4 000	-	-	4 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 89 Fr. CU	V. N. Famalicão	2013	9 348	4 000	-	-	4 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 70 Fr. CV	V. N. Famalicão	2013	8 772	4 000	-	-	4 000
R. Alves Roçadas, 122 r/c loja 1 Fr. EB	V. N. Famalicão	2013	359 082	175 000	-	-	175 000
L. Combatentes Grande Guerra, 33 r/c D Lj. E 1º - Fr. B	Cantanhede	2013	405 778	200 000	-	-	200 000
R. de Jesus e R. João António Neves, r/c Lj. 2 Fr. B	Praia da Vitória	2013	81 660	70 000	-	-	70 000
P. da República, 37 a 39 r/c e 1º Fr. A	Tomar	2013	528 229	215 000	-	-	215 000
R. Antero de Quental, 17 c/v Lj. 11 Fr. B	Linda-a-Velha	2014	119 151	90 000	-	-	90 000
R. Vitor Hugo, 2 B Lj. Fr. C	Lisboa	2014	135 958	66 972	-	-	66 972
R. Campo de Ourique, 50 C Lj. Fr. B	Lisboa	2014	105 843	80 000	-	-	80 000
R. Professor Egas Moniz, 2 r/c Esq. Fr. A	V. R. Sto. António	2013	157 241	133 360	-	-	133 360
R. Angelina Vidal, 33 A Fr. G	Lisboa	2014	66 678	60 000	-	-	60 000
Av. Dr. Fernando Namora, 147 r/c Lj. B Fr. B	Coimbra	2014	116 094	58 000	-	-	58 000
P. da Concorrência, 3 Lj. B Fr. L	Santiago do Cacém	2014	103 242	80 000	-	-	80 000
R de Alpiarça (Estrada 118), 79 r/c 1º Lat Dto Fr. C	Almeirim	2014	91 615	75 000	-	-	75 000
Av. Prof. Vieira Natividade, Lt. 10 r/c C Dto Lj. 2 Fr. B	Alcobaça	2014	83 224	61 861	-	-	61 861
R. de Viseu, Lt. 1 r/c Norte Fr. A	Aveiro	2013	267 173	200 000	-	-	200 000
Av. Miguel Bombarda, 58 C r/c Fr. D	Amadora	2013	116 565	80 000	-	-	80 000
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 1180 Lt. 13 r/c Fr. A	Carcavelos	2013	197 524	120 000	-	-	120 000
R. Salvador Marques, 43 r/c Fr. A	Alhandra	2013	82 302	56 200	-	-	56 200

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Soares dos Reis, 1180 r/c Fr. F	V. N. Gaia	2013	104 249	60 000	-	-	60 000
R. D. Afonso Henriques, Bl. A r/c Fr. A	Grandola	2013	101 505	65 000	-	-	65 000
Av. Amélia Guerra, 1 Fr. B	Turquel	2013	54 868	43 000	-	-	43 000
R. José Fontana, 3 Loja 5 piso 0 Fr. X	Paço de Arcos	2013	134 426	55 000	-	-	55 000
R. Coronel Santos Pedroso, 2 e 2 A cv Fr. A	Lisboa	2013	107 443	85 000	-	-	85 000
R. Mouzinho de Albuquerque, 59 r/c Fr. A	Guarda	2013	96 019	65 000	-	-	65 000
R. Fernando Lopes Graça, 4 Fr. C	Lisboa	2013	74 071	62 000	-	-	62 000
R. dos Russos	Trajouce	2013	82 302	51 600	-	-	51 600
R. Jacinto Bento Paiva, 42 r/c Fr. A	Nazaré	2013	66 691	40 000	-	-	40 000
Urb. Matinha, lote A Arm. B1 piso 1 Fr. B	Lisboa	2013	3 540 000	1 654 672	-	-	1 654 672
Urb. Matinha, lote A Arm. B4 piso 4 Fr. F	Lisboa	2013	2 383 060	1 712 489	-	-	1 712 489
Urb. Matinha, lote A Arm. C5 piso 5 Fr. I	Lisboa	2013	392 400	298 000	-	-	298 000
Urb. Matinha, lote A Arm. G5 piso 5 Fr. M	Lisboa	2013	268 800	210 000	-	-	210 000
Urb. Matinha, lote A Arm. K5 piso 5 Fr. Q	Lisboa	2013	355 640	410 000	-	-	410 000
Urb. Matinha, lote A Arm. L5 piso 5 Fr. R	Lisboa	2013	658 800	465 000	-	-	465 000
R. Alfredo Keil, 257 A 7ª fte Fr. JO	Porto	2013	218 371	200 000	-	-	200 000
R. Júlio de Brito, 86 piso -1 garagem 33 Fr. NH	Porto	2013	23 798	10 000	-	-	10 000
Av. Holanda, 516	Cascais	2013	901 654	600 000	-	-	600 000
Av. Alexandre Herculano, 63 r/c esq. loja Fr. B	Pinhal Novo	2013	102 648	65 000	-	-	65 000
P. Luis de Camões, 47 r/c Fr. C	Estremoz	2013	96 568	59 944	-	-	59 944
Av. dos Bombeiros Voluntários, lote 6 r/c Fr. A	Mortágua	2013	105 253	66 857	-	-	66 857
R. Dr. Francisco Duarte, 321 r/c loja Fr. D	Braga	2013	114 394	50 000	-	-	50 000
R. do Bonfim, 459 r/c loja Fr. A	Porto	2013	100 024	50 914	-	-	50 914
R. Dr. J.A. Peixoto Pereira Machado, 370 r/c Fr. A	Barcelos	2013	177 689	70 000	-	-	70 000
R. Vasco da Gama, 4	Loures	2013	1 417 730	6 000 000	-	-	6 000 000
R. dos Arneiros, 74 4ª dto Fr. M	Lisboa	2013	6 968	52 165	-	-	52 165
R. dos Arneiros, 74 4ª esq Fr. N	Lisboa	2013	8 532	60 502	-	-	60 502
R. dos Arneiros, 74 5ª esq Fr. P	Lisboa	2013	8 812	62 502	-	-	62 502
R. dos Arneiros, 74 7ª dto Fr. S	Lisboa	2013	7 015	52 165	-	-	52 165
R. dos Arneiros, 74 7ª esq Fr. T	Lisboa	2013	9 008	62 149	-	-	62 149
R. Jardim do Tabaco, 19 a 33	Lisboa	2014	3 382 821	3 520 000	-	-	3 520 000
R. das Flores, 41 a 45 1ª Fr. B	Lisboa	2014	172 984	195 800	-	-	195 800
R. das Flores, 41 a 45 2ª Fr. C	Lisboa	2014	172 984	180 000	-	-	180 000
R. das Flores, 41 a 45 3ª Fr. D	Lisboa	2014	172 984	166 000	-	-	166 000
R. das Flores, 41 a 45 4ª Fr. E	Lisboa	2014	172 984	166 000	-	-	166 000
R. das Flores, 41 a 45 5ª Fr. F	Lisboa	2014	179 525	149 600	-	-	149 600
Av. Luis Bivar, 77 a 81	Lisboa	2014	1 335 750	1 400 000	-	-	1 400 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 0 Loja 1 Fr. AH	Lisboa	2014	864 843	670 800	-	-	670 800
R. Julieta Ferrão, 10 Cave 11,52/1000 Fr. A	Lisboa	2014	73 712	12 000	-	-	12 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 1 Lj 102 Fr. AJ	Lisboa	2014	231 490	110 080	-	-	110 080
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 1 Lj 103 Fr. AL	Lisboa	2014	246 359	79 920	-	-	79 920
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 14 Esc 1401 Fr. BO	Lisboa	2014	544 781	420 000	-	-	420 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 14 Esc 1402 Fr. BP	Lisboa	2014	544 781	420 000	-	-	420 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 15 Esc 1501 Fr. BQ	Lisboa	2014	312 385	770 000	-	-	770 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso -3 47,95/1000 Fr. A	Lisboa	2014	310 784	300 000	-	-	300 000
Urbanização Vale da Telha, Lote 212 Setor D	Aljezur	2013	4 189	1 000	-	-	1 000
Herdade Vale da Telha, Lt. 8 Setor J	Aljezur	2013	14 964	3 000	-	-	3 000
R. Vasco da Gama, 6	Portela LRS	2013	8 093 888	7 900 000	-	-	7 900 000
Trav. Do Noronha, 21	Lisboa	2014	1 159 143	1 564 916	-	-	1 564 916
R. Jorge Colaço, 56	Lisboa	2013	249 399	815 682	-	-	815 682
Av. Óscar Monteiro Torres, 33	Lisboa	2013	468 148	850 022	-	-	850 022

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Marquês da Fronteira, 82	Lisboa	2013	1 323 394	2 702 554	-	-	2 702 554
R. Passo Manuel, 3	Lisboa	2014	396 602	782 364	-	-	782 364
R. de S. Félix, 19	Lisboa	2014	155 116	370 737	-	-	370 737
R. Tomás da Anunciação, 3	Lisboa	2013	792 380	1 321 983	-	-	1 321 983
R. do Sol ao Rato, 45	Lisboa	2014	701 995	1 092 488	-	-	1 092 488
Trav. Do Convento de Jesus, 10 a 18	Lisboa	2014	394 856	1 228 786	-	-	1 228 786
R. Senhora da Glória, 81	Lisboa	2013	822 195	1 485 327	-	-	1 485 327
R. de Arroios, 52	Lisboa	2013	387 981	798 087	-	-	798 087
R. Dr. Francisco Sá Carneiro, 95 r/c Fr. C	Parede	2013	77 314	257 000	-	-	257 000
R. 7 de junho, 23 r/c dto Fr. A	Amadora	2013	14 513	83 680	-	-	83 680
R. 7 de junho, 23 r/c esq Fr. B	Amadora	2013	14 513	60 394	-	-	60 394
R. 7 de junho, 23 1º dto Fr. C	Amadora	2013	18 723	32 006	-	-	32 006
R. 7 de junho, 23 1º esq Fr. D	Amadora	2013	16 883	32 389	-	-	32 389
R. 7 de junho, 23 2º dto Fr. E	Amadora	2013	49 012	65 000	-	-	65 000
R. 7 de junho, 23 2º esq Fr. F	Amadora	2013	16 882	28 974	-	-	28 974
Pcta. Armada das Índias, 1 cave Lj 2 Fr. A	Agualva-Cacém	2013	113 508	67 610	-	-	67 610
R. Costa Cabral, 2405	Porto	2013	270 778	275 347	-	-	275 347
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 1º dto	Belas	2013	23 043	46 551	-	-	46 551
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 1º esq	Belas	2013	23 043	38 872	-	-	38 872
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 2º dto	Belas	2013	51 313	95 000	-	-	95 000
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 2º esq	Belas	2013	23 043	42 463	-	-	42 463
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 3º dto	Belas	2013	75 017	95 000	-	-	95 000
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 3º esq	Belas	2013	23 043	41 860	-	-	41 860
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 r/c dto	Belas	2013	23 043	39 229	-	-	39 229
R. dos Combatentes da Grande Guerra, 42 r/c esq	Belas	2013	23 043	85 000	-	-	85 000
R. da Palmeira, 20 r/c dto Fr. A	Amadora	2013	15 822	31 711	-	-	31 711
R. da Palmeira, 20 r/c esq Fr. B	Amadora	2013	21 114	54 263	-	-	54 263
R. da Palmeira, 20 1º dto Fr. C	Amadora	2013	17 039	35 241	-	-	35 241
R. da Palmeira, 20 1º esq Fr. D	Amadora	2013	17 039	40 127	-	-	40 127
R. da Palmeira, 20 2º dto Fr. E	Amadora	2013	41 793	58 000	-	-	58 000
R. da Palmeira, 20 2º esq Fr. F	Amadora	2013	17 039	40 127	-	-	40 127
R. da Palmeira, 20 3º dto Fr. G	Amadora	2013	17 039	37 112	-	-	37 112
R. da Palmeira, 20 3º esq Fr. H	Amadora	2013	17 039	66 000	-	-	66 000
R. da Palmeira, 20 4º dto Fr. I	Amadora	2013	17 039	36 629	-	-	36 629
R. da Palmeira, 20 4º esq Fr. J	Amadora	2013	17 039	38 169	-	-	38 169
R. da Palmeira, 20 5º dto Fr. L	Amadora	2013	34 120	75 081	-	-	75 081
R. da Palmeira, 20 5º esq Fr. M	Amadora	2013	17 039	36 870	-	-	36 870
R. da Palmeira, 20 6º dto Fr. N	Amadora	2013	17 039	36 082	-	-	36 082
R. da Palmeira, 20 6º esq Fr. O	Amadora	2013	17 039	66 000	-	-	66 000
R. da Palmeira, 20 7º dto Fr. P	Amadora	2013	17 039	58 000	-	-	58 000
Pcta. Armada das Índias, 1 cave Lj Fr. B	Agualva-Cacém	2013	113 508	67 610	-	-	67 610
R. da Palmeira, 20 7º esq Fr. Q	Amadora	2013	17 039	37 270	-	-	37 270
R. da Palmeira, 20 8º dto Fr. R	Amadora	2013	17 039	35 035	-	-	35 035
R. da Palmeira, 20 8º esq Fr. S	Amadora	2013	17 039	38 135	-	-	38 135
Estrada das Palmeiras, 1	Barcarena	2013	2 480 168	2 002 857	-	-	2 002 857
Av. Luísa Todi, 33 e 35	Setúbal	2013	2 087 817	2 358 759	-	-	2 358 759
Trav. João de Deus, 2 r/c dto Fr. C	Sintra	2013	22 446	42 763	-	-	42 763
R. Fernão de Magalhães, 4	Portela LRS	2013	1 661 459	2 045 754	-	-	2 045 754
Av. Sacadura Cabral, 14 1º Esq Fr. D	Lisboa	2013	99 195	165 000	-	-	165 000
Av. Marconi, 10 6º esq Fr. O	Lisboa	2013	188 287	218 000	-	-	218 000
Av. 29 de agosto, 161 r/c Fr. B	Terrugem SNT	2013	201 329	120 000	-	-	120 000

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Av. António Augusto Aguiar, 203 a 207	Lisboa	2014	1 045 399	1 061 220	-	-	1 061 220
R. Maria da Fonte, 2 a 16	Lisboa	2013	1 621 093	1 140 000	-	-	1 140 000
L. do Conde Barão, 13 e 14	Lisboa	2013	823 017	6 000 000	-	-	6 000 000
Av. José dos Santos Farias, Lt 82 Fr. A	Almancil	2013	605 051	575 000	-	-	575 000
R. dos Camilos, 90 cave e r/c Fr. A	Peso da Régua	2013	369 165	395 888	-	-	395 888
Sítio da Torre ou Panasqueira, r/c dto Fr. X	Armação de Pera	2013	529 500	550 000	-	-	550 000
R. Gregório Lopes, Lt 1523 9º C	Lisboa	2013	149 160	210 000	-	-	210 000
R. Gregório Lopes, Lt 1523 10º C	Lisboa	2013	122 040	200 000	-	-	200 000
R. Frederico Pinheiro, 2 Fr. A	Almada	2013	766 548	710 000	-	-	710 000
R. José Augusto Seabra, 4 r/c Fr.A	Queijas	2013	242 289	215 000	-	-	215 000
P. Eça de Queiroz, 11 s/c Fr. A	Vialonga	2013	237 196	228 000	-	-	228 000
R. Manuel António de Brito, 4 r/c esq Fr. A	Beja	2013	429 556	384 108	-	-	384 108
Av. Ferrer, r/c dto Fr. A	Odemira	2013	332 946	325 000	-	-	325 000
Gaveto Av. Dr. Manuel Gregório P. Junior, cave Fr. A	Porto Santo	2013	722 095	775 000	-	-	775 000
Gaveto Av. Dr. Manuel Gregório P. Junior, r/c Fr. B	Porto Santo	2013	45 663	76 000	-	-	76 000
R. Poeta Ruy Belo, 1 Fr. A	Rio Maior	2013	240 147	175 000	-	-	175 000
R. da Liberdade, r/c dto Fr. B	S. Bartomeu Messines	2013	376 100	247 000	-	-	247 000
Av. GD. João III, 33 r/c dto Fr. AB	Ponta Delgada	2013	225 155	192 000	-	-	192 000
R. Tristão Vaz Teixeira, 2 r/c Fr. AC	Monte Gordo	2013	286 515	200 000	-	-	200 000
R. da Charneca, 7 r/c esq Fr. A	Pombal	2013	132 378	120 000	-	-	120 000
R. Frederico George, 23 a 27 Ed B 3º dto CB Fr. AB	Lisboa	2013	84 368	140 000	-	-	140 000
R. Frederico George, 11 a 15 Ed B 1º esq Fr. BM	Lisboa	2013	97 417	130 000	-	-	130 000
R. Frederico George, 11 a 15 Ed B 4º esq Fr. BS	Lisboa	2013	97 324	130 000	-	-	130 000
R. Frederico George, 23 a 27 Ed B 2º dto CB Fr. Z	Lisboa	2013	91 002	136 488	-	-	136 488
R. Frederico George, 11 a 15 Ed C 1º esq Fr. BZ	Lisboa	2013	90 617	145 000	-	-	145 000
R. Álvares Cabral, 118 4º esq fte Fr. S	Porto	2013	98 142	129 000	-	-	129 000
Av. General Roçadas, 48 Lj 2 Fr. E	Lisboa	2013	378 354	363 000	-	-	363 000
R. Paz e Amizade, 24 scv Lj Fr. A e B	Belas	2013	312 797	123 000	-	-	123 000
Campo Grande, 46 Estac piso -2 Fr. D	Lisboa	2013	230 093	261 971	-	-	261 971
P. da República, 10 r/c 1 Fr. A	Ericeira	2013	453 997	277 500	-	-	277 500
Av. Combatentes da Grande Guerra, 29	Évora	2013	482 257	525 000	-	-	525 000
Urbanização Olival Basto, lote 10 A 3º fte Fr. M	Benavente	2013	27 557	46 567	-	-	46 567
Urbanização Olival Basto, lote 9 A 3º dto Fr. J	Benavente	2013	19 623	63 000	-	-	63 000
Av. Manuel da Maia, 42 cave Fr. C	Lisboa	2013	84 315	171 877	-	-	171 877
Av. Manuel da Maia, 42 r/c dto Fr. E	Lisboa	2013	75 796	130 911	-	-	130 911
Av. Manuel da Maia, 42 4º esq Fr. M	Lisboa	2013	81 224	110 951	-	-	110 951
Av. Manuel da Maia, 42 6º esq Fr. Q	Lisboa	2013	81 224	132 528	-	-	132 528
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 2 esq Fr. HP	Marinha Grande	2014	49 133	67 000	-	-	67 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 61 Fr. BP	Marinha Grande	2014	5 330	4 000	-	-	4 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 63 Fr. BR	Marinha Grande	2014	3 299	4 000	-	-	4 000
Pcta. Marquês Castelo Melhor, 3	Sto Antº Cavaleiros	2014	1 685 465	1 886 606	-	-	1 886 606
R. Quintas das Palmeiras, 47	Oeiras	2014	1 315 492	1 717 817	-	-	1 717 817
R. do Poder Local, 14 6º A Fr. AC	Pontinha	2013	61 705	130 000	-	-	130 000
Av. D. Vicente Afonso Valente, 3 4º C Fr. AI	Póvoa S. Iria	2013	82 972	100 000	-	-	100 000
Av. D. Vicente Afonso Valente, 3 5º A Fr. AL	Póvoa S. Iria	2013	45 786	90 000	-	-	90 000
Av. D. Vicente Afonso Valente, 3 6º C Fr. AR	Póvoa S. Iria	2013	55 350	100 000	-	-	100 000
Pcta. Duque de Cadaval, 1	Sto Antº Cavaleiros	2014	4 269 902	3 981 140	-	-	3 981 140
R. Dr. Cruz Malpique, 37 sub cave Fr. F	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Dr. Cruz Malpique, 37 sub cave Fr. J	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
R. Prof Antão de Almeida Garrett, 30 r/c Fr. N	Porto	2013	79 051	76 795	-	-	76 795
R. Dr. Paulo Pombo, 16 cave Fr. AB	Porto	2013	5 084	3 500	-	-	3 500

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Dr. Paulo Pombo, 16 cave Fr. AR	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Dr. Paulo Pombo, 16 cave Fr. N	Porto	2013	5 084	3 500	-	-	3 500
R. Dr. Paulo Pombo, 16 cave Fr. T	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
R. Dr. Paulo Pombo, 32 sub cave Fr. AF	Porto	2013	11 184	6 500	-	-	6 500
R. Dr. Paulo Pombo, 32 sub cave Fr. N	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Fernando Lopes Graça, 19 r/c lj D Fr. D	Lisboa	2013	419 738	415 000	-	-	415 000
R. Gonçalo Velho, 5 3º esq Fr. 3E	Rio de Mouro	2013	65 941	68 000	-	-	68 000
R. N. Senhora do Amparo, 15	Setúbal	2014	2 135 119	2 287 723	-	-	2 287 723
R. Joaquim Alves, 2	Sto Antº Cavaleiros	2013	1 245 481	1 701 915	-	-	1 701 915
P. Francisco Sá Carneiro, 9 4º dto Fr. G	Lisboa	2013	88 827	150 454	-	-	150 454
P. Francisco Sá Carneiro, 5º dto Fr. I	Lisboa	2013	146 374	297 600	-	-	297 600
Urbanização Olival Basto, lote 15 A 3º fte Fr. M	Benavente	2013	17 263	50 529	-	-	50 529
R. Tristão Vaz Teixeira, 2 r/c Fr. AD	Monte Gordo	2013	147 599	170 000	-	-	170 000
Campo Grande, 46 1º esq Fr. L	Lisboa	2013	906 167	854 240	-	-	854 240
R. da Charneca, 7 r/c dto Fr. B	Pombal	2013	107 394	100 000	-	-	100 000
R. Álvares Cabral, 118 4º dto fte Fr. V	Porto	2013	98 142	129 000	-	-	129 000
Av. Paulo VI, 11 4º C Fr. AB	Rio Maior	2013	20 927	47 000	-	-	47 000
R. do Poder Local, 14 13º A Fr. BH	Pontinha	2013	66 628	98 626	-	-	98 626
R. Cristino da Silva, 1 7º dto Fr. AF	Queluz	2013	71 423	70 274	-	-	70 274
R. Prof Nery Capucho, 2 r/c e 1º Fr. B	Marinha Grande	2013	274 339	500 000	-	-	500 000
R. Luciano Corfeiro, 90	Lisboa	2013	1 652 138	1 245 142	-	-	1 245 142
R. Maria Andrade, 64 B r/c Fr. B	Lisboa	2013	303 711	273 000	-	-	273 000
P. Luis Ribeiro, 23 sub cave Fr. DF	S. João Madeira	2013	4 198	4 500	-	-	4 500
P. Luis Ribeiro, 23 sub cave Fr. DM	S. João Madeira	2013	4 731	4 500	-	-	4 500
P. Luis Ribeiro, 23 sub cave Fr. DO	S. João Madeira	2013	4 731	4 500	-	-	4 500
R. da Liberdade, 4 r/c N Esc. 101 Fr. B	Figueira da Foz	2013	101 929	92 000	-	-	92 000
R. da Liberdade, 4 r/c Esc. 109 Fr. J	Figueira da Foz	2013	49 944	52 000	-	-	52 000
Av. Paulo VI, 11 cave Fr. B	Rio Maior	2013	3 057	4 000	-	-	4 000
Av. Paulo VI, 11 cave Fr. F	Rio Maior	2013	3 057	4 000	-	-	4 000
Av. D. Vicente Afonso Valente, 1 13º Fr. AAT	Póvoa S. Iria	2013	48 808	85 000	-	-	85 000
R. Marta Sampaio, 18 sub cave Fr. AJ	Porto	2013	6 101	4 000	-	-	4 000
R. Marta Sampaio, 18 sub cave Fr. H	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Marta Sampaio, 18 sub cave Fr. I	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Dr. Cruz Malpique, 37 sub cave Fr. R	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
R. Prof. Antão de Almeida Garret, 76 sub cave Fr. B	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Prof. Antão de Almeida Garret, 76 sub cave Fr. S	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
R. Prof. Antão de Almeida Garret, 76 r/c Fr. N	Porto	2013	5 084	3 000	-	-	3 000
R. Prof. Antão de Almeida Garret, 76 sub cave Fr. O	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
R. Dr. Paulo Pombo, 32 sub cave Fr. L	Porto	2013	6 448	3 500	-	-	3 500
R. Dr. Paulo Pombo, 32 sub cave Fr. M	Porto	2013	6 101	3 500	-	-	3 500
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 27 Fr. AD	Marinha Grande	2014	3 299	4 000	-	-	4 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 93 Fr. DA	Marinha Grande	2014	3 329	5 000	-	-	5 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 92 Fr. CZ	Marinha Grande	2014	3 296	5 000	-	-	5 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 15 esq Fr. JT	Marinha Grande	2014	42 397	55 000	-	-	55 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 22 Fr. X	Marinha Grande	2014	3 299	5 000	-	-	5 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 99 Fr. DG	Marinha Grande	2014	2 532	4 000	-	-	4 000
Av. da Liberdade Ed Horizonte Bloco A, 155 cv 5 Fr. DN	Marinha Grande	2014	410	1 500	-	-	1 500
R. Gonçalo Velho, 5 r/c F Fr. RCF	Rio de Mouro	2013	69 467	64 436	-	-	64 436
R. de Santarém, Edif. Jardim r/c Fr. AB	Coruche	2013	40 696	34 000	-	-	34 000
P. Francisco Sá Carneiro, 9 r/c lj 9 A Fr. A	Lisboa	2013	82 776	224 096	-	-	224 096
R. Jardim Tabaco, Av. Infante D. Henrique, edif. K	Lisboa	2014	2 000 441	2 000 441	-	-	2 000 441

Inventário Consolidado dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Valor de Aquisição/ /Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
IC - R. Jardim do Tabaco 61 a 63	Lisboa	2014	6 798 528	6 798 528	-	-	6 798 528
R. Ivens,14 e R. Capelo, 1 a 9	Lisboa	2014	1 200 000	1 200 000	-	-	1 200 000
R. Jardim Tabaco, edifício 9A	Lisboa	2014	193 281	193 281	-	-	193 281
Hospital de Lagos	Lagos	2014	6 811 060	6 406 000	-	-	6 406 000
Hospital Boavista	Porto	2014	50 733 504	50 595 359	-	-	50 595 359
Clínica Boavista	Porto	2014	10 980 781	8 172 750	-	-	8 172 750
Hospital Lusíadas	Lisboa	2014	73 918 711	71 711 186	(2 893 099)	-	68 818 087
Rua Palma,Rua da Palma, 272/278	Lisboa	2014	176 412	1 923 850	-	-	1 923 850
Matinha,Urb. da Matinha, Rua 2, Lote A	Lisboa	2014	5 447 919	3 400 600	-	-	3 400 600
R. Dr. António José de Alvor n.º 1 e n.º 3	Alvor	2013	606 026	418 364	-	-	418 364
Leiria,Av.º 22 de maio n.º 30	Leiria	2013	535 315	461 262	-	-	461 262
Alameda das Antas,Alameda das Antas, nº 187 - Fração A	Porto	2013	408 612	378 775	-	-	378 775
Expo - Sul,Alameda dos Oceanos Lote 3.13.02 Loja A e B	Lisboa	2013	805 371	737 987	-	-	737 987
Alto de Stª Catarina, Avª Duque de Loulé, nº 11 B	Linda-a-Velha	2013	522 498	400 300	-	-	400 300
Expo - Norte,Avª dos Oceanos, Lote 4,43	Lisboa	2013	848 502	690 840	-	-	690 840
Famalicão,Av. Dr. Carlos Bacelar, Edifício Atlanta Park, 120	Vila Nova de Famalicão	2013	344 166	296 778	-	-	296 778
Colina do Cruzeiro,praça Cidade de Odivelas, Lote 14 - Loja 14 (Esq.)	Odivelas	2013	585 707	480 660	-	-	480 660
Santo André,praça da Concórdia - Avª de Santiago, Lote 1	Sines	2013	429 406	363 059	-	-	363 059
Espaço Garantia Sta Maria - Sal1	Sal	2013	343 995	905 876	-	-	905 876
Apartamento Miramar	Santiago	2013	158 494	162 085	-	-	162 085
Apartamento Palmarejo	Santiago	2013	43 137	60 068	-	-	60 068
Espaço Comercial p/Escritório-Boavista Banco Interatl.	Boa Vista	2013	118 514	145 948	-	-	145 948
Edifício AGUIA-SOGEI	Santiago	2013	211 309	226 823	-	-	226 823
Predio na Rua do Corvo	Santiago	2013	253 934	270 575	-	-	270 575
Predio ASA	Santiago	2013	166 440	190 450	-	-	190 450
Predio BIA Av. Cidade Lisboa	Santiago	2013	206 412	214 533	-	-	214 533
Espaço Comercial TURINVEST HOLDING SA-Bloco B nº0/4 Sal - Sta.Maria	Sal	0	135 361	135 361	-	-	135 361
Espaço Comercial Vila Verde Resort-Bloco C - Sta.Maria	Sal	0	269 170	269 170	-	-	269 170
Espaço Comercial "Tahiti Center"	Santiago	0	38 090	38 090	-	-	38 090
Edifício Espargos - SAL	Sal	0	18 773	18 773	-	-	18 773
Edifício PROIMO-S.Vicente	S.Vicente	0	42 171	42 171	-	-	42 171
Edifício ASA		0	-	29 327	-	-	29 327
Terreno R.Craquinha - S.Vicente	S.Vicente	0	1 866	-	-	-	1 866
Empreendimento turístico Salinas Beach - Maio	Maio	2014	758 109	758 108	(303 243)	-	454 865
Shinagawa-ku, Tokyo, Japan	Tokyo	2014	145 414 767	178 337 809	-	-	178 337 809
Total de Rendimento			474 290 202	653 009 610	(3 196 342)	-	649 813 268
TOTAL GERAL			827 202 304	1 158 796 805	(15 030 718)	(110 812 583)	1 032 953 504

01

RELATÓRIO
DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., em cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014.

1. Enquadramento da Atividade

1.1. Enquadramento Macroeconómico

No que respeita à economia nacional, o ano de 2014 fica marcado pelo fim do Programa de Assistência Económica e Financeira e pela recuperação da capacidade de financiamento junto dos mercados internacionais.

Para tal foi necessária a conjugação de diversos fatores externos e internos, sendo de destacar o aumento da integração institucional a nível europeu, a diminuição da perceção de risco associada à economia portuguesa, o processo de consolidação orçamental, a melhoria das contas externas e a desalavancagem dos setores financeiro e não financeiro.

Em consequência, e apesar de alguns desequilíbrios estruturais que continua a evidenciar, tem vindo a verificar-se uma gradual recuperação da economia portuguesa que, em 2014, terá registado um aumento do PIB (cerca de 1%) pela primeira vez nesta década, suportado na evolução do consumo privado e do investimento.

Por outro lado, e apesar da relativa estagnação económica dos principais parceiros comerciais, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento próximo de 3%, em particular ao nível dos bens energéticos refinados e do turismo, o que, para além do efeito na balança com o exterior, evidencia o aumento relativo dos recursos afetos aos setores de bens e serviços transacionáveis.

De referir, contudo, que, em 2014, as importações registaram um crescimento de 6%, superior ao das exportações, o que conduziu a uma deterioração do saldo da balança de bens e serviços, que ainda assim manteve um valor positivo em torno de 1,6% do PIB.

A inflação, em 2014, deverá ter registado um valor sensivelmente nulo, claramente inferior ao objetivo de longo prazo de 2%, beneficiando da moderação salarial, decorrente das condições existentes no mercado de trabalho, e da descida dos preços das matérias-primas, em particular do petróleo.

Relativamente ao mercado de trabalho, verificou-se uma tendência de redução da taxa de desemprego, que registou um valor médio anual próximo de 14%, refletindo quer a melhoria da atividade económica, quer a redução da população ativa, com especial incidência nos segmentos mais jovens onde a emigração se tem feito sentir de forma mais vincada.

A política orçamental manteve-se restritiva em 2014, com a manutenção de diversas medidas de austeridade, nomeadamente redução de vencimentos de funcionários públicos e pensões e aumento da carga fiscal, sendo expectável o cumprimento do objetivo para o défice orçamental de 4% do PIB, excluindo o efeito não recorrente do financiamento às empresas públicas de transportes.

Apesar da melhoria verificada ao longo do ano de 2014, as condições de financiamento mantiveram-se restritivas, o que, aliado ao elevado nível de endividamento, continuará a ser um fator limitador do crescimento futuro da economia portuguesa.

Em 2015, a economia nacional deverá registar um crescimento próximo de 1,5%, que, embora reduzido, representa uma aceleração face ao esperado para 2014 e consolida a inversão do ciclo recessivo iniciado em 2011.

Esta evolução deverá continuar a assentar no comportamento do consumo privado, investimento e exportações, pelo que é suscetível de ser impactada por fatores que afetem a procura externa dirigida à economia portuguesa, bem como pelas condições de financiamento futuras.

1.2. Enquadramento do Mercado Segurador em Portugal

Em 2014, o mercado segurador nacional voltou a refletir as condicionantes de uma conjuntura económica desfavorável, tendo, contudo, apresentado um crescimento de 9,1% no montante de prémios, para 14,3 mil milhões de euros (equivalente a cerca de 8% do PIB), beneficiando da recuperação do volume de prémios do ramo Vida.

Neste sentido, a atividade Vida conheceu um aumento do montante de prémios em 12,9%, para 10,4 mil milhões de euros, beneficiando da alteração das políticas de captação de recursos por parte dos principais grupos financeiros nacionais e da maior procura por PPR's, produto que reflete os receios relativamente à redução futura do nível de pensões asseguradas pelo Estado.

Por outro lado, a atividade Não Vida apresentou um decréscimo de 0,1%, tendo o montante de prémios atingido 3,9 mil milhões de euros. Esta evolução, apesar de traduzir uma melhoria face a anos anteriores, continua a refletir a fragilidade da economia nacional, com particular impacto nos ramos Automóvel e Transportes.

De referir, por outro lado, o aumento do montante de prémios no ramo Doença, que reflete a crescente preocupação com as restrições orçamentais do Serviço Nacional de Saúde, e ainda a inversão da tendência de decréscimo que se vinha verificando no ramo Acidentes de Trabalho, refletindo a melhoria do mercado de trabalho e uma política tarifária mais equilibrada.

De uma forma geral, o mercado segurador apresenta uma diminuição dos níveis de concentração, tendo-se verificado um aumento de quota por parte das seguradoras de menor dimensão.

2. Atividade da Companhia

2.1. Aspetos Gerais

As principais linhas de atuação da companhia continuaram centradas no aprofundamento da relação com as redes comerciais, na conceção de produtos adaptados às necessidades dos clientes, na constante atenção ao equilíbrio da exploração técnica e no aumento da eficiência organizacional, a que acresce, ainda, a prossecução do Programa de Responsabilidade Social.

2.1.1. Posicionamento Competitivo

A Fidelidade é líder destacada no mercado segurador nacional, tendo mais de 2 milhões de clientes e uma carteira de prémios de 4 mil milhões de euros.

Esta situação reflete naturalmente a evolução das seguradoras que deram origem à Fidelidade, e cuja história remonta a 1808, mas também um compromisso com o futuro, que se traduz na vontade de estar na vanguarda dos seguros em Portugal e focados na satisfação dos nossos Clientes, através de novos produtos, níveis de serviço elevados, apoio ao empreendedorismo, preocupação ambiental e promoção de uma maior literacia financeira.

No que respeita a novos produtos, há a destacar a cobertura de Proteção Vital ao Condutor e o Plano Autoestima no ramo Automóvel, bem como o Seguro Proteção Funeral. Estes produtos materializam o nosso posicionamento de oferta de produtos inovadores e focados nas necessidades dos clientes e simultaneamente traduzem uma lógica de sustentabilidade inerente à atividade seguradora.

De referir igualmente que, fruto da sua abordagem continuada de “customer centric approach”, a Fidelidade é a seguradora mais premiada em Portugal, sendo de destacar os prémios Marca Confiança 2014, Marktest Reputation Index 2014 e Prémios Marketeer – Seguradora 2014.

A nível internacional, a Fidelidade foi distinguida pela Efma Accenture Innovation Awards na categoria de “sustainable business” com o projeto WeCare, que tem como objetivo apoiar a correta reinserção de pessoas que foram vítimas de acidentes graves que puseram em causa a sua reintegração física, económica e social.

2.1.2. Programa de Responsabilidade Social

Num contexto de crise como o que se tem verificado nos últimos anos, a atividade seguradora assume um papel ainda mais importante, na medida em que a proteção de pessoas e bens ganha uma importância acrescida.

De facto, a aplicação sistemática da regra da adequação das responsabilidades, atuais e futuras, às respetivas disponibilidades, permite às seguradoras integrarem na sua matriz identificadora um princípio essencial da própria sustentabilidade, com evidentes impactos positivos também na sociedade em geral.

Ao abrigo do seu Programa de Responsabilidade Social as seguradoras do grupo Fidelidade adotaram uma estratégia que assenta prioritariamente no desenvolvimento de soluções que, além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a questões de interesse nacional e a situações que podem provocar grandes desigualdades sociais.

Exemplos concretos da aplicação desta estratégia são o desenvolvimento de produtos para facilitar o acesso à poupança e sensibilizar para as questões relacionadas com a poupança e a reforma e uma oferta mais integrada ao nível da saúde.

A nível ambiental, a companhia disponibiliza um seguro decorrente da nova Diretiva de Responsabilidade Ambiental, sendo de referir o seguro de incêndios florestais, num trabalho conjunto com um grupo empresarial nacional, que garante o pagamento da reflorestação depois de um sinistro de incêndio.

O reforço da dimensão comunicacional interna é importante para o objetivo de uma maior interação entre a empresa e os seus colaboradores, promovendo a respetiva valorização e motivação. Por isso, em 2014, a Fidelidade continuou a promover e a desenvolver ações direcionadas para os colaboradores das quais se destaca o NOS – Grupo de Apoio Social que se destina ao apoio em situações de necessidade a vários níveis.

Tenciona-se, ainda, prosseguir o esforço de adaptação dos produtos às necessidades dos clientes, continuando a inovar nas respostas às solicitações mais recentemente pressentidas. Entre estas, avultam a substituição, ainda que parcial, das garantias públicas em risco de retrocesso: reforma/poupança de longo prazo; financiamento dos cuidados de saúde e da educação; e apoio em situação de dependência.

2.2. Análise Económica

A Fidelidade alcançou um resultado líquido individual de 159,1 milhões de euros, o que significa um acréscimo de 49,4 milhões de euros face ao ano anterior.

O rácio de cobertura da margem de solvência situou-se em 202% totalizando os elementos aceites para a constituição da margem 1.239,3 milhões de euros face a um montante exigível de 613,3 milhões de euros.

(Milhares de Euros)

Principais Indicadores	2014	2013 Reexpresso
PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO		
Prémios de Seguro Direto - Atividade Total	4 075 075	3 555 315
Prémios de Seguro Direto - Atividade em Portugal	3 959 905	3 478 557
- Vida *	3 021 613	2 517 370
- Não Vida	938 292	961 187
QUOTA DE MERCADO EM PORTUGAL	27,7%	26,6%
- Vida	28,9%	27,2%
- Não Vida	24,4%	24,9%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	159 108	109 687
COMBINED RATIO INCLUINDO RESSEGURO	103,8%	103,3%
Loss Ratio Seguro Direto Não Vida	63,2%	67,7%
Expense Ratio Seguro Direto Não Vida	26,2%	25,4%
Saldo de Resseguro Não Vida	14,4%	10,3%
SOLVABILIDADE		
Rácio de Cobertura da Margem de Solvência	202,1%	180,3%
Cobertura das Provisões Técnicas Líq. de Resseguro	106,1%	103,9%

* Os montantes da produção Vida incluem as entregas relativas a contratos de investimento

2.2.1. Seguro direto

A Fidelidade registou, em 2014, um montante global de prémios de seguro direto (incluindo os valores captados ao abrigo de contratos de investimento), de 4.075 milhões de euros, correspondente a um acréscimo de 14,6% face ao ano anterior, refletindo o comportamento favorável no ramo Vida.

Prémios de Seguro Direto por Ramos

Atividade Total (Portugal e Estrangeiro)

(Milhares de Euros)

Ramos	2014		2013 Reexpresso	
	Valor	Var. (%)	Valor	Var. (%)
Vida	3 086 744	21,3	2 545 718	17,3
Contratos de Seguro	281 170	17,1	240 172	-8,1
Contratos de Investimento	2 805 574	21,7	2 305 546	20,7
Não Vida	988 332	-2,1	1 009 598	-3,5
Acidentes e Doença	332 083	-0,5	333 845	-2,4
- Acid. Trabalho	121 505	-1,9	123 862	-8,7
- Acid. Pessoais	23 096	-7,4	24 948	0,2
- Doença	187 481	1,3	185 035	1,9
Incêndio e Outros Danos	225 066	-3,3	232 847	-2,3
Automóvel*	365 049	-3,0	376 483	-5,4
Transportes	15 439	-17,9	18 809	-8,1
Responsabilidade Civil	30 193	0,9	29 937	-9,4
Diversos	20 503	16,0	17 676	28,2
TOTAL	4 075 075	14,6	3 555 315	10,5

*Inclui coberturas de Assistência, Proteção Jurídica e Privação Auto

No que respeita à atividade em Portugal, atingiu-se um montante de prémios de 3.960 milhões de euros, o que representa, face ao ano anterior, um acréscimo de 13,8%, que se traduziu num aumento de 1,2 pontos percentuais na quota de mercado global, para 27,7%.

O ramo Vida, atingiu uma produção de 3.022 milhões de euros, correspondente a uma variação positiva de 20,0%, tendo a quota de mercado registado um acréscimo de 1,7p.p, para 28,9%. A Fidelidade assegurou a liderança no segmento dos PPR's, assim como a segunda posição no segmento de Produtos de Capitalização sendo que, para tal, contribuiu a dinâmica comercial associada ao início de comercialização, ao longo do ano de 2014, de aproximadamente vinte novos produtos financeiros.

Nos produtos Vida Risco, observou-se um decréscimo face ao período homólogo, justificado pela contração do crédito à habitação e ao consumo. Contudo, o ano de 2014 foi marcado pela comercialização de novos produtos vida risco, não ligados a contratos de financiamento, para o segmento individual, que se caracterizam por uma subscrição mais simplificada, mais dirigida às necessidades específicas das famílias e mais adaptada às suas capacidades financeiras.

Destaca-se, mais uma vez, o lançamento do Seguro Proteção Funeral, produto inovador no mercado português, que se diferencia de outros produtos que visam satisfazer a mesma necessidade por apresentar um conjunto de coberturas inovadoras e por assentar na prestação de serviços e não apenas numa vertente indemnizatória.

Por outro lado, a atividade Não Vida registou um decréscimo de 2,4%, apresentando um montante de prémios de 939 milhões de euros, o que conduziu a redução da quota de mercado neste segmento de negócio para 24,4% (menos 0,5p.p. que em 2013).

De um modo geral, a maioria dos agrupamentos de ramos registaram quebras no seu volume de negócios, refletindo a atual conjuntura económica, havendo, contudo a destacar o comportamento registado pelo ramo Doença, que registou um acréscimo de 1,3% no volume de prémios face a 2013.

A Fidelidade e o Mercado

(Atividade em Portugal)

Taxas de Variação Anuais

Var. (%)

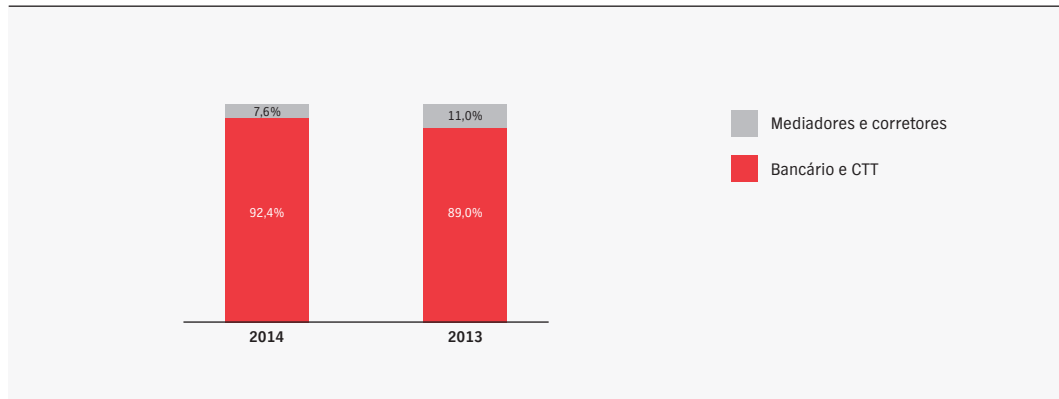
Ramos	Fidelidade		Total do Mercado	
	2014	2013 Reexpresso	2014	2013 Reexpresso
Vida	20,0	17,5	12,9	33,6
Contratos de Seguro	11,8	-9,3	34,8	50,7
Contratos de Investimento	20,8	20,7	0,4	25,4
Não Vida	-2,4	-4,5	-0,2	-3,1
Acidentes e Doença	-0,2	-3,1	2,2	-2,3
- Acid. Trabalho	-1,3	-9,1	0,9	-8,0
- Acid. Pessoais	-7,1	-6,9	2,3	-1,9
- Doença	1,3	1,8	3,3	3,5
Incêndio e Outros Danos	-3,9	-1,2	-1,2	-0,8
Automóvel	-2,9	-6,0	-2,0	-5,5
Transportes	-18,5	-8,2	-9,1	-2,4
Responsabilidade Civil	0,1	-9,1	1,6	-6,6
Diversos	-1,4	-14,6	8,4	8,1
TOTAL	13,8	10,4	9,1	20,2

O crescimento dos ramos Vida, incluindo contratos de investimento, proporcionou um maior peso desta área de negócio na produção total (76,3%, mais 3,9 pp. do que no ano anterior).

O conjunto dos canais bancário e postal aumentou o seu peso na estrutura de distribuição dos ramos Vida, representando cerca de 92,4% do total da área de negócio (+3,4p.p. que em 2013).

Prémios de Seguro por Canal de Distribuição - Vida

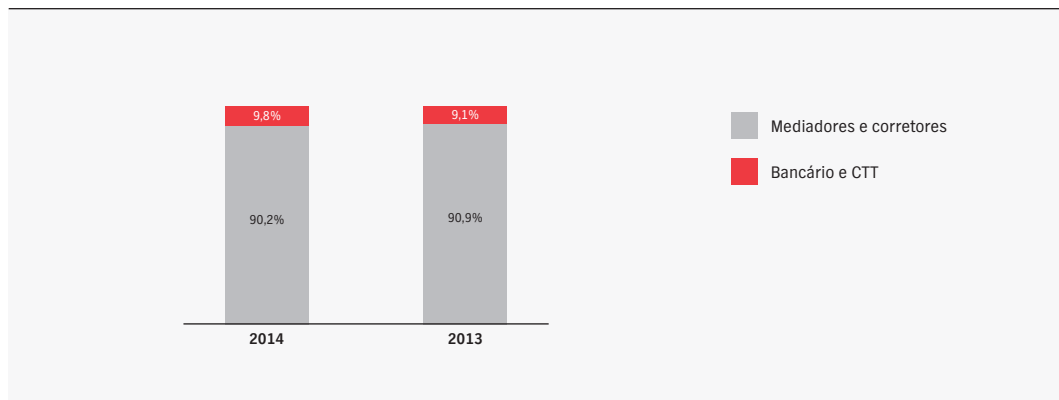
(Atividade em Portugal)



Ao nível dos ramos Não Vida, apesar do continuado crescimento do canal bancário, os canais tradicionais continuaram a assumir uma posição preponderante, sendo responsáveis por 90,2% dos prémios.

Prémios de Seguro por Canal de Distribuição - Não Vida

(Atividade em Portugal)



2.2.2. Sinistralidade e resseguro

As indemnizações de seguro direto contabilizadas em Portugal (incluindo valores de resgates e vencimentos relativos a contratos de investimento) atingiram o montante de 3.223 milhões de euros, dos quais 2.678 milhões de euros são relativos aos ramos Vida, refletindo maioritariamente resgates e vencimentos ocorridos nos produtos financeiros.

Os custos com sinistros dos ramos Não Vida situaram-se em 545 milhões de euros, registando assim um decréscimo de 13,1% face ao ano anterior, para o qual contribuiu sobretudo o agrupamento Incêndio e Outros Danos, que em 2013 foi afetado pelas intempéries ocorridas no início desse ano.

Custos com Sinistros de Seguro Direto

(Atividade em Portugal)

(Milhares de Euros)

Ramos	2014		2013 Reexpresso	
	Valor	Var. (%)	Valor	Var. (%)
Vida	2 677 661	5,0	2 550 423	-10,0
Contratos de Seguro	291 893	-2,7	299 845	-40,8
Contratos de Investimento	2 385 768	6,0	2 250 578	-3,3
Não Vida	544 913	-13,1	627 008	3,8
Acidentes e Doença	272 023	-2,3	278 483	-0,2
- Acid. Trabalho*	117 623	-5,0	123 870	-3,3
- Acid. Pessoais	7 132	-9,3	7 860	16,5
- Doença	147 267	0,4	146 753	1,7
Incêndio e Outros Danos	75 659	-47,7	144 631	117,7
Automóvel	180 036	-5,4	190 226	-17,7
Transportes	6 278	-28,8	8 823	26,4
Responsabilidade Civil	8 635	114,1	4 033	-69,3
Diversos	2 282	181,1	812	-89,0
TOTAL	3 222 576	1,4	3 177 431	-7,6

Face ao exposto, a taxa de sinistralidade de seguro direto dos ramos Não Vida (atividade em Portugal) registou um decréscimo de 6,5p.p., situando-se em 57,6%, refletindo de um modo geral um comportamento favorável da sinistralidade face ao ano anterior.

Taxas de Sinistralidade Sobre Prémios Adquiridos

(Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos - Atividade em Portugal)

(%)

Ramos	2014	2013 Reexpresso
Vida	88,6	101,3
Não Vida	57,6	64,1
Acidentes e Doença	82,8	85,0
Incêndio e Outros Danos	35,8	65,4
Automóvel	55,0	55,2
Transportes	41,1	47,1
Responsabilidade Civil	31,1	13,9
Diversos	6,4	2,2
TOTAL	81,2	90,9

O saldo de resseguro Não Vida agravou-se face ao ano anterior (-14,4% face a -10,3% em 2013), refletindo a menor comparticipação dos resseguradores em face do perfil de sinistralidade do exercício.

2.2.3. Comissões e despesas de aquisição de seguro direto

As comissões e despesas de aquisição ascenderam a 130,3 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento das taxas de comissionamento ao nível do conjunto Não Vida.

Comissões e Despesas de Aquisição de Seguro Direto

Atividade em Portugal

(Milhares de Euros)

Ramos	2014		2013 Reexpresso	
	Valor	Taxa (%)	Valor	Taxa (%)
Vida	27 878	0,9	30 388	1,2
Não Vida	102 417	10,9	100 014	10,4
Acidentes e Doença	31 563	9,7	29 444	9,1
- Acid. Trabalho	13 540	11,3	13 703	11,3
- Acid. Pessoais	1 887	10,4	1 967	10,1
- Doença	16 136	8,7	13 774	7,5
Incêndio e Outros Danos	21 426	10,2	21 182	9,7
Automóvel*	45 165	12,6	44 910	12,2
Transportes	1 129	7,5	1 197	6,5
Responsabilidade Civil	2 806	10,2	2 965	10,8
Diversos	330	9,4	316	9,0
TOTAL	130 296	3,3	130 402	3,7

Taxa (%) rácio efetuado sobre Prémios Emitidos

* Inclui coberturas de Assistência, Proteção Jurídica e Privação Auto

2.2.4. Custos por natureza a imputar

O total de custos por natureza a imputar, sem o efeito da variação de Outras Provisões, atingiu 264,0 milhões de euros, valor semelhante ao apurado em 2013.

Custos por Natureza a Imputar

(Milhares de Euros)

	2014		2013 Reexpresso	
	Valor	Var. (%)	Valor	Var. (%)
Custos com Pessoal	130 875	0,1	130 694	0,0
Forn. e Serviços Externos	103 011	-0,6	103 673	-4,8
Impostos e Taxas	10 813	-12,8	12 398	25,2
Amortizações	12 921	11,4	11 601	8,6
Juros Suportados	880	130,1	382	-90,9
Comissões por Serv. Financeiros	5 541	-8,6	6 063	47,5
TOTAL s/ Outras Provisões	264 041	-0,3	264 812	-1,4
Outras Provisões	14 982	1676,7	843	-104,1
TOTAL	279 023	5,0	265 655	7,2

2.2.5. Rácio Combinado Não Vida

Em 2014 o Rácio Combinado Não Vida incluindo resseguro foi de 103,8%, superior em 0,5pp ao registado em 2013, refletindo a evolução do Expense Ratio.

2.2.6. Atividade Financeira

Os proveitos decorrentes da atividade financeira ascenderam a 666,1 milhões de euros tendo-se verificado um acréscimo de 45,1% face a 2013, consequência, sobretudo, dos ganhos realizados na venda de dívida pública portuguesa.

(Milhares de Euros)

	2014		2013 Reexpresso	
	Valor	Var. (%)	Valor	Var. (%)
Rendimentos	356 143	-20,3	446 602	1,8
Ganhos/Perdas em Investimentos	369 744	792,5	41 430	-75,5
Reversão/Perdas por Imparidade	-59 795	106,0	-29 020	-67,1
TOTAL	666 093	45,1	459 012	-11,7

2.2.7. Resultado Líquido e Capital Próprio

Em 2014, a Fidelidade registou um resultado líquido de 159,1 milhões de euros, um acréscimo de 49,4 milhões de euros face a 2013.

O capital próprio individual da Fidelidade, no final de 2014, ascendeu a 1.257,4 milhões de euros, valor superior em 102 milhões de euros face ao ano anterior.

Esta evolução favorável reflete a melhoria do resultado líquido e, sobretudo, o acréscimo das reservas de reavaliação, que permitiu compensar a redução induzida pela distribuição de dividendos ao anterior acionista único no âmbito do processo de privatização.

(Milhares de Euros)

	2014	2013 Reexpresso
Capital	381 150	381 150
Reservas de reavaliação	478 769	136 424
Reservas por impostos diferidos	-111 816	-22 582
Outras reservas	262 774	480 582
Resultados transitados	87 419	70 197
Resultado do Exercício	159 108	109 687
TOTAL	1 257 404	1 155 457

2.2.8. Garantias financeiras

a) Evolução das responsabilidades técnicas

As responsabilidades técnicas de seguro direto e de resseguro aceite (provisões dos ramos Vida e Não Vida e responsabilidades por contratos de investimento) apresentavam, no final de 2014, um montante de 11.521 milhões de euros, correspondente a um aumento de 548 milhões de euros face ao ano anterior.

(Milhares de Euros)

	2014	2013 Reexpresso
Vida - Contratos de Seguros	1 933 281	1 998 768
Vida - Contratos de Investimento	7 692 229	7 026 611
Não Vida	1 895 261	1 946 946
TOTAL	11 520 772	10 972 325

Na desagregação constante do quadro seguinte é possível verificar que, o aumento se centrou nas responsabilidades técnicas do ramo Vida, essencialmente ligadas a passivos financeiros.

Responsabilidades de Seguro Direto e Resseguro Aceite

(Milhares de Euros)

	2014	2013 Reexpresso
Provisão para Prémios Não Adquiridos	239 282	244 283
Provisão Matemática Vida	1 666 923	1 756 581
Provisão para Sinistros	1 703 215	1 753 682
De Vida	123 756	108 460
De Não Vida	1 579 458	1 645 222
Provisão para Participação nos Resultados	109 188	102 267
Provisão para Desvios de Sinistralidade	20 964	19 459
Provisão para Riscos em Curso	57 013	39 390
Outras Provisões Técnicas	31 957	30 051
Passivos Financeiros - Contratos de Investimento	7 692 230	7 026 612
TOTAL	11 520 772	10 972 325

b) Representação das responsabilidades técnicas

A Fidelidade terminou o exercício de 2014 com um montante de ativos afetos à representação das responsabilidades técnicas de 12.218 milhões de euros (11.404 milhões em 2013), tendo atingido um rácio de cobertura das mesmas de 106,1% (103,9% no exercício anterior) e um excesso de ativos afetos de 697 milhões de euros.

Cobertura das Responsabilidades Técnicas

(Milhares de Euros)

Ativos de Representação das Resp. Técnicas	2014	2013 Reexpresso
Ativos Financeiros	10 124 065	9 523 982
Ações	1 507 013	387 623
Outros	8 617 052	9 136 359
Imóveis	330 061	329 415
Empréstimos	1 029	1 452
Depósitos e Caixa	1 510 256	1 297 703
Outros Ativos	252 750	251 135
TOTAL	12 218 160	11 403 688
RESPONSABILIDADES A REPRESENTAR	11 520 772	10 972 325
RÁCIO DE COBERTURA	106,1%	103,9%

c) Margem de solvência

A margem de solvência mínima legalmente exigível era, no final de 2014, de 613,3 milhões de euros, enquanto os elementos constitutivos da mesma atingiram 1.239,3 milhões de euros, o que traduz um rácio de cobertura da margem de solvência de 202%, representativo de um elevado índice de segurança para todos os segurados e agentes económicos que se relacionam com a Companhia.

3. Atividade no Estrangeiro

A Fidelidade marca presença internacional através das suas sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

Em 2014, o montante de prémios das sucursais da Fidelidade ascendeu a 115 milhões de euros, superior em 50% ao valor do ano anterior, sendo de destacar o crescimento acentuado do segmento Vida, que passou a traduzir 57% do volume total da carteira (37% em 2013), e a consolidação do segmento Não Vida, com um contributo de 50 milhões de euros (48 milhões de euros em 2013).

O ano de 2014 fica, também, marcado pela abertura, no final do ano, de duas novas sucursais em Moçambique - Fidelidade Vida e Fidelidade Não Vida.

Atividade no Estrangeiro Prémios de Seguro Direto

(Milhares de Euros)

Atividade no Estrangeiro	2014		2013 Reexpresso	
	Valor	Var. (%)	Valor	Var. (%)
Sucursal de Espanha				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	23 540	275,7	6 266	-10,5
Não Vida	15 476	-9,1	17 026	26,9
Total	39 016	67,5	23 292	14,1
Sucursal de França				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	25 903	36,2	19 021	0,9
Não Vida	23 686	15,1	20 572	46,7
Total	49 589	25,2	39 593	20,4
Sucursal de Macau				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	12 071	659,2	1 590	87,9
Não Vida	10 873	0,6	10 812	-10,5
Total	22 945	85,0	12 402	-4,0
Sucursal de Luxemburgo				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	3 615	145,6	1 471	58,6
Não Vida				
Total	3 615	145,6	1 471	58,6
Sucursal de Moçambique				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	3			
Não Vida	3			
Total	7			

(continuação)

(Milhares de Euros)

Atividade no Estrangeiro	2014		2013 Reexpresso	
	Valor	Var. (%)	Valor	Var. (%)
Total de Atividade no Estrangeiro				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	65 131	129,8	28 348	2,6
Não Vida	50 039	3,4	48 410	22,5
Total	115 170	50,0	76 758	14,3

Sucursal de Espanha

Em 2014, o volume de negócios da sucursal em Espanha ascendeu a 39 milhões de euros, dos quais 60% relativos ao segmento vida (27% em 2013).

Os principais desenvolvimentos registados em 2014 compreenderam o lançamento de um novo produto de vida capitalização na rede BCG - Fidelidade Ahorro Platino; o maior enfoque nos pequenos e médios corretores, tendo em conta o Plano Estratégico da Mediação; a integração do produto Automóvel nas plataformas de multitarifação; e, do ponto de vista operativo, a implementação da gestão integrada de chamadas e emails via Call Center e a instalação do workflow de subscrição associado ao ramo Automóvel.

Considerando a elevada sinistralidade verificada na carteira Automóvel foram delineadas para 2015 novas estratégias de distribuição e subscrição do produto de Automóvel, visando recuperar a rentabilidade e o volume de negócios.

Perspetiva-se igualmente o lançamento no canal BCG de novas ofertas - vida poupança e rendas, automóvel, comércio e serviços e pecuário; a criação de um novo canal de agentes exclusivos, focado na distribuição de seguros junto da comunidade chinesa em Espanha; a consolidação da rede de corretores e das ferramentas de suporte ao negócio, de forma a garantir o adequado nível de serviço a clientes, parceiros e o cumprimento dos requisitos impostos pelo supervisor.

Sucursais de França e Luxemburgo

Em 2014, o volume de negócios da sucursal em França ascendeu a 49,6 milhões de euros, dos quais 52% relativos ao segmento vida (48% em 2013), sendo a distribuição assegurada pelo canal bancário e canal direto, com 56% do total do volume de negócios e, os restantes 44%, pela rede de corretores.

A carteira é, na sua maioria, dedicada ao segmento de particulares, mas é no segmento de empresas que se perspetivam, no futuro, os maiores crescimentos.

Os grandes desafios do próximo ano consubstanciam-se no aumento da quota de mercado junto da comunidade portuguesa; no início da atividade junto da comunidade chinesa em França e no desenvolvimento das atuais linhas de negócio no canal de corretores. Em termos organizacionais a sucursal está focada em garantir as condições necessárias para concluir a implementação da nova plataforma informática e corresponder às diretrizes do “Solvência II”.

A sucursal do Luxemburgo manteve-se em 2014 exclusivamente direcionada para a distribuição no canal bancário dos produtos vida financeiro e vida risco.

Sucursal de Macau

Em 2014, o volume de negócios da sucursal em Macau ascendeu a 23 milhões de euros, dos quais 53% relativos ao segmento vida (13% em 2013).

O volume de negócios da sucursal refletiu o aprofundamento da relação comercial com o Banco Nacional Ultramarino (BNU), através quer da conceção de produtos adaptados às necessidades dos seus clientes, quer da criação da figura do Coordenador de Bancasseguros com o objetivo de desenvolver as competências e promover a proatividade da rede comercial bancária.

Ao nível do ramo Vida, destaca-se o crescimento acentuado na comercialização de seguros de capitalização a médio prazo, assentes em taxas de remuneração competitivas, bem como o lançamento do seguro de poupança-reforma, que foi adequado às necessidades dos clientes por forma a disporem de um instrumento de poupança regular e flexível a longo prazo.

Ao nível dos ramos Não Vida, destaca-se o reforço da cooperação com o BNU, essencialmente ao nível de produtos para particulares, bem como o aprofundamento de relações com as demais redes de distribuição, na constante atenção ao equilíbrio da exploração técnica e no aumento da eficiência organizacional, nomeadamente através do desenvolvimento contínuo dos sistemas técnicos de suporte ao negócio.

Para o ano de 2015 e seguintes, a sucursal tem por objetivo entrar em novos mercados, que permitam criar as bases para um crescimento sustentado a prazo, assente numa presença competitiva de distribuição através do canal de corretores internacionais, potenciar a comercialização e penetração de seguros para particulares através de uma oferta mais alargada no canal bancário e promover uma maior eficiência organizacional.

Sucursal de Moçambique

Em dezembro de 2014, a Fidelidade foi autorizada a iniciar a comercialização de seguros vida e não vida em Moçambique, através das duas sucursais – Fidelidade Vida e Fidelidade Não Vida.

A Fidelidade perspetiva para Moçambique o desenvolvimento de negócio no âmbito dos ramos Vida e Não Vida; para o segmento de particulares e para o segmento de empresas. A distribuição será assegurada pela generalidade dos canais disponíveis para o efeito – canal direto, canal bancário e canal de mediadores e corretores.

4. Recursos Humanos

A conjuntura de recessão económica, verificada nos últimos anos, tem originado um maior rigor na gestão em geral e um reposicionamento e importância crescente da função Recursos Humanos, em particular.

Neste contexto, reforçado com a recente mudança acionista, a gestão de pessoas implica cada vez mais gerir o equilíbrio entre motivação, talento, desenvolvimento e resultado, para que a organização possa manter-se competitiva e sustentável.

Com o objetivo prioritário de reforço e rejuvenescimento das áreas de suporte técnico e coordenação da empresa, o recrutamento de novos colaboradores, num total de 24, ultrapassou o verificado no ano anterior, tendo-se efetuado em segmentos jovens, cuja média etária se situa nos 31 anos e cujos níveis de qualificação são superiores à média global da empresa, já que 87,5% possuem formação superior.

No final de 2014, a Fidelidade tinha um efetivo de 2.721 pessoas ligadas à atividade em Portugal, menos 61 pessoas que em 2013.

Efetivo Permanente

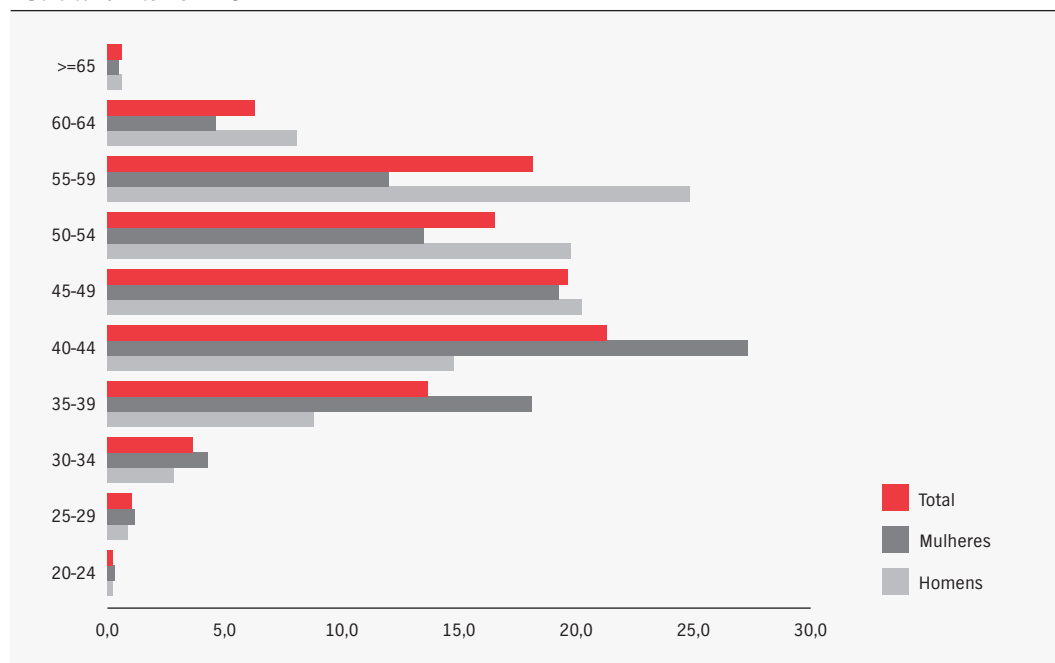
(Atividade em Portugal)

	2014	2013 Reexpresso
Trabalhadores Efetivos	2 711	2 769
Trabalhadores com Contrato a Termo	10	13
TOTAL	2 721	2 782

A idade e antiguidade média dos colaboradores com vínculo permanente evoluíram, respetivamente, de 46,8 para 47,5 anos e de 21,3 para 21,9 anos, relativamente ao ano anterior.

Relativamente à composição do efetivo em termos de formação académica, a evolução no triénio permitiu consolidar a tendência de alteração que se vem registando, verificando-se um crescimento do peso relativo dos agregados ensino médio e superior, evoluindo de 40,8% em 2012 para 41,7% em 2013 e 43,0% no ano em análise.

Estrutura Etária - 2014



Relativamente à atividade formativa, há a referir que o número de horas de formação apresentado em 2013 decorre da realização, nesse ano, de um extenso programa formativo na modalidade de e-learning, cujo efeito foi mais reduzido em 2014.

São ainda de destacar as seguintes iniciativas:

- Desenvolvimento de Pessoas nas diferentes áreas da companhia com programas de formação "tailor made", através da implementação de ações sobre Gestão de Conflito e Liderança e Gestão de Equipas;
- Promoção de conhecimentos em Língua Inglesa, favorecendo a melhoria da comunicação com o acionista;
- Continuidade generalizada da formação Técnica de Seguros, nomeadamente no que concerne ao lançamento de novos produtos;
- Investimento sustentado no enriquecimento e atualização dos conhecimentos das equipas ligadas à área das Tecnologias de Informação;
- Reforço do nível de valências académicas através da comparticipação em formação de nível superior (licenciaturas, mestrados, pós-graduações).

	2014		2013 Reexpresso	
	Formação Interna	Formação Externa	Formação Interna	Formação Externa
Participações	4 233	1 618	9 791	1 953
Nº Horas	37 075		59 334	

5. Perspetivas de Evolução

Dando cumprimento ao acordado pelo Estado Português no âmbito do Programa de Assistência Económico Financeira, foi decidido, já no início de 2014, alienar 80% da Fidelidade ao Grupo Fosun.

Essa mudança de controlo acionista conduziu a um processo de revisão das orientações estratégicas da Fidelidade, que deu origem a um programa de ação estratégica, denominado Projeto Compass, assente em quatro grandes vertentes:

- fortalecimento do negócio doméstico;
- expansão internacional;
- melhoria na gestão de investimentos;
- transformação organizacional.

No que respeita à atividade no mercado segurador, manter-se-á a postura inovadora e de confiança que a Fidelidade sempre apresentou, com vista ao fortalecimento do negócio em Portugal.

A nível nacional, a atividade da Fidelidade continuará condicionada pela persistência de uma conjuntura económica difícil, apesar dos indicadores de retoma que vão sendo avançados, num contexto de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados.

Assim, a Fidelidade continuará focada no objetivo de crescimento rentável, através da tomada de medidas específicas que permitam reforçar as vertentes de rentabilidade técnica, posicionamento competitivo, reforço da marca, inovação nos produtos e dinamização dos canais de distribuição.

Será ainda tida como prioridade uma maior profissionalização das redes comerciais, sobretudo pela via da intensificação do grau de utilização das plataformas de negócio com base na internet, desenvolvendo e capitalizando as respetivas potencialidades transacionais e comerciais por forma a servir melhor parceiros e clientes e a reduzir custos operativos.

Por outro lado, a Fidelidade está fortemente apostada no desenvolvimento da sua presença internacional, tendo, em 2014, iniciado a atividade em Moçambique através de duas sucursais.

Há ainda a destacar um foco crescente na verticalização do negócio, estando em curso diversas operações de investimento associadas a áreas ligadas à atividade seguradora. A implementação desta estratégia esteve subjacente à aquisição da Luz Saúde, concretizada em 2014.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido individual do exercício de 2014 ascendeu a € 159 108 030,34.

De acordo com o disposto no Código das Sociedades, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

Reserva Legal	€ 15 911 000,00
Remanescente à disposição da Assembleia-geral	€ 143 197 030,34
	€ 159 108 030,34

7. Considerações Finais

Ao concluir o presente Relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da Fidelidade, salientando particularmente:

- As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor segurador e intervenção oportuna;
- A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- A Mesa da Assembleia-geral, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade da companhia;
- Os Agentes, Corretores e Resseguradores, pelo apoio prestado e pela confiança com que honram a companhia;
- As redes de distribuição da CGD e dos CTT, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciado na comercialização dos nossos produtos;
- Os Colaboradores que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a contínua valorização da Fidelidade.

A todos os clientes importa expressar um especial reconhecimento pela preferência com que distinguem a Fidelidade e pelo estímulo permanente no sentido da melhoria da qualidade de serviço.

Lisboa, 16 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

Guangchang GUO – Presidente

João Nuno de Oliveira Jorge Palma – Vice-Presidente

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia – Vice-Presidente

Qunbin WANG

Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz

Michael LEE

Yao XU

José Manuel Alvarez Quintero

António Manuel Marques de Sousa Noronha

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

Wai Lam William MAK

José Pedro Cabral dos Santos

Lan KANG

Xiaoyong WU

Anexo ao Relatório de Gestão a que se Refere o Artigo 448º, Nº4, do Código das Sociedades Comerciais

À data do encerramento do exercício de 2014, encontravam-se na situação prevista no artigo 448º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais as seguintes entidades:

- Longrun Portugal, SGPS, S.A., titular de 96.800.000 ações representativas de 80% do capital social e dos direitos de voto;
- Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., titular de 24.183.140 ações representativas de 19,9861% do capital social e dos direitos de voto.

O Conselho de Administração

02

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Reexpresso)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em Euros)

ATIVO	Notas	2014				31.12.2013 (Reexpresso)	01.01.2013 (Reexpresso)
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 e 11	310 264 776	-	310 264 776		155 209 738	605 543 198
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	4 e 11 (anexo 1)	645 642 299	-	645 642 299		70 580 915	71 940 815
Ativos financeiros detidos para negociação	5 e 11	-	-	-		-	75 505 871
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5 e 11	859 436 692	-	859 436 692		909 720 453	1 107 334 889
Ativos disponíveis para venda	7 e 11 (anexo 1)	9 271 884 599	-	9 271 884 599		6 235 877 759	6 192 522 639
Empréstimos e contas a receber	11	1 286 738 474	-	1 286 738 474		1 354 960 417	621 127 576
Empréstimos concedidos	8	12 235 760	-	12 235 760		2 654 976	3 508 263
Depósitos junto de empresas cedentes	8	4 656 933	-	4 656 933		2 244 132	1 066 197
Outros depósitos	8	1 269 308 637	-	1 269 308 637		1 349 517 622	600 948 493
Outros	8	537 144	-	537 144		543 687	15 604 623
Investimentos a deter até à maturidade	9 e 11	-	-	-		2 877 576 151	3 116 712 595
Terrenos e edifícios	11	394 513 345	(33 944 214)	360 569 131		357 742 047	368 030 208
Terrenos e edifícios de uso próprio	10	144 208 106	(33 944 214)	110 263 892		113 156 674	119 396 198
Terrenos e edifícios de rendimento	10	250 305 239	-	250 305 239		244 585 373	248 634 010
Outros ativos tangíveis	11 e 12	82 625 510	(72 389 994)	10 235 516		11 236 072	9 871 450
Inventários		107 012	-	107 012		122 059	219 313
Outros ativos intangíveis	13	156 052 228	(137 930 033)	18 122 195		19 453 366	20 458 641
Provisões técnicas de resseguro cedido		222 350 716	-	222 350 716		258 866 105	270 129 391
Provisão para prémios não adquiridos	14	64 977 615	-	64 977 615		68 668 654	72 257 758
Provisão matemática do ramo vida	14	10 345 282	-	10 345 282		12 890 683	9 411 541
Provisão para sinistros	14	146 988 126	-	146 988 126		177 270 523	188 444 924
Provisão para participação nos resultados	14	39 693	-	39 693		36 245	15 168
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	31	9 281 121	-	9 281 121		4 716 813	6 108 643
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		333 803 268	(78 422 865)	255 380 403		180 702 620	211 247 216
Contas a receber por operações de seguro direto	15	139 590 429	(37 849 227)	101 741 202		122 933 920	140 515 448
Contas a receber por outras operações de resseguro	15	23 902 689	(11 815 466)	12 087 223		14 664 700	16 572 049
Contas a receber por outras operações	15	170 310 150	(28 758 172)	141 551 978		43 104 000	54 159 719
Ativos por impostos		153 108 948	-	153 108 948		170 819 462	146 545 753
Ativos por impostos correntes	16	52 387	-	52 387		6 315 355	121 649
Ativos por impostos diferidos	16	153 056 561	-	153 056 561		164 504 107	146 424 104
Acréscimos e diferimentos	17	19 261 123	-	19 261 123		28 908 738	21 091 214
TOTAL ATIVO		13 745 070 111	(322 687 106)	13 422 383 005		12 636 492 715	12 844 389 412

Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Reexpresso)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em Euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2014	31.12.2013 (Reexpresso)	01.01.2013 (Reexpresso)
PASSIVO				
Provisões técnicas		3 828 541 760	3 949 988 087	4 118 173 874
Provisão para prémios não adquiridos	18	239 281 616	244 282 677	257 971 039
Provisão matemática do ramo vida	18	1 666 922 641	1 756 581 266	1 900 870 833
Provisão para sinistros		1 703 214 697	1 753 682 044	1 808 885 421
De vida	18	123 756 345	108 459 953	116 525 666
De acidentes de trabalho	18	779 884 465	778 242 985	773 374 069
De outros ramos	18	799 573 887	866 979 106	918 985 686
Provisão para participação nos resultados	18	109 188 316	106 541 655	83 483 810
Provisão para compromissos de taxa	18	7 454 750	6 505 548	11 014 174
Provisão para estabilização de carteira	18	24 502 158	23 545 774	22 290 920
Provisão para desvios de sinistralidade	18	20 964 204	19 458 757	17 911 642
Provisão para riscos em curso	18	57 013 378	39 390 366	15 746 035
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	19	7 692 230 036	7 026 611 568	6 749 113 079
Outros passivos financeiros		110 396 725	113 283 072	199 218 332
Passivos subordinados	20	-	-	76 600 000
Depósitos recebidos de resseguradores	20	101 787 243	108 876 669	108 534 954
Outros	6 e 20	8 609 482	4 406 403	14 083 378
Outros credores por operações de seguros e outras operações		120 615 387	117 372 224	127 496 332
Contas a pagar por operações de seguro direto	21	70 859 225	53 935 454	62 793 967
Contas a pagar por outras operações de Resseguro	21	36 345 917	31 912 019	44 327 469
Contas a pagar por outras operações	21	13 410 245	31 524 751	20 374 896
Passivos por impostos		176 422 004	75 951 192	152 917 587
Passivos por impostos correntes	16	57 896 656	28 187 707	112 646 117
Passivos por impostos diferidos	16	118 525 348	47 763 485	40 271 470
Acréscimos e diferimentos	22	58 064 811	54 844 667	52 578 417
Outras Provisões	23	178 708 729	142 984 845	122 295 592
TOTAL PASSIVO		12 164 979 452	11 481 035 655	11 521 793 213
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	24	381 150 000	381 150 000	605 000 000
Reservas de reavaliação	25	478 768 842	136 423 673	88 092 089
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	25	432 623 825	114 829 479	64 046 208
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	25	20 893 446	21 631 747	24 045 881
De diferenças de câmbio	25	25 251 571	(37 553)	-
Reserva por impostos diferidos	25	(111 815 759)	(22 582 224)	(11 327 230)
Outras reservas	25	262 773 917	480 582 208	454 853 998
Resultados transitados	25	87 418 523	70 196 542	87 439 469
Resultado do exercício	25	159 108 030	109 686 861	98 537 873
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1 257 403 553	1 155 457 060	1 322 596 199
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		13 422 383 005	12 636 492 715	12 844 389 412

Lisboa, 24 de fevereiro de 2015

**O Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira**

e Técnico Oficial de Contas

Carlos F. Tomé Silva Westerman

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vice-Presidente

Wai Lam William MAK
Vogal

Demonstração de Resultados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Reexpresso)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	2014			Total	31.12.2013 (Reexpresso)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		272 254 220	650 431 248	-	922 685 468	889 338 500
Prémios brutos emitidos	26 (anexo 4)	281 272 209	1 003 896 528	-	1 285 168 737	1 260 297 499
Prémios de resseguro cedido	26 (anexo 4)	(9 125 578)	(353 772 130)	-	(362 897 708)	(380 966 666)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	18 e 26 (anexo 4)	(14 030)	4 407 246	-	4 393 216	15 087 735
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	14 e 26 (anexo 4)	121 619	(4 100 396)	-	(3 978 777)	(5 080 068)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	27	2 055 164	-	-	2 055 164	2 045 747
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(329 592 672)	(468 437 376)	-	(798 030 048)	(807 293 615)
Montantes pagos		(311 310 544)	(506 524 624)	-	(817 835 168)	(851 955 602)
Montantes brutos	28 e 29 (anexo 3)	(318 361 778)	(700 734 794)	-	(1 019 096 572)	(1 089 818 155)
Parte dos resseguradores	28 (anexo 3 e 4)	7 051 234	194 210 170	-	201 261 404	237 862 553
Provisão para sinistros (variação)		(18 282 128)	38 087 248	-	19 805 120	44 661 987
Montante bruto	28 (anexo 3)	(15 330 464)	63 861 401	-	48 530 937	57 372 400
Parte dos resseguradores	28 (anexo 4)	(2 951 664)	(25 774 153)	-	(28 725 817)	(12 710 413)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	28	(1 905 586)	(19 128 458)	-	(21 034 044)	(21 937 674)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		90 762 862	-	-	90 762 862	148 698 235
Montante bruto	18 e 28	93 308 378	-	-	93 308 378	145 219 812
Parte dos resseguradores	28 (anexo 4)	(2 545 516)	-	-	(2 545 516)	3 478 423
Participação nos resultados, líquida de resseguro	18 e 28	(15 963 524)	(38 443)	-	(16 001 967)	(262 435)
Custos e gastos de exploração líquidos		(75 543 548)	(219 842 049)	-	(295 385 597)	(283 229 693)
Custos de aquisição	29	(58 185 922)	(202 653 624)	-	(260 839 546)	(257 670 838)
Custos de aquisição diferidos (variação)	18	25 964	607 845	-	633 809	(1 427 335)
Gastos administrativos	29	(19 978 336)	(62 503 254)	-	(82 481 590)	(83 901 657)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(anexo 4)	2 594 746	44 706 984	-	47 301 730	59 770 137
Rendimentos		273 586 596	57 870 875	24 685 739	356 143 210	446 602 074
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	32	243 900 716	35 192 658	21 030 059	300 123 433	385 696 065
Outros	32	29 685 880	22 678 217	3 655 680	56 019 777	60 906 009
Gastos financeiros		(21 015 967)	(4 720 923)	(1 338 295)	(27 075 185)	(9 282 353)
Outros	29 e 33	(21 015 967)	(4 720 923)	(1 338 295)	(27 075 185)	(9 282 353)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		55 074 466	68 884 038	2 689 128	126 647 632	(141 939 686)
De ativos disponíveis para venda	34	240 985 657	68 884 038	2 689 128	312 558 823	28 627 392
De investimentos a deter até à maturidade	34	-	-	-	-	89
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	19 e 34	(185 911 191)	-	-	(185 911 191)	(170 549 982)
De outros	34	-	-	-	-	(17 185)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(25 516 471)	4 065 230	64 769	(21 386 472)	(26 555 141)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	35	(3 764 466)	-	(86 395)	(3 850 861)	(683 049)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	35	(21 752 005)	4 065 230	151 164	(17 535 611)	(25 872 092)
Diferenças de câmbio	36	7 185 636	8 216 470	(326 239)	15 075 867	(113 886)

(Continuação)

(Valores em Euros)

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	2014			Total	31.12.2013 (Reexpresso)
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	37	2 024	206 966	(761 937)	(552 947)	(10 215 315)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(34 560 185)	(22 857 444)	(37 394 029)	(94 811 658)	(46 007 005)
De ativos disponíveis para venda	38	(34 560 185)	(22 473 908)	(940 249)	(57 974 342)	(29 019 827)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	(370 439)	(1 449 887)	(1 820 326)	-
De outros	38	-	(13 097)	(35 003 893)	(35 016 990)	(16 987 178)
Outros rendimentos/gastos técnicos - líquidos de resseguro	39	410 849	2 199 208	-	2 610 057	7 989 171
Outros rendimentos/gastos	40	-	-	1 535 918	1 535 918	711 743
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		197 233 864	56 849 342	(10 844 946)	243 238 260	148 548 667
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos correntes	16	-	-	(90 842 751)	(90 842 751)	(58 487 290)
Imposto sobre o rendimento do exercício - impostos diferidos	16	-	-	6 712 521	6 712 521	19 625 484
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		197 233 864	56 849 342	(94 975 176)	159 108 030	109 686 861

Lisboa, 24 de fevereiro de 2015

**O Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira****e Técnico Oficial de Contas**

Carlos F. Tomé Silva Westerman

Pelo Conselho de AdministraçãoJorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vice PresidenteWai Lam William MAK
Vogal

Demonstração das Variações no Capital Próprio nos Exercícios de 2014 e 2013 (Reexpresso)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em Euros)

	Capital Social	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Reserva legal	Outras Reservas Prêmios de emissão
Saldo em 31 de dezembro de 2012	605 000 000	65 306 343	(4 505 260)	81 325 625	115 103 280
Alteração de políticas contabilísticas:					
Imparidade de títulos	-	22 785 745	(6 821 970)	-	-
Saldo em 1 de janeiro de 2013	605 000 000	88 092 088	(11 327 230)	81 325 625	115 103 280
Aplicação do resultado	-	-	-	11 600 000	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Redução de capital	(223 850 000)	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	50 745 719	(14 725 642)	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(2 405 248)	683 398	-	-
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(8 886)	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	2 787 250	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	381 150 000	136 423 673	(22 582 224)	92 925 625	115 103 280
Aplicação do resultado	-	-	-	9 246 709	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	343 083 470	(88 317 281)	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(736 100)	(766 624)	-	-
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(2 201)	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(149 630)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	381 150 000	478 768 842	(111 815 759)	102 172 334	115 103 280

(Continuação)

(Valores em Euros)

	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	Reserva Fusão	Outras reservas			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	91 335 345	167 089 748	103 403 245	98 537 873	1 322 596 199
Alteração de políticas contabilísticas:					
Imparidade de títulos	-	-	(15 963 775)	-	-
Saldo em 1 de janeiro de 2013	91 335 345	167 089 748	87 439 470	98 537 873	1 322 596 199
Aplicação do resultado	-	19 189 687	(17 251 814)	(13 537 873)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(85 000 000)	(85 000 000)
Redução de capital	-	-	-	-	(223 850 000)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	36 020 077
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	-	-	(1 721 850)
Alienação de imóveis de uso próprio	-	-	8 886	-	-
Desvios atuariais	-	(5 061 477)	-	-	(2 274 227)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	109 686 861	109 686 861
Saldo em 31 de dezembro de 2013	91 335 345	181 217 958	70 196 542	109 686 861	1 155 457 060
Aplicação do resultado	-	-	17 219 780	(26 466 489)	-
Distribuição de dividendos	-	(226 723 568)	-	(83 220 372)	(309 943 940)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	254 766 189
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	-	-	(1 502 724)
Alienação de imóveis de uso próprio	-	-	2 201	-	-
Desvios atuariais	-	(331 432)	-	-	(481 062)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	159 108 030	159 108 030
Saldo em 31 de dezembro de 2014	91 335 345	(45 837 042)	87 418 523	159 108 030	1 257 403 553

Demonstrações do Rendimento Integral para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Reexpresso)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em Euros)

	2014	2013
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	159 108 030	109 686 861
Items que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de ativos financeiros:		
Valor bruto	311 432 323	77 785 330
Participação dos segurados - vida com participação	6 399 576	(27 002 058)
Diferenças cambiais		
Valor bruto	25 154 648	(37 553)
Participação dos segurados - vida com participação	96 923	-
Imposto diferido	(87 902 291)	(10 913 780)
Imposto corrente - produtos vida com participação nos resultados	(414 990)	(3 811 862)
Items que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de imóveis de uso próprio:		
Valor bruto	(736 100)	(2 405 248)
Imposto diferido	(766 624)	683 398
Desvios atuariais		
Valor bruto	(331 432)	(5 061 477)
Imposto corrente	103 386	1 594 364
Imposto diferido	(253 016)	1 192 886
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	252 782 403	32 024 000
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	411 890 433	141 710 861

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Proforma)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(Valores em Euros)

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos:		
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	922 271 028	879 330 831
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(748 919 496)	(768 281 413)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(97 869 963)	(83 540 702)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(15 361 527)	4 551 737
Pagamentos a fornecedores	(97 534 760)	(101 992 907)
Pagamentos a empregados	(122 359 417)	(121 177 821)
Contribuições para fundos de pensões	(11 654 803)	(11 650 000)
Outros	(11 289 358)	(18 730 169)
	(182 718 296)	(221 490 444)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	22 090 988	26 252 742
Devedores por outras operações	(106 460 306)	9 298 579
Outros ativos	6 266 058	(6 197 522)
	(78 103 260)	29 353 799
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	479 353 885	52 505 870
Depósitos recebidos de resseguradores	(8 599 074)	(597 934)
Credores por operações de seguro direto e resseguro	19 379 279	(21 273 963)
Credores por outras operações	(18 727 698)	11 149 855
Outros passivos	7 570 597	(68 399 295)
	478 976 989	(26 615 467)
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	218 155 433	(218 752 112)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(59 978 555)	(86 693 412)
Caixa líquida das atividades operacionais	158 176 878	(305 445 524)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de:		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	86 570 219	299 313 494
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 525 224 709	1 918 261 099
Ativos financeiros a deter até à maturidade	151 065 827	263 732 950
Empréstimos e contas a receber	12 501 987 950	5 074 674 158
Propriedades de investimento	-	355 756
Ativos tangíveis e intangíveis	5 617 708	124 423
Rendimentos de ativos financeiros	255 169 554	485 786 403
Outros recebimentos	15 044	80 069
	18 525 651 011	8 042 328 352
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de:		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(223 162 763)	(127 572 232)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4 985 917 168)	(1 850 573 143)
Empréstimos e contas a receber	(12 413 998 160)	(5 807 501 870)
Propriedades de investimento	(6 272 812)	(2 255 625)
Ativos tangíveis e intangíveis	(14 050 542)	(10 475 508)
Outros	(330 636)	(3 305 589)
	(17 643 732 081)	(7 801 683 967)
Concentrações de atividades empresariais:		
Aquisição de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	(575 096 830)	-
Caixa líquida das atividades de investimento	306 822 100	240 644 385
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Juros de passivos subordinados	-	(82 321)
Emissões de passivos subordinados, líquidas de reembolsos	-	(76 600 000)
Aumentos de capital	-	(223 850 000)
Distribuição de Dividendos	(309 943 940)	(85 000 000)
Caixa líquida das atividades de financiamento	(309 943 940)	(385 532 321)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	155 055 038	(450 333 460)
Caixa e seus equivalentes no início do período	155 209 738	605 543 198
Caixa e seus equivalentes no fim do período	310 264 776	155 209 738

03

ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS

1. Nota Introdutória

A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade" ou "Companhia") é uma sociedade anónima resultante da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros Português (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou "ASF" antes Instituto de Seguros de Portugal ou "ISP") através de uma resolução do seu Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012.

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos. Tradicionalmente, o ramo técnico vida, incluindo contratos de investimento, é o mais importante em termos dos passivos técnicos sob gestão. Relativamente aos ramos técnicos não vida, os que têm maior expressão em volume de prémios são o automóvel, incêndio e outros danos, doença e acidentes de trabalho, representando aproximadamente 87,7% dos prémios totais não vida emitidos durante o exercício de 2014.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Companhia está presente em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

Em 7 de fevereiro de 2014 foi celebrado um "Acordo de Venda Direta de Referência", tendo como entidades vendedoras, a Caixa Geral de Depósitos, S.A., ("CGD") e Caixa Seguros e Saúde, S.G.P.S., S.A., ("CSS") e, como entidades adquirentes, a Fosun International Limited ("FIL") e a Millennium Gain Limited ("MGL").

Sujeita à verificação das condições estabelecidas no referido acordo, as adquirentes ficam investidas na titularidade de:

- 80% (oitenta por cento) do capital social e dos direitos de voto da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., ("Fidelidade"), participação esta que pode aumentar até 85% (oitenta e cinco por cento) do mesmo;
- 80% (oitenta por cento) do capital social e dos direitos de voto da Multicare - Seguros de Saúde, S.A., ("Multicare") e,
- 80% (oitenta por cento) do capital social e dos direitos de voto da Cares - Companhia de Seguros, S.A., ("Cares").

Em 15 de maio de 2014, encontrando-se verificadas as condições estabelecidas no “Acordo de Venda Direta de Referência”, foi subscrito o Certificado de Conclusão da Venda Direta de Referência, tendo a Longrun Portugal, SGPS, S.A., sociedade entretanto constituída ao abrigo da lei portuguesa, e integralmente detida pela MGL, adquirido as ações representativas de 80% (oitenta por cento) do capital social da Fidelidade, de 80% (oitenta por cento) do capital social da Multicare e de 80% (oitenta por cento) do capital social da Cares, tendo, assim, estas empresas de seguros, passado a integrar o Grupo Fosun.

Entre 29 de setembro de 2014 e as 15:00 horas do dia 10 de outubro de 2014, decorreu o período da Oferta Pública de Venda (“OPV”) de Ações da Fidelidade, reservada a trabalhadores, no âmbito do processo de privatização do setor segurador da CGD, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, e nos termos previstos no anexo II da Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013, de 30 de agosto, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 9 de dezembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 56-A/2014, de 25 de setembro.

No quadro desta OPV foram adquiridas por colaboradores 16.860 ações da Fidelidade, correspondentes a 0.0139% do capital social da Companhia.

Após a realização desta OPV, a Longrun Portugal, SGPS, S.A., continuou a deter 96.800.000 ações da Fidelidade, representativas de uma participação de 80,00%. A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., por seu turno, reduziu a sua participação passando a deter 24.183.140 ações representativas de 19,9861% do capital social da Companhia.

As demonstrações financeiras da Fidelidade em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2015. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma n.º 4/2007-R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pelas Normas n.º 20/2007-R, de 31 de dezembro e n.º 22/2010-R, de 16 de dezembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), e as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 - "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2014 a Fidelidade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 38. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o PCES 07 requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas seguidamente.

No exercício de 2014 a Companhia alterou a política contabilística de registo da imparidade de ativos financeiros resultantes da adoção do critério utilizado pela Fosun Financial Holding Ltd.

Até 31 de dezembro de 2013, era considerada evidência objetiva de imparidade situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantinha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses e ainda a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se mantinham por mais de nove meses.

Em 2014, passou-se a considerar evidência objetiva de imparidade situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantinha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses e ainda a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% que se mantinham por mais de nove meses.

Na sequência desta alteração e conforme requerido pela norma IAS 8, o impacto da alteração da política contabilística foi reconhecido retrospectivamente, tendo as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e para o exercício então findo, apresentadas para efeitos comparativos (demonstrações financeiras reexpressas), sido elaboradas e reexpressas considerando a alteração desta política contabilística. Na Nota 47 é apresentado o impacto desta alteração nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2013.

2.2. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em subsidiárias incluem participações em sociedades nas quais a Companhia exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, nos termos estabelecidos pela IFRS 10, evidenciada pela detenção de mais de 50% do capital.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Existem igualmente situações em que a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

2.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas “Gastos de investimentos diretos” e em “Comissões por operações de títulos e investimentos”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (“Fair Value Option”). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;

- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros devedores por operações de seguros e outras operações".

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros, a seguir indicados, são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Ativos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo, numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão da Companhia independente da função de negociação, com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

v) Transferências entre categorias de ativos financeiros

O IASB emitiu, em outubro de 2008, a revisão à norma IAS 39 – Reclassificação de Instrumentos Financeiros. Com esta revisão desde que os ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria podem ocorrer transferências de ativos financeiros detidos para negociação para ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou ativos detidos até à maturidade. A transferência de ativos disponíveis para venda também passou a ser permitida para as categorias de empréstimos e contas a receber e de ativos financeiros detidos até à maturidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade da Companhia consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da Companhia a riscos inerentes à sua atividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, a Companhia prepara no início da operação documentação formal que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Companhia reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto.

Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Companhia não utilizou contabilidade de cobertura.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de micro-coberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Rendimentos”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Outros passivos financeiros”, respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.3. a), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

e) Transferências entre categorias de ativos financeiros

A Companhia segue as regras da IAS 39 e IFRS 7 para a reclassificação de instrumentos financeiros que permitem que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para carteiras de ativos financeiros detidos até à maturidade disponíveis para a venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado de ativos; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

2.4. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

A Companhia não tem ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar.

2.5. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são refletidas em resultados, nas rubricas "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

2.6. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica "Outros ativos tangíveis" e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações, 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica “Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.7. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pela Companhia como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.8. Locações

Locações Operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações Financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.9. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.10. Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2013 e 2014 é respetivamente de 26,5% e 24,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 7% que exceda este valor. Em 2013, a Derrama Estadual correspondia à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, e de 5% sobre a parte do lucro que exceda este valor

Dado que a Fidelidade foi alvo de um processo de alieação no decorrer do ano de 2014 tendo a Longrun Portugal, SGPS, S.A. adquirido 80% das partes de capital da companhia, não se encontram reunidas as condições necessárias para constituir um regime especial de tributação de grupos de sociedade. Assim a Companhia em 2014 será tributada na sua esfera individual.

As contas das sucursais da Companhia são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91.º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

O artigo 92.º do Código do IRC, estabelece que a coleta, líquida das deduções relativas à dupla tributação internacional e benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria determinado se o sujeito passivo não usufrísse de:

- Benefícios fiscais, conforme previstos no n.º 2 do artigo 92.º;
- Dedução de prejuízos fiscais transmitidos por sociedades fundidas.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a imparidades e provisões temporariamente não aceites fiscalmente e a mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e em terrenos e edifícios.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Em 31 de dezembro de 2013, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, relativa à reforma do Código de IRC, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2014 passará a ser de 24,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.11. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade da Companhia.

2.12. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Fidelidade correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e os benefícios de saúde.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do CCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

No âmbito do novo Contrato Coletivo de Trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, e publicado no Boletim do Trabalho nº 2 de 15 de janeiro de 2012, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas aos trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam reformados ou pré-reformados, bem como aos colaboradores que não aderiram ao atual CCT.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método "Unit Credit Projected", e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 31). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de "Gastos com pessoal". O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica "Outras provisões" (Nota 23).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Gastos com pessoal".

As contribuições da Companhia para o plano de contribuição definida são efetuadas de acordo com o previsto no CCT, sendo registadas como um custo do exercício a que respeitam na rubrica de "Gastos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

As responsabilidades relativas ao prémio de permanência, decorrentes do n.º 2 da cláusula 41ª do Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora em vigor, são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.13. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela norma IFRS 4 - "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venha a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método “Pró-rata temporis” aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão IBNR para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões homologadas - pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Pensões definidas – estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;
- Pensões presumíveis – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	4%
Encargos de gestão	2,40%	4%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores, a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. A companhia efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade do Instituto de Seguros de Portugal, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registrar a responsabilidade relativa a despesas com caráter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2013 e 2014, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de caráter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada - diz respeito a despesas de caráter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- Provisão para assistência vitalícia presumível - despesas de caráter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	4%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada pelo atuário responsável ao longo do ano, o qual elabora um relatório específico no final do exercício.

Esta análise é efetuada para os principais ramos/grupos de ramos, representativos de mais de 90% das provisões para sinistros, nomeadamente automóvel, acidentes de trabalho, acidentes pessoais e doença.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da empresa de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica “Participação nos resultados a atribuir”, da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- i) Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas da Companhia, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pela Companhia desde 2011;
- ii) Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;
- iii) Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados da Companhia pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados da Companhia até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rentabilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro, seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos “Unit-linked”

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pela Companhia em que o risco é suportado pelo tomador (produtos “Unit-linked”) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica “Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

As carteiras de investimentos afetas a produtos “Unit-linked” são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4, mas que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos do IAS 39 e registadas na rubrica “Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

2.14. Comissões

Conforme referido na Nota 2.3., as comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.15. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.16. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e a caixa e disponibilidades em instituições de crédito e que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.17. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Fidelidade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Fidelidade com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Fidelidade considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Fidelidade valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.3. a), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.12. as responsabilidades da Fidelidade por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.13.. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Fidelidade considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Fidelidade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto suscetível, de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.18. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

No decorrer do exercício de 2014 a Fidelidade adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. As alterações com relevância para a Fidelidade foram as seguintes:

IFRS 11 – Acordos Conjuntos

Data de emissão: 12-05-2011

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

Substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – contribuições não monetárias por empreendedores.

Altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através do método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial. O controlo conjunto consiste na partilha contratualmente acordada do controlo sobre um acordo, que só existe quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controlo.

Define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.

IFRS 12 – Divulgação de Interesses Noutras Entidades

Data de emissão: 12-05-2011

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28.

Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

O objetivo desta Norma é exigir que uma entidade divulgue informação nas suas demonstrações financeiras que permita que os utentes avaliem:

(a) a natureza e os riscos associados aos seus interesses noutras entidades; e

(b) os efeitos desses interesses na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Para isso, uma entidade deve divulgar:

- (a) os julgamentos e pressupostos significativos nos quais se baseou para determinar a natureza do seu interesse noutra entidade ou acordo e para determinar o tipo de acordo conjunto no qual tem um interesse; e
- (b) informação sobre os seus interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas; e entidades estruturadas que não sejam controladas pela entidade.

Para efeitos desta Norma, um interesse noutra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não-contratual que expõe uma entidade a uma variabilidade do retorno em função do desempenho da outra entidade. Um interesse noutra entidade pode ser evidenciado, entre outros, pela propriedade de ações ou de instrumentos de dívida, bem como por outras formas de envolvimento como o fornecimento de financiamento, de assistência à liquidez, de aumentos de crédito e de garantias. Isso inclui os meios pelos quais uma entidade tem controlo, controlo conjunto ou influência significativa sobre outra entidade. Uma entidade não tem necessariamente um interesse noutra entidade apenas por via de uma normal relação de cliente-fornecedor.

IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas (2011)

Data de emissão: 12-05-2011

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (2011)

Data de emissão: 12-05-2011

Regulamento da Comissão Europeia: 1254/2012

Data de Adoção pela CE: 11-12-2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às joint ventures à semelhança do que já acontecia com as associadas.

IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 (Emendas) – Orientações de Transição

Data de emissão: 28-06-2012

Regulamento da Comissão Europeia: 313/2013

Data de Adoção pela CE: 04-04-2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

Estas emendas permitem a adoção de procedimentos menos exigentes na transição para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 como, por exemplo, a reexpressão de comparativos que fica limitada ao período imediatamente anterior à transição.

Emenda às normas: IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 12 – Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades

Data de emissão: 31-10-2012

Regulamento da Comissão Europeia: 1174/2013

Data de Adoção pela CE: 20-11-2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

As entidades de investimento que incluem os Fundos de capital de risco devem satisfazer três elementos da definição e quatro características típicas para que possam ser consideradas como entidades de investimento a quem se aplicam as novas disposições. Para o efeito, devem ser considerados todos os factos e circunstâncias incluindo o fim a que se destinam e a sua conceção. Estas entidades estão isentas de consolidar as suas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, as quais devem ser valorizadas ao justo valor através de resultados nos termos da IFRS 9 (ou IAS 39 conforme aplicável), com exceção daquelas que prestem serviço exclusivo à entidade de investimento relacionados com as atividades de investimento, as quais devem ser consolidadas (investimentos em subsidiárias) ou contabilizadas usando o método da equivalência patrimonial (investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos). Também devem ser valorizados ao justo valor os investimentos em outras entidades de investimento sobre os quais exista controlo. Uma entidade-mãe de uma entidade de investimento que não seja, ela própria, uma entidade de investimento não pode usar nas suas contas o modelo de justo valor aplicado pela sua subsidiária às respetivas participadas. Organizações de capital de risco, fundos de investimento e outras entidades que não satisfaçam as condições para serem consideradas entidades de investimento nos termos agora definidos, mantêm a possibilidade de poder mensurar os investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos ao justo valor através de resultados nos termos da opção prevista na IAS 28.

Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros emenda à norma IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação

Data de emissão: 16-12-2011

Regulamento da Comissão Europeia: 1256/2012

Data de Adoção pela CE: 13-12-2012

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Divulgação sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros emenda à norma IAS 36 – Imparidade

Data de emissão: 29-05-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 1374/2013

Data de Adoção pela CE: 19-12-2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

A emenda elimina a obrigatoriedade de divulgação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa que incluam ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou goodwill, desde que não tenham sido reconhecidas perdas de imparidade, com o objetivo de eliminar a consequência não intencional existente na norma que obrigava à divulgação de informação comercial sensível. Passa a ser obrigatório divulgar: (i) informação adicional sobre o justo valor dos ativos em imparidade quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custo de vender e (ii) informação sobre as taxas de desconto usadas quando a quantia recuperável é baseada no justo valor menos custos de vender que use uma técnica de valorização ao valor atual.

**Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura emenda à norma IAS 39 –
– Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração**

Data de emissão: 27-06-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 1375/2013

Data de Adoção pela CE: 19-12-2013

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2014

As emendas visam permitir uma exceção à necessidade de descontinuar a contabilidade de cobertura em certas circunstâncias nas quais existe uma alteração da contraparte num instrumento de cobertura de forma a garantir a participação numa câmara de compensação para esse instrumento. A emenda cobre as novações:

- que resultem da aplicação ou da alteração de leis ou regulamentos;
- nas quais as partes do instrumento de cobertura concordam que uma ou mais contrapartes da compensação substituam as contrapartes originais de forma a tornarem-se as novas contrapartes de cada uma das partes;
- que não resultem em outras alterações aos termos do contrato original do derivado para além das alterações diretamente atribuíveis à alteração da contraparte para assegurar a compensação.

Todas as condições acima referidas devem ser cumpridas para se continuar a contabilidade de cobertura de acordo com esta exceção.

A emenda cobre novações efetuadas para contrapartes centrais, bem como para intermediários como sejam membros de câmaras de compensação, ou clientes dos últimos que sejam eles próprios intermediários.

Para as novações que não cumpram os critérios da exceção, as entidades devem avaliar as alterações ao instrumento de cobertura à luz das regras de desconhecimento de instrumentos financeiros e das condições gerais para continuar a aplicação da contabilidade de cobertura.

IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado

Data de emissão: 20-05-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 634/2014

Data de Adoção pela CE: 13-06-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 17-06-2014

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a atividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante, (ii) deve ser efetuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a atividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante, e, (iii) se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo, devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um ativo ou um gasto.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

QUE IRÃO ENTRAR EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)

Data de emissão: 12-12-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 1361/2014

Data de Adoção pela CE: 18-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2015

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu quatro melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Atualiza a exceção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos” clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica que é à luz da IFRS 3 que se deve determinar se uma dada transação é uma combinação de negócios ou compra de ativos e não a descrição existente na IAS 40 que permite distinguir a classificação de uma propriedade como sendo de investimento ou como sendo propriedade ocupada pelo dono.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)

Data de emissão: 12-12-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 2015/28

Data de Adoção pela CE: 17-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-02-2015

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu sete melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização, a norma passa a prever a possibilidade de a entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização se efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

Emenda à norma IAS 19 – Benefícios dos empregados

Data de emissão: 21-11-2013

Regulamento da Comissão Europeia: 2015/29

Data de Adoção pela CE: 17-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-02-2015

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado como, por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Data de emissão: 24-07-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2018

Esta norma foi finalmente completada em 24 de julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizados pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.
- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento-a-instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito deve ser apresentada na demonstração do resultado integral. A restante alteração no justo valor deve ser apresentada no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todos os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) a instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.
- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações, pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.

- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizados como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

Data de emissão: 28-05-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2017

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 - Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade.

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco etapas: (i) identificar o contrato com o cliente, (ii) identificar as obrigações de desempenho no contrato, (iii) determinar o preço de transação, (iv) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho no contrato e (v) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais de obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas

Data de emissão: 06-05-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

IAS 16 e IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

Data de emissão: 12-05-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que o rendimento reflete um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e não o de que os benefícios económicos são consumidos através do uso do ativo. Como resultado, a proporção da receita gerada em relação à receita total prevista para ser gerada não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

Data de emissão: 11-09-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

As alterações à IFRS 10 definem os critérios para reconhecimentos dos ganhos e perdas quando uma mãe perde o controlo de uma subsidiária a qual não contenha um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios, em resultado de uma transação que envolva uma associada ou joint venture que seja contabilizada pela equivalência patrimonial. O lucro ou perda da transação é incluído na demonstração de resultados do investidor apenas na extensão que não esteja relacionada com o investimento na associada ou joint venture. A parte restante é deduzida ao valor contabilístico do investimento na associada ou joint venture. No caso de a mãe continuar a manter um investimento na antiga subsidiária e esta se tiver tornado uma associada ou joint venture contabilizada pela equivalência patrimonial, a mãe reconhece o ganho ou perda da remensuração para o justo valor na demonstração de resultados apenas na extensão que não esteja

relacionada com o novo investimento na associada ou joint venture. A parte restante é deduzida ao valor contábilístico do investimento retido na anterior subsidiária. Se o investimento na anterior subsidiária passar a ser mensurado pelo justo valor, então o ganho ou perda da remensuração é reconhecido na totalidade na demonstração de resultados do investidor.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospetiva.

IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

Data de emissão: 12-08-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

O objetivo destas alterações é restaurar a opção de usar o método da equivalência patrimonial na valorização de subsidiárias e associadas em contas separadas cujas opções de valorização passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos. A consequente alteração também foi feita na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa usufruir da isenção de combinações de negócios passadas em relação à aquisição do investimento.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação

Data de emissão: 18-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se: (i) a sua mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados; ou se (ii) as suas subsidiárias estiverem mensuradas ao justo valor através de resultados (todas as subsidiárias, exceto aquelas que não sejam entidades de investimentos e cujo propósito e atividades sejam prestar serviços relacionados com as atividades de investimento das entidades de investimento que as detêm).

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade não necessita de aplicar o método da equivalência patrimonial numa associada ou joint venture se: (i) a mãe puder usufruir da isenção de consolidação definida na IFRS 10 ou se (ii) entre todas as condições da IAS 28 necessárias para tal, a sua mãe imediata ou última preparar demonstrações financeiras em IFRS para uso público nas quais as subsidiárias sejam consolidadas ou mensuradas ao justo valor através de resultados. Uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento, pode manter a valorização das subsidiárias destas entidades de investimento ao justo valor através de resultados.

As consequentes alterações à IFRS 12 exigem que uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras em que todas as suas subsidiárias são mensuradas ao justo valor através de resultados apresente as divulgações exigidas pela IFRS 12 no que respeita a entidades de investimento.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro

Data de emissão: 18-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida, e, (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotaís, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulados de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem

ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um “resumo” das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro

Data de emissão: 18-12-2014

Aplicável aos exercícios iniciados em ou após: 01-01-2016

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014 (emitidas em 25 de setembro de 2014)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que as reclassificações diretas de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes de detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo.

Aplicação prospectiva**IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações**

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras de interim.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito a um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta títulos de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex: Eurozone) e não os existentes em cada país.

Esta melhoria aplica-se a partir dos saldos de abertura mais antigos apresentados nos comparativos das demonstrações nas quais a alteração seja aplicada pela primeira vez.

IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras de interim ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex: Relatório de gestão ou relatório de risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de interim estão incompletas se os respetivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Caixa e seus equivalentes:		
Sede	2 467 407	2 156 796
Delegações	1 993 908	1 675 827
	4 461 315	3 832 623
Depósitos à ordem:		
Em moeda nacional		
Afetos	243 908 443	84 582 865
Não afetos	44 314 108	34 781 306
Em moeda estrangeira		
Afetos	8 897 363	2 529 656
Não afetos	8 683 547	29 483 288
	305 803 461	151 377 115
	310 264 776	155 209 738

4. Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			
	Participação efetiva (%)	Valor bruto	Imparidade (Nota 38)	Valor de balanço (Anexo 1)
Valorizadas ao custo:				
Filiais				
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100.00%	41 000 000	(7 679 400)	33 320 600
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100.00%	39 591 948	-	39 591 948
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	100.00%	59 379 421	-	59 379 421
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100.00%	14 315 928	(4 290 661)	10 025 267
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100.00%	2 273 053	-	2 273 053
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde SGPS)	98.22%	473 924 677	-	473 924 677
FCM Beteiligungs GmbH	51.00%	14 093 820	-	14 093 820
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	55.89%	6 260 184	-	6 260 184
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100.00%	100 000	-	100 000
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100.00%	49 880	-	49 880
Universal Seguros, S.A.	67.00%	6 007 358	-	6 007 358
		656 996 269	(11 970 061)	645 026 208
Associadas				
Audatex Portugal - Peritagens Informat.				
Derivadas de Acidentes, S.A.	33.67%	616 091	-	616 091
HIGHGROVE - Investimentos e Participações SGPS, S.A.	25.00%	1 753 541	(1 753 541)	-
		2 369 632	(1 753 541)	616 091
		659 365 901	(13 723 602)	645 642 299

(Valores em Euros)

	2013			
	Participação efetiva (%)	Valor bruto	Imparidade (Nota 38)	Valor de balanço (Anexo 1)
Valorizadas ao custo:				
Filiais				
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100.00%	41 000 000	(7 679 400)	33 320 600
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100.00%	18 156 243	-	18 156 243
Fidelidade - Property Internacional, S.A.				
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100.00%	14 315 928	(4 258 238)	10 057 690
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100.00%	2 273 053	-	2 273 053
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde SGPS)				
FCM Beteiligungs GmbH				
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.				
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100.00%	100 000	-	100 000
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100.00%	49 880	-	49 880
Universal Seguros, S.A.	67.00%	6 007 359	-	6 007 359
		81 902 463	(11 937 638)	69 964 825
Associadas				
Audatex Portugal - Peritagens Informat.				
Derivadas de Acidentes, S.A.	33.67%	616 090	-	616 090
HIGHGROVE - Investimentos e Participações SGPS, S.A.	25.00%	1 401 307	(1 401 307)	-
		2 017 397	(1 401 307)	616 090
		83 919 860	(13 338 945)	70 580 915

Durante o exercício de 2014 ocorreram as seguintes alterações:

Em 30 de abril de 2014, a Companhia adquiriu 111.789 ações da Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A., representativas de 55,89% do capital social pelo montante de 690.279.189 Escudos Cabo Verdianos, equivalente a 6.260.184 Euros. O capital próprio adquirido, após ajustes de justo valor ascendia 652.534.245 Escudos Cabo Verdianos, equivalente a 5.917.873 Euros.

Em 7 de agosto de 2014, a Companhia adquiriu 26.020 ações da FCM Beteiligungs GmbH, representativas de 51% do capital social pelo montante de 14.093.820 Euros.

Em 31 de outubro de 2014, no âmbito da OPA sobre a Espírito Santo e Saúde, SGPS, a Companhia adquiriu 93.838.829 ações da Luz Saúde, S.A., representativas de 96,08% do capital social pelo montante de 473.924.677 Euros. Posteriormente, a Fidelidade aumentou o seu investimento no montante de 140.451 Euros, representando 2,13%, essencialmente por conta do exercício do direito de alienação potestativa legalmente previsto no período de 3 meses subsequente à operação, ficando com uma participação total de 98,22%. O capital próprio adquirido, após ajustes de justo valor, ascendia a 98.683752 Euros.

Em 5 de novembro de 2014, a Companhia constituiu a Fidelidade – Property International, S.A., emitindo 1.800.000 ações representativas de 100% do capital social pelo montante de 9.000.000 Euros. Adicionalmente, foram emitidas prestações acessórias pelo montante de 50.379.421 Euros.

A 23 de janeiro de 2014, procedeu-se ao aumento de capital na Fidelidade Property Europe SA no valor de 8.560.585 euros, através da emissão de 1.712.117 novas ações, com o valor nominal de 5 euros cada, com ágio de 7,52 euros por ação, no montante total de 12.875.120 euros.

Em 4 de novembro de 2014, foram constituídas as SPV's FID I (HK) Limited, FID II (HK) Limited e FID III (HK) Limited, com um capital social de 1 Hong Kong Dollar, respetivamente, detidas a 100% pela Fidelidade.

Durante o exercício de 2013 ocorreram as seguintes alterações na estrutura da Fidelidade:

Em 31 de maio de 2013, a Fidelidade procedeu à dissolução e liquidação da EPS – Gestão de Sistemas de Saúde, S.A., da qual era único acionista e titular de cem mil ações com valor nominal de cinco Euros. Desta operação resultou a transmissão global de todo o património, ativo e passivo, para a Companhia, tendo gerado uma menos-valia de 17.185 Euros (Nota 34).

Em 5 de dezembro de 2013, a Companhia transmitiu o lote de 7.500 ações ordinárias, de valor nominal de 1.000 Patacas e representativas de 0.357% do capital social do Banco Nacional Ultramarino, S.A., à Parbanca, S.G.P.S., S.A.. Esta alienação, pelo montante de 19.636.800 Patacas, correspondentes a 2.618 Patacas por ação, representou uma mais-valia de 912.483 Euros.

Os dados financeiros das principais empresas subsidiárias e associadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2014						
	Sede	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador							
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100.00%	74 680 937	47 636 519	27 044 418	539 822	39 414 036
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Lisboa	100.00%	15 663 986	5 215 925	10 448 061	438 394	761 454
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (b)	Cabo Verde	55.89%	25 046 309	15 744 759	9 301 550	1 549 873	9 041 038
Universal Seguros, S.A. (c)	Angola	67.00%	55 019 300	50 647 255	4 372 045	1 278 139	34 454 979
Imobiliário							
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Lisboa	100.00%	81 695 430	15 228 665	66 466 765	1 325 165	5 581 160
Fidelidade - Property Internacional, S.A.	Lisboa	100.00%	59 467 534	21 652	59 445 882	66 461	96 218
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	Lisboa	81.94%	134 329 512	31 741 207	102 588 305	9 517 264	14 759 262
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança 1 (e)	Lisboa	100.00%	15 259 881	201 437	15 058 444	447 313	773 538
Saúde							
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde SGPS)	Lisboa	98.22%	512 988 012	330 274 581	182 713 431	17 787 096	402 191 524
Outros setores							
Audatex Portugal - Peritagens Informat.							
Derivadas de Acidentes, S.A. (d)	Lisboa	33.67%	6 515 983	2 018 530	4 497 453	1 784 232	8 411 393
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Lisboa	100.00%	5 310 893	937 146	4 373 747	43 330	3 424 406
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Lisboa	100.00%	973 896	786 976	186 920	38 752	2 318 446
FCM Beteiligungs GmbH	Áustria	51.00%	23 780 625	16 422	23 764 203	(282 869)	-
FID I (HK) LIMITED	Hong Kong	100.00%	108 088 869	104 890 602	3 198 267	3 198 267	-
FID II (HK) LIMITED	Hong Kong	100.00%	14 458 992	14 461 824	(2 831)	(2 832)	-
FID III (HK) LIMITED	Hong Kong	100.00%	-	2 832	(2 832)	(2 832)	-
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Lisboa	100.00%	3 130 979	2 831 373	299 606	35 283	19 196 080
HIGHGROVE - Investimentos e Participações. SGPS, S.A.	Meladas; Mozelos	25.00%	2 262 201	2 331 208	(69 007)	(161 503)	34 872

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 110,265 Euro/CVE

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2014 de 125,11 Euro/Kwanza para as rubricas de Balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 129,988 Eur/Kwanzas para as rubricas de ganhos e perdas.

(d) Valores de junho de 2014 (período contabilístico junho/13 a junho/14).

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(Valores em Euros)

Setor de atividade/Entidade	2013						
	Sede	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador							
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	100.00%	76 959 213	46 386 572	30 572 641	420 775	39 414 036
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Lisboa	100.00%	15 957 718	5 373 021	10 584 697	528 973	761 454
Universal Seguros, S.A. (b)	Angola	67.00%	20 545 460	17 715 812	2 829 648	(106 011)	11 516 534
Imobiliário							
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Lisboa	100.00%	71 185 191	26 795 112	44 390 079	(1 198 820)	6 765 677
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (d)	Lisboa	81.94%	127 393 322	34 322 281	93 071 041	(2 980 114)	8 211 838
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança 1 (d)	Lisboa	100.00%	14 804 223	187 167	14 617 056	(27 121)	509 309
Outros setores							
Audatex Portugal - Peritagens Informat.							
Derivadas de Acidentes, S.A. (c)	Lisboa	33.67%	6 435 811	1 899 656	4 536 155	1 822 934	7 587 381
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Lisboa	100.00%	5 266 970	902 855	4 221 034	143 081	2 992 258
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.							
	Lisboa	100.00%	749 588	585 420	164 168	17 918	2 079 003
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Lisboa	100.00%	3 142 568	2 815 244	327 323	70 875	20 616 293
HIGHGROVE - Investimentos							
e Participações. SGPS, S.A.	Meladas; Mozelos	25.00%	3 587 884	7 561 150	(3 973 266)	(144 294)	53 457

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013 de 134,592 Euro/Kwanza para as rubricas de Balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 133,368 Eur/Kwanzas para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores de junho de 2013 (período contabilístico junho/12 a junho/13).

(d) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2014 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

As empresas subsidiárias e associadas, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SEGUROS

A Via Directa - Companhia de Seguros, S.A., com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 - 2º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A., com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz nº 30, foi constituída em 13 de janeiro de 1983 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A Universal Seguros, S.A., com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

A Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP. ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

IMOBILIÁRIO

A Fidelidade - Property Europe, S.A. com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexas. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade - Investimentos Imobiliários, S.A. A fusão produziu efeitos contabilísticos a 1 de janeiro de 2004.

A Fidelidade - Property International, S.A. com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, a promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexas.

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários.

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários.

SAÚDE

A Espírito Santo Saúde - SGPS, S.A, Sociedade Aberta, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais", ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, que tem como objeto a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Está vocacionada para operar como holding no desenvolvimento e na participação em negócios na área da Saúde. A denominação social foi alterada em 9 fevereiro de 2015 para Luz Saúde, S.A. em Assembleia Geral.

OUTROS SETORES

A Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 - 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A Sociedade poderá igualmente explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de companhias seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, nº 1 - B, foi constituída em 1988 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a Sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.

A E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, nº 15, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A., com sede em Lisboa, na Avenida 5 de outubro N.º35 - 8º Piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A HIGHGROVE - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mouselos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Chamartin para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A FCM Beteiligungs GmbH, com sede em St. Pölten na Áustria, na rua Hollausg. 12, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionadas, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas.

FID I (HKD), FID II (HKD), FID III (HKD) são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong constituídos em 04 de novembro de 2014.

5. Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2014		2013	
	Ao justo valor através de resultados	Total	Ao justo valor através de resultados	Total
Investimentos relativos a contratos "Unit linked"	627 586 249	627 586 249	865 832 411	865 832 411
Instrumentos de dívida				
- De outros emissores:				
. Obrigações e outros títulos:				
De residentes	1 359 626	1 359 626	1 382 138	1 382 138
De não residentes	230 490 817	230 490 817	42 505 904	42 505 904
	231 850 443	231 850 443	43 888 042	43 888 042
	859 436 692	859 436 692	909 720 453	909 720 453

(Valores em Euros)

Os Investimentos relativos a contratos “unit-linked” correspondem a ativos geridos pela Companhia cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os investimentos afetos aos contratos “Unit - Linked” apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:		
Instrumentos de dívida		
De empresas do Grupo	70 440 511	331 176 097
De dívida pública		
De emissores nacionais	487 733 596	456 253 367
De emissores estrangeiros		
Alemanha	509 341	964 666
Áustria	300 398	276 897
Bélgica	1 306 429	1 749 824
Espanha	3 503 913	1 960 680
França	2 716 609	1 898 467
Holanda	998 344	1 459 914
Itália	4 021 684	2 438 245
De outros emissores		
De emissores nacionais	2 868 909	4 092 673
De emissores estrangeiros	33 364 513	44 613 182
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	15 786 691	15 399 653
De emissores estrangeiros	5 921 824	5 968 905
Contas a receber	15	8 304
Transações a liquidar	(1 886 528)	(2 428 463)
	627 586 249	865 832 411
Outros ativos:		
Depósitos à ordem	84 080 963	122 321 693
Total (Nota 19)	711 667 212	988 154 104

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 231.850.442 Euros e 43.888.042 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

O total dos investimentos afetos aos contratos “Unit – Linked” apresentam uma diferença de 2.925 Euros para o total dos passivos financeiros valorizados ao justo valor (Nota 19), que corresponde ao justo valor negativo dos swaps que se encontra registado na rubrica “Outros passivos financeiros” (Nota 20).

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Companhia reconheceu ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 6.486.467 Euros e de 5.621.187 Euros, respetivamente.

6. Derivados de Negociação

A Fidelidade realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações de taxas de juro e de cotações.

A Fidelidade controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3.c). Nestas datas, o seu montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	(Valores em Euros)			
	2014			
	Montante Nominal		Valor Contabilístico	
	Derivados de Negociação	Total	Passivos Detidos para Negociação (Nota 20)	Total
Swaps				
Swaps de taxa de juro	40 668 155	40 668 155	(8 609 482)	(8 609 482)
	40 668 155	40 668 155	(8 609 482)	(8 609 482)

(Valores em Euros)

	2013			
	Montante Nocial		Valor Contabilístico	
	Derivados de Negociação	Total	Passivos Detidos para Negociação (Nota 20)	Total
Swaps				
Swaps de taxa de juro	40 000 000	40 000 000	(4 406 403)	(4 406 403)
	40 000 000	40 000 000	(4 406 403)	(4 406 403)

Os “interest rate swaps” contratados pela Companhia destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais são valorizados ao custo amortizado (Nota 19).

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Fidelidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014		2013	
	> 5 anos	Total	> 5 anos	Total
Swaps				
Swaps de taxa de Juro	40 668 155	40 668 155	40 000 000	40 000 000
	40 668 155	40 668 155	40 000 000	40 000 000

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014		2013	
	Valor Nocial	Valor Contabilístico	Valor Nocial	Valor Contabilístico
Swaps				
Swaps de Taxa de juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	40 668 155	(8 609 482)	40 000 000	(4 406 403)
	40 668 155	(8 609 482)	40 000 000	(4 406 403)

7. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 38)	Valor líquido	Diferenças de Câmbio	Reserva de justo valor (Nota 25)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	2 050 324 126	72 317 487	2 122 641 613	-	2 122 641 613	-	159 410 313	2 282 051 926
De emissores estrangeiros								
Itália	922 392 013	11 018 702	933 410 715	-	933 410 715	-	62 953 474	996 364 189
Espanha	644 443 309	10 515 668	654 958 977	-	654 958 977	-	45 823 206	700 782 183
Alemanha	28 619 706	537 714	29 157 420	-	29 157 420	-	2 660 040	31 817 460
França	39 982 778	4 419 392	44 402 170	-	44 402 170	-	8 018 989	52 421 159
Holanda	5 213 784	62 488	5 276 272	-	5 276 272	-	435 031	5 711 303
Áustria	30 633	770	31 403	-	31 403	-	1 122	32 525
Bélgica	31 839 871	19 910 687	51 750 558	-	51 750 558	-	1 394 729	53 145 287
De outros emissores públicos								
De emissores estrangeiros	3 145 286	22 922	3 168 208	-	3 168 208	-	453 180	3 621 388
De organismos financeiros internacionais	13 095 531	139 767	13 235 298	-	13 235 298	-	5 656 097	18 891 395
De outros emissores								
De emissores nacionais	461 283 744	9 865 409	471 149 153	(47 929 367)	423 219 786	-	7 896 451	431 116 237
De emissores estrangeiros	1 296 121 695	30 336 858	1 326 458 553	(1 523)	1 326 457 030	-	53 810 259	1 380 267 289
De empresas do Grupo	1 670 457 588	44 303 611	1 714 761 199	-	1 714 761 199	-	4 739 339	1 719 500 538
	7 166 950 063	203 451 475	7 370 401 538	(47 930 890)	7 322 470 648	-	353 252 231	7 675 722 879
Instrumentos de capital								
Valorizados ao justo valor								
De emissores nacionais	114 557 387	-	114 557 387	(12 929 671)	101 627 716	-	(5 314 577)	96 313 139
De emissores estrangeiros	976 487 481	-	976 487 481	(41 906 996)	934 580 485	25 152 541	110 678 589	1 070 411 615
	1 091 044 868	-	1 091 044 868	(54 836 667)	1 036 208 201	25 152 541	105 364 012	1 166 724 754
Outros instrumentos								
Títulos de participação								
De residentes	27 434	30	27 464	-	27 464	-	(10 770)	16 694
Unidades de participação								
De residentes	423 586 648	-	423 586 648	(67 271 956)	356 314 692	-	42 681 427	398 996 119
De não residentes	33 063 012	-	33 063 012	(7 715 085)	25 347 927	2 107	5 088 480	30 438 514
Outros	(14 783)	422	(14 361)	-	(14 361)	-	-	(14 361)
	456 662 311	452	456 662 763	(74 987 041)	381 675 722	2 107	47 759 137	429 436 966
	8 714 657 242	203 451 927	8 918 109 169	(177 754 598)	8 740 354 571	25 154 648	506 375 380	9 271 884 599

(Valores em Euros)

	2013							
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 38)	Valor líquido	Diferenças de Câmbio	Reserva de justo valor (Nota 25)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
De emissores nacionais	1 364 523 454	45 820 577	1 410 344 031	-	1 410 344 031	-	24 758 740	1 435 102 771
De emissores estrangeiros								
Itália	338 580 339	6 694 486	345 274 825	-	345 274 825	-	4 319 861	349 594 686
Espanha	116 055 122	3 978 943	120 034 065	-	120 034 065	-	1 345 333	121 379 398
Alemanha	45 844 160	651 407	46 495 567	-	46 495 567	-	650 876	47 146 443
França	79 262 596	9 526 145	88 788 741	-	88 788 741	-	2 637 799	91 426 540
Holanda	5 174 950	62 488	5 237 438	-	5 237 438	-	334 185	5 571 623
Áustria	553 437	4 522	557 959	-	557 959	-	11 934	569 893
Bélgica	85 218 368	38 478 568	123 696 936	-	123 696 936	-	3 923 362	127 620 298
De outros emissores públicos								
De emissores estrangeiros	3 144 566	22 922	3 167 488	-	3 167 488	-	116 251	3 283 739
De organismos financeiros internacionais	20 040 493	293 252	20 333 745	-	20 333 745	-	2 045 927	22 379 672
De outros emissores								
De emissores nacionais	390 355 363	8 707 273	399 062 636	(2 949 545)	396 113 091	-	4 453 120	400 566 211
De emissores estrangeiros	2 071 231 447	42 460 040	2 113 691 487	(1 523)	2 113 689 964	-	61 632 515	2 175 322 479
De empresas do Grupo	467 974 817	7 447 125	475 421 942	-	475 421 942	-	10 633 396	486 055 338
	4 987 959 112	164 147 748	5 152 106 860	(2 951 068)	5 149 155 792	-	116 863 299	5 266 019 091
Instrumentos de capital								
Valorizados ao justo valor								
De emissores nacionais	45 354 187	-	45 354 187	(27 593 930)	17 760 257		5 165 773	22 926 030
De emissores estrangeiros	303 490 430	-	303 490 430	(59 541 431)	243 948 999	(37 486)	63 741 754	307 653 267
	348 844 617	-	348 844 617	(87 135 361)	261 709 256	(37 486)	68 907 527	330 579 297
Outros instrumentos								
Títulos de participação								
De residentes	27 434	36	27 470	-	27 470	-	-	27 470
Unidades de participação								
De residentes	577 510 918	-	577 510 918	(75 576 573)	501 934 345	-	52 430 573	554 364 918
De não residentes	94 625 855	-	94 625 855	(17 701 324)	76 924 531	(67)	7 962 519	84 886 983
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	672 164 207	36	672 164 243	(93 277 897)	578 886 346	(67)	60 393 092	639 279 371
	6 008 967 936	164 147 784	6 173 115 720	(183 364 326)	5 989 751 394	(37 553)	246 163 918	6 235 877 759

A exposição da Companhia a instrumentos de Dívida Pública, de acordo com os respetivos prazos residuais, é apresentada na Nota 43.

Na sequência da finalização da operação de venda da seguradora, a Companhia decidiu reclassificar a totalidade da carteira reconhecida em “Investimentos a deter até à maturidade” para “Ativos disponíveis para venda”, por forma a garantir um tratamento consistente com as opções do Grupo Fosun.

Esta operação de reclassificação foi feita com referência à data da transmissão da titularidade da Companhia sendo que o valor contabilístico do conjunto de instrumentos de dívida afetado ascendia a 2.719.814.970 Euros tendo sido valorizado com base no justo valor em 2.886.739.652 Euros.

As reservas de justo valor relativas aos títulos reclassificados, correspondentes às valias potenciais geradas antes das reclassificações, permanecem registadas em capitais próprios.

(Valores em Euros)

	Nominal	Valor do Investimento detido até à Maturidade	Valor Disponível para Venda	Juro corrido
Instrumentos de dívida				
de dívida pública				
de emissores nacionais	2 068 177 006	2 036 872 861	2 180 514 275	45 299 254
de emissores estrangeiros	48 050 000	47 293 281	48 006 299	-
de outros emissores				
de emissores nacionais	82 249 750	82 128 126	78 029 125	379 966
de emissores estrangeiros	151 400 000	150 386 651	154 301 315	2 396 976
de empresas do grupo	405 059 945	403 134 050	425 888 639	15 715 930
	2 754 936 701	2 719 814 970	2 886 739 652	63 792 127

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros instrumentos” inclui unidades de participação de fundos de investimento geridos por entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos nos montantes de 305.375.296 Euros e 456.428.214 Euros, respetivamente, apresentando a seguinte composição de acordo com o tipo de fundo:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Fundos Mobiliários		
Fundos de ações	5 869 106	5 495 553
Fundos de obrigações	3 637 060	111 394 699
Fundos de tesouraria	3 055 930	54 690 535
Fundos de Fundos	69 980 896	64 490 171
Outros	7 276 400	10 013 436
	89 819 392	246 084 394
Fundos imobiliários	215 555 904	210 343 820
	305 375 296	456 428 214

8. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Depósitos junto de empresas cedentes	4 656 933	2 244 132
Outros depósitos:		
Depósitos a prazo	1 269 308 637	1 349 517 622
Empréstimos concedidos:		
Empréstimos hipotecários	529 272	708 456
Empréstimos sobre apólices	1 458 001	1 612 526
Outros	10 248 487	333 994
	12 235 760	2 654 976
Outros	537 144	543 687
	1 286 738 474	1 354 960 417

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Outros depósitos”, apresenta a seguinte composição, por prazo residual de vencimento:

(Valores em Euros)

	2014					Total
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Superior a 12 meses	
Outros depósitos:						
BCP Macau	564 711	416 020	267 365	5 124 232	18 702 416	25 074 744
BNU Macau, S.A.	575 121	718 692	557 129	3 930 684	-	5 781 626
Banco Comercial Português, S.A.	100 003 889	-	-	-	-	100 003 889
Industrial and Comercial Bank of China	-	1 046 502	-	-	-	1 046 502
Banco Caixa Geral, S.A.	-	-	-	12 063 896	-	12 063 896
Bankinter, S.A.	-	150 000	-	-	-	150 000
Bank of China	250 083 333	-	-	-	-	250 083 333
Banco Santander, S.A.	100 041 667	-	-	-	-	100 041 667
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	100 471 706	-	-	-	72 849 004	173 320 710
Credit Lyonnais	605 307	-	-	-	1 030 293	1 635 600
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	200 020 000	-	-	-	-	200 020 000
Société General	-	200 003 333	-	-	-	200 003 333
Novo Banco, S.A.	200 083 337	-	-	-	-	200 083 337
	952 449 071	202 334 547	824 494	21 118 812	92 581 713	1 269 308 637

(Valores em Euros)

	2013					Total
	Até 1 mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Superior a 12 meses	
Outros depósitos:						
BCP MACAU	493 066	539 968	1 305 733	2 701 597	4 928 025	9 968 389
BNU Macau, S.A.	514 118	886 819	586 891	6 612 222	-	8 600 050
Banco Comercial Português, S.A.	21 991 509	-	-	-	-	21 991 509
Novo Banco, S.A.	190 076 389	-	-	-	-	190 076 389
Banco Caixa Geral, S.A.	-	-	-	12,166,685	-	12,166,685
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	95 535 574	510 381 111	43 652 320	-	72 849 003	722 418 008
Caixa Económica Montepio Geral	138 130 466	-	-	-	-	138 130 466
Credit Lyonnais	-	-	-	-	1 030 293	1 030 293
Banco Santander, S.A	245 135 833	-	-	-	-	245 135 833
	691 876 955	511 807 898	45 544 944	21 480 504	78 807 321	1 349 517 622

Os depósitos em vigor em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são remunerados às taxas médias anuais de 0.68% e 2,96%, respetivamente.

9. Investimentos a Deter até à Maturidade

Como referido na nota 7, no exercício de 2014, a Companhia decidiu reclassificar a totalidade da carteira reconhecida em “Investimentos a deter até à maturidade” para “Ativos disponíveis para venda”, por forma a garantir um tratamento consistente com as opções do grupo Fosun.

Esta operação de reclassificação foi feita com referência a data da transmissão da titularidade da Companhia sendo que o valor contabilístico do conjunto de instrumentos de dívida afetado ascendia a 2.719.814.970 Euros tendo sido valorizado com base no justo valor em 2.886.739.663 Euros.

As reservas de justo valor relativas aos títulos reclassificados, correspondentes às valias potenciais geradas antes das reclassificações, permanecem registadas em capitais próprios.

Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica apresentou a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2013						
	Valor nominal	Custo amortizado	Juros a receber	Valor de balanço	Reservas de Justo valor (Nota 25)	Valor de mercado (1)	Valias potenciais não reconhecidas
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
De emissores nacionais	2 066 390 225	1 990 641 116	42 137 318	2 032 778 434	(41 506 318)	2 120 858 164	88 079 730
De emissores estrangeiros							
Itália	48 050 000	31 270 093	15 504 289	46 774 382	75 316	47 579 520	805 138
De outros emissores							
De emissores nacionais	86 149 750	84 863 449	1 228 020	86 091 469	(1 144 868)	83 270 675	(2 820 794)
De emissores estrangeiros	221 986 000	220 099 073	7 017 193	227 116 266	(695 048)	229 476 063	2 359 797
De empresas do Grupo	481 639 772	474 107 713	10 707 887	484 815 600	(7 912 391)	503 265 120	18 449 520
	2 904 215 747	2 800 981 444	76 594 707	2 877 576 151	(51 183 309)	2 984 449 542	106 873 391

Em 31 de dezembro de 2013 o valor de balanço dos ativos detidos até à maturidade ascendia a 2.877.576.151 Euros. Se os ativos não tivessem sido reclassificados, o valor de balanço nesta data ascenderia a 2.984.449.542 Euros, pelo que, os capitais próprios da Companhia teriam um impacto positivo no montante de 106.873.391 Euros.

10. Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nas rubricas de "Terrenos e edifícios" foi o seguinte:

	(Valores em Euros)		
	De uso próprio	De rendimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012:			
Valor Bruto	146 951 480	248 634 010	395 585 490
Amortizações e imparidade acumuladas	(27 555 282)	-	(27 555 282)
	119 396 198	248 634 010	368 030 208
Adições:			
Por aquisições realizadas no período	752 095	4 420 932	5 173 027
Por dispêndios subsequentes	-	2 165 307	2 165 307
Revalorização:			
Por contrapartida de resultados (Nota 37)	-	(10 279 120)	(10 279 120)
Por contrapartida de capitais próprios	(2 405 248)	-	(2 405 248)
Reforços/reversões de Imparidade no exercício (Nota 38)	(2 226 009)	-	(2 226 009)
Amortizações do exercício	(2 265 114)	-	(2 265 114)
Alienações e abates líquidos	(95 248)	(355 756)	(451 004)
Saldos em 31 de dezembro de 2013:			
Valor Bruto	144 802 521	244 585 373	389 387 894
Amortizações e imparidade acumuladas	(31 645 847)	-	(31 645 847)
	113 156 674	244 585 373	357 742 047
Adições:			
Por aquisições realizadas no período	-	4 130 374	4 130 374
Por dispêndios subsequentes	-	2 144 463	2 144 463
Revalorização:			
Por contrapartida de resultados (Nota 37)	-	(554 971)	(554 971)
Por contrapartida de capitais próprios	(736 100)	-	(736 100)
Reforços/reversões de Imparidade no exercício (Nota 38)	18 576	-	18 576
Amortizações do exercício	(2 175 258)	-	(2 175 258)
Saldos em 31 de dezembro de 2014:			
Valor Bruto	144 208 106	250 305 239	394 513 345
Amortizações e imparidade acumuladas	(33 944 214)	-	(33 944 214)
	110 263 892	250 305 239	360 569 131

Conforme referido na Nota 2.6. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, sujeito a depreciações (custo revalorizado), de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados sempre que considerado adequado ou com uma periodicidade máxima de dois anos, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. A Companhia considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios "Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio", desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do Presumível Valor de Transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são:

a) Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário.

b) Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados.

c) Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 20.893.446 Euros e 21.631.747 Euros, respetivamente (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação, é o seguinte:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
2014	22 624 787	-
2013	87 639 105	89 419 635
2012	-	23 737 039
	110 263 892	113 156 674

Terrenos e edifícios de rendimento

Nos exercícios de 2014 e 2013, os rendimentos e gastos operacionais reconhecidos na conta de ganhos e perdas relativos a terrenos e edifícios de rendimento apresentaram a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Rendas cobradas	11 498 241	10 452 673
Custos incorridos com manutenção e reparações		
Em propriedades arrendadas	(1 469 462)	(1 570 139)
Em propriedades devolutas	(359 240)	(34 121)
	9 669 539	8 848 413

11. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a afetação dos investimentos e outros ativos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2014					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	74 874 579	2 120 396	147 881 839	27 928 993	57 458 969	310 264 776
Investimentos em filiais e associadas	-	20 140 922	161 286 846	192 191 008	272 023 523	645 642 299
Ativos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11 634 575	547 381	705 222 918	137 811 133	4 220 685	859 436 692
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 063 236 369	153 398 394	6 686 791 818	1 181 914 940	186 543 078	9 271 884 599
Empréstimos concedidos e contas a receber	623 783 962	35 937 722	475 624 547	130 305 489	21 086 754	1 286 738 474
Terrenos e edifícios	-	-	-	330 061 205	30 507 926	360 569 131
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	10 235 516	10 235 516
	1 773 529 485	212 144 815	8 176 807 968	2 000 212 768	582 076 451	12 744 771 487

(Valores em Euros)

	2013					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	23 682 516	2 137 374	47 038 956	14 253 674	68 097 218	155 209 738
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	61 534 533	9 046 382	70 580 915
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	10 681 292	492 503	866 557 779	29 998 596	1 990 283	909 720 453
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 632 384 845	113 875 304	3 436 438 763	913 668 023	139 510 824	6 235 877 759
Empréstimos concedidos e contas a receber	223 660 830	38 100 889	695 599 064	270 346 533	127 253 101	1 354 960 417
Investimentos a deter até à maturidade	-	39 313 448	2 218 924 107	383 184 156	236 154 440	2 877 576 151
Terrenos e edifícios	-	-	-	329 415 250	28 326 797	357 742 047
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	11 236 072	11 236 072
	1 890 409 483	193 919 518	7 264 558 669	2 002 400 765	621 615 117	11 972 903 552

12. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014									
	Saldos iniciais			Alienações e abates líquidos				Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Transferências e Regularizações	Amortizações do exercício	Valor Bruto	Amortizações e imparidades	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	18 439 131	(18 204 203)	196 426	4 896	(283 865)	(79 097)	74 200	18 592 720	(18 445 232)	147 488
Máquinas e ferramentas	12 894 707	(11 691 320)	48 863	3 533	(520 477)	(523 859)	520 326	12 441 843	(11 710 070)	731 773
Equipamento informático	12 677 612	(10 714 382)	1 021 933	17 172	(1 553 579)	(122 942)	105 770	13 688 592	(12 257 008)	1 431 584
Instalações interiores	21 923 508	(17 796 359)	724 325	15 693	(831 712)	(63 088)	53 066	22 650 882	(18 625 449)	4 025 433
Material de transporte	80 988	(80 988)	90 215	-	(1 879)	(78 508)	78 508	144 183	(55 847)	88 336
Equipamento hospitalar	6 542	(5 819)	-	-	(578)	-	-	6 542	(6 397)	145
Outro equipamento	3 634 105	(1 527 439)	681 564	-	(643 902)	(4 260)	526	4 311 409	(2 170 815)	2 140 594
Património artístico	1 565 523	-	7 698	-	-	-	-	1 573 221	-	1 573 221
Equipamento em										
locação financeira	9 123 675	(9 118 704)	-	-	(472)	-	-	9 123 675	(9 119 176)	4 499
Outros Ativos	29 495	-	68 619	(5 671)	-	-	-	92 443	-	92 443
	80 375 286	(69 139 214)	2 839 643	35 623	(3 836 464)	(871 754)	832 396	82 625 510	(72 389 994)	10 235 516

(Valores em Euros)

	2013								
	Saldos iniciais				Alienações e abates líquidos		Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Amortizações do exercício	Valor Bruto	Amortizações e imparidades	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento									
Equipamento administrativo	18 251 972	(17 911 143)	198 637	(304 284)	(11 478)	11 224	18 439 131	(18 204 203)	234 928
Máquinas e ferramentas	15 669 531	(13 900 097)	106 957	(672 845)	(2 881 781)	2 881 622	12 894 707	(11 691 320)	1 203 387
Equipamento informático	9 829 437	(9 325 646)	2 848 175	(1 388 736)	-	-	12 677 612	(10 714 382)	1 963 230
Instalações interiores	28 247 979	(23 421 695)	180 271	(856 964)	(6 504 742)	6 482 300	21 923 508	(17 796 359)	4 127 149
Material de transporte	78 509	(70 470)	2 479	(10 518)	-	-	80 988	(80 988)	-
Equipamento hospitalar	6 560	(5 260)	-	(578)	(19)	19	6 542	(5 819)	723
Outro equipamento	3 133 290	(2 434 333)	1 754 827	(340 796)	(1 254 012)	1 247 692	3 634 105	(1 527 439)	2 106 666
Património artístico	1 565 523	-	-	-	-	-	1 565 523	-	1 565 523
Equipamento em locação financeira	9 123 675	(8 966 382)	-	(152 322)	-	-	9 123 675	(9 118 704)	4 971
Outros Ativos	-	-	29 495	-	-	-	29 495	-	29 495
	85 906 476	(76 035 026)	5 120 841	(3 727 043)	(10 652 032)	10 622 857	80 375 286	(69 139 214)	11 236 072

13. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2014 e 2013, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014								
	Saldos iniciais			Aquisições	Transferências de ativos intangíveis em curso	Amortizações do exercício	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	143 731 938	(131 742 734)	721 780	7 055 870	(6 909 521)	150 787 366	(137 930 033)	12 857 333	
Ativos intangíveis em curso	7 464 162	-	4 856 570	(7 055 870)	-	5 264 862	-	5 264 862	
	151 196 100	(131 742 734)	5 578 350	-	(6 909 521)	156 052 228	(137 930 033)	18 122 195	

(Valores em Euros)

	2013								
	Saldos iniciais			Aquisições	Transferências de ativos intangíveis em curso	Amortizações do exercício	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	138 219 550	(126 134 887)	864 868	4 647 520	(5 607 847)	143 731 938	(131 742 734)	11 989 204	
Ativos intangíveis em curso	8 373 978	-	3 737 704	(4 647 520)	-	7 464 162	-	7 464 162	
	146 593 528	(126 134 887)	4 602 572	-	(5 607 847)	151 196 100	(131 742 734)	19 453 366	

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os valores registados na rubrica ativos intangíveis em curso referem-se a aplicações informáticas em desenvolvimento.

Nos exercícios de 2014 e 2013, a Companhia reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 18.452.874,03 Euros e 19.229.259 Euros, respetivamente.

14. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	121 619	64 855 996	64 977 615	-	68 668 654	68 668 654
Provisão matemática	10 345 282	-	10 345 282	12 890 683	-	12 890 683
Provisão para sinistros:						
Sinistros declarados	7 318 796	130 242 709	137 561 505	9 018 956	156 560 235	165 579 191
Sinistros não declarados (IBNR)	1 438 026	7 988 595	9 426 621	2 689 530	9 001 802	11 691 332
	8 756 822	138 231 304	146 988 126	11 708 486	165 562 037	177 270 523
Provisão para participação nos resultados	39 693	-	39 693	36 245	-	36 245
	19 263 416	203 087 300	222 350 716	24 635 414	234 230 691	258 866 105

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros de vida:	121 619	-	121 619	-	-	-
Seguros não vida:						
Acidentes de trabalho	96 528	-	96 528	89 093	-	89 093
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	2 957 373	(1 265 533)	1 691 840	3 588 407	(1 560 170)	2 028 237
Doença	21 769 601	(525)	21 769 076	24 651 703	(6 486)	24 645 217
Incêndio e outros danos	24 421 341	(3 868 541)	20 552 800	24 494 342	(3 885 882)	20 608 460
Automóvel	181 813	-	181 813	329 598	-	329 598
Marítimo, aéreo e transportes	1 886 662	(202 411)	1 684 251	1 882 485	(243 130)	1 639 355
Responsabilidade civil geral	1 998 787	(150 094)	1 848 693	2 472 081	(168 357)	2 303 724
Crédito e cauções	187 131	(5 568)	181 563	218 069	(7 086)	210 983
Proteção jurídica	1 623 525	(84)	1 623 441	1 611 405	(43)	1 611 362
Assistência	12 202 518	(1 396)	12 201 122	12 738 713	(1 327)	12 737 386
Diversos	3 895 742	(870 873)	3 024 869	3 245 521	(780 282)	2 465 239
	71 221 021	(6 365 025)	64 855 996	75 321 417	(6 652 763)	68 668 654
	71 342 640	(6 365 025)	64 977 615	75 321 417	(6 652 763)	68 668 654

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Seguros vida:			
Seguros não vida:	-	121 619	121 619
Provisão para prémios não adquiridos:			
Acidentes de trabalho	89 093	7 435	96 528
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3 588 407	(631 034)	2 957 373
Doença	24 651 703	(2 882 102)	21 769 601
Incêndio e outros danos	24 494 342	(73 001)	24 421 341
Automóvel	329 598	(147 785)	181 813
Marítimo, aéreo e transportes	1 882 485	4 177	1 886 662
Responsabilidade civil geral	2 472 081	(473 294)	1 998 787
Crédito e cauções	218 069	(30 938)	187 131
Proteção jurídica	1 611 405	12 120	1 623 525
Assistência	12 738 713	(536 195)	12 202 518
Diversos	3 245 521	650 221	3 895 742
	75 321 417	(4 100 396)	71 221 021
Custos de aquisição diferidos:			
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 560 170)	294 637	(1 265 533)
Doença	(6 486)	5 961	(525)
Incêndio e outros danos	(3 885 882)	17 341	(3 868 541)
Marítimo, aéreo e transportes	(243 130)	40 719	(202 411)
Responsabilidade civil geral	(168 357)	18 263	(150 094)
Crédito e cauções	(7 086)	1 518	(5 568)
Proteção jurídica	(43)	(41)	(84)
Assistência	(1 327)	(69)	(1 396)
Diversos	(780 282)	(90 591)	(870 873)
	(6 652 763)	287 738	(6 365 025)
	68 668 654	(3 812 658)	64 855 996

(Valores em Euros)

	2013		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Seguros não vida:			
Provisão para prémios não adquiridos:			
Acidentes de trabalho	79 027	10 066	89 093
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	5 432 907	(1 844 500)	3 588 407
Doença	24 746 595	(94 892)	24 651 703
Incêndio e outros danos	26 322 651	(1 828 309)	24 494 342
Automóvel	130 382	199 216	329 598
Marítimo, aéreo e transportes	2 147 716	(265 231)	1 882 485
Responsabilidade civil geral	2 917 648	(445 567)	2 472 081
Crédito e cauções	227 546	(9 477)	218 069
Proteção jurídica	1 596 439	14 966	1 611 405
Assistência	12 820 928	(82 215)	12 738 713
Diversos	3 979 646	(734 125)	3 245 521
	80 401 485	(5 080 068)	75 321 417
Custos de aquisição diferidos:			
Acidentes de trabalho	(1 589)	1 589	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(2 534 017)	973 847	(1 560 170)
Doença	(32 411)	25 925	(6 486)
Incêndio e outros danos	(3 969 361)	83 479	(3 885 882)
Marítimo, aéreo e transportes	(252 325)	9 195	(243 130)
Responsabilidade civil geral	(186 698)	18 341	(168 357)
Crédito e cauções	(7 392)	306	(7 086)
Proteção jurídica	(48)	5	(43)
Assistência	(672)	(655)	(1 327)
Diversos	(1 159 214)	378 932	(780 282)
	(8 143 727)	1 490 964	(6 652 763)
	72 257 758	(3 589 104)	68 668 654

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros de vida:	7 318 796	1 438 026	8 756 822	9 018 956	2 689 530	11 708 486
Seguros não vida:	130 242 709	7 988 595	138 231 304	156 560 235	9 001 802	165 562 037
Acidentes de trabalho	14 011	499	14 510	11 550	167	11 717
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 175 787	36 248	7 212 035	7 290 550	41 798	7 332 348
Doença	41 286 846	3 271 276	44 558 122	39 287 937	2 932 865	42 220 802
Incêndio e outros danos	42 333 831	3 436 168	45 769 999	60 329 327	4 673 712	65 003 039
Automóvel	3 449 279	1 210	3 450 489	12 937 945	7 504	12 945 449
Marítimo, aéreo e transportes	8 529 505	237 165	8 766 670	7 592 651	274 741	7 867 392
Responsabilidade civil geral	22 157 307	41 107	22 198 414	22 731 153	67 478	22 798 631
Crédito e cauções	472	27 441	27 913	2 822	19 716	22 538
Outros	5 295 671	937 481	6 233 152	6 376 300	983 821	7 360 121
	137 561 505	9 426 621	146 988 126	165 579 191	11 691 332	177 270 523

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros de vida:	11 708 486	4 543 299	(7 494 963)	8 756 822
Seguros não vida:	165 562 037	178 160 356	(205 491 089)	138 231 304
Acidentes de trabalho	11 717	377 950	(375 157)	14 510
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 332 348	373 117	(493 430)	7 212 035
Doença	42 220 802	150 363 961	(148 026 641)	44 558 122
Incêndio e outros danos	65 003 039	20 394 122	(39 627 162)	45 769 999
Automóvel	12 945 449	(2 655 988)	(6 838 972)	3 450 489
Marítimo, aéreo e transportes	7 867 392	4 503 085	(3 603 807)	8 766 670
Responsabilidade civil geral	22 798 631	1 314 829	(1 915 046)	22 198 414
Crédito e cauções	22 538	152 277	(146 902)	27 913
Diversos	7 360 121	3 337 003	(4 463 972)	6 233 152
	177 270 523	182 703 655	(212 986 052)	146 988 126

(Valores em Euros)

	2013			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros de vida:	12 979 640	9 760 604	(11 031 758)	11 708 486
Seguros não vida:	175 465 284	226 915 120	(236 818 367)	165 562 037
Acidentes de trabalho	324 506	(308 282)	(4 507)	11 717
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 359 988	744 003	(771 643)	7 332 348
Doença	39 164 744	151 364 285	(148 308 227)	42 220 802
Incêndio e outros danos	60 246 422	62 759 885	(58 003 268)	65 003 039
Automóvel	14 348 883	1 794 028	(3 197 462)	12 945 449
Marítimo, aéreo e transportes	10 233 612	7 958 857	(10 325 077)	7 867 392
Responsabilidade civil geral	30 602 958	(1 694 457)	(6 109 870)	22 798 631
Crédito e cauções	18 228	143 993	(139 683)	22 538
Diversos	13 165 943	4 152 808	(9 958 630)	7 360 121
	188 444 924	236 675 724	(247 850 125)	177 270 523

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

15. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
(Valores em Euros)		
Contas a receber por operações de seguro direto:		
Recibos por cobrar:		
Ramo automóvel	12 602 690	15 673 145
Ramo acidentes de trabalho	4 980 786	6 343 034
Outros ramos	38 463 845	37 404 928
	56 047 321	59 421 107
Reembolsos de sinistros:		
Ramo automóvel - IDS credor	3 005 987	3 180 331
Ramo automóvel - Outros reembolsos	5 167 836	4 905 236
Reembolsos de pensões de acidentes de trabalho	7 577 848	6 702 903
Reembolsos emitidos de outros ramos	2 788 935	5 739 502
	18 540 606	20 527 972
Mediadores:		
Contas correntes	32 496 665	32 897 192
Outros saldos	1 304 700	578 079
Cosseguradores:		
Contas correntes	7 817 050	15 507 688
Outros saldos	6 420 885	5 102 662
Outros:		
IFAP	12 996 745	20 193 140
Fundo de Acidentes de Trabalho	2 234 402	3 294 973
Outros	1 732 055	2 168 373
	139 590 429	159 691 186
(Ajustamentos recibos por cobrar - Nota 38)	(9 055 886)	(11 659 524)
(Ajustamentos IFAP - Nota 38)	(650 826)	(4 529 028)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 38)	(28 142 515)	(20 568 714)
	101 741 202	122 933 920

(continuação)	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Contas a receber por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	20 703 461	21 417 514
Contas correntes de ressegurados	3 199 228	1 195 057
	23 902 689	22 612 571
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 38)	(11 815 466)	(7 947 871)
	12 087 223	14 664 700
Contas a receber por outras operações:		
Empresas do Grupo	119 399 587	22 301 960
Empresas associadas	1 056 281	873 391
Pessoal	1 608 494	2 577 382
Clientes - contas correntes	1 577 823	1 629 865
IFAP	8 509 412	15 563 057
Devedores e credores por valores em depósito	1 561 799	187 341
Contas de regularização interna	1 101 311	345 902
Transações a liquidar	18 319 740	-
Arrendamentos imobiliários	3 075 631	3 198 162
Outros Fornecedores e Serviços Prestados	523 554	803 538
Outros	13 576 518	15 756 055
	170 310 150	63 236 653
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 38)	(28 758 172)	(20 132 653)
	141 551 978	43 104 000
	255 380 403	180 702 620

A rubrica "Transações a liquidar" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica "Contas a receber por outras operações com empresas do grupo - outras operações" inclui suprimentos concedidos à FID I (HK) LIMITED, no montante de 104.887.769,89 Euros.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2007 a 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os recibos por cobrar apresentam a seguinte composição de acordo com a respetiva antiguidade:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Até 30 dias	31 902 722	35 985 913
Entre 30 e 90 dias	9 340 023	11 785 901
Entre 91 e 180 dias	4 858 180	3 882 498
Entre 181 e 365 dias	6 403 648	2 742 083
Mais de 365 dias	3 542 748	5 024 712
	56 047 321	59 421 107

16. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 eram os seguintes:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	5 511 123
Outros	52 387	804 232
	52 387	6 315 355
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(29 812 646)	-
Outros		
Imposto do selo	(7 253 697)	(7 901 206)
Fundo de Garantia Automóvel	(1 865 877)	(1 950 035)
Fundo de Acidentes de Trabalho	(4 205 335)	(4 200 928)
Taxa Autoridade Nacional para Proteção Civil	(1 711 676)	(1 776 775)
Taxa para o Instituto de Seguros de Portugal	(1 869 297)	(1 737 890)
Instituto Nacional de Emergência Médica	(1 867 285)	(1 943 865)
Segurança Social	(2 874 051)	(1 810 051)
Retenções	(4 892 930)	(5 124 153)
Outros	(1 543 862)	(1 742 804)
	(57 896 656)	(28 187 707)

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Ativos por impostos diferidos	153 056 561	164 504 107
Passivos por impostos diferidos	(118 525 348)	(47 763 485)
	34 531 213	116 740 622
Total	(23 313 056)	94 868 270

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(91 525 841)	(58 441 506)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	(311 605)	(2 217 498)
Retenções na fonte	7 214 694	5 350 545
Pagamentos por conta	52 399 632	58 226 902
Outros	2 410 474	2 592 680
	(29 812 646)	5 511 123

Em 2014 e 2013 a rubrica “Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados” corresponde ao montante da estimativa de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) acrescido da derrama municipal, do valor da tributação autónoma e da Derrama Estadual apurada nos termos da Lei.

Em 2014 e 2013, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014			
	Saldos iniciais	Variação em		Saldos finais
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(25 645 087)	(87 902 289)	-	(113 547 376)
Terrenos e edifícios:				
- De uso próprio	10 962 748	(766 624)	(974 903)	9 221 220
- De rendimento	42 343 902	-	(2 214 929)	40 128 973
Provisões e imparidade temporariamente				
não aceites fiscalmente	77 989 965	(253 016)	10 134 288	87 871 237
Benefícios dos trabalhadores	11 053 438	-	(196 280)	10 857 158
Outros	35 657	-	(35 657)	-
	116 740 622	(88 921 929)	6 712 520	34 531 213

(Valores em Euros)

	2013			
	Saldos iniciais	Variação em		Saldos finais
		Capital Próprio	Resultados	
Valorização de ativos financeiros disponíveis para venda	(14 154 033)	(11 491 054)	-	(25 645 087)
Terrenos e edifícios:				
- De uso próprio	10 064 729	683 398	214 620	10 962 748
- De rendimento	36 005 763	-	6 338 138	42 343 902
Provisões e imparidade temporariamente				
não aceites fiscalmente	63 413 901	1 770 160	12 805 904	77 989 965
Benefícios dos trabalhadores	10 786 616	-	266 822	11 053 438
Outros	35 657	-	-	35 657
	106 152 634	(9 037 496)	19 625 484	116 740 622

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser representados como se segue:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Impostos correntes		
Do exercício	71 172 715	48 432 994
Derrama estadual	19 565 698	9 361 697
Tributação Autónoma	853 807	646 815
	91 592 220	58 441 506
Outros	(749 468)	45 785
	90 842 752	58 487 291
Impostos diferidos	(6 712 520)	(19 625 484)
Total de impostos em resultados	84 130 232	38 861 807
Lucro antes de impostos	243 238 260	148 548 667
Carga fiscal	34.59%	26.16%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2014 e 2013 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2014		2013	
	Taxas	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		243 238 260		148 548 667
Imposto apurado com base na taxa nominal	31.13%	75 725 052	31.37%	46 592 830
Diferenças definitivas a deduzir:				
Dividendos de instrumentos de capital	(1.85%)	(4 494 839)	(2.24%)	(3 327 723)
Mais e menos-valias fiscais e imparidades não dedutíveis	0.00%	-	(2.03%)	(3 011 153)
Excesso de estimativa impostos	0.00%	-	(1.33%)	(1 980 489)
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	(0.48%)	(1 159 542)	0.00%	-
Outras	0.00%	-	0.00%	-
Diferenças definitivas a acrescentar:				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0.57%	1 397 510	0.27%	393 717
Menos-valias líquidas e imparidades não dedutíveis	0.02%	41 834	0.00%	-
Realizações de utilidade social	0.00%	-	0.18%	265 428
Outras	0.84%	2 053 676	1.11%	1 646 532
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	(0.05%)	(116 567)	(0.10%)	(155 855)
Outros	(0.07%)	(172 896)	(0.10%)	(147 937)
Tributação autónoma	0.35%	853 807	0.44%	646 815
Ativos por impostos diferidos - alteração taxa	4.11%	10 002 198	(1.39%)	(2 060 358)
Lucro tributável abaixo do limite da derrama estadual				
	34.59%	84 130 232	26.16%	38 861 807

As autoridades fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Fidelidade, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais do exercício de 2014 são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência; nos exercícios de 2013 e 2012 são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência (sendo esse prazo de quatro anos para prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2011 e 2010 e de seis anos para exercícios anteriores) e são suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

17. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)		
	2014	2013
Acréscimos de rendimentos	6 460 092	11 252 794
Gastos diferidos:		
Comissões de emissão de produtos financeiros	9 763 550	6 094 780
Seguros	286 996	3 655 073
Rendas e alugueres	597 359	567 297
Assistência equipamento informático	1 045 416	1 263 563
Publicidade	346 450	-
Quotizações APS	289 348	313 733
Licenças de software	353 319	758 323
Outros	118 593	5 003 175
	19 261 123	28 908 738

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Acréscimos de rendimentos” inclui as estimativas das profit commissions a receber de resseguradores do ramo Vida, nos montantes de 5.594.467 Euros e 10.452.125 Euros, relativas aos exercícios de 2014 e 2013, respetivamente.

A rubrica “Gastos diferidos – comissões de emissão de produtos financeiros” corresponde ao diferimento ao longo da respetiva maturidade dos contratos, das comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Gastos diferidos - Seguros”, corresponde essencialmente aos custos diferidos relativos ao seguro de doença do pessoal da Companhia pelos períodos compreendidos entre novembro de 2013/outubro de 2014.

18. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	1 515 796	237 765 820	239 281 616	1 501 766	242 780 911	244 282 677
Provisão matemática do ramo vida	1 666 922 641	-	1 666 922 641	1 756 581 266	-	1 756 581 266
Provisão para sinistros:						
Sinistros declarados	97 910 004	1 501 339 040	1 599 249 044	92 451 557	1 573 279 950	1 665 731 507
Sinistros não declarados (IBNR)	25 846 341	78 119 312	103 965 653	16 008 396	71 942 141	87 950 537
	123 756 345	1 579 458 352	1 703 214 697	108 459 953	1 645 222 091	1 753 682 044
Provisão para participação nos resultados	109 128 835	59 481	109 188 316	102 173 345	93 871	102 267 216
Provisão para compromissos de taxa	7 454 750	-	7 454 750	6 505 548	-	6 505 548
Provisão para estabilização de carteira	24 502 158	-	24 502 158	23 545 774	-	23 545 774
Provisão para desvios de sinistralidade	-	20 964 204	20 964 204	-	19 458 757	19 458 757
Provisão para riscos em curso	-	57 013 378	57 013 378	-	39 390 366	39 390 366
	141 085 743	78 037 063	219 122 806	132 224 667	58 942 994	191 167 661
	1 933 280 525	1 895 261 235	3 828 541 760	1 998 767 652	1 946 945 996	3 945 713 648

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros de vida:	1 515 796	-	1 515 796	1 501 766	-	1 501 766
Seguros não vida:	290 658 006	(52 892 186)	237 765 820	295 065 252	(52 284 341)	242 780 911
Acidentes de trabalho	13 297 159	(2 304 492)	10 992 667	13 937 093	(2 327 295)	11 609 798
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	6 841 957	(1 361 344)	5 480 613	8 765 582	(1 745 567)	7 020 015
Doença	21 935 300	(2 712 293)	19 223 007	24 743 168	(2 514 218)	22 228 950
Incêndio e outros danos	87 716 222	(15 324 656)	72 391 566	89 237 252	(15 624 826)	73 612 426
Automóvel	129 062 892	(25 547 306)	103 515 586	127 981 977	(25 559 882)	102 422 095
Marítimo aéreo e transportes	2 804 457	(303 995)	2 500 462	2 960 933	(341 838)	2 619 095
Responsabilidade civil geral	9 077 102	(1 471 891)	7 605 211	9 020 350	(1 523 449)	7 496 901
Crédito e cauções	300 899	(23 398)	277 501	416 330	(57 367)	358 963
Proteção jurídica	2 118 800	(423 284)	1 695 516	2 210 952	(297 966)	1 912 986
Assistência	8 805 424	(1 748 682)	7 056 742	8 889 562	(1 162 127)	7 727 435
Diversos	8 697 794	(1 670 845)	7 026 949	6 902 053	(1 129 806)	5 772 247
	292 173 802	(52 892 186)	239 281 616	296 567 018	(52 284 341)	244 282 677

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos:			
Seguros de vida:	1 501 766	14 030	1 515 796
Provisão para prémios não adquiridos:			
Seguros não vida:	295 065 252	(4 407 246)	290 658 006
Acidentes de trabalho	13 937 093	(639 934)	13 297 159
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	8 765 582	(1 923 625)	6 841 957
Doença	24 743 168	(2 807 868)	21 935 300
Incêndio e outros danos	89 237 252	(1 521 030)	87 716 222
Automóvel	127 981 977	1 080 915	129 062 892
Marítimo, aéreo e transportes	2 960 933	(156 476)	2 804 457
Responsabilidade civil geral	9 020 350	56 752	9 077 102
Crédito e cauções	416 330	(115 431)	300 899
Proteção jurídica	2 210 952	(92 152)	2 118 800
Assistência	8 889 562	(84 138)	8 805 424
Diversos	6 902 053	1 795 741	8 697 794
	296 567 018	(4 393 216)	292 173 802
Custos de aquisição diferidos:			
Seguros não vida:	(52 284 341)	(607 845)	(52 892 186)
Acidentes de trabalho	(2 327 295)	22 803	(2 304 492)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1 745 567)	384 223	(1 361 344)
Doença	(2 514 218)	(198 075)	(2 712 293)
Incêndio e outros danos	(15 624 826)	300 170	(15 324 656)
Automóvel	(25 559 882)	12 576	(25 547 306)
Marítimo, aéreo e transportes	(341 838)	37 843	(303 995)
Responsabilidade civil geral	(1 523 449)	51 558	(1 471 891)
Crédito e cauções	(57 367)	33 969	(23 398)
Proteção jurídica	(297 966)	(125 318)	(423 284)
Assistência	(1 162 127)	(586 555)	(1 748 682)
Diversos	(1 129 806)	(541 039)	(1 670 845)
	244 282 677	(5 001 061)	239 281 616

(Valores em Euros)

	2013		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Provisão para prémios não adquiridos:			
Seguros de vida:	1 620 087	(118 321)	1 501 766
Provisão para prémios não adquiridos:			
Seguros não vida:	310 034 666	(14 969 414)	295 065 252
Acidentes de trabalho	14 373 258	(436 165)	13 937 093
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	11 314 277	(2 548 695)	8 765 582
Doença	24 958 256	(215 088)	24 743 168
Incêndio e outros danos	91 657 211	(2 419 959)	89 237 252
Automóvel	134 554 043	(6 572 066)	127 981 977
Marítimo, aéreo e transportes	3 208 046	(247 113)	2 960 933
Responsabilidade civil geral	10 492 926	(1 472 576)	9 020 350
Crédito e cauções	419 424	(3 094)	416 330
Proteção jurídica	2 301 443	(90 491)	2 210 952
Assistência	8 986 062	(96 500)	8 889 562
Diversos	7 769 720	(867 667)	6 902 053
	311 654 753	(15 087 735)	296 567 018
Custos de aquisição diferidos:			
Seguros não vida:	(53 683 714)	1 399 373	(52 284 341)
Acidentes de trabalho	(2 328 578)	1 283	(2 327 295)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(2 258 699)	513 132	(1 745 567)
Doença	(2 384 993)	(129 225)	(2 514 218)
Incêndio e outros danos	(15 834 584)	209 758	(15 624 826)
Automóvel	(26 391 629)	831 747	(25 559 882)
Marítimo, aéreo e transportes	(314 990)	(26 848)	(341 838)
Responsabilidade civil geral	(1 479 349)	(44 100)	(1 523 449)
Crédito e cauções	(54 689)	(2 678)	(57 367)
Proteção jurídica	(296 995)	(971)	(297 966)
Assistência	(1 038 301)	(123 826)	(1 162 127)
Diversos	(1 300 907)	171 101	(1 129 806)
	257 971 039	(13 688 362)	244 282 677

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros de vida:	97 910 004	25 846 341	123 756 345	92 451 557	16 008 396	108 459 953
Seguros não vida:	1 501 339 040	78 119 312	1 579 458 352	1 573 279 950	71 942 141	1 645 222 091
Acidentes de trabalho:	767 595 068	12 289 397	779 884 465	773 923 095	4 319 890	778 242 985
Provisão matemática	555 263 853	976 225	556 240 078	528 523 521	1 009 508	529 533 029
Provisão para assistência vitalícia	160 168 425	7 949 314	168 117 739	159 524 398	221 457	159 745 855
Provisão para assistência temporária	52 162 790	3 363 858	55 526 648	85 875 176	3 088 925	88 964 101
Outros seguros:	733 743 972	65 829 915	799 573 887	799 356 855	67 622 251	866 979 106
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	14 810 462	428 108	15 238 570	14 962 513	444 365	15 406 878
Doença	39 055 488	3 471 790	42 527 278	37 046 346	3 138 007	40 184 353
Incêndio e outros danos	106 974 095	13 103 951	120 078 046	122 483 150	14 558 203	137 041 353
Automóvel	445 366 990	40 834 071	486 201 061	497 654 791	41 551 149	539 205 940
Marítimo, aéreo e transportes	13 117 924	974 962	14 092 886	11 686 759	983 307	12 670 066
Responsabilidade civil geral	106 849 028	5 004 925	111 853 953	107 087 240	4 867 001	111 954 241
Crédito e cauções	524 907	76 572	601 479	385 489	69 518	455 007
Proteção jurídica	64 009	13 451	77 460	4 653	1 115	5 768
Assistência	157 019	51 132	208 151	3	423	426
Diversos	6 824 050	1 870 953	8 695 003	8 045 911	2 009 163	10 055 074
	1 599 249 044	103 965 653	1 703 214 697	1 665 731 507	87 950 537	1 753 682 044

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros de vida:	108 459 953	329 984 090	(314 687 698)	123 756 345
Seguros não vida:	1 645 222 091	647 014 468	(712 778 207)	1 579 458 352
Acidentes de trabalho	778 242 985	128 613 316	(126 971 836)	779 884 465
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15 406 878	7 787 673	(7 955 981)	15 238 570
Doença	40 184 353	152 789 447	(150 446 522)	42 527 278
Incêndio e outros danos	137 041 353	94 069 374	(111 032 681)	120 078 046
Automóvel	539 205 940	235 632 178	(288 637 057)	486 201 061
Marítimo, aéreo e transportes	12 670 066	6 650 619	(5 227 799)	14 092 886
Responsabilidade civil geral	111 954 241	12 485 517	(12 585 805)	111 853 953
Crédito e cauções	455 007	300 916	(154 444)	601 479
Proteção jurídica	5 768	74 419	(2 727)	77 460
Assistência	426	212 979	(5 254)	208 151
Diversos	10 055 074	8 398 030	(9 758 101)	8 695 003
	1 753 682 044	976 998 558	(1 027 465 905)	1 703 214 697

(Valores em Euros)

	2013			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros de vida:	116 525 666	326 409 854	(334 475 567)	108 459 953
Seguros não vida:	1 692 359 755	724 166 918	(771 304 582)	1 645 222 091
Acidentes de trabalho	773 374 069	137 327 985	(132 459 069)	778 242 985
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	16 457 803	8 874 775	(9 925 700)	15 406 878
Doença	37 076 232	152 812 894	(149 704 773)	40 184 353
Incêndio e outros danos	122 880 290	153 633 469	(139 472 406)	137 041 353
Automóvel	587 855 148	241 745 731	(290 394 939)	539 205 940
Marítimo, aéreo e transportes	16 017 497	8 920 176	(12 267 607)	12 670 066
Responsabilidade civil geral	121 785 771	12 308 788	(22 140 318)	111 954 241
Crédito e cauções	504 703	770 664	(820 360)	455 007
Proteção jurídica	1 714	9 312	(5 258)	5 768
Assistência	2 471	11 823	(13 868)	426
Diversos	16 404 057	7 751 301	(14 100 284)	10 055 074
	1 808 885 421	1 050 576 772	(1 105 780 149)	1 753 682 044

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidos dos reembolsos processados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Seguros não vida:		
Acidentes de trabalho	23 277 225	14 164 542
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	250 141	28 842
Doença	3 428 386	2 774 700
Incêndio e outros danos	4 940 738	8 510 088
Automóvel	17 945 075	13 097 236
Marítimo, aéreo e transportes	4 909	48 067
Responsabilidade civil geral	576 568	490 190
Crédito e cauções	3 082	174 720
Proteção jurídica	306	-
Assistência	6 586 948	101 981
	57 013 378	39 390 366

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida:			
Acidentes de trabalho	14 164 542	9 112 683	23 277 225
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	28 842	221 299	250 141
Doença	2 774 700	653 686	3 428 386
Incêndio e outros danos	8 510 088	(3 569 350)	4 940 738
Automóvel	13 097 236	4 847 839	17 945 075
Marítimo, aéreo e transportes	48 067	(43 158)	4 909
Responsabilidade civil geral	490 190	86 378	576 568
Crédito e cauções	174 720	(171 638)	3 082
Proteção jurídica	-	306	306
Assistência	101 981	6 484 967	6 586 948
	39 390 366	17 623 012	57 013 378

(Valores em Euros)

	2013		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida:			
Acidentes de trabalho	2 283 539	11 881 003	14 164 542
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	81 361	(52 519)	28 842
Doença	664 551	2 110 149	2 774 700
Incêndio e outros danos	1 688 772	6 821 316	8 510 088
Automóvel	9 763 618	3 333 618	13 097 236
Marítimo, aéreo e transportes	-	48 067	48 067
Responsabilidade civil geral	704 234	(214 044)	490 190
Crédito e cauções	25 837	148 883	174 720
Assistência	534 123	(432 142)	101 981
	15 746 035	23 644 331	39 390 366

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:					
Vida Risco Individual	45 600 300	(2 961)	45 597 339	14 912 243	60 509 582
Vida Risco Grupo	161 891 074	-	161 891 074	16 134 452	178 025 526
	207 491 374	(2 961)	207 488 413	31 046 695	238 535 108
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:					
Vida Capitalização Individual	335 918 251	(67 711)	335 850 540	26 171 721	362 022 261
Vida Capitalização Grupo	274 071 015	-	274 071 015	6 398 546	280 469 561
Vida PPR Individual	849 558 556	(45 883)	849 512 673	45 511 873	895 024 546
	1 459 547 822	(113 594)	1 459 434 228	78 082 140	1 537 516 368
	1 667 039 196	(116 555)	1 666 922 641	109 128 835	1 776 051 476

(Valores em Euros)

	2013				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:					
Vida Risco Individual	45 892 929	(2 325)	45 890 604	14 343 922	60 234 526
Vida Risco Grupo	172 836 407		172 836 407	15 272 016	188 108 423
	218 729 336	(2 325)	218 727 011	29 615 938	248 342 949
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:					
Vida Capitalização Individual	384 965 375	(31 617)	384 933 758	23 312 990	408 246 748
Vida Capitalização Grupo	271 376 880	-	271 376 880	4 297 638	275 674 518
Vida PPR Individual	881 600 266	(56 649)	881 543 617	49 221 219	930 764 836
	1 537 942 521	(88 266)	1 537 854 255	76 831 847	1 614 686 102
	1 756 671 857	(90 591)	1 756 581 266	106 447 785	1 863 029 051

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Varição custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite:							
Provisão matemática:							
- De contratos de seguro	218 727 011	(11 505 480)	-	(636)	-	267 518	207 488 413
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 537 854 255	(81 802 898)	-	(25 329)	274 673	3 133 527	1 459 434 228
	1 756 581 266	(93 308 378)	-	(25 965)	274 673	3 401 045	1 666 922 641
Provisão para participação nos resultados:							
- De contratos de seguro	29 614 767	6 727 433	(1 604 310)	-	-	(3 691 195)	31 046 695
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	76 831 850	9 276 008	(4 892 189)	-	-	(3 133 529)	78 082 140
	106 446 617	16 003 441	(6 496 499)	-	-	(6 824 724)	109 128 835
	1 863 027 883	(77 304 937)	(6 496 499)	(25 965)	274 673	(3 423 679)	1 776 051 476

(Valores em Euros)

	2013						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite:							
Provisão matemática:							
- De contratos de seguro	221 139 207	(2 677 371)	-	(682)	-	265 857	218 727 011
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1 679 706 557	(142 542 441)	-	28 644	(353 395)	1 014 890	1 537 854 255
	1 900 845 764	(145 219 812)	-	27 962	(353 395)	1 280 747	1 756 581 266
Provisão para participação nos resultados:							
- De contratos de seguro	28 114 182	2 667 891	2 027 026	-	-	(3 193 161)	29 615 938
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	55 334 643	(2 462 938)	24 975 032	-	-	(1 014 890)	76 831 847
	83 448 825	204 953	27 002 058	-	-	(4 208 051)	106 447 785
	1 984 294 589	(145 014 859)	27 002 058	27 962	(353 395)	(2 927 304)	1 863 029 051

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.13.f).

No decorrer de 2014 a Companhia reconheceu um ganho em resultados no montante de 2.982.083 Euros (13.548.527 em 2013) relativo à parcela das mais-valias líquidas imputadas aos segurados.

19. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao Justo Valor						
Contratos Unit linked						
Unit Linked Capitalização Ind.	944 342 993	2 629 724	(341 344 074)	63 019 998	-	668 648 641
Unit Linked Capitalização grupo	773 711	-	(52 466)	(52 463)	-	668 782
Unit Linked PPR	43 037 400	257 625	(1 921 899)	1 081 596	(107 857)	42 346 865
	988 154 104	2 887 349	(343 318 439)	64 049 131	(107 857)	711 664 288
Valorizados ao Custo Amortizado						
Outros Contratos de Investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	2 807 307 193	1 059 496 575	(227 624 822)	89 215 446	(166 817)	3 728 227 575
Vida Taxa Fixa individual	3 224 707 568	1 743 243 052	(1 817 677 766)	96 636 046	-	3 246 908 900
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	6 442 706	-	(1 073 128)	59 699	-	5 429 277
	6 038 457 467	2 802 739 627	(2 046 375 716)	185 911 191	(166 817)	6 980 565 752
	7 026 611 571	2 805 626 976	(2 389 694 155)	249 960 322	(274 674)	7 692 230 040

(Valores em Euros)

	2013					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao Justo Valor						
Contratos Unit linked						
Unit Linked Capitalização Ind.	1 096 598 699	(2 179 210)	(202 648 154)	52 571 658	-	944 342 993
Unit Linked Capitalização grupo	773 708	-	3	-	-	773 711
Unit Linked PPR	50 852 473	293 871	(9 546 402)	1 517 587	(80 129)	43 037 400
	1 148 224 880	(1 885 339)	(212 194 553)	54 089 245	(80 129)	988 154 104
Valorizados ao Custo Amortizado						
Outros Contratos de Investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	2 726 990 043	469 373 275	(470 060 796)	80 571 147	433 524	2 807 307 193
Vida Taxa Fixa individual	2 867 118 511	1 838 019 247	(1 570 338 387)	89 908 197	-	3 224 707 568
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	6 779 645	-	(407 577)	70 638	-	6 442 706
	5 600 888 199	2 307 392 522	(2 040 806 760)	170 549 982	433 524	6 038 457 467
	6 749 113 079	2 305 507 183	(2 253 001 312)	224 639 227	353 395	7 026 611 571

Os “Outros contratos de investimento” correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado. Uma parte significativa destas responsabilidades encontra-se coberta através de investimentos em títulos da dívida pública Portuguesa, registados como ativos disponíveis para venda (Nota 7), os quais foram adquiridos com taxas de rentabilidade efetivas superiores às taxas garantidas aos segurados. As mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda são reconhecidas em reservas de reavaliação.

20. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	4 286 850	5 890 300
Não Vida	97 500 393	102 986 369
	101 787 243	108 876 669
Outros:		
Instrumentos derivados de negociação (Nota 6)		
Swaps Taxa de Juro	8 609 482	4 406 403
	110 396 725	113 283 072

21. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Contas a pagar por operações de seguro direto:		
Mediadores:		
Conta corrente	29 047 348	22 226 392
Comissões a pagar	5 095 332	4 777 711
Tomadores de seguro:		
Estornos a pagar	7 578 427	7 807 136
Prémios recebidos antecipadamente	15 373 510	12 104 835
Cosseguradoras:		
Conta corrente	5 691 789	1 266 642
Prémios a pagar	2 011 031	737 961
Sinistros a pagar	5 922 373	4 823 862
Outros	139 415	190 915
	70 859 225	53 935 454
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Contas correntes de resseguradores	33 146 499	29 538 389
Contas correntes de ressegurados	3 199 418	2 373 630
	36 345 917	31 912 019
Contas a pagar por outras operações:		
Empresas do grupo	2 563 454	2 711 573
Fornecedores de ativos tangíveis	1 093 948	321 537
Fornecedores conta corrente	6 575 058	9 433 109
Fundos de pensões	384 093	326 576
Contas de regularização interna	1 714 084	8 015 079
Devedores e credores diversos:		
Companhias de seguros	587 712	610 192
Arrendamentos imobiliários	277 837	363 340
Outros devedores e credores diversos	175 029	9 715 171
Outros	39 030	28 174
	13 410 245	31 524 751
	120 615 387	117 372 224

A rubrica “Contas de regularização interna” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

22. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Rendimentos diferidos:		
Rendas e alugueres	1 098 879	933 590
	1 098 879	933 590
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	48 729	400 000
Férias e subsídio de férias a pagar	14 204 740	14 644 194
Seguros	86 056	30 427
Remunerações variáveis	3 057 512	6 057 220
Encargos sobre remunerações variáveis	683 052	1 454 063
Prémios de desempenho da empresa	6 250 215	-
Prémio de permanência	991 180	785 631
Outros custos com pessoal	966 637	1 034 969
Provisão para prémios de angariação	19 836	317 548
Comissões a pagar	20 625 099	20 169 164
Pagamentos diferidos - Marketing	3 766 104	3 530 681
Imposto municipal de imóveis	743 750	648 585
Auditoria	526 946	308 822
Publicidade	167 536	6 118
Eletricidade	70 000	112 385
Faturas em conferência	-	1 557 053
Outros	4 758 540	2 854 217
	56 965 932	53 911 077
	58 064 811	54 844 667

23. Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Desvios atuariais por Capital Próprio	Saldos finais
Outras provisões:						
Provisões para impostos	10 819 229	4 180 944	-	-	-	15 000 173
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34):						
Benefícios de saúde	22 993 574	-	(363 663)	-	(608 803)	22 021 108
Encargos com pensões	2 273 949	144 232	-	-	475 408	2 893 589
Provisão para o FAT	43 785 382	1 450 920	-	-	-	45 236 302
Provisão para reestruturação	31 893 000	27 299 163	-	(7 038 236)	-	52 153 927
Outras	31 219 711	8 361 704	(5 025 774)	6 847 989	-	41 403 630
	142 984 845	41 436 963	(5 389 437)	(190 247)	(133 395)	178 708 729

(Valores em Euros)

	2013					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Desvios atuariais por Capital Próprio	Saldos finais
Outras provisões:						
Provisões para impostos	11 679 335	-	(607 572)	(252 534)	-	10 819 229
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34):						
Benefícios de saúde	23 374 874	-	(376 460)	-	(4 840)	22 993 574
Encargos com pensões	-	2 291 117	-	-	(17 168)	2 273 949
Provisão para o FAT	41 992 921	1 792 461	-	-	-	43 785 382
Provisão para reestruturação	5 000 000	26 893 000	-	-	-	31 893 000
Outras	40 248 462	(9 028 751)	-	-	-	31 219 711
	122 295 592	21 947 827	(984 032)	(252 534)	(22 008)	142 984 845

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Outras” incluía uma provisão no montante de 31.893.000 Euros para um programa de reestruturação que se consubstanciaria na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma, nos casos em que fosse reconhecida a sua dispensabilidade para a empresa. Neste sentido, o plano decidido seria concretizado nos anos de 2014 e 2015, abrangendo os colaboradores que se encontrassem nas condições indicadas abaixo, e desde que a respetiva saída não implicasse a sua substituição no respetivo posto de trabalho ou, alternativamente, se fizesse sem recurso a recrutamento externo.

A abrangência deste plano era a seguinte:

- Em 2014: 153 saídas, sendo 100 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 53 com mais de 60 anos.
- Em 2015: 110 saídas, sendo 75 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 35 com mais de 60 anos.

Em 2014 a Companhia reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo, assumindo que poderá vir a dispensar, entre os anos de 2015 e 2018, cerca de 500 colaboradores, mantendo as mesmas condições de dispensabilidade divulgadas em 2013. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 27 299 164 Euros.

No desenvolvimento deste plano em 2014 saíram 86 colaboradores, o que originou uma utilização de 7 038 236 Euros.

Em 31 de dezembro para 2014, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 52 153 927 Euros.

No cálculo da provisão considerou-se o custo efetivo de saídas negociadas de colaboradores ocorridas recentemente, incrementado por um valor que reflete o gasto adicional decorrente do aumento da idade legal de reforma para os 66 anos.

Os outros montantes registados na rubrica “Outras provisões – Outros” destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade da Companhia.

Em 2014 e 2013, os reforços das rubricas “Provisão para reestruturação” e “Outras provisões” incluem 21 065 833 Euros e 20 120 564 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica “Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)”.

A rubrica “Outras provisões – benefícios de saúde” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica “Outras provisões – Encargos com pensões” destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pela Companhia para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 31).

No quadro abaixo apresenta-se a evolução da provisão destinada à cobertura da assistência médica nos exercícios de 2014 e 2013:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Responsabilidades em 1 de janeiro	22 993 574	23 374 874
Gasto do ano	(363 663)	(376 460)
Desvio atuarial do ano	(608 802)	(4 840)
Responsabilidades em 31 de dezembro	22 021 108	22 993 574
Desvios Atuariais reconhecidos no Capital Próprio		
Saldo em 1 de janeiro	(4 043 679)	(4 048 518)
Desvio atuarial do ano	608 802	4 840
Desvio atuarial em 31 de dezembro	(3 434 876)	(4 043 679)

24. Capital

O capital social é constituído por 121 milhões de ações com o valor nominal unitário de 3,15 Euros e encontra-se integralmente realizado.

A estrutura acionista da Companhia em 31 de dezembro de 2014 tem a seguinte composição :

Acionistas	Número de Ações	% de Participações
LongRun Portugal, S.G.P.S., S.A.	96 800 000	80,0000%
Caixa Seguros e Saúde, S.G.P.S., S.A.	24 183 140	19,9861%
Colaboradores e antigos colaboradores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	16 860	0,01390%
	121 000 000	100%

Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição de 80% do capital social da Fidelidade, a Companhia passou a integrar o Grupo Fosun.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. era integralmente detido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A..

Em julho de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas uma redução de capital no valor de 223.850.000 Euros, mediante a redução do valor nominal unitário das ações de 5 Euros para 3,15 Euros, mantendo-se o capital representado pelo mesmo número de ações.

Os resultados dos exercícios de 2013 e de 2012 foram aplicados conforme indicado:

	(Valores em Euros)	
	2013	2012
Aplicação de resultados do exercício:		
Reserva Legal	9 246 709	11 600 000
Reservas Livres	-	19 189 687
Resultados transitados	17 219 780	(17 251 814)
Dividendos	83 220 372	85 000 000
	109 686 861	98 537 873

25. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda		
Valias brutas (Nota 7)	506 375 379	246 163 918
Montante atribuível aos segurados	(73 751 554)	(80 151 130)
	432 623 825	166 012 788
- De ativos a deter até à maturidade (Nota 9)	-	(51 183 309)
	432 623 825	114 829 479
- Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 10)	20 893 446	21 631 747
	453 517 271	136 461 226
Diferenças de câmbio		
Valias brutas (Nota 7)	25 154 648	(37 553)
Montante atribuível aos segurados	96 923	-
	478 768 842	136 423 673

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Reserva por impostos diferidos:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda	(113 547 378)	(25 645 087)
- De terrenos e edifícios de uso próprio	1 003 697	1 770 321
- Desvios atuariais		
Pensões de reforma	12 915 913	12 621 092
Benefícios de saúde	2 023 719	2 468 169
- Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	(14 211 710)	(13 796 719)
	(111 815 759)	(22 582 224)
Outras reservas:		
- Reserva legal	102 172 334	92 925 625
- Prémios de emissão	115 103 280	115 103 280
- Desvios atuariais: Pensões de reforma	(42 402 165)	(41 461 932)
- Desvios atuariais: Benefícios de saúde	(3 434 877)	(4 043 678)
- Reservas de fusão	91 335 345	91 335 345
- Outras reservas	-	226 723 568
	262 773 917	480 582 208
Resultados transitados	87 418 523	70 196 542
Resultado do exercício	159 108 030	109 686 861
	876 253 553	774 307 060

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As "Reservas de reavaliação" refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos financeiros disponíveis para venda e em terrenos e edifícios de uso próprio.

26. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos:						
Ramo vida	281 272 209	(9 125 578)	272 146 631	240 204 627	(20 318 708)	219 885 919
Ramo não vida:						
Acidentes de trabalho	121 909 502	(5 240 823)	116 668 679	124 043 552	(5 083 965)	118 959 587
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	23 344 259	(7 027 781)	16 316 478	25 217 894	(6 821 570)	18 396 324
Doença	187 805 469	(186 346 764)	1 458 705	185 117 045	(183 626 119)	1 490 926
Incêndio e outros danos	230 991 787	(95 239 260)	135 752 527	237 797 610	(99 615 247)	138 182 363
Automóvel	340 233 955	(1 881 833)	338 352 122	348 020 375	(6 635 695)	341 384 680
Marítimo, aéreo e transportes	15 765 924	(11 389 830)	4 376 094	18 979 577	(15 391 928)	3 587 649
Responsabilidade civil geral	30 970 807	(8 783 210)	22 187 597	30 418 528	(9 764 037)	20 654 491
Crédito e cauções	918 081	(658 544)	259 537	1 181 193	(736 538)	444 655
Proteção jurídica	5 052 790	(3 260 416)	1 792 374	5 271 692	(3 229 243)	2 042 449
Assistência	22 278 588	(25 351 536)	(3 072 948)	22 549 308	(21 712 003)	837 305
Diversos	24 625 366	(8 592 133)	16 033 233	21 496 098	(8 031 613)	13 464 485
	1 003 896 528	(353 772 130)	650 124 398	1 020 092 872	(360 647 958)	659 444 914
	1 285 168 737	(362 897 708)	922 271 029	1 260 297 499	(380 966 666)	879 330 833
Varição da provisão para prémios não adquiridos:						
Ramo vida	(14 030)	121 619	107 589	118 321	-	118 321
Ramo não vida:						
Acidentes de trabalho	639 934	7 435	647 369	436 165	10 066	446 231
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	1 923 625	(631 034)	1 292 591	2 548 695	(1 844 500)	704 195
Doença	2 807 868	(2 882 102)	(74 234)	215 088	(94 892)	120 196
Incêndio e outros danos	1 521 030	(73 001)	1 448 029	2 419 959	(1 828 309)	591 650
Automóvel	(1 080 915)	(147 785)	(1 228 700)	6 572 066	199 216	6 771 282
Marítimo, aéreo e transportes	156 476	4 177	160 653	247 113	(265 231)	(18 118)
Responsabilidade civil geral	(56 752)	(473 294)	(530 046)	1 472 576	(445 567)	1 027 009
Crédito e cauções	115 431	(30 938)	84 493	3 094	(9 477)	(6 383)
Proteção jurídica	92 152	12 120	104 272	90 491	14 966	105 457
Assistência	84 138	(536 195)	(452 057)	96 500	(82 215)	14 285
Diversos	(1 795 741)	650 221	(1 145 520)	867 667	(734 125)	133 542
	4 407 246	(4 100 396)	306 850	14 969 414	(5 080 068)	9 889 346
	4 393 216	(3 978 777)	414 439	15 087 735	(5 080 068)	10 007 667

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios adquiridos:						
Ramo vida	281 258 179	(9 003 959)	272 254 220	240 322 948	(20 318 708)	220 004 240
Ramo não vida:						
Acidentes de trabalho	122 549 436	(5 233 388)	117 316 048	124 479 717	(5 073 899)	119 405 818
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	25 267 884	(7 658 815)	17 609 069	27 766 589	(8 666 070)	19 100 519
Doença	190 613 337	(189 228 866)	1 384 471	185 332 133	(183 721 011)	1 611 122
Incêndio e outros danos	232 512 817	(95 312 261)	137 200 556	240 217 569	(101 443 556)	138 774 013
Automóvel	339 153 040	(2 029 618)	337 123 422	354 592 441	(6 436 479)	348 155 962
Marítimo, aéreo e transportes	15 922 400	(11 385 653)	4 536 747	19 226 690	(15 657 159)	3 569 531
Responsabilidade civil geral	30 914 055	(9 256 504)	21 657 551	31 891 104	(10 209 604)	21 681 500
Crédito e cauções	1 033 512	(689 482)	344 030	1 184 287	(746 015)	438 272
Proteção jurídica	5 144 942	(3 248 296)	1 896 646	5 362 183	(3 214 277)	2 147 906
Assistência	22 362 726	(25 887 731)	(3 525 005)	22 645 808	(21 794 218)	851 590
Diversos	22 829 625	(7 941 912)	14 887 713	22 363 765	(8 765 738)	13 598 027
	1 008 303 774	(357 872 526)	650 431 248	1 035 062 286	(365 728 026)	669 334 260
	1 289 561 953	(366 876 485)	922 685 468	1 275 385 234	(386 046 734)	889 338 500

Nos exercícios de 2014 e 2013, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Prémios brutos emitidos de seguro direto	281 169 914	240 171 898
Relativos a contratos individuais	89 964 776	55 676 913
Relativos a contratos de grupo	191 205 138	184 494 985
	281 169 914	240 171 898
Periódicos	231 944 992	222 885 365
Não periódicos	49 224 922	17 286 533
	281 169 914	240 171 898
De contratos sem participação nos resultados	151 069 417	153 814 741
De contratos com participação nos resultados	130 100 497	86 357 157
	281 169 914	240 171 898
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	102 295	32 729
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	281 272 209	240 204 627
Saldo de resseguro	(4 855 159)	8 733 233

27. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2014 e 2013, as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascendem a 2.055.164 Euros e 2.045.747 Euros, respetivamente.

28. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Ramo vida:						
Seguro direto e resseguro aceite	318 361 778	15 330 464	333 692 242	339 969 488	(8 001 859)	331 967 629
Resseguro cedido	(7 051 234)	2 951 664	(4 099 570)	(10 882 953)	1 271 154	(9 611 799)
	311 310 544	18 282 128	329 592 672	329 086 535	(6 730 705)	322 355 830
Ramo não vida:						
Seguro direto e resseguro aceite:						
Acidentes de trabalho	132 915 314	765 351	133 680 665	135 891 273	3 950 733	139 842 006
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9 476 047	(164 274)	9 311 773	10 771 697	(1 044 358)	9 727 339
Doença	145 289 003	4 235 986	149 524 989	146 295 680	1 604 573	147 900 253
Incêndio e outros danos	115 873 122	(17 496 738)	98 376 384	145 384 750	12 939 747	158 324 497
Automóvel	269 456 051	(53 094 358)	216 361 693	267 941 917	(47 084 810)	220 857 107
Marítimo, aéreo e transportes	5 516 122	1 425 485	6 941 607	12 545 781	(3 339 547)	9 206 234
Responsabilidade civil geral	11 279 993	1 367 382	12 647 375	16 137 189	(9 972 776)	6 164 413
Crédito e cauções	254 594	146 471	401 065	867 768	(45 680)	822 088
Proteção Jurídica	132 920	71 694	204 614	5 190	4 190	9 380
Assistência	504 697	207 724	712 421	18 217	(2 043)	16 174
Diversos	10 036 931	(1 326 124)	8 710 807	13 989 205	(6 380 570)	7 608 635
	700 734 794	(63 861 401)	636 873 393	749 848 667	(49 370 541)	700 478 126

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total
Resseguro cedido:						
Acidentes de trabalho	(375 157)	(2 792)	(377 949)	46 494	312 789	359 283
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(478 810)	120 313	(358 497)	(540 985)	27 640	(513 345)
Doença	(142 793 256)	(3 814 736)	(146 607 992)	(144 791 619)	(1 552 398)	(146 344 017)
Incêndio e outros danos	(35 571 123)	19 214 842	(16 356 281)	(54 797 754)	(4 755 531)	(59 553 285)
Automóvel	(5 750 608)	9 494 960	3 744 352	(3 179 234)	1 403 435	(1 775 799)
Marítimo, aéreo e transportes	(3 279 892)	(900 226)	(4 180 118)	(9 517 933)	2 360 599	(7 157 334)
Responsabilidade civil geral	(1 392 260)	572 771	(819 489)	(4 950 249)	7 809 268	2 859 019
Crédito e cauções	(145 614)	(5 376)	(150 990)	(138 463)	(4 936)	(143 399)
Diversos	(4 423 450)	1 094 397	(3 329 053)	(9 109 857)	5 838 393	(3 271 464)
	(194 210 170)	25 774 153	(168 436 017)	(226 979 600)	11 439 259	(215 540 341)
	506 524 624	(38 087 248)	468 437 376	522 869 067	(37 931 282)	484 937 785
	817 835 168	(19 805 120)	798 030 048	851 955 602	(44 661 987)	807 293 615

O desenvolvimento dos custos com sinistros para os ramos de negócio em que existem incertezas significativas sobre o montante e o momento dos pagamentos a efetuar e quando essa incerteza não é normalmente eliminada no prazo de um ano é o que se apresenta nos quadros seguintes:

Ramo: Acidentes de Trabalho

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	176 190 491	-	-	-	-	-	-	-	-	176 190 491
2007	191 213 483	177 349 291	-	-	-	-	-	-	-	368 562 774
2008	193 905 355	178 954 783	186 689 308	-	-	-	-	-	-	559 549 446
2009	195 042 890	173 906 090	172 994 681	149 704 562	-	-	-	-	-	691 648 223
2010	199 172 358	178 315 507	173 814 297	140 844 323	137 556 544	-	-	-	-	829 703 029
2011	202 217 697	179 368 039	176 182 831	141 388 182	130 524 735	116 138 424	-	-	-	945 819 908
2012	207 162 252	183 344 130	180 690 311	148 623 231	134 729 234	118 157 742	107 133 256	-	-	1 079 840 156
2013	204 296 231	183 791 831	181 190 222	151 024 431	136 644 123	121 778 064	113 442 448	104 269 909	-	1 196 437 259
2014	203 126 897	180 074 101	177 547 092	153 490 332	136 129 424	125 932 393	117 949 980	108 389 841	111 534 380	1 314 174 440

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	117 737 181
- Sinistros de anos anteriores a 2006	2 174 823
- Custos imputados à regularização de sinistros	13 352 067
- Custos com sinistros de resseguro aceite	416 594
	133 680 665

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	34 205 314	34 298 977	34 012 249	44 147 033	38 684 741	37 057 345	40 514 930	45 944 315	75 076 271	383 941 175
										395 084 076
										779 025 251
										859 214
										779 884 465

Ramo: Incêndio e Outros Danos em Coisas

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	105 012 503	-	-	-	-	-	-	-	-	105 012 503
2007	109 469 320	85 026 447	-	-	-	-	-	-	-	194 495 767
2008	103 821 107	86 438 921	131 357 405	-	-	-	-	-	-	321 617 433
2009	102 400 770	85 154 875	130 743 392	154 665 094	-	-	-	-	-	472 964 131
2010	103 206 904	85 658 531	128 060 709	159 206 978	126 078 379	-	-	-	-	602 211 501
2011	104 679 493	85 697 958	127 616 286	166 069 986	126 952 108	122 605 880	-	-	-	733 621 711
2012	101 029 054	84 220 578	125 492 545	168 567 606	125 464 375	112 432 664	91 597 848	-	-	808 804 670
2013	101 162 185	84 459 630	123 350 086	170 952 560	126 215 051	112 154 715	107 991 708	16 393 860	133 438 302	976 118 097
2014	100 677 076	84 273 786	123 249 098	169 624 640	125 183 080	106 497 467	104 684 348	14 922 450	235 986 814	1 065 098 759

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	88 980 662
- Sinistros de anos anteriores a 2006	115 357
- Custos imputados à regularização de sinistros	8 087 683
- Custos com sinistros de resseguro aceite	1 192 682
	98 376 384

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	1 427 137	1 917 494	1 575 800	10 923 854	6 556 551	6 796 300	8 886 463	17 767 569	47 376 903	103 228 071
										10 286 554
										113 514 625
										6 563 421
										120 078 046

Ramo: Automóvel

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	437 107 503	-	-	-	-	-	-	-	-	437 107 503
2007	430 397 467	400 099 059	-	-	-	-	-	-	-	830 496 526
2008	424 124 583	396 008 332	372 257 010	-	-	-	-	-	-	1 192 389 925
2009	437 320 594	412 637 283	372 969 725	347 599 847	-	-	-	-	-	1 570 527 449
2010	425 659 251	408 752 742	373 166 802	346 790 372	319 684 516	-	-	-	-	1 874 053 683
2011	428 242 183	405 151 091	370 794 584	348 491 358	319 177 270	295 207 592	-	-	-	2 167 064 078
2012	419 049 657	397 981 248	364 668 581	347 994 159	321 518 277	284 668 767	269 165 328	-	-	2 405 046 017
2013	416 379 462	392 313 307	357 273 671	334 085 131	319 726 721	283 035 836	265 061 668	(4 103 660)	250 231 412	2 614 003 548
2014	407 527 334	377 270 703	344 149 002	326 167 120	306 376 387	284 919 349	267 935 175	(6 113 697)	505 280 109	2 813 511 482

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	199 507 934
- Sinistros de anos anteriores a 2006	(9 768 675)
- Custos imputados à regularização de sinistros	24 982 343
- Custos com sinistros de resseguro aceite	1 640 091
	216 361 693

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	12 325 618	19 595 873	30 491 110	34 850 603	41 241 682	55 571 254	57 620 947	58 897 898	118 473 223	429 068 208
										54 988 817
										484 057 025
										2 144 036
										486 201 061

Ramo: Marítimo e Transportes

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	2 328 537	-	-	-	-	-	-	-	-	2 328 537
2007	2 658 182	3 654 145	-	-	-	-	-	-	-	6 312 327
2008	2 488 621	3 821 319	2 113 473	-	-	-	-	-	-	8 423 413
2009	2 489 662	3 765 057	2 050 533	1 630 390	-	-	-	-	-	9 935 642
2010	2 567 545	3 555 700	1 911 216	1 941 901	861 683	-	-	-	-	10 838 045
2011	2 547 333	3 519 096	2 195 191	2 857 755	906 490	879 290	-	-	-	12 905 155
2012	2 529 122	3 417 402	2 266 465	2 746 185	887 111	1 002 179	1 140 753	-	-	13 989 217
2013	2 529 122	3 396 421	2 260 936	2 730 548	977 249	1 047 049	1 264 639	123 886	894 586	15 224 436
2014	2 558 108	3 382 599	2 260 936	2 750 810	1 033 687	1 333 904	1 315 846	368 099	1 351 339	16 355 328

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	1 130 892
- Sinistros de anos anteriores a 2006	(52 823)
- Custos imputados à regularização de sinistros	28 932
- Custos com sinistros de resseguro aceite	250 575
	1 357 576

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	277 337	43 208	500 291	21 476	153 137	37 242	434 872	188 150	105 599	1 761 312
										186 785
										1 948 097
										834 403
										2 782 500

Ramo: Aéreo

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	882 655	-	-	-	-	-	-	-	-	882 655
2007	985 448	454 388	-	-	-	-	-	-	-	1 439 836
2008	1 031 668	435 546	450 216	-	-	-	-	-	-	1 917 430
2009	1 031 668	463 218	556 875	893 950	-	-	-	-	-	2 945 711
2010	555 387	788 359	941 773	2 005 149	305 359	-	-	-	-	4 596 027
2011	1 111 355	1 231 107	1 293 226	1 963 193	791 827	536 094	-	-	-	6 926 802
2012	1 066 421	1 202 191	1 267 524	1 746 750	800 426	531 251	774 653	-	-	7 389 216
2013	984 552	1 154 411	1 342 535	1 721 109	865 553	435 224	649 744	(124 909)	460 228	7 488 447
2014	983 852	1 141 786	1 326 596	1 706 098	842 969	405 370	627 222	(137 744)	837 380	7 733 529

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	245 082
- Sinistros de anos anteriores a 2006	191 617
- Custos imputados à regularização de sinistros	77 568
- Custos com sinistros de resseguro aceite	(135 630)
	378 637

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	103	14 313	139 813	43 076	248 839	85 745	38 297	233 066	173 838	977 090
Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006										1 638 824
Total de seguro direto										2 615 914
Provisão para sinistros de resseguro aceite										593 668
Total do ramo										3 209 582

Ramo: Mercadorias Transportadas

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	3 978 852	-	-	-	-	-	-	-	-	3 978 852
2007	4 597 435	5 643 430	-	-	-	-	-	-	-	10 240 865
2008	4 869 425	5 410 429	4 484 057	-	-	-	-	-	-	14 763 911
2009	5 175 426	5 730 097	5 045 922	5 994 434	-	-	-	-	-	21 945 879
2010	4 852 720	5 682 974	4 576 686	5 065 317	2 393 325	-	-	-	-	22 571 022
2011	4 435 304	5 460 795	4 388 359	4 772 240	3 355 315	2 813 404	-	-	-	25 225 417
2012	4 543 168	5 543 967	4 356 639	4 859 026	3 052 294	2 877 977	2 490 636	-	-	27 723 707
2013	4 442 155	5 491 727	4 315 346	4 823 292	2 907 092	2 811 244	2 993 045	502 409	4 252 218	32 538 528
2014	4 375 573	5 390 228	4 298 220	4 812 518	2 861 019	2 749 773	2 996 743	1 354 814	8 522 345	37 361 233

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	4 822 705
- Sinistros de anos anteriores a 2006	(37 960)
- Custos imputados à regularização de sinistros	267 364
- Custos com sinistros de resseguro aceite	153 285
	5 205 394

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	17 030	260 282	133 803	115 658	352 963	104 082	830 149	2 423 455	3 394 395	7 631 817
										210 066
										7 841 883
										258 921
										8 100 804

Ramo: Responsabilidade Civil

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	13 612 641	-	-	-	-	-	-	-	-	13 612 641
2007	16 350 386	9 614 994	-	-	-	-	-	-	-	25 965 380
2008	17 728 178	13 961 733	10 602 481	-	-	-	-	-	-	42 292 392
2009	18 791 935	15 570 337	13 360 133	14 793 409	-	-	-	-	-	62 515 814
2010	24 659 115	15 917 190	13 480 977	19 846 931	16 987 985	-	-	-	-	90 892 198
2011	21 635 916	19 376 684	14 398 011	19 462 989	17 849 924	14 746 708	-	-	-	107 470 232
2012	22 008 138	20 156 760	14 775 272	21 483 344	20 360 755	14 845 672	10 092 897	-	-	123 722 838
2013	22 162 341	19 815 178	14 250 803	20 360 547	18 866 589	14 382 154	10 544 747	451 850	8 482 500	129 316 709
2014	22 138 297	20 065 204	14 583 069	18 928 582	18 850 705	15 510 648	10 734 101	(53 209)	19 348 468	140 105 865

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	10 789 156
- Sinistros de anos anteriores a 2006	(1 835 503)
- Custos imputados à regularização de sinistros	1 782 313
- Custos com sinistros de resseguro aceite	1 911 409
	12 647 375

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2014	2 956 691	8 559 977	4 817 851	8 791 283	8 937 010	8 164 998	5 652 860	3 424 799	8 818 960	60 124 429
			Provisão para sinistros de anos anteriores a 2006							26 511 581
			Total de seguro direto							86 636 010
			Provisão para sinistros de resseguro aceite							25 217 943
			Total do ramo							111 853 953

Ramo: Perdas Pecuniárias Diversas

(Valores em Euros)

Valores acumulados / Ano de ocorrência

Ano Contabilístico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
2006	5 078 842	-	-	-	-	-	-	-	-	5 078 842
2007	6 005 263	8 953 107	-	-	-	-	-	-	-	14 958 370
2008	6 191 498	9 743 578	32 347 667	-	-	-	-	-	-	48 282 743
2009	5 485 318	9 801 845	34 003 134	7 501 694	-	-	-	-	-	56 791 991
2010	5 443 536	9 686 169	34 435 437	14 970 401	13 514 655	-	-	-	-	78 050 198
2011	5 467 115	9 682 571	34 382 207	14 611 746	16 118 820	11 118 721	-	-	-	91 381 180
2012	5 407 414	9 574 989	33 774 638	14 804 098	18 631 421	13 867 586	7 696 802	-	-	103 756 948
2013	5 435 410	9 559 107	32 706 720	14 514 538	15 441 306	14 196 065	8 442 097	745 295	10 766 237	111 806 775
2014	5 437 952	9 559 439	32 706 023	14 603 334	14 894 206	14 150 828	8 297 153	(583 261)	20 908 419	119 974 093

(Valores em Euros)

Custos com sinistros registados em 2014:

- Sinistros dos anos de 2006 a 2014	8 167 318
- Sinistros de anos anteriores a 2006	(281)
- Custos imputados à regularização de sinistros	544 218
- Custos com sinistros de resseguro aceite	(630)
	8 710 625

Responsabilidades reconhecidas no Balanço (Provisão para Sinistros de Seguro Direto)

(Valores em Euros)

2013	1 427	28 805	793 799	89 922	32 777	727 297	307 056	1 574 619	5 059 332	8 615 034
										31 455
										8 646 489
										45 897
										8 692 386

A variação da provisão para sinistros, da rubrica custos com sinistros líquidos de resseguro, da conta de ganhos e perdas, tem principalmente por contrapartida a provisão para sinistros, da rubrica provisões técnicas, do passivo. Contudo, algumas operações são reconhecidas noutras elementos do balanço, nomeadamente por via dos reembolsos de sinistros refletidos em outros devedores por operações de seguros e outras operações, pelo que as variações das provisões para sinistros do balanço e da conta de ganhos e perdas não são coincidentes.

Nos exercícios de 2014 e 2013, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo vida apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014						
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite:							
- De contratos de seguro	95 161 197	16 593 938	111 755 135	956 384	(11 505 480)	6 727 433	107 933 472
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	223 200 581	(1 263 474)	221 937 107	949 202	(81 802 898)	9 276 009	150 359 420
	318 361 778	15 330 464	333 692 242	1 905 586	(93 308 378)	16 003 442	258 292 892
Resseguro cedido:							
- De contratos de seguro	(7 051 234)	2 951 664	(4 099 570)	-	2 545 516	(39 918)	(1 593 972)
	(7 051 234)	2 951 664	(4 099 570)	-	2 545 516	(39 918)	(1 593 972)
Líquido:							
- De contratos de seguro	88 109 963	19 545 602	107 655 565	956 384	(8 959 964)	6 687 515	106 339 500
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	223 200 581	(1 263 474)	221 937 107	949 202	(81 802 898)	9 276 009	150 359 420
	311 310 544	18 282 128	329 592 672	1 905 586	(90 762 862)	15 963 524	256 698 920

(Valores em Euros)

	2013						
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite:							
- De contratos de seguro	96 250 771	(5 329 880)	90 920 891	1 254 854	(2 677 370)	2 667 888	92 166 263
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	243 718 717	(2 671 979)	241 046 738	(4 508 626)	(142 542 442)	(2 462 935)	91 532 735
	339 969 488	(8 001 859)	331 967 629	(3 253 772)	(145 219 812)	204 953	183 698 998
Resseguro cedido:							
- De contratos de seguro	(10 882 953)	1 271 154	(9 611 799)	-	(3 478 423)	(36 608)	(13 126 830)
	(10 882 953)	1 271 154	(9 611 799)	-	(3 478 423)	(36 608)	(13 126 830)
Líquido:							
- De contratos de seguro	85 367 818	(4 058 726)	81 309 092	1 254 854	(6 155 793)	2 631 280	79 039 433
- De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	243 718 717	(2 671 979)	241 046 738	(4 508 626)	(142 542 442)	(2 462 935)	91 532 735
	329 086 535	(6 730 705)	322 355 830	(3 253 772)	(148 698 235)	168 345	170 572 168

Nos exercícios de 2014 e 2013, a variação das outras provisões técnicas inclui custos com a dotação da provisão para estabilização de carteira, nos montantes de 956.384 Euros e 1.254.854 Euros, respetivamente. Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica inclui ainda a dotação de 949.202 Euros e a dotação de 4.508.626 Euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

29. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2014 e 2013, os custos de exploração incorridos pela Fidelidade apresentam a seguinte composição por natureza:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Custos com pessoal (Nota 30)	130 875 178	130 693 744
Fornecimentos e serviços externos		
Eletricidade	2 200 201	2 089 650
Combustível	578 536	578 360
Água	167 636	168 341
Impressos	522 357	656 461
Material de escritório	361 868	420 263
Conservação e reparação	4 679 855	4 593 499
Rendas e alugueres	17 169 135	17 192 018
Despesas de representação	1 025 863	1 039 117
Comunicação	8 203 570	7 804 777
Deslocações e Estadas	4 111 617	3 828 054
Seguros	623 504	603 691
Gastos com trabalho independente	1 570 226	1 813 574
Publicidade e propaganda	9 130 597	8 506 583
Contencioso e Notariado	195 167	205 916
Vigilância e segurança	1 318 745	1 271 167
Trabalhos especializados	36 253 576	37 301 114
Quotizações	878 961	880 196
Limpeza, higiene e conforto	1 576 623	1 618 515
Gastos com cobrança de prémios	4 844 549	5 391 925
Licenças de software	4 895 819	5 133 073
Outros	2 702 900	2 577 022
	103 011 305	103 673 316

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Impostos e taxas	10 813 068	12 398 343
Depreciações e amortizações do exercício (Nota 11, 13 e 16)	12 921 243	11 600 004
Outras provisões	14 981 692	843 231
Comissões	5 540 879	6 063 301
Juros suportados	879 753	382 367
	279 023 118	265 654 306

Em 2014 foi revisto o programa de repartição de custos, por forma a melhorar a alocação de custos entre produtos.

Nos exercícios de 2014 e 2013, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos de aquisição:				
- Custos imputados	28 316 161	92 135 811	-	120 451 972
- Comissões de mediação	29 638 828	109 633 232	-	139 272 060
- Outros	230 933	884 581	-	1 115 514
	58 185 922	202 653 624	-	260 839 546
Gastos administrativos:				
- Custos imputados	19 909 119	56 664 931	-	76 574 050
- Remunerações de mediação	68 637	5 788 347	-	5 856 984
- Outros	580	49 976	-	50 556
	19 978 336	62 503 254	-	82 481 590
Gastos financeiros (Nota 33):				
- Custos imputados	16 741 527	4 720 923	1 338 295	22 800 745
- Securities repo transactions	4 274 440	-	-	4 274 440
	21 015 967	4 720 923	1 338 295	27 075 185
Custos com sinistros - Montantes pagos:				
- Custos imputados	7 284 595	51 911 756	-	59 196 351
- Custos técnicos	311 077 183	648 823 038	-	959 900 221
	318 361 778	700 734 794	-	1 019 096 572
Total dos custos de exploração imputados	72 251 402	205 433 421	1 338 295	279 023 118

(Valores em Euros)

	2013			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos de aquisição:				
- Custos imputados	27 544 888	92 594 062	-	120 138 950
- Comissões de mediação	31 569 922	104 951 440	-	136 521 362
- Outros	506 359	504 167	-	1 010 526
	59 621 169	198 049 669	-	257 670 838
Gastos administrativos:				
- Custos imputados	20 520 625	57 096 015	-	77 616 640
- Remunerações de mediação	102 114	6 181 451	-	6 283 565
- Outros	-	1 452	-	1 452
	20 622 739	63 278 918	-	83 901 657
Gastos financeiros (Nota 33):				
- Custos imputados	3 526 935	4 238 663	1 234 598	9 000 196
- Securities repo transactions	282 157	-	-	282 157
	3 809 092	4 238 663	1 234 598	9 282 353
Custos com sinistros - Montantes pagos:				
- Custos imputados	7 674 155	51 224 365	-	58 898 520
- Custos técnicos	332 295 333	698 624 302	-	1 030 919 635
	339 969 488	749 848 667	-	1 089 818 155
Total dos custos de exploração imputados	59 266 603	205 153 105	1 234 598	265 654 306

30. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Remunerações:		
Órgãos sociais	1 952 798	1 355 803
Pessoal	89 798 572	87 953 381
Encargos sobre remunerações	20 618 506	21 596 121
Benefício pós-emprego:		
Benefício definido	6 182 996	7 894 718
Contribuição definida	870 022	521 869
Benefícios de cessação de emprego	1 379 022	1 408 194
Seguros obrigatórios	1 615 069	1 185 060
Gastos de ação social	7 063 362	8 162 735
Outros gastos com pessoal	1 394 831	615 863
	130 875 178	130 693 744

A existência de estruturas transversais a algumas empresas do grupo conduz à necessidade de efetuar a alocação de custos comuns entre as várias empresas, baseada em chaves de repartição subordinadas ao princípio custo-benefício. Consequentemente, nos exercícios de 2014 e 2013, os gastos com pessoal incluem o impacto decorrente dos seguintes movimentos com entidades relacionadas:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Gastos com pessoal da Companhia a desempenhar funções para a:		
Sogruppo - Sistemas de Informação, S.A.	(1 105 661)	(1 173 960)
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	(23 430)	(48 549)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(3 582 664)	(3 581 443)
	(4 711 754)	(4 803 952)

Nos exercícios de 2014 e 2013, os encargos com benefícios pós-emprego da Fidelidade apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Benefícios pós- emprego:		
Plano de benefício definido (Note 31)	6 098 368	7 559 814
Plano individual de reforma	877 667	530 553
Cedência de pessoal	(7 672)	(267 027)
Outros encargos	84 655	593 247
	7 053 018	8 416 587

Em 2014 e 2013, a rubrica "Gastos com pessoal – Benefícios pós-emprego – Cedência de pessoal" corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores da Companhia que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2014 e 2013, o número de trabalhadores ao serviço na Companhia, por categorias, é o seguinte:

	2014	2013
Dirigentes	60	61
Gestores	133	122
Técnicos	1 329	1 305
Operacionais	1 220	1 286
Apoio	23	31
	2 765	2 805

Durante os exercícios de 2014 e 2013 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos órgãos sociais:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Conselho de Administração:		
Remunerações	1 860 150	1 261 981
Encargos sociais	377 720	305 722
Conselho fiscal		
Remunerações	92 648	93 822
Encargos sociais	18 306	17 526
	2 348 823	1 679 051

Em 23 de dezembro de 2011 foi celebrado um novo contrato coletivo de trabalho (CCT) para a atividade seguradora, o qual foi publicado no Boletim do Trabalho nº 2 de 15 de janeiro de 2012.

No exercício de 2014 e 2013, a Companhia registou um reforço da estimativa para prémios de permanência nos montantes de 438.300 Euros e 786.998 Euros, respetivamente.

De acordo com o novo CCT, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções beneficiarão de um Plano Individual de Reforma (PIR), o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior CCT (Nota 31).

31. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador, a Fidelidade concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social.

Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões.

Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com “níveis salariais internos XVIII”, oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por este CCT, tem direito a um plano individual de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelo contrato coletivo para a atividade seguradora assinado em 23 de dezembro de 2011, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

Em conformidade com as regras previstas no novo CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições da Companhia para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V do CCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado base anual do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	Contribuição PIR
2012	1.00%
2013	2.25%
2014	2.50%
2015	3.25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto na cláusula 49.^a, n.º 1, do CCT, a primeira contribuição anual da Companhia para o PIR verificar-se-á:

- No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- No ano seguinte aquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Plano de benefício definido	10 206 642	5 115 032
Plano de contribuição definida	(925 521)	(398 219)
	9 281 121	4 716 813

Relativamente ao exercício de 2014, o “Plano de contribuição definida” evoluiu conforme demonstrado pelo quadro abaixo:

(Valores em Euros)

	Responsabilidades	Ativos
Em 1 janeiro de 2014	16 990 809	16 592 590
Gastos do Ano	807 601	-
Contribuições feitas ao fundo	-	280 299
Posição em 31.dez.2014	17 798 410	16 872 889
A reconhecer em 2015 relativo a 2014		
Contribuição extraordinária, a título de rentabilidade, por pagamento diferido	2 568 496	2 568 496
Valorização do Fundo	437 688	437 688
Pensões, capital e prémios únicos vencidos	(619 971)	(619 971)
Contribuições por transferência	23 469	23 469
a regularizar por resultados	(121 827)	258 726
Contribuição a efetuar em janeiro/2015	-	544 968
	20 086 265	20 086 265

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2014	2013
Método atuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade		
. Homens	TV 7377(-2)	TV 73/77 (-2)
. Mulheres	TV 8890(-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	2.50%	3.50%
Taxa de crescimento dos salários	2.00%	2.00%
Taxa de crescimento das pensões	0.75%	0.75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1.25%	1.25%
Tabela de saídas	n/a	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2014 e 2013 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2014		2013	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2.00%	0.16%	2.00%	0.69%
Taxa de crescimento das pensões	0.75%	0.00%	0.75%	0.00%

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Responsabilidades por serviços passados:		
Ativos	6 088 826	8 653 553
Reformados e pré-reformados	187 345 661	192 999 248
	193 434 487	201 652 801
Fundos de pensões autónomos	149 530 102	149 443 044
Provisões matemáticas	54 111 027	57 324 789
	203 641 129	206 767 833
Diferencial	10 206 642	5 115 032
Nível de financiamento	105.28%	102.54%

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- b) o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da Segurança Social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano.

Os três fundos de pensões de benefício definido da Companhia apresentam as seguintes durações médias:

Fundo de Pensões da Fidelidade	9 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	8 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	10 anos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de beneficiários era o seguinte:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Ativos	1 225	1 406
Reformados e pré-reformados	2 086	2 084
Rendeiros	621	613
	3 932	4 103

No exercício de 2013, o aumento no número de beneficiários ativos decorre da entrada em vigor da Portaria nº 134/2013, de 28 de março, que veio definir a exclusão dos colaboradores no ativo filiados no sindicato SINAPSA dos termos previstos no novo CCT, uma vez que este sindicato não aderiu ao referido CCT, pelo que a Companhia voltou a incluir estes colaboradores, com efeitos retroativos, no plano de benefício definido, do qual haviam sido retirados e transferidos para o plano de contribuição definida na sequência da entrada em vigor do novo CCT em 2012.

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2013 e 2014 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Saldos em 31 de dezembro de 2012	207 103 534
Transferência de responsabilidades - colaboradores SINAPSA	2 360 154
Contribuições	11 650 000
Variação nas provisões matemáticas	(2 898 460)
Pensões pagas	(16 943 009)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(681 435)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	6 177 049
Saldos em 31 de dezembro de 2013	206 767 833
Contribuições	11 654 803
Variação nas provisões matemáticas	(3 213 760)
Pensões pagas	(17 193 015)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(822 447)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	6 447 715
Saldos em 31 de dezembro de 2014	203 641 129

No exercício de 2013, a rubrica "Transferência de responsabilidades - colaboradores SINAPSA" reflete a entrada em vigor da Portaria nº 134/2013, de 28 de março, que veio definir a exclusão dos colaboradores no ativo, filiados no sindicato SINAPSA dos termos previstos no novo CCT. Desta forma, os ativos do fundo de pensões que haviam sido transferidos para o PIR na sequência da entrada em vigor do novo CCT em 1 de janeiro de 2012 foram devolvidos ao fundo de pensões em 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os Fundos de Pensões da Fidelidade eram geridos pela CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

(Valores em Euros)

	2014		Valor de carteira
	Preço de mercado	Outros	
Caixa e equivalentes de caixa	39 912 071	-	39 912 071
Instrumentos de capital	1 071 421	-	1 071 421
Instrumentos de dívida			
De dívida pública	20 126 366	-	20 126 366
De outros emissores	52 467 191	-	52 467 191
	72 593 557	-	72 593 557
Imóveis	-	10 814 100	10 814 100
Fundos de investimento			
Ações Europeias	1 686 372	-	1 686 372
Imóveis	3 932 217	-	3 932 217
Obrigações			
De dívida pública	13 874 597	-	13 874 597
De outros emissores	4 039 072	-	4 039 072
Tesouraria	1 606 695	-	1 606 695
	25 138 953	-	25 138 953
	138 716 002	10 814 100	149 530 102

(Valores em Euros)

	2013		
	Preço de mercado	Outros	Valor de carteira
Caixa e equivalentes de caixa	23 625 846	-	23 625 846
Instrumentos de capital	6 183 766	-	6 183 766
Dívida estruturada	1 248 121	-	1 248 121
Instrumentos de dívida			
De dívida pública	18 470 216	-	18 470 216
De outros emissores	57 605 262	-	57 605 262
	76 075 478	-	76 075 478
Imóveis	-	11 734 103	11 734 103
Fundos de investimento			
Ações Europeias	8 261 856	-	8 261 856
Imóveis	1 777 703	2 082 715	3 860 418
Obrigações			
De dívida pública	13 705 214	-	13 705 214
De outros emissores	3 157 888	-	3 157 888
Tesouraria	602 965	-	602 965
	27 505 626	2 082 715	29 588 341
Outros	987 389	-	987 389
	135 626 226	13 816 818	149 443 044

Nestas datas, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	39 912 071	23 625 846
Instrumentos de dívida	10 744 926	7 662 806
Fundos de investimento		
Imóveis	2 082 715	2 082 715
Tesouraria	1 606 695	602 965
	3 689 410	2 685 680
	54 346 407	33 974 332

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados da Companhia e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013, podem ser demonstrados da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	Responsabilidades	Cobertura	Diferencial
Situação em 31 de dezembro de 2012	200 995 203	207 103 534	6 108 331
Transferência de responsabilidades - colaboradores SINAPSA	2 360 154	2 360 154	-
Custo do serviço corrente	232 656	-	(232 656)
Juro líquido de benefício definido	4 847 654	4 924 221	76 567
Custo do exercício	5 080 310	4 924 221	(156 089)
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	7 314 900	-	(7 314 900)
Outras variações em resultados	(592 610)	(681 435)	(88 825)
Variações com impacto em resultados (Nota 30)	11 802 600	4 242 786	(7 559 814)
Retorno dos ativos do plano não incluído no rendimento dos juros	-	1 252 828	1 252 828
Ganhos e perdas atuariais:			
resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	7 830 545	-	(7 830 545)
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	1 011 647	-	(1 011 647)
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(2 505 879)	-	2 505 879
Variações com impacto em capitais próprios	6 336 313	1 252 828	(5 083 485)
Contribuições para o plano:			
efetuadas pela Companhia	-	11 650 000	11 650 000
Variação das provisões matemáticas	(2 898 460)	(2 898 460)	-
Pagamentos efetuados pelo plano:			
pensões pagas	(16 943 009)	(16 943 009)	-
Situação em 31 de dezembro de 2013	201 652 801	206 767 833	5 115 032
Impacto da alteração da idade de reforma	(8 512 881)	-	8 512 881
Custo do serviço corrente	93 687	-	(93 687)
Juro líquido de benefício definido	4 452 652	4 929 629	476 977
Custo do exercício	4 546 339	4 929 629	383 290
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	5 659 214	-	(5 659 214)
Outras variações em resultados	-	(822 444)	(822 444)
Variações com impacto em resultados (Nota 30)	10 205 553	4 107 185	(6 098 368)

(continuação)

(Valores em Euros)

	Responsabilidades	Cobertura	Diferencial
Retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	1 518 083	1 518 083
Ganhos e perdas atuariais:			
resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	-	-	-
resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	10 895 718	-	(10 895 718)
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(399 929)	-	399 929
Variações com impacto em capitais próprios	10 495 789	1 518 083	(8 977 706)
Contribuições para o plano:			
efetuadas pela Companhia	-	11 654 803	11 654 803
Variação das provisões matemáticas	(3 213 760)	(3 213 760)	-
Pagamentos efetuados pelo plano:			
pensões pagas	(17 193 015)	(17 193 015)	-
Situação em 31 de dezembro de 2014	193 434 487	203 641 129	10 206 642

Em 2013, efetuaram-se as avaliações de responsabilidades considerando os efeitos da mudança da idade normal de reforma dos 65 para os 66 anos. Como resultado desta alteração foi reconhecido no Capital Próprio um desvio atuarial de 7.618.563 Euros como perda atuarial por alteração nos pressupostos demográficos.

Assistência médica

A Companhia compartilha os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, entre junho de 1998 e julho de 2005. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estas responsabilidades ascendem a 22.021.108 Euros e 22.993.574 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 23).

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2014, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Companhia, face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2014	A	B	C
Pressupostos Financeiros				
Taxa de Desconto	2.50%	2.00%	3.00%	2.50%
Taxa de Crescimento Salarial	2.00%	2.00%	2.00%	2.00%
Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1.25%	1.25%	1.25%	1.25%
Taxa de Crescimento de Pensões	0.75%	0.75%	0.75%	0.75%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de Mortalidade				
> Mulheres	TV 8890(-2)	TV 8890(-2)	TV 8890(-2)	TV 8890(-2)
> Homens	TV 7377(-2)	TV 7377(-2)	TV 7377(-2)	TV 8890(-2)
Idade de Reforma	DL 167/2013	DL 167/2013	DL 167/2013	DL 167/2013

Responsabilidades em 31-12-2014		2014	A	B	C
Cenários					
Reformados	Velhice	58 872 714	61 358 060	56 559 281	63 938 262
	Antecipação	16 569 862	17 393 194	15 808 115	17 732 772
	Invalidez	16 962 166	18 086 977	15 945 250	17 783 090
Pensionistas	Viuvez	4 237 366	4 430 889	4 058 789	4 257 696
	Orfandade	150 852	164 202	139 224	151 725
Pré-Reformados	Pensão até INR	28 364 220	28 712 191	28 024 474	28 445 086
	Encargos até INR	4 200 367	4 256 384	4 145 735	4 213 253
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	3 674 494	3 939 171	3 433 635	3 901 424
	> Plano Complementar	202 594	219 755	187 218	211 489
Ativos	Plano CCT	3 014 626	3 350 355	2 720 334	3 238 882
	Plano Complementar	3 074 199	3 522 887	2 691 164	3 256 691
Totais		139 323 460	145 434 065	133 713 219	147 130 370

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização.

32. Rendimentos

Nos exercícios de 2014 e 2013, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014				2013			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:								
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	12 405	-	-	12 405	19 879	-	-	19 879
Ativos financeiros disponíveis para venda	41 391 333	12 210 439	-	53 601 772	56 910 856	12 238 041	-	69 148 897
Empréstimos concedidos e contas a receber	3 588 793	-	-	3 588 793	4 192 559	-	-	4 192 559
Investimentos a deter até à maturidade	366 078	-	-	366 078	1 811 108	-	-	1 811 108
Depósitos à ordem em instituições de crédito	15 163	-	-	15 163	(94)	-	-	(94)
	45 373 772	12 210 439	-	57 584 211	62 934 308	12 238 041	-	75 172 349
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:								
Ativos financeiros detidos para negociação	(439 241)	-	-	(439 241)	1 430 989	-	-	1 430 989
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	29 939 632	173 084	-	30 112 716	37 254 639	240 818	-	37 495 457
Ativos financeiros disponíveis para venda	147 397 093	2 044 612	-	149 441 705	122 080 843	1 797 255	-	123 878 098
Empréstimos concedidos e contas a receber	8 043 812	-	-	8 043 812	13 369 889	-	-	13 369 889
Investimentos a deter até à maturidade	28 655 864	-	-	28 655 864	115 213 272	-	-	115 213 272
Depósitos à ordem em instituições de crédito	187 529	-	-	187 529	196 469	-	-	196 469
	213 784 689	2 217 696	-	216 002 385	289 546 101	2 038 073	-	291 584 174
	259 158 461	14 428 135	-	273 586 596	352 480 409	14 276 114	-	366 756 523

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014				2013			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida:								
Terrenos e edifícios	-	-	18 243 103	18 243 103	-	-	18 292 439	18 292 439
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	3 935 210	-	3 935 210	-	150 000	-	150 000
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	499 904	-	-	499 904	23 199	-	-	23 199
Ativos financeiros disponíveis para venda	20 734 035	7 039 366	-	27 773 401	17 152 337	5 986 759	-	23 139 096
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 287 873	-	-	2 287 873	3 411 572	-	-	3 411 572
Investimentos a deter até à maturidade	5 101 156	-	-	5 101 156	19 119 872	-	-	19 119 872
Depósitos à ordem em instituições de crédito	30 228	-	-	30 228	94	-	-	94
	28 653 196	10 974 576	18 243 103	57 870 875	39 707 074	6 136 759	18 292 439	64 136 272
Investimentos não afetos:								
Terrenos e edifícios	-	-	2 637 663	2 637 663	-	-	2 630 445	2 630 445
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	967 858	-	967 858	-	797 525	-	797 525
Ativos financeiros detidos para negociação	(39 728)	-	-	(39 728)	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	89 888	-	-	89 888	66 076	-	-	66 076
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 876 296	2 123 219	-	16 999 515	3 191 264	1 393 804	-	4 585 068
Empréstimos concedidos e contas a receber	818 410	-	-	818 410	1 639 768	-	-	1 639 768
Investimentos a deter até à maturidade	3 115 700	-	-	3 115 700	5 989 779	-	-	5 989 779
Depósitos à ordem em instituições de crédito	96 433	-	-	96 433	618	-	-	618
	18 956 999	3 091 077	2 637 663	24 685 739	10 887 505	2 191 329	2 630 445	15 709 279
	306 768 656	28 493 788	20 880 766	356 143 210	403 074 988	22 604 202	20 922 884	446 602 074

33. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2014 e 2013, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014				2013			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos (Nota 33):								
Custos imputados	16 741 527	4 720 923	1 338 295	22 800 745	3 526 935	4 238 663	1 234 598	9 000 196
Outros gastos de investimentos	4 274 440	-	-	4 274 440	282 157	-	-	282 157
	21 015 967	4 720 923	1 338 295	27 075 185	3 809 092	4 238 663	1 234 598	9 282 353

34. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	49 801 054	(1 782 022)	48 019 032	18 881 786	(3 606 662)	15 275 124
	49 801 054	(1 782 022)	48 019 032	18 881 786	(3 606 662)	15 275 124
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	193 252 857	(286 232)	192 966 625	3 536 885	(263 689)	3 273 196
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	89	-	89
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	41 444	(185 952 635)	(185 911 191)	104 428	(170 654 410)	(170 549 982)
	193 294 301	(186 238 867)	7 055 434	3 641 402	(170 918 099)	(167 276 697)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	70 064 926	(1 180 888)	68 884 038	10 178 376	(1 210 066)	8 968 310
	70 064 926	(1 180 888)	68 884 038	10 178 376	(1 210 066)	8 968 310
Investimentos não afetos:						
Partes de capital em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	(17 185)	(17 185)
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 785 917	(96 789)	2 689 128	1 313 439	(202 677)	1 110 762
	2 785 917	(96 789)	2 689 128	1 313 439	(219 862)	1 093 577
	315 946 198	(189 298 566)	126 647 632	34 015 003	(175 954 689)	(141 939 686)

35. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2014 e 2013, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas realizados	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(17 775)	(17 775)	311 088	-	311 088
	-	(17 775)	(17 775)	311 088	-	311 088
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	444 791 771	(445 178 618)	(386 847)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 200 623	(2 976 567)	(1 775 944)	6 981 696	(3 113 128)	3 868 568
	1 200 623	(2 976 567)	(1 775 944)	451 773 467	(448 291 746)	3 481 721
	1 200 623	(2 994 342)	(1 793 719)	452 084 555	(448 291 746)	3 792 809
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(61 495)	(61 495)	200 415	(318 273)	(117 858)
	-	(61 495)	(61 495)	200 415	(318 273)	(117 858)
Investimentos não afetos:						
Ativos financeiros detidos para negociação	1 966	(26 149)	(24 183)			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(862)	(862)	123 443	-	123 443
	1 966	(27 011)	(25 045)	123 443	-	123 443
	1 202 589	(3 082 848)	(1 880 259)	452 408 413	(448 610 019)	3 798 394

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 316 441	(52 300)	1 264 141	2 308 373	(2 150)	2 306 223
	1 316 441	(52 300)	1 264 141	2 308 373	(2 150)	2 306 223
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros detidos para negociação	751 600	(4 516 066)	(3 764 466)	2 970 862	(3 267 064)	(296 202)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	44 014 292	(65 236 719)	(21 222 427)	24 109 262	(59 398 102)	(35 288 840)
	44 765 892	(69 752 785)	(24 986 893)	27 080 124	(62 665 166)	(35 585 042)
	46 082 333	(69 805 085)	(23 722 752)	29 388 497	(62 667 316)	(33 278 819)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	4 815 455	(688 730)	4 126 725	2 923 770	(1 950)	2 921 820
	4 815 455	(688 730)	4 126 725	2 923 770	(1 950)	2 921 820
Investimentos não afetos:						
Ativos financeiros detidos para negociação	22 651 701	(22 713 913)	(62 212)			
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	182 799	(30 773)	152 026	118 047	(114 583)	3 464
	22 834 500	(22 744 686)	89 814	118 047	(114 583)	3 464
	73 732 288	(93 238 501)	(19 506 213)	32 430 314	(62 783 849)	(30 353 535)

(Valores em Euros)

Total	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1 316 441	(70 075)	1 246 366	2 619 461	(2 150)	2 617 311
	1 316 441	(70 075)	1 246 366	2 619 461	(2 150)	2 617 311
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:						
Ativos financeiros detidos para negociação	751 600	(4 516 066)	(3 764 466)	447 762 633	(448 445 682)	(683 049)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	45 214 915	(68 213 286)	(22 998 371)	31 090 958	(62 511 230)	(31 420 272)
	45 966 515	(72 729 352)	(26 762 837)	478 853 591	(510 956 912)	(32 103 321)
	47 282 956	(72 799 427)	(25 516 471)	481 473 052	(510 959 062)	(29 486 010)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	4 815 455	(750 225)	4 065 230	3 124 185	(320 223)	2 803 962
	4 815 455	(750 225)	4 065 230	3 124 185	(320 223)	2 803 962
Investimentos não afetos:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	182 799	(31 635)	151 164	241 490	(114 583)	126 907
	22 836 466	(22 771 697)	64 769	241 490	(114 583)	126 907
	74 934 877	(96 321 349)	(21 386 472)	484 838 727	(511 393 868)	(26 555 141)

36. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	354 309	(15 303)
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 315 823	(463 831)
Depósitos à ordem em instituições de crédito	376 531	(93 439)
Outros	2 245	39 923
	3 048 908	(532 650)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento:		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1 964 153	(12 565)
Ativos financeiros disponíveis para venda	391 287	(3 328)
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1 781 270	36 088
Outros	18	7 074
	4 136 728	27 269
	7 185 636	(505 381)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 999 809	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	748 299	3 053
Investimentos detidos até à maturidade	(256)	(724)
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(1 082 296)	(51 960)
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 550 708	(364 304)
Outros	206	6 885
	8 216 470	(407 050)
Investimentos não afetos:		
Partes de capital em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	-	917 313
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	72 779	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 194	(158)
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(401 216)	(118 856)
Outros	4	246
	(326 239)	798 545
	15 075 867	(113 886)

37. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados Como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas realizados	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos não afetos:						
Terrenos e edifícios de uso próprio				4 751	-	4 751
Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	61 554	-	61 554
	-	-	-	66 305	-	66 305
	-	-	-	66 305	-	66 305

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 11)	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 11)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida:						
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	2 024	-	2 024			
	2 024	-	2 024	-	-	-
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Terrenos e edifícios de rendimento	8 475 429	(8 268 463)	206 966	25 509 879	(34 864 762)	(9 354 883)
	8 475 429	(8 268 463)	206 966	25 509 879	(34 864 762)	(9 354 883)
Investimentos não afetos:						
Terrenos e edifícios de rendimento	1 909 400	(2 671 337)	(761 937)	257 396	(1 181 633)	(924 237)
	1 909 400	(2 671 337)	(761 937)	257 396	(1 181 633)	(924 237)
	10 386 853	(10 939 800)	(552 947)	25 767 275	(36 046 395)	(10 279 120)

(Valores em Euros)

Total	2014			2013		
	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 11)	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 11)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida:						
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	2 024	-	2 024			
	2 024	-	2 024	-	-	-
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida:						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	4 751	-	4 751
Terrenos e edifícios de rendimento	8 475 429	(8 268 463)	206 966	25 571 433	(34 864 762)	(9 293 329)
	8 475 429	(8 268 463)	206 966	25 576 184	(34 864 762)	(9 288 578)
Investimentos não afetos:						
Terrenos e edifícios de rendimento	1 909 400	(2 671 337)	(761 937)	257 396	(1 184 133)	(926 737)
	1 909 400	(2 671 337)	(761 937)	257 396	(1 184 133)	(926 737)
	10 386 853	(10 939 800)	(552 947)	25 833 580	(36 048 895)	(10 215 315)

38. Ajustamentos e Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nos ajustamentos e nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2014 e 2013 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Imparidade de partes de capital em filiais (Nota 4)	11 937 638	32 423	-	-	11 970 061
Imparidade de partes de capital em associadas (Nota 4)	1 401 307	352 234	-	-	1 753 541
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 7):					
Instrumentos de dívida	2 951 068	44 979 822	-	-	47 930 890
Instrumentos de capital	87 135 361	6 020 375	-	(38 319 069)	54 836 667
Outros Instrumentos	93 277 897	7 344 582	-	(25 635 438)	74 987 041
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 8)	-	1 449 890			1 449 890
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	9 201 897	310 591	(329 167)	-	9 183 321
Ajustamentos para recibos por cobrar (Nota 15)	11 659 524	-	(2 603 638)	-	9 055 886
Ajustamentos- IFAP (Nota 15)	4 529 028	-	(3 878 202)	-	650 826
Ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa (Nota 15)	48 649 238	20 066 915	-	-	68 716 153
	270 742 958	80 556 832	(6 811 007)	(63 954 507)	280 534 276

(Valores em Euros)

	2013				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Imparidade de partes de capital em filiais (Nota 4)	11 937 638	-	-	-	11 937 638
Imparidade de partes de capital em associadas (Nota 4)	1 401 307	-	-	-	1 401 307
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 7):					
Instrumentos de dívida	2 951 068	-	-	-	2 951 068
Instrumentos de capital	86 177 841	9 226 048	-	(8 268 528)	87 135 361
Outros Instrumentos	74 257 301	19 793 779	-	(773 183)	93 277 897
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	7 018 840	2 566 934	(340 925)	(42 952)	9 201 897
Ajustamentos para recibos por cobrar (Nota 15)	16 381 498	-	(4 721 974)	-	11 659 524
Ajustamentos- IFAP (Nota 15)	5 933 839	-	(1 404 811)	-	4 529 028
Ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa (Nota 15)	47 881 848	767 390	-	-	48 649 238
	253 941 180	32 354 151	(6 467 710)	(9 084 663)	270 742 958

No exercício de 2014 e 2013, a rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” inclui custos com dotações de “Outras provisões” no montante de 21.065.833Euros e 20.120.564 Euros respetivamente.

39. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida:						
- Comissões de gestão de cosseguro	19 662	(11 536)	8 126	35 178	(31 046)	4 132
- Comissões de gestão de fundos de pensões	397 553	-	397 553	347 213	-	347 213
- Outros	17 461	(12 291)	5 170	4 485	(737)	3 748
	434 676	(23 827)	410 849	386 876	(31 783)	355 093
Relativos aos ramos não vida:						
- Comissões de gestão de cosseguro	795 977	(131 493)	664 484	998 031	(238 189)	759 842
- Outros	1 536 441	(1 717)	1 534 724	2 654 214	(54 417)	2 599 797
	2 332 418	(133 210)	2 199 208	3 652 245	(292 606)	3 359 639
	2 767 094	(157 037)	2 610 057	4 039 121	(324 389)	3 714 732

40. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2014 e 2013, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	895 080	6 287 266
Outros	5 897	230 669
	900 977	6 517 935
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	1 086 403	1 044 437
Diferenças de câmbio favoráveis	6 634 910	7 298 965
Descontos de pronto pagamento	1 426	-
Outros rendimentos e ganhos financeiros	232 745	311 760
	7 955 484	8 655 162
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	5 064	151
	5 064	151
Ganhos com benefícios pós-emprego		
Ganhos atuariais	13 469	11 803
Outros ganhos	55 283	-
	68 752	11 803
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	832 467	809 847
Prestação de serviços	733 523	-
Outros	-	498 970
	1 565 990	1 308 817
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(19 016)	172 400
Mecenato	(488 264)	(696 941)
Ofertas a clientes	(1 849)	(1 645)
Multas e penalidades	95 122	(19 273)
Quotizações diversas	(50 922)	(16 600)

(continuação)

(Valores em Euros)

	2014	2013
Outros gastos:		
Insuficiência estimativa impostos	(1 178)	-
Correções a exercícios anteriores	(11 824)	(6 017)
Dívidas incobráveis	(2 446 374)	(2 534 374)
Regularização de saldos	(571 838)	(2 937 155)
Outros	(557 110)	(53 743)
	(4 053 253)	(6 093 348)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(261 373)	(673 205)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(4 333 406)	(8 749 785)
Serviços Bancários	(174 392)	-
Outros gastos e perdas financeiras	(137 925)	(236 866)
	(4 907 096)	(9 659 856)
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos tangíveis	-	(28 921)
	-	(28 921)
	1 535 918	711 743

41. Relato por Segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmentos de negócio, a Companhia elegeu os seguintes:

Sub-segmento:	Ramos do sub-segmento:
Vida	Risco
	Capitalização com participação nos resultados
	Contratos de Investimento
Acidentes de Trabalho	Acidentes de Trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos
	Crédito
	Caução
	Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas
	Veículos terrestres
	Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
	Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel
	Proteção jurídica automóvel
	Assistência automóvel
Mercadorias Transportadas	Mercadorias transportadas
	Marítimo e transportes
	Aéreo
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil
Diversos	Acidentes pessoais
	Proteção jurídica - outras
	Assistência - outras
	Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, a Companhia elegeu os seguintes:

Portugal
 Resto da União Europeia
 Resto do Mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2014 e 2013 é a seguinte:

dez-14

(Valores em Euros)

	Segmento Seguradoras			
	Vida	Não Vida	Não Afetos	Total
Resultado				
Prémios Brutos	281 169 914	988 331 256	-	1 269 501 170
Prémios Adquiridos	281 155 883	995 646 544	-	1 276 802 427
Sinistralidade	(326 396 764)	(578 575 107)	-	(904 971 871)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(27 794 139)	(107 243 909)	-	(135 038 048)
Prov Técn, Part Result e Out Cust e Prov Técnicos	75 766 948	(22 201 746)	-	53 565 202
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(4 744 288)	(141 729 157)	-	(146 473 445)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	509 227 453	127 388 346	27 352 208	663 968 007
Valias Não Realizadas e Imparidade	10 967 787	(7 135 862)	(40 998 415)	(37 166 490)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(249 960 322)	-	-	(249 960 322)
Custos por Natureza	(72 251 402)	(205 433 421)	(1 338 295)	(279 023 118)
Outros Custos e Proveitos	(144 060)	211 531	1 468 447	1 535 918
Imposto sobre Rendimento	(39 765 852)	(40 712 534)	(3 651 844)	(84 130 230)
	156 061 244	20 214 685	(17 167 899)	159 108 030
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	1 908 679 325	1 972 283 775	514 381 966	4 395 345 066
Ativos Financeiros afetos a seguros unit-link	683 905 528	-	-	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	7 345 020 601	-	-	7 345 020 601
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	19 263 416	203 087 300	-	222 350 716
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	26 620 491	75 188 703	-	101 809 194
Ressegurados e Resseguradores	695 137	11 438 367	-	12 133 504
Outros Devedores e Credores	311 478 934	18 034 775	129 306 035	458 819 744
Impostos Correntes	1 840 427	11 671	51 849	1 903 947
Impostos Diferidos	72 430 978	73 990 866	6 634 717	153 056 561
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	6 546 286	21 685 111	233 326	28 464 723
Acréscimos e Diferimentos	10 416 055	1 977 959	6 867 109	19 261 123
Disponibilidades	262 990 194	36 424 682	10 849 900	310 264 776
	10 649 887 372	2 414 123 209	668 324 902	13 732 335 483
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	1 515 796	237 765 820	-	239 281 616
Provisão Matemática	1 666 922 641	-	-	1 666 922 641
Provisão para Participação Resultados	109 128 835	59 481	-	109 188 316
Provisão para Sinistros	123 756 345	1 579 458 352	-	1 703 214 697
Outras Provisões Técnicas	31 956 908	77 977 582	-	109 934 490
Passivos Financeiros de seguros unit-link	711 664 289	-	-	711 664 289
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 980 565 747	-	-	6 980 565 747
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	25 913 494	45 013 723	-	70 927 217
Ressegurados e Resseguradores	960 606	35 431 592	-	36 392 198
Outros Devedores e Credores	71 594 085	56 059 259	193 743 546	321 396 890
Impostos Correntes	18 402 873	34 365 324	6 980 019	59 748 216
Impostos Diferidos	56 496 289	57 023 470	5 005 589	118 525 348
Outros Passivos Financeiros	12 896 332	97 500 393	-	110 396 725
Outras provisões	-	45 236 302	133 472 427	178 708 729
Acréscimos e diferimentos	15 017 081	38 937 879	4 109 851	58 064 811
	9 826 791 321	2 304 829 177	343 311 432	12 474 931 930
Total Segmentos				1 098 295 523

dez-14

(Valores em Euros)

	Vida			
	Vida Risco	Vida Capitalização com participação nos resultados	Vida - Contratos de Investimento	Total
Resultado				
Prémios Brutos	187 552 440	93 617 474	-	281 169 914
Prémios Adquiridos	187 534 445	93 621 438	-	281 155 883
Sinistralidade	(107 502 911)	(218 893 853)	-	(326 396 764)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(13 509 634)	(2 056 394)	(12 228 111)	(27 794 139)
Prov Técn, Part Result e Out Cust e Prov Técnicos	4 159 139	71 593 725	14 084	75 766 948
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(4 742 991)	(1 297)	-	(4 744 288)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	20 830 012	80 833 711	407 563 730	509 227 453
Valias Não Realizadas e Imparidade	(1 042 072)	(3 403 452)	15 413 311	10 967 787
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	-	-	(249 960 322)	(249 960 322)
Custos por Natureza	(22 888 189)	(12 945 396)	(36 417 817)	(72 251 402)
Outros Custos e Proveitos	(2 235)	(141 752)	(73)	(144 060)
Imposto sobre Rendimento	(12 206 431)	(2 701 534)	(24 857 887)	(39 765 852)
	50 629 133	5 905 196	99 526 915	156 061 244
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	360 104 004	1 548 575 321	-	1 908 679 325
Ativos Financeiros afetos a seguros unit-link	-	-	683 905 528	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	-	-	7 345 020 601	7 345 020 601
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	19 263 416	-	-	19 263 416
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	2 531 284	2 553 952	21 535 255	26 620 491
Ressegurados e Resseguradores	695 137	-	-	695 137
Outros Devedores e Credores	232 119	34 249 457	276 997 358	311 478 934
Impostos Correntes	16 037	1 824 390	-	1 840 427
Impostos Diferidos	22 326 747	4 926 714	45 177 517	72 430 978
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	2 543 487	1 074 315	2 928 484	6 546 286
Acréscimos e Diferimentos	245 770	228 926	9 941 359	10 416 055
Disponibilidades	35 753 757	53 381 156	173 855 281	262 990 194
	443 711 758	1 646 814 231	8 559 361 383	10 649 887 372
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	1 462 948	52 848	-	1 515 796
Provisão Matemática	207 488 413	1 459 434 228	-	1 666 922 641
Provisão para Participação Resultados	31 046 695	78 082 140	-	109 128 835
Provisão para Sinistros	103 684 880	20 071 465	-	123 756 345
Outras Provisões Técnicas	24 502 158	7 454 750	-	31 956 908
Passivos Financeiros de seguros unit-link	-	-	711 664 289	711 664 289
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	-	-	6 980 565 747	6 980 565 747
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	4 843 433	2 645 419	18 424 642	25 913 494
Ressegurados e Resseguradores	960 553	53	-	960 606
Outros Devedores e Credores	14 842 115	13 857 237	42 894 733	71 594 085
Impostos Correntes	5 181 181	2 216 658	11 005 034	18 402 873
Impostos Diferidos	18 399 598	3 876 311	34 220 380	56 496 289
Outros Passivos Financeiros	4 286 850	-	8 609 482	12 896 332
Acréscimos e diferimentos	3 858 916	2 337 036	8 821 129	15 017 081
	420 557 740	1 590 028 145	7 816 205 436	9 826 791 321

dez-14

(Valores em Euros)

	Não Vida							
	Acidentes Trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade Civil	Diversos	Total
Resultado								
Prémios Brutos	121 505 361	187 481 185	244 665 940	365 732 625	15 439 117	30 192 824	23 314 204	988 331 256
Prémios Adquiridos	121 893 271	190 364 067	244 743 758	367 683 737	15 603 434	30 218 750	25 139 527	995 646 544
Sinistralidade	(119 912 005)	(148 235 628)	(94 703 124)	(192 869 168)	(6 302 056)	(8 953 653)	(7 599 473)	(578 575 107)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(12 384 411)	(15 712 503)	(28 563 248)	(43 869 781)	(1 026 945)	(2 755 839)	(2 931 182)	(107 243 909)
Prov Técn, Part Result e Out Cust								
e Prov Técnicos	(9 953 579)	(687 416)	2 817 618	(13 282 950)	(73 194)	(358 457)	(663 768)	(22 201 746)
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido								
e Retrocedido	(4 542 416)	(19 994 340)	(65 406 359)	(31 915 649)	(5 722 902)	(9 076 020)	(5 071 471)	(141 729 157)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	53 378 246	5 120 807	14 939 763	43 425 802	1 234 286	8 045 643	1 243 799	127 388 346
Valias Não Realizadas e Imparidade	3 154 335	(534 917)	(1 114 912)	(7 360 261)	(148 468)	(1 457 446)	325 807	(7 135 862)
Custos por Natureza	(32 374 312)	(13 185 964)	(55 668 064)	(84 225 083)	(1 702 169)	(9 267 952)	(9 009 877)	(205 433 421)
Outros Custos e Proveitos	36 926	7 466	68 615	61 562	5 732	10 408	20 822	211 531
Imposto sobre Rendimento	(5 003 037)	(1 554 685)	(10 292 214)	(19 600 853)	(531 451)	(2 276 951)	(1 453 343)	(40 712 534)
	(5 706 982)	(4 413 113)	6 821 833	18 047 356	1 336 267	4 128 483	841	20 214 685
Ativos								
Investimentos afetos a provisões técnicas	812 839 316	71 850 388	237 889 899	706 194 440	17 337 113	107 539 280	18 633 339	1 972 283 775
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	111 038	66 327 198	75 790 296	17 415 841	10 450 922	24 047 107	8 944 898	203 087 300
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	15 525 113	8 685 503	32 558 346	13 615 508	670 073	3 058 392	1 075 768	75 188 703
Ressegurados e Resseguradores	438 595	(2 710 103)	7 242 645	3 126 194	514 606	561 457	2 264 973	11 438 367
Outros Devedores e Credores	7 457 800	675 701	2 070 838	6 539 437	155 476	1 005 550	129 973	18 034 775
Impostos Correntes	-	-	539	-	203	6 945	3 984	11 671
Impostos Diferidos	9 089 446	2 824 612	18 710 138	35 610 557	961 014	4 153 588	2 641 511	73 990 866
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	2 596 765	1 620 800	5 941 233	9 073 603	107 786	1 049 938	1 294 986	21 685 111
Acréscimos e Diferimentos	305 183	169 988	503 695	813 097	10 345	72 582	103 069	1 977 959
Disponibilidades	18 903 231	956 895	4 832 200	9 432 766	221 855	1 525 075	552 660	36 424 682
	867 266 487	150 400 982	385 539 829	801 821 443	30 429 393	143 019 914	35 645 161	2 414 123 209
Passivos								
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	10 992 667	19 223 007	77 790 718	114 280 720	2 524 479	7 605 211	5 349 018	237 765 820
Provisão para Participação Resultados	-	-	-	-	-	-	59 481	59 481
Provisão para Sinistros	779 884 465	42 527 278	127 905 898	488 381 241	14 094 228	111 853 952	14 811 290	1 579 458 352
Outras Provisões Técnicas	23 277 225	3 428 386	25 848 100	24 621 690	4 909	636 491	160 781	77 977 582
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	6 366 433	8 928 416	17 002 155	8 481 725	617 043	2 518 997	1 098 954	45 013 723
Ressegurados e Resseguradores	1 163 536	6 323 940	14 517 486	6 054 702	1 379 704	1 621 656	4 370 568	35 431 592
Outros Devedores e Credores	56 059 259	-	-	-	-	-	-	56 059 259
Impostos Correntes	6 128 728	2 169 720	8 809 904	14 962 779	384 935	1 084 210	825 048	34 365 324
Impostos Diferidos	6 856 986	2 131 531	15 015 687	26 864 255	726 483	3 368 388	2 060 140	57 023 470
Outros Passivos Financeiros	-	65 837 334	17 833 189	1 796 802	2 127 009	1 760 884	8 145 175	97 500 393
Outras provisões	45 236 302	-	-	-	-	-	-	45 236 302
Acréscimos e diferimentos	6 024 332	4 354 261	9 798 130	15 636 094	385 316	1 545 448	1 194 298	38 937 879
	941 989 933	154 923 873	314 521 267	701 080 008	22 244 106	131 995 237	38 074 753	2 304 829 177

dez-13

(Valores em Euros)

	Segmento Seguradoras			Total
	Vida	Não Vida	Não Afetos	
Resultado				
Prémios Brutos	240 171 899	1 009 596 784	-	1 249 768 683
Prémios Adquiridos	240 290 220	1 024 747 763	-	1 265 037 983
Sinistralidade	(324 293 474)	(647 420 017)	-	(971 713 491)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(30 030 535)	(103 881 067)	-	(133 911 602)
Prov Técn, Part Result e Out Cust e Prov Técnicos	152 768 087	(29 826 799)	-	122 941 288
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	8 802 569	(99 154 400)	-	(90 351 831)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	388 789 504	73 055 713	17 983 458	479 828 675
Valias Não Realizadas e Imparidade	9 226 008	(19 824 822)	(23 101 755)	(33 700 569)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(224 639 223)	-	-	(224 639 223)
Custos por Natureza	(59 266 601)	(205 153 107)	(1 234 598)	(265 654 306)
Outros Custos e Proveitos	63 761	58 992	588 990	711 743
Imposto sobre Rendimento	(18 788 664)	(19 000 718)	(1 072 424)	(38 861 806)
	142 921 652	(26 398 462)	(6 836 329)	109 686 861
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	2 058 509 110	1 988 147 091	542 281 827	4 588 938 028
Ativos Financeiros afetos a seguros unit-link	956 117 841	-	-	956 117 841
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	6 261 401 873	-	-	6 261 401 873
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	24 635 414	234 230 691	-	258 866 105
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	81 193 142	112 566 898	-	193 760 040
Ressegurados e Resseguradores	190 348	16 578 547	-	16 768 895
Outros Devedores e Credores	88 682 525	28 338 606	44 354 323	161 375 454
Impostos Correntes	3 335 229	1 579 457	1 417 617	6 332 303
Impostos Diferidos	80 372 412	79 165 959	4 965 736	164 504 107
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	7 443 369	23 063 424	304 704	30 811 497
Acréscimos e Diferimentos	7 450 331	4 892 718	12 291 250	24 634 299
Disponibilidades	105 282 227	48 742 103	1 185 408	155 209 738
	9 674 613 821	2 537 305 494	606 800 865	12 818 720 180
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	1 501 766	242 780 911	-	244 282 677
Provisão Matemática	1 756 581 266	-	-	1 756 581 266
Provisão para Participação Resultados	102 173 345	93 871	-	102 267 216
Provisão para Sinistros	108 459 953	1 645 222 091	-	1 753 682 044
Outras Provisões Técnicas	30 051 322	58 849 123	-	88 900 445
Passivos Financeiros de seguros unit-link	988 154 104	-	-	988 154 104
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 038 457 464	-	-	6 038 457 464
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	87 292 393	37 469 181	-	124 761 574
Ressegurados e Resseguradores	71	34 016 143	-	34 016 214
Outros Devedores e Credores	11 864 192	19 521 781	113 693 419	145 079 392
Impostos Correntes	3 479 431	19 542 895	5 182 329	28 204 655
Impostos Diferidos	22 616 366	24 222 803	924 316	47 763 485
Outros Passivos Financeiros	10 296 703	102 263 403	722 966	113 283 072
Acréscimos e diferimentos	15 246 198	35 717 484	3 880 985	54 844 667
	9 176 174 574	2 263 485 068	223 603 478	11 663 263 120
Total Segmentos				1 045 770 199
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos				1 045 770 199

dez-13

(Valores em Euros)

	Vida			
	Vida Risco	Vida Capitalização com participação nos resultados	Vida - Contratos de Investimento	Total
Resultado				
Prémios Brutos	193 649 161	46 522 738	-	240 171 899
Prémios Adquiridos	193 763 927	46 526 293	-	240 290 220
Sinistralidade	(86 339 462)	(237 954 012)	-	(324 293 474)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(13 626 963)	(2 108 236)	(14 295 336)	(30 030 535)
Prov Técn, Part Result e Out Cust e Prov Técnicos	(994 878)	153 762 965	-	152 768 087
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	8 803 480	(911)	-	8 802 569
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	13 461 156	77 282 126	298 046 222	388 789 504
Valias Não Realizadas e Imparidade	2 375 283	(10 214 269)	17 064 994	9 226 008
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	-	-	(224 639 223)	(224 639 223)
Custos por Natureza	(24 078 050)	(10 683 537)	(24 505 014)	(59 266 601)
Outros Custos e Proveitos	7 633	56 122	6	63 761
Imposto sobre Rendimento	(9 526 791)	(2 547 025)	(6 714 848)	(18 788 664)
	83 845 335	14 119 516	44 956 801	142 921 652
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	368 305 958	1 690 203 152	-	2 058 509 110
Ativos Financeiros afetos a seguros unit-link	-	-	956 117 841	956 117 841
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	-	-	6 261 401 871	6 261 401 871
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	24 635 414	-	-	24 635 414
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	5 441 373	1 813 039	73 938 730	81 193 142
Ressegurados e Resseguradores	190 348	-	-	190 348
Outros Devedores e Credores	4 637 472	15 208 275	68 836 778	88 682 525
Impostos Correntes	642 067	2 015 048	678 114	3 335 229
Impostos Diferidos	41 581 006	10 068 721	28 722 685	80 372 412
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	3 274 143	1 473 819	2 695 407	7 443 369
Acréscimos e Diferimentos	519 086	346 227	6 585 018	7 450 331
Disponibilidades	9 133 525	49 109 746	47 038 956	105 282 227
	458 360 392	1 770 238 027	7 446 015 400	9 674 613 819
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	1 444 954	56 812	-	1 501 766
Provisão Matemática	229 584 029	1 526 997 237	-	1 756 581 266
Provisão para Participação Resultados	29 615 617	72 557 728	-	102 173 345
Provisão para Sinistros	87 124 019	21 335 934	-	108 459 953
Outras Provisões Técnicas	23 545 774	6 505 548	-	30 051 322
Passivos Financeiros de seguros unit-link	-	-	988 154 104	988 154 104
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	-	-	6 038 457 464	6 038 457 464
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	2 912 581	69 369 741	15 010 071	87 292 393
Ressegurados e Resseguradores	-	71	-	71
Outros Devedores e Credores	-	6 143 149	5 721 043	11 864 192
Impostos Correntes	446 194	2 441 696	591 541	3 479 431
Impostos Diferidos	11 411 094	3 613 258	7 592 014	22 616 366
Outros Passivos Financeiros	5 890 300	-	4 406 403	10 296 703
Acréscimos e diferimentos	3 855 703	2 193 451	9 197 044	15 246 198
	395 830 265	1 711 214 625	7 069 129 684	9 176 174 574

dez-13

(Valores em Euros)

	Não Vida							
	Acidentes Trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade Civil	Diversos	Total
Resultado								
Prémios Brutos	123 861 793	185 035 326	249 589 180	377 384 727	18 809 235	29 936 755	24 979 768	1 009 596 784
Prémios Adquiridos	123 917 748	185 132 900	253 414 277	384 388 260	19 052 056	31 413 310	27 429 212	1 024 747 763
Sinistralidade	(125 658 880)	(147 667 887)	(154 494 430)	(198 580 045)	(8 814 789)	(3 770 103)	(8 433 883)	(647 420 017)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(12 599 746)	(13 229 303)	(27 209 453)	(43 598 227)	(1 103 902)	(2 865 427)	(3 275 009)	(103 881 067)
Prov Técn, Part Result e Out Cust								
e Prov Técnicos	(12 793 702)	(2 545 189)	(7 438 878)	(6 029 334)	(119 826)	(256 359)	(643 511)	(29 826 799)
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(5 087 604)	(17 064 206)	(26 762 882)	(26 082 100)	(6 276 297)	(12 068 405)	(5 812 906)	(99 154 400)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	25 668 747	2 944 015	9 658 174	27 882 692	883 613	5 176 021	842 451	73 055 713
Valias Não Realizadas e Imparidade	(4 239 068)	(619 573)	(3 433 868)	(9 249 274)	(248 421)	(1 772 306)	(262 312)	(19 824 822)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos por Natureza	(31 742 552)	(12 244 993)	(62 602 049)	(77 067 659)	(2 137 449)	(9 978 636)	(9 379 769)	(205 153 107)
Outros Custos e Proveitos	3 819	7 295	(1 787)	44 703	2 078	9 610	(6 726)	58 992
Imposto sobre Rendimento	(346 284)	(659 441)	(3 479 716)	(12 003 162)	(315 822)	(1 395 792)	(800 501)	(19 000 718)
	(42 877 522)	(5 946 382)	(22 350 612)	39 705 854	921 241	4 491 913	(342 954)	(26 398 462)
Ativos								
Investimentos afetos a provisões técnicas	826 653 525	67 775 871	251 979 608	706 019 810	14 648 766	100 913 893	20 155 618	1 988 147 091
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	100 811	66 866 021	95 670 379	27 592 735	9 506 746	25 102 356	9 391 643	234 230 691
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	17 950 612	12 435 784	48 842 011	20 110 187	3 137 170	7 935 872	2 155 262	112 566 898
Ressegurados e Resseguradores	1 321 356	-	3 961 598	7 442 062	982 754	850 196	2 020 581	16 578 547
Outros Devedores e Credores	8 202 025	1 249 067	4 230 415	12 339 889	325 686	1 724 235	267 289	28 338 606
Impostos Correntes	452 322	53 310	189 318	735 386	14 924	97 839	36 358	1 579 457
Impostos Diferidos	854 574	2 670 306	14 788 164	50 292 065	1 264 449	5 853 636	3 442 765	79 165 959
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	2 794 431	1 724 719	6 676 205	8 841 097	154 496	1 113 984	1 758 492	23 063 424
Acréscimos e Diferimentos	706 330	289 208	1 497 240	1 876 882	54 095	246 018	222 945	4 892 718
Disponibilidades	20 259 015	1 626 989	6 904 639	16 722 509	346 788	2 384 474	497 689	48 742 103
	879 295 001	154 691 275	434 739 577	851 972 622	30 435 874	146 222 503	39 948 642	2 537 305 494
Passivos								
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	11 609 798	22 228 950	77 713 894	114 289 423	2 619 184	7 496 901	6 822 761	242 780 911
Provisão para Participação Resultados	13 145	4 598	10 008	3 074	-	4 208	58 838	93 871
Provisão para Sinistros	778 242 985	40 184 353	146 052 643	541 094 210	12 671 750	111 954 241	15 021 909	1 645 222 091
Outras Provisões Técnicas	14 164 542	2 774 700	28 094 923	13 183 977	79 811	538 832	12 338	58 849 123
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	5 792 286	3 927 892	13 654 559	8 725 643	1 052 825	3 421 342	894 634	37 469 181
Ressegurados e Resseguradores	1 276 189	9 019 988	4 873 771	7 265 311	992 859	1 243 601	9 344 424	34 016 143
Outros Devedores e Credores	19 521 395	-	146	144	-	94	2	19 521 781
Impostos Correntes	4 981 172	1 601 436	4 692 772	7 519 749	237 848	240 616	269 302	19 542 895
Impostos Diferidos	854 574	869 774	4 875 809	14 363 312	404 765	1 900 772	953 797	24 222 803
Outros Passivos Financeiros	-	64 900 401	23 833 345	1 929 531	2 767 390	1 376 230	7 456 506	102 263 403
Acréscimos e diferimentos	5 407 566	2 750 505	10 232 928	14 050 143	471 514	1 634 598	1 170 230	35 717 484
	885 649 034	148 262 597	314 034 798	722 424 517	21 297 946	129 811 435	42 004 741	2 263 485 068

Mercados geográficos

dez-14

(Valores em Euros)

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	Total
Resultado				
Prémios Brutos	1 175 734 444	70 816 681	22 950 045	1 269 501 170
Prémios Adquiridos	1 183 295 493	70 211 451	23 295 483	1 276 802 427
Sinistralidade	(836 806 530)	(49 177 306)	(18 988 035)	(904 971 871)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(122 379 144)	(10 979 062)	(1 679 842)	(135 038 048)
Prov Técn, Part Result e Out Cust e Prov Técnicos	65 184 796	(3 168 814)	(8 450 780)	53 565 202
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(140 853 371)	(10 170 786)	4 550 712	(146 473 445)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	645 662 383	17 543 590	762 034	663 968 007
Valias Não Realizadas e Imparidade	(39 666 117)	(1 312 503)	3 812 130	(37 166 490)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(249 256 402)	(703 920)	-	(249 960 322)
Custos por Natureza	(260 563 420)	(16 469 582)	(1 990 116)	(279 023 118)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	1 211 728	122 784	201 406	1 535 918
Imposto sobre Rendimento	(83 943 574)	(104 155)	(82 501)	(84 130 230)
	161 885 842	(4 208 303)	1 430 491	159 108 030
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	4 003 632 952	359 809 238	31 902 876	4 395 345 066
Ativos Financeiros afetos a seguros unit-link	681 059 591	2 845 937	-	683 905 528
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	7 308 172 869	36 847 732	-	7 345 020 601
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	174 523 105	34 470 226	13 357 385	222 350 716
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	91 770 528	8 217 258	1 821 408	101 809 194
Ressegurados e Resseguradores	7 331 394	4 408 315	393 795	12 133 504
Outros Devedores e Credores	456 052 917	1 264 389	1 502 438	458 819 744
Impostos Correntes	1 231 201	672 746	-	1 903 947
Impostos Diferidos	152 507 491	549 070	-	153 056 561
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	26 282 370	1 918 037	264 316	28 464 723
Acréscimos e Diferimentos	18 205 893	992 439	62 791	19 261 123
Disponibilidades	290 450 224	16 477 298	3 337 254	310 264 776
	13 211 220 535	468 472 685	52 642 263	13 732 335 483
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	223 900 691	10 197 007	5 183 918	239 281 616
Provisão Matemática	1 349 305 857	299 694 452	17 922 332	1 666 922 641
Provisão para Participação Resultados	105 172 180	3 947 406	68 730	109 188 316
Provisão para Sinistros	1 646 832 943	39 386 409	16 995 345	1 703 214 697
Outras Provisões Técnicas	108 121 093	1 664 810	148 587	109 934 490
Passivos Financeiros de seguros unit-link	708 104 450	3 559 839	-	711 664 289
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 954 844 932	25 720 815	-	6 980 565 747
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	63 709 784	6 282 811	934 622	70 927 217
Outros Devedores e Credores	26 881 877	8 327 098	1 183 223	36 392 198
Ressegurados e Resseguradores	320 257 282	1 059 654	79 954	321 396 890
Impostos Técnicos	58 049 515	1 579 708	118 993	59 748 216
Outros Impostos	115 050 107	3 475 241	-	118 525 348
Outros Passivos Financeiros	99 969 285	10 427 440	-	110 396 725
Outras provisões	178 378 820	329 909	-	178 708 729
Acréscimos e diferimentos	56 936 542	907 961	220 308	58 064 811
	12 015 515 358	416 560 560	42 856 012	12 474 931 930
Total Segmentos				1 098 295 523
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos				1 098 295 523

dez-13

(Valores em Euros)

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	Total
Resultado				
Prémios Brutos	1 173 480 121	63 887 076	12 401 486	1 249 768 683
Prémios Adquiridos	1 190 279 438	62 426 235	12 332 310	1 265 037 983
Sinistralidade	(926 851 660)	(40 566 335)	(4 295 496)	(971 713 491)
Comissões e Remunerações de Aquisição	(122 106 676)	(10 320 721)	(1 484 205)	(133 911 602)
Prov Técn, Part Result e Out Cust e Prov Técnicos	126 989 461	(3 414 519)	(633 654)	122 941 288
Resultado de Resseguro Aceite, Cedido e Retrocedido	(80 755 020)	(6 284 664)	(3 312 147)	(90 351 831)
Rendimentos, Gastos e Valias Realizadas	465 702 283	13 610 434	515 958	479 828 675
Valias Não Realizadas e Imparidade	(31 358 046)	(1 478 487)	(864 036)	(33 700 569)
Ganhos e Perdas em Passivos Financeiros	(224 337 489)	(301 734)	-	(224 639 223)
Custos por Natureza	(247 975 300)	(15 909 611)	(1 769 395)	(265 654 306)
Outros Custos e Proveitos Não Técnicos	445 952	337 621	(71 830)	711 743
Imposto sobre Rendimento	(38 918 396)	128 286	(71 696)	(38 861 806)
	111 114 547	(1 773 495)	345 809	109 686 861
Ativos				
Investimentos afetos a provisões técnicas	4 212 575 774	357 793 815	18 568 439	4 588 938 028
Ativos Financeiros afetos a seguros unit-link	954 088 164	2 029 677	-	956 117 841
Ativos Financeiros afetos a outros contratos de investimento	6 254 657 195	6 744 678	-	6 261 401 873
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	217 801 871	35 173 967	5 890 267	258 866 105
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	184 588 899	7 202 706	1 968 435	193 760 040
Ressegurados e Resseguradores	15 137 854	1 473 499	157 542	16 768 895
Outros Devedores e Credores	160 569 139	734 213	72 102	161 375 454
Impostos Correntes	5 262 385	1 069 918	-	6 332 303
Impostos Diferidos	163 845 155	658 952	-	164 504 107
Ativos Tangíveis e Intangíveis (líquido)	28 114 227	2 646 335	50 935	30 811 497
Acréscimos e Diferimentos	23 739 569	878 613	16 117	24 634 299
Disponibilidades	143 515 095	9 335 392	2 359 251	155 209 738
	12 363 895 327	425 741 765	29 083 088	12 818 720 180
Passivos				
Provisões p/ Prémios Não Adquiridos	228 928 377	9 748 863	5 605 437	244 282 677
Provisão Matemática	1 449 256 548	298 026 365	9 298 353	1 756 581 266
Provisão para Participação Resultados	99 931 709	2 294 253	41 254	102 267 216
Provisão para Sinistros	1 709 870 860	37 358 766	6 452 418	1 753 682 044
Outras Provisões Técnicas	87 004 541	1 841 267	54 637	88 900 445
Passivos Financeiros de seguros unit-link	986 022 441	2 131 663	-	988 154 104
Passivos Financeiros de outros contratos de investimento	6 031 566 942	6 890 522	-	6 038 457 464
Tomadores, Mediadores e Coseguradoras	121 917 902	2 355 665	488 007	124 761 574
Outros Devedores e Credores	26 962 018	5 844 513	1 209 683	34 016 214
Ressegurados e Resseguradores	141 789 233	3 244 404	45 755	145 079 392
Impostos Técnicos	26 972 083	1 121 104	111 468	28 204 655
Outros Impostos	45 968 594	1 794 891	-	47 763 485
Outros Passivos Financeiros	103 557 018	9 726 054	-	113 283 072
Outras provisões	142 625 488	359 357	-	142 984 845
Acréscimos e diferimentos	53 332 551	1 365 494	146 622	54 844 667
	11 255 706 305	384 103 181	23 453 634	11 663 263 120
Total Segmentos				1 045 770 199
Capital Social, Reservas e Resultados Retidos				1 045 770 199

As rubricas “Tomadores, Mediadores e Cosseguradoras”, “Ressegurados e Resseguradores”, “Outros Devedores e Credores” e “Impostos correntes” têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

42. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Companhia, em 2014 as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Fosun e em 2013, as empresas subsidiárias e associadas do Grupo Caixa Geral de Depósitos e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as demonstrações financeiras da Companhia incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

2014

(Valores em Euros)

	CARES	VIA DIRECTA	UNIVERSAL SEGUROS SA	CGD	Garantia	Fidelidade - Property Europe, S.A.	Fundo Invest Imob SaudeInveste
Ativo							
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	33 320 600	6 007 358	-	6 260 184	39 591 948	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	742 060 612	-	-	83 931 452
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	4 540 641	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	70 440 528	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	8 798 600	-
Provisão para prémios não adquiridos	15 130 255	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	-	-
Mediadores	-	-	-	827 016	-	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	7 553	2 494 525	-	193 224	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	71 185	-	-	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	-	39 908	-	-	-	7 563	-
Devedores Diversos	7 920	7 482	1 141 364	19 489	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	18 910	-	20 578	-
Outros depósitos	-	-	-	173 320 710	-	-	-
Depósito junto de cedentes	-	(1)	3 400 394	-	348 984	-	-
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	307 348 158	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	16 777 873	-	-	-
Passivo							
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	471 745	10 948	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	3 114 508	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	592 671	1 029 653	-	760 931	-	-
Mediadores	-	-	-	4 054 926	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	13 150 123	-	-	-
Fornecedores c/c	-	-	807 015	13 304	-	-	-
Outros credores	-	-	-	-	34 903	-	-
Acréscimos e diferimentos	22 115	-	-	6 550 785	-	-	-

(continuação)

(Valores em Euros)

	CARES	VIA DIRECTA	UNIVERSAL SEGUROS SA	CGD	Garantia	Fidelidade - Property Europe, S.A.	Fundo Invest Imob SaudeInveste
Perdas							
Custos com sinistros	-	(430 781)	(1 472 196)	-	(222 672)	-	-
Varição provisão prémios não adquiridos	-	-	(3 114 508)	-	-	-	-
Varição provisão sinistros resseguro aceite	-	-	(717 821)	-	(275 909)	-	-
Varição provisões técnicas resseguro cedido	(441 238)	-	-	-	-	-	-
Prémios resseguro cedido	(36 192 304)	-	-	-	-	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	(6 989 058)	-	-	-
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	(1 141)	(2 691 074)	(32 169 644)	(439 797)	-	-
Gastos com pessoal	118 868	37 518	(214 333)	(253 600)	-	-	-
Fornecimentos e Serviços Externos	(2 797)	(2 913)	(83 811)	(2 088 562)	-	(245 446)	-
Juros Suportados	-	-	-	(261 034)	-	-	-
Comissões	-	-	-	(2 971 490)	-	-	-
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	(1)	-	(43 279)	-	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	-	-	(22 740 409)	-	-	-
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	(2 267 994)	-	-	-
Perdas Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Outros gastos não Técnicos	-	-	(744 414)	(4 919)	-	-	-
Ganhos							
Prémios de resseguro aceite	-	1 297 319	9 522 995	-	1 910 665	-	-
Comissões de resseguro cedido	3 425 714	-	-	-	-	-	-
Varição provisão sinistros resseguro aceite	-	947 280	-	-	-	-	-
Parte resseguradores nos custos com sinistros	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	18 925 647	-	-	-
Rendimentos de Investimentos	253 310	3 618 610	-	35 838 317	249 978	-	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	22 718 047	-	-	-
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	2 964 091	-	-	-
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	2 785 420	-	-	-
Rendimentos não técnicos	-	-	875 010	25 396	-	-	-

(Valores em Euros)

	Fundo Invest Imob Bonança I	Multicare - Seguros Saúde, SA	Comp Portuguesa Resseguros, SA	FCM Beteiligungs GmbH	TOM TAILOR	Luz Saúde	FISA II - Fidelidade - Property
Ativo							
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	10 025 267	14 093 820	-	473 924 677	59 379 421
Ativos disponíveis para venda	15 074 910	-	-	-	48 137 421	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	-	21 767 201	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	44 147 221	440 814	-	-	-	-
Mediadores	-	-	-	-	-	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	568
Devedores Diversos	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-
Outros depósitos	-	-	-	-	-	-	-
Depósito junto de cedentes	-	-	-	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-
Passivo							
Acionistas - Empresas do grupo	-	461 353	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	-	440 814	-	-	-	-
Mediadores	-	281 404	-	-	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	2 733 413	16 100	-	-	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	1 008 996	7 526	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	65 721 124	-	-	-	-	-
Fornecedores c/c	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	46 996	-	-	-	-	-

(continuação)

(Valores em Euros)

	Fundo Invest Imob Bonança I	Multicare - Seguros Saúde, SA	Comp Portuguesa Resseguros, SA	FCM Beteiligungs GmbH	TOM TAILOR	Luz Saúde	FISA II - Fidelidade - Property
Perdas							
Custos com sinistros	-	(1 680 242)	(24 791)	-	-	-	-
Varição provisão prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-	-
Varição provisão sinistros resseguro aceite	-	-	(4 788)	-	-	-	-
Varição provisões técnicas resseguro cedido	-	(2 873 655)	-	-	-	-	-
Prémios resseguro cedido	-	(185 854 031)	(1 894 515)	-	-	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	-	-	-	-
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	-	(66 326)	-	-	-	-
Gastos com pessoal	-	3 582 664	-	-	-	-	-
Fornecimentos e Serviços Externos	-	28 150	-	-	-	-	(10)
Juros Suportados	-	(358 881)	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	(34 099)	(14)	-	-	-	-
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-	-
Perdas Imparidade	-	-	(32 423)	-	-	-	-
Outros gastos não Técnicos	-	-	(9 378)	-	-	-	-
Ganhos							
Prémios de resseguro aceite	-	324 284	1 690 625	-	-	-	-
Comissões de resseguro cedido	-	23 914 011	46 903	-	-	-	-
Varição provisão sinistros resseguro aceite	-	-	-	-	-	-	-
Parte resseguradores nos custos com sinistros	-	146 353 087	41 344	-	-	-	-
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de Investimentos	-	562 106	576 076	-	-	-	-
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	2 024	-
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos não técnicos	-	-	7 873	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	FID I (HK) LIMITED	FID II (HK) LIMITED	Bona Film Group Ltd	Xingtao Assets Limited	Outros	TOTAL
Ativo						
Investimentos em filiais, associadas e empreend. conjuntos	-	-	-	-	3 039 024	645 642 299
Ativos disponíveis para venda	-	-	48 746 185	977 475 000	-	1 915 425 580
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	4 540 641
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	70 440 528
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	167 737	8 966 337
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	36 897 456
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	44 588 035
Mediadores	-	-	-	-	-	827 016
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	2 695 302
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	71 185
Acionistas - Empresas do grupo	104 887 770	14 458 986	-	-	261 206	119 656 001
Devedores Diversos	-	-	-	-	370 269	1 546 524
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	39 488
Outros depósitos	-	-	-	-	-	173 320 710
Depósito junto de cedentes	-	-	-	-	-	3 749 377
Depósito à ordem moeda nacional	-	-	-	-	-	307 348 158
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	-	-	-	-	16 777 873
Passivo						
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	1 712 534	2 656 580
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	3 114 508
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	2 824 069
Mediadores	-	-	-	-	-	4 336 330
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	290 296	3 039 809
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	1 016 522
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	78 871 247
Fornecedores c/c	-	-	-	-	541 891	1 362 210
Outros credores	-	-	-	-	1	34 904
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	9 837	6 629 733

(continuação)

(Valores em Euros)

	FID I (HK) LIMITED	FID II (HK) LIMITED	Bona Film Group Ltd	Xingtao Assets Limited	Outros	TOTAL
Perdas						
Custos com sinistros	-	-	-	-	-	(3 830 682)
Varição provisão prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	(3 114 508)
Varição provisão sinistros resseguro aceite	-	-	-	-	-	(998 518)
Varição provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	-	-	(3 314 893)
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	(642 826)	(224 583 676)
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	-	-	(6 989 058)
Gastos de exploração - Remuneração Mediação	-	-	-	-	-	(35 367 982)
Gastos com pessoal	-	-	-	-	2 670 556	5 941 673
Fornecimentos e Serviços Externos	-	-	-	-	(5 498 384)	(7 893 773)
Juros Suportados	-	-	-	-	-	(619 915)
Comissões	-	-	-	-	-	(2 971 490)
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	-	-	-	-	(77 393)
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	(22 740 409)
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	(2 267 994)
Perdas Imparidade	-	-	-	-	(352 234)	(384 657)
Outros gastos não Técnicos	-	-	-	-	-	(758 711)
Ganhos						
Prémios de resseguro aceite	-	-	-	-	-	14 745 888
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	-	19 987	27 406 615
Varição provisão sinistros resseguro aceite	-	-	-	-	-	947 280
Parte resseguradores nos custos com sinistros	-	-	-	-	-	146 394 431
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	-	-	4 096 967	-	23 022 614
Rendimentos de Investimentos	-	-	-	319 320	867 153	42 284 870
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	-	-	-	-	22 720 071
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	2 964 091
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	-	-	-	-	2 785 420
Rendimentos não técnicos	-	-	-	-	1	908 280

2013

(Valores em Euros)

	CAIXA SEGUROS	CARES	VIA DIRECTA	UNIVERSAL SEGUROS SA	Fidelidade - Investimentos Imobiliários, S.A.	GEP	EAPS	SAUDEINVESTE
ATIVO								
Investimentos em filiais	-	-	33 320 600	6 007 359	18 156 243	100 000	49 880	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	77 126 558
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	137 637	-
Provisão para prémios não adquiridos	-	15 571 493	-	-	-	-	-	-
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	661 600	-	-	-	-
Acionistas - Empresas do grupo	176 122	-	6 318	-	21 435 701	-	-	-
Outros Devedores	-	9 360	-	586 570	-	1 475 550	130 173	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	20 389	-	-	-
Depósito junto de cedentes	-	-	-	1 330 538	-	-	-	-
PASSIVO								
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	643 413	-	1 772 330	-	-
Provisão para sinistros	-	-	1 539 951	311 833	-	-	-	-
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	562 605	-	-	-	-	-	-
Fornecedores c/c	-	1 440	-	433 461	(4)	9 769	138 310	-
Outros Credores	5 271	-	6 542	-	21 458 653	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	19 098	-	-	-	9 444	-	-
CUSTOS								
Prémios resseguro cedido	-	(36 725 420)	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros	-	-	(545 712)	(716 574)	-	-	-	-
Varição provisão sinistros resseguro aceite	-	-	-	(258 985)	-	-	-	-
Remuneração Mediação	-	-	-	(1 069 850)	-	-	-	-
Gastos com Pessoal	-	83 468	(77 481)	(134 717)	-	48 549	723 408	-
Fornecimentos e Serviços Externos	-	(3 742)	(58)	-	(239 907)	(181 964)	(2 065 370)	-
Juros Suportados	(82 321)	-	-	-	-	-	-	-
Outros gastos não Técnicos	-	-	-	(439 454)	-	-	(1)	-
PROVEITOS								
Prémios de resseguro aceite	-	-	1 068 750	5 165 674	-	-	-	-
Comissões de resseguro cedido	-	2 843 006	-	-	-	-	-	-
Varição provisão sinistros resseguro aceite	-	-	6 717	-	-	-	-	-
Varição provisões técnicas resseguro cedido	-	2 660	-	-	-	-	-	-
Rendimentos de investimentos - Títulos	-	226 690	261 647	-	-	203 678	35 000	-
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	4 830	-	-	-	-
Rendimentos não técnicos	-	-	-	284 663	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	AUDATEX	EPS	LCS	HIGHGROVE	CETRA	FUNDO BONANÇA I	CARES RH	MULTICARE
ATIVO								
Investimentos em filiais	616 090	-	-	-	2 273 053	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	14 581 219	-	-
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	-	-	24 640 856
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	-	-	41 814 049
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	82 327
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	873 391	-	-	-	-
Outros Devedores	-	-	4 593	-	2 326	-	15 782	855 224
PASSIVO								
Acionistas - Empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-	278 382
Tomadores e Mediadores de seguros	-	-	-	-	-	-	-	1 526 964
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	-	4 416 410
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	64 784 191
Fornecedores c/c	10 030	-	-	-	-	-	-	18 869
Outros Credores	-	-	-	39 921	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	2 800	46 535
CUSTOS								
Prémios resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	-	183 546 544
Custos com sinistros	-	-	-	-	-	-	-	(350 784)
Parte resseguradores nos custos com sinistros	-	-	-	-	-	-	-	146 155 734
Variação provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	-	(55 023)
Gastos com Pessoal	-	(4 860)	59 299	-	-	-	35 846	3 581 443
Fornecimentos e Serviços Externos	(20 755)	-	-	-	(1 658)	-	(246)	21 562
Juros Suportados	-	-	-	-	-	-	-	(370 823)
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	(17 185)	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS								
Prémios de resseguro aceite	-	-	-	-	-	-	-	82 327
Comissões de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	-	20 220 719
Rendimentos de investimentos - Títulos	613 721	-	-	17 012	-	-	33 239	552 369
Rendimentos não técnicos	-	-	-	(6 784)	-	-	-	-

(Valores em Euros)

	CPR	CGD	BNU MACAU	CAIXAGEST	OUTROS	TOTAL
ATIVO						
Investimentos em filiais	10 057 690	-	-	-	-	70 580 915
Ativos disponíveis para venda	-	478 112 786	-	-	145 735 851	715 556 414
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	331 184 402	-	-	47 377	331 231 779
Investimentos a deter até à Maturidade	-	475 368 994	-	-	-	475 368 994
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	30 100	167 737
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	40 212 349
Provisão para sinistros	426 000	-	-	-	-	42 240 049
Tomadores e Mediadores de seguros	-	1 416 912	-	-	-	1 416 912
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	-	-	-	-	70 327	814 254
Acionistas - Empresas do grupo	-	561	-	-	691 221	23 183 314
Outros Devedores	-	131 347	-	1 195 772	550 131	4 956 828
Acréscimos e diferimentos	-	4 883	-	-	5 192	30 464
Outros depósitos	-	734 584 694	8 600 049	-	-	743 184 743
Depósito junto de cedentes	-	-	-	-	94 166	1 424 704
Depósito à ordem em moeda nacional	-	104 247 512	1 210 840	-	-	105 458 352
Depósito à ordem moeda estrangeira	-	27 858 886	1 651 636	-	-	29 510 522
PASSIVO						
Acionistas - Empresas do grupo	520	16 928	-	-	7 963	2 719 536
Provisão para sinistros	436 027	-	-	-	474 139	2 761 950
Tomadores e Mediadores de seguros	-	3 848 667	107 322	-	-	5 482 953
Resseguradores c/c - Empresas do Grupo	42 071	-	-	-	-	5 021 086
Ressegurados c/c - Empresas do Grupo	1 890	-	-	-	-	1 890
Outros passivos financeiros	-	4 406 403	-	-	-	69 190 594
Fornecedores c/c	-	69 746	-	-	711 066	1 392 687
Outros Credores	4 781	832 141	-	-	5 906 709	28 254 018
Acréscimos e diferimentos	-	3 670 986	-	1 270 000	-	5 018 863

(Valores em Euros)

	CPR	CGD	BNU MACAU	CAIXAGEST	OUTROS	TOTAL
CUSTOS						
Prémios resseguro cedido	(1 875 113)	-	-	-	-	(222 147 077)
Custos com sinistros	-	-	(1 498)	-	(67 995)	(1 682 563)
Parte resseguradores nos custos com sinistros	(83 968)	-	-	-	-	146 071 766
Variação provisão sinistros resseguro aceite	-	-	-	-	(42 027)	(301 012)
Variação provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	-	-	(55 023)
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	(446 171 256)	-	-	(97)	(446 171 353)
Remuneração Mediação	(38 156)	(27 951 561)	(906 927)	-	(246 736)	(30 213 230)
Gastos com Pessoal	-	(128 081)	-	205 652	2 423 028	6 815 554
Fornecimentos e Serviços Externos	-	(2 130 466)	-	(3 075)	(6 491 990)	(11 117 669)
Juros Suportados	-	-	-	-	(5 394)	(458 538)
Comissões	-	(3 018 010)	-	(2 853 680)	-	(5 871 690)
Custos e Perdas Financ. - Serviços Bancários	-	(63 058)	-	-	(3 485)	(66 543)
Perdas de ativos e passivos financeiros	-	(144 893)	-	-	(3 045)	(165 123)
Perdas por Diferenças Cambiais	-	-	(205 642)	-	-	(205 642)
Perdas em Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	(433 663)	(679 139)	-	-	(1 112 802)
Perdas Imparidade	-	-	-	-	(179 482)	(179 482)
Outros gastos não Técnicos	(9 263)	(20 769)	(555 850)	(2 609)	(21)	(1 027 967)
PROVEITOS						
Prémios de resseguro aceite	1 680 688	-	-	-	987 767	8 985 206
Comissões de resseguro cedido	41 958	-	-	-	-	23 105 683
Variação provisão sinistros resseguro aceite	73 973	-	-	-	-	80 690
Variação provisões técnicas resseguro cedido	-	-	-	-	-	2 660
Investimentos relativos a contratos depósito e contratos investimento	-	507 355 291	-	-	608 088	507 963 379
Rendimentos de investimentos - Títulos	150 000	8 717 986	58 804	-	3 543 847	14 413 993
Ganhos de ativos e passivos financeiros	-	12 251	1 118 125	-	12 643	1 143 019
Ganhos por Diferenças Cambiais	-	-	-	-	-	4 830
Rendimentos de Investimentos - Depósitos em IC's a prazo	-	7 385 851	304 604	-	-	7 690 455
Rendimentos não técnicos	8 298	173 267	184 180	-	37	643 661

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

A remuneração dos administradores executivos, contempla a remuneração fixa anual e, reflete as reduções salariais previstas na Lei 12-A/2010, de 30 de junho e na Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante os anos de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	REMUNERAÇÃO				OUTROS BENEFÍCIOS		ENCARGOS COM BENEFÍCIOS SOCIAIS			
	Remuneração fixa		Remuneração variável		Subsídio de refeição		Seguros de saúde		Seguros de vida	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Conselho de Administração										
Presidente										
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	289 065	188 528	-	-	2 034	1 863	935	935	135	188
Vogais										
António Manuel Marques de Sousa Noronha	245 887	173 565	-	-	2 349	2 322	831	831	107	149
Eugénio Manuel dos Santos Ramos (2)	67 773	173 565	-	-	-	-	475	1 095	780	1 560
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro (2)	80 180	173 565	-	-	936	2 259	289	692	108	238
José Manuel Alvarez Quintero	245 887	173 565	-	-	2 322	2 277	1 592	1 714	52	78
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	241 158	162 562	-	5 636	2 034	2 115	1 420	1 420	49	69
Vasco Maria de Portugal e Castro de Orey (2)	67 773	173 565	-	-	-	-	-	-	-	-
Wai Lam William Mak (1)	151 491	-	-	-	1 188	-	202	-	1 521	-
Conselho Fiscal										
Presidente										
Pedro Antunes de Almeida	42 000	42 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogais										
José António da Costa Figueiredo	30 800	30 800	-	-	-	-	-	-	-	-
Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha	30 800	30 800	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) - Iniciou mandato em 05/06/2014

(2) - Terminou mandato em 14/05/2014

Os honorários pagos à Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2014 ascendem a 442.800 Euros, dos quais 418.200 Euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 24.600 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

Em 2013 os valores faturados e a faturar pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia ascenderam a 446.450 Euros, dos quais 332.500 Euros relativos à Revisão Oficial de Contas, 111.598 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade e 2.352 Euros relativos a outros serviços.

43. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	(Valores em Euros)		
	2014		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	310 264 776	310 264 776
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	645 642 299	645 642 299
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	859 436 692	-	859 436 692
Ativos disponíveis para venda	9 140 647 597	131 237 002	9 271 884 599
Empréstimos e contas a receber	-	1 286 738 474	1 286 738 474
Outros devedores	-	97 516 049	97 516 049
	10 000 084 289	2 471 398 600	12 471 482 889
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1 517 459 896	1 517 459 896
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	711 664 287	6 980 565 749	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	101 787 243	101 787 243
Outros passivos financeiros	8 609 482	-	8 609 482
Outros credores	-	107 205 142	107 205 142
	720 273 769	8 707 018 030	9 427 291 799

(Valores em Euros)

	2013		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	155 209 738	155 209 738
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	70 580 915	70 580 915
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	909 720 453	-	909 720 453
Ativos disponíveis para venda	6 234 611 907	1 265 852	6 235 877 759
Empréstimos e contas a receber	-	1 354 960 417	1 354 960 417
Investimentos a deter até à maturidade	-	2 877 576 151	2 877 576 151
Outros devedores	-	111 942 134	111 942 134
	7 144 332 360	4 571 535 207	11 715 867 567
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1 526 997 237	1 526 997 237
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	988 154 104	6 038 457 464	7 026 611 568
Depósitos recebidos de resseguradores	-	108 876 669	108 876 669
Outros passivos financeiros	4 406 403	-	4 406 403
Outros credores	-	85 847 473	85 847 473
	992 560 507	7 760 178 843	8 752 739 350

O montante relativo a instrumentos financeiros registados na rubrica “Provisão matemática do ramo vida” corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de “Outros devedores e “Outros credores” corresponde essencialmente aos saldos a receber de e a pagar a segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores, agentes e outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	82 275 074	-	82 275 074	46 056 318	-	46 056 318
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(217 425 311)	-	(217 425 311)	(240 903 281)	-	(240 903 281)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	91 033 121	-	91 033 121	142 765 444	-	142 765 444
Rendimentos de instrumentos financeiros:						
de ativos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas	30 714 913	-	30 714 913	37 604 611	-	37 604 611
de ativos detidos para negociação	(478 969)	-	(478 969)	1 430 989	-	1 430 989
de ativos financeiros disponíveis para venda	247 816 393	-	247 816 393	220 751 159	-	220 751 159
de empréstimos e contas a receber	14 738 888	-	14 738 888	22 613 788	-	22 613 788
de investimentos a deter até à maturidade	37 238 798	-	37 238 798	142 134 031	-	142 134 031
de depósitos à ordem	329 353	-	329 353	197 087	-	197 087
de outros ativos financeiros	4 903 068	-	4 903 068	947 525	-	947 525
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas de:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	312 558 823	291 900 161	604 458 984	28 627 392	50 745 719	79 373 111
Investimentos a deter até à maturidade	-	51 183 309	51 183 309	89	-	89
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(185 911 191)	-	(185 911 191)	(170 549 982)	-	(170 549 982)
Outros	-	-	-	(17 185)	-	(17 185)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(3 850 861)	-	(3 850 861)	(683 049)	-	(683 049)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(17 535 611)	-	(17 535 611)	(25 872 092)	-	(25 872 092)
Diferenças de câmbio	15 075 867	-	15 075 867	(113 887)	-	(113 887)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão):						
de ativos financeiros disponíveis para venda	(57 974 342)	-	(57 974 342)	(29 019 827)	-	(29 019 827)
de empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	(1 820 326)	-	(1 820 326)	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	-	-	(82 321)	-	(82 321)
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(864 648)	-	(864 648)	(294 649)	-	(294 649)
	352 643 365	343 083 470	695 726 835	175 592 160	50 745 719	226 337 879

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014	2013
Ativo		
Ativos disponíveis para venda	224 398 757	199 335 300
Empréstimos e contas a receber	14 738 888	22 613 788
Investimentos a deter até à maturidade	37 238 798	142 134 031
Depósitos à ordem em instituições de crédito	329 353	197 087
	276 705 796	364 280 206
Passivo		
Provisão matemática do ramo vida	(35 680 554)	(41 563 749)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos		
de seguros e de contratos de investimento	(185 911 191)	(170 549 982)
Passivos subordinados	-	(82 321)
Depósitos recebidos de resseguradores	(864 648)	(294 649)
	(222 456 393)	(212 490 701)

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	2014			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	310 264 776	310 264 776
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	645 642 299	645 642 299
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	21 658 907	812 610 984	25 166 801	-	859 436 692
Ativos disponíveis para venda	961 398 817	7 234 556 579	944 692 201	131 237 002	9 271 884 599
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 286 738 474	1 286 738 474
Outros devedores	-	-	-	97 516 049	97 516 049
	983 057 724	8 047 167 563	969 859 002	2 471 398 600	12 471 482 889
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1 517 459 896	1 517 459 896
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	-	711 664 287	-	6 980 565 749	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	101 787 243	101 787 243
Outros passivos financeiros	-	8 609 482	-	-	8 609 482
Outros credores	-	-	-	107 205 142	107 205 142
	-	720 273 769	-	8 707 018 030	9 427 291 799
	983 057 724	7 326 893 794	969 859 002	(6 235 619 430)	3 044 191 090

(Valores em Euros)

	2013			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	155 209 738	155 209 738
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	70 580 915	70 580 915
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	21 315 542	827 066 476	61 338 435	-	909 720 453
Ativos disponíveis para venda	582 970 472	4 912 953 707	738 687 728	1 265 852	6 235 877 759
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1 354 960 417	1 354 960 417
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	2 877 576 151	2 877 576 151
Outros devedores	-	-	-	111 942 134	111 942 134
	604 286 014	5 740 020 183	800 026 163	4 571 535 207	11 715 867 567
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	1 526 997 237	1 526 997 237
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	-	988 154 104	-	6 038 457 464	7 026 611 568
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	108 876 669	108 876 669
Outros passivos financeiros	-	4 406 403	-	-	4 406 403
Outros credores	-	-	-	85 847 473	85 847 473
	-	992 560 507	-	7 760 178 843	8 752 739 350
	604 286 014	4 747 459 676	800 026 163	(3 188 643 636)	2 963 128 217

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Justo valor, dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

O movimento ocorrido em 2013 e 2014 nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros passivos financeiros
Saldo em 31 de dezembro de 2012	648 784 821	70 380 268	563 915	(105 181)
Aquisições	119 385 219	174 492	-	-
Revalorizações				
- por contrapartida de resultados	(3 566 377)	1 104 223	-	-
- por contrapartida de capitais próprios	6 891 252	-	-	-
Reforços/reversões de imparidade no exercício	(21 933 084)	-	-	-
Alienações	(10 874 103)	(10 320 548)	(563 915)	105 181
Saldo em 31 de dezembro de 2013	738 687 728	61 338 435	-	-
Aquisições	4 734 448	-		
Revalorizações				
- por contrapartida de resultados	42 167 644	(1 169 207)		
- por contrapartida de capitais próprios	32 226 436	-		
Reforços/reversões de imparidade no exercício	(7 495 881)	-		
Transferências				
de Investimentos a deter até à maturidade	232 830 049	-		
Alienações	(98 458 223)	(35 002 427)		
Saldo em 31 de dezembro de 2014	944 692 201	25 166 801	-	-

Em 2014 e 2013 não ocorreram reclassificações de ativos financeiros entre os níveis da hierarquia de justo valor.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

(Valores em Euros)

	2014		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	310 264 777	310 264 777	-
Ativos disponíveis para venda	131 237 002	131 237 002	-
Empréstimos e contas a receber	1 286 738 474	1 286 738 474	-
Outros devedores	95 537 659	95 537 659	-
	1 823 777 912	1 823 777 912	-

(Valores em Euros)

	2013		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	155 209 738	155 209 738	-
Ativos disponíveis para venda	1 265 852	1 265 852	-
Empréstimos e contas a receber	1 354 960 417	1 354 960 417	-
Investimentos a deter até à maturidade	2 877 576 151	2 984 449 542	106 873 391
Outros devedores	111 942 134	111 942 134	-
	4 500 954 292	4 607 827 683	106 873 391

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

– O justo valor das aplicações financeiras registadas nas rubricas “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.

– A rubrica “Empréstimos e contas a receber” inclui:

i) Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;

ii) Empréstimos hipotecários – não foi calculado o seu justo valor atendendo à imaterialidade do valor e ao facto de serem empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais;

– Em 2013, o valor de mercado dos investimentos a deter até à maturidade foi apurado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.3, enquadrando-se no nível 2 da hierarquia do justo valor.

POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS INERENTES À ATIVIDADE DA FIDELIDADE

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da Política de Investimentos definida com base em orientações do Conselho de Administração. Esta é atualizada regularmente e revista obrigatoriamente de três em três anos.

A Política de Investimentos define os princípios orientadores para a gestão de investimentos e apoia a totalidade do processo de investimento da Companhia, desde o processo de gestão de ativos e passivos (ALM), alocação estratégica de ativos (SAA), alocação tática de ativos (TAA), gestão dinâmica do portfólio de investimento bem como as atividades de controlo e reporte da atividade de investimento. A Política de Investimentos visa assegurar um alinhamento com os objetivos e respetiva estratégia de investimento, bem como potenciar um eficaz processo de acompanhamento e supervisão da atividade.

O processo de investimento a seguir pela Companhia tem por base as melhores práticas de governance de forma a potenciar decisões racionais e sustentadas na seleção dos ativos uma relação adequada entre risco e retorno.

A atividade de investimento da Companhia deverá seguir um processo estruturado contendo 5 passos fundamentais:

- **Identificação da oportunidade:** identificação de oportunidades de investimento pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, que se enquadrem na Política de Investimentos, nas orientações aprovadas pelo Comité ALM, e que apresentem uma relação entre rentabilidade e risco adequada para a Companhia;
- **Avaliação da oportunidade:** a avaliação da oportunidade deverá ser realizada ainda pela equipa ou entidade responsável pela gestão dos ativos, tendo em conta tanto aspetos qualitativos (e.g. tendência esperada para determinada classe de ativo, indústria ou geografia), como aspetos quantitativos (e.g. retorno esperado, risco de crédito);
- **Proposta de investimento:** a proposta redigida pela equipa ou entidade gestora dos ativos deverá ser submetida a apreciação do responsável pela respetiva tomada de decisão (de acordo com a delegação de competências), de acordo com as seguintes orientações:

a. Para investimentos em ativos financeiros, e até ao limite de autonomia do Diretor da DIV (de acordo com a delegação de competências em vigor), as operações terão de ser documentadas e validadas pelo responsável pela aprovação da operação, num formato simples (referindo a operação, o montante, a data e a assinatura do responsável pela aprovação). Tanto quanto possível, e para não gerar complexidade adicional ao processo de investimento, este processo deve estar informatizado;

b. Para investimentos em ativos financeiros que superem o limite de autonomia do Diretor da DIV de acordo com a delegação de competências em vigor, deverá ser redigida uma proposta de investimento;

c. Para todos os investimentos ou desinvestimentos em ativos imobiliários deverá ser preenchida a proposta de investimento.

- **Execução da transação:** caso a proposta de investimento recolha parecer positivo, o órgão de estrutura responsável pelo seu acompanhamento deverá autorizar e verificar a concretização da operação, incluindo a execução e liquidação da mesma, através das entidades responsáveis pelo processo;

- **Controlo:** o controlo eficaz do investimento deverá ser assegurado pela Direção de Risco, garantindo que se encontra em cumprimento das normas vigentes e coerente com os níveis de risco e retorno definidos pela Companhia.

No quadro do desenvolvimento da atividade de investimento da Companhia são ainda determinantes:

1. Definição do objetivo da carteira

O objetivo primário da carteira de investimentos é geração de rendimento para a Companhia tendo por restrição os riscos e demais constrangimentos definidos no âmbito dos Comitês Estratégicos e Táticos de Gestão de Ativos e Passivos.

Do ponto de vista operacional, o principal objetivo da atividade traduz-se na criação de valor através da seleção de ativos com melhor perfil de risco vs. retorno. Especificamente, a atividade de gestão de ativos da Companhia pretende:

- Apoiar a geração de rendimento financeiro para a Companhia;
- Garantir a competitividade da oferta seguradora da Companhia;
- Assegurar a mitigação do risco da atividade seguradora;

- Cumprir com os regulamentos em vigor na Companhia e na ASF em relação à atividade.

2. Definição das classes de ativos e respetivo universo de investimento

As classes de ativos elegíveis para investimento por parte da Fidelidade, bem como os respetivos universos de investimento.

- **Tesouraria:** instrumentos essencialmente orientados à gestão de liquidez no curto prazo;
- **Rendimento Fixo:** instrumentos de dívida de médio ou longo prazo;
- **Rendimento variável:** instrumentos que proporcionam ganhos variáveis e que devem estar cotados numa bolsa de valores sujeita a regulação e supervisão;
- **Imobiliário:** categoria de investimentos associado ao mercado imobiliário;
- Investimentos alternativos;

Private Equity: categoria de investimento de fundos de capital de risco privado.

Infraestruturas: categoria de investimento exclusivamente destinada a fundos com foco no investimento em infraestruturas.

Hedge Funds: categoria de investimento em fundos de cobertura.

Commodities: investimento em ativos ligados à evolução do valor de mercadorias comuns como por exemplo, metais preciosos ou cereais.

Fundos não alocáveis a uma classe única de ativos: incluem-se nesta categorias fundos de fundos e fundos que abarquem várias classes de ativos e para os quais não existe um “look through” mensal do fundo.

Outros instrumentos equivalentes aprovados pelo Conselho de Administração.

3. Definição de limites de exposição no quadro da gestão do risco dos ativos

A carteira de investimento de ativos financeiros e imobiliários deverá estabelecer uma equilibrada exposição às diferentes classes de ativos, considerando sempre o binómio de retorno vs risco. Para assegurar uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada, é essencial a definição de limites máximos de exposição da carteira, bem como dos mecanismos que permitam um controlo e gestão adequados dos níveis de risco e de perdas potenciais. Neste âmbito importa recordar a importância de assegurar o cumprimento com o normativo legal aplicável da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Como tal, foram definidos limites máximos de exposição para a carteira da Fidelidade, em qualquer ponto do tempo, com base em 5 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Nível de rating;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição.

4. Definição do processo de controlo e gestão de risco

Gestão do risco dos ativos

Estão definidos limites quanto à exposição às diferentes classes de ativos, considerando o binómio risco vs. retorno, que permitem uma adequada gestão do risco e uma carteira equilibrada. Encontram-se também estabelecidos, mecanismos que permitem um controlo e gestão dos níveis de risco e de perdas potenciais.

Processo de controlo e gestão do risco

O acompanhamento dos limites de exposição às diferentes classes de ativos é efetuado pela Direção de Gestão de Risco, através da produção de relatórios de monitorização da atividade. Neste contexto, são identificadas situações de incumprimento efetivo ou de incumprimento potencial. Enquanto as primeiras decorrem da violação do limite fixado, as segundas resultam da aproximação da observação relevante da carteira de ativos ao limite máximo que lhe está definido. Para qualquer das tipologias de incumprimento, está estabelecido o processo de identificação, aprovação e aplicação de medidas corretivas.

Mecanismos de controlo de perdas nos ativos

Encontram-se instituídos mecanismos de controlo das perdas na atividade de investimento da Companhia em resultado de variações de condições de mercado, de forma a desencadear ações tendentes à sua limitação. Neste sentido, quando é atingido o limite de perda, são desencadeados procedimentos semelhantes aos previstos para o incumprimento dos limites de exposição. Foram também determinados limites de perda que restringem o impacto da atividade de investimento no rácio de Solvência, medido num ambiente Solvência II. O controlo dos limites de perda é efetuado regularmente pela Direção de Gestão de Risco, de forma a permitir uma reação preventiva a flutuações.

Reporte e monitorização da atividade de investimento

Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis da Companhia envolvidos na atividade de gestão de ativos, de forma a permitir um adequado acompanhamento da atividade de investimento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o destinatário, o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição a risco de crédito da Companhia apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014			2013		
	Valor contabilístico bruto	imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	305 803 462		305 803 462	151 377 115		151 377 115
Ativos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	839 614 690	-	839 614 690	890 772 054		890 772 054
Ativos disponíveis para venda	7 723 670 462	(47 930 890)	7 675 739 572	5 268 997 629	(2 951 068)	5 266 046 561
Empréstimos e contas a receber	1 286 738 474		1 286 738 474	1 354 960 417		1 354 960 417
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	2 877 576 151		2 877 576 151
Outros devedores	144 551 526	(49 013 867)	95 537 659	156 647 271	(44 705 137)	111 942 134
Exposição máxima a risco de crédito	10 300 378 614	(96 944 757)	10 203 433 857	10 700 330 637	(47 656 205)	10 652 674 432

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2014			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	250 083 337	3 237 560	-	253 320 897
BBB- até BBB+	200 049 155	9 847	-	200 059 002
BB- até BB+	519 874 436	261 259 315	6 369 954	787 503 705
B- até B+	302 317 655	151 830	25 160 433	327 629 918
Sem rating	2 422 330	4 176 247	-	6 598 577
	1 274 746 913	268 834 799	31 530 387	1 575 112 099
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	4 656 933	-	-	4 656 933
	4 656 933	-	-	4 656 933
Total	1 279 403 846	268 834 799	31 530 387	1 579 769 032

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2013			
	País de origem			
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	-	1 328 895	-	1 328 895
BB- até BB+	1 242 690 567	16 084 613	-	1 258 775 180
B- até B+	225 998 919	-	-	225 998 919
Sem rating	1 815 999	2 722 673	10 253 071	14 791 743
	1 470 505 485	20 136 181	10 253 071	1 500 894 737
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	2 244 132	-	-	2 244 132
	2 244 132	-	-	2 244 132
Total	1 472 749 617	20 136 181	10 253 071	1 503 138 869

Os “Depósitos em Instituições de Crédito” incluem outros depósitos que constam da rubrica “Empréstimos e contas a receber” no valor de 1 269 308 637 Euros e 1 349 517 622 Euros, em 2014 e 2013, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor’s, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2014				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AAA					
AA- até AA+	-	2 793 415	801 285	-	3 594 700
A- até A+	-	1 815 374	202 338	-	2 017 712
BBB- até BBB+	1 980 924	1 307 714	-	-	3 288 638
BB- até BB+	-	2 168 937	-	-	2 168 937
Sem rating	-	-	-	183 408 867	183 408 867
	1 980 924	8 085 440	1 003 623	183 408 867	194 478 854
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	1 507 684	-	-	1 507 684
AA- até AA+	-	4 323 436	-	-	4 323 436
BBB- até BBB+	-	7 525 598	-	-	7 525 598
BB- até BB+	487 434 372	-	-	-	487 434 372
Sem rating	299 224	-	-	-	299 224
	487 733 596	13 356 718	-	-	501 090 314
Instituições Financeiras					
AAA	-	225 321	-	-	225 321
AA- até AA+	-	331 658	292 266	343 398	967 322
A- até A+	-	29 312 791	95 686	119 268	29 527 745
BBB- até BBB+	2 506 089	1 473 148	913 701	-	4 892 938
BB- até BB+	60 618 982	8 078 229	-	-	68 697 211
	63 125 071	39 421 147	1 301 653	462 666	104 310 537
Outros emitentes					
A- até A+	-	38 446 548	-	-	38 446 548
BBB- até BBB+	125 196	-	-	-	125 196
BB- até BB+	1 359 626	-	-	-	1 359 626
Sem rating	-	2 213	-	-	2 213
	1 484 822	38 448 761	-	-	39 933 583
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	554 324 413	99 312 066	2 305 276	183 871 533	839 813 288

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2014				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	6 018 970	455 013	-	6 473 983
A- até A+	-	93 989 443	26 198 065	5 283 404	125 470 912
BBB- até BBB+	159 507	112 810 424	-	-	112 969 931
BB- até BB+	71 500 414	296 975 569	-	-	368 475 983
B- até B+	-	28 887 686	-	-	28 887 686
Sem rating	150 541 289	-	-	981 087 497	1 131 628 786
	222 201 210	538 682 092	26 653 078	986 370 901	1 773 907 281
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	37 528 763	-	-	37 528 763
AA- até AA+	-	105 598 972	-	-	105 598 972
BBB- até BBB+	-	1 700 767 759	-	-	1 700 767 759
BB- até BB+	2 282 051 925	-	-	-	2 282 051 925
	2 282 051 925	1 843 895 494	-	-	4 125 947 419
Instituições Financeiras					
AAA	-	21 560 211	-	14 138 300	35 698 511
AA- até AA+	-	14 564 725	-	25 552 505	40 117 230
A- até A+	-	316 926 003	35 538 781	-	352 464 784
BBB- até BBB+	164 651 703	196 386 460	81 756 453	-	442 794 616
BB- até BB+	583 039 920	61 681 170	-	-	644 721 090
B- até B+	139 577 341	30 108 118	-	-	169 685 459
Menor que B-	8 706 533	-	-	28 778 146	37 484 679
Sem rating	5 000 000	-	-	2 528 285	7 528 285
	900 975 497	641 226 687	117 295 234	70 997 236	1 730 494 654
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17 912 147	17 912 147
AA- até AA+	-	-	-	979 249	979 249
BBB- até BBB+	18 654 213	-	-	-	18 654 213
BB- até BB+	-	7 844 610	-	-	7 844 610
	18 654 213	7 844 610	-	18 891 396	45 390 219
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	3 423 882 845	3 031 648 883	143 948 312	1 076 259 533	7 675 739 573

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2013				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	2 802 330	809 926	-	3 612 256
A- até A+	-	4 803 836	-	-	4 803 836
BBB- até BBB+	-	2 292 620	-	-	2 292 620
BB- até BB+	2 016 764	2 188 633	-	-	4 205 397
	2 016 764	12 087 419	809 926	-	14 914 109
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2 424 579	-	-	2 424 579
AA- até AA+	-	3 925 187	-	-	3 925 187
BBB- até BBB+	-	4 398 926	-	-	4 398 926
BB- até BB+	456 253 368	-	-	-	456 253 368
	456 253 368	10 748 692	-	-	467 002 060
Instituições Financeiras					
AAA	-	199 246	-	-	199 246
AA- até AA+	-	1 372 462	257 685	509 981	2 140 128
A- até A+	-	31 804 908	442 953	114 557	32 362 418
BBB- até BBB+	2 836 587	5 056 036	608 053	-	8 500 676
BB- até BB+	286 663 190	43 733 640	-	-	330 396 830
	289 499 777	82 166 292	1 308 691	624 538	373 599 298
Outros emitentes					
A- até A+	-	33 695 902	-	-	33 695 902
BBB- até BBB+	174 897	-	-	-	174 897
B- até B+	1 382 138	-	-	-	1 382 138
Sem rating	-	3 650	-	-	3 650
	1 557 035	33 699 552	-	-	35 256 587
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	749 326 944	138 701 955	2 118 617	624 538	890 772 054

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2013				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	24 284 794	10 889 461	-	35 174 255
A- até A+	-	227 341 712	34 933 316	5 156 804	267 431 832
BBB- até BBB+	-	200 065 236	-	-	200 065 236
BB- até BB+	66 096 000	162 139 366	-	-	228 235 366
B- até B+	-	2 070 719	-	-	2 070 719
Sem rating	99 001 432	-	-	-	99 001 432
	165 097 432	615 901 827	45 822 777	5 156 804	831 978 840
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	52 718 066	-	-	52 718 066
AA- até AA+	-	219 616 732	-	-	219 616 732
BBB- até BBB+	-	474 257 822	-	-	474 257 822
BB- até BB+	1 435 102 771	-	-	-	1 435 102 771
	1 435 102 771	746 592 620	-	-	2 181 695 391
Instituições Financeiras					
AAA	-	75 002 291	-	25 406 139	100 408 430
AA- até AA+	-	152 413 351	-	98 461 293	250 874 644
A- até A+	-	528 680 124	66 097 284	14 553 279	609 330 687
BBB- até BBB+	159 365 031	394 698 014	72 668 706	-	626 731 751
BB- até BB+	504 366 396	43 965 247	-	-	548 331 643
B- até B+	7 406 678	30 941 542	-	-	38 348 220
Menor que B-	5 242 655	-	-	-	5 242 655
Sem rating	-	16 722 383	-	-	16 722 383
	676 380 760	1 242 422 952	138 765 990	138 420 711	2 195 990 413
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	22 379 672	22 379 672
BBB- até BBB+	26 059 692	-	-	-	26 059 692
BB- até BB+	-	7 942 553	-	-	7 942 553
	26 059 692	7 942 553	-	22 379 672	56 381 917
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	2 302 640 655	2 612 859 952	184 588 767	165 957 187	5 266 046 561

(Valores em Euros)

Classe de ativo	2013				Total
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Investimentos a deter até à maturidade					
Corporate					
A- até A+	-	24 794 089	-	-	24 794 089
BB- até BB+	-	112 627 423	-	-	112 627 423
	-	137 421 512	-	-	137 421 512
Governos e outras autoridades locais					
BBB- até BBB+	-	46 774 382	-	-	46 774 382
BB- até BB+	2 032 778 434	-	-	-	2 032 778 434
	2 032 778 434	46 774 382	-	-	2 079 552 816
Instituições Financeiras					
A- até A+	-	53 061 435	-	-	53 061 435
BBB- até BBB+	43 970 141	-	31 612 935	-	75 583 076
BB- até BB+	412 989 754	51 837 606	-	-	464 827 360
B- até B+	59 107 352	-	-	-	59 107 352
Menor que B-	3 002 216	-	-	-	3 002 216
Sem rating	-	-	-	5 020 384	5 020 384
	519 069 463	104 899 041	31 612 935	5 020 384	660 601 823
Total Investimentos a deter até à maturidade	2 551 847 897	289 094 935	31 612 935	5 020 384	2 877 576 151

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a exposição da Companhia a dívida soberana, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Dívida soberana	2014			
	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Portugal				
. Vencimento até 2015	6 598 818	258 959	59 661	6 917 438
. Vencimento entre 2016 e 2018	472 229 243	57 593 102	16 318 828	546 141 173
. Vencimento entre 2019 e 2022	276 745 375	35 053 623	7 160 972	318 959 970
. Vencimento após 2022	1 294 750 690	66 504 629	48 778 026	1 410 033 345
	2 050 324 126	159 410 313	72 317 487	2 282 051 926
Espanha				
. Vencimento até 2015	2 429 144	22 995	48 872	2 501 011
. Vencimento entre 2016 e 2018	338 818 349	11 250 211	5 044 043	355 112 603
. Vencimento entre 2019 e 2022	297 934 596	33 211 278	5 314 112	336 459 986
. Vencimento após 2022	5 261 220	1 338 722	108 641	6 708 583
	644 443 309	45 823 206	10 515 668	700 782 183
Itália				
. Vencimento até 2015	47 443 490	357 602	2 973 715	50 774 807
. Vencimento entre 2016 e 2018	417 724 972	13 359 752	2 108 005	433 192 729
. Vencimento entre 2019 e 2022	456 339 346	49 084 367	5 927 326	511 351 039
. Vencimento após 2022	884 205	151 753	9 656	1 045 614
	922 392 013	62 953 474	11 018 702	996 364 189
Alemanha				
. Vencimento até 2015	5 551 109	(11 931)	205 844	5 745 022
. Vencimento entre 2016 e 2018	3 492 743	149 724	124 708	3 767 175
. Vencimento entre 2019 e 2022	18 456 616	1 863 582	166 586	20 486 784
. Vencimento após 2022	1 119 238	658 665	40 576	1 818 479
	28 619 706	2 660 040	537 714	31 817 460
França				
. Vencimento até 2015	10 913 668	139 472	1 259 405	12 312 545
. Vencimento entre 2016 e 2018	174 582	1 107	-	175 689
. Vencimento entre 2019 e 2022	4 206 869	798 499	840 413	5 845 781
. Vencimento após 2022	24 687 659	7 079 911	2 319 574	34 087 144
	39 982 778	8 018 989	4 419 392	52 421 159

(continuação)

(Valores em Euros)

Divida soberana	2014			
	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Bélgica				
. Vencimento até 2015	7 656 621	265 193	19 836 789	27 758 603
. Vencimento entre 2016 e 2018	20 135 771	241 249	38 656	20 415 676
. Vencimento entre 2019 e 2022	3 084 743	388 453	-	3 473 196
. Vencimento após 2022	962 736	499 834	35 242	1 497 812
	31 839 871	1 394 729	19 910 687	53 145 287
Outros	5 244 417	436 153	63 258	5 743 828
Total	3 722 846 220	280 696 904	118 782 908	4 122 326 032

(Valores em Euros)

Divida Soberana	2014	
	Ativos financeiros ao justo valor via ganhos e perdas	
	Juros a receber	Valor de balanço
Portugal		
. Vencimento até 2015	687 329	100 527 951
. Vencimento entre 2016 e 2018	5 111 703	385 834 838
. Vencimento entre 2019 e 2022	3 817	157 959
. Vencimento após 2022	15 289	1 212 848
	5 818 138	487 733 596
Espanha		
. Vencimento até 2015	1 529	424 420
. Vencimento entre 2016 e 2018	37 972	1 551 946
. Vencimento entre 2019 e 2022	16 952	878 799
. Vencimento após 2022	12 377	648 748
	68 830	3 503 913
Itália		
. Vencimento até 2015	3 074	1 311 036
. Vencimento entre 2016 e 2018	10 111	772 391
. Vencimento entre 2019 e 2022	6 411	481 627
. Vencimento após 2022	16 104	1 456 630
	35 700	4 021 684

(continuação)

(Valores em Euros)

Divida Soberana	2014	
	Juros a receber	Valor de balanço
Ativos financeiros ao justo valor via ganhos e perdas		
Alemanha		
. Vencimento entre 2016 e 2018	69	2 138
. Vencimento entre 2019 e 2022	1 491	187 327
. Vencimento após 2022	3 210	319 876
	4 770	509 341
França		
. Vencimento entre 2016 e 2018	46	306 370
. Vencimento entre 2019 e 2022	681	985 475
. Vencimento após 2022	2 045	1 424 764
	2 772	2 716 609
Bélgica		
. Vencimento entre 2016 e 2018	35 654	1 306 429
	35 654	1 306 429
Outros	20 880	1 298 742
Total	5 986 744	501 090 314

(Valores em Euros)

Divida soberana	2013			
	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Portugal				
. Vencimento entre 2015 e 2017	513 207 716	22 492 536	22 981 677	558 681 929
. Vencimento entre 2018 e 2021	846 330 438	579 954	22 588 855	869 499 247
. Vencimento após 2021	4 985 300	1 686 250	250 045	6 921 595
	1 364 523 454	24 758 740	45 820 577	1 435 102 771
Espanha				
. Vencimento até 2014	7 078 044	174 663	3 414 886	10 667 593
. Vencimento entre 2015 e 2017	18 819 745	727 786	436 566	19 984 097
. Vencimento entre 2018 e 2021	85 036 628	682 907	28 266	85 747 801
. Vencimento após 2021	5 120 705	(240 023)	99 225	4 979 907
	116 055 122	1 345 333	3 978 943	121 379 398
Itália				
. Vencimento até 2014	16 496 478	(2 166 537)	3 189 365	17 519 306
. Vencimento entre 2015 e 2017	60 618 311	570 023	351 373	61 539 707
. Vencimento entre 2018 e 2021	241 201 581	5 043 445	2 810 173	249 055 199
. Vencimento após 2021	20 263 969	872 930	343 575	21 480 474
	338 580 339	4 319 861	6 694 486	349 594 686
Alemanha				
. Vencimento até 2014	1 334 370	(370)	56 074	1 390 074
. Vencimento entre 2015 e 2017	24 895 334	255 664	386 906	25 537 904
. Vencimento entre 2018 e 2021	2 641 409	271 091	90 747	3 003 247
. Vencimento após 2021	16 973 047	124 491	117 680	17 215 218
	45 844 160	650 876	651 407	47 146 443
França				
. Vencimento até 2014	8 516 356	592 239	3 962 383	13 070 978
. Vencimento entre 2015 e 2017	38 164 500	211 375	2 247 220	40 623 095
. Vencimento entre 2018 e 2021	8 702 657	552 973	830 229	10 085 859
. Vencimento após 2021	23 879 083	1 281 212	2 486 313	27 646 608
	79 262 596	2 637 799	9 526 145	91 426 540

(continuação)

(Valores em Euros)

Dívida soberana	2013			
	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Bélgica				
. Vencimento até 2014	39 889 519	2 160 449	20 499 654	62 549 622
. Vencimento entre 2015 e 2017	28 827 671	1 487 598	17 861 151	48 176 420
. Vencimento entre 2018 e 2021	15 543 358	34 353	82 521	15 660 232
. Vencimento após 2021	957 820	240 962	35 242	1 234 024
	85 218 368	3 923 362	38 478 568	127 620 298
Outros	5 728 387	346 119	67 010	6 141 516
Total	2 035 212 426	37 982 090	105 217 136	2 178 411 652

(Valores em Euros)

Dívida soberana	2013					
	Ativos financeiros a deter até à maturidade					
	Custo amortizado	Juros a receber	Valor de balanço	Reserva de justo valor	Valor de mercado	Valias potenciais não reconhecidas
Portugal						
. Vencimento até 2014	202 364 342	2 478 296	204 842 638	(1 672 928)	209 101 200	4 258 562
. Vencimento entre 2015 e 2017	1 418 685 474	29 852 989	1 448 538 463	(20 032 815)	1 512 825 683	64 287 220
. Vencimento entre 2018 e 2021	366 554 742	9 774 231	376 328 973	(19 649 004)	395 698 029	19 369 056
. Vencimento após 2021	3 036 558	31 802	3 068 360	(151 571)	3 233 252	164 892
	1 990 641 116	42 137 318	2 032 778 434	(41 506 318)	2 120 858 164	88 079 730
Itália						
. Vencimento até 2014	15 513 513	8 087 362	23 600 875	52 584	23 861 987	261 112
. Vencimento entre 2015 e 2017	15 756 580	7 416 927	23 173 507	22 732	23 717 533	544 026
	31 270 093	15 504 289	46 774 382	75 316	47 579 520	805 138
Total	2 021 911 209	57 641 607	2 079 552 816	(41 431 002)	2 168 437 684	88 884 868

(Valores em Euros)

Divida Soberana	2013	
	Ativos financeiros ao justo valor via ganhos e perdas	
	Juros a receber	Valor de balanço
Portugal		
. Vencimento entre 2015 e 2017	4 236 681	390 499 202
. Vencimento entre 2018 e 2021	1 593 453	65 754 165
	5 830 134	456 253 367
Espanha		
. Vencimento até 2014	542	100 306
. Vencimento entre 2015 e 2017	36 910	1 180 756
. Vencimento entre 2018 e 2021	17 344	610 733
. Vencimento após 2021	2 768	68 885
	57 564	1 960 680
Itália		
. Vencimento até 2014	325	45 178
. Vencimento entre 2015 e 2017	13 358	1 528 558
. Vencimento entre 2018 e 2021	2 861	217 657
. Vencimento após 2021	10 369	646 852
	26 913	2 438 245
Alemanha		
. Vencimento entre 2015 e 2017	11 644	369 593
. Vencimento entre 2018 e 2021	64	2 303
. Vencimento após 2021	7 383	592 770
	19 091	964 666
França		
. Vencimento entre 2015 e 2017	18 271	1 488 269
. Vencimento após 2021	5 629	410 198
	23 900	1 898 467
Bélgica		
. Vencimento até 2014	30	1 039
. Vencimento entre 2015 e 2017	42 494	1 748 785
	42 524	1 749 824
Outros	30 789	1 736 811
Total	6 030 915	467 002 060

Periodicamente, a Companhia efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos para recibos por cobrar” (Nota 38). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2014						
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
Ramo vida:							
Produtos de capitalização	3 389 028	157 542	91 424	48 517	333 983	(27 533)	3 992 961
Produtos vida risco	412 784	698 214	811 906	1 378 503	1 671 754	(2 400 884)	2 572 277
Ramo não vida:							
Automóvel	8 712 192	1 492 709	1 513 716	416 646	467 427	(2 930 929)	9 671 761
Acidentes de trabalho	2 933 573	740 311	334 516	789 340	183 046	(1 028 586)	3 952 200
Doença	2 090 666	1 518 960	663 182	2 026 685	200 305	(787 729)	5 712 069
Incêndio e outros danos	9 055 010	2 195 955	669 554	1 029 806	470 893	(1 042 211)	12 379 007
Transportes	1 353 063	245 801	319 715	117 728	57 794	(161 141)	1 932 960
Responsabilidade civil	1 146 659	403 571	123 903	119 112	46 311	-	1 839 556
Outros (inclui Acidentes pessoais)	2 809 747	1 886 960	330 264	477 311	111 235	(676 873)	4 938 644
	31 902 722	9 340 023	4 858 180	6 403 648	3 542 748	(9 055 886)	46 991 435

(Valores em Euros)

	2013						
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
Ramo vida:							
Produtos de capitalização	1 165 992	167 300	65 824	124 469	348 160	(5 803)	1 865 942
Produtos vida risco	2 161 106	535 729	251 685	425 237	1 267 359	(1 159 912)	3 481 204
Ramo não vida:							
Automóvel	11 063 208	2 760 650	745 531	507 272	596 484	(4 066 501)	11 606 644
Acidentes de trabalho	3 566 472	1 670 739	589 277	2 551	513 995	(2 107 498)	4 235 536
Doença	4 544 700	1 699 123	325 912	472 735	641 548	(1 278 936)	6 405 082
Incêndio e outros danos	6 835 018	2 795 515	837 864	691 363	580 854	(1 535 234)	10 205 380
Transportes	1 668 904	229 226	278 098	132 292	317 313	(251 907)	2 373 926
Responsabilidade civil	1 352 294	347 414	47 199	54 462	140 258	(317 800)	1 623 827
Outros (inclui Acidentes pessoais)	3 628 219	1 580 205	741 108	331 702	618 741	(935 933)	5 964 042
	35 985 913	11 785 901	3 882 498	2 742 083	5 024 712	(11 659 524)	47 761 583

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	310 264 776	-	-	-	-	-	-	-	-	310 264 776
Investimentos em associadas										
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	645 642 299	645 642 299
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo										
valor através de ganhos e perdas	382 729	1 778 438	4 850 775	179 217 896	408 189 046	246 668 295	30 811 463	1 141 638	19 822 002	894 748 795
Ativos disponíveis para venda	166 563 729	394 368 822	112 924 110	356 546 152	2 891 801 406	2 121 041 286	2 176 254 966	61 235 885	1 596 145 026	9 876 881 382
Empréstimos e contas a receber	952 830 318	202 542 905	7 988 793	42 381 067	93 885 282	31 445 708	3 316 234	188 560	537 144	1 335 116 011
Outros devedores	97 516 049	-	-	-	-	-	-	-	-	97 516 049
	1 527 557 601	598 690 165	125 763 678	578 145 115	3 393 875 734	2 399 155 289	2 210 382 663	62 566 083	2 262 146 471	13 160 169 312
Passivo										
Provisão matemática										
do ramo vida	24 095 166	21 769 350	24 807 359	110 758 743	334 726 184	258 468 835	350 416 987	298 776 932	25 002 076	1 448 821 632
Passivos financeiros										
da componente										
de depósito de contratos										
de seguros e de contratos										
de investimento	869 666 579	266 617 959	421 273 014	792 995 146	1 965 288 142	2 036 421 972	1 544 172 106	418 156 262	2 849 791	8 317 440 971
Depósitos recebidos										
de resseguradores	27 567	55 135	82 702	101 952 647	-	-	-	-	-	102 118 051
Outros passivos financeiros	-	670 400	-	670 400	2 681 600	2 681 600	2 681 600	-	-	9 385 600
Outros credores	107 205 142	-	-	-	-	-	-	-	-	107 205 142
	1 000 994 454	289 112 844	446 163 075	1 006 376 936	2 302 695 926	2 297 572 407	1 897 270 693	716 933 194	27 851 867	9 984 971 396

(Valores em Euros)

	2013									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	155 209 738	-	-	-	-	-	-	-	-	155 209 738
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	70 580 915	70 580 915
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	559 687	1 722 241	33 330 097	237 478 947	266 394 934	404 449 953	5 107 368	302 795	21 368 558	970 714 580
Ativos disponíveis para venda	182 049 897	283 758 886	375 201 015	456 248 874	1 964 849 970	1 657 164 240	841 078 638	69 059 365	969 831 198	6 799 242 083
Empréstimos e contas a receber	692 005 232	513 191 658	50 474 702	25 013 505	30 384 690	90 545 396	4 166 253	203 951	543 687	1 406 529 074
Investimentos a deter até à maturidade	56 908 234	176 321 624	128 606 910	317 919 865	2 069 032 852	377 912 477	92 536 494	-	-	3 219 238 456
Outros devedores	111 942 134	-	-	-	-	-	-	-	-	111 942 134
	1 198 674 922	974 994 409	587 612 724	1 036 661 191	4 330 662 446	2 530 072 066	942 888 753	69 566 111	1 062 324 358	12 733 456 980
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	24 220 362	21 723 308	38 543 771	129 527 445	359 977 564	310 925 258	424 380 105	366 549 665	23 428 630	1 699 276 108
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	1 111 923 765	280 241 020	503 047 006	594 275 340	2 473 645 293	1 578 618 857	817 564 630	390 891 671	1 422 167	7 751 629 749
Depósitos recebidos de resseguradores	50 446	100 892	151 339	109 179 346	-	-	-	-	-	109 482 023
Outros passivos financeiros	-	431 200	-	431 200	1 724 800	1 724 800	2 587 200	-	-	6 899 200
Outros credores	85 847 473	-	-	-	-	-	-	-	-	85 847 473
	1 222 042 046	302 496 420	541 742 116	833 413 331	2 835 347 657	1 891 268 915	1 244 531 935	757 441 336	24 850 797	9 653 134 553

Os valores apresentados acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos dado incluírem fluxos de caixa projetados e não se encontrarem descontados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Fidelidade na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos no "Até 1 mês";

- O valor de “Empréstimos e contas a receber”, classificado com maturidade “Indeterminado”, diz respeito a operações com empresas do grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- No apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - i) o valor de balanço dos contratos “Unit Linked” foram considerados com maturidade “à vista”;
 - ii) no cálculo dos cash-flow's não foram considerados resgates antecipados.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2014			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	305 803 461	4 461 315	310 264 776
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	645 642 299	645 642 299
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	704 260 996	135 353 693	19 822 003	859 436 692
Ativos disponíveis para venda	7 169 622 013	506 117 560	1 596 145 026	9 271 884 599
Empréstimos e contas a receber	-	1 286 201 330	537 144	1 286 738 474
Outros devedores	-	-	97 516 049	97 516 049
	7 873 883 009	2 233 476 044	2 364 123 836	12 471 482 889
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1 517 459 896	-	1 517 459 896
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	6 980 565 749	711 664 287	-	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	-	101 787 243	-	101 787 243
Outros passivos financeiros	13 299 635	(4 690 153)	-	8 609 482
Outros credores	-	-	107 205 142	107 205 142
	6 993 865 384	2 326 221 273	107 205 142	9 427 291 799

(Valores em Euros)

	2013			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	151 377 115	3 832 623	155 209 738
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	70 580 915	70 580 915
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	725 496 265	162 855 630	21 368 558	909 720 453
Ativos disponíveis para venda	4 441 927 162	824 119 399	969 831 198	6 235 877 759
Empréstimos e contas a receber	-	1 354 416 730	543 687	1 354 960 417
Investimentos a deter até à maturidade	2 700 079 642	177 496 509	-	2 877 576 151
Outros devedores	-	-	111 942 134	111 942 134
	7 867 503 069	2 670 265 383	1 178 099 115	11 715 867 567
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1 526 997 237	-	1 526 997 237
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento	6 038 457 464	988 154 104	-	7 026 611 568
Depósitos recebidos de resseguradores	-	108 876 669	-	108 876 669
Outros passivos financeiros	12 564 312	(8 157 909)	-	4 406 403
Outros credores	-	-	85 847 473	85 847 473
	6 051 021 776	2 615 870 101	85 847 473	8 752 739 350

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros e dos passivos técnicos da Companhia a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(Valores em Euros)

	2014					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(13 379 415)	(6 849 552)	(3 465 951)	3 460 433	6 727 185	9 304 834
Ativos disponíveis para venda	(612 096 006)	(318 008 382)	(162 177 777)	166 842 443	328 520 598	605 706 791
Empréstimos e contas a receber	(3 521 747)	(1 787 448)	(900 535)	776 234	1 305 377	1 477 069
	(628 997 168)	(326 645 382)	(166 544 263)	171 079 110	336 553 160	616 488 694
Passivo						
Provisão matemática do ramo vida	(73 087 585)	(45 387 811)	(25 288 830)	27 052 648	55 494 613	111 834 487
Passivos financeiros da componente de depósito de						
contratos de seguros e de contratos de investimento	(309 882 574)	(149 458 661)	(73 498 981)	75 745 340	144 187 141	228 828 770
Outros passivos financeiros	(2 161)	(1 087)	(545)	340	340	340
	(309 884 735)	(149 459 748)	(73 499 526)	75 745 680	144 187 481	228 829 110

(Valores em Euros)

	2013					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(2 926 665)	(1 501 413)	(193 870)	196 896	1 582 513	3 251 409
Ativos disponíveis para venda	(263 196 806)	(135 101 500)	(62 475 451)	64 189 181	142 713 573	292 578 180
Empréstimos e contas a receber	(4 197 964)	(2 132 100)	(1 074 556)	1 092 043	2 202 065	4 033 500
Investimentos a deter até à maturidade	(111 511 569)	(56 750 723)	(26 727 648)	27 205 112	58 843 625	119 431 968
	(381 833 004)	(195 485 736)	(90 471 525)	92 683 232	205 341 776	419 295 057
Passivo						
Provisão matemática do ramo vida	(41 245 847)	(23 391 735)	(12 070 932)	12 727 828	26 329 776	56 128 748
Passivos financeiros da componente de depósito de						
contratos de seguros e de contratos de investimento	(289 700 468)	(149 633 956)	(75 607 396)	75 912 027	150 580 969	297 508 990
Outros passivos financeiros	354 388	182 178	206 904	(213 040)	(192 881)	(397 264)
	(330 591 927)	(172 843 513)	(87 471 424)	88 426 815	176 717 864	353 240 474

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros e passivos técnicos foi efetuado considerando os cash-flows futuros descontados à curva da taxa da dívida pública portuguesa, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bp's, nas respetivas curvas de taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(Valores em Euros)

	2014		
	Euros	Outras moedas	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	290 933 492	19 331 284	310 264 776
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	633 374 757	12 267 542	645 642 299
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	675 528 483	183 908 209	859 436 692
Ativos disponíveis para venda	8 568 215 385	703 669 214	9 271 884 599
Empréstimos e contas a receber	1 250 916 277	35 822 197	1 286 738 474
Outros devedores	92 131 614	5 384 435	97 516 049
	11 511 100 008	960 382 881	12 471 482 889
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	1 499 537 564	17 922 332	1 517 459 896
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	7 692 230 036	-	7 692 230 036
Depósitos recebidos de resseguradores	101 787 243	-	101 787 243
Outros passivos financeiros	8 609 482	-	8 609 482
Outros credores	103 828 744	3 376 398	107 205 142
	9 405 993 069	21 298 730	9 427 291 799

(Valores em Euros)

	2013		
	Euros	Outras moedas	Total
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	123 196 794	32 012 944	155 209 738
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	64 573 557	6 007 358	70 580 915
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	909 300 675	419 778	909 720 453
Ativos disponíveis para venda	6 226 259 135	9 618 624	6 235 877 759
Empréstimos e contas a receber	1 337 493 473	17 466 944	1 354 960 417
Investimentos a deter até à maturidade	2 873 151 609	4 424 542	2 877 576 151
Outros devedores	110 075 748	1 866 386	111 942 134
	11 644 050 991	71 816 576	11 715 867 567
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	1 517 689 693	9 307 544	1 526 997 237
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de investimento	7 026 611 568	-	7 026 611 568
Depósitos recebidos de resseguradores	108 876 669	-	108 876 669
Outros passivos financeiros	4 406 403	-	4 406 403
Outros credores	84 570 440	1 277 033	85 847 473
	8 742 154 773	10 584 577	8 752 739 350

44. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

44.1. Subscrição de Riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogêneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

44.2. Gestão Técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulo de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

44.3. Instrumentos de Gestão para Controlo de Risco

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidades de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos Produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e Saneamento da Carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/ /responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira não vida – seguro direto**Seguro Direto (Fidelidade) – Atividade em Portugal**

(Valores em Euros)

Ramos	2014			2013		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.
Acidentes	139 832 342	1,34	1,33	144 130 240	1,36	1,35
Doença	188 737 694	0,92	0,90	183 628 182	0,95	0,93
Incêndio e Outros Danos	211 095 058	0,67	0,66	221 142 046	1,02	1,01
Automóvel	327 523 641	0,91	0,90	344 587 882	0,87	0,85
Marítimo	3 350 877	0,47	0,46	4 887 471	0,33	0,31
Aéreo	5 439 501	0,14	0,12	6 877 103	0,60	0,59
Mercadorias Transportadas	6 467 655	1,00	0,98	6 981 565	0,86	0,85
Responsabilidade Civil Geral	27 760 210	0,70	0,69	29 004 259	0,50	0,49
Outros Ramos						
(Crédito e Caução + Diversos)	35 658 174	0,59	0,57	36 629 355	0,17	0,16

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2014 e 2013.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Os grupos de ramos Aéreo, Incêndio e Outros Danos, Doença e Acidentes registaram um desagramento do rácio em 78,7%, 34,8%, 3,1% e 1,2% respetivamente.

Nos grupos de ramos Outros Ramos (Crédito e Caução + Diversos), Marítimo, Responsabilidade Civil, Mercadorias Transportadas e Automóvel a tendência é no sentido do agravamento do rácio, atingindo 260,1%, 48,1%, 40,9%, 16,2% e 5,1% respetivamente.

Da análise do quadro anterior, constata-se que analisando os últimos 12 meses os prémios dos ramos Acidentes e Mercadorias Transportadas não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade Portugal os resultados técnicos não-vida antes de impostos, em dezembro de 2014, foram positivos em cerca de 62 milhões de euros.

Suficiência dos prémios e Constituição de Provisão para riscos em curso**Seguro Direto**

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não-vida, para o ramo Acidentes, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 24,8% nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada nestes ramos. Esta insuficiência deve-se ao ramo Acidentes de Trabalho.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Nos ramos não-vida, nos últimos 12 meses, o resultado operacional de seguro direto foi globalmente suficiente para satisfazer as responsabilidades associadas à sua exploração.

Líquido de Resseguro

À exceção dos ramos Marítimo, Aéreo e Mercadorias Transportadas os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2014, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração da generalidade dos ramos.

Consequentemente foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta um aumento face à provisão constituída no período homólogo de 2013.

Provisão Para Prémios Não Adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para Desvios de Sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF (anteriormente designado por ISP) que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pela Seguradora.

Provisão para Sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas, metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos cash flows futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 91,7% dos Prémios Brutos Adquiridos e 95,6% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a seguradora possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o rating dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2014.

Rating	% dos Resseguradores	
	2014	2013
A-	13,9%	13,5%
A	25,0%	21,6%
A+	36,1%	37,8%
AA-	16,7%	18,9%
AA	2,8%	5,4%
AA+	2,8%	-
Sem Rating	2,8%	2,7%

Existe um tratado específico do tipo "Excess of Loss" para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 100.000.000 Euros e capacidade de 750.000.000 Euros.

Na Fidelidade 61,5% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Análises de sensibilidade

A seguradora efetua análises de sensibilidade no âmbito dos habituais trabalhos atuariais, nomeadamente para aferir a adequabilidade dos níveis de prémios e de provisionamento e respetivos impactos ao nível da solvência.

Em dezembro 2014 a taxa de cobertura de solvência da Fidelidade ascendia a 200,01%. Caso os custos com sinistros dos ramos não vida sofressem um acréscimo de 20%, a margem de cobertura recuará para 177,70%.

É calculado anualmente, no âmbito do “Quantitative Impact Study”, o capital económico da empresa para os diversos riscos de subscrição dos ramos não vida.

Comparação dos Sinistros Estimados e Efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 1.611 milhões de euros. Durante o exercício de 2014, para sinistros ocorridos em 2013 e anos anteriores, foram pagos 270.098.963€.

Em dezembro de 2014 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1.341.005.285€. No entanto assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 83 milhões de euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2014, no valor de 1.258.001.353€.

Para os ramos de Incêndio e Outros Danos, Automóvel, Aéreo, Responsabilidade Civil, Crédito e Caução e Diversos ocorreram reajustes negativos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que ultrapassou os 70 milhões de euros.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

(Valores em Euros)

Rubricas	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2013 (1)	Montantes Pagos no Exercício * (2)	Provisão Para Sinistros em 31 de dezembro de 2014* (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	823 804 574	111 846 914	715 711 818	3 754 158
Incêndio e Outros Danos	129 552 441	47 562 017	67 655 945	(14 334 479)
Automóvel	534 316 002	99 388 124	364 332 936	(70 594 942)
Marítimo e Transportes	3 167 305	1 351 773	2 673 289	857 757
Aéreo	3 545 243	421 664	3 035 744	(87 835)
Mercadorias transportadas	5 950 666	1 910 545	4 568 529	528 408
Responsabilidade Civil Geral	106 705 501	6 441 741	98 487 339	(1 771 421)
Crédito e Cauções	450 957	(55 190)	451 790	(54 357)
Proteção Jurídica	5 767	906	38 079	33 218
Assistência	383	1 730	59 263	60 610
Diversos	3 605 409	1 223 739	986 621	(1 395 049)
Total	1 611 104 248	270 098 963	1 258 001 353	(83 003 932)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

44.4. Políticas de Resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

A Companhia tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção de proteção de Resseguro adequada aos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Aviação, o Grupo opera com Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira da Companhia, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

No que se refere a ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Responsabilidade Civil, os riscos são cobertos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas em consequência dos diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os “Cúmulos de Risco” das Retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da “Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza”, de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços e a constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de Rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de “rating” atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de Rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O “rating” mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de “A-”.

44.5. Ramo Vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de Risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte significativa dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de Capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

(Porcentagem dos Rendimentos – Rendimentos Técnicos – Encargos de Gestão – Eventual Saldo Negativo do exercício anterior) x Coeficiente de Participação.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

(Valores em Euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2015	145.023.174	90.733.141	0	15.514.162	24.094.433	187.177.271
2016	126.744.939	78.186.426	0	14.600.452	21.229.927	174.332.064
2017	118.476.344	73.311.158	0	13.865.766	18.444.534	176.033.419

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes cash inflows e outflows, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

(Valores em Euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2015	141.606.895	88.714.580	0	15.514.162	23.467.305	239.905.532
2016	117.024.830	72.278.274	0	14.600.452	19.606.485	209.606.847
2017	103.539.014	64.099.820	0	13.865.766	16.156.060	194.422.906

45. Gestão de Capital

Os objetivos de gestão do capital na Fidelidade obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Fidelidade está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões;
- Gerar uma rentabilidade adequada para a Companhia, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Fidelidade está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objetivos descritos, a Fidelidade efetua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao auto financiamento.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de outubro, e das Normas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2007-R, de 27 de abril, com as alterações decorrentes das Normas Regulamentares nº 12/2009-R, de 30 de outubro, nº 21/2010-R, de 16 de dezembro e nº 4/2011-R de 2 de junho, salientando-se:

- Obrigatoriedade da manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das atividades da Companhia. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões.
- Obrigatoriedade da manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.
- Caso a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões verifique a insuficiência, mesmo circunstancial ou previsivelmente temporária, da margem de solvência de uma empresa de seguros, esta deve, no prazo que lhe vier a ser fixado pelo Autoridade, submeter à sua aprovação um plano de recuperação com vista ao restabelecimento da sua situação financeira.

- Obrigatoriedade de as provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por ativos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões. Os ativos representativos das provisões técnicas constituem um património que garante especialmente os créditos emergentes dos contratos de seguro, não podendo ser penhorados ou arrestados, salvo para pagamento desses mesmos créditos. Em caso de liquidação, estes créditos gozam de um privilégio mobiliário especial sobre os bens móveis ou imóveis que representem as provisões técnicas, sendo graduados em primeiro lugar.

Para o efeito, as empresas de seguros devem, no prazo máximo de 15 dias após o final de cada trimestre, ter disponível para consulta e para reporte à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões o respetivo apuramento da situação da margem de solvência.

O plano de representação das provisões técnicas é comunicado à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões no prazo de 20 dias após o final de cada trimestre.

Para além destas exigências, há ainda outras regras prudenciais a que as companhias de seguros estão sujeitas, as quais, em conjunto com as apresentadas, devem ser entendidas como um complemento importante de uma gestão prudente por parte das Instituições, a qual se deverá basear, essencialmente, nos dispositivos internos de avaliação e controlo por si montados, tendo em conta as responsabilidades perante os acionistas, segurados e restantes credores.

Para analisar e dar resposta ao cumprimento dos requisitos legais e prudenciais a que se encontra sujeita, a Fidelidade dispõe de diversos órgãos que desempenham funções-chave em matéria de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- a. Direção de Gestão de Risco (DGR);
- b. Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC);
- c. Direção de Auditoria (DAU);
- d. Comité de Risco;
- e. Comité de Gestão de Ativos e Passivos;
- f. Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição.

Direção de Gestão de Riscos

A Direção de Gestão de Riscos (DGR) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva da Companhia. A sua missão assenta na definição, implementação e manutenção de um sistema de gestão de riscos que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, incluindo os riscos não considerados no requisito de capital de solvência, permitindo à Comissão Executiva e às várias Direções envolvidas incorporar este conhecimento na sua tomada de decisão.

A DGR tem como principais funções:

a. Assegurar e controlar a adequacidade da informação de suporte a tomada de decisões;

b. Gerir os Sistemas de Gestão de Riscos e Controlo Interno:

- Avaliar e monitorizar a situação de solvência, corrente e prospetiva, bem como os instrumentos de mitigação de risco;
- Monitorizar o cumprimento do grau de liquidez e de cobertura dos pagamentos estimados pelos recebimentos estimados, face ao definido;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de mercado e de crédito de contraparte, os riscos de subscrição e de crédito dos respetivos instrumentos de mitigação e preparar informação que suporte a tomada de decisões;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de natureza operacional incorridos, identificando e caracterizando adicionalmente os dispositivos de controlo existentes;
- Elaborar, propor e rever as Políticas de Provisionamento, bem como a Política de Gestão de Capital, incluindo o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e os respetivos Planos de Contingência;
- Colaborar na elaboração e revisão das Políticas de Investimento e de Liquidez, assim como das Políticas de Subscrição e de Resseguro;

c. Proceder à avaliação atuarial das carteiras Vida e Não Vida.

Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance

A Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance (DIC) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva, cuja principal missão é a de contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores, cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações que prejudiquem a imagem da Companhia e a sua reputação no mercado, bem como eventuais prejuízos de ordem financeira.

A DIC tem como principais funções:

a. Prevenção de Branqueamento de Capitais

Assegurar a prevenção e a deteção de atividades de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo, garantindo a execução dos procedimentos internos nesta matéria através dos seguintes processos e controlos:

- Implementação de um Programa de Identificação de Clientes (Customer Identification Program);
- Filtragem de Clientes;
- Monitorização de transações e reporte às autoridades judiciárias e policiais;
- Implementação de um Programa de Formação em Prevenção do Branqueamento de Capitais.

b. Compliance

Assegurar a coordenação da função compliance nos termos previstos no Manual de Compliance das seguradoras do grupo, através dos seguintes processos e controlos:

- Manutenção e divulgação do Manual de Compliance, incluindo o código de Conduta Ética e Profissional;
- Implementação de Programa de Visitas aos órgãos de estrutura, de forma a intensificar a apreensão da Cultura de Compliance;
- Criação e manutenção de um Espaço Compliance na Intranet;
- Análise Regulamentar;
- Implementação de Programas de Compliance visando a identificação, monitorização e minimização de pontos críticos nos macro-processos da empresa;
- Implementação e promoção de uma cultura “Tratar os Clientes com Lealdade (Treat Your Customers Fairly)”;
- Aprovação de novos produtos;
- Elaboração de Planos anuais e Relatórios trimestrais de atividades de compliance e prevenção de branqueamento de capitais;
- Desenvolvimento de Formação em compliance.

Direção de Auditoria

A Direção de Auditoria (DAU) é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva da Companhia. A sua missão passa por garantir a avaliação e monitorização dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia, bem como a verificação do cumprimento das normas internas e da legislação em vigor. Tem, assim, como finalidade geral, contribuir para a criação de valor e melhoria de circuitos e procedimentos, visando o aumento de eficácia e eficiência das operações, salvaguarda dos ativos, confiança no relato financeiro e compliance legal e regulamentar.

Enquanto função-chave na gestão de riscos e controlo interno, a DAU desempenha as seguintes funções:

- a. Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno.
- b. Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia.
- c. Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade.
- d. Elaborar e apresentar à Comissão Executiva e aos Órgãos de Fiscalização um relatório, de periodicidade pelo menos anual, sobre Questões de Auditoria, com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria e que identifique as recomendações que foram seguidas.

Comité de Risco

Cabe ao Comité de Risco, pronunciar-se sobre assuntos de Gestão de Risco e de Controlo Interno que lhe sejam submetidos pela Comissão Executiva, apoiando-o na definição da estratégia de risco a ser seguida pelas Companhias. Neste contexto, o Comité de Risco propõe à Comissão Executiva políticas de risco e objetivos globais a serem considerados na Gestão de Risco e no Controlo Interno das Companhias.

Comité de Gestão de Ativos e Passivos

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos tem como principais objetivos a definição da estratégia a seguir para a gestão de ativos e passivos, da estratégia de riscos a ser seguida, de políticas de risco e objetivos globais de rentabilidade e de alocação objetivo da carteira global de ativos.

Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição

O Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição tem como principais funções a aceitação de riscos que ultrapassem as competências das Direções Técnicas, o acompanhamento de processos de cotação que careçam da sua intervenção e a análise de índices de competitividade e rentabilidade de diversos ramos e segmentos.

A margem de solvência da Fidelidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013, medida em função da cobertura por elementos patrimoniais elegíveis para este efeito das responsabilidades decorrentes da atividade desenvolvida pela Companhia, apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2014	2013
Margem de solvência disponível:		
Capital Social Realizado	381 150 000	381 150 000
Reservas		
Reservas de Reavaliação	478 768 842	122 025 276
Reservas por Impostos Diferidos	(111 815 759)	(18 271 174)
Reserva Legal	102 172 334	92 925 625
Outras Reservas	(45 837 042)	181 217 958
Reservas de fusão	91 335 345	91 335 345
Prêmios de Emissão	115 103 280	115 103 280
Resultado de Ganhos e Perdas, deduzido de distribuições		
Resultados transitados	87 418 523	86 160 317
Resultado líquido do exercício	159 108 030	103 810 433
Distribuição de dividendos	-	(83 220 372)
	1 257 403 553	1 072 236 688
Deduções prudenciais		
Imobilizações incorpóreas	(18 122 195)	(19 453 366)
	(18 122 195)	(19 453 366)
Total dos elementos constitutivos da margem de solvência	1 239 281 358	1 052 783 322
Requisitos de solvência:		
Ramo vida	413 371 700	378 757 393
Ramos não-vida	199 978 017	205 310 804
Total da Margem de Solvência a constituir	613 349 717	584 068 197
Excedente de cobertura	625 931 641	468 715 125
Taxa de cobertura	202%	180%

46. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Sucursal de Macau tem sob gestão efetiva sete fundos de pensões. Neste período, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

(Valores em Euros)

	2014						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Euros							
Caixa e Depósitos	2 260 027	2 353 301	1 491 193	4 217	10 496	13 226	12 654
Instrumentos de dívida	10 754 585	26 675 583	-	218 926	172 303	310 315	212 150
Instrumentos de capital	1 324 479	12 817 798	-	73 502	262 068	460 702	391 667
Derivados	(2 891)	-	-	-	-	-	-
Outros	(8 656)	(21 684)	(10 087)	(2 598)	(3 720)	(6 659)	(5 495)
	14 327 544	41 824 997	1 481 106	294 046	441 147	777 583	610 977
Valores expressos em Patacas							
Caixa e Depósitos	25 553 188	26 090 423	15 977 646	45 131	113 196	143 224	138 057
Instrumentos de dívida	121 597 613	295 745 158	-	2 343 032	1 858 167	3 360 475	2 314 549
Instrumentos de capital	14 975 328	142 107 554	-	786 645	2 826 225	4 989 051	4 273 086
Derivados	(32 685)	-	-	-	-	-	-
Outros	(97 872)	(240 408)	(108 084)	(27 809)	(40 112)	(72 116)	(59 946)
	161 995 572	463 702 726	15 869 562	3 147 000	4 757 475	8 420 635	6 665 746

(Valores em Euros)

	2013						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Euros							
Caixa e Depósitos	2 660 170	1 682 739	1 031 930	8 523	8 918	12 096	11 986
Instrumentos de dívida	10 381 206	22 870 735	-	145 545	110 383	227 937	166 025
Instrumentos de capital	1 297 265	10 887 374	-	50 710	172 644	347 626	310 574
Derivados	(14 484)	-	-	-	-	-	-
Outros	(4 163)	(63 614)	(7 100)	(2 000)	(2 783)	(5 538)	(4 784)
	14 319 994	35 377 234	1 024 830	202 778	289 162	582 121	483 801
Valores expressos em Patacas							
Caixa e Depósitos	30 135 626	18 870 426	11 155 350	92 033	97 066	131 893	130 765
Instrumentos de dívida	117 603 052	256 475 054	-	1 571 655	1 201 372	2 485 297	1 811 368
Instrumentos de capital	14 696 014	122 092 264	-	547 588	1 879 012	3 790 321	3 388 435
Derivados	(164 077)	-	-	-	-	-	-
Outros	(47 162)	(713 377)	(76 752)	(21 599)	(30 292)	(60 384)	(52 199)
	162 223 453	396 724 367	11 078 598	2 189 677	3 147 158	6 347 127	5 278 369

47. Alteração de Políticas Contabilísticas

A alteração da política contabilística relativa ao registo da imparidade de ativos financeiros resultantes da adoção do critério utilizado pela Fosun Financial Holding Ltd, originou impactos na composição do capital próprio da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e no resultado do exercício findo nesta data.

De seguida, é apresentada a reconciliação do capital próprio em 1 de janeiro de 2013 e em 31 de dezembro de 2013 e a reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

(Valores em Euros)

	Capital próprio		Resultado
	01/01/2013	31/12/2013	31/12/2013
Saldos anteriores à alteração da política contabilística	1 322 596 199	1 155 457 060	103 810 433
Impacto da alteração da política contabilística			
Alteração do critério de reconhecimento da imparidade de títulos	-	-	8 387 348
Efeito fiscal	-	-	(2 510 920)
	-	-	5 876 428
Saldos após alteração da política contabilística	1 322 596 199	1 155 457 060	109 686 861

De seguida, é apresentado o impacto na posição financeira em 1 de janeiro de 2013 e em 31 de dezembro de 2013:

(Valores em Euros)

	31/12/2013		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
Ativo			
Ativos por impostos diferidos	164 504 107	6 276 188	158 227 919
Acréscimos e diferimentos	28 908 738	4 274 439	24 634 299
	193 412 845	10 550 627	182 862 218
Passivo			
Provisão para participação nos resultados	106 541 655	4 274 439	102 267 216
Passivos por impostos diferidos	47 763 485	6 276 188	41 487 297
	154 305 140	10 550 627	143 754 513

(continuação)

(Valores em Euros)

	31/12/2013		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
Capital próprio			
Reservas de reavaliação			
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	114 829 479	14 435 950	100 393 529
De diferenças de câmbio	(37 553)	(37 553)	-
Reserva por impostos diferidos	(22 582 224)	(4 311 050)	(18 271 174)
Resultados transitados	70 196 542	(15 963 775)	86 160 317
Resultado do exercício	109 686 861	5 876 428	103 810 433
	272 093 105	-	272 093 105
Demonstração dos resultados			
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(262 435)	(7 714 556)	7 452 121
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas - De ativos disponíveis para venda	28 627 392	4 382 690	24 244 702
Diferenças de câmbio	(113 886)	2 636	(116 522)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)			
- De ativos disponíveis para venda	(29 019 827)	7 442 139	(36 461 966)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	7 989 171	4 274 439	3 714 732
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	19 625 484	(2 510 920)	22 136 404
	26 845 899	5 876 428	20 969 471

(Valores em Euros)

	01/01/2013		
	Reexpresso	Ajustamentos	Original
ATIVO			
Ativos por impostos diferidos	146 424 104	6 211 716	140 212 388
	146 424 104	6 211 716	140 212 388
PASSIVO			
Passivos por impostos diferidos	40 271 470	6 211 716	34 059 754
	40 271 470	6 211 716	34 059 754
CAPITAL PRÓPRIO			
Reservas de reavaliação			
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	64 046 208	22 785 746	41 260 462
Reserva por impostos diferidos	(11 327 230)	(6 821 970)	(4 505 260)
Resultados transitados	87 439 469	(15 963 776)	103 403 245
	140 158 447	-	140 158 447

Este impacto corresponde à diferença do critério de evidência objetiva de imparidade utilizado até 2013 pela Companhia e o utilizado pela Fosun Financial Holding Ltd, nomeadamente:

Evidência objetiva de imparidade

Política contabilística de 2013	Política contabilística de 2014
Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses	Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses
Adicionalmente, é ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses	Adicionalmente, é ainda considerada alerta imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento da imparidade é opcional

48. Eventos Subsequentes

Em 8 de janeiro de 2015, a LongRun Portugal, SGPS, S.A., adquiriu à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. nos termos estabelecidos no “Acordo de Venda Direta de Referência” como referido na Nota 1 acima, um lote de 6.033.140 ações representativas de 4,98607% do capital social da Fidelidade, correspondente às ações não transacionadas no âmbito da Oferta Pública de Aquisição destinada aos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, em conformidade com o artigo 5º do Decreto-Lei nº80/2013.

Após esta aquisição, a Longrun Portugal, SGPS, S.A., passou a deter 102.833.140 ações da Fidelidade, representativas de uma participação de 84,9861%. A Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., por seu turno, é titular de 18.150.000 ações representativas de 15% do capital social da Companhia.

04

INVENTÁRIO DE
PARTICIPAÇÕES
E INSTRUMENTOS
FINANCEIROS
E OUTROS ANEXOS

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E							
OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos Nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
CETRA - CENTRO TÉC. REPARAÇÃO AUTOMÓVEL	150 000			15,15	2 273 053	15,15	2 273 053
COMPANHIA PORTUGUESA DE RESSEGUROS	1 500 000			9,54	14 315 928	6,68	10 025 267
EAPS - EMP. ANAL. PREV. SEG.	10 000			4,99	49 880	4,99	49 880
ESPIRITO SANTO SAUDE, PL	93 838 829			5,05	473 924 677	5,05	473 924 678
FIDELIDADE PROPERTY EUROPE, SA	5 352 117			7,40	39 591 948	7,40	39 591 948
FIDELIDADE PROPERTY INTERNATIONAL, SA	1 800 000			32,99	59 379 421	32,99	59 379 421
GEP-GESTÃO PERITAGENS AUTO SA, PL	20 000			5,00	100 000	5,00	100 000
VIA DIRECTA	4 600 000			8,91	41 000 000	7,24	33 320 600
Sub-Total	107 270 946				630 634 907		618 664 847
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
AUDATEX PORTUGAL	2 490			193,34	481 415	193,34	481 415
AUDATEX Portugal (Cautelas 98)	540			249,40	134 675	249,40	134 675
HIGHGROVE-INVEST.PART.SG.PS,SA -PTE	65 461			26,79	1 753 541	0,00	-
sub-total	68 491				2 369 632		616 090
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
LATINA	3 222			3,10	9 986	0,00	-
sub-total	3 222				9 986		0
1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
CGD (Ren Energy Managed15), EQLNK, 18/09/2015, EST)		2 500 000	134		2 500 000	110,58	3 030 194
CGD (Ren Energy Vanilla), EQLNK, 18/09/2015, EST)		2 500 000	104		2 500 000	108,39	2 672 444
CGD Series 727, 4.669%, 10/09/2015, CORP		34 402 000	99		33 476 203	101,63	34 050 598
CGD Series 757, FRN, 17/12/2017, CORP, CALL)		9 000 000	100		8 794 777	105,10	8 706 533
CGD Series 884, 3.71% STEP UP, 03/11/2017, CORP		62 500 000	100		61 320 843	105,10	66 091 615
CGD Series 918, 4.5%, 19/01/2016, CORP		60 000 000	100		60 000 000	105,10	67 297 636
CGD Series 920, 4.75%, 14/02/2016, CORP		50 000 000	100		50 000 000	105,10	56 299 913
CGD Series 933, 4.75%, 14/03/2016, CORP		50 000 000	98		50 000 000	106,85	56 217 447
CGD Series 934, 5.05%, 26/04/2016, CORP		50 000 000	99		50 000 000	100,64	56 516 428
CGD Series 936, 5.09%, 08/06/2016, CORP		40 000 000	100		40 000 000	110,53	45 266 859
CGD Series 938, 5.165%, 08/07/2016, CORP		36 000 000	108		36 000 000	113,73	40 557 146
CGD Series 940, 4.57%, 12/08/2016, CORP		20 700 000	100		20 700 000	107,44	22 949 084
CGD Series 941, 4.85%, 14/09/2016, CORP		48 350 000	100		48 350 000	110,90	53 904 189
CGD Series 944, 4.9%, 13/10/2016, CORP		21 000 000	100		21 000 000	105,79	23 203 797
CGD Series 946, 5.12%, 03/11/2016, CORP		39 000 000	100		39 000 000	105,76	43 383 405
CGD, 3.75%, 18/01/2018, CORP		75 100 000	100		75 561 742	104,53	84 736 952
CGD, 3.875%, 06/12/2016, CORP		64 500 000	100		63 046 105	109,78	68 487 655
CGD, 5.625%, 04/12/2015, CORP		38 000 000	89		39 440 422	98,85	39 688 376
sub-total		703 552 000			701 690 091		773 060 271
sub-total	107 342 659	703 552 000			1 334 704 615		1 392 341 208
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
FID II (HK) LIMITED, HKD	1			0,00	0	0,00	0
FID III (HK) LIMITED, HKD	1			0,00	0	0,00	0
FCM BETELIGUNGS	26 020			541,65	14 093 820	541,65	14 093 820
FID I (HK) LIMITED-Nanxiang SPV, HKD	1			0,00	0	0,00	0
GARANTIA SEGUROS SA, CVE	111 789			56,00	6 260 184	56,00	6 260 184
UNIVERSAL SEGUROS SA, AOA	67			89 662,04	6 007 358	89 662,05	6 007 358
sub-total	137 879				26 361 362		26 361 362

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
CGD Suc Paris, FRN, 31/05/2016, CORP, EST)		40 000 000	99,84		39 527 195	85,34	39 405 778
NOSTRUM 2003 1A, FRN, 15/06/2046, MTGE		8 188 633	98,82		8 177 980	101,87	7 844 610
sub-total		48 188 633			47 705 175		47 250 388
sub-total	137 879	48 188 633			74 066 537		73 611 750
total	107 480 538	751 740 633			1 408 771 152		1 465 952 958
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
AÇORTUR	6 838			4,99	34 122	0,00	-
AIR COLUMBUS	24 000			0,08	2 040	0,00	-
ALTRI SGPS, PL	3 213			2,14	6 884	2,48	7 971
ARGOGEST GEST INV EMP TUR	2 100			0,00	10	0,00	-
ARGOGEST GEST INV EMP TUR 2	7 000			0,00	35	0,00	-
B.S.V. - MÁQUINAS E AUTOMATISMOS	5 264			4,99	26 257	0,00	-
BANIF, PL	222 796			0,01	2 842	0,01	1 270
BCP, PL	3 566 370			0,63	2 231 345	0,07	234 311
BEIRA VOUGA INV IMOB COM IND	42 790			3,88	165 887	0,00	-
BES, PL	1 563 158			1,02	1 592 993	0,00	-
BORGES & IRMÃO COMERCIAL	10			4,99	50	0,00	-
BPI, PL	17 115			1,40	24 013	1,02	17 516
C. P. COBRE SGPS	38 240			0,00	191	0,00	-
C.N.B./CAMAC-C.NAC BORRACHA	5 000			12,40	61 976	0,00	-
CERAMICA ESTACO PORT	13 600			18,46	250 995	0,00	-
CIPAN	38 666			0,52	20 200	0,09	3 480
COMP AGRIC VINHAS ALTO DOURO	17 500			2,22	38 799	2,22	38 799
COMUNDO - CONS.MUND.EXPORT.IMPORT.	15 850			0,97	15 391	0,00	-
CONSTRUÇÕES MITCHELL	648			4,99	3 232	0,00	-
CORTICEIRA AMORIM, PL	9 163			2,10	19 224	3,00	27 532
COTEL - CAT. A	3 000			4,99	14 964	0,00	-
CTT, PL	1 556 828			7,90	12 297 379	7,99	12 431 388
EDP, PL	5 285 560			3,11	16 439 351	3,22	17 008 932
EMP JORNAL DO COMÉRCIO	3 000			3,66	10 992	0,00	-
ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP, PL	1 077			5,18	5 584	1,21	1 298
FIAÇÃO TEC. TORRES NOVAS	1 380			18,79	25 929	0,00	-
FIMOVE	320			0,86	275	0,00	-
FNACINVEST - SGPS	141 000			5,95	838 432	0,00	-
FUNFRAP - FUNDIÇÃO PORTUGUESA	30 000			4,99	149 639,37	4,99	149 639
G.A.P. - SGPS	38 665			4,94	190 932	0,00	-
GALERIA NASONI	15 000			9,78	146 647	0,00	-
GALP, PL	127 885			14,46	1 849 586	8,41	1 075 503
GRUPO DIMENSAO-ACT IND COM EDIT	8 550			9,98	85 337	0,00	-
HOTAL	1 868			6,98	13 045	0,00	-
IMPERMARKETING - S.P.E.MERC.	1			0,00	0	0,00	-
IMPRESA, PL	832			1,68	1 400	0,79	656
INCAL PORTUGAL	220			1,03	227	0,00	-
JERÓNIMO MARTINS, PL	142 847			13,48	1 925 083	8,33	1 189 804
LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS	7			24,95	175	25,00	175
MACHITUR	100			4,99	499	0,00	-
MATUR	223			12,21	2 723	0,00	-

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
MATUR PORT	575			8,55	4 914	0,00	-
MOTA ENGL, PL	3 469			3,10	10 770	2,66	9 229
NIT-NEG. INOV. TECNOLOGIA	1 000			0,00	5	0,00	-
NORVALOR-INV. GESTAO VALORES (FP)	1 650			12,34	20 357	12,34	20 357
NOS, PL	8 404			4,05	34 011	5,22	43 908
NOVABASE SGPS SA	1 188			2,99	3 547	2,21	2 630
PORTUCEL, PL	130 084			2,44	317 361	3,07	399 494
PORTUGAL TELECOM, PL	21 382			3,00	64 237	0,86	18 449
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE	1 029 590			1,00	1 029 590	0,58	596 060
PRESTAMISTA - Cº PREST.PORTUGUESA	91			4,85	441	0,00	-
PUBLICULTURA	1 000			4,99	4 988	0,00	-
REN, PL	26 165 975			2,67	69 808 484	2,41	62 929 172
SAG, PL	148			0,47	70	0,20	30
SALVOR	1 001			11,19	11 202	0,00	-
SEGE	1 200			4,99	5 986	0,00	-
SEMAPA, PL	473			5,97	2 825	9,98	4 721
SERVIBANCA EMP PRESTACAO SERV ACE	2 250			1,00	2 250	1,00	2 250
SGS INDUSTRIA MADEIRA	20 000			4,99	99 760	0,00	-
SOC.IND.RAIONE	100			4,99	499	0,00	-
SODIMUL -SOC.COMÉRCIO E TURISMO	104			3,07	319	0,00	-
SONAE CAPITAL, PL	97			0,22	21	0,26	25
SONAE, PL	30 954				30 216		31 673
SONAGI	3 100				338		3 565
SONAGI - PORTADOR	3 700				393		4 255
SONAREPE (PETROLEO)	2 262				8 805		-
SOTIMA	8 494				450 096		-
TEIXEIRA DUARTE, PL	1 040				1 188		739
TELGECOM	72 023				1 433 466		-
TÊXTEIS ATMA	5				100		-
TÊXTIL LOPES DA COSTA	15 000				151 154		-
UNIFA-UNIAO F FARMACEUTICA	841				419		-
UNITED INVESTMENTS (PORTUGAL)	270 000				2 843 148		537 078
UNITENIS - SOC EMPR TENIS	1				7 981		-
URBIPOR-S.PORT.URB.RAC.	69				368		-
VILATEXTIL SOC IND TEXTIL PREF S/ VOTO	7 440				48		-
sub-total	40 762 394				114 844 039		96 791 909
2.1.1.2 - Títulos de participação							
BFN, FRN, 1987, TP		14 964	100,00		14 964	58,18	8 706
BFN, FRN, 1987-2ª EMISSÃO, TP		12 470	100,00		12 470	64,07	7 989
sub-total		27 434			27 434		16 695
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
7 COLINAS, FII	376 437			47,52	17 889 720	27,35	10 293 858
AF PORTFÓLIO IMOBILIÁRIO, FII	995 742			6,33	6 307 125	8,75	8 708 560
ALVES RIBEIRO-MÉDIAS EMPRESAS(FIM)	15 000			49,88	748 197	45,51	682 719
BONANÇA I, FII	370 000			49,88	18 455 522	40,74	15 074 910
CAIXA ARRENDAMENTO, FIIAH	10 000			1 000,00	10 000 000	1 026,99	10 269 888
CAIXA FUNDO MONETÁRIO, FEI	480 309			5,43	2 606 681	5,56	2 671 672
CAIXAGEST AÇÕES EMERGENTES, (FIM)	754 350			8,24	6 213 382	7,91	5 969 237
CAIXAGEST AÇÕES EUROPA, FIM	155 006			8,59	1 332 239	8,37	1 296 843
CAIXAGEST AÇÕES PORTUGAL, FIM	35 105			10,45	366 689	9,97	349 842
CAIXAGEST ATIVOS CURTO PRAZO, FIM	0			14,29	0	0,00	-

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
CAIXAGEST IMOBILIÁRIO INTERNACIONAL, FII	19 156 913			4,04	77 333 605	3,36	64 426 614
CAIXAGEST INFRAESTRUTURAS, FEI	7 295 129			4,35	31 740 045	4,93	35 972 281
CAIXAGEST LIQUIDEZ, FIM	72 350			5,00	361 678	5,31	384 258
CAIXAGEST MATERIAS PRIMAS, FEI	2 000 000			5,00	10 000 000	3,64	7 276 400
CAIXAGEST OBRIGAÇÕES LONGO PRAZO, FIM	477 051			8,98	4 285 335	11,54	5 506 600
CAIXAGEST OBRIGAÇÕES MAIS, FIM	1 092 720			4,79	5 232 069	5,82	6 360 096
CAIXAGEST OBRIGAÇÕES, FIM	1 216 947			3,79	4 610 518	4,34	5 283 150
CAIXAGEST PRIVATE EQUITY, FEI	6 784 761			4,37	29 673 443	5,01	34 008 615
EUROFUNDO (FII)	8 000			3 049,74	24 397 946	2 369,31	18 954 485
EXPLORER III (FCR)	160			24 928,45	3 996 906	21 056,94	3 376 168
FUNDICAPITAL(FII)	2 024			987,86	1 999 437	869,36	1 759 583
FUNDIESTAMO I, FII	4 000			1 000,00	4 000 000	1 001,22	4 004 895
FUNDIMO (FII)	1 492 394			7,44	11 109 005	7,30	10 893 432
FUNDO ALBUQUERQUE (FIQ)	710			7 566,54	5 374 849	10 331,63	7 339 011
IBÉRIA, FII	1 700 000			4,93	8 382 909	0,00	170
IMOPROMOÇÃO, FII	5 693			1 004,55	5 718 926	661,84	3 767 855
IMORECUPERAÇÃO, FII	120 000			50,00	6 000 000	46,16	5 539 620
IMOSAÚDE, FII	490 000			10,10	4 950 470	11,20	5 488 882
IMOSOCIAL (FII)	4 764 251			5,64	26 855 919	5,19	24 726 463
LUSIMOVEST, FII	262 096			53,46	14 011 197	54,96	14 405 556
LUSO CARBON FUND (FEIF)	100			49 618,30	4 961 830	22 894,78	2 289 478
MAXIRENT, FII	254 557			7,86	2 000 003	9,53	2 426 259
NEW ENERGY FUND, FEIF	150			38 119,26	5 717 890	11 344,32	1 701 648
SAUDEINVEST (FII)	67 817			1 028,55	69 753 030	1 237,62	83 931 452
VIP, FII	133 945			8,30	1 111 582	9,41	1 260 543
VISION ESCRITÓRIOS (FII)	2 328 177			3,83	8 913 500	3,39	7 902 997
sub-total	52 921 895				436 411 648		414 304 040
2.1.1.4 - Outros							
CONCENTRA -CONCENTRADOS SUMOS DE FRUTA	1			329 206,61	329 207	0,00	-
FÁB.LANIFÍCIOS LORDELO	1			249,40	249	0,00	-
sub-total	2				329 456		0
sub-total	93 684 291	27 434			551 612 577		511 112 644
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
BT, CZ, 20/11/2015, GOVT		300 000	99,69		299 082	99,74	299 224
CONSOLIDADO, 2,75%, 1943 PERP, GOVT		54 748	85,67		46 902	57,11	31 269
CONSOLIDADO, 3%, 1942 PERP, GOVT		75 518	78,89		59 579	67,49	50 968
CONSOLIDADO, 3,5%, 1941 PERP, GOVT		37 879	83,18		31 508	50,28	19 046
CONSOLIDADO, 4%, 1940 PERP, GOVT		101 805	82,93		84 422	89,99	91 613
PGB (ME), 3,5%, 25/03/2015, GOVT, USD		5 353 760	94,84		5 077 659	101,39	5 428 156
PGB, 3,35%, 15/10/2015, GOVT		98 700 994	93,96		92 738 127	103,06	101 718 009
PGB, 3,85%, 15/04/2021, GOVT		29 045 900	99,30		28 843 197	113,60	32 996 911
PGB, 3,875%, 15/02/2030, GOVT		139 000	105,11		146 100	106,15	147 552
PGB, 4,1%, 15/04/2037, GOVT		8 000 000	50,50		4 040 000	108,95	8 716 044
PGB, 4,2%, 15/10/2016, GOVT		55 354 064	98,45		54 497 005	107,56	59 539 400
PGB, 4,35%, 16/10/2017, GOVT		225 357 378	87,85		197 976 738	110,17	248 266 654
PGB, 4,45%, 15/06/2018, GOVT		378 418 684	94,81		358 790 242	113,43	429 225 799
PGB, 4,75%, 14/06/2019, GOVT		193 728 000	101,84		197 287 084	116,67	226 027 766
PGB, 4,8%, 15/06/2020, GOVT		50 668 000	102,47		51 920 496	118,60	60 093 254
PGB, 4,95%, 25/10/2023, GOVT		143 970 500	108,91		156 801 012	119,25	171 690 099
PGB, 5,65%, 15/02/2024, GOVT		956 820 700	119,01		1 138 718 059	128,60	1 230 499 601

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
PGB, 6.4%, 15/02/2016, GOVT		173 736 752	99,59		173 021 510	112,21	194 944 158
sub-total		2 319 863 682			2 460 378 722		2 769 785 523
2.1.2.3 - De outros emissores							
AGERG, 24/08/1999, CORP, INCUMP)		24 940	100,00		24 940	0,00	-
ALTRI, FRN, 06/11/2018, CORP		20 000 000	100,00		20 000 000	107,86	21 571 950
BANCO BPI, 3.25%, 15/01/2015, CORP		13 300 000	97,85		13 013 693	103,18	13 723 136
BANCO SANTANDER TOTTA, 1.625%, 11/06/2019, CORP		200 000	104,10		208 200	105,02	210 049
BCP, 3.375%, 27/02/2017, CORP		300 000	100,55		301 653	104,07	312 215
BCP, 3.75%, 08/10/2016, CORP		2 000 000	100,05		2 000 940	105,60	2 112 060
BCP, 4.75%, 22/06/2017, CORP		4 800 000	100,56		4 826 791	111,30	5 342 574
BES, FRN, 27/05/2018, CORP, CALL)		50 000 000	99,77		49 886 282	10,00	5 000 000
BPSM - TOPS, FRN, PERP, CORP		2 669 963	97,01		2 590 131	32,08	856 471
BRISA, 4.5%, 05/12/2016, CORP		2 000 000	95,11		1 902 132	107,02	2 140 431
C MOÇAMBIQUE, 5%, 1953 emiss, CORP, INCUMP)		863	100,00		863	0,00	-
FAB NAC MARGARINA, 02/01/1996, CORP, INCUMP)		174 579	98,50		171 961	0,00	-
FRAPEC, 22/01/1999, CORP, INCUMP)		124 699	100,00		124 699	0,00	-
GALP ENERGIA, 4.125%, 25/01/2019, CORP		17 800 000	102,26		18 201 674	107,79	19 185 813
GALP ENERGIA, FRN, 18/02/2018, CORP		88 000 000	101,00		88 880 000	103,47	91 051 026
MATRENA, 02/11/1999, CORP, INCUMP)		249 399	99,00		246 905	0,00	-
MOTA ENGLI, 5.5%, 22/04/2019, CORP		18 000 000	100,00		18 000 000	104,07	18 732 500
NOVO BANCO, 3.375%, 17/02/2015, CORP		24 300 000	94,51		22 966 362	103,12	25 058 443
NOVO BANCO, 3.875%, 21/01/2015, CORP		33 550 000	100,29		33 647 515	103,50	34 724 940
NOVO BANCO, 4%, 21/01/2019, CORP		100 000	103,12		103 116	100,71	100 714
NOVO BANCO, 4.75%, 15/01/2018, CORP		80 200 000	99,75		79 997 171	103,15	82 727 739
NOVO BANCO, 5.875%, 09/11/2015, CORP		20 500 000	101,24		20 754 425	101,73	20 855 262
OLIVEIRA & FERREIRINHAS 1998, CORP, INCUMP)		49 880	97,67		48 719	0,00	-
PARPUBLICA, 5.25%, 28/09/2017, CONV		1 250 000	100,00		1 250 000	108,77	1 359 626
PORTUCEL, 5.375%, 15/05/2020, CORP, CALL)		10 700 000	100,84		10 790 000	107,78	11 532 982
REGISCONTA, FRN, 18/05/1998, CORP, INCUMP)		252 329	0,10		249	0,00	-
REN, 4.125%, 31/01/2018, CORP		53 500 000	100,97		54 016 315	112,09	59 967 432
SOMECE, FRN, 1994 emiss, CORP, INCUMP)		2 094 951	99,47		2 083 895	0,00	-
T.LUÍS CORREIA, 1997, CORP, INCUMP)		24 940	0,10		25	0,00	-
TUROPA, 15/04/1999, CORP, INCUMP)		249 399	99,50		248 152	0,00	-
VOLTA, 4.172%, 16/02/2017, MTGE		18 278 177	100,00		18 278 176	102,74	18 779 409
sub-total		464 694 119			464 564 984		435 344 772
sub-total		2 784 557 801			2 924 943 706		3 205 130 295
total	93 684 291	2 784 585 235			3 476 556 283		3 716 242 939
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
21VIANET ADR, US, USD	100			12,72	1 272	12,73	1 273
AEGON, NA	7 892			6,69	52 761	6,26	49 382
AFRICADOS-AFRICA SUP	500			4,99	2 494	0,00	-
AGEAS, BB	34 400			29,01	997 853	29,50	1 014 800
AGRAN - AGRO QUIMICA ANGOLA	500			2,49	1 247	0,00	-
AIR LIQUIDE, FP	24 679			90,20	2 226 011	102,80	2 537 005
AIRBUS GROUP, FP	1 094			43,94	48 075	41,33	45 220
AKZO NOBEL, NA	100 528			44,59	4 482 220	57,54	5 784 381
ALAR - MATERIAL AERONÁUTICO	1 000			9,93	9 926	0,00	-
ALAR-EMP. ANGOLANA MAT. AERONAUTICO	200			4,99	998	0,00	-
ALLIANZ, GY	70 036			105,06	7 357 636	138,05	9 668 306

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
ANGOL (Exp. Petroleo)	7 653			1,08	8 230	0,00	-
ANGOL (EXPL.PETRÓLEO)	555			4,99	2 768	0,00	-
ANHEUSER-BUSCH INBEV, BB	125 892			65,98	8 306 020	93,55	11 777 411
ARPEM - (ARM.PESCAS)	1 000			5,09	5 089	0,00	-
ASSOCIATED BRITISH FOODS, LN, GBP	591			34,61	20 454	40,48	23 924
ATLANTIA, IM	3 271			18,06	59 072	19,33	63 228
AXA, FP	236 666			16,09	3 809 000	19,21	4 545 171
BANCA INTESA, IM	2 289 314			1,67	3 812 088	2,42	5 544 719
BANCO COMERCIAL ANGOLA	10 848			4,40	47 767	0,00	-
BANCO CRED. COM. INDUS.	12 943			5,21	67 443	0,00	-
BANCO SANTANDER, SM	1 098 557			6,79	7 463 030	7,00	7 685 505
BANCO STANDART TOTTA	1 491			2,63	3 916,83	0,00	-
BARCLAYS, LN, GBP	551 089			3,00	1 650 587	3,13	1 722 816
BASF, GY	163 668			69,33	11 347 367	70,08	11 469 671
BAYER, GY	67 203			81,07	5 448 434	113,45	7 623 937
BBVA, SM	533 492			7,58	4 043 796	7,85	4 190 046
BELGACOM, BB	175 168			22,23	3 894 848	30,06	5 264 674
BMW, GY	954			86,37	82 396	89,81	85 675
BNP PARIBAS, FP	203 315			52,52	10 677 439	49,21	10 004 174
BONA ADR, US, USD	39 116			4,35	170 103	5,82	227 782
BONA, US, USD	4 165 926			8,66	36 073 917	11,65	48 518 403
BRITISH TELECOM, LN, GBP	5 019			5,19	26 035	5,15	25 871
C. CERVEJAS REF. MAC. MAHON	14 955			2,91	43 584	0,00	-
C. CIMENTOS MOÇAMBIQUE	2			399,04	798	0,00	-
C. SEGUROS ANGOLA	1 650			6,51	10 743	0,00	-
C.A.D.A (AGRICULTURA)	500			21,43	10 714	0,00	-
C.BOROR - NOMINATIVAS	1 500			1,83	2 738	0,00	-
C.BOROR - PORTADOR	500			2,49	1 245	0,00	-
C.BOROR COMERCIAL	1 500			0,10	150	0,00	-
C.CABINDA	2 600			0,50	1 297	0,00	-
C.RESSEGURO MOÇAMBIQUE	500			4,99	2 494	0,00	-
C.S. MUND. CONF. MOÇAMBIQUE	6 978			11,18	77 987	0,00	-
C.SEGUROS LUSITANA	100			1,50	150	0,00	-
C.TEXTIL PUNGUE	1 735			4,98	8 644	0,00	-
C ⁴ SEGUROS NAUTICUS	155 275			0,59	91 763	0,00	-
C ⁴ SEGUROS NAUTICUS ANGOLA	3 000			0,00	0	0,00	-
CAP GEMINI, FP	741			53,21	39 427	59,45	44 051
CARREFOUR, FP	104 118			25,34	2 638 248	25,28	2 631 589
CHINA HUARONG ASSET MANAGEMENT, CH, CNY	500 000 000			0,26	130 456 172	0,26	130 456 172
CHINA YUCHAI, US, USD	582 662			14,53	8 463 994	15,64	9 113 542
CICOMO (CORDOARIAS)	6 302			4,48	28 216	0,00	-
COMMERZBANK, GY	4 568			11,28	51 515	10,98	50 157
COMP GERAL ANGOLA	41			7,37	302	0,00	-
COMP. AGRÍCOLA NEVES	400			1,95	781	0,00	-
COMP. ILHA DO PRÍNCIPE	700			4,48	3 139	0,00	-
COMP. SEG. UNIVERSAL ANGOLA	103 628			1,16	120 250	0,00	-
COMP. VIDREIRA MOÇAMBIQUE	420			3,80	1 596	0,00	-
COMP. ZAMBEZIA	10 000			0,64	6 399	0,00	-
COMP.AÇÚCAR DE ANGOLA	670			13,16	8 819	0,00	-
COMP.BUZI	2 000			1,32	2 640	0,00	-
COMP.CELULOSE U.PORT.	9 461			4,99	47 191	0,00	-

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
COMP.SEGUROS FIDELIDADE ATLÂNTICA	2 060			12,25	25 239	0,00	-
COMPª DE MOÇAMBIQUE	4 018			1,42	5 718	0,00	-
CONFABRIL-C.FABRIL	4 000			2,49	9 976	0,00	-
CONTINENTAL S.A. S.A.	750			6,03	4 519	0,00	-
CONTINENTAL S.A. S.B	1 250			1,21	1 506	0,00	-
CREDIT SUISSE GROUP, VX, CHF	2 600			21,49	55 872	20,85	54 218
DAIICHI SANKYO, JP, JPY	29 800			11,85	353 045	11,62	346 261
DAIMLER, GY	17 460			61,15	1 067 745	69,20	1 208 256
DANONE, FP	173 481			47,98	8 322 889	54,35	9 428 692
DASSAULT, FP	482			47,57	22 930	50,48	24 331
DEUTSCHE BANK, GY	267 506			39,80	10 647 169	25,06	6 703 700
DEUTSCHE POST, GY	1 122			26,86	30 138	27,08	30 389
DEUTSCHE TELEKOM, GY	6 428			12,05	77 464	13,28	85 364
DIA, SM	240 025			4,66	1 118 546	5,63	1 350 621
DIAMANG	7 600			2,73	20 758	0,00	-
DNB, NO, NOK	2 493			14,88	37 091	12,24	30 521
E.ON, GY	172 204			25,18	4 335 285	14,25	2 453 046
EDF, FP	950 365			23,13	21 982 425	22,83	21 692 081
EDP RENOVAVEIS, PL	10 607			4,68	49 680	5,40	57 305
ENAGAS, SM	68 163			15,31	1 043 693	26,13	1 780 759
ENEL, IM	683 811			3,79	2 588 925	3,70	2 527 365
ENI SPA, IM	614 153			17,10	10 504 749	14,51	8 911 360
FERROVIAL, SM	2 023			16,12	32 620	16,42	33 210
FINMECCANICA, IM	7 129			7,05	50 279	7,73	55 122
FOMENTO PREDIAL DE MOÇAMBIQUE	635			4,27	2 708	0,00	-
FRESENIUS MEDICARE, GY	20 468			49,78	1 018 978	61,74	1 263 694
FRESENIUS, GY	582			38,34	22 314	43,14	25 107
GDF (EX. SUEZ), FP	93 600			36,68	3 433 351	19,43	1 818 648
HENNES & MAURITZ, SS, SEK	1 038			33,77	35 057	34,66	35 981
HERMES, FP	3			0,00	0	294,80	884
HIDRO ELECT. A. CATUMBELA	8 991			4,99	44 847	0,00	-
HIDRO ELECTRICA REVUE	127			4,61	586	0,00	-
HOSPITAL CORACAO CAUT 90	50			49,88	2 494	0,00	-
HUABAO INTERNATIONAL, HK, HKD	25 086 000			0,59	14 890 446	0,67	16 862 523
HUGO BOSS, GY	398			102,25	40 695	101,79	40 512
IBERDROLA, SM	10 931			4,92	53 834	5,60	61 181
ICBC 6% PREFERED SHARES, HK	99 000 000			1,00	99 000 000	1,03	101 625 480
ILIAD, FP	14 944			117,54	1 756 481	198,40	2 964 890
INDITEX, SM	2 995			23,51	70 400	23,71	70 996
INDIVIOR, LN, GBP	216			1,49	322	1,92	414
INFINEON, GY	4 132			7,98	32 987	8,83	36 483
ING Groep, NA	640 743			8,64	5 536 158	10,83	6 939 247
INST INVESTIGATION REPARACION DE VEHICULOS	11			2 957,45	32 532	2 957,45	32 532
IRISH BANK RESOLUTION, ID	446			15,21	6 784	0,00	-
JAZZTEL, SM	1 771			10,31	18 268	12,55	22 226
JIMMY CHOO, LN, GBP	181 218			1,76	318 925	2,21	400 639
K+S, GY	2 512			23,34	58 639	22,92	57 570
KAZMUNAIGAS GDR, LI, USD	2 240			12,04	26 977	11,49	25 738
KBC GROUPE, BB	1 327			42,57	56 490	46,46	61 647
L' OREAL, FP	296			122,43	36 241	139,15	41 190
LIBERBANK, SM	75 536			0,72	54 046	0,67	50 971

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
LVMH, FP	19 590			130,53	2 557 066	132,15	2 588 826
MABOR (M.ANG.BORRACHA)	145			4,99	723	0,00	-
MABOR MOÇAMBIQUE	1 000			5,02	5 023	0,00	-
MARINE HARVEST, NO, NOK	522 224			10,05	5 248 707	11,37	5 937 251
METALURGIA CASAL	64			3,77	241	0,00	-
MINDRAY MEDICAL ADR, US, USD	173 373			24,22	4 198 978	21,74	3 768 482
MOELLER MAERSK, DC, DKK	37			1 703,90	63 044	1 605,04	59 386
MOTA ENGL AFRICA, NA	53			0,00	0	7,10	376
MUNCHENER RUCK, GY	23 657			135,50	3 205 586	166,05	3 928 173
NATIXIS, FP	6 780			5,55	37 598	5,48	37 184
NESTE OIL, FH	1 333			19,91	26 538	20,06	26 740
NEW CHINA LIFE INSURANCE, HK, HKD	39 907 100			2,88	114 749 542	4,13	164 849 335
NEW ORIENTAL EDUCATION ADR, US, USD	490 797			14,30	7 015 997	16,81	8 250 693
NIKKISO, JP, JPY	1 346 500			8,91	11 997 424	7,71	10 384 080
NOKIA, FH	197 819			7,72	1 526 690	6,56	1 297 693
NORSK HYDRO, NO, NOK	12 398			4,66	57 741	4,69	58 192
NOVARTIS, VX, CHF	532			56,97	30 308	76,78	40 847
NOVINVEST (SOC.N.INVEST)	500			10,49	5 245	0,00	-
OCADO, LN, GBP	2 351			4,11	9 674	5,13	12 068
ONIAGUAS EMP.A.M.MAÇÃO	1 500			0,17	249	0,00	-
PADDY POWER, ID	654			62,53	40 898	68,42	44 747
PANDORA, DC, DKK	737			50,13	36 945	67,68	49 881
PERFECT WORLD ADR, US, USD	520 614			16,04	8 349 609	12,98	6 757 991
PETRANGOL (PETROLEOS ANGOLA)	44			2,49	110	0,00	-
PHILIPS, NA	77 440			24,87	1 925 805	24,15	1 870 176
PING AN INSURANCE, HK, HKD	12 506 818			6,44	80 515 713	8,39	104 920 741
PLANTACAO CUEMBA	190			0,00	0	0,00	-
PLAYTECH, LN, GBP	4 525			8,37	37 880	8,82	39 923
POOL ESP. RIESGOS AMBIENTAL	1			29 780,73	29 781	0,00	-
POOL ESPANOL GRANDES RIESGOS	1			137 935,99	137 936	0,00	-
PRODIS	34			0,25	9	0,00	-
QIHOO 360 TECHNOLOGY ADR, US USD	573 577			52,10	29 883 324	47,14	27 037 157
RECKITT BENCKISER, LN, GBP	543			65,30	35 456	66,89	36 321
RED ELECTRICA, SM	415			61,05	25 338	73,21	30 382
RENAULT, FP	38 740			44,44	1 721 592	60,53	2 344 932
REPSOL, SM	99 875			19,15	1 912 793	15,54	1 552 058
RHJ, BB	2 683 246			3,90	10 469 152	4,61	12 369 764
RYANAIR, ID	6 171			9,54	58 845	9,79	60 421
SAFRAN, FP	1 146			48,36	55 418	51,17	58 643
SALVATORE FERRAGAMO, IM	1 281			21,46	27 486	20,39	26 122
SANAD (C. ASSURANCE)	423			5,06	2 142	0,00	-
SANOFI-SYNTHELABO, FP	171 497			68,83	11 803 749	75,50	12 948 080
SAP, GY	174 931			57,95	10 137 689	58,31	10 200 203
SAUL (SOC.ADM.URD.M.)	1 147			2,10	2 405	0,00	-
SHIRE, LN, GBP	816			57,02	46 528	58,20	47 489
SHUI ON DEVELOPMENT PERPETUAL, USD	5 000 000			0,83	4 153 361	0,82	4 087 390
SIEMENS, GY	159 537			87,02	13 883 065	93,95	14 988 446
SINA, US, USD	1 598 654			34,74	55 529 874	30,80	49 232 908
SOC. ALGODOEIRA DO AMBRIZ- NOM.	111			0,50	56	0,00	-
SOC.AGRÍCOLA DO CASSEQUEL	8 260			4,35	35 971	0,00	-
SOC.AGRÍCOLA DO INCOMATI	100			8,73	873	0,00	-

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
SOCAJU-SOC.COM.IND.CAJU	66 000			0,50	32 921	0,00	-
SOCIETE GENERALE, FP	82 507			37,07	3 058 202	34,99	2 886 920
SOGERE SOC.G.SERV.REF.	100			5,01	501	0,00	-
SONEFE - NOMINATIVAS	5 371			1,83	9 823	0,00	-
SONEFE -PORTADOR	282			1,60	451	0,00	-
SOUFUN ADR, US, USD	5 047 165			7,44	37 558 243	6,08	30 679 580
ST.GOBAIN, FP	54 342			34,27	1 862 442	35,23	1 914 469
SUEZ ENVIRONNEMENT, FP	2 105			11,51	24 221	14,43	30 379
SUNCOKE ENERGY PARTNERS, US, USD	119 049			21,74	2 588 365	22,26	2 649 456
TELEFONICA, SM	427 537			19,03	8 134 456	11,90	5 087 755
TOM TAILOR, GY	4 036 681			10,50	42 385 150	11,93	48 137 421
TOTAL FINA, FP	417 888			44,02	18 396 845	42,52	17 766 513
TRANSPORT INFRASTRUCTURE INVESTMENT COMPANY	1 281 000			5,00	6 403 813	5,60	7 173 600
UNICREDIT, IM	340 873			8,09	2 757 515	5,34	1 818 558
UNILEVER, NA	149 755			28,07	4 203 031	32,64	4 887 264
UNIONE DI BANCHE ITALIANE, IM	30			11,92	358	5,96	179
UPM KYMMENE, FH	4 230			13,68	57 877	13,61	57 587
URALKALI GDR, LI, USD	349 659			9,79	3 424 027	9,64	3 369 583
VALEO, FP	50 201			55,24	2 773 071	103,60	5 200 824
VERIZON COMMUNICATIONS, US, USD	11			23,11	254	38,84	427
VINCI, FP	133 907			41,11	5 504 740	45,51	6 094 108
VIVENDI, FP	114 690			17,57	2 015 429	20,69	2 372 363
VODAFONE, LN, GBP	233			2,31	539	2,86	666
VOLKSWAGEN PFD, GY	41 617			171,37	7 131 974	184,90	7 694 983
YOUKU ADR, US, USD	500 902			14,02	7 022 119	14,66	7 343 757
sub-total	718 937 322				980 202 652		1 074 489 532
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
AXA EUROPE ACTIONS C, FIM	46			84,30	3 878	120,61	5 548
BCP GLOBAL SICAV INSTITUTIONAL EURO EQUITIES - I, FIM	25 600			57,64	1 475 499	91,12	2 332 672
CAAM OBL. INTL. (EUR) I SI, FIM	46			307,85	14 161	547,59	25 189
DB X-TRACKERS EURO STOXX 50 ETF - 1C, FIM	8 543			29,04	248 101	39,65	338 730
DB X-TRACKERS II EUROPE 5Y ETF, FIM	5 961			106,11	632 507	116,56	694 814
DB X-TRACKERS SOV. EUROZONE ETF, FIM	597			166,88	99 629	219,31	130 928
GREFF, FII	26 242			78,98	2 072 534	91,94	2 412 688
HYPD DOW DJ EURO STOXX 50 ETF, FIM	34 163			30,27	1 034 177	31,74	1 084 334
INVESCO ABSOLUTE RETURN BOND FUND E, FIM	11 142			2,20	24 484	2,82	31 420
INVESCO ACTIONS EUROPE SI., FIM	13 345			42,01	560 634	54,28	724 380
INVESCO FUNDS GREATER CHINA EQUITY FD A, FIM	484			33,13	16 033	38,35	18 561
INVESCO MULTI PATRIMOINE A, FIM	3 787			9,11	34 494	9,98	37 794
INVESCO MULTI PATRIMOINE E, FIM	21 921			20,41	447 467	22,90	501 993
INVESCO MULTI STRATEGIE E, FIM	1 229			22,71	27 915	29,00	35 641
INVESCO NIPPON SMALL / MID CAP EQUITY A, FIM	1 362			12,28	16 731		9 641
ISHARES EURO CORPORATE (FIM)	5 041			123,30	621 578		679 779
ISHARES IBOXX EUR LIQUID SOVEREIGNS (FIM)	3 199			113,88	364 298	122,00	390 278
LYXOR ETF, FIM	711			109,87	78 115	101,93	72 472
MAGNUM CAPITAL, FIM	9 563 253			1,00	9 533 285	0,78	7 418 200
MARGUERITE FUND, FEI	1 957 500			1,00	1 957 500	1,12	2 183 406
PALATINE MONETAIRE-D, FIM	3			522,78	1 336	477,14	1 219
SIMBAD ACTIONS EUROPE C FCP 5DEC, FIM	58			200,91	11 676	231,72	13 467
TISHMAN SPEYER ESOF SCOTS FEEDER (FII)	5 848 861			0,96	5 634 050	0,91	5 310 415
TISHMAN SPEYER EUROPEAN CORE FUND (FII)	1 067 189			9,18	9 791 814	7,34	7 828 853

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
sub-total	18 600 284				34 701 896		32 282 422
sub-total	737 537 606				1 014 904 548		1 106 771 954
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB, 3.25%, 28/09/2016, GOVT		1 850 000	104,58		1 934 799	106,51	1 970 472
BGB, 4%, 28/03/2017, GOVT		1 441 276	105,80		1 524 911	111,63	1 608 919
BGB, 5.5%, 28/03/2028, GOVT		841 300	98,13		825 595	156,47	1 316 416
BGB, FRN, 15/02/2016, GOVT		18 000 000	99,66		17 938 800	100,79	18 142 716
BOTS, CZ, 13/11/2015, GOVT		340 000	99,68		338 914	99,69	338 952
BTPS IL, 2.1% INFL, 15/09/2017, GOVT		488 000	105,71		515 874	121,32	592 039
BTPS IL, 2.35% INFL, 15/09/2019, GOVT		807 000	101,78		821 396	120,18	969 836
BTPS, 3%, 01/11/2015, GOVT		599 000	99,29		594 754	102,55	614 246
BTPS, 3%, 15/06/2015, GOVT		59 000	102,49		60 471	101,25	59 735
BTPS, 3.5%, 01/06/2018, GOVT		296 778 000	107,06		317 743 068	109,09	323 748 209
BTPS, 3.75%, 01/03/2021, GOVT		116 570 000	106,59		124 251 307	115,72	134 892 648
BTPS, 3.75%, 01/08/2016, GOVT		596 000	104,23		621 186	106,29	633 514
BTPS, 3.75%, 01/08/2021, GOVT		17 858 000	98,26		17 546 414	116,04	20 723 122
BTPS, 3.75%, 15/04/2016, GOVT		4 150 000	96,43		4 001 679	104,62	4 341 658
BTPS, 4%, 01/02/2017, GOVT		6 075 000	104,66		6 357 949	108,48	6 589 988
BTPS, 4%, 01/09/2020, GOVT		8 600 000	108,61		9 340 374	117,01	10 062 518
BTPS, 4.25%, 01/09/2019, GOVT		998 000	109,88		1 096 583	116,06	1 158 311
BTPS, 4.5%, 01/03/2019, GOVT		119 350 000	108,36		129 326 237	115,99	138 439 011
BTPS, 4.5%, 01/03/2024, GOVT		182 000	118,40		215 492	124,38	226 379
BTPS, 4.5%, 01/05/2023, GOVT		502 000	112,01		562 307	122,14	613 161
BTPS, 4.5%, 01/08/2018, GOVT		2 344 000	105,71		2 477 885,10	114,62	2 686 662
BTPS, 4.75%, 01/08/2023, GOVT		670 000	108,42		726 393	125,90	843 514
BTPS, 4.75%, 01/09/2021, GOVT		49 971 000	100,02		49 978 595	122,72	61 324 240
BTPS, 4.75%, 15/09/2016, GOVT		11 402 000	108,76		12 400 446,34	108,09	12 324 133
BTPS, 5%, 01/03/2022, GOVT		34 100 000	116,41		39 694 105	125,35	42 743 509
BTPS, 5.25%, 01/08/2017, GOVT		40 106 000	111,77		44 826 083	113,61	45 563 816
BTPS, 5.5%, 01/09/2022, GOVT		46 199 000	112,21		51 838 698	130,07	60 089 828
BTPS, 9%, 01/11/2023, GOVT		414 000	145,01		600 358	160,66	665 151
BTPS, CZ, 01/08/2016, GOVT		30 000	92,35		27 705	99,01	29 702
BTPS, CZ, 01/11/2017, GOVT		30 000	87,01		26 103	97,98	29 395
BTPSH, CZ, 01/08/2018, GOVT		20 041 000	88,44		17 724 807	96,84	19 408 306
BTPSH, CZ, 01/08/2021, GOVT		27 532 000	76,29		21 003 671	90,64	24 955 831
BTPSH, CZ, 01/11/2015, GOVT		146 565	96,73		141 777	99,65	146 056
BTPSH, CZ, 01/11/2022, GOVT		16 945 000	75,16		12 735 361	87,32	14 795 696
BTPSH, CZ, 01/11/2023, GOVT		5 380	66,12		3 557	84,39	4 540
BTPSH, CZ, 01/11/2027, GOVT		111 000	53,14		58 984	70,89	78 691
BTPSH, CZ, 01/11/2029, GOVT		108 400	48,10		52 136	65,32	70 807
BTPSR, 4.25%, CZ, PD, 01/02/2015, GOVT		8 483 624	66,43		5 635 346	99,99	8 482 776
BTPSS, CZ, 01/02/2016, GOVT		2 089 100	95,74		2 000 043	99,48	2 078 153
BTPSS, CZ, 01/05/2015, GOVT		362 920	99,14		359 792	99,87	362 437
BTPSS, CZ, 01/05/2021, GOVT		1 850 000	76,68		1 418 594	90,71	1 678 117
BTPSS, CZ, 01/11/2018, GOVT		16 500 000	82,83		13 666 959	95,97	15 835 380
CCTS, FRN, 01/11/2018, GOVT		100 000	104,08		104 083	104,17	104 165
CCTS, FRN, 15/12/2015, GOVT		41 900 000	100,26		42 009 977	100,43	42 081 641
DBR, 1.5%, 04/09/2022, GOVT		15 900 000	99,70		15 852 936	109,77	17 454 214
DBR, 1.5%, 15/05/2023, GOVT		214 000	104,60		223 839	110,39	236 243
DBR, 1.75%, 04/07/2022, GOVT		165 000	103,29		170 425	112,08	184 938

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
DBR, 1.75%, 15/02/2024, GOVT		74 000	108.52		80 306	113.02	83 633
DBR, 3.25%, 04/01/2020, GOVT		995 000	101.57		1 010 608	119.41	1 188 173
DBR, 3.5%, 04/01/2016, GOVT		778 000	105.82		823 271	106.90	831 695
DBR, 3.75%, 04/01/2015, GOVT		5 550 000	106.29		5 898 908	103.51	5 745 022
DBR, 3.75%, 04/01/2017, GOVT		2 604 000	107.03		2 787 092	111.38	2 900 437
DBR, 3.75%, 04/01/2019, GOVT		1 552 000	105.01		1 629 799	118.99	1 846 785
DBR, 4%, 04/01/2018, GOVT		32 000	101.92		32 614	116.19	37 181
DBR, 4.75%, 04/07/2028, GOVT		554 000	94.65		524 380	151.69	840 376
DBR, 6%, 20/06/2016, GOVT		0	121.18		0	0,00	-
DBR, 6.25%, 04/01/2030, GOVT		368 130	105.58		388 680	180.97	666 210
DBR, 6.5%, 04/07/2027, GOVT		150 250	109.99		165 261	171.47	257 639
DBR, CZ, 04/07/2038, GOVT		30 000	51.71		15 513	70.26	21 078
DBR, CZ, 04/07/2039, GOVT		30 100	51.81		15 595	70.12	21 107
DBR, CZ, 04/07/2040, GOVT		17 560	50.59		8 884	68.73	12 069
FRTR, 1.75%, 25/05/2023, GOVT		15 800 000	95.43		15 077 150	110.10	17 396 558
FRTR, 3%, 25/04/2022, GOVT		33 000	114.26		37 705	119.89	39 565
FRTR, 3.5%, 25/04/2026, GOVT		300 000	104.25		312 750	128.34	385 012
FRTR, 4.25%, 25/04/2019, GOVT		2 366 000	107.32		2 539 153	120.22	2 844 428
FRTR, 4.25%, 25/10/2023, GOVT		561 000	116.20		651 882	131.63	738 419
FRTR, 5%, 25/10/2016, GOVT		5 000	111.47		5 574	110.02	5 501
FRTR, 5.5%, 25/04/2029, GOVT		931 570	100.49		936 137	158.48	1 476 325
FRTR, 5.53% CZ, CP05/02/01 25/10/2019, GOVT		1 742 935	36.45		635 279	99.11	1 727 458
FRTR, 5.576% CZ, CP05/02/01 25/04/2029, GOVT		7 272 250	21.61		1 571 366	81.15	5 901 576
FRTR, 5.75%, 25/10/2032, GOVT		67 000	111.57		74 751	167.06	111 927
FRTR, 6%, 25/10/2025, GOVT		250 000	131.97		329 915	152.75	381 866
FRTR, 8.5%, 25/10/2019, GOVT		0	150.81		1	0,00	-
FRTR, CZ, 25/04/2030, GOVT		51 720	60.15		31 111	78.52	40 611
FRTR, CZ, 25/04/2038, GOVT		14 197	43.81		6 220	62.95	8 937
FRTR, CZ, 25/04/2042, GOVT		203 697	38.32		78 054	56.99	116 095
FRTR, CZ, 25/04/2043, GOVT		195 738	37.10		72 612	55.72	109 059
FRTR, CZ, 25/04/2044, GOVT		177 793	35.97		63 950	54.40	96 712
FRTR, CZ, 25/04/2045, GOVT		173 524	34.70		60 210	53.27	92 433
FRTR, CZ, 25/04/2046, GOVT		160 505	33.61		53 940	51.99	83 442
FRTR, CZ, 25/04/2047, GOVT		150 733	32.63		49 186	50.73	76 465
FRTR, CZ, 25/04/2048, GOVT		145 501	31.54		45 888	49.48	71 998
FRTR, CZ, 25/04/2049, GOVT		139 421	30.51		42 542	48.19	67 183
FRTR, CZ, 25/04/2050, GOVT		134 175	29.42		39 469	47.06	63 145
FRTR, CZ, 25/04/2051, GOVT		129 541	28.46		36 868	45.88	59 432
FRTR, CZ, 25/04/2052, GOVT		125 426	27.48		34 469	44.71	56 080
FRTR, CZ, 25/04/2053, GOVT		120 926	26.64		32 211	43.57	52 687
FRTR, CZ, 25/04/2054, GOVT		110 000	25.87		28 460	42.37	46 609
FRTR, CZ, 25/04/2055, GOVT		89 380	23.04		20 589	41.80	37 359
FRTR, CZ, 25/04/2056, GOVT		86 399	21.99		18 997	40.13	34 668
FRTR, CZ, 25/04/2057, GOVT		82 154	21.22		17 434	39.09	32 111
FRTR, CZ, 25/04/2058, GOVT		78 689	20.41		16 064	37.93	29 846
FRTR, CZ, 25/04/2059, GOVT		75 555	19.71		14 890	36.91	27 885
FRTR, CZ, 25/04/2060, GOVT		758 969	19.32		146 656	36.29	275 430
FRTR, CZ, 25/10/2015, GOVT		30 000	99.05		29 716	100,00	30 001
FRTR, CZ, 25/10/2019, GOVT		492 362	93.88		462 234	99.17	488 251
FRTR, CZ, 25/10/2020, GOVT		380 986	91.29		347 813	98.25	374 300
FRTR, CZ, 25/10/2021, GOVT		364 966	88.11		321 582	97,06	354 236

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
FRTR, CZ, 25/10/2022, GOVT		343 865	84,79		291 554	95,62	328 800
FRTR, CZ, 25/10/2023, GOVT		307 294	81,18		249 462	93,98	288 786
FRTR, CZ, 25/10/2024, GOVT		414 858	77,85		322 962	91,42	379 280
FRTR, CZ, 25/10/2025, GOVT		325 015	74,14		240 951	88,86	288 795
FRTR, CZ, 25/10/2026, GOVT		260 349	71,82		186 985	86,48	225 142
FRTR, CZ, 25/10/2027, GOVT		322 577	69,11		222 918	84,71	273 239
FRTR, CZ, 25/10/2028, GOVT		297 642	65,99		196 409	81,82	243 534
FRTR, CZ, 25/10/2029, GOVT		244 564	63,47		155 215	79,59	194 639
FRTR, CZ, 25/10/2030, GOVT		294 231	59,40		174 783	77,45	227 894
FRTR, CZ, 25/10/2031, GOVT		317 179	57,61		182 737	75,27	238 750
FRTR, CZ, 25/10/2032, GOVT		345 490	55,18		190 638	73,25	253 075
FRTR, CZ, 25/10/2033, GOVT		278 111	52,98		147 335	71,20	198 018
FRTR, CZ, 25/10/2034, GOVT		367 896	51,28		188 641	69,45	255 507
FRTR, CZ, 25/10/2035, GOVT		260 043	49,15		127 816	67,59	175 766
FRTR, CZ, 25/10/2036, GOVT		278 684	47,07		131 171	65,76	183 271
FRTR, CZ, 25/10/2037, GOVT		139 828	46,70		65 298	64,01	89 497
FRTRD, CZ, 25/04/2016, GOVT		476 591	99,23		472 923	99,99	476 558
FRTRD, CZ, 25/04/2039, GOVT		210 034	43,59		91 554	61,40	128 965
FRTRD, CZ, 25/04/2040, GOVT		180 562	41,67		75 244	60,04	108 413
FRTRD, CZ, 25/04/2041, GOVT		159 583	40,09		63 969	58,80	93 835
FRTRD, CZ, 25/10/2038, GOVT		185 181	44,14		81 737	62,49	115 712
NETHER, 7.5%, 15/01/2023, GOVT		661 120	115,37		762 750	162,35	1 073 340
NETHERLANDS, 3.5%, 15/07/2020, GOVT		9 000	111,52		10 037	119,94	10 795
NETHERLANDS, 3.75%, 15/01/2023, GOVT		13 000	113,72		14 784	129,41	16 823
NETHERLANDS, 4%, 15/07/2019, GOVT		509 000	103,70		527 839	119,67	609 105
NETHERLANDS, 4.5%, 15/07/2017, GOVT		1 115 557	110,73		1 235 254	113,48	1 265 974
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2026, GOVT		52 262	75,09		39 245	89,77	46 913
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2028, GOVT		20 850	70,41		14 681	85,68	17 864
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2031, GOVT		51 542	64,62		33 309	80,80	41 645
NETHERLANDS, CZ, 15/01/2035, GOVT		50 819	57,40		29 168	74,23	37 725
NETHERLANDS, CZ, 15/07/2015, GOVT		3 590 000	94,56		3 394 841	99,99	3 589 462
OAT IL, 1.6% INFL, 25/07/2015, GOVT		10 150 000	107,23		10 883 769	121,01	12 282 544
OAT IL, 2.25% INFL, 25/07/2020, GOVT		480 000	115,64		555 084	140,46	674 218
OAT IL, 3.4% INFL, 25/07/2029, GOVT		1 948 000	144,96		2 823 749	188,91	3 679 921
OLOD, CZ, 28/03/2021, GOVT		5 140	86,92		4 468	97,26	4 999
OLOD, CZ, 28/03/2029, GOVT		51 974	62,09		32 270	80,65	41 919
OLOD, CZ, 28/03/2033, GOVT		30 650	52,16		15 986	72,35	22 174
OLOD, CZ, 28/03/2038, GOVT		38 005	42,72		16 237	63,31	24 061
OLOD, CZ, 28/03/2039, GOVT		51 827	41,34		21 426	61,68	31 968
OLOD, CZ, 28/03/2040, GOVT		51 735	39,86		20 622	59,93	31 007
OLOD, CZ, 28/03/2041, GOVT		51 482	38,84		19 995	58,79	30 267
OLOD, CZ, 28/09/2021, GOVT		3 580 000	83,68		2 995 799	96,88	3 468 197
OLOR, 8% CZ, PD 28/03/2015, GOVT		27 750 000	40,19		11 152 573	100,03	27 758 603
RAGB, 3.5%, 15/07/2015, GOVT		21 000	103,52		21 740	103,47	21 728
RAGB, 3.5%, 15/09/2021, GOVT		245 000	108,51		265 848	122,19	299 363
RAGB, 4.65%, 15/01/2018, GOVT		10 000	110,40		11 040	118,31	11 831
SGLT, CZ, 20/11/2015, GOVT		332 000	99,69		330 966	99,72	331 083
SPGB, 3%, 30/04/2015, GOVT		2 430 000	98,67		2 397 560	102,84	2 499 102
SPGB, 3.15%, 31/01/2016, GOVT		174 000	97,27		169 251	105,84	184 157
SPGB, 3.8%, 30/04/2024, GOVT		20 000	108,11		21 621	122,25	24 450
SPGB, 3.8%, 31/01/2017, GOVT		9 228 000	99,98		9 226 110	109,89	10 140 858

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
SPGB, 4%, 30/07/2015, GOVT		87 000	103,75		90 263	103,74	90 252
SPGB, 4.10%, 30/07/2018, GOVT		258 198 000	109,96		283 903 332	113,35	292 667 079
SPGB, 4.2%, 31/01/2037, GOVT		117 000	98,18		114 866	129,21	151 174
SPGB, 4.25%, 31/10/2016, GOVT		29 918 000	107,41		32 134 861	107,68	32 214 288
SPGB, 4.3%, 31/10/2019, GOVT		36 373 000	110,03		40 019 744	116,83	42 494 078
SPGB, 4.4%, 31/10/2023, GOVT		261 000	113,19		295 422	124,81	325 759
SPGB, 4.6%, 30/07/2019, GOVT		56 060 000	111,53		62 521 116	118,49	66 424 653
SPGB, 4.8%, 31/01/2024, GOVT		338 000	108,63		367 157	132,10	446 482
SPGB, 5.5%, 30/04/2021, GOVT		107 851 000	117,76		127 010 261	130,35	140 585 699
SPGB, 5.50%, 30/07/2017, GOVT		3 324 000	108,35		3 601 707	114,57	3 808 423
SPGB, 5.75%, 30/07/2032, GOVT		4 090 000	120,04		4 909 686	149,72	6 123 590
SPGBR, CZ, 30/04/2021, GOVT		33 500 000	76,43		25 602 627	93,15	31 204 915
SPGBR, CZ, 30/07/2018, GOVT		16 100 000	85,68		13 794 123	97,46	15 691 382
SPGBS, CZ, 30/04/2015, GOVT		5 000	98,42		4 921	99,88	4 994
SPGBS, CZ, 30/07/2017, GOVT		207 761	91,33		189 749	98,38	204 389
SPGBS, CZ, 30/07/2018, GOVT		510 385	91,43		466 657	97,20	496 099
SPGBS, CZ, 30/07/2019, GOVT		64 262	84,85		54 526	95,97	61 675
SPGBS, CZ, 30/07/2020, GOVT		63 438	79,76		50 596	94,26	59 797
SPGBS, CZ, 30/07/2021, GOVT		60 800 000	70,25		42 712 102	92,26	56 096 512
SPGBS, CZ, 30/07/2025, GOVT		5 593	59,36		3 320	81,19	4 541
SPGBS, CZ, 31/01/2016, GOVT		1 226 200	95,68		1 173 180	99,52	1 220 253
SPGBS, CZ, 31/01/2022, GOVT		451 527	77,62		350 457	91,13	411 454
SPGBS, CZ, 31/01/2024, GOVT		5 472	64,72		3 542	85,95	4 703
SPGBS, CZ, 31/01/2025, GOVT		120 375	60,93		73 348	82,68	99 530
SPGBS, CZ, 31/01/2026, GOVT		119 306	57,31		68 369	78,99	94 241
SPGBS, CZ, 31/01/2028, GOVT		116 700	49,33		57 563	71,00	82 862
SPGBS, CZ, 31/10/2016, GOVT		38 000	98,17		37 305	99,01	37 623
sub-total		1 659 023 277			1 699 519 629		1 853 630 825
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
BASQUE GOVT, 4.15%, 28/10/2019, GOVT		3 150 000	99,75		3 142 220	114,96	3 621 387
sub-total		3 150 000			3 142 220		3 621 387
2.2.2.3 - De outros emissores							
21VIANET, 6.875%, 26/06/2017, CORP, CNY		3 715 598	92,95		3 453 603	97,23	3 612 496
ABBHEY NATIONAL, 1.75%, 15/01/2018, CORP		6 300 000	99,77		6 285 628	105,18	6 626 156
ABBHEY NATIONAL, 3.375%, 20/10/2015, CORP		2 250 000	99,09		2 229 570	102,88	2 314 749
ABBHEY NATIONAL, 3.625%, 05/10/2017, CORP		1 000 000	105,49		1 054 900	110,15	1 101 470
ABBHEY NATIONAL, 3.625%, 14/10/2016, CORP		10 000 000	101,31		10 131 244	106,30	10 629 766
ABN AMRO, 3.625%, 06/10/2017, CORP		2 278 000	107,11		2 440 031	109,66	2 497 943
ABN AMRO, CMS, 10/06/2019, CORP, FLOOR 4.7%, EST)		5 000 000	99,10		4 955 211	106,25	5 312 311
ABN AMRO, FRN, 05/12/2017, CORP		100 000	100,19		100 191	101,01	101 007
ABN AMRO, FRN, 06/03/2019, CORP		100 000	100,20		100 195	101,98	101 979
ANHEUSER-BUSCH INBEV, 1.25%, 24/03/2017, CORP		1 230 000	99,67		1 225 916	103,02	1 267 118
ANHEUSER-BUSCH INBEV, FRN, 29/03/2018, CORP		100 000	100,00		100 000	100,28	100 281
ANZ BANK, 5.125%, 10/09/2019, CORP		100 000	100,15		100 155	119,27	119 268
AT&T, 1.45%, 01/06/2022, CORP, CALL)		100 000	99,71		99 714	102,21	102 205
AT&T, FRN, 04/06/2019, CORP		100 000	100,00		100 000	100,13	100 133
AUTOROUTES PARIS, FRN, 31/03/2019, CORP		100 000	100,47		100 473	100,73	100 725
BANCA CARIGE, 3.75%, 25/11/2016, CORP		8 000 000	100,59		8 047 114	105,53	8 442 789
BANCAJA FIN CAVALE, 4.375%, 14/02/2017, CORP		1 800 000	92,97		1 673 395	110,56	1 990 073
BANCO FINANTIA, FRN, 04/05/2015, CORP, CALL)		5 000 000	99,99		4 999 563	50,57	2 528 285
BANCO POPULAR ESPANHOL, 3.5%, 11/09/2017, CORP		100 000	99,78		99 776	108,82	108 824

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
BANCO POPULAR ESPANHOL, 3.75%, 22/01/2019, CORP		2 400 000	99,45		2 386 848	115,60	2 774 447
BANCO POPULAR ESPANHOL, 4%, 18/10/2016, CORP		1 500 000	101,68		1 525 249	106,96	1 604 339
BANCO SABADELL, 3.375%, 23/01/2018, CORP		4 500 000	100,70		4 531 500	111,82	5 032 005
BANCO SABADELL, 3.625%, 16/02/2015, CORP		5 000 000	99,10		4 954 850	103,34	5 167 161
BANCO SABADELL, 4.25%, 24/01/2017, CORP		1 900 000	102,54		1 948 264	111,50	2 118 510
BANCO SABADELL, 6.25%, 26/04/2020, CORP		23 950 000	107,00		25 627 648	117,40	28 118 045
BANCO SANTANDER, 3.125%, 28/01/2015, CORP		2 100 000	100,50		2 110 500	103,00	2 163 006
BANCO SANTANDER, 3.125%, 28/09/2015, CORP		2 500 000	93,65		2 341 236	102,85	2 571 370
BANCO SANTANDER, 4.125%, 09/01/2017, CORP		1 600 000	100,90		1 614 460	111,71	1 787 333
BANKINTER, 2.75%, 26/07/2016, CORP		500 000	99,65		498 240	104,40	521 995
BANKINTER, 3.875%, 30/10/2015, CORP		200 000	99,69		199 372	103,34	206 673
BANKINTER, 4.125%, 22/03/2017, CORP		50 000	99,72		49 861	111,34	55 668
BARCLAYS, 4%, 20/01/2017, CORP		11 650 000	108,08		12 591 682	111,28	12 964 449
BARCLAYS, FRN, 02/11/2015, TRANCHE A, CORP, EST)		32 000 000	97,30		31 135 168	109,27	34 965 333
BARCLAYS, FRN, 02/11/2015, TRANCHE B, CORP, EST)		2 000 000	99,73		1 994 507	109,27	2 185 333
BBVA SENIOR FINANCE, 3.25%, 23/04/2015, CORP		18 250 000	99,15		18 094 148	102,64	18 732 135
BBVA SENIOR FINANCE, 3.75%, 17/01/2018, CORP		10 900 000	102,55		11 178 102	112,74	12 288 915
BBVA SENIOR FINANCE, 3.875%, 06/08/2015, CORP		6 550 000	99,90		6 543 620	103,55	6 782 500
BBVA, 3.5%, 24/01/2021, CORP		2 600 000	100,03		2 600 780	120,40	3 130 396
BBVA, 3.625%, 18/01/2017, CORP		5 250 000	99,61		5 229 338	110,24	5 787 402
BBVSM (HIPOTECARIAS), 3.5%, 25/02/2015, CORP		5 500 000	96,92		5 330 379	103,38	5 686 066
BEI, 4%, 15/10/2037, CORP		11 210 000	99,30		11 130 984	150,26	16 844 576
BEI, 4.625%, 15/04/2020, CORP		100 000	104,29		104 290	126,47	126 465
BEI, 8%, 11/10/2016, CORP		819 525	112,77		924 176	114,84	941 106
BELFIUS BANK, 1.125%, 22/05/2017, CORP		100 000	99,97		99 968	101,80	101 798
BFCM, FRN, 20/03/2019, CORP		100 000	99,85		99 852	101,11	101 112
BMW FINANCE, 2.125%, 13/01/2015, CORP		1 730 000	99,83		1 726 973	102,09	1 766 128
BNP PARIBAS, 2.875%, 13/07/2015, CORP		2 055 000	101,15		2 078 617	102,70	2 110 504
BNP PARIBAS, 2.875%, 24/10/2022, CORP		2 500 000	99,83		2 495 700	114,86	2 871 515
BNP PARIBAS, 2.875%, 27/11/2017, CORP		4 000 000	99,70		3 987 960	107,40	4 296 112
BNP PARIBAS, 3%, 24/02/2017, CORP		1 000 000	101,71		1 017 100	108,25	1 082 469
BNP PARIBAS, 3.75%, 25/11/2020, CORP		5 337 000	99,78		5 325 268	117,53	6 272 676
BNP PARIBAS, 4.125%, 14/01/2022, CORP		230 000	106,14		244 127	125,90	289 579
BP, 2.177%, 16/02/2016, CORP		2 880 000	100,00		2 880 000	103,98	2 994 643
BPCE, 1.75%, 14/03/2016, CORP		2 500 000	99,57		2 489 275	103,09	2 577 350
BPCE, 2%, 24/04/2018, CORP		1 600 000	101,49		1 623 840	106,25	1 700 005
BPCE, 2.75%, 16/02/2017, CORP		1 500 000	99,95		1 499 310	107,90	1 618 528
BPCE, 2.875%, 22/09/2015, CORP		650 000	101,88		662 220	102,63	667 119
BPCE, 3.75%, 21/07/2017, CORP		8 850 000	108,52		9 603 589	110,11	9 744 705
BPCE, FRN, 28/05/2018, CORP		100 000	99,88		99 880	100,88	100 879
BPE FINANCIACIONES, 2.5%, 01/02/2017, CORP		1 600 000	100,25		1 603 970	104,48	1 671 735
BPE FINANCIACIONES, 2.875%, 19/05/2016, CORP		1 700 000	101,78		1 730 260	103,94	1 767 033
CAISSE CC IMMOB, 3.75%, 22/01/2015, CORP		6 740 000	101,58		6 846 365	103,66	6 986 480
CAIXABANK, 4%, 16/02/2017, CORP		2 000 000	99,53		1 990 600	111,13	2 222 699
CAIXABANK, 4.625%, 04/06/2019, CORP		150 000	117,15		175 725	120,65	180 969
CAJAMM, 3.625%, 05/10/2016, CORP		3 050 000	98,30		2 998 080	106,50	3 248 373
CAJAMM, 4.375%, 30/11/2015, CORP		3 900 000	99,12		3 865 740	103,57	4 039 253
CBA, 2.625%, 12/01/2017, CORP		4 250 000	99,64		4 234 870	107,45	4 566 825
CBA, 4.25%, 06/04/2018, CORP		700 000	110,82		775 726	115,40	807 808
CBA, 4.375%, 25/02/2020, CORP		3 500 000	100,34		3 511 740	123,44	4 320 456
CBA, FRN, 17/09/2017, CORP		200 000	99,85		199 698	100,19	200 377

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
CITIGROUP, 3.5%, 05/08/2015, CORP		5 000 000	94,29		4 714 502	103,28	5 163 759
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL		27 800 000	98,28		27 323 092	98,88	27 489 474
COMPAGNIE DES AUTOROUTES, 5%, 24/05/2021, CORP		50 000	123,61		61 803	127,02	63 512
CORSAIR, CMS, 16/01/2017, CORP, CAP 4.78%, EST		15 000 000	98,17		14 725 427	110,00	16 500 383
CREDIT AGRICOLE, 1.75%, 12/03/2018, CORP		100 000	99,95		99 953	105,50	105 500
CREDIT AGRICOLE, 3%, 20/07/2015, CORP		4 750 000	99,80		4 740 467	102,81	4 883 567
CREDIT AGRICOLE, 4.5%, 29/01/2016, CORP		1 000 000	107,80		1 078 000	108,80	1 088 025
DAIMLER, 2%, 05/05/2017, CORP		3 040 000	99,35		3 020 362	105,23	3 198 842
DAIMLER, 2.125%, 27/06/2018, CORP		1 660 000	99,53		1 652 277	107,12	1 778 270
DAIMLER, 4.125%, 19/01/2017, CORP		340 000	110,79		376 686	111,69	379 744
DANSKE BANK, 2.5%, 09/07/2015, CORP		1 455 000	100,68		1 464 867	102,34	1 489 071
DANSKE BANK, 3.875%, 18/05/2016, CORP		3 600 000	99,47		3 581 075	107,34	3 864 346
DANSKE BANK, 3.875%, 28/02/2017, CORP		510 000	101,55		517 885	110,86	565 374
DANSKE BANK, 4.1%, 16/03/2018, CORP, CALL		119 000	86,58		103 027	103,65	123 344
DB (Silver Creek), CZ HF, 30/09/2016, CORP, EST		10 000 000	99,43		9 942 740	88,34	8 834 000
DEUTSCH BAHN FIN, 4.75%, 14/03/2018, CORP		1 019 000	109,76		1 118 410	117,93	1 201 704
DEXIA MUN AGENCY, 4.5%, 13/11/2017, CORP		360 000	106,08		381 902	112,95	406 608
DIAGEO FINANCE, 1.125%, 20/05/2019, CORP, CALL		150 000	99,80		149 703	103,47	155 206
DNBNOR, 2.75%, 20/04/2015, CORP		80 000	102,04		81 632	102,24	81 791
DONG, 4%, 16/12/2016, CORP		2 210 000	107,41		2 373 695	106,54	2 354 631
E.ON, 5.25%, 08/09/2015, CORP		1 449 000	99,93		1 448 034	105,01	1 521 634
E.ON, 5.5%, 19/01/2016, CORP		1 235 000	99,71		1 231 382	110,51	1 364 832
EADS FINANCE, 4.625%, 12/08/2016, CORP		5 100 000	109,22		5 570 400	108,24	5 520 069
EDF, 3.875%, 18/01/2022, CORP		4 800 000	98,99		4 751 328	124,59	5 980 219
EDF, 5.125%, 23/01/2015, CORP		2 100 000	109,64		2 302 377	105,04	2 205 799
EDF, 5.5%, 25/10/2016, CORP		2 000 000	112,47		2 249 340	109,95	2 199 072
EDF, 6.25%, 25/01/2021, CORP		4 250 000	112,07		4 762 898	137,97	5 863 849
EDP FINANCE, 2.625%, 15/04/2019, CORP		19 460 000	99,30		19 323 083	105,28	20 488 453
EDP FINANCE, 3.25%, 16/03/2015, CORP		89 800 000	96,17		86 357 384	102,96	92 459 150
EDP FINANCE, 3.75%, 22/06/2015, CORP		12 413 000	97,10		12 052 485	103,06	12 792 416
EDP FINANCE, 4.625%, 13/06/2016, CORP		15 340 000	104,45		16 022 047	107,19	16 443 240
EDP FINANCE, 4.75%, 26/09/2016, CORP		42 584 000	101,21		43 100 660	107,10	45 609 393
EDP FINANCE, 4.875%, 14/09/2020, CORP		1 900 000	110,23		2 094 370	115,94	2 202 793
EDP FINANCE, 5.75%, 21/09/2017, CORP		28 672 000	104,49		29 958 145	112,95	32 384 478
EDP FINANCE, 5.875%, 01/02/2016, CORP		15 125 000	107,50		16 259 338	110,37	16 692 998
E-HOUSE, 2.75%, 15/12/2018, CORP, USD, CONV		1 647 311	90,16		1 485 192	88,51	1 457 989
ENBW, 4.25%, 19/10/2016, CORP		2 000 000	108,41		2 168 240	107,33	2 146 500
ENEL FINANCE INTL, 4%, 14/09/2016, CORP		918 000	98,58		905 001	106,61	978 713
ENEL FINANCE INTL, 4.625%, 24/06/2015, CORP		1 282 000	99,81		1 279 500	104,37	1 337 979
ENEL, 3.5%, 26/02/2016, CORP		2 500 000	103,38		2 584 375	106,26	2 656 461
ENEL, 4.875%, 20/02/2018, CORP		8 760 000	108,72		9 523 807	116,44	10 199 764
ENEL, 5.25%, 14/01/2015, CORP		15 457 000	105,46		16 301 521	105,17	16 255 761
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		9 515 000	101,46		9 654 042	114,18	10 864 171
ENEL, FRN, 20/02/2018, CORP		45 000	108,24		48 708	108,96	49 033
ENI, 4.75%, 14/11/2017, CORP		17 600 000	110,79		19 498 333	112,55	19 809 617
ENI, 4.875%, 11/10/2017, CORP		2 200 000	108,78		2 393 250	112,69	2 479 243
ENI, 5%, 28/01/2016, CORP		100 000	109,30		109 300	109,41	109 405
ENI, FRN, 11/10/2017, CORP		140 000	108,22		151 510	107,24	150 137
ENI, FRN, 29/06/2015, CORP		11 740 000	102,07		11 983 301	100,30	11 775 562
EUROPEAN COMMUNITY, 3.125%, 27/01/2015, CORP		950 000	100,87		958 272	103,08	979 249
FGA CAPITAL IRELAND, 2.875%, 26/01/2018, CORP		800 000	101,33		810 650	106,25	850 011

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
FORTIS BANK, 4%, 03/02/2015, CORP		5 750 000	102,48		5 892 535	103,93	5 976 167
FORTIS BANK, 4,25%, 23/03/2021, CORP, CALL)		9 020 000	95,12		8 579 558	106,50	9 606 048
GAS NATURAL, 5%, 13/02/2018, CORP		1 800 000	113,85		2 049 352	117,77	2 119 883
GDF SUEZ, 5%, 23/02/2015, CORP		8 920 000	106,52		9 501 983	104,90	9 357 104
GDF SUEZ, 6,375%, 18/01/2021, CORP		2 861 000	100,60		2 878 247	139,49	3 990 693
GE CAPITAL FNDNG, 2,875%, 18/06/2019, CORP		295 000	100,00		294 989	111,95	330 246
GE CAPITAL FNDNG, 4,125%, 27/10/2016, CORP		13 250 000	104,33		13 823 665	107,15	14 197 983
GE CAPITAL FNDNG, 5,375%, 16/01/2018, CORP		945 000	111,55		1 054 114	119,91	1 133 172
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 22/02/2016, CORP		15 162 000	98,70		14 964 456	100,10	15 176 971
GIE SUEZ ALLIANCE, 5,75%, 24/06/2023, CORP		57 000	99,32		56 613	141,15	80 457
GLOBAL SHIP, 10%, 01/10/2019, CORP, USD		8 236 554	100,72		8 295 445	106,50	8 771 930
GLORIOUS PROPERTY, 13%, 25/10/2015, CORP, USD		14 413 969	82,31		11 864 434	93,99	13 548 170
GOLDMAN SACHS, CMS, 06/02/2018, CORP, EST)		25 000 000	96,75		24 186 520	114,54	28 635 366
GRAN MORTGAGES 2003-3 2A, FRN, 20/01/2044, MTGE		2 217	92,85		2 059	99,81	2 213
HIDRO E. REVUE, 5%, 1955, CORP, INCUMP)		90	97,66		88	0,00	-
HIDRO E. REVUE, 5%, 1957, CORP, INCUMP)		75	98,36		74	0,00	-
HIDRO E. REVUE, 5%, 1959, CORP, INCUMP)		269	92,72		250	0,00	-
HOME INNS, 2%, 15/12/2015, CORP, USD, CONV		40 359 114	92,74		37 429 880	98,34	39 688 704
HOPSON, 11,75%, 21/01/2016, CORP, USD, CALL)		14 413 969	93,82		13 523 828	105,66	15 229 976
HSBC, 3,875%, 24/10/2018, CORP		2 500 000	99,30		2 482 450	113,90	2 847 573
HSBC, 4%, 15/01/2021, CORP		1 950 000	99,48		1 939 782	123,78	2 413 722
HSBC, 4,875%, 30/05/2017, CORP		8 200 000	90,61		7 429 699	113,24	9 285 481
HSBC, FRN, 30/09/2020, CORP, CALL)		100 000	94,44		94 440	99,19	99 190
IBERDROLA, 3,5%, 01/02/2021, CORP		300 000	101,24		303 723	117,67	353 013
IBERDROLA, 3,5%, 13/10/2016, CORP		2 600 000	96,41		2 506 670	105,76	2 749 826
ING BANK, 1,25%, 13/12/2019, CORP		100 000	99,75		99 750	103,25	103 254
ING BANK, 3,375%, 03/03/2015, CORP		4 950 000	103,34		5 115 163	103,07	5 101 951
ING BANK, 4,25%, 13/01/2017, CORP		590 000	106,79		630 045	111,92	660 326
ING BANK, 4,75%, 31/05/2017, CORP		14 365 000	112,11		16 104 819	113,00	16 232 153
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		8 030 000	97,02		7 790 500	100,05	8 034 163
INTESA SANPAOLO, 3%, 28/01/2019, CORP		200 000	99,71		199 428	110,27	220 532
INTESA SANPAOLO, 3,375%, 19/01/2015, CORP		3 400 000	100,12		3 404 052	103,33	3 513 163
INTESA SANPAOLO, 3,375%, 24/01/2025, CORP		500 000	99,42		497 090	124,17	620 840
INTESA SANPAOLO, 3,625%, 05/12/2022, CORP		200 000	99,03		198 060	121,17	242 343
INTESA SANPAOLO, 3,75%, 23/11/2016, CORP		24 700 000	87,75		21 674 250	105,43	26 040 076
INTESA SANPAOLO, 3,875%, 01/04/2015, CORP		3 300 000	101,54		3 350 820	103,74	3 423 516
INTESA SANPAOLO, 4%, 09/11/2017, CORP		7 276 000	106,36		7 738 978	109,10	7 938 252
INTESA SANPAOLO, 4,125%, 19/09/2016, CORP		7 500 000	106,24		7 968 150	106,97	8 022 453
INTESA SANPAOLO, 4,75%, 15/06/2017, CORP		9 950 000	98,53		9 803 970	111,97	11 140 590
INTESA SANPAOLO, 4,875%, 10/07/2015, CORP		4 600 000	105,12		4 835 720	104,46	4 805 297
INTESA SANPAOLO, FRN, 11/01/2016, CORP		100 000	99,79		99 793	100,93	100 927
INTESA SANPAOLO, FRN, 18/05/2017, CORP		1 000 000	98,85		988 522	98,70	987 004
INTESA SANPAOLO, FRN, 30/03/2015, CORP		100 000	99,93		99 925	100,22	100 222
JPM, 3,75%, 15/06/2016, CORP		3 530 000	100,80		3 558 410	106,96	3 775 565
JPM, 5,25%, 14/01/2015, CORP		2 850 000	105,84		3 016 303	105,17	2 997 277
JPM, FRN, 02/03/2015, CORP		13 600 000	93,33		12 693 206	100,06	13 608 125
JPM, FRN, 31/03/2018, CORP, CALL)		100 000	98,00		98 000	99,89	99 888
KBC, 2%, 31/01/2023, CORP		200 000	99,24		198 480	112,66	225 321
KBC, 4,5%, 27/03/2017, CORP		2 000 000	111,00		2 220 000	112,52	2 250 315
KPN, 4,75%, 17/01/2017, CORP		980 000	108,89		1 067 079	112,77	1 105 193
LA CAIXA, 4,25%, 26/01/2017, CORP		1 800 000	102,99		1 853 871	111,91	2 014 421

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
LAFARGE, 5.375%, 26/06/2017, CORP		1 800 000	110,78		1 994 030	113,43	2 041 667
LAFARGE, 5.375%, 29/11/2018, CORP		1 047 000	116,20		1 216 591	117,13	1 226 349
LAFARGE, 7.625%, 24/11/2016, CORP		1 438 000	118,70		1 706 906	115,05	1 654 404
LLOYDS, 3.375%, 20/04/2015, CORP		1 330 000	104,06		1 383 988	103,25	1 373 197
LLOYDS, 3.75%, 07/09/2015, CORP		4 500 000	98,87		4 449 104	103,52	4 658 243
LLOYDS, 4.625%, 02/02/2017, CORP		10 583 000	109,46		11 584 220	112,97	11 955 599
LLOYDS, 6.375%, 17/06/2016, CORP		720 000	104,30		750 965	112,01	806 485
LLOYDS, FRN, 10/09/2019, CORP		100 000	99,85		99 850	99,98	99 983
MAN AG, 1%, 21/09/2015, CORP		750 000	99,75		748 125	100,64	754 783
MAN AG, 2.125%, 13/03/2017, CORP		3 300 000	99,68		3 289 341	105,70	3 488 127
MEDIOBANCA, 6.5%, 12/02/2018, CORP, EST)		300 000	99,02		297 064	118,02	354 069
MET LIFE, 2.375%, 11/01/2023, CORP		260 000	96,53		250 975	112,41	292 266
METRO FINANCE, 4.25%, 22/02/2017, CORP		172 000	108,91		187 323	111,28	191 405
MORGAN STANLEY, 2.375%, 31/03/2021, CORP		335 000	99,62		333 720	109,15	365 653
MORGAN STANLEY, CMS, 04/02/2018, CORP, EST)		10 000 000	96,21		9 621 150	113,80	11 380 139
MORGAN STANLEY, FRN, 13/04/2016, CORP		150 000	97,14		145 710	100,23	150 347
MORGAN STANLEY, FRN, 19/11/2019, CORP		100 000	99,98		99 975	100,05	100 047
NAB, 2.625%, 13/01/2017, CORP		4 250 000	100,05		4 251 935	107,52	4 569 664
NAB, 2.75%, 08/08/2022, CORP		185 000	106,00		196 095	115,08	212 906
NAB, 3.5%, 23/01/2015, CORP		13 015 000	100,65		13 099 587	103,44	13 462 384
NATIONWIDE BLDG, 3.125%, 03/04/2017, CORP		7 310 000	106,73		7 801 808	108,36	7 921 245
NEDERLANDSE GAS, 5.125%, 31/03/2017, CORP		4 900 000	101,43		4 970 218	114,47	5 609 241
NORDEA BANK, 3.5%, 18/01/2017, CORP		2 000 000	99,76		1 995 272	110,21	2 204 268
NORDEA BANK, 3.75%, 24/02/2017, CORP		6 600 000	100,85		6 655 943	110,50	7 292 797
NORDEA BANK, 4%, 29/06/2020, CORP		50 000	110,67		55 335	120,49	60 247
PFIZER, 4.55%, 15/05/2017, CORP		5 000 000	104,46		5 223 108	112,63	5 631 506
PFIZER, 4.75%, 03/06/2016, CORP		1 700 000	106,10		1 803 706	109,03	1 853 542
PFIZER, 5.75%, 03/06/2021, CORP		5 550 000	112,21		6 227 421	133,76	7 423 900
POHJOLA BANK, 3%, 08/09/2017, CORP		2 550 000	99,57		2 538 951	108,13	2 757 213
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 4.375%, 24/03/2017, CORP		5 732 000	99,05		5 677 473	106,65	6 113 186
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 4.625%, 08/05/2020, CORP		1 100 000	105,99		1 165 934	104,30	1 147 312
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 5.625%, 08/02/2016, CORP		34 227 000	106,77		36 545 551	108,50	37 134 917
PORTUGAL TELECOM INT FIN, 5.875%, 17/04/2018, CORP		8 600 000	107,29		9 226 892	111,66	9 602 480
PROCTER & GAMBLE, 5.125%, 24/10/2017, CORP		1 096 000	112,60		1 234 058	114,63	1 256 299
QIHO, 0.5%, 15/08/2020, CORP, USD, CONV		22 650 523	84,75		19 196 005	86,99	19 704 684
RABOBANK, 3.5%, 17/10/2018, CORP		4 640 000	99,27		4 606 128	112,10	5 201 216
RABOBANK, 3.75%, 09/11/2020, CORP		200 000	96,88		193 768	112,30	224 596
RABOBANK, 4%, 11/01/2022, CORP		4 800 000	99,09		4 756 272	125,78	6 037 606
RABOBANK, 4.125%, 14/01/2020, CORP		8 260 000	99,61		8 227 920	121,32	10 021 344
RABOBANK, 4.25%, 16/01/2017, CORP		17 350 000	99,78		17 311 735	112,00	19 432 815
RABOBANK, 4.375%, 05/05/2016, CORP		1 000 000	99,73		997 305	108,34	1 083 387
RABOBANK, 4.75%, 06/06/2022, CORP		39 000	120,55		47 014	129,99	50 698
RABOBANK, 4.75%, 15/01/2018, CORP		1 402 000	107,49		1 506 995	117,63	1 649 240
RED ELECTRICA FIN, 3.5%, 07/10/2016, CORP		8 750 000	99,83		8 735 055	105,59	9 239 218
RED ELECTRICA FIN, 4.75%, 16/02/2018, CORP		5 900 000	95,70		5 646 300	116,82	6 892 637
REN FINANCE, 4.75%, 16/10/2020, CORP		1 000 000	109,44		1 094 400	115,13	1 151 270
RENAULT CREDIT BANQUE, 5.625%, 13/03/2015, CORP		500 000	107,26		536 280	105,19	525 937
RENAULT CREDIT BANQUE, FRN, 13/06/2017, CORP		50 000	100,33		50 163	100,50	50 249
REPSOL INTL FINANCE, 4.25%, 12/02/2016, CORP		1 900 000	99,64		1 893 198	107,79	2 047 997
REPSOL INTL FINANCE, 4.875%, 19/02/2019, CORP		100 000	115,87		115 867	119,44	119 442
ROBERT BOSCH, 4.375%, 19/05/2016, CORP		50 000	103,59		51 795	108,32	54 159

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
ROBERT BOSCH, 5.125%, 12/06/2017, CORP		1 100 000	110.57		1 216 298	114,68	1 261 461
ROCHE, 5.625%, 04/03/2016, CORP		239 000	110.52		264 141	110,89	265 018
ROCHE, 6.5%, 04/03/2021, CORP		7 830 000	119.27		9 338 560	140,79	11 024 098
ROYAL BANK SCOTLAND, 4.375%, 10/02/2015, CORP		1 150 000	100.69		1 157 929	104,21	1 198 398
ROYAL BANK SCOTLAND, 4.875%, 20/01/2017, CORP		10 429 000	110.05		11 476 894	113,51	11 838 466
ROYAL MAIL, 2.375%, 29/07/2024, CORP, CALL)		100 000	99.48		99 482	106,82	106 824
RWE FINANCE, 5%, 10/02/2015, CORP		11 991 000	106.40		12 758 630	104,91	12 579 201
SAMPO HOUSING 2.75%, 19/10/2016, CORP		3 850 000	99.83		3 843 609	105,21	4 050 701
SANOFI-AVENTIS, 4.125%, 11/10/2019, CORP		277 000	101.60		281 428	118,56	328 398
SANOFI-AVENTIS, 4.5%, 18/05/2016, CORP		1 000 000	105.60		1 056 025	108,54	1 085 446
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP		1 740 000	98.15		1 707 825	97,21	1 691 420
SANTANDER INTL DEBT, 3.5%, 10/03/2015, CORP		6 650 000	100.00		6 650 000	103,13	6 858 435
SANTANDER INTL DEBT, 4.625%, 21/03/2016, CORP		3 400 000	104.00		3 536 000	108,53	3 690 098
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL)		17 400 000	97.60		16 981 661	97,22	16 916 908
SCHNEIDER ELECTRIC, 5.375%, 08/01/2015, CORP		2 600 000	104.36		2 713 421	105,30	2 737 779
SHELL INT FIN, 4.375%, 14/05/2018, CORP		4 483 000	104.32		4 676 840	116,18	5 208 163
SHELL INT FIN, 4.5%, 09/02/2016, CORP		1 000 000	105.69		1 056 917	108,69	1 086 898
SINA, 1%, 01/12/2018, CORP, USD, CONV		90 602 092	86.02		77 933 013	92,58	83 882 437
SKANDINAV ENSKIL, 1.875%, 14/11/2019, CORP		900 000	99.27		893 425	106,90	962 068
SKANDINAV ENSKIL, 3.75%, 19/05/2016, CORP		3 250 000	100.75		3 274 375	107,10	3 480 715
SKANDINAV ENSKIL, 3.875%, 12/04/2017, CORP		2 050 000	105.00		2 152 500	110,86	2 272 694
SNAM, FRN, 17/10/2016, CORP		100 000	99.91		99 910	100,82	100 818
SOCIETE GENERAL, 2.375%, 13/07/2015, CORP		3 000 000	99.93		2 997 780	102,20	3 065 872
SOCIETE GENERAL, 3%, 31/03/2015, CORP		3 200 000	101.09		3 234 914	102,56	3 281 801
SOCIETE GENERAL, 4%, 20/04/2016, CORP		800 000	104.45		835 624	107,58	860 620
SOCIETE GENERAL, 5%, 27/03/2019, CORP		700 000	116.97		818 811	123,92	867 453
SODEXO, 1.75%, 24/01/2022, CORP, CALL)		150 000	99.95		149 921	106,40	159 603
SONEFE, 5%, 1960 emis, CORP, INCUMP)		499	50.00		249	0,00	-
SOUFUN, 2%, 15/12/2018, CORP, USD, CONV		41 182 769	86.13		35 469 780	89,29	36 771 637
STANDARD CHARTERED, 1.625%, 20/11/2018, CORP		100 000	99.51		99 506	103,59	103 587
STANDARD CHARTERED, 1.75%, 29/10/2017, CORP		2 000 000	99.88		1 997 540	103,66	2 073 141
STANDARD CHARTERED, 3.875%, 20/10/2016, CORP		2 300 000	99.62		2 291 283	106,91	2 459 031
SVENSKA HANDELSBANKEN, 4.375%, 20/10/2021, CORP		1 500 000	99.87		1 498 095	125,03	1 875 435
TELEFONICA, 3.661%, 18/09/2017, CORP		50 000	108.37		54 185	109,20	54 598
TELEFONICA, 4.375%, 02/02/2016, CORP		900 000	105.11		946 016	108,14	973 273
TELEFONICA, 4.797%, 21/02/2018, CORP		8 100 000	110.36		8 938 838	116,98	9 475 428
TELEFONICA, 5.496%, 01/04/2016, CORP		5 850 000	106.89		6 253 253	110,28	6 451 659
TELEFONICA, FRN, 02/06/2015, CORP		4 850 000	102.49		4 970 765	100,74	4 885 678
TELEFONICA, FRN, 26/03/2016, CORP		100 000	99.90		99 900	100,16	100 161
TELENOR ASA, 1.75%, 15/01/2018, CORP		5 000 000	99.10		4 955 050	105,67	5 283 404
TERNA, 2.875%, 16/02/2018, CORP		6 410 000	104.22		6 680 346	109,32	7 007 527
TERNA, 4.125%, 17/02/2017, CORP		2 150 000	100.78		2 166 813	111,21	2 390 983
TOYOTA, 2.375%, 01/02/2023, CORP		40 000	99.12		39 650	114,07	45 626
TOYOTA, 6.625%, 03/02/2016, CORP		1 822 000	114.54		2 086 842	112,90	2 057 090
TWINKLE PIZZA, 6.625%, 01/08/2021, CORP, GBP, CALL)		19 257 928	99.10		19 083 820	104,45	20 115 756
UBS AG LONDON, 3.875%, 02/12/2019, CORP		100 000	105.63		105 632	117,21	117 208
UNICREDITO ITALIANO, 1.875%, 31/01/2019, CORP		1 300 000	99.54		1 294 072	107,51	1 397 666
UNICREDITO ITALIANO, 3.25%, 14/01/2021, CORP		125 000	99.43		124 285	112,40	140 503
UNICREDITO ITALIANO, 3.375%, 11/01/2018, CORP		5 980 000	99.98		5 978 699	110,11	6 584 356
UNICREDITO ITALIANO, 4%, 31/01/2018, CORP		2 000 000	109.30		2 186 000	114,56	2 291 265
UNICREDITO ITALIANO, CMS, 04/12/2017, CORP		10 000 000	95.50		9 550 267	106,18	10 618 322

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2014

Anexo 1
(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do Valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço Unitário	Valor de Balanço Total
UNICREDITO ITALIANO, FRN, 18/02/2015, CORP		10 500 000	96,94		10 178 826	100,02	10 501 611
UNICREDITO ITALIANO, FRN, 22/01/2016, CORP		200 000	99,88		199 759	101,21	202 419
UNICREDITO ITALIANO, FRN, 31/07/2015, CORP		6 100 000	97,11		5 923 960	99,76	6 085 073
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 11 (127), FRN, 24/10/2018, CORP		873 163	68,43		597 536	114,75	1 001 922
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 12 (131), FRN, 24/10/2018, CORP		214 409	81,97		175 748	112,94	242 151
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 13 (137), FRN, 24/10/2018, CORP		32 465 993	124,34		40 369 357	114,72	37 246 027
VINCI, 3.375%, 30/03/2020, CORP		100 000	112,25		112 251	115,77	115 766
VOLKSWAGEN FIN, 3.5%, 02/02/2015, CORP		930 000	104,40		970 883	103,44	961 951
VOLKSWAGEN FIN, FRN, 15/04/2019, CORP		100 000	100,00		100 000	101,22	101 224
VOLKSWAGEN LEASING, 2.625%, 15/01/2024, CORP		30 000	107,77		32 332	115,63	34 688
VOLKSWAGEN LEASING, 2.75%, 13/07/2015, CORP		1 700 000	99,49		1 691 332	102,59	1 744 053
VOLKSWAGEN LEASING, 3.375%, 03/06/2016, CORP		4 500 000	99,89		4 494 870	106,29	4 783 141
VOLVO, FRN, 16/05/2016, CORP		100 000	100,00		100 000	100,77	100 770
WELLS FARGO, 4.125%, 03/11/2016, CORP		1 200 000	100,25		1 202 976	107,13	1 285 590
WELLS FARGO, FRN, 23/03/2016, CORP		11 850 000	95,72		11 343 154	100,13	11 865 193
WESTPAC SECURITIES, FRN, 10/03/2017, CORP		130 000	99,85		129 805	100,38	130 492
WESTPAC, 2.125%, 09/07/2019, CORP		2 500 000	99,78		2 494 375	108,86	2 721 546
WESTPAC, 2.125%, 16/02/2016, CORP		2 000 000	99,88		1 997 560	104,06	2 081 267
WESTPAC, 3.875%, 20/03/2017, CORP		6 100 000	103,03		6 284 921	110,84	6 761 479
XINGTAO ASSETS, 3.3%, 09/10/2022, CORP		1 000 000 000	100,00		1 000 000 000	97,75	977 475 000
YY, 2.25%, 01/04/2019, CORP, USD, CONV		2 059 138	89,61		1 845 176	92,44	1 903 416
sub-total		2 559 611 205			2 555 229 505		2 632 644 403
sub-total		4 221 784 482			4 257 891 354		4 489 896 615
total	737 537 606	4 221 784 482			5 272 795 902		5 596 668 569
2.4 - Derivados de cobertura							
SWAP 5753307 PA CGD LONDRES 2021		40 000 000			-		4 540 640
SWAP 5753307 PP CGD LONDRES 2021		0					(13 147 198)
SWAP S578 PA CGD LONDRES 2023		668 155					149 513
SWAP S578 PP CGD LONDRES 2023		-			-		(152 437)
sub-total		40 668 155,00					(8 609 482)
2.5 - Repo e Reverse Repo							
sub-total							-
3 - TOTAL GERAL	938 702 435	7 798 778 504			10 158 123 336		10 770 254 984

Desenvolvimento da Provisão Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Anexo 2

(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Rubricas	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2013 (1)	Custos com Sinistros Montantes Pagos no Exercício * (2)	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2014* (3)	Reajustamentos (3)+(2)-1)
Vida	108 459 953	48 917 359	69 975 948	10 433 354
Não vida				
Acidentes e doença				
Acidentes de trabalho	778 242 985	79 326 681	704 564 384	5 648 080
Acidentes pessoais	15 406 878	5 073 117	12 873 742	2 539 981
Doença	40 184 353	28 900 877	7 910 389	(3 373 087)
Incêndio e outros danos	137 041 353	50 727 602	72 486 644	(13 827 107)
Automóvel				
Responsabilidade civil	501 952 681	88 054 446	351 822 559	(62 075 676)
Outros	37 253 259	14 736 208	15 084 464	(7 432 587)
Marítimo e transportes	3 167 304	1 351 773	2 673 289	857 758
Aviação	3 545 243	421 664	3 035 744	(87 835)
Mercadorias transportadas	5 957 519	1 912 598	4 570 096	525 175
Responsabilidade civil	111 954 241	6 940 140	102 971 445	(2 042 656)
Crédito e cauções	455 007	(62 690)	451 790	(65 907)
Proteção Jurídica	5 768	906	38 079	33 217
Assistência	426	2 159	59 304	61 037
Outros	10 055 074	4 404 685	3 635 671	(2 014 718)
Total	1 645 222 091	281 790 166	1 282 177 600	(81 254 325)
Total	1 753 682 044	330 707 525	1 352 153 548	(70 820 971)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Discriminação dos Custos com Sinistros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Anexo 3

(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Rubricas	Montantes Pagos Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Varição da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros * (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes e doença				
Acidentes de trabalho	119 421 637	13 352 065	490 369	133 264 071
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7 814 755	1 660 816	(170 457)	9 305 114
Doença	143 999 642	72 800	4 235 986	148 308 428
Incêndio e outros danos	107 260 134	8 087 683	(18 164 116)	97 183 701
Automóvel				
Responsabilidade civil	169 186 549	19 058 969	(53 141 896)	135 103 622
Outras coberturas	73 226 383	5 923 375	468 222	79 617 980
Marítimo e transportes	1 596 695	28 932	(518 627)	1 107 000
Aviação	537 290	77 568	(100 592)	514 266
Mercadorias transportadas	2 785 457	267 364	1 999 287	5 052 108
Responsabilidade civil	8 555 021	1 782 313	398 632	10 735 966
Crédito e cauções	93 556	167 874	146 743	408 173
Proteção jurídica	2 727	130 193	71 694	204 614
Assistência	5 254	499 443	207 724	712 421
Diversos	9 492 148	544 220	(1 325 110)	8 711 258
Total de seguro direto	643 977 248	51 653 615	(65 402 141)	630 228 722
Resseguro Aceite	4 845 790	258 141	1 540 740	6 644 671
Total	648 823 038	51 911 756	(63 861 401)	636 873 393

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Discriminação de Alguns Valores por Ramos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Anexo 4

(Valores em Euros)

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

Rubricas	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos*	Custos de Exploração Brutos*	Saldo de Resseguro
Seguro Direto					
Acidentes e doença					
Acidentes de trabalho	121 505 361	121 893 271	133 264 071	31 400 899	(4 716 200)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	23 096 337	25 003 164	9 305 114	11 467 273	(5 747 743)
Doença	187 481 185	190 364 067	148 308 428	29 011 155	(18 648 823)
Incêndio e outros danos	225 065 590	226 767 504	97 183 701	67 758 746	(62 068 638)
Automóvel					
Responsabilidade civil	220 129 792	222 695 564	135 103 622	63 242 360	(4 334 104)
Outras coberturas	112 572 383	111 745 073	79 617 980	28 097 371	(1 439 411)
Marítimo e transportes	3 289 592	3 350 878	1 107 000	538 619	(1 853 573)
Aviação	5 579 079	5 480 694	514 266	171 185	(4 807 659)
Mercadorias transportadas	6 570 450	6 771 868	5 052 108	1 694 702	1 064 618
Responsabilidade civil geral	30 192 824	30 218 750	10 735 966	10 070 471	(7 654 924)
Crédito e cauções	917 829	1 033 280	408 173	164 088	(495 925)
Proteção jurídica	5 052 826	5 145 211	204 614	3 055 151	299 919
Assistência	22 278 683	22 363 616	712 421	5 630 456	(27 182 555)
Diversos	24 599 325	22 813 604	8 711 258	9 276 649	(3 831 897)
Total seguro direto	988 331 256	995 646 544	630 228 722	261 579 125	(141 416 915)
Resseguro aceite	15 565 272	12 657 230	6 644 671	2 969 908	(3 312 610)
Total	1 003 896 528	1 008 303 774	636 873 393	264 549 033	(144 729 525)

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO							
R. Major Neutel Abreu, 9 B r/c loja Fr. B	Lisboa	2013	60 737	419 332	-	(85 565)	333 767
L. do Calhariz, 22 a 25	Lisboa	2013	1 807 972	19 813 759	(130 000)	(3 773 292)	15 910 467
L. do Calhariz, 26 a 34	Lisboa	2013	2 855 672	32 549 779	(378 700)	(6 287 120)	25 883 959
L. do Calhariz, 26 a 34 (Elevadores)	Lisboa	2013	-	157 464	-	(94 478)	62 986
Av. da Igreja, 65 r/c loja Fr. B	Lisboa	2013	125 380	684 817	(56 250)	(129 691)	498 876
R. Gonçalo Sampaio, 379	Porto	2014	394 714	2 323 154	-	(484 588)	1 838 566
R. do Vilar, 235 2ª cave Fr. GW	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. GX	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. GY	Porto	2013	3 799	12 947	(3 300)	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. GZ	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HA	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HB	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HC	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HD	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HE	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HF	Porto	2013	613	9 633	-	(837)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HG	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HH	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HI	Porto	2013	1 656	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HJ	Porto	2013	1 656	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HK	Porto	2013	1 656	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HL	Porto	2013	1 656	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HM	Porto	2013	1 656	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HN	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HO	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HP	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HQ	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HR	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HS	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HT	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HU	Porto	2013	612	9 647	-	(851)	8 796
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HV	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HW	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HX	Porto	2013	453	12 992	(150)	(1 114)	11 728
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HY	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. HZ	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IA	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IB	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IC	Porto	2013	680	10 719	-	(946)	9 773
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. ID	Porto	2013	10 201	160 784	-	(14 189)	146 595
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IE	Porto	2013	6 867	272 476	(4 500)	(23 651)	244 324
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IF	Porto	2013	13 404	313 880	(3 000)	(27 464)	283 416
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IG	Porto	2013	4 429	69 689	-	(6 165)	63 524
R. do Vilar, 235 1ª cave Fr. IH	Porto	2013	14 895	390 424	(4 500)	(34 097)	351 827
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JA	Porto	2013	17 262	112 065	(4 667)	(23 950)	83 448
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JB	Porto	2013	13 033	85 147	(3 585)	(18 122)	63 440
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JC	Porto	2013	12 703	88 569	(4 139)	(18 550)	65 880
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JD	Porto	2013	-	205 902	(120 028)	(22 434)	63 440
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JE	Porto	2013	4 595	29 665	(1 267)	(6 438)	21 960
R. do Vilar, 235 1ª Fr. JF	Porto	2013	4 983	36 080	(1 756)	(7 484)	26 840

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. do Vilar, 235 1º Fr. JG	Porto	2013	5 953	44 230	(2 281)	(9 252)	32 696
R. do Vilar, 235 1º Fr. JH	Porto	2013	5 707	37 424	(1 599)	(8 009)	27 816
R. do Vilar, 235 1º Fr. JI	Porto	2013	3 778	28 535	(1 516)	(6 035)	20 984
R. do Vilar, 235 1º Fr. JJ	Porto	2013	3 850	21 439	(640)	(4 695)	16 104
R. do Vilar, 235 1º Fr. JK	Porto	2013	3 850	21 439	(640)	(4 695)	16 104
R. do Vilar, 235 1º Fr. JL	Porto	2013	3 778	28 535	(1 516)	(6 035)	20 984
R. do Vilar, 235 1º Fr. JM	Porto	2013	14 058	47 798	-	(10 222)	37 576
R. do Vilar, 235 1º Fr. JN	Porto	2013	5 953	44 230	(2 281)	(9 252)	32 696
R. do Vilar, 235 1º Fr. JO	Porto	2013	5 684	36 889	(1 456)	(7 617)	27 816
R. do Vilar, 235 1º Fr. JP	Porto	2013	4 595	29 639	(1 267)	(6 412)	21 960
R. do Vilar, 235 1º Fr. JQ	Porto	2013	-	205 902	(97 928)	(44 535)	63 440
R. do Vilar, 235 1º Fr. JR	Porto	2013	12 703	88 569	(4 139)	(18 550)	65 880
R. do Vilar, 235 1º Fr. JS	Porto	2013	13 033	85 147	(3 585)	(18 122)	63 440
R. do Vilar, 235 1º Fr. JT	Porto	2013	24 757	107 797	(679)	(24 159)	82 960
Av. Cidade de Orense, Lote 1 r/c Fr. AC	Vila Real	2013	52 363	414 877	(34 375)	(87 872)	292 631
R. D. João IV, 1	Abrantes	2013	19 654	264 118	-	(53 952)	210 167
Av. Dr. Eugénio Ribeiro, 75 A r/c Fr. A	Águeda	2013	50 294	310 087	(12 302)	(63 452)	234 333
Av. D. Nuno Álvares Pereira, Lote 4 B r/c esq Fr. B	Almada	2013	131 546	451 836	-	(89 503)	362 333
R. Elias Garcia, 229 1º esq Fr. O	Amadora	2013	-	90 000	(14 176)	(17 224)	58 600
R. Herculano Carvalho, 5 2º sub cave Fr. A	Amadora	2013	108 991	393 136	(22 150)	(88 652)	282 333
R. Herculano Carvalho, 3 cave Fr. A	Amadora	2013	64 973	284 929	(32 150)	(62 265)	190 513
R. Herculano de Carvalho, 17 1º e 2º subcave Fr. A	Amadora	2013	65 023	242 297	(6 770)	(53 260)	182 267
R. Ary dos Santos, 19 A r/c Fr. A	Amadora	2013	76 209	272 459	(15 800)	(61 993)	194 667
R. Elias Garcia, 229 1º dto Fr. V	Amadora	2013	86 221	246 193	-	(50 859)	195 333
R. Elias Garcia, 229 r/c esq fte Fr. B	Amadora	2013	-	265 084	(24 402)	(45 349)	195 333
R. Elias Garcia, 229 1º centro fte Fr. X	Amadora	2013	-	217 000	(45 354)	(33 025)	138 621
R. 5 de outubro, 22	Amarante	2014	78 757	356 067	(2 923)	(88 743)	264 401
R. Stara Zagora, 4 a 8 r/c esq e cave Fr. B	Barreiro	2013	37 934	233 065	-	(47 065)	186 000
P. da República, 40	Beja	2013	87 827	225 539	-	(20 144)	205 395
Av. Nuno Álvares, 2 B r/c dto Fr. A	C. Branco	2013	5 845	146 373	(33 310)	(30 397)	82 667
Av. Fernão Magalhães, 465 B Fr. B	Coimbra	2013	75 244	445 243	-	(93 410)	351 833
Av. Fernão Magalhães, 439 a 451 r/c e cave Fr. B	Coimbra	2013	-	1 301 512	(31 172)	(293 006)	977 333
R. da Cadeia, 34 D r/c Fr. D	Elvas	2013	-	161 511	(49 886)	(30 617)	81 008
R. da Cadeia, 34 C 1º dto Fr. H	Elvas	2013	-	17 109	(7 268)	(3 187)	6 654
R. da Cadeia, 34 C 1º dto Fr. I	Elvas	2013	-	100 707	(39 753)	(18 688)	42 266
P. D. Francisco Gomes, 7 a 9	Faro	2014	106 901	524 608	(29 519)	(89 701)	405 388
R. do Aljube, 59 a 63	Funchal	2013	346 360	2 146 360	(3 710)	(367 453)	1 775 197
Rossio da Trindade, Bloco E Lote 11 1º esq	Lagos	2014	29 779	101 781	-	(21 943)	79 838
Rossio da Trindade, Bloco E Lote 11 1º dto	Lagos	2014	30 137	101 674	-	(21 836)	79 838
Rossio da Trindade, Bloco E Lote 10 1º esq	Lagos	2014	32 363	103 232	-	(20 383)	82 849
R. da República, 96	Loures	2013	32 390	813 831	(190 933)	(136 264)	486 633
Av. Vitor Gallo, 36 r/c Lj. 14 Fr. U	Marinha Grande	2013	-	160 000	(29 312)	(13 179)	117 509
Av. Vitor Gallo, 36 r/c Lj. 13 Fr. T	Marinha Grande	2013	-	75 000	(31 229)	(4 602)	39 170
R. José Joaquim Marques, 103 r/c Fr. B	Montijo	2013	-	247 732	(71 097)	(41 001)	135 633
R. Prof. António R. G. Vasconcelos, 33 r/c Fr. V	Oliveira do Hospital	2014	2 727	273 574	(46 676)	(57 291)	169 607
R. Prof. António R. G. Vasconcelos, 33 gar. Fr. A	Oliveira do Hospital	2014	-	9 890	(4 007)	(1 643)	4 240
R. Prof. António R. G. Vasconcelos, 33 gar. Fr. B	Oliveira do Hospital	2014	-	13 055	(5 155)	(2 164)	5 736
R. José Falcão, 26 C r/c esq Fr. A	Oeiras	2013	9 551	324 762	(46 783)	(57 146)	220 833
R. Agostinho José Taveira, C. Ibérico r/c Fr. AC	Ponte de Lima	2013	-	244 411	(105 833)	(11 303)	127 276
R. Direita, 84 r/c Fr. A	Portimão	2014	-	316 862	(63 199)	(72 969)	180 694
Av. Mouzinho Albuquerque, 48 a 52 r/c Fr. AL	Povoa do Varzim	2013	174 611	519 677	-	(109 510)	410 167

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Serpa Pinto, 79	Santarém	2013	-	452 909	(110 233)	(88 342)	254 333
Av. Afonso Costa, 8 A cave fte Fr. AT	Queluz	2014	45 642	450 818	(62 450)	(103 062)	285 306
Av. Afonso Costa, 8 B cave fte Fr. AU	Queluz	2014	50 349	426 219	(55 215)	(98 667)	272 337
R. S. João de Deus, 118 r/c Fr. C	V.N.Famalicão	2013	25 929	159 532	(8 906)	(33 626)	117 000
R. Dr. Azeredo Perdigão-B. Serrado, 6 r/c Fr. A	Viseu	2013	99 357	534 563	(19 474)	(125 256)	389 833
R. de Santa Luzia, 76 r/c esq Fr. B	Pombal	2013	140 977	281 582	-	(66 916)	214 667
Av. Dr. Renato Araújo, 291 r/c e cave Fr. A	São João Madeira	2013	19 956	306 229	(3 713)	(68 682)	233 833
Rossio Marquês de Pombal, 33	Estremoz	2013	28 283	287 728	-	(58 062)	229 667
R. Mouzinho de Albuquerque, 10 r/c dto Fr. B	Guarda	2013	-	229 447	(82 272)	(40 008)	107 167
R. Joaquim José Delgado, Post. Caldas, cave Fr. A	Chaves	2013	27 572	235 029	(734)	(54 105)	180 190
R. Joaquim José Delgado, Postigo Caldas, r/c Fr. B	Chaves	2013	6 683	292 145	(8 244)	(64 751)	219 150
Av. Guerra Junqueiro, 15 r/c Loja Fr. B	Lisboa	2013	120 309	481 404	(18 048)	(90 956)	372 400
R. Oliveira ao Carmo, 1 e 3	Lisboa	2013	1 356 135	5 307 019	(427 188)	(626 680)	4 253 150
R. da Imprensa Nacional, 67 e 69	Lisboa	2013	12 521	2 383 133	(141 772)	(425 894)	1 815 467
Trav. do Noronha, 23	Lisboa	2013	35 502	1 753 402	(54 524)	(291 138)	1 407 741
Av. da Boavista, 253 a 267	Porto	2014	1 672 903	11 814 594	(1 217 898)	(2 111 980)	8 484 716
P. Guilherme Gomes Fernandes, 2 a 18	Porto	2013	734 835	5 226 855	-	(1 021 680)	4 205 175
R. Eng. Ferreira Dias, 860 a 896 r/c Fr. A	Porto	2014	259 852	1 301 225	(93 970)	(258 976)	948 278
Vielas da Carvalhosa, 184 B	Porto	2013	9 075	90 501	(38 501)	(2 251)	49 750
Trav. Símplicio Sousa, 10 r/c Fr. I	Barcelos	2013	43 689	131 953	-	(29 578)	102 375
Trav. Símplicio Sousa, 10 r/c Fr. H	Barcelos	2013	21 919	66 762	(3 250)	(19 662)	43 849
R. Dr. Justino Cruz, 78 1ª Fr. M	Braga	2013	-	244 326	(66 994)	(41 082)	136 250
Av. Fernão Magalhães, 485 r/c e cave Fr. C	Coimbra	2013	319 944	887 599	-	(204 564)	683 036
R. Manuel Belmarço, 30 r/c Fr. A	Faro	2013	1 702	261 871	-	(15 763)	246 108
Av. de Londres, 433 r/c dto sul Fr. N	Guimarães	2014	120 144	543 524	-	(119 397)	424 127
Av. Eng. José Costa Mealha, 129 r/c dto Fr. A	Loulé	2014	36 232	482 402	(119 742)	(88 061)	274 599
Av. Visconde Barreiros, 73 r/c Fr. B	Maia	2013	-	344 171	(83 563)	(52 153)	208 455
R. Brito Capelo, 685 r/c Fr. A	Matosinhos	2014	114 033	357 033	-	(67 578)	289 455
R. da República, 199 r/c esq cave dto Fr. B	Mirandela	2013	56 055	280 860	(20 039)	(66 487)	194 333
R. 5 de outubro, 71 a 77	Montemor-o-Novo	2013	173 821	833 533	-	(187 503)	646 030
R. Dr. Manuel Arriaga, 3 e 5 r/c e cave Fr. A	Algés	2014	11 813	324 559	(30 381)	(64 582)	229 596
Av. Sacadura Cabral, 88 r/c Fr. AB	Penafiel	2013	5 336	182 409	(36 324)	(33 769)	112 317
Av. Sacadura Cabral, 88 r/c Fr. AC	Penafiel	2013	6 158	178 243	(32 420)	(33 506)	112 317
R. das Flores, 4 A r/c esq Fr. A	Seixal	2013	-	138 889	(25 639)	(24 846)	88 404
Av. 22 de dezembro, 21 r/c dto Fr. A	Setúbal	2014	-	385 039	(59 350)	(21 124)	304 565
R. 5 de outubro, 35 r/c Fr. A	Silves	2013	25 236	189 540	-	(37 706)	151 833
R. da Alegria, 2 r/c esq Fr. A	Sines	2013	-	428 819	(168 870)	(53 737)	206 212
R. Ulisses Alves, 9 r/c esq Fr. A	Sintra	2013	-	516 791	(121 303)	(75 355)	320 133
R. 25 de abril, 15 a 21 r/c dto Fr. H	Torres Novas	2013	-	224 459	(23 841)	(44 452)	156 167
R. Manuel Afonso de Carvalho, 22 r/c fte Fr. I	V. F. Xira	2013	12 658	161 386	(3 000)	(13 726)	144 659
Av. da República, 628 a 634 r/c esq Fr. B	Vila Nova de Gaia	2013	-	364 069	(76 110)	(57 959)	230 000
R. Sousa Prado, 16 A r/c Fr. A	Odemira	2013	-	172 085	(56 400)	(22 503)	93 182
R. de Santarém, Edif. Jardim r/c Fr. S	Coruche	2013	-	214 000	(37 171)	(37 329)	139 500
R. Dr. Caetano de Andrade, 5 r/c dto Fr. J	Ponta Delgada	2013	14 747	324 102	(41 660)	(67 275)	215 167
P. da República, 51 a 53 r/c Fr. A	Montijo	2014	-	154 732	(40 118)	(8 816)	105 798
Trav. do Noronha, 25	Lisboa	2013	198 001	2 613 344	-	(423 196)	2 190 148
R. António Barbudo, 16 r/c Fr. A	Portimão	2014	35 599	71 953	-	(17 050)	54 903
R. Dr. Justino Cruz, 78 r/c Fr. L	Braga	2013	-	15 633	(9 809)	(1 931)	3 893
R. Dr. Justino Cruz, 78 2ª Fr. N	Braga	2013	(0)	244 326	(66 808)	(41 268)	136 250
R. das Flores, 4 B r/c dto Fr. B	Seixal	2013	-	128 034	(8 822)	(21 282)	97 930
R. Prof. Mira Fernandes, Lt 17 Fr. L	Lisboa	2014	23 731	6 658 331	(281 875)	(383 577)	5 992 879

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. dos Clerigos, 3 a 7 - R. de Trás, 8	Porto	2013	1 338 267	2 149 655	-	(325 224)	1 824 432
R. Luis de Queiroz, 8 a 8 A Fr. A	Almada	2013	-	214 999	(47 969)	(18 429)	148 602
R. Luis de Queiroz, 8 a 8 A Fr. B	Almada	2013	-	214 999	(47 969)	(18 429)	148 602
R. Brito Capelo, 385	Matosinhos	2013	16 271	545 526	(131 827)	(73 924)	339 775
R. Mértola, 68 a 74 Fr. A	Beja	2013	139	260 139	(20 000)	(13 101)	227 039
R. Mértola, 68 a 74 Fr. D	Beja	2013	-	45 000	(3 207)	(2 385)	39 408
R. Mértola, 68 a 74 Fr. E	Beja	2013	357	33 386	(2 000)	(1 824)	29 562
Av. Independência Nacional, 6 Lj Esq. Fr. M	Caldas da Rainha	2013	22 911	274 852	(6 401)	(36 490)	231 961
R. Sr.ª Piedade, Lt. 4 Fr. L	Castelo Branco	2013	-	293 104	(19 887)	(51 679)	221 538
Rua Santa Luzia, 60 r/c esq Fr. B	Pombal	2013	30 829	173 115	(1 826)	(33 675)	137 614
R. Fanares, 7 Fr. P	Sintra	2013	1 660	250 159	(36 592)	(34 086)	179 481
R. Paiva Andrade, 619 4 Fr. A	Torres Vedras	2014	217 048	416 225	-	(66 572)	349 654
Av. Dr. Manuel G. Lemos, cv Fr. A	Figueira da Foz	2014	1 455	6 198	(861)	(1 342)	3 994
Av. Dr. Manuel G. Lemos, 1º Fr. D	Figueira da Foz	2014	19 306	101 666	-	(16 768)	84 898
Av. Dr. Manuel G. Lemos, 1º Fr. E	Figueira da Foz	2014	-	71 164	(5 411)	(9 820)	55 933
Av. Dr. Manuel G. Lemos, Fr. C	Figueira da Foz	2014	-	159 485	(7 534)	(22 102)	129 850
Av. Eng. Arantes e Oliveira, 1041 Lj. 3 Fr. C	S. João da Madeira	2013	-	508 684	(339 680)	(53 642)	115 362
Av. Eng. Arantes e Oliveira, 1041 Lj. 4 Fr. D	S. João da Madeira	2013	27 978	131 637	-	(20 188)	111 449
Av. Eng. Arantes e Oliveira, 1041 Lj. 9 Fr. I	S. João da Madeira	2013	-	194 531	(72 915)	(20 277)	101 340
Av. Eng. Arantes e Oliveira, 1041 Lj. 10 Fr. J	S. João da Madeira	2013	-	134 676	(50 337)	(14 067)	70 272
R. Açoreano Oriental, 41	Ponta Delgada	2013	-	1 185 501	(362 502)	(140 979)	682 019
Av. Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, 19 r/c Fr. A	Tavira	2014	-	234 435	(82 446)	(23 111)	128 878
R. Comendador Cupertino de Miranda, 35 r/c Fr. D	V. N. Famalicão	2013	13 395	600 894	(118 544)	(78 091)	404 259
R. Batalha Reis, 6 cave estacionamento Fr. A	Guarda	2013	-	47 052	(22 653)	(18 483)	5 917
R. Batalha Reis, 6 r/c Fr. B	Guarda	2013	-	404 185	(168 751)	(38 180)	197 254
R. Fernando Magalhães, Ed. Barrocas sub cave Fr. B	Barcelos	2014	399	9 278	(1 277)	(1 509)	6 493
R. Fernando Magalhães, Ed. Barrocas r/c Fr. T	Barcelos	2014	45 806	500 152	-	(77 130)	423 022
Av. José Júlio, Fr. F	Penafiel	2013	5 727	57 128	(14 546)	(8 037)	34 546
Av. José Júlio, Fr. O	Penafiel	2013	22 955	213 554	(11 869)	(28 954)	172 731
R. Sapateiros, 21 r/c Fr. B	Elvas	2013	24 561	409 559	(92 652)	(50 180)	266 727
R. Comb. Grande Guerra, 168 Fr. BH	Gondomar	2013	24 821	294 242	(6 975)	(40 660)	246 607
R. Comb. Grande Guerra, 168 Fr. CA	Gondomar	2013	-	15 801	(1 395)	(2 076)	12 330
R. Comb. Grande Guerra, 168 Fr. CB	Gondomar	2013	-	15 801	(1 395)	(2 076)	12 330
Av. 1º dezembro de 1640, 529 r/c esq Fr. A	Seixal	2013	83 014	288 013	(125 124)	(23 327)	139 561
Av. 1º dezembro de 1640, 529 r/c dto Fr. B	Seixal	2013	83 014	288 014	(135 686)	(22 591)	129 737
Terr. D. João V, 11 r/c Fr. A	Mafra	2013	37 099	457 100	(150 690)	(49 238)	257 172
Av. 5 outubro, 7 r/c Fr. B (Av.D.Nuno A.Perr., 43 45)	Santiago do Cacém	2013	-	389 999	(181 741)	(40 068)	168 190
Av. da República, 2122 r/c Fr. B	V. N. Gaia	2013	118 613	224 276	-	(26 627)	197 649
Av. da República, 2122 estacionamento Fr. BF	V. N. Gaia	2013	-	26 652	(15 374)	(1 396)	9 882
Av. da República, 2130 r/c Fr. A	V. N. Gaia	2013	-	372 599	(127 874)	(32 166)	212 558
R. Romão Ramalho, 26 A r/c Fr. A	Évora	2013	27 549	349 059	(28 325)	(48 996)	271 737
R. Romão Ramalho, 26 A 1º Fr. E	Évora	2013	43 435	151 356	(13 000)	(17 783)	120 553
R. Romão Ramalho, 26 A 1º e 2º Fr. F	Évora	2013	55 582	152 721	(30 375)	(15 628)	106 719
R. 5 de outubro, 14 a 18 r/c esq Fr. A	Portalegre	2013	-	81 802	(24 557)	(7 922)	49 322
R. 5 de outubro, 14 a 18 r/c dto Fr. B	Portalegre	2013	10 703	93 892	(13 499)	(11 342)	69 051
R. Dr. Alfredo Pimenta, 82 r/c Fr. A	Guimarães	2013	182 459	656 659	-	(88 863)	567 797
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. C	Leiria	2013	-	258 751	(85 073)	(25 509)	148 169
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. D	Leiria	2013	-	266 251	(92 116)	(25 966)	148 169
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AC	Leiria	2013	2 288	33 118	(12 159)	(3 178)	17 780
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AD	Leiria	2013	2 290	33 120	(12 159)	(3 181)	17 780
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AE	Leiria	2013	2 290	33 120	(12 159)	(3 181)	17 780

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AF	Leiria	2013	3 690	51 859	(18 822)	(5 378)	27 658
Rossio do Borges Arrabalde d'Aquém, Fr. AG	Leiria	2013	3 687	51 856	(18 822)	(5 375)	27 658
R. Simão Bolivar, 241 Fr. AQ	Maia	2013	-	320 623	(36 469)	(37 120)	247 034
R. Simão Bolivar, 241 Fr. P	Maia	2013	-	20 878	(11 888)	(1 579)	7 411
Av. Dr. Cândido Madureira, 40 a 42 Fr. A	Tomar	2014	0	414 007	(36 366)	(52 923)	324 717
R. Serpa Pinto, 1 a 5	V. Franca de Xira	2014	-	423 979	(31 754)	(52 591)	339 634
Av. Dr. Lourenco Peixinho, 47 r/c esq Fr. A	Aveiro	2013	182 140	780 351	-	(386 046)	394 306
Av. Dr. Lourenco Peixinho, 47 1º esq Fr. F	Aveiro	2013	19 266	55 323	-	(27 723)	27 600
R. João Dias, 12 a 19 / R. 1º dezembro, 30 cave Fr. B	Faro	2013	258 330	542 683	-	(129 494)	413 189
R. João Dias, 12 a 19 / R. 1º dezembro, 30 1º Fr. C	Faro	2013	399 473	588 981	-	(121 684)	467 297
R. Salgado Zenha, 18 Fr. BQ (Est.Ext.Circunv.3876)	Gondomar	2013	708	9 842	(465)	(1 501)	7 876
R. Salgado Zenha, 18 Fr. BR (Est.Ext.Circunv.3876)	Gondomar	2013	708	9 842	(465)	(1 501)	7 876
R. Salgado Zenha, 18 (Est.Exterior Circunvalação, 3872) Fr. ED	Gondomar	2013	-	288 305	(27 060)	(38 740)	222 505
R. D. Manuel I, Ed. Império, Bl. B, Lj. 4 Fr. E	Mirandela	2013	55 874	315 365	-	(49 400)	265 965
R. Mouzinho de Albuquerque, 10 B r/c e cave Fr. B	Portimão	2013	90 566	282 063	-	(45 670)	236 392
R. Combatentes G. Guerra, 22 r/c esq Fr. B	Odivelas	2013	-	99 760	(18 099)	(12 589)	69 071
Av. Central, 102 a 104 r/c e 1º (S/Lj.) Fr. A	Braga	2013	65 401	1 018 105	(18 736)	(130 824)	868 545
P. do Brasil, Bl. 2 r/c Lj. 4 Fr. CJ	Chaves	2013	15 197	254 620	(23 650)	(38 516)	192 455
R. Francisco Lemos, 11 a 17 r/c Fr. B	Condeixa-a-Nova	2013	-	64 800	(19 467)	(7 792)	37 541
R. Serpa Pinto, 129 Lj. 21 Fr. V	Paredes	2013	19 258	270 258	(63 603)	(28 712)	177 943
R. Serpa Pinto, 129 Lj. 22 Fr. X	Paredes	2013	11 777	154 177	(33 651)	(16 726)	103 800
Av. Maria da Conceição, 49 e 49 B Fr. B	Carcavelos	2013	52 890	318 933	-	(63 548)	255 385
R. Martim Velho / L. Almas, 17 a 23 Lj.27 r/c Fr.H	Viana do Castelo	2013	26 316	253 193	-	(31 988)	221 206
Rua Vasco da Gama, 23 r/c esq - Fr. A	Loures	2013	-	359 773	(142 915)	(18 600)	198 258
R. do Loreto, 112 2º dto Fr. O	Bragança	2013	26 466	297 734	(27 387)	(24 954)	245 393
R. Mário Azevedo Gomes, 6 r/c dto Fr. B	Lisboa	2013	446 976	1 199 071	(323 131)	(5 748)	870 192
Total de Serviço Próprio			17 197 156	144 208 106	(9 183 321)	(24 760 893)	110 263 892
IMÓVEIS DE RENDIMENTO							
Av. 5 de outubro, 17	Lisboa	2013	587 173	5 198 611	-	-	5 198 611
Av. 5 de outubro, 214	Lisboa	2013	-	3 978 062	-	-	3 978 062
Av. D. Carlos I, 1 a 25	Lisboa	2013	-	4 908 731	-	-	4 908 731
Av. João XXI, 47	Lisboa	2013	-	1 600 110	-	-	1 600 110
Av. da Liberdade, 227	Lisboa	2013	-	3 453 281	-	-	3 453 281
Av. Manuel da Maia, 50	Lisboa	2013	-	3 615 188	-	-	3 615 188
R. Luis Manuel Noronha, 10 a 10 C cave Fr. C	Algés	2013	-	98 512	-	-	98 512
P. Duque de Terceira, 14 a 19	Lisboa	2013	-	1 873 592	-	-	1 873 592
P. da Figueira, 18	Lisboa	2013	-	2 925 900	-	-	2 925 900
P. Francisco Morais, 2	Lisboa	2013	-	1 014 589	-	-	1 014 589
P. Francisco Sá Carneiro, 6	Lisboa	2013	-	2 271 857	-	-	2 271 857
R. Almeida e Sousa, 34	Lisboa	2013	-	833 359	-	-	833 359
R. António Pereira Carrilho, 3	Lisboa	2013	-	1 022 833	-	-	1 022 833
R. Augusta, 98 a 104	Lisboa	2013	-	598 790	-	-	598 790
R. Augusto dos Santos, 2	Lisboa	2013	-	1 183 663	-	-	1 183 663
R. Azedo Gneco, 47	Lisboa	2013	-	1 371 864	-	-	1 371 864
R. D. Domingos Jardim, 8	Lisboa	2013	-	543 441	-	-	543 441
R. D. Fuas Roupinho, 52	Lisboa	2013	-	384 143	-	-	384 143
R. da Bempostinha, 35	Lisboa	2013	-	640 651	-	-	640 651
R. da Beneficência, 99	Lisboa	2013	-	741 882	-	-	741 882
R. da Prata, 233 a 241	Lisboa	2013	-	1 157 058	-	-	1 157 058
R. das Picoas, 4	Lisboa	2013	-	2 133 244	-	-	2 133 244

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. das Trinas, 2 a 10	Lisboa	2013	-	1 031 464	-	-	1 031 464
R. do Século, 68 a 84	Lisboa	2013	-	628 111	-	-	628 111
R. Ferreira Borges, 193	Lisboa	2013	-	2 470 119	-	-	2 470 119
R. Infanteria 16, 77	Lisboa	2013	-	1 261 460	-	-	1 261 460
R. Jau, 23	Lisboa	2013	-	1 139 797	-	-	1 139 797
R. José Estevão, 31	Lisboa	2013	-	2 859 812	-	-	2 859 812
R. Luis Derouet, 9	Lisboa	2013	-	627 385	-	-	627 385
R. Martins Barata, 3	Lisboa	2013	-	2 502 536	-	-	2 502 536
R. Nova do Almada, 1 a 15	Lisboa	2013	-	3 299 111	-	-	3 299 111
R. Oliveira Martins, 11	Lisboa	2013	-	440 650	-	-	440 650
R. das Pedras Negras, 34 a 36	Lisboa	2013	-	974 059	-	-	974 059
R. Pinheiro Chagas, 99	Lisboa	2013	-	1 243 609	-	-	1 243 609
R. do Possolo, 61 a 67	Lisboa	2013	-	320 187	-	-	320 187
R. de São Marçal, 41	Lisboa	2013	-	449 778	-	-	449 778
R. Sampaio Bruno, 29	Lisboa	2013	-	643 084	-	-	643 084
R. Santana a Lapa, 157	Lisboa	2013	-	591 915	-	-	591 915
R. Saraiva de Carvalho, 5	Lisboa	2013	-	1 033 468	-	-	1 033 468
R. do Telhal, 70	Lisboa	2013	-	1 866 973	-	-	1 866 973
R. Tenente Ferreira Durão, 39	Lisboa	2013	-	748 589	-	-	748 589
R. Aliança Operária, 112 B Fr. B	Lisboa	2013	-	157 837	-	-	157 837
Av. José Malhoa, 13	Lisboa	2014	-	9 081 034	-	-	9 081 034
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 7 Fr. G	Porto	2013	-	245 921	-	-	245 921
Prcta. da Árvore, 3 cave Fr. A	Amadora	2013	-	78 000	-	-	78 000
R. José Gomes Ferreira, 10 sub cave Fr. A	Amadora	2013	-	165 670	-	-	165 670
R. José Gomes Ferreira, 7 cave G Fr. G	Amadora	2013	-	124 300	-	-	124 300
R. Herculano Carvalho, 7 cave F Fr. I	Amadora	2013	-	68 558	-	-	68 558
R. Herculano Carvalho, 7 cave A Fr. D	Amadora	2013	-	12 000	-	-	12 000
Av. D. José I, Lote 79	Amadora	2013	-	1 816 000	-	-	1 816 000
Av. António Sérgio, 14 cave H fte esq Fr. I	Amadora	2013	-	40 000	-	-	40 000
P. D. João I, 4 ex-lote 155	Amadora	2013	-	453 904	-	-	453 904
R. Carlos Amaro Matos, 36	Amadora	2013	-	360 186	-	-	360 186
R. Elias Garcia, 229 cave e sub cave Fr. A	Amadora	2013	-	715 480	-	-	715 480
R. Elias Garcia, 229 1º esq fte Fr. N	Amadora	2013	-	163 880	-	-	163 880
R. Elias Garcia, 229 r/c Fr. C	Amadora	2013	-	52 000	-	-	52 000
R. Elias Garcia, 229 1º esq Fr. P	Amadora	2013	-	62 000	-	-	62 000
R. Nossa Senhora da Lapa, 7	Amadora	2013	-	200 429	-	-	200 429
Pcta. Nascente à R. Prof. J. Vic. França, Letra CC	Verderena	2013	-	145 614	-	-	145 614
P. da República, 38 e 39	Beja	2013	21 534	100 000	-	-	100 000
R. José Veríssimo Duarte, 9 a 13	Bombarral	2013	-	884 401	-	-	884 401
R. José Veríssimo Duarte, 1 a 7	Bombarral	2013	595 163	1 215 251	-	-	1 215 251
R. Justino Cruz, 90 1ª Esc. 13 Fr. D	Braga	2013	16 758	69 201	-	-	69 201
R. Justino Cruz, 90 1ª Esc. 12 Fr. C	Braga	2013	14 841	57 337	-	-	57 337
R. Justino Cruz, 90 1ª Esc. 14 Fr. E	Braga	2013	25 586	93 915	-	-	93 915
R. Justino Cruz, 90 1ª Esc. 11 Fr. B	Braga	2013	18 043	66 234	-	-	66 234
R. Combatentes Grande Guerra, 203 e 205	Bragança	2014	-	222 000	-	-	222 000
Lugar Campo de Bico - Refojos, r/c dto Fr. C	Cabeceiras de Basto	2013	-	67 200	-	-	67 200
P. da República, 63 e 65	Caldas da Rainha	2013	-	400 000	-	-	400 000
Av. das Comunidades Europeias, 415 10ª Fr. BA	Cascais	2013	-	63 366	-	-	63 366
Av. das Comunidades Europeias, Torre 3 1ª Fr. C	Cascais	2013	-	63 000	-	-	63 000
P. Município Centro Cívico	Covilhã	2013	-	900 000	-	-	900 000
R. Vasco da Gama, 47 e 49	Faro	2014	-	339 454	-	-	339 454

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. da Alfândega, 44 a 46	Funchal	2013	-	1 498 227	-	-	1 498 227
R. do Estanco Velho, 2 a 10	Funchal	2013	-	993 329	-	-	993 329
R. Capitão Mouzinho Albuquerque, 94	Leiria	2013	-	1 464 423	-	-	1 464 423
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 10ª D Fr. J2	Sto Antº Cavaleiros	2013	-	37 564	-	-	37 564
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 1ª D Fr. A4	Sto Antº Cavaleiros	2013	-	37 564	-	-	37 564
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 6ª D Fr. F4	Sto Antº Cavaleiros	2013	-	37 564	-	-	37 564
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 8ª A Fr. H1	Sto Antº Cavaleiros	2013	-	31 412	-	-	31 412
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 8ª C Fr. H3	Sto Antº Cavaleiros	2013	-	31 412	-	-	31 412
Pcta. Marquês Castelo Melhor, Tr. 2 8ª D Fr. H4	Sto Antº Cavaleiros	2013	-	34 679	-	-	34 679
R. Artur Ferreira da Silva, 2	Moscavide	2013	-	628 513	-	-	628 513
R. José Rodrigues Silva Júnior, 393 r/c Fr. A	Maia	2013	-	225 000	-	-	225 000
R. de São Tiago, 23 r/c e cave eq. Fr. A	Mirandela	2014	12 248	87 000	-	-	87 000
L. Brito Paes, 7	Odemira	2014	7 754	82 713	-	-	82 713
Av. Ivens, 56	Dafundo	2013	-	451 970	-	-	451 970
Av. Ivens, 54	Dafundo	2013	-	380 292	-	-	380 292
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 29 Fr. L	Paço d'Arcos	2013	-	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 30 Fr. J	Paço d'Arcos	2013	-	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 28 Fr. M	Paço d'Arcos	2013	-	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 49 Fr. X	Paço d'Arcos	2013	-	5 000	-	-	5 000
C. C. Bairro Com. Joaquim Matias, r/c Lj. 50 Fr. V	Paço d'Arcos	2013	-	5 000	-	-	5 000
R. Adelino Amaro da Costa, 13 cave fte Fr. B	Paço d'Arcos	2013	-	62 614	-	-	62 614
R. 1ª de maio, 25	Dafundo	2013	-	1 055 686	-	-	1 055 686
R. Lino de Assunção, 20 r/c e cave Fr. A	Paço d'Arcos	2013	-	285 000	-	-	285 000
R. Policarpo Anjos, 29	Dafundo	2013	-	429 402	-	-	429 402
R. Policarpo Anjos, 29 A	Dafundo	2013	-	488 845	-	-	488 845
Av. da Liberdade, 13 e 15	Portalegre	2013	-	1 025 800	-	-	1 025 800
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 22 Fr. AL	Praia da Rocha	2014	-	144 000	-	-	144 000
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 23 Fr. AM	Praia da Rocha	2014	-	121 714	-	-	121 714
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 32 Fr. AV	Praia da Rocha	2014	-	92 946	-	-	92 946
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 33 Fr. AX	Praia da Rocha	2014	-	75 426	-	-	75 426
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 34 Fr. AZ	Praia da Rocha	2014	-	92 996	-	-	92 996
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 35 Fr. BA	Praia da Rocha	2014	-	44 880	-	-	44 880
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 36 Fr. BB	Praia da Rocha	2014	-	46 492	-	-	46 492
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 37 Fr. BC	Praia da Rocha	2014	-	104 000	-	-	104 000
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 27 Fr. AQ	Praia da Rocha	2014	-	457 143	-	-	457 143
Av. Tomás Cabreira, Ed. J. Pimenta Lj. 29 Fr. AS	Praia da Rocha	2014	-	118 207	-	-	118 207
Av João Paulo II, 64 - Cotovia	Sesimbra	2014	-	251 307	-	-	251 307
R. de Santiago, 3 r/c dto Fr. C	Setúbal	2014	-	34 444	-	-	34 444
R. de Santiago, 3 1ª dto Fr. E	Setúbal	2014	-	34 293	-	-	34 293
R. de Santiago, 3 2ª dto Fr. G	Setúbal	2014	-	33 434	-	-	33 434
L. dos Pescadores, 3 r/c dto Fr. B	Setúbal	2014	-	31 418	-	-	31 418
L. dos Pescadores, 3 2ª dto Fr. E	Setúbal	2014	-	41 190	-	-	41 190
L. dos Pescadores, 3 3ª dto Fr. G	Setúbal	2014	-	41 182	-	-	41 182
L. dos Pescadores, 3 3ª eq Fr. H	Setúbal	2014	-	32 601	-	-	32 601
L. dos Pescadores, 3 r/c eq Fr. A	Setúbal	2014	-	32 225	-	-	32 225
L. dos Pescadores, 3 1ª eq Fr. D	Setúbal	2014	-	32 218	-	-	32 218
R. de Santiago, 3 cave Fr. A	Setúbal	2014	-	62 000	-	-	62 000
R. Cap. Mário A. Soares Pimentel, 17 r/c eq Fr. B	Sintra	2014	-	311 000	-	-	311 000
R. das Camélias, 5	Massamá	2014	-	358 452	-	-	358 452
Av. 5 de outubro, 9	Torres Vedras	2013	-	1 772 234	-	-	1 772 234
Banda 17, Lote B r/c eq Fr. B	Vialonga	2013	-	42 000	-	-	42 000

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Banda 17, Lote B r/c dto Fr. A	Vialonga	2013	-	28 000	-	-	28 000
P. da Liberdade, Torre 13 r/c 1 Fr. C	Vialonga	2013	-	73 937	-	-	73 937
P. da Liberdade, Torre 13 r/c 2 Fr. D	Vialonga	2013	-	48 912	-	-	48 912
P. da Liberdade, Torre 6 r/c A2 Fr. B	Vialonga	2013	-	37 000	-	-	37 000
P. da Liberdade, Torre 6 r/c A1 Fr. A	Vialonga	2013	-	43 000	-	-	43 000
Av. da República, 313 a 337	Vila Nova de Gaia	2013	-	6 570 061	-	-	6 570 061
R. de Angola, 28 a 40 r/c esq Fr. A	Vila Nova de Gaia	2013	-	328 000	-	-	328 000
Av. Beato Nuno, 20 r/c Fr. F	Fátima	2013	186 695	437 000	-	-	437 000
R. General Humberto Delgado, 49	Grandola	2013	-	106 188	-	-	106 188
Av. 5 de outubro, 259	Lisboa	2013	-	2 167 090	-	-	2 167 090
Av. 5 de outubro, 35	Lisboa	2013	-	11 148 981	-	-	11 148 981
Av. Almirante Reis, 89	Lisboa	2014	-	2 016 192	-	-	2 016 192
Av. Visconde Valmor, 66	Lisboa	2013	-	2 807 028	-	-	2 807 028
Av. Leopoldo de Almeida, 9 Fr. Q	Lisboa	2013	-	452 286	-	-	452 286
Calçada da Ajuda, 72	Lisboa	2013	-	1 313 512	-	-	1 313 512
R. Almirante Barroso, 13	Lisboa	2014	-	1 868 107	-	-	1 868 107
R. António Enes, 10	Lisboa	2013	-	1 426 157	-	-	1 426 157
Av. António Serpa, 11 a 15	Lisboa	2013	-	7 911 398	-	-	7 911 398
R. Augusta, 226 a 236	Lisboa	2013	-	1 557 550	-	-	1 557 550
R. D. Francisco Manuel de Melo, 3	Lisboa	2013	-	2 231 105	-	-	2 231 105
R. D. Francisco Manuel de Melo, 5	Lisboa	2014	-	3 569 000	-	-	3 569 000
R. da Emenda, 52 a 58	Lisboa	2013	-	1 198 361	-	-	1 198 361
R. da Lapa, 106	Lisboa	2013	-	1 768 959	-	-	1 768 959
R. da Madalena, 166 a 180	Lisboa	2013	-	1 289 326	-	-	1 289 326
R. da Prata, 273 a 283	Lisboa	2013	-	938 135	-	-	938 135
R. Forno do Tijolo, 50	Lisboa	2013	-	1 432 186	-	-	1 432 186
R. Forno do Tijolo, 40 e 42	Lisboa	2013	-	1 232 031	-	-	1 232 031
R. da Imprensa Nacional, 39 e 41	Lisboa	2013	-	1 724 387	-	-	1 724 387
R. Latino Coelho, 49 a 59	Lisboa	2013	-	2 363 129	-	-	2 363 129
R. Nova da Trindade, 15	Lisboa	2013	-	1 527 335	-	-	1 527 335
R. Rodrigues Sampaio, 15	Lisboa	2013	-	2 093 270	-	-	2 093 270
R. de S. Bernardo, 106 e 108	Lisboa	2013	-	823 405	-	-	823 405
R. S. Julião, 142 e 144	Lisboa	2013	-	686 735	-	-	686 735
R. S. Julião, 146 e 148	Lisboa	2013	-	760 125	-	-	760 125
R. dos Correiros, 79 a 85	Lisboa	2013	-	1 237 624	-	-	1 237 624
Av. General Roçadas, 62 A r/c Fr. A	Lisboa	2013	-	207 835	-	-	207 835
Av. General Roçadas, 62 B r/c Fr. B	Lisboa	2013	-	310 536	-	-	310 536
Av. General Roçadas, 62 2ª fte Fr. I	Lisboa	2013	-	42 968	-	-	42 968
Av. General Roçadas, 62 3ª fte Fr. M	Lisboa	2013	-	46 279	-	-	46 279
Av. General Roçadas, 62 4ª fte Fr. P	Lisboa	2013	-	45 466	-	-	45 466
Av. General Roçadas, 62 5ª esq Fr. Q	Lisboa	2013	-	67 040	-	-	67 040
Av. General Roçadas, 62 5ª dto Fr. R	Lisboa	2013	-	48 565	-	-	48 565
Av. General Roçadas, 62 5ª fte Fr. S	Lisboa	2013	-	38 338	-	-	38 338
Av. General Roçadas, 62 6ª esq Fr. T	Lisboa	2013	-	50 895	-	-	50 895
Av. General Roçadas, 62 6ª fte Fr. V	Lisboa	2013	-	45 459	-	-	45 459
Av. General Roçadas, 62 7ª esq Fr. X	Lisboa	2013	-	63 931	-	-	63 931
Av. Elias Garcia, 105 r/c e cave Fr. A	Lisboa	2013	-	616 656	-	-	616 656
Av. Elias Garcia, 105 1ª esq Fr. B	Lisboa	2013	-	141 428	-	-	141 428
Av. Elias Garcia, 105 1ª dto Fr. C	Lisboa	2013	-	247 924	-	-	247 924
Av. Elias Garcia, 105 2ª esq Fr. D	Lisboa	2013	-	105 664	-	-	105 664
Av. Elias Garcia, 105 2ª dto Fr. E	Lisboa	2013	-	244 000	-	-	244 000

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Av. Elias Garcia, 105 3º esq Fr. F	Lisboa	2013	-	111 153	-	-	111 153
Av. Elias Garcia, 105 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	-	121 728	-	-	121 728
Av. Elias Garcia, 105 4º esq Fr. H	Lisboa	2013	-	105 088	-	-	105 088
Av. Elias Garcia, 105 4º dto Fr. I	Lisboa	2013	-	238 000	-	-	238 000
Av. Elias Garcia, 105 5º esq Fr. J	Lisboa	2013	-	216 400	-	-	216 400
Av. Elias Garcia, 105 5º dto Fr. L	Lisboa	2013	-	244 000	-	-	244 000
Av. Elias Garcia, 105 6º esq Fr. M	Lisboa	2013	-	83 499	-	-	83 499
Av. Elias Garcia, 105 6º dto Fr. N	Lisboa	2013	-	243 600	-	-	243 600
R. Filipe Folque, 7 A r/c Fr. A	Lisboa	2014	-	58 882	-	-	58 882
R. Filipe Folque, 7 B e 7 C r/c Fr. B	Lisboa	2014	-	130 220	-	-	130 220
R. Filipe Folque, 7 E e 7 F r/c Fr. C	Lisboa	2014	-	325 514	-	-	325 514
R. Filipe Folque, 7 1º dto Arrec. F e Fr. D	Lisboa	2014	-	253 060	-	-	253 060
R. Filipe Folque, 7 1º esq Arrec. E e Fr. E	Lisboa	2014	-	202 834	-	-	202 834
R. Filipe Folque, 7 2º dto Arrec. D e Fr. F	Lisboa	2014	-	320 556	-	-	320 556
R. Filipe Folque, 7 2º esq Arrec. C e Fr. G	Lisboa	2014	-	244 895	-	-	244 895
R. Filipe Folque, 7 3º dto Arrec. B e Fr. H	Lisboa	2014	-	280 533	-	-	280 533
R. Filipe Folque, 7 3º esq Arrec. A e Fr. I	Lisboa	2014	-	211 357	-	-	211 357
R. Filipe Folque, 7 4º dto Fr. J	Lisboa	2014	-	275 067	-	-	275 067
R. Filipe Folque, 7 4º esq Fr. K	Lisboa	2014	-	224 795	-	-	224 795
Av. Defensores de Chaves, 27 A r/c Fr. A	Lisboa	2013	-	19 787	-	-	19 787
Av. Defensores de Chaves, 27 B r/c Fr. B	Lisboa	2013	-	12 477	-	-	12 477
Av. Defensores de Chaves, 27 C r/c Fr. C	Lisboa	2013	-	29 192	-	-	29 192
Av. Defensores de Chaves, 27 D r/c Fr. D	Lisboa	2013	-	15 365	-	-	15 365
Av. Defensores de Chaves, 27 1º esq Fr. E	Lisboa	2013	-	287 856	-	-	287 856
Av. Defensores de Chaves, 27 1º dto Fr. F	Lisboa	2013	-	136 532	-	-	136 532
Av. Defensores de Chaves, 27 2º esq Fr. G	Lisboa	2013	-	276 197	-	-	276 197
Av. Defensores de Chaves, 27 2º dto Fr. H	Lisboa	2013	-	356 001	-	-	356 001
Av. Defensores de Chaves, 27 3º esq Fr. I	Lisboa	2013	-	271 656	-	-	271 656
Av. Defensores de Chaves, 27 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	-	175 512	-	-	175 512
Av. Defensores de Chaves, 27 4º esq Fr. L	Lisboa	2013	-	333 260	-	-	333 260
Av. Defensores de Chaves, 27 4º dto Fr. M	Lisboa	2013	-	330 992	-	-	330 992
R. Tomás Anunciação, 38 A e 38 B r/c Fr. A	Lisboa	2013	-	99 000	-	-	99 000
R. Tomás Anunciação, 38 D r/c Fr. B	Lisboa	2013	-	49 123	-	-	49 123
R. Coelho da Rocha, 85 A r/c Fr. C	Lisboa	2013	-	90 769	-	-	90 769
R. Coelho da Rocha, 85 r/c Fr. D	Lisboa	2013	-	182 000	-	-	182 000
R. Tomás Anunciação, 38 C r/c Fr. E	Lisboa	2013	-	90 013	-	-	90 013
R. Tomás Anunciação, 38 1º dto Fr. F	Lisboa	2013	-	88 013	-	-	88 013
R. Tomás Anunciação, 38 1º esq Fr. G	Lisboa	2013	-	32 989	-	-	32 989
R. Tomás Anunciação, 38 2º dto Fr. H	Lisboa	2013	-	42 665	-	-	42 665
R. Tomás Anunciação, 38 2º esq Fr. I	Lisboa	2013	-	61 367	-	-	61 367
R. Tomás Anunciação, 38 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	-	126 920	-	-	126 920
R. Tomás Anunciação, 38 3º esq Fr. L	Lisboa	2013	-	141 608	-	-	141 608
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 1 Fr. A	Porto	2013	-	39 136	-	-	39 136
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 3 Fr. C	Porto	2013	-	43 263	-	-	43 263
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 135 Fr. JD	Porto	2013	-	4 126	-	-	4 126
R. de Cedofeita, 442 a 450	Porto	2013	-	735 383	-	-	735 383
R. de Cedofeita, 452 a 460	Porto	2013	-	295 250	-	-	295 250
R. de Cedofeita, 475 a 477	Porto	2013	-	193 832	-	-	193 832
R. Sá da Bandeira, 68 e 70	Porto	2013	-	486 764	-	-	486 764
Viela da Carvalhosa, 184 C4	Porto	2013	-	5 000	-	-	5 000
Viela da Carvalhosa, 184 C1	Porto	2013	-	5 000	-	-	5 000

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Vielha da Carvalhosa, 184 C2	Porto	2013	-	5 000	-	-	5 000
Vielha da Carvalhosa, 184 C3	Porto	2013	-	5 000	-	-	5 000
R. Julio Dinis, 820 r/c Fr. C	Porto	2013	-	1 000 000	-	-	1 000 000
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 r/c e cave Fr. A	Porto	2013	-	21 491	-	-	21 491
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 r/c Fr. B	Porto	2013	-	20 000	-	-	20 000
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 sobreloja Fr. C	Porto	2013	-	91 428	-	-	91 428
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 1ª Fr. D	Porto	2013	-	91 428	-	-	91 428
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 2ª Fr. E	Porto	2013	-	91 428	-	-	91 428
R. Arq. Nicolau Nazoni, 29 a 33 3ª Fr. F	Porto	2013	-	137 143	-	-	137 143
L. Avelar Machado, 11 e 12	Abrantes	2014	-	49 832	-	-	49 832
L. Avelar Machado, 9 e 10	Abrantes	2014	-	80 000	-	-	80 000
P. Gil Vicente, 2 Loja Fr. A	Almada	2013	-	160 000	-	-	160 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 146 Fr. BM	Aveiro	2014	15 041	160 000	-	-	160 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 83 a 87 r/c Fr. D	C. Branco	2014	44 290	108 000	-	-	108 000
R. da Sofia, 133 e 135	Coimbra	2013	-	647 042	-	-	647 042
Arco do Relógio, 4 r/c esq Fr. A	Élvás	2013	7 694	157 000	-	-	157 000
L. Chão das Covas, 24 e 25	Évora	2013	-	135 570	-	-	135 570
L. Dr. Alves Branco, 6 e 8 / R. Fria, 2	Évora	2013	-	563 844	-	-	563 844
P. do Giraldo, 24 e 25	Évora	2013	-	305 162	-	-	305 162
P. do Giraldo, 26 a 28	Évora	2013	-	270 124	-	-	270 124
P. do Giraldo, 86 a 92 / R. Serpa Pinto, 1 a 17	Évora	2013	-	693 576	-	-	693 576
P. do Giraldo, 18 a 20	Évora	2013	-	226 297	-	-	226 297
P. do Sertório, 1 a 5 / Trav. do Sertório, 6 a 14	Évora	2013	-	652 865	-	-	652 865
R. da República, 141 a 145	Évora	2014	1 325 643	3 980 000	-	-	3 980 000
R. Dr. Joaquim Henrique da Fonseca, 3	Évora	2013	-	1 468 116	-	-	1 468 116
R. Mendo Esteves, 28 e 30	Évora	2013	-	315 859	-	-	315 859
R. dos Nobres, 23 e 25	Évora	2014	-	222 137	-	-	222 137
R. Calvário, 9	Évora	2014	-	76 667	-	-	76 667
R. Eborim, 16 e 18 / R. do Cicioso, 14	Évora	2013	-	3 850 000	-	-	3 850 000
R. Eborim, 2 a 14	Évora	2014	-	1 704 035	-	-	1 704 035
R. João de Deus, 1 a 7	Évora	2014	-	600 020	-	-	600 020
R. José Elias Garcia, 17 a 23/R. da Cancela, 2 a 8	Évora	2013	-	293 955	-	-	293 955
R. Serpa Pinto, 135	Évora	2014	-	52 240	-	-	52 240
R. Serpa Pinto, 78 a 82	Évora	2014	-	953 165	-	-	953 165
Trav. Lagares, 25 / Trav. das Anjinhas, 13	Évora	2014	-	68 686	-	-	68 686
Trav. Lagares, 17 / Trav. do Sabugueiro, 15	Évora	2014	-	64 311	-	-	64 311
Trav. Paulo Ramalho, 2	Évora	2014	-	94 473	-	-	94 473
R. de João Gago, 6 a 12	Funchal	2013	-	2 071 046	-	-	2 071 046
P. da República, 51 a 53 r/c Fr. B	Montijo	2014	-	127 000	-	-	127 000
L. 1º de Dezembro, 27 a 29 r/c Loja Fr. B	Portimão	2013	36 000	93 200	-	-	93 200
R. Serpa Pinto, 116 a 120	Santarém	2013	-	495 995	-	-	495 995
R. Gonçalo Braga, 7 A r/c Fr. A	Moscavide	2013	-	96 347	-	-	96 347
R. Afonso Albuquerque, 32 3ª fte Fr. J	Alhandra	2013	-	74 000	-	-	74 000
R. Adriano Pinto Basto, 224 r/c Lj. 1 Fr. B	V.N.Famalicão	2013	-	174 264	-	-	174 264
Av. Sacadura Cabral, 171	Vila do Conde	2013	-	127 748	-	-	127 748
Av. Sacadura Cabral, 173	Vila do Conde	2013	-	122 325	-	-	122 325
Av. Infante D. Henrique, 58	Évora	2013	-	55 709	-	-	55 709
P. da República, 51 a 53 1ª dto Fr. C	Montijo	2014	-	70 000	-	-	70 000
P. da República, 51 a 53 1ª fte Fr. D	Montijo	2014	-	51 108	-	-	51 108
P. da República, 51 a 53 1ª esq Fr. E	Montijo	2014	-	71 000	-	-	71 000
P. da República, 51 a 53 2ª dto Fr. F	Montijo	2014	-	68 000	-	-	68 000

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
P. da República, 51 a 53 2º fte Fr. G	Montijo	2014	-	58 000	-	-	58 000
P. da República, 51 a 53 2º esq Fr. H	Montijo	2014	-	59 410	-	-	59 410
P. da República, 51 a 53 3º dto Fr. I	Montijo	2014	-	66 790	-	-	66 790
P. da República, 51 a 53 3º fte Fr. J	Montijo	2014	-	58 000	-	-	58 000
P. da República, 51 a 53 3º esq Fr. L	Montijo	2014	-	69 000	-	-	69 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 cave dta Fr. A	C. Branco	2014	-	7 250	-	-	7 250
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 cave esq Fr. B	C. Branco	2014	-	12 200	-	-	12 200
Av. Gen. Humberto Delgado, 81 r/c Fr. C	C. Branco	2014	-	29 000	-	-	29 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 91 r/c Fr. E	C. Branco	2014	-	18 571	-	-	18 571
Av. Gen. Humberto Delgado, 93 r/c Fr. F	C. Branco	2014	-	24 950	-	-	24 950
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 r/c Fr. G	C. Branco	2014	-	25 309	-	-	25 309
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 1º dto Fr. H	C. Branco	2014	-	52 500	-	-	52 500
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 1º fte Fr. I	C. Branco	2014	-	30 889	-	-	30 889
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 1º esq Fr. J	C. Branco	2014	-	37 405	-	-	37 405
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 2º dto Fr. L	C. Branco	2014	-	71 500	-	-	71 500
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 2º esq Fr. M	C. Branco	2014	-	71 500	-	-	71 500
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 3º dto Fr. N	C. Branco	2014	-	67 000	-	-	67 000
Av. Gen. Humberto Delgado, 89 3º esq Fr. O	C. Branco	2014	-	31 700	-	-	31 700
R. José Régio, Banda 5 Lote B 3º dto Fr. G	Vialonga	2014	-	48 000	-	-	48 000
R. do Campo Alegre, 1340 a 1386 cave 140 Fr. JI	Porto	2013	-	4 918	-	-	4 918
R. Joaquim da Silva Simplicio, 4 3º Fr. C	Barreiro	2014	-	21 987	-	-	21 987
R. Joaquim da Silva Simplicio, 4 r/c Fr. A	Barreiro	2014	-	33 000	-	-	33 000
Calçada do Tojal , 49/49A cave Fr. A	Lisboa	2013	-	41 491	-	-	41 491
Calçada do Tojal , 49/49A loja Fr. B	Lisboa	2013	-	55 049	-	-	55 049
Calçada do Tojal , 49/49A r/c dto Fr. C	Lisboa	2013	-	38 244	-	-	38 244
Calçada do Tojal , 49/49A r/c esq Fr. D	Lisboa	2013	-	47 233	-	-	47 233
Calçada do Tojal , 49/49A 1º dto Fr. E	Lisboa	2013	-	54 621	-	-	54 621
Calçada do Tojal , 49/49A 1º esq Fr. F	Lisboa	2013	-	54 746	-	-	54 746
Calçada do Tojal , 49/49A 2º dto Fr. G	Lisboa	2013	-	59 665	-	-	59 665
Calçada do Tojal , 49/49A 2º esq Fr. H	Lisboa	2013	-	54 621	-	-	54 621
Calçada do Tojal , 49/49A 3º dto Fr. I	Lisboa	2013	-	50 598	-	-	50 598
Calçada do Tojal , 49/49A 3º esq Fr. J	Lisboa	2013	-	58 621	-	-	58 621
Calçada do Tojal , 49/49A 4º dto Fr. K	Lisboa	2013	-	116 000	-	-	116 000
Calçada do Tojal , 49/49A 4º esq Fr. L	Lisboa	2013	-	54 621	-	-	54 621
Calçada do Tojal , 49/49A 5º dto Fr. M	Lisboa	2013	-	102 400	-	-	102 400
Calçada do Tojal , 49/49A 5º esq Fr. N	Lisboa	2013	-	58 621	-	-	58 621
Calçada do Tojal , 49/49A desvão cob. Fr. O	Lisboa	2013	-	50 800	-	-	50 800
R. Ten. Ferreira Durão, 57 loja (42 Al.S) Fr. A	Lisboa	2013	-	57 000	-	-	57 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 loja (42A Al.S) Fr. B	Lisboa	2013	-	44 531	-	-	44 531
R. Ten. Ferreira Durão, 57 r/c esq Fr. C	Lisboa	2013	-	80 000	-	-	80 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 1º dto Fr. D	Lisboa	2013	-	90 000	-	-	90 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 1º esq Fr. E	Lisboa	2013	-	39 758	-	-	39 758
R. Ten. Ferreira Durão, 57 1º frente Fr. F	Lisboa	2013	-	95 000	-	-	95 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 2º dto Fr. G	Lisboa	2013	-	41 258	-	-	41 258
R. Ten. Ferreira Durão, 57 2º esq Fr. H	Lisboa	2013	-	42 366	-	-	42 366
R. Ten. Ferreira Durão, 57 2º frente Fr. I	Lisboa	2013	-	80 229	-	-	80 229
R. Ten. Ferreira Durão, 57 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	-	41 258	-	-	41 258
R. Ten. Ferreira Durão, 57 3º esq Fr. K	Lisboa	2013	-	46 366	-	-	46 366
R. Ten. Ferreira Durão, 57 3º frente Fr. L	Lisboa	2013	-	57 537	-	-	57 537
R. Ten. Ferreira Durão, 57 4º dto Fr. M	Lisboa	2013	-	90 000	-	-	90 000
R. Ten. Ferreira Durão, 57 4º esq Fr. N	Lisboa	2013	-	39 758	-	-	39 758

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Ten. Ferreira Durão, 57 4º frente Fr. O	Lisboa	2013	-	95 000	-	-	95 000
R. Buenos Aires, 5/5C cave - Sala A Fr. A	Lisboa	2013	-	44 514	-	-	44 514
R. Buenos Aires, 5/5C cave - Sala C Fr. B	Lisboa	2013	-	45 714	-	-	45 714
R. Buenos Aires, 5/5C cave - Sala B Fr. C	Lisboa	2013	-	46 114	-	-	46 114
R. Buenos Aires, 5/5C r/c esq Fr. D	Lisboa	2013	-	371 320	-	-	371 320
R. Buenos Aires, 5/5C r/c dto Fr. E	Lisboa	2013	-	68 954	-	-	68 954
R. Buenos Aires, 5/5C 1º dto Fr. F	Lisboa	2013	-	189 600	-	-	189 600
R. Buenos Aires, 5/5C 1º esq Fr. G	Lisboa	2013	-	112 789	-	-	112 789
R. Buenos Aires, 5/5C 2º dto Fr. H	Lisboa	2013	-	144 507	-	-	144 507
R. Buenos Aires, 5/5C 2º esq Fr. I	Lisboa	2013	-	80 409	-	-	80 409
R. Buenos Aires, 5/5C 3º dto Fr. J	Lisboa	2013	-	106 789	-	-	106 789
R. Buenos Aires, 5/5C 3º esq Fr. L	Lisboa	2013	-	179 068	-	-	179 068
R. Buenos Aires, 5/5C 4º esq Fr. N	Lisboa	2013	-	87 602	-	-	87 602
R. Buenos Aires, 12 A, B loja / cave Fr. A	Lisboa	2013	-	788 610	-	-	788 610
R. Buenos Aires, 12 A, B 1º Fr. B	Lisboa	2013	-	180 374	-	-	180 374
R. Buenos Aires, 12 A, B 2º Fr. C	Lisboa	2013	-	176 759	-	-	176 759
R. Buenos Aires, 12 A, B 3º Fr. D	Lisboa	2013	-	163 574	-	-	163 574
R. Carvalho Araújo, 93 AB A loja Fr. A	Lisboa	2013	-	191 253	-	-	191 253
R. Carvalho Araújo, 93 AB B loja Fr. B	Lisboa	2013	-	243 872	-	-	243 872
R. Carvalho Araújo, 93 AB 1º dto Fr. C	Lisboa	2013	-	130 000	-	-	130 000
R. Carvalho Araújo, 93 AB 1º esq Fr. D	Lisboa	2013	-	71 820	-	-	71 820
R. Carvalho Araújo, 93 AB 2º dto Fr. E	Lisboa	2013	-	126 419	-	-	126 419
R. Carvalho Araújo, 93 AB 2º esq Fr. F	Lisboa	2013	-	97 779	-	-	97 779
R. Carvalho Araújo, 93 AB 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	-	130 000	-	-	130 000
R. Carvalho Araújo, 93 AB 3º esq Fr. H	Lisboa	2013	-	143 091	-	-	143 091
R. Carvalho Araújo, 93 AB 4º Fr. I	Lisboa	2013	-	33 881	-	-	33 881
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 cave dto Fr. A	Lisboa	2013	-	120 000	-	-	120 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 cave esq Fr. B	Lisboa	2013	-	118 857	-	-	118 857
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 r/c dto. Fr. C	Lisboa	2013	-	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 r/c esq Fr. D	Lisboa	2013	-	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 1º dto Fr. E	Lisboa	2013	-	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 2º dto Fr. G	Lisboa	2013	-	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 2º esq Fr. H	Lisboa	2013	-	123 000	-	-	123 000
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 3º dto Fr. I	Lisboa	2013	-	64 511	-	-	64 511
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 3º esq Fr. J	Lisboa	2013	-	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 4º dto Fr. K	Lisboa	2013	-	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 4º esq Fr. L	Lisboa	2013	-	58 684	-	-	58 684
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 5º dto Fr. M	Lisboa	2013	-	134 543	-	-	134 543
R. Coronel Ribeiro Viana , 25 5º esq Fr. N	Lisboa	2013	-	123 000	-	-	123 000
R. João Frederico Ludovice, 4 A B A loja Fr. A	Lisboa	2013	-	92 584	-	-	92 584
R. João Frederico Ludovice, 4 A B B loja Fr. B	Lisboa	2013	-	84 349	-	-	84 349
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 1º dto Fr. C	Lisboa	2013	-	86 451	-	-	86 451
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 1º esq Fr. D	Lisboa	2013	-	75 573	-	-	75 573
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 2º dto Fr. E	Lisboa	2013	-	55 600	-	-	55 600
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 2º esq Fr. F	Lisboa	2013	-	59 775	-	-	59 775
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	-	58 880	-	-	58 880
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 3º esq Fr. H	Lisboa	2013	-	56 794	-	-	56 794
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 4º dto Fr. I	Lisboa	2013	-	55 600	-	-	55 600
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 4º esq Fr. J	Lisboa	2013	-	56 794	-	-	56 794
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 5º dto Fr. K	Lisboa	2013	-	58 880	-	-	58 880
R. João Frederico Ludovice, 4 A B 5º esq Fr. L	Lisboa	2013	-	117 120	-	-	117 120

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Maria Andrade, 48 A Loja C cave Fr. A	Lisboa	2013	-	367 118	-	-	367 118
R. Maria Andrade, 48 1º esq Fr. B	Lisboa	2013	-	112 118	-	-	112 118
R. Maria Andrade, 48 1º dto Fr. C	Lisboa	2013	-	54 000	-	-	54 000
R. Maria Andrade, 48 2º esq Fr. D	Lisboa	2013	-	84 295	-	-	84 295
R. Maria Andrade, 48 2º dto Fr. E	Lisboa	2013	-	130 400	-	-	130 400
R. Maria Andrade, 48 3º esq Fr. F	Lisboa	2013	-	118 000	-	-	118 000
R. Maria Andrade, 48 3º dto Fr. G	Lisboa	2013	-	67 711	-	-	67 711
R. Maria Andrade, 48 4º esq Fr. H	Lisboa	2013	-	152 146	-	-	152 146
R. Maria Andrade, 48 4º dto Fr. I	Lisboa	2013	-	61 477	-	-	61 477
R. Rodrigo Reinel, 3 A B A loja Fr. A	Lisboa	2013	-	94 000	-	-	94 000
R. Rodrigo Reinel, 3 A B r/c dto Fr. B	Lisboa	2013	-	75 352	-	-	75 352
R. Rodrigo Reinel, 3 A B r/c esq Fr. C	Lisboa	2013	-	69 390	-	-	69 390
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 1º dto Fr. D	Lisboa	2013	-	86 779	-	-	86 779
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 1º esq Fr. E	Lisboa	2013	-	113 545	-	-	113 545
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 2º dto Fr. F	Lisboa	2013	-	165 024	-	-	165 024
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 2º esq Fr. G	Lisboa	2013	-	84 842	-	-	84 842
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 3º dto Fr. H	Lisboa	2013	-	87 375	-	-	87 375
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 3º esq Fr. I	Lisboa	2013	-	80 071	-	-	80 071
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 4º dto Fr. J	Lisboa	2013	-	85 737	-	-	85 737
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 4º esq Fr. K	Lisboa	2013	-	77 836	-	-	77 836
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 5º dto Fr. L	Lisboa	2013	-	85 737	-	-	85 737
R. Rodrigo Reinel, 3 A B 5º esq Fr. M	Lisboa	2013	-	87 375	-	-	87 375
R. S. Marçal, 186/188 Cave Fr. A	Lisboa	2013	-	40 000	-	-	40 000
R. S. Marçal, 186/188 Cave Fr. B	Lisboa	2013	-	96 413	-	-	96 413
R. S. Marçal, 186/188 r/c Fr. C	Lisboa	2013	-	140 821	-	-	140 821
R. S. Marçal, 186/188 1º Fr. D	Lisboa	2013	-	222 000	-	-	222 000
R. S. Marçal, 186/188 2º Fr. E	Lisboa	2013	-	146 216	-	-	146 216
R. S. Marçal, 186/188 3º Fr. F	Lisboa	2013	-	68 606	-	-	68 606
R. S. Marçal, 190 r/c Fr. A	Lisboa	2013	-	67 246	-	-	67 246
R. S. Marçal, 190 1º Fr. B	Lisboa	2013	-	79 404	-	-	79 404
R. S. Marçal, 190 2º Fr. C	Lisboa	2013	-	71 179	-	-	71 179
R. Marechal Saldanha, 5	Lisboa	2014	-	2 276 275	-	-	2 276 275
R. Conceição, 121 a 129	Lisboa	2013	-	911 930	-	-	911 930
R. Prata, 75 a 85	Lisboa	2014	-	1 342 789	-	-	1 342 789
R. Prata, 149 a 159	Lisboa	2014	-	1 519 253	-	-	1 519 253
R. Prata, 174 a 178	Lisboa	2014	-	542 585	-	-	542 585
R. Arroios, 263 a 273	Lisboa	2014	-	1 177 398	-	-	1 177 398
R. S. Julião, 48 a 50	Lisboa	2014	-	718 082	-	-	718 082
R. Dr. António Granjo, 11 e 11 A r/c Dto. Fr. A	Lisboa	2014	238 992	425 000	-	-	425 000
R. Dr. António Martins, 23 e 23 A r/c Esq. Fr. A	Lisboa	2014	234 041	534 000	-	-	534 000
R. Buenos Aires, 7 e 7 C Fr. B	Lisboa	2013	-	45 000	-	-	45 000
R. Buenos Aires, 7 e 7 C Fr. E	Lisboa	2013	-	70 558	-	-	70 558
Estrada da Luz, 114 e 114 C Fr. I	Lisboa	2013	-	70 592	-	-	70 592
R. S. Sebastião, 122	Lisboa	2013	-	3 803 335	-	-	3 803 335
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. C	Lisboa	2013	-	78 301	-	-	78 301
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. E	Lisboa	2013	-	84 432	-	-	84 432
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. I	Lisboa	2013	-	78 301	-	-	78 301
Estrada de Benfica, 403 e 403 A Fr. J	Lisboa	2013	-	46 051	-	-	46 051
R. Jacinta Marto, 2 Fr. D (R. Passos Manuel, 1)	Lisboa	2013	-	89 111	-	-	89 111
R. Jacinta Marto, 2 Fr. C (R. Passos Manuel, 1)	Lisboa	2013	-	290 000	-	-	290 000
R. Jacinta Marto, 2 Fr. G (R. Passos Manuel, 1)	Lisboa	2013	-	43 056	-	-	43 056

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. 4 Infanteria, 1 e 1 B Fr. C(R. Coelho da Rocha, 72 A Lj.)	Lisboa	2014	-	34 928	-	-	34 928
R. D. José Mascarenhas, 71	Almada	2013	-	452 883	-	-	452 883
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. E	Braga	2013	-	60 000	-	-	60 000
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. F	Braga	2013	-	60 000	-	-	60 000
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. G	Braga	2013	-	43 000	-	-	43 000
R. Fundação Calouste Gulbenkian, 89 Fr. H	Braga	2013	-	25 000	-	-	25 000
R. Almirante Candido dos Reis, 96 e 96 A	Montijo	2013	69 603	235 000	-	-	235 000
Av. República Guiné - Bissau, 17 Lj. 1 Fr. A	Setúbal	2013	-	250 704	-	-	250 704
R. S. Pedro, Lt. 33 Fr. B	Guarda	2013	-	55 000	-	-	55 000
Av. 25 de Abril, Edifício São João r/c Dto Fr. AF	Abrantes	2014	5 702	89 703	-	-	89 703
Av. 25 de Abril, Edifício São João r/c Dto Fr. AG	Abrantes	2014	-	54 068	-	-	54 068
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. G	Aveiro	2013	-	36 000	-	-	36 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. H	Aveiro	2013	-	26 000	-	-	26 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. L	Aveiro	2013	-	67 534	-	-	67 534
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. P	Aveiro	2013	-	115 000	-	-	115 000
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. R	Aveiro	2013	-	64 457	-	-	64 457
Av. Dr. Lourenço Peixinho, 47 e 49 Fr. S	Aveiro	2013	-	83 000	-	-	83 000
R. João Dias, 13 a 19 3º Dto. Fr. G	Faro	2013	-	120 000	-	-	120 000
R. das Cinco Vilas, s/n r/c Fr. A	Ansião	2014	-	68 624	-	-	68 624
R. das Cinco Vilas, s/n Garagem 6 Fr. L	Ansião	2014	-	4 572	-	-	4 572
R. Infante de Sagres, 15 r/c Lj. D Fr. R	Lagos	2013	13 755	115 745	-	-	115 745
Av. Heliodoro Salgado, 58 r/c dto Fr. C	Sintra	2013	88 559	138 896	-	-	138 896
R. Heróis do Ultramar, Lt. 6 Fr. BD	Arruda dos Vinhos	2013	-	102 735	-	-	102 735
Av. Bombeiros Voluntários, 49 A Fr. A	Algés	2013	-	128 664	-	-	128 664
R. Jacinta Marto, 64 r/c E Fr. A	Fátima	2013	33 069	150 000	-	-	150 000
Av. da Liberdade, 1 a 7 (R. da Quinta, 81 a 85)	Fundão	2013	-	99 249	-	-	99 249
R. Manuel Pontes Horta, Bloco 8 r/c Fr. B	Quarteira	2013	-	116 722	-	-	116 722
R. Pinho Leal, 1 e 1 A r/c loja Arrecad. 6 Fr. B	Amora	2013	-	175 000	-	-	175 000
Av. 5 de Outubro, 1 a 3 - A Lj. r/c Dto. Fr. A	Setúbal	2013	11 505	360 000	-	-	360 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 86 Fr. CR	V. N. Famalicão	2013	1 444	8 000	-	-	8 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 87 Fr. CS	V. N. Famalicão	2013	637	5 000	-	-	5 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 88 Fr. CT	V. N. Famalicão	2013	250	4 000	-	-	4 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 89 Fr. CU	V. N. Famalicão	2013	250	4 000	-	-	4 000
R. Alves Roçadas, 122 cave Garagem 70 Fr. CV	V. N. Famalicão	2013	250	4 000	-	-	4 000
R. Alves Roçadas, 122 r/c loja 1 Fr. EB	V. N. Famalicão	2013	24 027	175 000	-	-	175 000
L. Combatentes Grande Guerra, 33 r/c D Lj. E 1º - Fr. B	Cantanhede	2013	4 711	200 000	-	-	200 000
R. de Jesus e R. João António Neves, r/c Lj. 2 Fr. B	Praia da Vitória	2013	49 876	70 000	-	-	70 000
P. da República, 37 a 39 r/c e 1º Fr. A	Tomar	2013	1 918	215 000	-	-	215 000
R. Antero de Quental, 17 c/v Lj. 11 Fr. B	Linda-a-Velha	2014	-	90 000	-	-	90 000
R. Vitor Hugo, 2 B Lj. Fr. C	Lisboa	2014	-	66 972	-	-	66 972
R. Campo de Ourique, 50 C Lj. Fr. B	Lisboa	2014	-	80 000	-	-	80 000
R. Professor Egas Moniz, 2 r/c Esq. Fr. A	V. R. Sto. António	2013	-	133 360	-	-	133 360
R. Angelina Vidal, 33 A Fr. G	Lisboa	2014	-	60 000	-	-	60 000
Av. Dr. Fernando Namora, 147 r/c Lj. B Fr. B	Coimbra	2014	-	58 000	-	-	58 000
P. da Condição, 3 Lj. B Fr. L	Santiago do Cacém	2014	-	80 000	-	-	80 000
R. de Alpiarça (Estrada 118), 79 r/c 1º Lat Dto Fr. C	Almeirim	2014	-	75 000	-	-	75 000
Av. Prof. Vieira Natividade, Lt. 10 r/c C Dto Lj. 2 Fr. B	Alcobaça	2014	-	61 861	-	-	61 861
R. de Viseu, Lt. 1 r/c Norte Fr. A	Aveiro	2013	-	200 000	-	-	200 000
Av. Miguel Bombarda, 58 C r/c Fr. D	Amadora	2013	742	80 000	-	-	80 000
Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 1180 Lt. 13 r/c Fr. A	Carcavelos	2013	-	120 000	-	-	120 000
R. Salvador Marques, 43 r/c Fr. A	Alhandra	2013	-	56 200	-	-	56 200

Inventário Individual dos Terrenos e Edifícios em 31 de dezembro de 2014

Anexo 5
(Valores em Euros)

Identificação dos Terrenos e Edifícios	Localidade	Data da última reavaliação	Reservas de Reavaliação	Valor de Balanço	Perdas Imparidade	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
R. Soares dos Reis, 1180 r/c Fr. F	V. N. Gaia	2013	-	60 000	-	-	60 000
R. D. Afonso Henriques, Bl. A r/c Fr. A	Grandola	2013	-	65 000	-	-	65 000
Av. Amélia Guerra, 1 Fr. B	Turquel	2013	-	43 000	-	-	43 000
R. José Fontana, 3 Loja 5 piso 0 Fr. X	Paço de Arcos	2013	-	55 000	-	-	55 000
R. Coronel Santos Pedroso, 2 e 2 A cv Fr. A	Lisboa	2013	-	85 000	-	-	85 000
R. Mouzinho de Albuquerque, 59 r/c Fr. A	Guarda	2013	-	65 000	-	-	65 000
R. Fernando Lopes Graça, 4 Fr. C	Lisboa	2013	-	62 000	-	-	62 000
R. dos Russos	Trajouce	2013	-	51 600	-	-	51 600
R. Jacinto Bento Paiva, 42 r/c Fr. A	Nazaré	2013	-	40 000	-	-	40 000
Urb. Matinha, lote A Arm. B1 piso 1 Fr. B	Lisboa	2013	-	1 654 672	-	-	1 654 672
Urb. Matinha, lote A Arm. B4 piso 4 Fr. F	Lisboa	2013	-	1 712 489	-	-	1 712 489
Urb. Matinha, lote A Arm. C5 piso 5 Fr. I	Lisboa	2013	-	298 000	-	-	298 000
Urb. Matinha, lote A Arm. G5 piso 5 Fr. M	Lisboa	2013	-	210 000	-	-	210 000
Urb. Matinha, lote A Arm. K5 piso 5 Fr. Q	Lisboa	2013	-	410 000	-	-	410 000
Urb. Matinha, lote A Arm. L5 piso 5 Fr. R	Lisboa	2013	-	465 000	-	-	465 000
R. Alfredo Keil, 257 A 7ª fte Fr. JO	Porto	2013	-	200 000	-	-	200 000
R. Júlio de Brito, 86 piso -1 garagem 33 Fr. NH	Porto	2013	-	10 000	-	-	10 000
Av. Holanda, 516	Cascais	2013	-	600 000	-	-	600 000
Av. Alexandre Herculano, 63 r/c esq. loja Fr. B	Pinhal Novo	2013	-	65 000	-	-	65 000
P. Luis de Camões, 47 r/c Fr. C	Estremoz	2013	-	59 944	-	-	59 944
Av. dos Bombeiros Voluntários, lote 6 r/c Fr. A	Mortágua	2013	-	66 857	-	-	66 857
R. Dr. Francisco Duarte, 321 r/c loja Fr. D	Braga	2013	2 500	50 000	-	-	50 000
R. do Bonfim, 459 r/c loja Fr. A	Porto	2013	-	50 914	-	-	50 914
R. Dr. J.A. Peixoto Pereira Machado, 370 r/c Fr. A	Barcelos	2013	-	70 000	-	-	70 000
R. Vasco da Gama, 4	Loures	2013	-	6 000 000	-	-	6 000 000
R. dos Arneiros, 74 4ª dto Fr. M	Lisboa	2013	-	52 165	-	-	52 165
R. dos Arneiros, 74 4ª esq Fr. N	Lisboa	2013	-	60 502	-	-	60 502
R. dos Arneiros, 74 5ª esq Fr. P	Lisboa	2013	-	62 502	-	-	62 502
R. dos Arneiros, 74 7ª dto Fr. S	Lisboa	2013	-	52 165	-	-	52 165
R. dos Arneiros, 74 7ª esq Fr. T	Lisboa	2013	-	62 149	-	-	62 149
R. Jardim do Tabaco, 19 a 33	Lisboa	2014	-	3 520 000	-	-	3 520 000
R. das Flores, 41 a 45 1ª Fr. B	Lisboa	2014	-	195 800	-	-	195 800
R. das Flores, 41 a 45 2ª Fr. C	Lisboa	2014	-	180 000	-	-	180 000
R. das Flores, 41 a 45 3ª Fr. D	Lisboa	2014	-	166 000	-	-	166 000
R. das Flores, 41 a 45 4ª Fr. E	Lisboa	2014	-	166 000	-	-	166 000
R. das Flores, 41 a 45 5ª Fr. F	Lisboa	2014	-	149 600	-	-	149 600
Av. Luís Bivar, 77 a 81	Lisboa	2014	-	1 400 000	-	-	1 400 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 0 Loja 1 Fr. AH	Lisboa	2014	-	670 800	-	-	670 800
R. Julieta Ferrão, 10 Cave 11,52/1000 Fr. A	Lisboa	2014	-	12 000	-	-	12 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 1 Lj 102 Fr. AJ	Lisboa	2014	-	110 080	-	-	110 080
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 1 Lj 103 Fr. AL	Lisboa	2014	-	79 920	-	-	79 920
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 14 Esc 1401 Fr. BO	Lisboa	2014	-	420 000	-	-	420 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 14 Esc 1402 Fr. BP	Lisboa	2014	-	420 000	-	-	420 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso 15 Esc 1501 Fr. BQ	Lisboa	2014	-	770 000	-	-	770 000
R. Julieta Ferrão, 10 Piso -3 47,95/1000 Fr. A	Lisboa	2014	-	300 000	-	-	300 000
Urbanização Vale da Telha, Lote 212 Setor D	Aljezur	2013	-	1 000	-	-	1 000
Herdade Vale da Telha, Lt. 8 Setor J	Aljezur	2013	-	3 000	-	-	3 000
Total de Rendimento			3 696 290	250 305 239	-	-	250 305 239
TOTAL GERAL			20 893 446	394 513 344	(9 183 321)	(24 760 893)	360 569 131

05

RELATÓRIO
DE GOVERNO
SOCIETÁRIO

INTRODUÇÃO

A Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., (doravante “Sociedade”, “Companhia” ou “Fidelidade”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade, de forma clara e transparente, à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade, respeitante ao exercício de 2014, foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais.

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. Estrutura Acionista

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital

O capital social da Fidelidade, no montante de 381.150.000,00 euros, é representado por 121.000.000 ações nominativas, com o valor nominal de 3,15 euros cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

De acordo com os seus estatutos, a Fidelidade, para além das ações ordinárias, pode emitir ações preferenciais sem voto, até ao montante de 20% do capital social. A Fidelidade apenas emitiu ações ordinárias.

Em 2014, decorreu o processo de privatização do capital social da Fidelidade, nos termos do Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, no âmbito do qual a LongRun Portugal, SGPS, S.A. (doravante “LongRun”), adquiriu à Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (doravante “CSS”), 96.800.000 ações representativas de 80% do capital social e direitos de voto da Fidelidade, em resultado da operação de venda direta a um investidor que se tornou o acionista de referência da Fidelidade (venda direta de referência ou VDR).

Ainda no âmbito do processo de privatização, foi concretizada a oferta pública de venda (OPV) de um lote de ações, representativas de 5% do capital social, reservado a trabalhadores, OPV esta no quadro da qual foram adquiridas, por trabalhadores, 16.860 ações representativas de 0,0139% do capital social.

2. Restrições à transmissibilidade das ações

Nos termos do n.º 1 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, que aprovou o processo de alienação do capital social da Fidelidade, e dos n.ºs 4 e 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 9 de dezembro, as ações representativas do capital social adquiridas no âmbito da VDR e respetivos direitos de voto, estão sujeitas ao regime de indisponibilidade por um período de quatro anos.

Ao abrigo do Acordo Parassocial subscrito em 7 de fevereiro de 2014, a CSS e a LongRun assumiram a obrigação, no que respeita à transmissibilidade das ações, de, durante um período de 4 (quatro) anos a contar da data da conclusão da VDR, não alienar, prometer alienar, onerar ou prometer onerar quaisquer ações representativas do capital social da Fidelidade e em geral a não celebrarem negócios jurídicos que visem a oneração ou transmissão da respetiva titularidade, ainda que sujeita a eficácia futura, ou que permitam o exercício de direitos de voto por interposta pessoa, incluindo indiretamente através da transmissão de ações representativas do capital social da LongRun, sem prejuízo de situações específicas contempladas no referido Acordo Parassocial.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

Em 31 de dezembro de 2014, a Fidelidade não detinha quaisquer ações próprias.

4. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Ver ponto n.º 2 supra.

II. Participações sociais detidas

6. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que são titulares de participações qualificadas, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2014, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
LLongRun Portugal, SGPS, S.A.	96.800.000	80%	80%	Aquisição
Caixa Seguros e Saúde, S.A.	24.183.1400	19,9861%	19,9861%	Aquisição

7. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Em 31 de dezembro de 2014, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham ações da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2014, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham obrigações da Sociedade.

B. Órgãos Sociais e Comissões

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato

A Mesa da Assembleia Geral, até à conclusão do processo de alienação do capital social da Companhia, ocorrida em 15 de maio de 2014, tinha a seguinte composição:

Cargo	Nome
Presidente	José Manuel Simões Correia
Vice-Presidente	José Lourenço Soares
Secretário	João José Lobato Moreira da Silva

Em 15 de maio de 2014 foi designada a nova Mesa da Assembleia Geral, para o triénio 2014/2016, com a seguinte composição:

Cargo	Nome
Presidente	Nuno Azevedo Neves
Secretário	Paula Rodrigues Morais

b) Exercício do direito de voto

9. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Nos termos do artigo 10º dos Estatutos da Sociedade, a cada 100 (cem) ações corresponde um voto. Os acionistas possuidores de um número de ações que não atinja esse número mínimo podem agrupar-se de forma a, em conjunto, e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o número necessário ao exercício do voto.

Os acionistas da Fidelidade apenas podem participar, discutir e votar na Assembleia Geral, pessoalmente ou através de representante, se, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral, forem titulares de ações que lhes confirmem, segundo a lei e os Estatutos, pelo menos um voto e que cumpra as formalidades legais aplicáveis, nos termos descritos na correspondente convocatória.

Nenhum acionista se pode fazer representar por duas ou mais pessoas.

Não é permitido o voto por correspondência.

10. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes ou representados na Assembleia Geral, sempre que a lei ou os Estatutos não exijam maior número (n.º 2 do artigo 11.º dos Estatutos).

As deliberações relativas a quaisquer alterações dos Estatutos da Sociedade, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade, à supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas da Sociedade em aumentos do capital social, à amortização de ações representativas do capital social, à suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social da Sociedade, à autorização de compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata, bem como a nomeação do órgão de fiscalização da sociedade e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria, só podem ser aprovadas desde que seja obtido o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de voto representativos da totalidade do capital social.

II. Administração

Conselho de Administração

a) Composição

12. Identificação do modelo de governo adotado

A Fidelidade adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração que inclui uma Comissão Executiva.

13. Regras estatutárias sobre nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral. O presidente e os vice-presidentes do Conselho de Administração são escolhidos pelo próprio Conselho de Administração, salvo quando sejam designados pela Assembleia Geral de acionistas que eleja o Conselho de Administração.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

14. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da designação e duração do mandato de cada membro

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de cinco e um máximo de dezasseze membros, eleitos para mandatos de três anos, renováveis.

O Conselho de Administração, até à conclusão do processo de privatização do capital social da Companhia, ocorrida em 15 de maio de 2014, foi constituído por sete membros executivos:

Membros do Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Presidente	28-03-2012	2012/2014
Eugénio Manuel dos Santos Ramos	Vogal	28-03-2012	2012/2014
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Vogal	28-03-2012	2012/2014
José Manuel Alvarez Quintero	Vogal	28-03-2012	2012/2014
António Manuel Marques de Sousa Noronha	Vogal	28-03-2012	2012/2014
Vasco Maria de Portugal e Castro de Orey	Vogal	28-03-2012	2012/2014
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	Vogal	28-03-2012	2012/2014

O Conselho de Administração, a 31 de dezembro de 2014, é composto por catorze membros, designados para exercer funções no triénio 2014-2016, dos quais dez são membros não executivos e quatro são executivos, situação que se espelha no Quadro seguinte:

Membros do Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Guangchang GUO	Presidente	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
João Nuno de Oliveira Jorge Palma	Vice-Presidente	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Vice-Presidente	15-05-2014	2014/2016	Executivo
Qunbin WANG	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Não executivo

(Continuação)

Membros do Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Nuno Maria Pinto de Magalhães				
Fernandes Thomaz	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
Guoqi DING	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
Michael LEE	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
Yao XU	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Não executivo
José Manuel Alvarez Quintero	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Executivo
António Manuel Marques de Sousa Noronha	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Executivo
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	Vogal	15-05-2014	2014/2016	Executivo
Wai Lam William MAK	Vogal	05-06-2014	2014/2016	Executivo
José Pedro Cabral dos Santos	Vogal	13-10-2014	2014/2016	Não executivo
Lan KANG	Vogal	31-10-2014	2014/2016	Não executivo

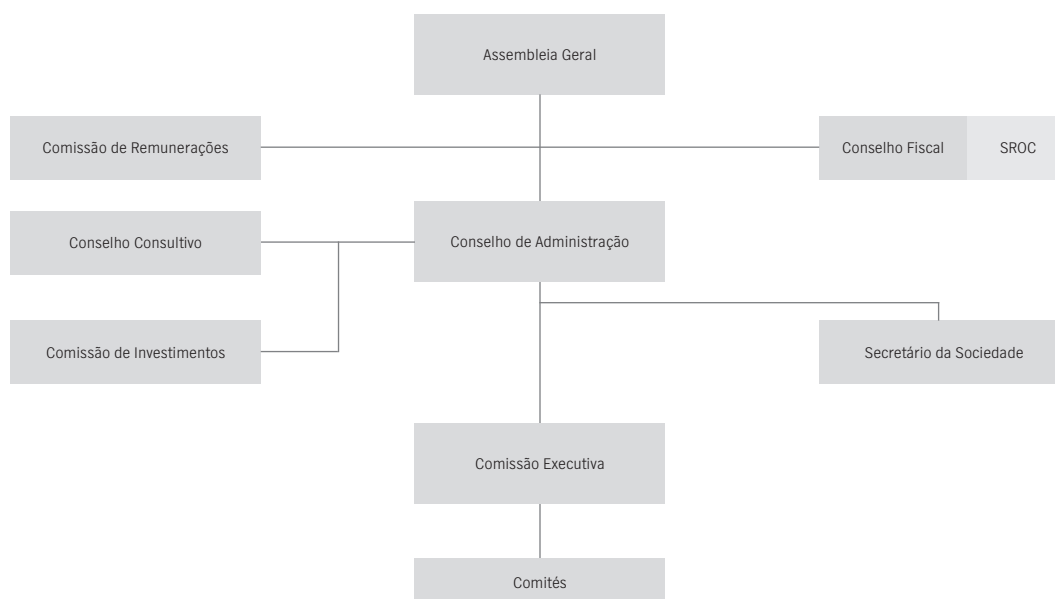
Em 30 de maio de 2014, o Conselho de Administração nomeou, de entre os seus membros, uma Comissão Executiva, nos termos previstos no artigo 407º n.ºs 3 e 4 do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 15º dos Estatutos da Sociedade, composta por cinco membros. A Comissão Executiva desempenha as funções de gestão corrente da Companhia que o Conselho de Administração não tenha reservado para si.

A Comissão Executiva tem, em 31 de dezembro de 2014, a seguinte composição:

Membros da Comissão Executiva (CE)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Presidente	30-05-2014	2014/2016
José Manuel Alvarez Quintero	Vogal	30-05-2014	2014/2016
António Manuel Marques de Sousa Noronha	Vogal	30-05-2014	2014/2016
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	Vogal	30-05-2014	2014/2016
Wai Lam William MAK	Vogal	06-06-2014	2014/2016

15. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, incluindo informação sobre delegações de competências

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Fidelidade durante o exercício de 2014:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA), enquanto órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade. Nos termos do n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da Sociedade, ao CA compete, além das atribuições gerais que por lei lhe são conferidas:

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou, por outra forma, alienar ou onerar direitos e bens, móveis e imóveis;
- Constituir sociedades, subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade, as normas de funcionamento interno, designadamente sobre o pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários, com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de subestabelecer.

As deliberações do CA que versem sobre as seguintes matérias só podem ser tomadas por uma maioria de 6/7 dos membros que compõem o CA:

- a) Alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da Sociedade;
- b) Celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a Sociedade e qualquer acionista, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista;
- c) Definição do sentido de voto a ser adotado pelos representantes da Sociedade nas assembleias gerais e no conselho de administração das sociedades comerciais nas quais a Sociedade detenha a maioria dos direitos de voto ou o direito a nomear a maioria dos membros do órgão de administração, quando esteja em causa deliberação sobre as seguintes matérias:
 - i. alterações aos Estatutos, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade;
 - ii. supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas em aumentos de capital;
 - iii. amortização de ações representativas do capital social;
 - iv. suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social;
 - v. autorização para a compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata;
 - vi. nomeação do órgão de fiscalização e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria;
 - vii. alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da sociedade em causa;
 - viii. celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a Sociedade em causa e qualquer acionista da Sociedade, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista da Sociedade.

Ao Presidente do Conselho de Administração encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe, nos termos do disposto no artigo 16º dos Estatutos:

- a) Representar o CA em juízo e fora dele;
- b) Coordenar a atividade do CA e convocar e dirigir as respetivas reuniões;
- c) Zelar pela correta execução das deliberações do CA.

Comissão Executiva

Sem prejuízo da possibilidade de avocação de poderes sobre qualquer matéria delegada na Comissão Executiva (CE), o CA, delegou nesta a gestão corrente da Sociedade, compreendendo os seguintes poderes:

- a) Todas as operações de seguro e resseguro e operações conexas ou complementares das de seguro ou resseguro, nomeadamente no que respeita a atos e contratos relativos a salvados, à reedificação e reparação de imóveis, à reparação de veículos, e à aplicação de provisões, reservas e capitais;
- b) Representação da Sociedade perante as entidades supervisoras e associações setoriais;
- c) Aquisição de serviços;
- d) Admissões, definição dos níveis, categorias, condições remuneratórias e outras regalias dos colaboradores, bem como atribuição de cargos diretivos;
- e) Exercício do poder disciplinar e aplicação de quaisquer sanções;
- f) Representação da Sociedade perante as estruturas representativas dos trabalhadores;
- g) Abertura ou encerramento de sucursais ou agências;
- h) Designação de quem deverá representar a Sociedade nas assembleias gerais das sociedades em que detenha participações, fixando o sentido de voto aí expresso;
- i) Designação das pessoas que deverão exercer os cargos sociais para os quais a Sociedade venha a ser eleita, bem como das pessoas que a Sociedade deva indicar para exercerem cargos sociais em sociedades em que detenha uma participação;
- j) Emissão de instruções vinculantes às sociedades que estiverem com a Sociedade em relação de grupo constituído por domínio total;
- k) Representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, compreendendo a instauração e contestação de quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais, bem como a confissão, desistência ou transação em quaisquer ações e a assunção de compromissos arbitrais;
- l) Constituição de mandatários, com ou sem procuração, para a prática de determinados atos, ou categorias de atos, definindo a extensão dos respetivos mandatos.

A delegação de poderes na CE não abrange as matérias mantidas na exclusiva competência do CA.

Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo (CC) tem as seguintes competências:

- a) Analisar e refletir sobre a estratégia global do grupo segurador Fidelidade, cabendo-lhe pronunciar-se sobre as linhas gerais do plano de atividades e do orçamento anual;

b) Acompanhar a evolução da implementação da estratégia de internacionalização e de investimentos do grupo segurador Fidelidade, apreciando os assuntos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

O CC reúne, ordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

Os membros do CC são designados pelo CA, coincidindo o respetivo mandato com o mandato do CA.

Comissão de Investimento

Todas as decisões de investimento da Sociedade estão sujeitas à supervisão da Comissão de Investimento, devendo a CE reportar à Comissão de Investimento as operações realizadas.

Compete à Comissão de Investimento definir as diretrizes de investimento e as decisões que carecerem da sua aprovação prévia.

Os membros da Comissão de Investimento são designados pelo CA, coincidindo o respetivo mandato com o mandato do CA.

III. Fiscalização

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

a) Composição

16. Identificação do órgão de fiscalização e competências

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2012-2014.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

17. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do cargo de cada membro, data de nomeação e duração estatutária do mandato

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo, em 31 de dezembro de 2014, a seguinte composição:

Membros do Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Pedro Nunes de Almeida	Presidente	28-03-2012	2012/2014
José António da Costa Figueiredo	Vogal	28-03-2012	2012/2014
Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha	Vogal	28-03-2012	2012/2014
Jorge Manuel dos Santos Pereira Pichel	Suplente	28-03-2012	2012/2014

Os membros do Conselho Fiscal cumprem os requisitos de independência previstos no n.º 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, pois não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontram em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

IV. Revisor Oficial de Contas

18. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada pela sua sócia Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC, n.º 1230.

19. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou grupo

O Revisor Oficial de Contas foi designado a 15 de maio de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2012/2014.

20. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade

Para além dos trabalhos como revisor oficial de contas, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., presta serviços como Auditor Externo da Sociedade.

V. Auditor Externo

21. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do artigo 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM

O auditor externo é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada pela sua sócia Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC, n.º 1230, que tem como interlocutores privilegiados a Comissão Executiva e a Direção de Contabilidade e Informação Financeira.

O auditor encontra-se registado na CMVM, desde 03/01/2002, sob o n.º 9011.

22. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do grupo

O auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas iniciaram funções em 15 de maio de 2014.

23. Indicação do órgão responsável pelo acompanhamento do auditor externo

A Comissão Executiva e o Conselho Fiscal acompanham, regularmente, os trabalhos do auditor externo, apreciando, em particular, as conclusões das auditorias às demonstrações financeiras.

24. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços

Para além dos trabalhos de Auditoria, o Auditor Externo presta serviços de revisão oficial de contas.

25. Indicação do montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio)

O montante da remuneração anual paga pela Companhia ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede, discriminado com respetivas percentagens, encontra-se espelhado no Quadro seguinte:

Serviços Prestados pela E&Y em 2014 (Total por Sociedade)	Euros				Total	%			
	Auditoria	Outros Serviços de garantia de fiabilidade	Consultoria Fiscal	Outros Serviços		Auditoria	Outros Serviços de garantia de fiabilidade	Consultoria Fiscal	Outros Serviços
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	36285,73	0	5319,46	14760	56365,19	64%	0%	9%	26%

C. Organização Interna

I. Estatutos

26. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade

Qualquer alteração dos Estatutos da Sociedade carece de deliberação da Assembleia Geral com o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de votos representativos da totalidade do capital social.

II. Comunicação de irregularidades

27. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade

A Fidelidade tem uma cultura de responsabilidade e de compliance, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

- a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;
- b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da Companhia;
- c) Causar dano reputacional à Sociedade ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Companhia ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

28. Órgãos responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance, Comité de Risco, Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

A Companhia tem vindo a desenvolver um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos relacionados com o novo regime Solvência II e, em particular, da Norma Regulamentar n.º 14/2005-R, de 29 de novembro.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, onde a Fidelidade se insere.

Assim, no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, foram desenvolvidas iniciativas assentes nas melhores práticas definidas, quer pelo então Instituto de Seguros de Portugal, agora Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, quer pelo EIOPA – Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma:

- Documentação e caracterização das atividades de controlo existentes, associando-as aos riscos previamente identificados nos processos de negócio;
- Implementação de procedimentos de registo descentralizado dos eventos e das consequentes perdas, incluindo quase-perdas, resultantes dos riscos associados aos processos de negócio, assim como de autoavaliações dos riscos e das atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, o Grupo Fidelidade tem um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender.

Para além das iniciativas destinadas especificamente à gestão do risco operacional e controlo interno, foram prosseguidas atividades relacionadas com, governação e organização, políticas de risco, Data Mart de riscos, medição do risco e utilização dos seus resultados, designadamente, quanto à rentabilidade e risco das carteiras de investimento. Foi também dada continuidade, ao plano de comunicação alicerçado na especificidade do Projeto Solvência II para o qual foi criada uma identidade própria: Programa “Gir@sol”, Gestão Integrada do Risco em Solvência.

Por força do estabelecido na Diretiva relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), o novo regime dela decorrente será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2016. Tendo em vista uma adequada transição, o EIOPA emitiu um conjunto de orientações, com aplicação desde 1 de janeiro de 2014, sobre os procedimentos a adotar na fase de preparação para aplicação do regime Solvência II.

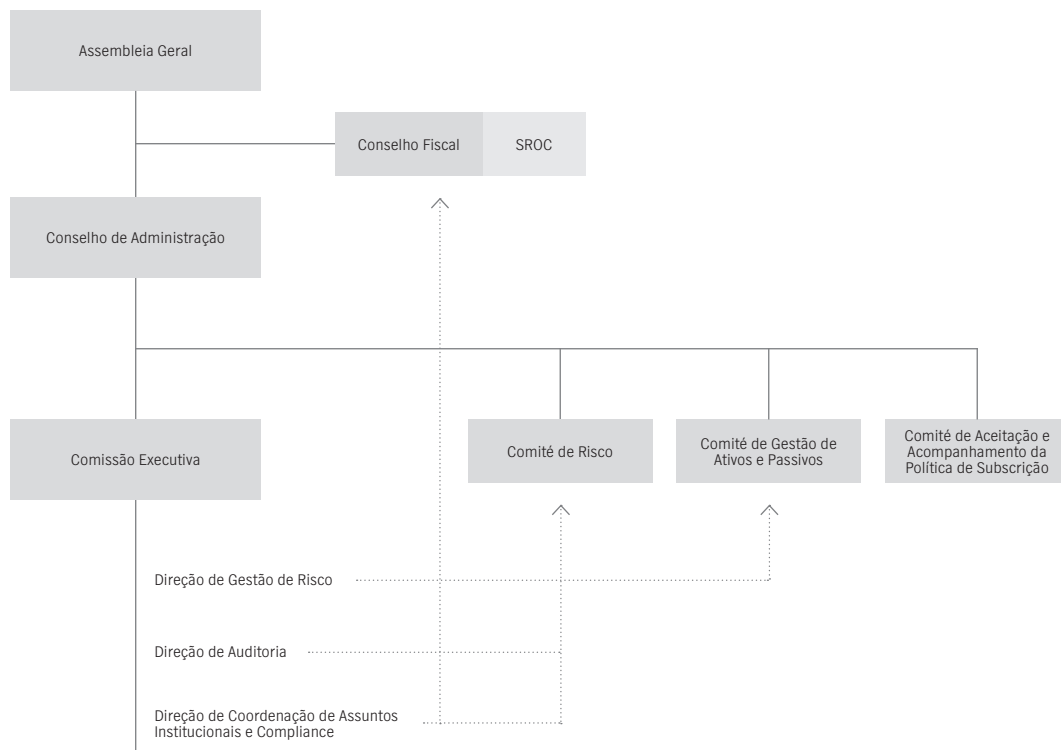
Considerando o processo legislativo descrito, a Companhia realizou um gap analysis detalhado, comparando a situação atual com os objetivos (grau de maturidade) pretendidos para os requisitos constantes, quer do novo regime Solvência II, quer das orientações aplicáveis na fase de preparação para a sua aplicação, em 2016.

Em resultado desta análise, foi definido um plano de implementação contendo as atividades necessárias para eliminar as diferenças identificadas (gaps), abrangendo, quer a fase transitória (num horizonte temporal mais próximo – 2014 a 2015), quer a fase de consolidação da aplicação do novo regime Solvência II (num horizonte temporal mais alargado, após janeiro de 2016).

Ainda neste âmbito, a Companhia tem também participado em todas as iniciativas preparadas, neste enquadramento, pelo EIOPA e ISP, designadamente estudos de impacto quantitativo e stress tests, bem como na análise da documentação que tem sido emitida no contexto da implementação do regime Solvência II, quer se trate de propostas de regulamento, quer de consultas públicas de normas técnicas e orientações.

29. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade

A dependência hierárquica e/ou funcional da Direção de Gestão de Risco, da Direção de Auditoria e da Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance, face a outros órgãos ou comissões da Sociedade, encontra-se espelhada no Quadro seguinte:



30. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A par das áreas com funções-chave no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, e do controlo do risco legal levado a cabo pela Direção de Assuntos Jurídicos, existe um sistema de informação e comunicação que suporta as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno, como externo, da competência da Direção de Planeamento Estratégico e Performance Corporativa e da Direção de Contabilidade e Informação Financeira que garantem a existência de informação substantiva, atual, coerente, tempestiva e fiável, permitindo uma visão global e abrangente sobre a situação financeira, o desenvolvimento da atividade, o cumprimento da estratégia e dos objetivos definidos, a identificação do perfil de risco da Companhia e o comportamento e perspetivas de evolução do mercado.

O processo de informação financeira e de gestão é apoiado pelos sistemas contabilísticos e de suporte à gestão que registam, classificam, associam e arquivam de forma, sistematizada, atempada, fiável, completa e consistente, todas as operações realizadas pela instituição e subsidiárias, de acordo com as determinações e políticas emanadas da Comissão Executiva.

Assim, a Direção de Gestão de Risco, a Direção de Coordenação de Assuntos Institucionais e Compliance, a Direção de Auditoria, a Direção de Contabilidade e Informação Financeira e a Direção de Planeamento Estratégico e Performance Corporativa asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação e de informação ao nível da Sociedade – tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e ao acompanhamento e controlo dos riscos – que devem contemplar, designadamente:

- A definição do conteúdo e formato da informação a reportar pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;
- A identificação e controlo das operações intra Companhia; e
- A garantia de que a informação de gestão é coerente entre as várias entidades, de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade de cada negócio e verificar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos.

31. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada no Relatório de Gestão 2014, em particular nas Notas às Demonstrações Financeiras (Notas 43, 44 e 45).

32. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Para cumprimento do previsto no artigo 19.º da Norma Regulamentar n.º 14/2005-R, de 29 de novembro, é preparado o Relatório Anual sobre a Estrutura Organizacional e os Sistemas de Gestão de Risco e de Controlo Interno da Fidelidade, sujeito a uma certificação por um Revisor Oficial de Contas.

O Relatório relativo ao exercício de 2014 contempla, por um lado, capítulos relacionados com a estrutura organizacional, principais atividades em regime de subcontratação, modelo de governação e sistemas de informação que suportam os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e, por outro, os seguintes aspetos:

- Atividades e acompanhamento efetuado pelas funções-chave estabelecidas no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno;
- Procedimentos de gestão de riscos, controlo interno e combate ao branqueamento de capitais;
- Lista das deficiências identificadas no sistema de gestão de riscos e de controlo interno;
- Procedimentos no âmbito da política antifraude, conforme previsto no artigo 25.º da Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho.

V. Sítio de Internet

33. Endereço(s)

O endereço da Fidelidade na Internet é o seguinte:

www.fidelidade.pt

34. Local onde se encontra informação sobre a Sociedade, órgãos sociais e documentos de prestação de contas

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas, encontra-se disponível no sítio da Companhia, no endereço da Internet, atrás indicado.

35. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e comissões estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

36. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

As convocatórias para as reuniões da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

37. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

D. Remunerações

I. Competência para a determinação

38. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Comissão de Remunerações.

II. Comissão de remunerações

39. Composição da comissão de remunerações

A Comissão de Remunerações em exercício de funções em 31 de dezembro de 2014, foi nomeada em 29 de julho de 2014 e tem a seguinte composição:

Presidente: Lan KANG

Vogais: Michael LEE

Yao XU

40. Conhecimentos e experiências dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

III. Estrutura das remunerações

41. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 28/2009, de 19 de junho

A Comissão de Remunerações submeteu à Assembleia Geral de 31 de março de 2014, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de junho, uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pelo então acionista único.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assentava nos seguintes princípios:

- “A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é fixada tendo como referência as regras legais aplicáveis aos gestores públicos, bem como os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos Sociais das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, aprovados pelo Conselho de Administração da sociedade-mãe do Grupo.
- A componente fixa foi reduzida em 5%, por aplicação, desde 1 de junho de 2010, do artigo 12º e 20º, nº 4, da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

- A partir de 1 de janeiro de 2011 foi aplicada uma nova redução remuneratória de 10%, por força do artigo 19º n.º 1 alínea c) da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, a qual passou para 12% a partir de 1 de janeiro de 2014, por força do artigo 33º n.º 1 alínea b) e n.º 9 alínea o) da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2014.
- A remuneração variável dos administradores da Sociedade com funções executivas é atribuída individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício em causa, não excedendo 50% da remuneração fixa anual.
- De acordo com o artigo 41º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2014, durante o ano de 2014 não haverá remunerações variáveis.
- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não têm qualquer remuneração, fixa ou variável.
- No ano de 2014, a Comissão de Remunerações aplicará à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. as regras que foram definidas para as empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, tendo em consideração as alterações ao Estatuto do Gestor Público, aprovadas pelo Decreto-Lei 8/2012, de 18 de janeiro e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.
- Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa, limitada a 15% da remuneração fixa dos administradores executivos com cargo correspondente.

A política de remuneração supra definida foi aplicada no exercício de 2014 até à conclusão do processo de privatização da Companhia, conclusão esta que teve lugar em 15 de maio de 2014, data a partir da qual a política de remuneração aplicável passou a ser a determinada pelo novo contexto acionista.

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta do presente Relatório do Governo da Sociedade.

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do então Instituto de Seguros de Portugal, agora Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, em matéria de política de remuneração:

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adotar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adotar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objetiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	
	II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição. A política de remuneração deve ainda ser objeto de revisão periódica e estar formalizada em documento autónomo, devidamente atualizado, com indicação da data das alterações introduzidas e respetiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprida	
	II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.	Cumprida	
III. Comissão de remuneração	III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respetiva remuneração com base em ações ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
	<p>III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.</p>	Cumprida	
	<p>III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.</p>	Não aplicável	Não há recurso a prestação de serviços externos em matéria de remunerações.
	<p>III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.</p>	Cumprida	
	<p>III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões que realize.</p>	Cumprida	
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração	<p>IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.</p>	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável.
Membros executivos	<p>IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.</p>	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável.
	<p>IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.</p>	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável.
	<p>IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.</p>	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável.
	<p>IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.</p>	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável.

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as ações da instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável.
	IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável.
	IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de ações, sendo que o número de ações a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável.
Membros não executivos	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Não aplicável	Os membros não executivos não auferem remuneração.
Indemnizações em caso de destituição	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Não existem compensações estabelecidas.
V. Remuneração dos colaboradores	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à atividade exercida pela instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Não houve lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.
Critérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho coletivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
Diferimento da remuneração variável	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprida	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior.
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções-chave	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	
	V.9. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Parcialmente Cumprida	Sendo a remuneração consentânea com o seu papel na instituição ela não é alheia ao desempenho da mesma.
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumprida	
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumprida	

IV. Divulgação das remunerações

42. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

(Valores em Euros)

Membros não executivos do Conselho de Administração (CA)	Fidelidade	Observações
Guangchang GUO	0	
João Nuno de Oliveira Jorge Palma	0	
Qunbin WANG	0	
Nuno Maria Pinto de Magalhães Fernandes Thomaz	0	
Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	0	Renunciou em 17.09.2014
Guoqi DING	0	
Michael LEE	0	
Jian FU	0	Renunciou em 31.10.2014
Yao XU	0	
Fangxiao DUAN	0	Renunciou em 5.6.2014
José Pedro Cabral dos Santos	0	
Lan KANG	0	

(Valores em Euros)

Membros Comissão Executiva	Fidelidade	Observações
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	289.065	01.01.2014 a 31.12.2014
José Manuel Alvarez Quintero	245.887	01.01.2014 a 31.12.2014
António Manuel Marques de Sousa Noronha	245.887	01.01.2014 a 31.12.2014
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	241.158	01.01.2014 a 31.12.2014
Wai Lam William MAK	151.491	05.06.2014 a 31.12.2014
TOTAL	1.173.488	

No exercício de 2014 não foi paga qualquer remuneração variável, nomeadamente sob a forma de participação nos lucros e/ou de prémios.

43. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício de 2014.

44. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade, para efeitos da lei n.º 28/2009, de 19 de junho

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

(Valores em Euros)

Membros do Conselho Fiscal	Fidelidade	Observações
Pedro Nunes de Almeida	42.000	
José António da Costa Figueiredo	30.800	
Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha	30.800	
Jorge Manuel dos Santos Pereira Pichel	0	Suplente
TOTAL	103.600	

45. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral não auferiu qualquer remuneração.

V. Acordos com implicações remuneratórias

46. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração, que prevejam indenizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade (artigo 245.º-A, n.º1, al. I)

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração, que prevejam indenizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')

47. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

Não existem planos com estas características.

48. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores.

E. Transações com Partes Relacionadas

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

49. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

A Fidelidade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

50. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

51. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação da Comissão Executiva, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Companhia, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

II. Elementos relativos às transações

52. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se na Nota 42 às demonstrações financeiras.

06

RELATÓRIO
E PARECER DO
CONSELHO FISCAL
E CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de activo de 13.422.383.005 Euros e um total de capital próprio de 1.257.403.553 Euros, incluindo um resultado líquido de 159.108.030 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, das Variações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2014

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Analisámos, ainda, o Relatório do Governo da Sociedade com o qual se deu cumprimento ao estabelecido no artigo 54º, n.º 1 do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de Outubro.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão;

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 12 de Março de 2015.

O CONSELHO FISCAL



Pedro Antunes de Almeida – Presidente


José António da Costa Figueiredo – Vogal



Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha – Vogal

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

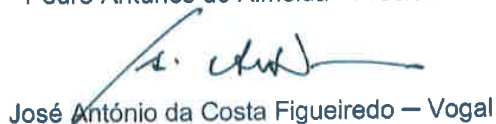
Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 12 de Março de 2015.

O CONSELHO FISCAL



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



José António da Costa Figueiredo – Vogal



Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha – Vogal

FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.